



CANOA DO TEMPO

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS



MANAUS - V.12 - N°01 - 2020
INSS 2594-8148
DOI: <https://doi.org/10.38047/rct.v12.n01.2020>



CANOA DO TEMPO

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

DOSSIÊ HISTÓRIA ORAL E PÚBLICA: ESCUTAS SENSÍVEIS EM TEMPOS DESAFIADORES

ORGANIZADORA E ORGANIZADOR

Profª. Drª. Marta Gouveia de Oliveira Rovai
(UNIFAL)

Prof. Dr. Glauber Cícero Ferreira Biazó
(PPGH-UFAM)

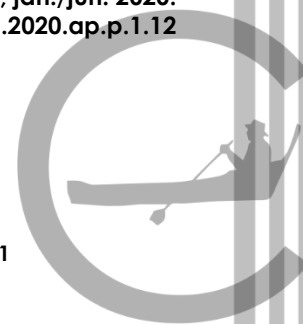
CAPA

Wenderson Lima

IMAGEM DA CAPA

Autoretrato (*selfie*) de Olympia Ávila Salsa

HISTÓRIA ORAL E PÚBLICA: ESCUTAS SENSÍVEIS EM TEMPOS DESAFIADORES¹



Marta Gouveia de Oliveira Rovai*

Glauber Cícero Ferreira Biazo**

Qual é a potência dos trabalhos que se comprometem com a história oral e a história pública? Por que, nos últimos anos, ambas têm se tornado tão presentes nas pesquisas historiográficas? Como afirmou Linda Shopes², esses campos ou práticas nem sempre se apresentaram de forma convergente e não devem ser entendidas como sinônimos. No entanto, quando parceiras, tornam-se práticas reflexivas, ou reflexões com consequências práticas, em que ao historiador é colocado o desafio de contribuir para a construção de uma ciência em meio a um processo dialógico e inclusivo com o público, aqui entendido como mais do que massa ou audiência. Esse público é compreendido como a sociedade plural, conflituosa e dinâmica que antecede a Universidade e a ultrapassa, cobrando dela a sua reinvenção no trabalho com o conhecimento, o que significa abrir-se a demandas de grupos que tiveram suas histórias, memórias e identidades invisibilizadas.

Vivemos, no decorrer dos séculos XX e XXI, ditaduras, discriminações sociais e catástrofes que tiveram efeitos sociais devastadores e colocaram os historiadores em posição de atenção ao seu próprio tempo, de forma a colaborar na criação de comunidades de contadores/testemunhos e de ouvintes; sujeitos diversos que exigiram e continuam a exigir o direito à memória a fim de cobrar reparações, pertencimentos e reconhecimentos. A história oral, como abertura à escuta ética, e a história pública, como atitude aberta a negociações na produção, na divulgação e no acesso ao conhecimento, tornaram-se

¹ Instituições responsáveis pelo trabalho: Universidade Federal do Amazonas e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

* Professora de História da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Membro da Rede Brasileira de História Pública.

** Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM). Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista do Programa PPP-004/2017 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

² SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. In: MAUD, A.M.; ALMEIDA, J.R.; SANTHIAGO, R. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.



emergentes em tempos de confronto por narrativas e usos do passado, com finalidades múltiplas e interesses políticos que colidem entre si, ora para conservar leituras e privilégios, ou para romper com processos de silenciamento estabelecidos por visões lineares e vazias de experiências.

As disputas podem ser observadas pelo grande interesse demonstrado por governos, partidos, instituições privadas, movimentos sociais, organizações civis diversas e pesquisadores em relação à institucionalização da memória e aos seus enquadramentos sociais e políticos, cada qual preocupado com a perpetuação de certo imaginário social no tempo. Esse fenômeno contribuiu para o surgimento e a expansão de um verdadeiro “boom memorialístico”.

O historiador François Hartog tem feito muitas alertas em torno da escassez e dos limites presentes em pesquisas relacionadas à memória. Segundo seus estudos, esse fenômeno está relacionado à crise do regime moderno de historicidade que se caracterizaria, dentre outras questões, pela supremacia dos trabalhos historiográficos relativos à memória e aos chamados “novos lugares da memória”.³ As críticas e preocupações deste autor estão relacionadas ao fato de muitos historiadores não levarem em consideração em suas investigações as diferenças que delimitam as fronteiras entre história e memória. Em outras palavras, os critérios teóricos estariam, para Hartog, sendo postos de lado por profissionais ingenuamente presos a práticas empiristas, as quais os transformariam cada vez mais em meros “especialistas aficionados em colecionar memórias”.⁴

A noção de *regimes de historicidade*, desenvolvida por Hartog em seu livro homônimo, é uma ferramenta conceitual por meio da qual procura compreender a relação das sociedades e dos indivíduos com o tempo. O autor defende que, enquanto o conceito costumeiramente usado de “época”, congela e desumaniza a conduta dos sujeitos históricos e negligencia a percepção por eles desenvolvida em relação ao tempo, a de regime de historicidade apresenta uma tentativa de capturar justamente a essência que conduz e caracteriza essa experiência, tanto individual quanto coletivamente. De acordo com sua interpretação, vivemos desde 1989 sob os impactos da chamada crise do regime moderno de historicidade cuja principal característica seria a de predomínio de um

³ HARTOG, François. *Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

⁴ HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.



fenômeno social de percepção do tempo denominado “presentismo”. As incontáveis comemorações praticadas pelo “boom memorialístico” seriam expressão fiel dessa nova maneira de perceber e experienciar o tempo que começou a ser cultivada, em diferentes esferas da sociedade, na passagem do século XX para o XXI:

O tempo tornou-se tão habitual para o historiador, que ele o naturalizou ou instrumentalizou. Ele é impensado, não porque seria impensável, mas porque não o pensamos ou, mais simplesmente, não se pensa nele. Historiador atento ao meu tempo, eu, assim como muitos outros, observei o crescimento rápido da categoria do presente até que se impôs a evidência de um presente onipresente. É o que nomeio aqui “presentismo”.⁵

Quando os sujeitos deslocam todas as suas energias em relação ao presente; passado, presente e futuro deixam de estar articulados na forma de uma experiência temporal qualitativa e substantiva. Mergulhadas na contemporaneidade em um presente dilatado, alerta Hartog, as pessoas fabricam artificialmente o passado e o futuro de que necessitam para simplesmente permanecerem contemplando o seu cotidiano. A temporalidade deixa então de ser uma esfera fundamental da vida em sociedade e, quando o futuro não mais tem importância significativa, o comportamento político é diretamente afetado e a experiência comunitária se deteriora.

Em “A história, cativa da memória?” Ulpiano Bezerra de Meneses teceu um dos mais importantes alertas em relação aos maus usos da memória. Este autor produziu uma crítica historiográfica na qual demonstrou a impossibilidade de se “resgatar” a memória, criticando as interpretações que a consideram um amontoado de processos produzidos no passado em sua integralidade original.⁶ Ademais, apresentou a memória como “trabalho de memória”, processo permanente de construção e reconstrução. Para tanto, sua análise retoma algumas concepções discutidas por Ecléa Bosi em seu célebre livro *Memória e Sociedade*, um dos textos precursores da história oral no Brasil.⁷ Ao reforçar a característica fluida e mutável da memória, Meneses destacou a importância do trabalho dos historiadores orais em evidenciar que as autobiografias precisam ser compreendidas em sua dimensão narrativa, a partir de suas contínuas reestruturações e em diálogo permanente com a dinâmica social:

⁵ HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 148.

⁶ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, Nº 34, p. 9-24, 1992.

⁷ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.



A memória enquanto processo subordinado à dinâmica social desautoriza, seja a ideia de construção no passado, seja a de uma função de almoxarifado desse passado. A elaboração da memória se faz no presente e para responder a solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar.⁸

O dossiê “História Oral e Pública: escutas sensíveis em tempos desafiadores” reúne uma série original de artigos fruto de pesquisas consistentes sobre as relações entre história e memória. Seus organizadores entendem que as preocupações delineadas por Hartog e Meneses – principalmente em relação aos maus usos e aos abusos cometidos em relação à memória – têm sido o foco de importantes publicações no âmbito estabelecido pela história oral e pública.

Os textos aqui publicados evidenciam que os historiadores orais e públicos ocupam há muitas décadas uma posição de relevo, inclusive assumindo responsabilidades concernentes ao estabelecimento de critérios de problematização e distinção entre a memória e a história. Nessa perspectiva, entendemos que a produção de conhecimento teórico nessas áreas precisa ser compreendida como parte de um combate pertencente a todas as historiadoras e todos os historiadores que, no cerne de suas pesquisas, desejam escutar e compreender histórias sensíveis em meio às contradições e desigualdades sociais em tempos tão desafiadores. Impedir que a experiência de mulheres e homens no tempo seja colonizada definitivamente pelo “presentismo” – em parceria com a agenda de desregulamentação de direitos imposta pelo neoliberalismo –, torna-se um desafio inadiável.

As políticas públicas neoliberais, em conluio com as operações coordenadas no âmbito do mercado financeiro, produziram nas últimas décadas um impacto triplo na vida de trabalhadoras e trabalhadores: informalidade, precarização e desemprego. De acordo com as pesquisas e avaliações feitas por Ricardo Antunes, “se no século XX presenciamos a vigência da era da degradação do trabalho, na transição para o século XXI passamos a estar diante de novas modalidades e modos de ser da precarização, da qual a terceirização tem sido um de seus elementos mais decisivos”.⁹ A pulverização dos sindicatos e a perda

⁸ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, Nº 34, p. 9-24, 1992, p. 11.

⁹ ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018, p.176.



de direitos produzida pela terceirização, enfatiza o autor, levou também ao aumento da vulnerabilidade dos trabalhadores precarizados. Esse crescimento acentuou-se exponencialmente no atual contexto da pandemia Covid-19, levando milhares de trabalhadores à situação de extrema pobreza. Em um contexto amplamente adverso para a classe trabalhadora, no qual a informalidade se tornou a principal regra do mundo do trabalho, historiadores orais e públicos veem suas perspectivas de atuação desafiadas: “os trabalhadores terceirizados, além de ganhar menos, trabalhar mais, ter mais instabilidade e menos direitos, são os que mais morrem e se acidentam”, ressalta Antunes.¹⁰ Afinal, como contribuir para a análise dos modos como o neoliberalismo atinge a vida cotidiana e a esfera da subjetividade de uma classe trabalhadora cada vez mais precarizada?

A história oral e a história pública, que não estão necessariamente atreladas, quando parceiras têm investido esforços na compreensão das subjetividades que fazem parte das elaborações presentes nas memórias narrativas. Os conhecimentos teóricos produzidos no âmbito da história oral examinam a lógica costurada pelas narrativas de vida, questionando não somente as coerências, como também as rupturas, os silêncios e interditos. A coesão construída pelos narradores, seja em autobiografias ou em histórias orais de vida, revela o quanto essas fontes são ricos mananciais que permitem examinar a maneira como o trabalho de memória estabelece relações no tempo histórico. A experiência de uma vida em sua forma narrativa interessa, nesse sentido, enquanto chave para uma avaliação preocupada com as intersecções entre o individual e o coletivo, as disputas por memória e a história.

O dossiê “História Oral e Pública: escutas sensíveis em tempos desafiadores” apresenta aos leitores artigos de pesquisadoras e pesquisadores que trabalham e representam a produção intelectual de diferentes universidades - UFAM, UFAC, UNIFAL, UNITAU, UNIFESP, UDESC, UNESPAR, UFRN, UNESP, USP, UNIVÁS - em busca de uma “atitude historiadora”, como bem nomeou a historiadora Ana Maria Mauad¹¹, voltada à reflexão sobre as demandas inclusivas do tempo presente e sobre os trabalhos de memória. Os artigos trazem subsídios que altercam, a partir de diversas fontes e perspectivas teóricas, os vários sujeitos e maneiras pelas quais as memórias são

¹⁰ ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018, p.176.

¹¹ MAUAD, A.M. Entrevista concedida a Ligia Conceição Santana e Hamilton Rodrigues dos Santos. *Revista Perspectiva Histórica*, jan/jun de 2016, n.7, p.151-155.



disputadas e filtradas no plano individual e coletivo: pesquisadores, militantes, professoras, festeiros, migrantes, e pessoas lgbs não são apenas objetos, mas sujeitos que pensam e nos provocam a pensar sobre a importância política do fazer histórico; sobre uma ciência que não deve abrir mão de sua função sensibilizadora em tempos desumanizadores. Isso significa pensar nos processos de envolvimento do público (ativo e atuante) e na autoria compartilhada (para usar aqui a expressão de Michael Frish¹²) quanto à produção, aos sentidos e ao acesso ao conhecimento construído pelas relações entre história e memória, mais do que nos produtos advindos da pesquisa solitária, apenas para serem consumidos sem questionamento.

As discussões permitem uma avaliação compreensiva das questões subjetivas e das disputas políticas em jogo quando se trata de relações temporais que envolvem experiências passadas, presente e expectativas de futuro. Hoje, com certeza, as contribuições aqui publicadas assumem um papel essencial no combate à hegemonia das percepções de tempo “presentistas” e às práticas neoliberais, bem como demarcam uma posição de resistência às concepções revisionistas e negacionistas da história, trazendo ao público memórias e histórias de mulheres e homens não mais tratados como meros informantes ou coadjuvantes de “grandes histórias” vazias de vida.

A abertura do dossiê conta com o valioso artigo “O devir público da história no tempo presente: outras linguagens, outras narrativas”, de **Ricardo Santhiago Corrêa**, **Viviane Trindade Borges** e **Rogério Rosa Rodrigues**. Os autores convidam à reflexão sobre os papéis sociais que o historiador assume e desempenha diante de demandas de seu tempo, demonstrando a relevância pública do trabalho histórico. Sem defender a perda do rigor científico em nome da submissão aos movimentos sociais, os autores e a autora apontam a importância de trabalhos que, ao utilizarem da literatura, da produção de paródias, de músicas, de performances carnavalescas e do exercício da história oral, colocam em prática uma “atitude historiadora” mais democrática e ampla. A história pública não seria um conjunto de práticas esvaziadas do debate e método histórico, mas uma possibilidade de os pesquisadores e pesquisadoras refletirem e dialogarem criticamente com e sobre os diferentes sujeitos sociais do tempo presente de forma mais criativa e inclusiva.

Bruno Flávio Lontra Fagundes, no artigo “Conhecimento histórico do historiador e outros conhecimentos históricos”, também se propõe investigar as concepções

¹² FRISH, Michael. *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*. New York: State University of New York Press, 1999.



defendidas por diversas tendências da historiografia sobre história pública, avaliando a maneira pela qual estabelecem as relações entre o conhecimento histórico profissional e outros conhecimentos históricos produzidos socialmente fora das academias. Perscrutando as diferentes dimensões abordadas pela história pública, particularmente algumas amadurecidas no Brasil, Fagundes avalia a importância e o significado do trabalho desempenhado pelos historiadores profissionais, bem como defende a relevância dos cidadãos elaborarem suas próprias perguntas e recortes a respeito de sua própria história. Dentre as muitas perguntas realizadas pelo artigo, duas parecem ser centrais: como escrever história sem desdenhar dos critérios do público que olha para o passado? A história sistematizada pelo historiador profissional é mais adequada e “verdadeira” do que aquela elaborada pelas comunidades de maneira autônoma?

Pensando sobre a importância das comunidades, **Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto** reflete sobre as memórias subterrâneas narradas por pessoas que participaram da campanha “De pé no chão também se aprende a ler” desenvolvida na cidade de Natal/RN. O texto convida os leitores a uma reflexão sobre as relações entre a história desse projeto educacional, as memórias construídas e os esquecimentos produzidos como forma de autodefesa. Ao adotar a noção de escuta sensível, Pranto investigou as memórias narrativas produzidas por alunos e professores que enfrentaram o analfabetismo através de uma experiência educacional coletiva interrompida pelo regime ditatorial imposto em 1964. A autora examina atentamente a maneira como narradoras e narradores, moradores e moradoras dos bairros Rocas e Acampamento das Quintas, reconstróem no presente as histórias vivenciadas durante a vigência dessa importante campanha de alfabetização.

Ainda em relação a um trabalho acadêmico comprometido com o público, **Marcela Boni Evangelista**, em seu artigo “Corpo como morada: uma história de luta por moradia” apresenta o projeto “Corpo como morada”, desenvolvido por pesquisadoras do Grupo de Pesquisa em Gênero e História, da Universidade de São Paulo, com mulheres da Ocupação Teresa de Benguela, na cidade de São Paulo. A autora destacou a história oral de vida de Luciana, uma das militantes do MTST, com a finalidade de evidenciar a memória de uma mulher que faz de seu corpo a força mobilizadora da luta coletiva por moradia, um movimento que se transforma na defesa das próprias mulheres, submetidas a inúmeras formas de violência do Estado e da misoginia que se revela em hierarquizações de gênero no movimento social.



“Entre andanças e lembranças: algumas reflexões sobre migração e história oral”, de **Patrícia Regina de Lima Silva**, também contribui para a reflexão sobre a história oral de mulheres. A autora mostra como as memórias orais de duas migrantes nordestinas se remetem a uma história coletiva de mulheres que, nos estudos sobre migração, ainda é pouco visibilizada. A história oral permite compreender os sentidos atribuídos pelas mulheres às suas experiências de migração e suas especificidades que não se resumem às questões econômicas. As narrativas analisadas pela autora demonstram o questionamento aos papéis sociais de gênero atribuídos a elas e revelam o quanto as mulheres migrantes são responsáveis pelas redes de solidariedades e sociabilidades, nas quais se configuram e se (re)inventam nos processos de deslocamentos.

A perspectiva de uma história pública e oral voltada à educação e às narrativas de mulheres é a preocupação do texto “As Representações Sociais das docentes acerca de seus alunos caiçaras”, escrito por **Vítor Paulo Fida da Gama**, que apresenta sua pesquisa com professoras numa escola pública municipal em Ubatuba. A opção por usar narrativas orais e o uso de desenhos feitos por elas procurou evidenciar as memórias sobre a trajetória delas entre a cidade e a vila de pescadores, além das representações sociais sobre a comunidade tradicional, transformando suas vidas e o currículo planejado. A relação com as crianças caiçaras fez com que as entrevistadas reconhecessem histórias e modos de vida durante muito tempo invisibilizados pela escola e que, em diálogo com a comunidade, criassem formas de aprendizagem coletivas que envolvessem suas tradições.

As tradições são, também, o objeto de pesquisa de **Cleyton Antônio da Costa**, que discorre no artigo intitulado “Os diferentes discursos e disputas da/na festa de 16 de julho na cidade de Borda da Mata, Sul de Minas Gerais” sobre as disputas por memória em torno da reorganização da festa comemorada em 16 de julho na cidade de Borda da Mata-MG. Por meio de entrevistas de história oral, Costa investigou as motivações que inspiram os principais conflitos travados entre perspectivas sagradas atestadas pela devoção a Nossa Senhora do Carmo e, profanas, em torno das comemorações sobre a emancipação política do município. As narrativas apresentadas permitem uma leitura apurada dos embates políticos e religiosos que envolvem o controle das festividades de 16 de julho. O texto examina, ainda, os significados dessas contendas e o modo como produzem impactos na utilização do espaço público borda-matense, configurando e reconfigurando permanentemente a relação dos moradores com a cidade e a sua história.

O artigo de **Jefferson Luiz Balbino Lourenço da Silva**, intitulado “A [tele] visão dos excluídos: recepção das representações da homossexualidade nas telenovelas da



Globo”, tem como objeto as representações relativas à homossexualidade presentes nas telenovelas América, Amor à Vida e Babilônia, produzidas pela TV Globo, a partir da noção de recepção. O autor analisou a percepção dos consumidores de telenovela na internet e procurou ouvir pessoas homossexuais, trabalhando com a história oral temática, a fim de compreender os efeitos da publicização de imagens sobre a população LGBT e sua identificação ou não com suas experiências. Uma das questões do autor seria compreender se a novela é representativa das demandas históricas e se poderia ser entendida como um avanço para essa minoria, ao tornar públicas suas histórias de maneira ficcionalizada.

Encerrando o dossiê, **Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque**, que não trabalhou com história oral, mas pensou a história pública também nos meios de comunicação (impressos), constrói uma problematização sobre a história da anexação do Acre ao Brasil, examinando algumas versões oficiais e ou ufanistas e suas implicações na historiografia. Em “História pública e imprensa: um olhar sobre a história do Acre a partir das narrativas em jornais acerca de sua anexação”, a autora reflete sobre a maneira como alguns pressupostos da história pública colaboram para a análise das fontes impressas e, por sua vez, na escrita de outras histórias possíveis sobre a origem do Estado do Acre. A partir da leitura de vários órgãos de imprensa, a narrativa ressalta também a possibilidade de se acompanhar historicamente a dinâmica dos interesses econômicos e identitários que envolveram as elites locais, particularmente no que concerne ao tratamento dedicado às personagens históricas responsáveis pela incorporação territorial do Acre ao Brasil. Uma pergunta central guia os leitores pela investigação realizada: afinal, quais são os interesses que definem os esquecimentos de determinados documentos e personagens quando a “Questão do Acre” é avaliada?

Ainda sobre o valor da história oral e pública, ao final deste número, a *Revista Canoa do Tempo* procurou registrar a narrativa da senhora **Olympia Ávila Salsa**. Seu relato faz parte do acervo “História Oral na Pandemia”, composto por narrativas públicas, autobiográficas, de idosos com vida social ativa - em situação de isolamento social frente aos desafios do novo COVID 19. O acervo pertence a um projeto multidisciplinar “A Covid-19 no Brasil” (MCTIC), do qual a Profa. **Juniele Rabêlo de Almeida** participa, acolhendo as memórias sobre tempos de incerteza. Aqui, mais uma vez, os trabalhos historiográficos se abrem a outras áreas e tecnologias virtuais e à construção de uma comunidade de ouvintes, sensível às experiências compartilhadas. A escolha do registro de dona Olympia, cuja foto estampa a capa desta edição, é também uma homenagem às



pessoas cujas vozes, gentilmente, nos fazem lembrar sobre a importância de nosso trabalho na valorização de uma história do tempo presente repleta de vida.

Os textos aqui reunidos enfrentam a percepção hegemônica de um presente onipresente e convidam os leitores a refletirem sobre o tempo e as possíveis relações costuradas pelos sujeitos históricos entre presente, passado e futuro. Ao problematizarem os intrincados diálogos entre história e memória, as diferentes contribuições apresentadas reafirmam o compromisso da história oral e da história pública com a construção de uma ciência em franco diálogo com a sociedade e em defesa de uma democracia cada vez mais radicalizada.

Uma excelente leitura a todas e todos!

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018, p.176.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

FRISH, Michael. **A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History**. New York: State University of New York Press, 1999.

HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

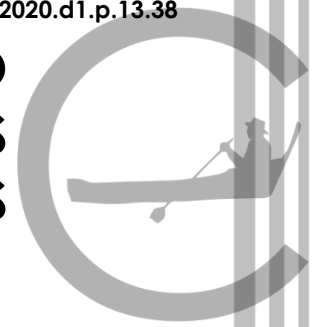
MAUD, A.M. Entrevista concedida a Ligia Conceição Santana e Hamilton Rodrigues dos Santos. **Revista Perspectiva Histórica**, jan/jun de 2016, n.7, p.151-155.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, Nº 34, p. 9-24, 1992.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública In: MAUD, A.M.; ALMEIDA, J.R.; SANTHIAGO, R. **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.



O DEVER PÚBLICO DA HISTÓRIA NO TEMPO PRESENTE: OUTRAS LINGUAGENS, OUTRAS NARRATIVAS



Ricardo Santhiago¹
Viviane Trindade Borges²
Rogério Rosa Rodrigues³

Resumo

O presente artigo problematiza o *métier* do historiador a partir da história pública e da história do tempo presente. Parte-se do pressuposto de que todo conhecimento histórico é produzido em diálogo com os problemas e questões do presente, mas que a noção de demanda social instiga a pensar mais diretamente sobre a relação entre a sociedade e os temas, posicionamentos e formas de atuação da comunidade de historiadores. Analisam-se alguns casos recentes em que historiadores problematizaram questões latentes da atualidade e enfrentaram o desafio de adaptar sua formação em construção de narrativas em linguagens e suportes não usuais.

Palavras-chave: História Pública; História do Tempo Presente; Demanda social.

Abstract

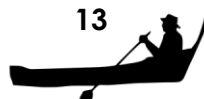
This article discusses the historian's craft from the perspectives of public history and history of the present. It assumes that all historical knowledge is produced in dialogue with the problems and issues of the present, but that the notion of social demand urges a more intense discussion about the relationship between the society and, on the other side, the themes, stances, and forms of action adopted by historians. The article analyzes a few recent cases in which historians felt compelled to problematize latent issues of the present time and faced the challenge of adapting their training in the construction of narratives about the past through unusual means.

Keywords: Public History; History of the Present; Social demands.

¹ Historiador e comunicólogo, é professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Graduado em Jornalismo (PUC-SP, 2004), com especialização em Jornalismo Científico (Unicamp, 2006); mestre e doutor em História Social (USP, 2009/2013), com pós-doutorado em História (UFF, 2015). Seu trabalho interdisciplinar concentra-se nas áreas de história pública e história oral, comunicações e artes, teoria e metodologia de pesquisa. E-mail: rsanthiagoc@gmail.com

² Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: vivianetborges@gmail.com

³ Doutor em História. Professor de Teoria e Metodologia da História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em História e no Mestrado Profissional em Ensino de História da UDESC. E-mail: rogerclio@gmail.com



Outras linguagens, outras narrativas

Como se comporta o historiador ao ver-se na condição de pesquisador e testemunha dos acontecimentos? Que papel desempenha quando se vê obrigado a somar, à atividade usual do debate entre os pares, o diálogo direto com as questões e os sujeitos do seu tempo? Que riscos corre ao se posicionar no e sobre o tempo vivido? Esse risco é tão somente individual, proporcional à investida de um certo historiador, ou atinge toda a comunidade de historiadores e a própria disciplina histórica? A decisão de falar para fora da academia é tão somente uma decisão pessoal ou é um imperativo que responde a demandas sociais em momentos de crise? É possível resguardar os critérios que balizam a atividade do historiador diante das exigências e implicações da história pública e da história do tempo presente? A própria formulação dessas muitas perguntas remete a inquietações profissionais do nosso tempo, lançadas pela comunidade de historiadoras e historiadores, pelas novas gerações de alunos e alunas, pelas diferentes mídias, cada vez mais presentes em nosso cotidiano.

Questionamentos como estes – sobre os papéis sociais que o historiador assume e desempenha – têm sido enfrentados por inúmeros autores nas últimas décadas, em trabalhos instigantes que têm a relação entre a história e a vida pública como tema e como norte, a partir de diferentes contextos nacionais. Em uma variedade de abordagens, eles defendem a cultura humanística contra o economicismo dogmático que pervade muitas leituras do social⁴, contendem a interpretação de que a especialização e a profissionalização da História teriam encaminhado a uma alegada irrelevância pública da disciplina⁵, insistem na contribuição da perspectiva histórica como um modo distintivo de pensar o presente⁶, interpelam a própria comunidade de historiadores sobre o “curto-prazismo” da disciplina ao entender a longa duração como o horizonte temporal com forte orientação ao futuro⁷, ou mesmo problematizam a risco de um presentismo que mais confunde a intervenção do historiador, que amplia seus horizontes de atuação⁸.

⁴ BELAVICQUA, Piero (org.) **A che serve la storia? I saperi umanistici alla prova della modernità**. Roma: Donzelli Editore, 2011.

⁵ TYRRELL, Ian. **Historians in Public: The Practice of American History, 1890-1970**. Chicago / London: The University of Chicago Press, 2005.

⁶ TOSH, John. **Why History Matters**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

⁷ GULDI, Jo; ARMITAGE, David. **The History Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

⁸ HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.



Questões como essas também fizeram parte do retrato desenhado pelo historiador francês Olivier Dumoulin em livro lançado no Brasil sob o título *O papel social do historiador: Da cátedra ao tribunal* (2017). Nele, o autor faz uma refinada genealogia dos diversos papéis sociais desempenhados pelo historiador do final do século XIX ao final do século XX. Tomando como referência esse período, inventaria a emergência do historiador imparcial, passando pelo historiador patriótico, o engajado, o científico, o autoral e o taumaturgo. Mas é sobre uma modalidade específica que Dumoulin se detém: o que chama de historiador expert, aquele convocado como testemunha de episódios do passado, financiado por grandes empresas ou contratado pelo estado ou outras instituições para fornecer pareceres técnicos em querelas judiciais ou demandas sociais de seu tempo. É nessa categoria que Dumoulin inscreve não somente a emergência da história pública norte-americana (de fato, capitaneada em seus primeiros tempos pelo historiador Robert Kelley, consultor e perito especializado em diversos casos ligados a direitos aquíferos no estado da Califórnia) como também a modalidade da história do tempo presente francesa. Seu diagnóstico sobre os rumos do papel social do historiador está articulado com o avanço dessas duas áreas. Afirma o pesquisador:

A intervenção do historiador não se distingue mais da dos outros “profissionais” no sentido norte-americano da palavra: advogados, consultores, médicos preparam a ação mais do que a executam. Essa reificação da arte do historiador em produto mercantil alinha, portanto, seu papel com o de numerosos atores sociais que continuam nostalgicamente a batizar de arte o que não é mais hoje senão um serviço retribuído, como a medicina e a advocacia⁹.

Se lido a contrapelo, o diagnóstico de Dumoulin mostra que o apego nostálgico a uma história pela história pertence também aos que temem pelo desmoronamento das fronteiras disciplinares, as novas modalidades de ação e de consciência histórica. As últimas palavras do seu livro são:

Inegavelmente, os papéis que o historiador pode assumir dependem das oportunidades que o jogo social abre para ele. Mas a evolução das sociedades europeias rumo ao sistema norte-americano talvez seja acompanhada pela sagração de um novo papel para o historiador, uma consagração em que o autor dessas linhas se recusa de antemão a se reconhecer. Depois do escritor de história, depois do professor cientista, depois do pesquisador virá talvez o tempo do técnico da história¹⁰.

⁹ DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador**. Da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

¹⁰ DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador**. Da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.



A vertente norte-americana da história pública é vista por Dumoulin como uma espécie de protótipo de uma tendência da historiografia europeia. O tom do texto por vezes resvala em certo desdém pela história pública, atrelando-a indissociavelmente à perda do domínio do conhecimento e à sua mercantilização no mercado dos bens simbólicos e econômicos do mundo contemporâneo. O autor não considera, no entanto, que muitos dos debates propostos pelos historiadores do tempo presente têm sido explorados pelos historiadores públicos, dada a imbricação entre essas duas perspectivas¹¹. As potencialidades da História do Tempo Presente e da história pública, aliás, não se reduzem a essa dimensão.

A noção de “demanda social”¹², a nosso ver, coloca em pauta mais diretamente os mecanismos pelos quais elementos do presente podem vir a orientar, em maior ou menor medida, questões elaboradas por uma comunidade profissional – no caso, os historiadores –, seus temas, posicionamentos e formas de atuação. Nessa perspectiva, a demanda social inverte a lógica da produção do conhecimento em uma ciência que tem como matéria a história dos homens no tempo: em vez de ser uma reflexão gerada a frio, no âmbito da oficina do historiador, com seus aportes teóricos e metodológicos em primeiro plano – ainda que sem desprezar suas posturas políticas e ideológicas – trata-se de uma história que nasce do vínculo direto com o presente e sobre os conflitos em jogo no presente.

Mais do que em diálogo com o tempo de atuação profissional do historiador, uma história demandada pela sociedade seria aquela pautada pelo presente, e objeto de um intrincado controle social: vigiada por um público que inclui não apenas os pares historiadores, como os colegas acadêmicos de áreas afins, mas também, e talvez, principalmente, um público amplo e heterogêneo. São leitores leigos, donas de casa, jovens estudantes secundaristas, militantes de movimentos sociais com ou sem vínculo direto com o mundo acadêmico, etc. Em síntese, uma comunidade ampliada de consumidores que usam – ou estão em condições de usar – os meios de comunicação, principalmente as redes sociais, para levantar pautas e se manifestar sobre a produção dos historiadores.

¹¹ SANTHIAGO, Ricardo. “História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo”. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286 - 309, jan./mar. 2018.

¹² Ver: SAUVAGE, Pierre. “Uma historia del tempo presente”. **Historia Critica**, n. 17, p. 59-70, 1998; FERREIRA, Marieta de Moraes. “Demandas sociais e a história do tempo presente”. In: Varella, F. *et al.* (org.) **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012. p. 101-124 e DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. “História do tempo presente e ensino de História”. **História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.



Quando atentos a essas demandas, historiadores experimentam organizar seus argumentos em formatos e linguagens adequados ao meio no qual se manifestam. Obrigam-se a uma criatividade, adaptação e lógica de argumentação distintos dos modelos predominantes nos quais o historiador tende a obter formação. A monografia ou o artigo acadêmico, assim, deixam de ser os formatos por excelência de socialização do saber histórico.¹³ Constroem narrativas que, embora conhecendo-as, escapam às normas acadêmicas, com críticas organizadas por lógicas alheias a estruturação do discurso, do vocabulário e mesmo do estilo historiográfico.

Diante disso, uma pergunta cabível é: aquilo que resta da narrativa do historiador produzida diante dessas demandas sociais (isto é, narrativas sem notas de rodapé, sem longas contextualizações, na impossibilidade, em alguns casos, de comportar um exaustivo apanhado historiográfico) permanece sendo história? A partir desse dever da história pública e da história do tempo presente, pode ter lugar inclusive uma reinvenção da história e do papel social do historiador em uma modalidade que não apenas recupere sua conexão com a ciência, a arte e a sociedade, como também seja mais aberta e democrática em seus modos de fazer e de agir.

Com essas questões em mente, analisaremos alguns exemplos atuais da presença de historiadores junto às demandas sociais do nosso tempo, restringindo-nos ao contexto brasileiro recente. Elegemos casos que incluem uma narrativa ficcional, uma paródia musical, a composição de um samba enredo e a apropriação de um método de pesquisa narrativa. Embora cada um desses quatro casos envolva uma estrutura própria, é preciso destacar que graças às redes sociais o acesso a materiais produzidos nesses e em outros formatos popularizam-se em escala temporal e espacial impressionante. Com isso, promovem debates que vão da simples opinião à tentativa de conferir sentido ao material produzido, seja por meio de outros textos, seja por meio de comentários em *timelines*. Nos casos levantados, historiadores e historiadoras não se furtaram a essa discussão: mais do que refletir sobre essas novas estruturas de apresentação das narrativas históricas, eles participaram como compositores e intérpretes das mesmas.

¹³ Uma das chaves, entre outras possíveis, para a leitura das diferentes linguagens e formatos explorados pelos historiadores que se dirigem ao grande público é a “divulgação de história”. Para mais informações, ver: Carvalho & Teixeira, 2019.



Chalhoub, historiador e cronista da terra Bruzundanga

Tratemos de nosso primeiro caso. Leitor e pesquisador de Machado de Assis e de Lima Barreto, o historiador Sidney Chalhoub é professor aposentado da Unicamp e atualmente professor convidado na Universidade de Harvard nos Estados Unidos. Foi de além-mar que enviou alguns textos de análise de conjuntura para o blog *Conversa de Historiadoras*.¹⁴ Entre eles, um que intitulou *Desfaçatez de Classe*.¹⁵ O narrador é um *alter ego* de Brás Cubas. Ele faz uma crônica sobre o episódio da prisão coercitiva de um “ex-presidente da república” do Bruzundanga por “um certo juiz da roça”, episódio que aconteceu “nos remotíssimos dias de março de 2016”, mais precisamente “no quarto dia daquele mês, sexta-feira aziaga”. Afirma o narrador, antecipando o futuro, que “o acontecimento espetacular acelerou a história”.¹⁶

Por meio da familiaridade que tem com a obra de Machado e de Barreto, Chalhoub usa e abusa do anacronismo para fazer uma reflexão complexa e bem humorada que salta nos tempos, tal qual o tigre benjaminiano, expresso em suas teses ao se referir ao modo como um autêntico historiador materialista deveria se portar diante dos tempos históricos. Na crônica o ilustre escritor brasileiro é apresentado como intérprete do Brasil, ou nas palavras do narrador, como: “Autor genial e complexo, Machado de Assis só teorizava por meio de alegorias, ou por linhas tortas, que é um jeito mais simples de dizer a mesma coisa. Por isso inventou Brás Cubas, outro guapo da história pátria, narrador e protagonista das *Memórias*.” É como se *Memórias Póstumas de Brás Cubas* fosse não só um tratado sociológico do século XIX, mas guardasse em sua estrutura elementos capazes de nos fazer compreender os acontecimentos de 2016 e, por que não, antecipar o contexto complexo da campanha eleitoral de 2018.

Nas páginas de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* o autor parece ter encontrado uma categoria capaz de explicar os acontecimentos presentes: descaramento ou desfaçatez de classe, um conceito cunhado para expressar momentos em que determinadas classes se sentem autorizadas a pronunciar os mais elevados impropérios,

¹⁴ O blog está disponível em: <https://conversadehistoriadoras.com>. Acesso em: 23 mai. 2019.

¹⁵ O texto completo pode ser acessado em: <https://conversadehistoriadoras.com/2016/03/25/desfacatez-de-classe-sidney-chalhoub/>. Acesso em: 23 mai. 2019.

¹⁶ Todas as citações de *Desfaçatez de classe* foram retiradas do texto publicado no blog e disponível em: <https://conversadehistoriadoras.com/2016/03/25/desfacatez-de-classe-sidney-chalhoub/> Acesso em: 25 mai. 2019.



pois devido a sua autoconfiança se sentem livres de qualquer punição, jurídica ou mesmo social.

Preconceitos raciais, de gênero e de classe, aqueles que poderiam acabar com a carreira, ou mesmo levar a prisão de quem os pronunciasse, são ditos sem nenhum constrangimento em tempos de desfaçatez de classe, reabrindo um portal do tempo que permite trazer para o presente estruturas de pensamento própria de séculos passados. Tudo isso sem nenhum constrangimento ou punição. Como o texto de Chalhoub entrevistê, essa temporalidade se abre de quando em vez. Ela esteve presente no tempo de Braz Cubas e reapareceu em 2016. Vejamos como ela se manifestou lá e cá.

No universo escravista do século XIX a desfaçatez de classe pode ser apreendida historicamente a partir do momento que Braz Cubas se manifesta, sem nenhum pudor, ao referir-se ao escravizado Prudêncio como “o meu cavalo de todos os dias”, ou quando pôs-se a refletir sobre a existência de Dona Plácida chegando à seguinte conclusão:

[ela veio ao mundo] “para queimar os dedos nos tachos, os olhos na costura, comer mal, ou não comer, andar de um lado para outro, na faina, adoecendo e sarando, com o fim de tornar a adoecer e sarar outra vez, triste agora, logo desesperada, amanhã resignada, mas sempre com as mãos no tacho e os olhos na costura, até acabar um dia na lama ou no hospital.”¹⁷

De acordo com o narrador:

A *desfaçatez de classe* acontece quando a classe brascúbica, uma vez achacada de crise de despudor, como ocorreu na Bruzundanga naquelas memoráveis Jornadas de março de 2016, destampa ao mundo os mais recônditos segredos de sua maneira de ver as cousas, segundo a qual negros, mulheres e pobres existem para ralar ou empurrar traquitanas enquanto o patronato chiquérrimo vocifera, à beira-mar, contra a presidenta eleita.¹⁸

Seria o mesmo excesso de confiança, ou desfaçatez de classe, que levou um Brás Cubas reencarnado a declarar publicamente em 2016 que “analfabeto não pode ser ministro”. Descendentes do defunto autor, que foi Cubas, não se constrangem em tornar público seus pensamento, agora não mais na forma de um livro póstumo, mas em *timelines* de redes sociais, tal como uma socialite que se referiu à filha adotiva de um casal de famosos como uma “macaca”,¹⁹ ou uma certa advogada, que em vídeo esbraveja por ter que dividir o seu voo com empregadas domésticas e trabalhadores braçais. Ou ainda, a esposa de um famoso humorista, que, ao afirmar que “aeroporto

¹⁷Disponível em: <https://conversadehistoriadoras.com/2016/03/25/desfacatez-de-classe-sidney-chalhoub/>. Acesso em: 27 mai. 2019.

¹⁸ Disponível em: <https://conversadehistoriadoras.com/2016/03/25/desfacatez-de-classe-sidney-chalhoub/>. Acesso em: 27 mai. 2019.

¹⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/filha-de-giovanna-ewbank-bruno-gagliasso-vitima-de-racismo-22117146>. Acesso em 23 ago. 2019.



está parecendo rodoviária”, se ressentiu por ter dividido o voo com um “cara (...) de bermuda e chinelo”, indo do Rio de Janeiro para São Paulo.²⁰ O portal para o século XIX foi aberto e a desfaçatez de classe não é mais pronunciada por um defunto autor, mas por sujeitos defuntos, espécies de reencarnações de Brás Cubas.

Nesse texto, Sidney Chalhoub mobiliza todo o aporte profissional alcançado por ele como professor e pesquisador de história: erudição, pesquisa documental, preocupação com categorias históricas, organização argumentativa. Esses predicados já seriam suficientes para reconhecer esta crônica como uma montagem feita por um historiador profissional. Mas o autor acrescenta outras habilidades para além das que comumente definem esse ofício: domínio da narrativa, brincadeira com o anacronismo, posicionamento ético-político, uso da história para pensar o tempo presente. Das fronteiras da sua especialização em história da escravidão brasileira no século XIX, Chalhoub salta para o século XXI e produz um texto capaz de atingir não somente os novos historiadores, como uma nova geração de leitores, dentro e fora do ofício que nos toca. Para além disso, o texto tem implicações na própria operação historiográfica, visto que faz uso de procedimentos caros ao trabalho do pesquisador, mas inova na linguagem e no estilo.

O autor abriu o presente às múltiplas temporalidades, fazendo uma análise que é ao mesmo tempo conjuntural e estrutural. Sua análise foi capaz de penetrar nas singularidades econômicas e políticas do Brasil, mas também de revelar como a crise política e econômica interna se situava nos jogos bio-econômicos internacionais. Sua análise não tem nada de imparcial. Ele se posiciona claramente sobre o caso em questão, escancarando as contradições políticas e até morais daqueles que acusavam a então presidenta. Dessa forma, também revela seu posicionamento cidadão. O historiador se apresenta como profissional e como testemunho de um tempo. Testemunho que não se abriga trincheira de uma suposta imparcialidade política ou profissional, mas que se lança no campo de batalhas narrativas sobre nosso tempo, levando consigo equipamento próprio de sua formação como historiador.

²⁰ Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/esposa-de-renato-aragao-reclama-de-aeroporto-parece-rodoviaria/>. Acesso em 20 set. 2019.



O Fado da Ursal

Em que pese as inovações da crônica de Chalhoub, ela se manteve dentro de um formato razoavelmente familiar ao historiador: o de um texto estruturado em diversos parágrafos, com apresentação de uma ideia, argumentos, citações, desenvolvimento e conclusão. O segundo caso que apresentamos agora tem como singularidade o de ser uma paródia musical, que aproveita a estrutura de um texto musical anterior, alterando-o, e ativando assim o caráter contestatário provocado por esse deslocamento de sentido.

Está consagrada entre os historiadores a adoção da música como objeto e seu uso como fonte histórica, mas não tanto como forma de expressão. O acesso a esse recurso depende de outros predicados: conhecimento da linguagem e da notação musical, domínio de instrumentos, expressividade vocal, capacidade de compor. Historiadores que analisam música já os temos, trilhando o caminho aberto por pioneiros como Arnaldo Daraya Contier²¹ na busca de leituras interdisciplinares da música como fonte para a História. Historiadores/intérpretes o temos em escala menor, merecendo registro a atuação da professora e pesquisadora Miriam Hermeto com seus repertórios apresentados em formato de “aulas-show” multimídia, sobre os tempos da ditadura ou sobre os ecos de 1968.²² Mencione-se, fora do Brasil, o caso de Michael Frisch e sua *198 String Band*, que apresenta espetáculos musicais, com intervenções audiovisuais e falas, sobre o repertório de *folk music* produzido durante a Grande Depressão por autores como Woody Guthrie.²³ Aqui, apontamos para uma modalidade mais rara: a de historiador intérprete e compositor.

Nosso objeto de análise são as criações parodísticas apresentadas entre março de 2016 e outubro de 2019 na página “Paródia da Semana”, disponível no Facebook. Tratou-se de um projeto desenvolvido por Rafael Rosa Hagemeyer, docente da Universidade do Estado de Santa Catarina, professor de história da música e produção de audiovisual vinculado ao Laboratório de Imagem e Som (LIS). Historiador com formação musical, foi também músico profissional em bares de Curitiba e Porto Alegre. Com a “Paródia da Semana”, Hagemeyer somou aos seus trabalhos relacionados à resistência estudantil, a análise fílmica e musical, difundidos por meio de formatos

²¹ Ver, a esse respeito: Moraes & Lima, 2007.

²² Alguns dos espetáculos apresentados por Hermeto são a aula show “meia oito” e “Na carreira” (concebidas por ela e Ricardo Frei). Ver, a respeito: Hermeto & Lima, 2008.

²³ A esse respeito, ver o podcast “Folk Music as Oral History”, produzido pelo Centro de História Oral da Columbia University: <https://podcasts.apple.com/us/podcast/michael-frisch-198-string-band-folk-music-as-oral-history/id505159853?i=1000122211968>.



convencionais como o livro e o artigo acadêmicos, um novo caminho de atuação com a composição de paródias relacionadas a episódios políticos. Essas paródias são interpretadas por ele em formato voz e violão e gravadas em vídeos, nos quais o historiador é acompanhado por objetos lúdicos ou por projeções de imagens, ao fundo. Na página do projeto, Hagemeyer explica:

Considero esse projeto uma experiência que tem possibilitado perceber como as pessoas reagem a determinada interpretação de fatos, personagens e seu contexto. É sua leitura do contexto em que vivemos, considerando que a alegoria possui um poder ambíguo, pode mistificar ou revelar aspectos da realidade que não enxergamos envolvidos no turbilhão dos acontecimentos. É uma forma de narrar a história do tempo presente.²⁴

Instigados pelo trabalho de Hagemeyer e por sua forma de enunciá-lo, entendemos a relevância de refletir sobre a seguinte questão-problema: a formação como historiador, para além de seu posicionamento ideológico, é articulada em suas composições paródicas? Para responder essa questão propomos uma análise de uma de suas paródias mais acessadas nas redes sociais: o *Fado da Ursal*.

FADO DA URSAL

Oh, musa de Bolívar

Oh, minha grande URSAL

Que surge num debate

Presidencial

Esquece a esquerda ingrata

Que já se corrompeu

E que só faz deboche

Do sonho que perdeu

Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal

Ainda vai juntar-se numa grande Ursal!

Sabes, no fundo eu sou um comunista...

Todos nós bolivarianos queremos toda América Unida

(Sem os Estados Unidos, é claro!)

Mesmo quando meu partido só está preocupado

Em conciliar, se aliar, reformar

Meu coração revolucionário fecha os olhos

E sinceramente arde..

Com Salvador Allende

Sandino e Che Guevara

Fidel e Marighela

²⁴ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/parodiadasemana/about/?ref=page_internal. Acesso em: 23 ago. 2019.



A força de Zapata
Abolindo as fronteiras
Numa só grande pátria
O imperialismo ianque
Finalmente se acaba!²⁵

A chamada “União Revolucionária Socialista da América Latina” ganhou popularidade após ser apresentada em debate eleitoral para a presidência da república promovido pela TV Bandeirantes e veiculado pela mesma emissora no dia 9 de agosto de 2018.²⁶ O candidato Cabo Daciolo foi quem trouxe a Ursal a público ao atribuir a outro candidato, Ciro Gomes, uma possível relação com a suposta entidade.²⁷ Posteriormente, a existência fictícia da Ursal foi reelaborada criativa e ludicamente em objetos de consumo (como camisetas e canetas), inúmeros *memes*, testes online (como “Qual seu nome na Ursal?”, “Que país da Ursal é você?”, “Quantos % de Ursal existe em você?”) – e, no caso em análise, em uma paródia.

Recurso populares, e ao mesmo tempo sofisticado, da literatura, a paródia consiste na apropriação de determinada estrutura narrativa, repetida, mas em nova roupagem. No caso da composição musical, mantém-se a melodia e a harmonia da música, mas altera-se a letra. Conforme definição dada pelo próprio Hagemeyer,

Paródia é um tipo de palimpsesto, composição criada a partir da obra de outra pessoa. Pode se inspirar num gênero ou num tipo de interpretação, que serve como referência ou citação. Nem sempre é caricata, às vezes pode ser uma sincera homenagem. Na canção, normalmente toma a melodia de uma música, e às vezes o mesmo modo de cantar e o arranjo, sobrepondo uma outra letra que estabelece uma nova relação de sentido.²⁸

O autor buscou no repertório de Chico Buarque de Hollanda a composição que serviu de base para sua paródia: o *Fado Tropical* foi transformado em *Fado da URSAL*. Neste, a Ursal entra em cena como musa comunista, deixando de lado a caricatura fantasmagórica que assombra o imaginário de certa comunidade (política, evangélica, conservadora) ao qual o candidato que a mencionou evoca.

Se em *Fado Tropical* o destino do Brasil é apresentado, de forma irônica, como o de ser tão somente “uma imenso Portugal”, na paródia o destino do país é promover o sonho bolivariano de fazer da América Latina uma “grande Ursal!”. Sonho esse cultivado por um narrador que se identifica como pertencente a um partido político que

²⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eVNS_or1uJQ. Acesso em: 23 ago. 2019.

²⁶ Para mais informações sobre o debate e leituras sobre a chamada Ursal, ver: Rosa, Rezende & Martins, 2018; Chagas, Modesto & Magalhães, 2019.

²⁷ Disponível em: <https://youtu.be/7ANqSdWvTlo>. Acesso em: 23 ago. 2019.

²⁸ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/parodiadasemana/about/?ref=page_internal. Acesso em: 23 ago. 2019.



só estaria “preocupado em conciliar, se aliar, reformar”, mas que “no fundo” é comunista.

Uma pequena pausa na apresentação da composição para uma reflexão sobre o eu-lírico: trata-se de um comunista que na verdade se diz filiado a um partido reformista; logo, alguém que não assume sua identidade comunista se não pelo que guarda – ou seria melhor dizer, pelo que esconde “no fundo”? A deixa para essa interpretação não está apenas na escolha da imagem literária de um comunista escondido no armário, mas também no ter seu coração ardido quando fecha os olhos e vê o quanto a esquerda tem maltratado a musa bolivariana que é quem realmente importa. Seria o caso de um comunista em crise de identidade?

Deixando o desvio especulativo do eu-lírico comunista de lado, voltemos à composição. Ainda se dirigindo à musa bolivariana chamada Ursal, são convocadas a seu favor nomes importantes da esquerda latino-americana: Allende, Sandino, Che, Fidel, Marighella e Zapata. A escolha dos heróis que ajudarão a musa a cumprir o ideal bolivariano não é aleatória: estão listados todos que, guardados seus respectivos posicionamentos políticos, se filiaram a propostas socialistas/comunistas, seja no ideal, seja na implementação de ações políticas efetivas.

No *Fado da Ursal* o tempo histórico é suspenso para trazer para o contexto eleitoral brasileiro não o fantasma da unidade latino-americana, mas a realização de todos os projetos revolucionários tentados desde Simon Bolívar. Seria a eleição presidencial brasileira o momento de cumprimento da promessa messiânica de uma grande Ursal?

Unificar tempo e espaço, usar e abusar do anacronismo deliberado e reflexivo, reivindicar personagens históricos da experiência de esquerda latino-americana e transformar a paranoia da direita religiosa e conservadora em algo que não apenas é risível – mas que por meio do riso recupera sua potencialidade utópica – é algo que revela não apenas a criatividade artística do historiador, como também a boa articulação que fez da sua formação como professor e pesquisador especializado em história da América Latina na composição e interpretação de *Fado da Ursal*. Se todo sujeito que gosta de música é capaz de fazer paródias, há um diferencial em paródias de cunho histórico, tal como as feitas por Hagemeyer. Elas são mais que uma resposta imediata a uma situação do presente, pois, tal como vemos na composição aqui destacada, há referências a personagens históricos que requerem determinada familiaridade com a disciplina. Nesse sentido, é o próprio autor quem menciona esse vínculo:



Como professor de História, tendo trabalhado com a canção popular e as paródias no meu doutorado, eu não poderia deixar de ter consciência do tipo de apropriação simbólica que envolve esse tipo de trabalho. Tomar uma melodia conhecida do público e retrabalhar o sentido de sua letra de acordo com o sentido dos acontecimentos atuais, esse foi o sentido da criação do *Paródia da Semana*. (...) Ao observar que algumas das primeiras gravações da história da música popular nos Estados Unidos tratavam de assuntos atuais, como o desastre do navio Titanic em 1910, veio a ideia de realizar uma espécie de crônica semanal dos acontecimentos políticos que assolavam o país.²⁹

Mais que uma reação sintomática a acontecimentos do momento, as paródias de Rafael Hagemeyer se constituem em projeto pensado e fundamentado histórico e teoricamente. Suas composições e interpretações remetem à sua trajetória como historiador e professor. Elas se articulam com a pesquisa de doutorado, mas também com o fato de ser professor de uma disciplina obrigatória no currículo de História da Universidade do Estado de Santa Catarina que se chama Laboratório de Imagem e Som. Por meio de suas paródias, é possível refletir sobre espectros do passado que reaparecem no presente, projetos revolucionários latino-americanos, usos políticos do passado e respostas imediatas que historiadores(as) podem manifestar articulando tanto sua expertise quanto o papel público que o historiador é requisitado a cumprir em tempos de barbárie. Acrescente-se que a referida paródia teve mais de 7 mil visualizações³⁰ e uma interação significativa por meio de curtidas e comentários – grau de popularidade que poucos historiadores brasileiros conseguem alcançar em tão pouco tempo com um artigo científico ou um livro autoral. Como o próprio autor reconhece em texto de apresentação da página, nada disso seria possível sem o advento das redes sociais. Essa ferramenta – cujo papel social, político e cultural no tempo presente não deve ser ignorado – é talvez uma das mais potentes que o historiador e o intelectual têm diante de si.

A história que a história não conta e seus embates

Um terceiro caso – no qual o historiador, à diferença dos casos anteriores, é um agente entre outros – emerge do universo das escolas de samba. Campeã do Carnaval do Rio de Janeiro em 2019, a Mangueira levou para a avenida “a história que a história não conta”, trazendo à tona memórias de negros, índios e pobres, invisibilizados por uma

²⁹ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/parodiadasemana/about/?ref=page_internal. Acesso em 25 ago. 2019.

³⁰ Em 12 de agosto de 2018 a página contava 7.373 visualizações. Disponível em: https://www.facebook.com/search/top/?q=fado%20ursal&epa=SEARCH_BOX. Acesso em: 23 ago. 2019.



história que por muito tempo se dedicou apenas aos grandes vultos da nação. Conforme um dos compositores do samba-enredo, Luiz Carlos Máximo, afirmo: “Esse é o grande trunfo do enredo. A gente aprende na escola os heróis que na verdade não são os nossos heróis. Nossos heróis são os heróis da resistência, quem lutou pela liberdade e por todas as demandas sociais que a gente sempre está brigando”³¹.

Acionada na fala do compositor, a noção de demanda social é uma chave de reconhecimento da força política do samba-enredo. O tema elaborado pela escola procura historicizar o passado recente, questionando a maneira como este tem sido transmitido e buscando responder, assim, às demandas sociais por reconhecimento e por justiça. Tais anseios podem ser entendidos também como “reivindicações memoriais” e se referem a

passados traumáticos difíceis de assumir por parte das comunidades nacionais e que emanam de pessoas ou de grupos que não pertencem ao meio dos historiadores profissionais. O reconhecimento de uma dívida a saldar em relação ao passado parece, portanto, comum a essas reivindicações memoriais.³²

O samba-enredo – de autoria de Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira, Manuela Oiticica e Danilo Firmino – faz uma crítica aos perigos de uma história que apaga, negligencia ou torna superficiais determinadas experiências e narrativas. A invisibilização de indígenas, o embranquecimento de personalidades negras (como Aleijadinho), a exaltação acrítica aos bandeirantes, os desaparecidos e torturados durante a ditadura militar (um dos carros alegóricos trazia a frase “Ditadura assassina”), o assassinato ainda impune de Marielle Franco³³, e uma bandeira do Brasil estilizada, onde no lugar de “ordem e progresso” lia-se “índios, negros e pobres” são, entre outras, as questões levantadas pelo desfile. A Mangueira buscou alertar o grande público sobre a importância das muitas histórias, um equilíbrio que permite o reconhecimento de grupos invisibilizados, apontando os perigos de uma história única, como bem alertou Chimamanda Adichie³⁴, permitindo o conhecimento do outro e de outros lugares.

³¹<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2019/noticia/2019/03/07/compositores-do-samba-enredo-campeao-dedicam-vitoria-ao-povo-da-mangueira.ghtml>. Acesso em: 19 mar. 2019.

³² DELACROIX, Christian. “L’histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres?” **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 05 - 38, jan./mar. 2018.

³³ Socióloga, eleita vereadora do Rio de Janeiro em 2016, crítica da intervenção federal no Rio de Janeiro e da Polícia Militar, foi responsável por denúncias aos abusos de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidades carentes. Foi assassinada a tiros em 14 de março de 2018, junto de seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes, no Rio de Janeiro.

³⁴ A escritora nigeriana Chimamanda Adichie usou o termo “história única” para criticar a construção distorcida de estereótipos de pessoas e/ou lugares, em sua palestra no evento Technology, Entertainment



Duque de Caxias, considerado patrono do exército brasileiro, foi representado em um carro alegórico pisando em corpos ensanguentados, representando as vítimas da repressão militar durante o período imperial. O carro que apresentou a polêmica é assinado por professores de escola do Rio de Janeiro. A referência a Duque de Caxias é assinada por Tarcísio Motta, vereador no Rio pelo Psol e professor de história do Colégio Pedro II.³⁵

Caxias tinha como propósito manter a unidade do território nacional durante o período regencial (1831-1840), atuando na repressão à revoltas populares, como Balaiada, no Maranhão, e à Revolução Farroupilha, no Sul do Brasil. Sua trajetória também está ligada à Guerra do Paraguai, onde atuou no comando das forças do Império, um confronto deixou um saldo de mortos que gira entre 130 mil e 300 mil pessoas. Uma publicação via *twitter* da assessoria de imprensa das Forças Armadas logo após o anúncio da vitória da Mangueira é entendida pela imprensa como uma resposta, apesar de não mencionar a escola: “tentativas de revisionismo acerca da figura do Duque de Caxias ocorrem de tempos em tempos, sem nenhuma base historiográfica”³⁶.

Em outra alegoria, levou-se para o sambódromo a pichação do Monumento às Bandeiras, ocorrido em São Paulo em 2016. Os monumentos foram tingidos de tintas coloridas ocorreu logo depois do debate entre os candidatos à Prefeitura de São Paulo, naquele ano, em que foi abordado, dentre outros temas, o abandono da cidade. A pichação gerou reações diversas. O Instituto Victor Brecheret, voltado à obra do escultor, lamentou a violência contra a obra, apontada pela instituição como uma das mais importantes do país. Cabe apontar que as discussões geradas a partir do ato tiveram tamanha repercussão que chegaram a se transformar em questão da Olimpíada Nacional de História de 2017³⁷. O episódio questiona a “liturgia auto consagradora do

and Design (TED), posteriormente disponibilizado em vídeo no site Youtube e amplamente divulgado nas redes sociais. Disponível em:

https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt.

Acesso em: 12 set. 2019.

³⁵ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/exercito-exalta-duque-de-caxias-no-twitter-apos-critica-da-mangueira-ao-personagem-historico-23505253>. Acesso em: 15 set. 2019.

³⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/exercito-exalta-duque-de-caxias-no-twitter-apos-critica-da-mangueira-ao-personagem-historico-23505253>. Acesso em: 15 set. 2019.

³⁷ BAUER, Leticia. BORGES, Viviane. O patrimônio cultural e a história pública: observações sobre os embates contemporâneos. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 11, n. 23, p. 48-58, maio/ago. 2019



poder”³⁸ que institui o que deve ser lembrado. Na leitura da Mangureira, os danos à obra foram apresentados como marcas do sangue derramado por heróis populares”³⁹.

A crítica social alinhada às demandas sociais e a visibilização de personagens marginalizados não é novidade no carnaval brasileiro. Já nos anos 1960 a Salgueiro apresentou personagens pouco (ou nada) conhecidos, como Chica da Silva, Chico Rei e Zumbi dos Palmares. Em 2018, apenas para citar o exemplo do carnaval anterior, a Paraíso do Tuiuti, levou para avenida o enredo “Meu Deus, Meu Deus, Está extinta a Escravidão?”. A escola, que foi vice-campeã, mobilizou a atenção do público ao propor um samba-protesto que apontava o racismo e as reverberações da escravidão no presente. Uma das alas ironizava o caráter manipulador da mídia e das redes sociais e seu papel na formação dos manifestantes, chamados de “manifestoches”. A respeito do desfile, Ana Maria Mauad, que o considerou um fenômeno de história pública do tempo presente, escreveu tratar-se de um exemplo do que ela chama de “atitude historiadora: a tomada de posse do passado comum para dar sentido ao presente e situar-se no fluxo do tempo futuro”⁴⁰.

Esse diálogo entre o passado, o presente e o futuro também aparecem no enredo da Mangureira, que relaciona, por exemplo, as demandas por intervenção militar por parte de alguns grupos ao fato de terem aprendido a história de forma enviesada⁴¹. Chama a atenção o destaque dado, em reportagens que repercutiram o desfile, a consulta de “historiadores, livros e teses”⁴² para tecer o polêmico enredo. “Para desenvolvimento do enredo, Leandro consultou historiadores como Luiz Antonio Simas. E tem passado horas debruçado sobre uma infinidade de teses e livros”, destacou uma delas, de certa forma ratificando a autoridade profissional do historiador como intérprete legítimo do passado. Para Simas, historiador e co-autor do *Dicionário de História Social do Samba*, entre outros trabalhos, “o enredo da Mangureira ‘é da maior relevância’ por lançar um olhar crítico sobre a ideia do protagonismo histórico e destacar personagens do povo –

³⁸ CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

³⁹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/entretenimento/mangureira-faz-desfile-povoado-de-criticas-a-historia-oficial-do-brasil/>. Acesso em: 15 set. 2019.

⁴⁰ MAUAD, Ana Maria. “O Carnaval da História Pública”. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sonia (org.). **História Pública em Debate**: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

⁴¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/enredo-da-mangureira-contara-lado-da-historia-do-brasil-na-sapucaia-22811315>. Acesso em: 16 set. 2019.

⁴² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/enredo-da-mangureira-contara-lado-da-historia-do-brasil-na-sapucaia-22811315>. Acesso em: 16 set. 2019.



ligados ao cotidiano de qualquer um – que fizeram parte de lutas históricas”⁴³. O historiador cita ainda Walter Benjamin para corroborar seu argumento, apelando à proposição do filósofo sobre a necessidade de “escovar a história a contrapelo”.⁴⁴

Além de Simas, outros historiadores e historiadoras foram chamados para comentar a escolha do enredo e sua importância na atual conjuntura brasileira. A historiadora Heloisa Starling, professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), aponta o diálogo estabelecido entre a temática abordada e as demandas do presente, atento às “questões que estão na ordem do dia”: “A História é uma coisa muito viva. Você sempre viaja para o passado com as perguntas do presente. E as perguntas que ele está fazendo são questões de hoje, como a busca por mulheres que tiveram protagonismo no Brasil”⁴⁵.

A ANPUH, Associação Nacional de História, publicou em seu site um texto intitulado “Estação Primeira de Mangueira”⁴⁶, no qual – apropriadamente – aponta que a ausência de historiadores entre os comentaristas do carnaval criou a falsa ideia de que os temas ligados aos sujeitos marginalizados não fazem parte do repertório do historiador em atividade nos dias de hoje. O texto ressalta que a Mangueira fez o que muitos professores de história fazem em seus cursos: “contar a história de baixo para cima e aclamar com orgulho personagens heróicos da história do Brasil, com Dandaras, Cariris, Malês, Dragões do Mar, Luizias Mahins, Esperanças Garcias e Marielles”. De fato, os historiadores há décadas trabalham com os temas trazidos pela escola, na escala que lhes compete. Foi também marcante a presença de documentos e textos resultantes de pesquisas de historiadores na construção do desfile. Continua o texto, assinado pelas historiadoras e professoras de História do Brasil Hebe Mattos, Martha Abreu e Keila Grinberg:

É importante esclarecer que a história do Brasil cantada pela Mangueira na avenida vem sendo exaustivamente pesquisada, estudada e ensinada por historiadores dos quatro cantos do país desde pelo menos os anos 1980. Documentos de arquivo e textos de professores e historiadores fizeram parte diretamente do desfile. Há uma sólida lista de livros, artigos e teses a

⁴³Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47409435?ocid=socialflow_facebook%20. Acesso em 20 set. 2019.

⁴⁴ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47409435?ocid=socialflow_facebook%20. Acesso em 20 set. 2019.

⁴⁵ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47409435?ocid=socialflow_facebook%20. Acesso em 20 set. 2019.

⁴⁶Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/anpuh- responde/item/5105-estacao-primeira-de-mangueira>. Acesso em: 25 mai. 2019.



fundamentar a narrativa da Escola, alguns citados pelo carnavalesco na apresentação do enredo. (...)

O vitorioso enredo de Leandro Vieira tornou evidente para o grande público o que especialistas e os sambistas há muito já sabiam: as escolas de samba são, e sempre foram, lugar privilegiado de produção de pensamento crítico sobre a história do Brasil. (...) Os profissionais de história não estão entre os comentaristas da TV, mas estão no mundo do samba. Não há dúvidas de que grande parte dos carnavalescos, compositores, cenógrafos, e todos os envolvidos na produção dos desfiles manjam mesmo, e muito, de História.⁴⁷

Extrapolar as narrativas oficiais, mostrando as trajetórias de personagens invisibilizados⁴⁸, é algo que no Brasil a história tem procurado fazer pelo menos desde os anos 1980, embasada pelas possibilidades trazidas pela história social e pela história cultural e pela adoção de metodologias como a história oral. A história daqueles que não faziam parte da história tem mostrado as potencialidades dos sujeitos marginalizados para a compreensão de práticas sociais e culturais até então igualmente invisibilizadas. O samba da Mangueira corrobora essa história até então majoritariamente restrita aos muros acadêmicos, mostrando o protagonismo de lideranças negras e indígenas ajuda a desestabilizar construções pejorativas, como a ideia de que o Brasil teria herdado “a indolência dos indígenas e a malandragem dos africanos”⁴⁹. A potência da história do tempo presente e da história pública está em incluir as intervenções do presente na discussão acerca da produção de sentidos históricos para além da academia, problematizando e desconstruindo tentativas de instituir uma história única em nome de um coletivo imaginário baseado em uma suposta identidade comum.

História oral: O testemunho como resposta rápida

A crônica, a paródia, o enredo da escola de samba são formatos para os quais a crítica social, mordaz, irônica, pícara, não é estranha. Da mesma forma, a ação imediata, impelida pela denúncia, não é estranha para um método, uma prática e uma abordagem

⁴⁷ Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/anpuh-responde/item/5105-estacao-primeira-de-mangueira>. Acesso em: 25 mai. 2019.

⁴⁸ Entre eles Cunhambebe, líder dos tamoios na resistência à ocupação portuguesa no litoral do sudeste no século XVI; Luiza Mahin, ex-escrava que teria se tornado uma liderança nas lutas contra a escravidão na Bahia no início do século XIX; e Chico da Matilde, um jangadeiro negro no Ceará que ficou conhecido como o Dragão do Mar, após liderar uma paralisação de jangadeiros, negando-se a fazer o transporte dos navios negreiros que chegavam no porto, no século XIX.

⁴⁹ "Candidato à vice-presidência da República na chapa de Jair Bolsonaro (PSL) nas eleições 2018, o general da reserva Hamilton Mourão disse nesta segunda-feira, 6, que o Brasil "herdou a cultura de privilégios dos ibéricos, a indolência dos indígenas e a malandragem dos africanos". A declaração foi feita em um evento em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, quando Mourão falava sobre as condições de subdesenvolvimento do País e da América Latina". Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,mourao-liga-indio-a-indolencia-e-negro-a-malandragem,70002434689>. Acesso em: 26 abr. 2019.



bem conhecida dos historiadores: a história oral, que é o método que orienta o quarto caso em análise.

O pendor interventivo da história oral (que convive com outros entendimentos, como o da simples técnica de documentação) aviva a referência a trabalhos como o da socióloga francesa Elisabeth Burgos em colaboração com a ativista guatemalteca Rigoberta Menchú, que rendeu a esta um livro – hoje controverso – de popularidade mundial⁵⁰ e um prêmio Nobel da Paz. Ou então à tradição engajada da história oral acadêmica que a mexicana Eugenia Meyer ajudou a introduzir no Brasil, em suas aulas ministradas no país ainda na década de 1970⁵¹. Ou, ainda, a produtos editoriais que desejaram, antes de fornecer uma análise aprofundada de fenômenos contemporâneos, espargir as vozes de quem os protagonizava e assistia, como no caso da primeira marcha do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra⁵².

Mais recentemente, a aliança entre a história pública e a história oral têm não somente reforçado trabalhos socialmente comprometidos, mas possibilitado um avanço formal e conceitual no tratamento e no entendimento da narrativa como um meio de, a um tempo, promover intervenções e construir conhecimento crítico no tempo presente. Valoriza-se, particularmente, a capacidade de a história oral ser um meio privilegiado para oferecer respostas rápidas a demandas sociais pelo registro e pela análise histórica de acontecimentos contemporâneos, sobretudo aqueles imprevisíveis, como conflitos sociais e desastres naturais; um meio privilegiado de reconhecer e preservar as narrativas de pessoas e grupos em situações de sofrimento e de vulnerabilidade de várias ordens, situações que passam a ser constitutivas de suas identidades pessoais e sociais. Aproxima-se portanto de uma ação historiadora que, como Jean-Pierre Rioux dizia ainda no início dos anos 1990, aprendeu com o que de melhor a ação jornalística podia ensinar: “na escolha de seus temas, impelida pela atualidade e submetida à pressão das testemunhas e dos atores que desejam que sua experiência seja lembrada numa produção ou numa co-produção históricas”⁵³.

⁵⁰ BURGOS, Elisabeth. **Meu nome é Rigoberta Menchú e assim nasceu minha consciência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

⁵¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. **Eugenia Meyer** - Entrevista. Revista Brasileira de História, v. 33, n. 65, p. 413-431, 2013.

⁵² SANTOS, Andrea Paula dos; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado; MEIHY, José Carlos Sebe. **Voices da marcha pela terra**. São Paulo: Editora Loyola, 1998.

⁵³ RIOUX, Jean-Pierre. “Entre história e jornalismo”. In: CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.) **Questões para a história do presente**. Bauru, SC: Edusc, 1999. p. 119-26.



Existem alguns casos interessantes a se observar, de iniciativas nas quais as estratégias ligadas à história oral são mobilizadas e apropriadas de maneira muito distinta, mas com o propósito comum de impactar, em caráter imediato, a memória pública. A associação estadunidense de história oral, por exemplo, tem valorizado e apoiado institucionalmente a capacidade reativa da história oral diante de crises. No ano de 2006, a associação criou o *Emerging Crises Oral History Research Fund*, um fundo de pesquisa voltado a apoiar investigações sobre situações de crise - projetos com necessidades emergenciais, que não poderiam esperar por outro tipo de financiamento. A apresentação do fundo assume que:

As pesquisas em história oral incluem projetos importantes que tratam de situações de crise atuais tanto nos Estados Unidos quanto internacionalmente, incluindo guerras, desastres naturais, repressão política, econômica e/ou étnica, ou outros eventos atuais em proporção de crise. Estudiosos que conduzem pesquisas de história oral nesses tipos de projeto costumam começar a entrevistar seus informantes após semanas ou meses da crise, ou mesmo ao longo do desenrolar do evento crítico. Obter financiamento para esse tipo de pesquisa costuma ser difícil, por conta do demorado calendário de chamadas da maior parte das organizações financiadoras.⁵⁴

A variedade dos temas dos projetos recipientes nas chamadas anuais do fundo demonstram a amplitude das situações de crise nas quais a história oral pode adquirir relevância pública na mobilização em situações urgentes: a exploração do trabalho e as condições laborais de mulheres migrantes na China⁵⁵; a participação na primavera árabe; os refugiados climáticos que tiveram de deixar seus territórios em Louisiana, em função da destruição frequente de suas propriedades por enchentes e furacões; os movimentos contra a violência policial; e assim por diante. O projeto mais recente, a quem o financiamento foi outorgado em 2018, é uma “História oral dos Furacões Irma e Maria: Uma crise social, cultural e ambiental em Porto Rico e nas Ilhas Virgens Americanas”.⁵⁶ No ensaio introdutório de um livro que organizou com Stephen Sloan justamente sobre o papel da história oral em situações de crise⁵⁷, Mark Cave assinalou o fenômeno de aceleração e encurtamento do intervalo entre a ocorrência de tragédias e situações de crise e a ação de pesquisadores de história oral em sua documentação.

⁵⁴ “Emerging Crises Oral History Research Fund”. Disponível em: <https://www.oralhistory.org/award/emerging-crisis-research-fund/>. Acesso em: 07 ago. 2019.

⁵⁵ Este projeto, especificamente, teve como base narrativas de mulheres com doenças ocupacionais de uma fábrica de baterias. Resultou em um curta-metragem intitulado *Red Dust*. Disponível em: https://www.cultureunplugged.com/storyteller/Karin_Mak#/myFilms. Acesso: 07 ago. 2019.

⁵⁶ Não estão disponíveis os resumos ou os projetos completos; tampouco se localizaram os resultados de todos os projetos. Por essa razão, mencionamos apenas uma seleção aleatória dos mesmos.

⁵⁷ CAVE, Mark; SLOAN, Stephen M. **Listening on the Edge: Oral History in the Aftermath of Crisis**. Oxford: Oxford University Press, 2014.



Identificou algumas das preocupações ativadas por esse tipo de trabalho (o impacto psicológico da entrevista sobre os entrevistados, sobretudo), mas valorizou o papel da metodologia e de seus pesquisadores em contribuir para que as comunidades afetadas reconstituam seu sentido identitário a partir dos restos deixados após crises e tragédias.

O cenário de ataque aos direitos sociais e individuais e o desmonte dos sistemas de proteção ao cidadão e à vida em sociedade, em galopante agravamento no Brasil desde o golpe de 2016, tem incitado historiadores a entrever na narrativa pessoal, instanciada a partir de experiências coletivas de conflito e violência, um lugar de resistência. Conjuntos de narrativas sobre o presente e o passado recente refazem-se, e renovam sua função, enquanto espécies de construtos simbólicos nos quais os sentidos do democrático, do público e do comum podem ser preservados; que constituem tanto um modo incisivo de oposição a tais ataques e desmontes quanto um tipo de reserva de memória cultural capaz de garantir a persistência de valores desafiados e por vezes diretamente torpedeados por medidas governamentais agressivas e antidemocráticas.

Tomemos o caso de um projeto recente, baseado em entrevistas, que parece - entre outras finalidades - induzir a criação de reservatórios de memórias e de representações sociais em risco. *Narrativas em movimento - Do “Escola Sem Partido” à “Educação Democrática”*: *História pública e trajetórias docentes* é o título da dissertação de mestrado em História de Renan Rubim Caldas, defendida em 2018 na Universidade Federal Fluminense, para a qual o autor se mobilizou a partir do candente debate público sobre a profissão docente - debate persistente no tocante às condições de trabalho do professor, que ganhou novos contornos, em um contexto de ascensão conservadora no qual o movimento “Escola sem Partido” (compreendido por Caldas como um “antimovimento social”) se gestou.

Lidando com o imediato como sua dimensão temporal por excelência, Caldas analisou as narrativas públicas construídas em torno do “Escola sem Partido” e do movimento social “Professores Contra o Escola Sem Partido” - assim chamado pelo autor, que deslinda o papel do movimento na defesa da educação democrática. Aos professores de História do ensino básico, Caldas atribui um duplo compromisso com a história pública: eles seriam agentes da disseminação e da construção crítica de saberes históricos, na sala de aula, mas também seriam “sujeitos históricos intervindo na realidade social, política e cultural em que vivem, ou seja, em que atuam como



intelectuais públicos e transformadores em outros espaços públicos da sociedade, para além do espaço acadêmico”⁵⁸.

Caldas acrescenta sua própria camada a essa “atitude historiadora” – que é individual e coletiva – quando documenta as histórias de vida de docentes de História do ensino básico, aceitando a história oral como um método de investigação e ação, um método narrativo e participativo, que faculta e convida à plena tomada da palavra por parte de sujeitos históricos. Longe de arremedar o consagrado nicho da história oral da profissão docente, de tom não raro “celebrativo” e nostálgico, Caldas assume as narrativas como um espaço de discussão sobre a – e, por conseguinte, de exercício da – função social da disciplina histórica e as responsabilidades sociais do historiador e do professor de História. Assim, Caldas nos reafirma que, para além das possibilidades de utilização de novos meios, suportes e linguagens para elaboração de questões que estão na ordem do dia, também a pesquisa especializada, a sala de aula e os métodos consolidados de investigação (a história oral) e de difusão (uma dissertação de mestrado) seguem sendo instrumentos potentes. Quando olham para as demandas sociais, configuram narrativas públicas, indispensáveis em sua condição pública, para a reconstrução e revalidação coletiva – como neste caso – dos significados da profissão docente.

Algumas considerações, para encerrar sem conclusão

Esses casos, por diversos que sejam, tangenciam as relações entre demandas sociais, história do tempo presente e história pública, articuladas com avanços epistemológicos e ontológicos da História. As formas tradicionais de manifestação da comunidade de historiadores sobre questões polêmicas pautadas pelo seu tempo costumavam, no passado, se dar por meio de petições, cartas de adesão, artigos de jornais, em suma, por formatos que mantinham vínculo com a tradição escrita e com o domínio que tinha sobre as etapas da produção.

Treinado para construir uma monografia, uma tese ou uma dissertação, para além de discursar e apresentar oralmente os resultados de sua pesquisa, com as novas tecnologias o historiador se vê na iminência de ter que produzir narrativas mediado por outras linguagens que não a escrita. Ao fazer isso, não apenas leva sua expertise para a

⁵⁸ CALDAS, Renan Rubim. **Narrativas em movimento - do “Escola sem Partido” à “Educação Democrática”**: História Pública e trajetórias docentes. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018



nova plataforma que escolheu, como também é moldado pelos limites e potencialidades que o meio utilizado impõe – seja ele o cinema, a música ou a crônica literária. Isso não apenas amplia o raio de ação e repercussão do trabalho do historiador como traz novos desafios técnicos e epistemológicos para a comunidade científica.

A incorporação da arte, da história oral, da música, do filme e da fotografia na oficina do historiador ajudou a ampliar, refinar e fortalecer a história enquanto ciência. Seria diferente se incorporássemos os memes, as redes sociais, os blogs, os stories? O texto do historiador já passou pelas narrativas monográficas, pelos ensaios, pelas páginas de jornais. Perderia seu rigor enquanto erudição, posicionamento crítico e responsável se formatado em paródias, crônicas, exposição, organização de acervo, documentários ou games educativos?

Não é o caso de abrir mão da crítica rigorosa, de uma história fundamentada em fontes, arquivos e métodos, mas de reavaliar os limites desse tipo de narrativa no mundo contemporâneo e propor, junto a eles, novas formas e estilos de apresentação do trabalho do historiador. Tampouco se trata de trocar a avaliação dos pares pelo número de *likes* nas redes sociais ou a popularidade da manifestação dos historiadores, mas de colocar as regras e métodos apreendidos na formação em formatos capazes de chegar a públicos com pouco – se não nenhum – conhecimento acerca de como funciona o trabalho do pesquisador da área de história. Dar a esse público ampliado a possibilidade de conhecer parte da nossa labuta, se posicionar sobre ela e, no limite, desejar conhecer as outras modalidades de narrativa e de reflexão da comunidade historiográfica.

A enunciação pública da relação entre os homens e o tempo não implica colocar a história a serviço dos movimentos sociais, construindo uma história hagiográfica da luta operária, feminista, ambiental, e assim por diante – mas abrir a história para refletir criticamente com e sobre os movimentos sociais e as diferentes formas de organização da sociedade civil. Trazer para a universidade suas demandas e devolvê-las a partir da análise rigorosa – de forma a estimular os sujeitos e grupos à reflexão sobre as dinâmicas temporais de suas reivindicações, assim como o historiador a ampliar e refinar seu repertório crítico, temático e analítico – é possível, dentro de um esforço que prime pela horizontalização da produção do conhecimento histórico.

A sobrevivência da história, como área de conhecimento legítima e reconhecida científica e socialmente, só estará em perigo se, diante dos desafios de se arriscar quando questões candentes do presente exigem posicionamento e análise, for preferível ficar no silêncio esperando que historiadores do futuro ofereçam explicações para o que



vivemos no presente. É fundamental que a comunidade de estudiosos não se omita sobre os usos e abusos do passado no tempo presente, sobre as violências, censuras, golpes e articulações que irrompem de tempos em tempos e, principalmente, como eles estão à espreita na atualidade. É preciso fazer isso com respeito e com seriedade, mas também com criatividade. As ferramentas virtuais, as redes sociais e os múltiplos recursos narrativos e tecnológicos disponíveis são aliados poderosos na abertura para uma história que não se esconda sobre o manto da imparcialidade e da cientificidade que a tornou notória no século XIX. Que toda história possa ser pública e presente no tempo em que habita é uma tarefa que se impõe às nossas gerações.

Data de submissão: 20/12/2019

Data de aceite: 27/07/2020



Referências Bibliográficas

BAUER, Leticia. BORGES, Viviane. O patrimônio cultural e a história pública: observações sobre os embates contemporâneos. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 11, n. 23, p. 48-58, maio/ago. 2019.

BELAVICQUA, Piero (org.) **A che serve la storia? I saperi umanistici alla prova della modernità**. Roma: Donzelli Editore, 2011.

BURGOS, Elisabeth. **Meu nome é Rigoberta Menchú e assim nasceu minha consciência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

CALDAS, Renan Rubim. **Narrativas em movimento - do “Escola sem Partido” à “Educação Democrática”**: História Pública e trajetórias docentes. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

CARVALHO, B. L. P.; TEIXEIRA, A. P. T. (org.) **História pública e divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

CAVE, Mark; SLOAN, Stephen M. **Listening on the Edge: Oral History in the Aftermath of Crisis**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

CHAGAS, Viktor; MODESTO, Michelle; MAGALHÃES, Dandara. “O Brasil vai virar Venezuela: Medo, memes e enquadramentos emocionais no whatsapp pró-Bolsonaro”. **Esferas**, n. 14, 2019.

DELACROIX, Christian. “L’histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres?” **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 05 - 38, jan./mar. 2018.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. “História do tempo presente e ensino de História”. *História Hoje*, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador**. Da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “Demandas sociais e a história do tempo presente”. In: Varella, F. *et al.* (org.) **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012. p. 101-124.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Eugenia Meyer** - Entrevista. *Revista Brasileira de História*, v. 33, n. 65, p. 413-431, 2013.

GULDI, Jo; ARMITAGE, David. **The History Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.



HERMETO, Miriam; LIMA, Ricardo. “A história no palco”. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, n. 31, p. 60-3, 2008.

MAUAD, Ana Maria. “Imagens que faltam, imagens que sobram: práticas visuais e cotidiano em regimes de exceção (1960-1980)”. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 43, p. 397-413, 2017.

MAUAD, Ana Maria. “O Carnaval da História Pública”. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sonia (org.). **História Pública em Debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 227-36.

MORAES, José Geraldo Vinci; LIMA, Giuliana Souza de. “Entrevista com professor Arnaldo Daraya Contier”. **Revista de História**, n. 157, p. 173-192, 2007.

RIOUX, Jean-Pierre. “Entre história e jornalismo”. In: CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.) **Questões para a história do presente**. Bauru, SC: Edusc, 1999. p. 119-26.

ROSA, Pablo Ornelas; REZENDE, Rafael Alves; MARTINS, Victória Mariani de Vargas. “As consequências do etnocentrismo de Olavo de Carvalho na produção discursiva das novíssimas direitas conservadoras brasileiras”. **Revista NEP**, v. 4, n. 2, p. 164-203, 2018.

SANTOS, Andrea Paula dos; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado; MEIHY, José Carlos Sebe. **Vozes da marcha pela terra**. São Paulo: Editora Loyola, 1998.

SANTHIAGO, Ricardo. “História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo”. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286 - 309, jan./mar. 2018.

SANTHIAGO, Ricardo. “Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil”. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-36.

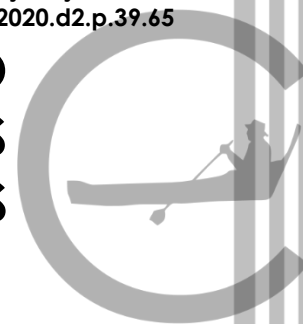
SAUVAGE, Pierre. “Uma historia del tempo presente”. **Historia Critica**, n. 17, p. 59-70, 1998.

TOSH, John. **Why History Matters**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

TYRRELL, Ian. **Historians in Public: The Practice of American History, 1890-1970**. Chicago / London: The University of Chicago Press, 2005.



CONHECIMENTO HISTÓRICO DO HISTORIADOR E OUTROS CONHECIMENTOS HISTÓRICOS



Bruno Flávio Lontra Fagundes¹

Resumo

O presente artigo trata dos conhecimentos históricos não-profissionais socialmente disseminados que concorrem com o conhecimento histórico do historiador profissional. A premissa de que se parte é reconhecer a legitimidade destes outros conhecimentos, abordando-os por meio de autores diversos, sem deixar de lado aqueles que falam numa perspectiva inglesa e americana, esta, em especial, com alguns aspectos com que boa parte da historiografia da história pública brasileira pouco dialoga – como o aspecto da empregabilidade (pensando, talvez, que tudo que se faz nos Estados Unidos seja com fins mercantis, exclusivamente) e a convivência profícua entre cursos de formação em história acadêmica com outros de formação em história pública. Objetivo, aqui, sopesar o conhecimento treinado num curso que cria o historiador profissional no Brasil segundo uma pretensão de fazer conhecimento *para* o público, ponderando se esta perspectiva não retém um componente que contém uma premissa da superioridade da história metodológica e cientificamente orientada ante a história não-profissional do conhecimento comum. Minha indagação aqui é se, em alguma medida, as premissas de parte da História Pública discutida e praticada no país não são informadas por um postulado cujo objetivo é o de levar o conhecimento sábio profissional a públicos insipientes, postulado a meu ver perigoso, porque hierarquizante, em que o conhecimento do historiador ainda é visto como superior a outros demais conhecimentos não produzidos na academia – mesmo em se levando em conta as múltiplas definições e objetos de análise da História Pública brasileira que a tornam tão diversificada e rica.

Palavras-chave: Ciência do historiador; Insciência histórica comum; Hierarquia de saberes.

Abstract

This article deals with the socially scattered historical knowledge that addresses the competitor's issue with the professional's historical knowledges. The starting premise is to recognize the legitimacy of this other knowledge, approaching it through different authors, without leaving aside those who speak in an English and American perspective, this, in particular, with some aspects with which much of the historiography of Brazilian public history has little dialogue – as the aspect of employability (thinking, perhaps, that everything that is done in the United States is for commercial purpose, exclusively) and the fruitful coexistence between training courses in academic history with other training courses in public history. The objective here is to weigh the knowledge trained in a course that creates the professional historian in Brazil according to a claim to make knowledge *for the* public, pondering whether this perspective does not retain a component that contains a premise of the superiority of methodological and scientifically oriented history over the non-professional history of common knowledge. My question here is whether, to some extent, the premises of part of public history discussed and practiced in the country are not informed by a postulate whose objective is to take wise professional knowledge to incipient audiences, postulate dangerous, in my view, because hierarchical in which the historians knowledge is still seen as superior to other knowledge not produced in academia – even so, taking into account the multiple definitions and object of analysis of Brazilian Public History that become so diverse and rich.

Keywords: Historian science; Common historical awareness; Knowledge hierarchy.

¹ Professor efetivo da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Campo Mourão. Professor vinculado ao PPG em História Pública e ao Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTORIA), ambos da UNESPAR. E-mail: parabrunos@gmail.com



Considerações iniciais

Em entrevista concedida a Francesco Maiello, em 1982, intitulada “A história, o historiador e os *Mass Media*” (grifo do autor), Jacques Le Goff responde à pergunta sobre “o lugar dos historiadores nas sociedades ocidentais”. Inserindo em seu raciocínio, como não poderia deixar de ser, as mutações promovidas pelas mídias no fazer historiador e mesmo no estatuto de autoridade do historiador, mesclado a comparações entre a Nova História e o Positivismo, Le Goff corrige seu entrevistador. Este indagava se o desprestígio naquele momento do historiador “aos olhos de quem governa”, só lhe deixava o grande público, situação considerada “desesperante”. Le Goff imediatamente conserta o que pode ter sido entendido das suas considerações: “(...) quando falei de êxito e de triunfo [da história junto ao grande público], falei da história e não do historiador”². História e não historiador, eis aí distinção fundamental.

As discussões travadas no universo historiográfico francês nos anos 1970 e início dos anos 1980 parecem-me bastante sugestivas para se pensar a questão das mutações do papel do historiador, sua função social, relativamente a um contexto onde o grande público *se interessa por e consome* história.

Por ocasião de uma mesa-redonda promovida pela revista *Magazine Littéraire* na segunda metade dos anos 1970 – cujos debates foram publicados pelo mesmo periódico em abril de 1977 – Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Georges Duby, Paul Veyne, Michel de Certeau, Philippe Ariés, Pierre Nora e outros [sic] – foram discutidos vários temas, entre eles, que mais nos interessa aqui, a explosão midiática da história – da qual alguns destes historiadores assumiam participar –, e as mutações da história provocadas pela Nova História, mas, e acima de tudo, os desdobramentos sobre o papel e o lugar social do historiador, tendo que “justificar a necessidade e a urgência de seu trabalho”³. Sem entrar no mérito de que a discussão em curso – na realidade, as discussões em curso na historiografia mundial sobre o problema da função social da História – já contivessem um princípio da discussão sobre a História Pública – na realidade sobre o que importava, e como, a história a outros públicos – sem entrar neste mérito, então, em meio àquela discussão a qual mencionava a força da história produzida pelas mídias por não-profissionais de História (embora alguns assumissem que participavam daquelas mídias!), em meio à discussão o entrevistador

² LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a História**. Lisboa, PO: Edições 70, 2009

³ ARIÉS, Philippe *et al.* A história – uma paixão nova. In: LE GOFF; LADURIE; DUBY. *et al.* **A Nova História**. Lisboa, PO: Edições 70, 2009



indaga sobre como ficavam eles, historiadores, com o “fato de serdes apanhados por este fenômeno de expansão” [da história nas mídias]⁴. Michel de Certeau, que participava da entrevista,⁵ alega que o fenômeno deveria ser pensado na perspectiva de a autoridade histórica se tornar uma “vedete”, embora seu principal argumento fosse “deter-me num problema que o êxito da História nos *mass-media* introduz na profissão”⁶.

(...) A reflexão sobre a produção, quer dizer, a metodologia, insistiu sempre mais no inventário, na classificação, e no tratamento das fontes do que na construção do discurso. Ora, a passagem do livro especializado ao filme e à emissão televisionada exige que se repense a relação existente entre o trabalho profissional da investigação (também ele modificado) e a representação historiográfica. Há que se indagar também a respeito da “encenação” da História, no momento em que se multiplicam as suas possibilidades e em que ela se inscreve mais manifestamente como uma variante dentro do campo mais vasto do espetáculo. Em que medida é histórica uma representação literária ou filmada? Como é o discurso histórico, é um espetáculo específico?⁷

Considerando a escrita como manifestação apropriada pela qual se divulga o trabalho da pesquisa histórica internamente aos membros da disciplina – “Os seus efeitos de sedução ou de autoridade não são, aliás, estranhos ao próprio papel da história, ontem e hoje, no grande público” – Michel de Certeau abre a perspectiva sobre o trabalho da divulgação e da apresentação do conhecimento histórico especialista.

A metodologia atua como se tudo se passasse nos arquivos, grutas onde nasceriam os historiadores, e como se a própria produção fosse “literatura” pertencente à genialidade individual dos heróis saídos dessas cavernas. De fato, a História, arte de tratar os restos, é também uma arte da encenação, e as duas estão estreitamente ligadas⁸.

Jacques Le Goff discorre, ainda, na mesma entrevista “A história, o historiador e os *Mass Media*” dada a Francesco Maiello, de 1982, sobre os “muitos problemas novos” postos aos historiadores pelo fato destes terem descoberto para falar ao “grande público”, novos “meios particularmente sedutores: rádio, televisão, publicações de

⁴ ARIÉS, Philippe *et al.* A história – uma paixão nova. In: LE GOFF; LADURIE; DUBY.*et al.*A **Nova História**. Lisboa, PO: Edições 70, 2009

⁵ Participavam da entrevista Michel de Certeau, Philippe Ariés, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Paul Veyne.

⁶ ARIÉS, Philippe *et al.* A história – uma paixão nova. In: LE GOFF; LADURIE; DUBY.*et al.*A **Nova História**. Lisboa, PO: Edições 70, 2009

⁷ ARIÉS, Philippe *et al.* A história – uma paixão nova. In: LE GOFF; LADURIE; DUBY.*et al.*A **Nova História**. Lisboa, PO: Edições 70, 2009

⁸ ARIÉS, Philippe *et al.* A história – uma paixão nova. In: LE GOFF; LADURIE; DUBY.*et al.*A **Nova História**. Lisboa, PO: Edições 70, 2009



vastíssima tiragem”. Discutindo a perda de prestígio de historiadores junto ao poder, compensado pela projeção sobre o grande público, Le Goff destaca “uma coisa de importância capital”: “De fato, estou cada vez mais convencido de que a história não poderá manter uma qualquer função no âmbito da ciência e da sociedade se os historiadores não souberem por-se em dia no que se refere aos novos meios de comunicação de massa”⁹.

A discussão posta acima neste artigo refere-se aos claros problemas a historiadores de corte profissional e de formação tradicional mais erudita – como a dos historiadores oitocentistas, para quem sua autoridade derivava de a “história não estar ainda separada da literatura e de o historiador ser alguém que tem também a preocupação estética de escrever bem”¹⁰.

Pari passu aos efeitos aqui mencionados para a disciplina histórica da “intromissão” dos *mass media* no artesanato do historiador – inclusive a natureza de sua investigação em vista de como apresentará os resultados de seu trabalho – tenho em mente avaliar as mutações que forçam os profissionais da história a adequarem-se a procedimentos de difusão novos e que expandem o campo, ao mesmo tempo que ponderar se este processo é acompanhado de uma mudança da percepção de si mesmos.

Em outras palavras: se os procedimentos de difusão do conhecimento histórico acadêmico vêm acompanhado não só das mudanças técnicas ligadas àquela difusão, mas se também vêm acompanhadas de alguma auto-percepção alterada de seu papel social e da autoridade que um dia teve manifestada em algum prestígio social. Porque, pergunto-me, se adiantará muito que as mudanças técnicas não venham acompanhadas de uma mudança de mentalidade dos historiadores sobre seu papel social e sobre si mesmos. A História Pública, a meu ver, coloca esta questão de maneira contundente: não só o historiador sabe história, o historiador precisa saber ouvir os públicos com o reconhecimento da autoridade dos que vivem história, e que, bem ou mal, acreditam sabê-la. São “autoridades compartilhadas”¹¹. Uma e outra coisas precisarão andar juntas, a meu ver, uma vez que tratar-se o historiador a si mesmo como alguém com um conhecimento melhor do que o de outros públicos será desprezar um dos princípios

⁹ LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a História**. Lisboa, PO: Edições 70, 2009.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a História**. Lisboa, PO: Edições 70, 2009.

¹¹ FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única o de a *Shared Authority* à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana M; ALMEIDA, Juniele R de.; SANTHIAGO, Ricardo. (Orgs.) **História Pública no Brasil**. Sentidos e Itinerários. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2016.



básicos sobre o qual assenta-se a História Pública em seu processo de valorizar outros públicos e de lhes conferir uma necessária autoridade.

Algumas palavras sobre história, mas também comunicação, envolvidas na divulgação

O historiador Thomas Cauvin refaz o movimento da História Pública em dois grandes momentos. O dos anos 1970 – quando imperou uma História Pública a maneira americana, focada na procura de empregos e numa quase obsessão com o que identificava o isolamento do historiador na “torre de marfim”,¹² e um segundo momento em que “as definições de história pública se transformaram com o tempo”. E este processo de transformação pode ter sua virada datada dos anos 1990: “na década de 90, as perspectivas de todos aqueles historiadores europeus e estadunidenses seriam fusionadas e a História Pública estadunidense seria redefinida como ‘história para o público, sobre o público e feita pelo público’”. Segundo Cauvin, “tal movimento foi parte de uma abordagem por parte das instituições culturais sobre o público e as audiências, do que redundou a realidade de que “comunicar a história a audiências não-acadêmicas se tornou ainda mais importante (...)”¹³.

Boa parte das discussões sobre História Pública contém uma proposição a meu ver adequada, que valoriza o conhecimento acadêmico de história como indispensável. “Não se trata de (...) abrir mão de princípios teóricos, metodológicos e éticos na produção do conhecimento histórico, aceitando que história é só versão”¹⁴. A mesma discussão traz outra proposição em cujo bojo, pode estar, implícita, a ideia de que o conhecimento do historiador acadêmico deve procurar se adaptar ao conhecimento daqueles que são não-treinados em História – e uma hipótese aqui é avaliar se o conhecimento acadêmico ainda se acha superior a ponto de acreditar que é questão de mera adaptação para que o outro apenas entenda o conhecimento já formulado na academia, já que, sem interação, adaptar não é reelaborar. “O que me preocupa na

¹² O historiador americano Theodore Hamerow associa o isolamento dos historiadores na “torre de marfim” ao processo de profissionalização e de “burocratização” da história, refazendo a trajetória deste isolamento desde o século XIX que cientificizou a história, trajetória agudizada após a Segunda Grande Guerra. “Estas são as preocupações de uma disciplina que retirou-se dos perigos da literatura e profetiza para tornar-se parte do currículo de faculdade”. [Such are the concerns of a discipline that has withdrawn from the hazards of literature and prophesy to become part of the college curriculum] (HAMEROW, 1989, p.659). Todas as traduções dos trechos em inglês foram feitas por mim.

¹³ CAUVIN, Thomas. Uma ascensão da história pública: uma perspectiva internacional. **Revista NUPEM**, v.11, n.23, p. 8-28, 2019.

¹⁴ HERMETO, Miriam & FERREIRA, Rodrigo de A. Apresentação de dossiê. **Revista História Hoje**, v.8, n.15, p.5-16, 2019.



História Pública é essa ideia de que todo mundo pode fazer história (...) Acho que tem uma dose de risco quando você acha que qualquer pessoa, qualquer cidadão está habilitado e legitimado para escrever um trabalho, digamos, científico sobre história”¹⁵. A afirmação de Ferreira indica a adesão a uma realidade capciosa do processo de comunicar história a audiências de não-pares, assim como uma defesa de área acadêmica.

Já Marta Rovai alerta para os perigos de uma história sem o crivo da área: “é preciso considerar que sem o conhecimento histórico, acumulado e sistematizado sobre os processos humanos, corre-se o risco de simplificações históricas, preconceitos e indiferenças”¹⁶.

Estas afirmações, adequadas e cuidadosas, de Rovai e Ferreira precisam ser nuancadas por colocações que admitam certa forma de as próprias audiências produzirem suas histórias – sem precisar esperá-las pela divulgação -, mesmo sem a benção dos profissionais acadêmicos, como Stephen Bann já desenvolveu sobre os inícios da história disciplinarizada inglesa. Carlyle e Macaulay (...) “talvez as mais duas célebres figuras da historiografia britânica do século XIX (...) mantiveram a distância da cada vez maior comunidade de historiadores profissionais e deliberadamente abstiveram-se de aderir às instituições [universitárias] recém-fundadas”¹⁷. Ao trabalharem com memes como forma de difusão de história “para um público amplo” como práticas de Ensino, Costa & Mendes apontam para o “aspecto mítico” das formulações sobre história. “O que se propõe aqui é que o educador deve levar em consideração o aspecto mítico, presente no imaginário do aluno sobre um personagem histórico” ou – em outras palavras – levar em conta formulações sobre história que o horizonte de expectativa de análise de historiadores disciplinarizados normalmente não visam, uma vez que não só leem história segundo critérios de um conhecimento especializado, como nem sempre consideram fatores de um outro tipo de escrita histórica das audiências, que a fazem segundo a projeção de mitos sobre a relação passado e presente.

¹⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. Uma trajetória em (o que chamamos hoje) História Pública. **Revista História Hoje**, v.8, n.15, p.223-238, 2019. Entrevista concedida a Miriam Hermeto e Rodrigo de Almeida Ferreira.

¹⁶ ROVAI, Marta G. de O. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele R de; MENESES, Sônia (Orgs.). **História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo, SP; Editora Letra e Voz, 2018.

¹⁷ BANN, Stephen. **As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado**. Ed. UNESP, 1994.



Autores como Ludmila Jordanova referem-se às dificuldades de “engajar o público maior no debate histórico, especialmente quando eles mesmos têm pouca conexão com os debates em questão”. Além do que públicos preferem tipos de história que estão, aparentemente, em desacordo total com os procedimentos dos historiadores profissionais: “Por que muitas pessoas preferem narrativas sobre o passado que sejam, de um ponto de vista de historiadores, demonstradamente falsas, inexatas?”.¹⁸

Em algumas ocasiões, Ricardo Santhiago expressou seu entendimento do que seriam as dimensões com que a história pública opera. Seguindo o autor, como tipos de História Pública, os “quatro engajamentos fundamentais, passíveis de entrecruzamento (...)” [da história pública]¹⁹ são a história *para* públicos, *com* públicos, *pelos* públicos e *e* públicos. Para fins deste texto, trabalho com a dimensão da história *para* o público, e ao analisar o website inglês *Doing Public History* (Fazendo História Pública), Hilda Kean escolhe avaliar, dentre as “várias definições de história pública”, aquela que “se baseia na forma e natureza de transmissão do conhecimento histórico a audiências ampliadas”, ocasião em que a história é “tomada como dada”.

(...) Tais definições implicam que o historiador, usualmente visto como um profissional treinado, está executando um papel ativo e o “público” um papel passivo. O ônus está sobre o historiador para garantir que o corpo do conhecimento transmitido esteja acessível. Isto tem o efeito dual de engajar “o público”, mas também de reforçar o status separado do historiador como o disseminador que processa não apenas conhecimento, mas a habilidade de transmissão.²⁰

Na modalidade de História Pública como história *para* o público, autores desejam que a história acadêmica abandone a famigerada “torre de marfim”, e se aproxime mais de públicos que recebem o passado de diversos modos. “Amplia-se na academia o debate em torno da necessidade urgente de organização, mediação e

¹⁸ how to engage the wider public in historical debate, especially when they themselves have little connection to the debates in question [e] Why do so many people prefer accounts of the past that are, from a historian's point of view, demonstrably untrue? Este texto foi originalmente publicado no site *History & Policy*, uma rede social que envolve mais de 500 historiadores, iniciativa do Kings College, em Londres, e da Universidade de Cambridge. O texto foi publicado em novembro de 27 de novembro de 2008 e não têm numeração de páginas. Ver: JORDANOVA, Ludmila. **Como a história importa hoje?** Disponível em: <http://www.historyandpolicy.org/policy-papers/papers/how-history-matters-now>. Publicado em novembro de 2008. Acesso em janeiro 2019.

¹⁹ SANTHIAGO, Ricardo. (Orgs.) **História Pública no Brasil**. Sentidos e Itinerários. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2016.

²⁰ Such definitions imply that the historian, usually seen as professionally trained, is performing an active role and the “public” a passive one. The onus therefore is upon the historian to ensure that the body of knowledge transmitted is accessible. This has the dual effect of engaging “the public” but also of enhancing the separate status of the historian as the disseminator who possesses not only knowledge but the skill of transmission. Ver: KEAN, Hilda. Pessoas, historiadores e História Pública. **The Public Historian**, v.32, n.3, 2010.



divulgação dos mais diferentes saberes, de forma que possa abranger e contar com a participação e o diálogo com comunidades diversas, para além das universidades e das escolas”²¹ sob a alegação de que a “academia tem sido omissa em considerar seriamente este tipo de historiografia produzida para o público, à margem do que se faz *stricto sensu* nas escolas de formação superior (...)”²².

A boa história divulgada que visasse a públicos não aconteceria, também, por questão de linguagem difícil dos historiadores. Embora não possa ser confundida com reducionismos ou saber banal, o “uso de uma linguagem mais acessível”²³ é um objetivo a ser alcançado. Ouve-se muito da parte de públicos interessados, mas não formados que “o historiador precisa aprender a escrever mais fácil, numa linguagem mais acessível”, que os historiadores são herméticos, escrevem difícil. Se entendida como divulgação, a História Pública para o público teria aí um empecilho, mesmo que a História Pública reconheça que “nós, historiadores, não somos os únicos capazes de produzir um conhecimento histórico legítimo”²⁴.

Como se, um, a história pública se reduzisse a isso – o que não é irrazoável, uma vez que nem os historiadores sabem exatamente o que seja História Pública; e, dois, como se a recepção de textos fosse motivada apenas por um processo comunicacional, em que o outro recebesse de um aquilo que quer escutar, ler ou ouvir, mas que aquele que comunica não conseguisse fazer bem, por causa de sua linguagem hermética, pouco adequada e desagradável, quando não inatingível. Não é inquestionável que o processo de produção de conhecimento histórico orientado, científica e academicamente, exija algum fechamento e hermetismo, mas perguntas e abordagens feitas ao passado por grupos de especialistas sobre certos passados de interesse mais geral não são as mesmas perguntas e abordagens que o público em geral faz aos mesmos passados.

Tratado muitas vezes como textos publicados em veículos e meios de massa de grande circulação, o que faltaria à divulgação é o bom redator, como o jornalista, que

²¹ ROVAI, Marta G. de O. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele R de; MENESES, Sônia (Orgs.). **História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo, SP; Editora Letra e Voz, 2018.

²² ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

²³ PENNA, Fernando de Araujo & FERREIRA, Rodrigo de Almeida. O trabalho intelectual do professor de História e a construção da educação democrática. Prática de História Pública frente à Base Nacional Comum Curricular e ao Escola Sem Partido. In: **História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo, SP; Editora Letra e Voz, 2018.

²⁴ MAUAD, Ana M; ALMEIDA, Juniele R de.; SANTHIAGO, Ricardo. (Orgs.) **História Pública no Brasil**. Sentidos e Itinerários. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2016. Resenha de: CORRÊA, Luiz Otávio. Os vários significados da História Pública. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, v.7, n.7, set.2016.



tem uma prosa acessível e agradável. Ao profissionalizar-se, o historiador teria perdido um de seus elos mais fortes, o elo com a literatura – “alguém que tem também a preocupação estética de escrever bem”, como diz Le Goff²⁵. Mas a História Pública tem variado suas linguagens/narrativas de divulgação – literárias, fílmicas, linguagens virtuais, expográficas, radiofônicas – realidade sempre repisada.

Eu acho que a tarefa da História Pública é compreender e expandir a audiência para o conteúdo histórico e isso pode ser feito, mais uma vez, pela radioteledifusão, pela apresentação popular dos materiais, o que pode ser pela hipermídia, em um jogo, em um documentário radiofônico, ou uma exposição estilosa²⁶.

Ao mesmo tempo, públicos não se perguntam se a prosa agradável é história boa, se a complexidade eventual dos objetos de que se trata foi mantida, não se pergunta se houve “simplificação de padrões de divulgação”²⁷: “não é fácil dizer de modo simples o essencial”²⁸. Assim como públicos não são fixados em checar se há atenção mínima a padrões do conhecimento histórico científica e academicamente validados. Afinal, para Jurandir Malerba, há bons historiadores e historiadores ruins dentro e fora da academia, mas:

aqui dentro [da academia], faz parte do ofício o processo permanente da metodização racional dos procedimentos e exposição dos argumentos e a crítica (das fontes, dos procedimentos de coleta e sistematização dessas fontes, de problematização temática e perspectivação teórica, de produção textual). Esses mesmos protocolos, esse mesmo padrão de exigência deve ser aplicado a toda historiografia, acadêmica ou não (MALERBA, 2014, p.44).

Ao tratar das possíveis definições de História Pública e da divulgação do conhecimento *para* o público, Santhiago também previne de alguns cuidados necessários. Para o autor, provavelmente a divulgação de história requereria uma mudança na forma da pesquisa histórica, o que qualifica de “história predisposta à divulgação”. Assim: “A história pública engloba um conjunto de qualificativos que,

²⁵ LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a História**. Lisboa, PO: Edições 70, 2009.

²⁶ SANTHIAGO, Ricardo. “A História Pública é a institucionalização de um espírito que muitos historiadores têm tido, por milhares de anos”: Uma entrevista com David King Dunaway sobre História Oral, História Pública e o passado nas mídias. **Revista Transversos**. “Dossiê: História Pública: Escritas Contemporâneas de História”. Rio de Janeiro, Vol. 07, nº. 07, pp. 203-222, Ano 03. set. 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2016.25607.

²⁷ ROVAI, Marta G. de O. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele R de; MENESES, Sônia (Orgs.). **História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo, SP; Editora Letra e Voz, 2018. p.185-196.

²⁸ ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011



salvo engano, requer modificações durante todo o processo de pesquisa e não apenas no momento de seu escoamento”. Suplementando sua reflexão que recusa as opiniões favoráveis a que uma “boa história” a ser divulgada é simples questão de linguagem acessível, palatável, ou coisas assim, ele reafirma:

Mais uma vez, me parece que este campo, entendido como um lugar de debate, é o que tem permitido superar a visão da história pública como “questão de linguagem”, embora ela continue à espreita – e deva ser vista com muita prudência, porque pode ser facilmente empregada para a deslegitimação desse lugar²⁹.

É importante ter em mente aspectos que provêm dos “cacoetes acadêmicos”, mas também do que seria uma adesão dos públicos a histórias sem o devido balizamento acadêmico. O conhecimento histórico divulgado *para* o público não é mera questão de linguagem fácil e acessível pouco executada por especialistas e/ou materiais ilustrados, ao mesmo tempo em que os historiadores devem admitir que “existe uma produção de bom nível, legível e acessível para um público não especializado, perfeitamente adequada ao território intermediário entre a cultura comum e aquela especializada, produzida na Academia”³⁰. A academia não deve dar a entender que:

antes de tornar-se público, o conhecimento histórico se acumula ocultamente, assumindo uma forma precisa. Trata-se de uma concepção do conhecimento histórico como algo objetivo, cumulativo, que possa ser controlado e possuído por alguém. Nesta concepção está embutida a crença de aquilo que está guardado contém algum tipo de verdade objetiva e inequívoca. É como se o acesso a certos documentos fosse tudo o que falta para que a revelação iluminadora da verdade histórica finalmente ocorra³¹.

Algo da natureza do passado e das abordagens e perguntas feitas a ele não interessaria ao público em geral, mas a historiadores em especial, internamente a seu ofício, e uma divulgação não deve ser medida por uma régua comunicacional linguística: palavras mais coloquiais, linguagens mais comuns, vocabulário de todos - pelo menos de muitos textos conceituados, que fariam do passado algo mais acessível independente de sua abordagem. Não!

²⁹ SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, ALMEIDA, Juniele Rabelo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários**. SP: Editora Letra e Voz, 2016. p.23-36.

³⁰ ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. ALMEIDA, Juniele Rabelo de & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

³¹ ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. ALMEIDA, Juniele Rabelo de & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.



Analisado de um ponto de vista estritamente linguístico, texto bem escrito – o que quer que isto signifique - não é o suficiente. Até porque muitas vezes o leitor, só de saber que é História, Sociologia, Filosofia, nem se dispõe a ver, a ler. Afinal, o que é um texto bem escrito? Ele é agradável porque adorna e ornamenta, para dizer com Homero, ou ele é um “ensinamento para sempre”, para dizer com Tucídides?

Entre emissor de mensagens e seus receptores deve haver uma identidade de propósitos e valores quando são analisados os passados que são pesquisados e divulgados. Por que muitos passados divulgados não são aceitos, sem linguagem agradável? Só porque não há linguagem acessível? Beatriz Sarlo acredita que haja uma situação de memórias confortáveis e aprazíveis quando estão em jogo significados comunicados do passado: muitos passados não agradam porque eles dizem memórias que não consolam, e os sujeitos procurariam no passado exatamente conforto. “As visões do passado embutidas em modalidades não-acadêmicas de texto”, quando comparadas a textos acadêmicos, garantem sentido e “consolo” uma vez que se “duplicam modos de percepção social que não apresentam contradições com o senso comum de seus leitores, mas o sustentam e se sustentam nele”³². Os receptores não aceitariam a história que não fosse memória se não identificassem nela algo de si mesmos, sem contradições, desconfortos e impessoalidades.

A história afetivamente envolvente, passados que sensibilizam públicos e possíveis hierarquias

É por essas e outras que para a história pública para o público não basta apenas uma história que tenha passado pelo crivo da academia transmitida de modo agradável.

Numa formulação a fim de sugerir o que não deveria faltar a uma definição de história pública, a historiadora Ludmila Jordanova ressalta que os vínculos os quais sujeitos estabelecem com o passado são sempre pessoais, mediados por suas emoções e sentimentos, por meio dos quais o passado vem a cada um de nós, e que só poderiam ser contados, e aceitos, se garantissem aos sujeitos a história como parte de suas histórias de vida pessoal, narrativas que pudessem ser ditas por meio de histórias que viveram e que, de algum modo, os enlaçaram e/ou lhes tocaram. Não existiria história que não fosse vivida nesta perspectiva, digamos, personalista.

³² SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo (SP): Cia das Letras; Belo Horizonte (MG): Editora UFMG, 2007.



Por que pessoas sem motivação direta profissional, poriam atenção particular às complexidades da história? Aqui eu entendo história num sentido forte – uma disciplina formal que demanda habilidades especializadas, expertise e conhecimento, incluindo um entendimento crítico de fontes materiais e uma familiaridade com uma variedade ampla de maneiras com as quais evidências podem ser interpretadas.³³

A acepção da História Pública como divulgação, ou que é *para o público*, já foi frisada por autores nacionais e internacionais coevos. E ela pode acontecer de várias formas, que podem, ou não, estar envolvidas sob o rótulo de “divulgação de história”, que, já se acentuou, é mais que “divulgação científica”.

Serge Noiret garante que a tarefa do historiador público é “comunicar publicamente a história”. Enquanto Hilda Kean menciona o site *Doing Public History* como expressão de que a História Pública é, para alguns, “baseada na forma e natureza de transmissão do conhecimento histórico para audiências maiores”.³⁴ O site inglês é consultado para promover “convincente reflexão sobre o relacionamento historiador acadêmico e o público”. Também John Tosh define História Pública como envolvendo “o livre acesso do público para as descobertas da erudição histórica”.³⁵ Ele corretamente criticou a definição de História Pública como “uma opção a ser perseguida por um punhado de acadêmicos procurando publicidade”.³⁶ No entanto, para ele a ênfase em História Pública é tanto sobre “a inserção de perspectiva histórica dentro de questões públicas cruciais” e de acadêmicos “compartilhando com o público sua própria expertise”³⁷.

³³ Why would people without either direct personal or professional motivation pay close attention to the complexities of history? Here I mean history in a strong sense - a formal discipline, demanding specialised skills, expertise and knowledge, including a critical understanding of source material and a familiarity with a wide range of ways in which evidence can be interpreted. Ver: JORDANOVA, Ludmila. **Como a história importa hoje?** Disponível em: <http://www.historyandpolicy.org/policy-papers/papers/how-history-matters-now>. Publicado em novembro de 2008. Acesso em janeiro 2019.

³⁴ based on the form and nature of transmission of historical knowledge to wider audiences is seeking to promote cogent reflection on the relationship between the academic historian and the public. Ver: KEAN, Hilda. **Pensando sobre pessoas e história pública.** Disponível em http://arts.brighton.ac.uk/_data/assets/pdf_file/0005/68270/Chapter-1-Working-Papers-Journal-by-Hilda-Kean-ISSN-20458304-.pdf. S.d. Acesso em janeiro 2019.

³⁵ the free access of the public to the findings of historical scholarship. Ver: KEAN, Hilda. **Pensando sobre pessoas e história pública.** Disponível em http://arts.brighton.ac.uk/_data/assets/pdf_file/0005/68270/Chapter-1-Working-Papers-Journal-by-Hilda-Kean-ISSN-20458304-.pdf. S.d. Acesso em janeiro 2019.

³⁶ an option to be pursued by a handful of publicity-seeking academics. Ver: KEAN, Hilda. **Pensando sobre pessoas e história pública.** Disponível em http://arts.brighton.ac.uk/_data/assets/pdf_file/0005/68270/Chapter-1-Working-Papers-Journal-by-Hilda-Kean-ISSN-20458304-.pdf. S.d. Acesso em janeiro 2019.

³⁷ is both upon ‘the injection of historical perspective into crucial public issues’ and of academics ‘sharing with the public their own scholarly expertise. Ver: KEAN, Hilda. **Pensando sobre pessoas e história pública.** Disponível em http://arts.brighton.ac.uk/_data/assets/pdf_file/0005/68270/Chapter-1-Working-Papers-Journal-by-Hilda-Kean-ISSN-20458304-.pdf. S.d. Acesso em janeiro 2019.



A análise da História Pública como divulgação entendida como história *para o público* merece considerações de ordem conceitual com o fim de nuançar o que ela significa e alguns perigos – ou, pelo menos, meias-verdades – em que se pode incorrer.

Alheio a esta primeira colocação, e pertinente à indefinição – ou às definições múltiplas – do que seja História Pública, de fato há uma constante sobre a difusão/divulgação do conhecimento histórico. Que, se a história pública é *para* o público, ela supõe uma emissão permanente e, mais ainda, quase sempre esta emissão teria um caminho único: de um sujeito sabedor, em quem há um saber/conhecimento, até outro sujeito insipiente, a quem falta o saber/conhecimento que lhe será transmitido. Conn é taxativo.

É nosso trabalho contar a verdade histórica, e é tão importante que nós nomeemos as mentiras históricas. No fim [desta palestra], eu peço a todos vocês considerarem-se historiadores públicos, pedindo que reafirmem nossa expertise. Não é simplesmente porque nós sabemos mais sobre o passado – embora nós saibamos – mas nós sabemos como pensar sobre o passado de modos que muitos outros não sabem. Isto é o que temos de oferecer ao debate público e eu insisto com todos encontrarem novos modos de fazer isso.³⁸

A História Pública é entendida como esclarecimento, produção de conteúdos desmistificantes, isentos de falsidade, e capazes de, de uma vez por todas, informar o que não é equivocado, o que não é falso, e que precisa ser levado a todos para que saiam do disfarce e da ilusão. Conn, na mesma obra, ainda diz: “Fazer história pública significa atuar em favor da difusão de conhecimento histórico para amplas audiências”.

Comentando “a quarta capa do livro” *Introdução à História Pública*, Santhiago discorre sobre divulgação científica e divulgação histórica para ponderar as chances de um entendimento de que – com o que concordo – a divulgação seja considerada como conhecimento feito de maneira mais simples: “Tenho lá minhas dúvidas de que a ‘história pública’ seja uma forma mais simples de história – mesmo se for, essa

³⁸ It is our job to tell the historical truth, and it is just as important that we call out historical lies. In the end, as I ask you all to consider yourselves public historians, I am asking us all to re-assert our expertise. It is not simply that we know more about the past—although we do—but we know how to think about the past in ways that most others do not. That is what we have to offer to the public debate and I urge you all to find new ways to do it. Ver: KEAN, Hilda. **Pensando sobre pessoas e história pública**. Disponível em http://arts.brighton.ac.uk/_data/assets/pdf_file/0005/68270/Chapter-1-Working-Papers-Journal-by-Hilda-Kean-ISSN-20458304-.pdf. S.d. Acesso em janeiro 2019.



‘simplificação’ ou ‘estetização’ é extremamente difícil: uma batalha constante entre conteúdo e apresentação, sem cortes, compressões, diminuições, condensações”³⁹.

Mas o ato comunicativo não pode deixar de ser problematizado.

O ato comunicativo, e também o postulado de que alguém sabe um saber melhor do que outro, deve ser problematizado. Ato comunicativo, linguagem. Postulado: como saber se alguém sabe mesmo mais do que outro ou sabe diferente do outro? O que garante isso: um *ethos*, um hábito que ensinou-nos a acreditar numa hierarquia de saberes? Em se tratando da “colaboração” própria à história pública conduzida em museus, Duclos-Orselo apropria-se de afirmação do filósofo Jacques Rancière, e propõe uma via da colaboração entre curadores de museus e visitantes, numa situação em que “alguns que sabem alguma coisa se envolvem com alguns que sabem uma outra coisa”.⁴⁰

Questões diversas podem ser levantadas aqui quanto à natureza da divulgação histórica, mormente a dois aspectos: o de que haja alguém que sabe história mais que outros, e a transmite, e o aspecto de que a divulgação histórica só depende de linguagem acessível. Quando na realidade se trata de histórias diferentes. Já ficou comum dizer-se que a História Pública não limita o conhecimento histórico à universidade, à academia, o que precisa ser ponderado. A divulgação pode *sugerir um* ou *ganhar contornos de um* conhecimento histórico do historiador que - mesmo sendo um conhecimento especialista que cuida, por convicção conceitual, não se fazer superior previamente – conhecimento que estaria acima de um conhecimento histórico comum de públicos não formados, que têm sua própria história e a sabem narrar, mas que, pelas perspectivas de alguns pontos de vista, seria sempre um conhecimento comum e carente de alguma coisa – em síntese, porque não-orientado cientificamente. São públicos que, por isso mesmo, precisariam receber a história especializada do historiador para saber a história que deve ser sabida. Hilda Kean aponta para uma definição muito fechada da relação historiador acadêmico e público, a qual (...) supõe um foco sobre aqueles que são vistos como criadores de história e aqueles que são seus receptores. (...) ao mesmo tempo que engajando o público e relaçando “ (...) o status separado do historiador como o

³⁹ SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, ALMEIDA, Juniele Rabelo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários**. SP: Editora Letra e Voz, 2016. p.23-36.

⁴⁰ where those who know something engage with those who know something else. Ver: DUCLOS-ORSELO, Elizabeth. Autoridade compartilhada: a chave para educação museal como mudança social. **Journal of Museum Education**, v.38, n.2, July 2013, p.121–128.



disseminador que não apenas possui o conhecimento, mas a habilidade de transmissão”⁴¹.

A colocação pode induzir a uma impressão bastante disseminada entre o consumidor comum não-formado em história e historiadores experts: a de que a boa história é a que deve ser transmitida pelo expert e, principalmente, como já dissemos, “numa linguagem simples e acessível”. Não se incorre aqui em dois grandes equívocos: um, o de que o receptor é limitado, por isso é preciso simplificar para ele poder aprender (e esse ato de aprender também não é mensurado!); e, depois, o equívoco de que o que dificulta as mensagens serem compreendidas seja uma mera questão de linguagem, sem levar em conta a complexidade do que constitui a natureza eventual do que se transmite? Simplificar a linguagem, para bem dizer, não poderia incorrer em extrair do que se transmite a complexidade do que o caracteriza? (não obstante haja não poucos textos acadêmicos que sejam marcados, sim, pela linguagem hermética, como opção narrativa de quem escreve, lastreado que está na formalização da linguagem científica, que conduz ao hermetismo da linguagem compartilhada entre, unicamente, aqueles que participam de uma comunidade de ciência).

(...) A ‘divulgação científica’ pode sugerir a transmissão de um certo conjunto de conhecimentos de forma ‘mais simples’, de modo a atingir um público mais amplo – para informá-lo, entretê-lo, diverti-lo. Isso consiste numa simplificação dos padrões já existentes. Não se trata de ‘traduzir’ de forma simplória o que se produziu cientificamente, mas de dar a conhecer os procedimentos e discuti-los coletivamente, inclusive questionando-os⁴².

Compartilhar é seguramente positivo. É preciso verificar como isso se faz, no entanto. A partir do campo da História Oral, o historiador oral público Michael Frisch firmou o conceito de “autoridade compartilhada”, que questiona o que seria uma *unidirecionalidade* (grifo meu) do discurso do historiador produtor em direção a um público consumidor. O que, para Frisch, “é uma ideia limitada e limitadora de história pública”. Egressa da entrevista de história oral, a ideia de “autoridade compartilhada” questiona uma transmissão de saber produtor historiador ao consumidor público sem saber, alterando esta unidireção do diálogo pela ideia de um “diálogo *real* (grifo do

⁴¹ (...) provides a focus upon those who are seen to be creating history and those who are its recipients. In such a definition ‘agents’ and ‘consumers’ (...) This has the dual effect of engaging ‘the public’ but also of enhancing the separate status of the historian as the disseminator who not only possesses knowledge but the skill of transmission. Ver: KEAN, Hilda. Pessoas, historiadores e História Pública. *The Public Historian*, v.32, n.3, p.25-38, 2010.

⁴² SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, ALMEIDA, Juniele Rabelo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários**. SP: Editora Letra e Voz, 2016. p.23-36.



autor) no qual fontes e bases de autoridade diferentes têm reivindicações distintas e particulares, que podem competir, ser comparadas, avaliadas e relacionadas por meio daqueles encontros importantes que o cenário da história pública pode apoiar e estimular”⁴³. O espectro do conceito de autoridade compartilhada entre pessoas em diálogo verdadeiro prevê atitudes díspares em que cada autoridade (historiador e público, entrevistado e entrevistador) dispensa à relação passado e presente, reconhecendo e valorizando diferentes modos de configurar esta relação, ora com uma história feita cientificamente, ora com, simplesmente, a humanidade que pessoas partilham. Como adverte Kean acima neste texto. A autora encontra respaldo em experiências que não só criticam certa presunção de superioridade do expert, como também testemunha o espanto do expert ao perceber que, em situações as quais considera “de História Pública”, se vê inexpert, uma vez que

pode haver, é claro, uma lacuna em entendimento histórico entre aqueles treinados como historiadores e as audiências para seu trabalho, mas esta lacuna não deve ser diminuída pelos historiadores meramente alcançando “o público”. Ao contrário, como David Glassberg sugeriu, novos modos de pensar sobre o passado podem ser compreendidos “alcançando a descoberta da humanidade que eles partilham”. O reconhecimento pessoal das necessidades dos historiadores, tanto quanto as do público pelo passado, é chave para diferentes entendimentos do passado. Se história não engloba o reconhecimento do papel das pessoas em fazer história – e inclui historiadores dentro desta ideia das pessoas – isto apresenta desafios. Isso pode ser um pouco inquietante, mas talvez um bom lugar para começar por tornar acessível História Pública e de partilhar ideia ou validar experiência.⁴⁴

Também o historiador finlandês Jorma Kalela esteve frente a frente a um público de operários como consultor acadêmico de história para ajudar trabalhadores de fábrica escreverem suas histórias. A certo tempo, o historiador percebe que suas colocações estão prescrevendo o que deve ser aprendido pelos operários, cujos *interesses por sua*, e *abordagem de sua* história não tinham, na raiz, as perguntas que o treinamento de

⁴³ FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única o de a *Shared Authority* à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana M; ALMEIDA, Juniele R de.; SANTHIAGO, Ricardo. (Orgs.) **História Pública no Brasil**. Sentidos e Itinerários. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2016. p.57-69.

⁴⁴ There may, of course, be a gap in historical understandings between those trained as historians and the audiences for their work but this gap will not be shortened by ‘historians’ merely reaching out to ‘the public’. Rather, as David Glassberg has suggested, new ways of thinking about the past may be grasped by ‘reaching in to discover the humanity they share’. The recognition of the historian’s – as much as the public’s – personal need for the past is key to different understandings of the past. 9 If History does embrace an acknowledgement of people’s role in making history – and includes historians within this idea of people – this presents challenges.10 It can be an unsettling but perhaps a good place to start in opening up historiographical practice.11 Exploring our engagement with our own and others’ pasts may help us develop different ways of thinking about Public History and of sharing ideas or validating – or scrutinising – experience. Ver: KEAN, Hilda. **Pensando sobre pessoas e história pública**. Disponível em http://arts.brighton.ac.uk/data/assets/pdf_file/0005/68270/Chapter-1-Working-Papers-Journal-by-Hilda-Kean-ISSN-20458304-.pdf. S.d. Acesso em janeiro 2019.



Kalela o ensinou, em especial como deveria agir para abordar o passado nestas situações. O historiador conta-nos do momento em que ocorreu uma virada na relação dos operários para com seu passado.

Uma vez que aceitaram a ideia de que eles tinham o mesmo direito de definir o conteúdo de história como um historiador profissional, os círculos proliferaram. Este alvoroço era a maneira dura na qual eu descobri que o conceito acadêmico tradicional de história que eu trazia como garantido era, por sua natureza, paternalista. Eles tinham o direito de estudar o que em sua visão era sua própria história, mais do que tomar como certo um conceito pronto disto.⁴⁵

O consultor Jorma Kalela havia criado quarenta círculos de pesquisa entre seu público de trabalhadores e deixou a eles a definição dos parâmetros para fazerem sua história.

Em recente texto, *Publicizar sem simplificar. O historiador como mediador ético*, Marta Rovai segue a mesma direção. “Pensar a publicização de fatos que envolvem coletividades é pensar nos usos que diferentes setores sociais fazem do passado”. Ao relatar sua experiência com comunidades populares, que sabem sua história de um modo que não é o modo de conhecer com que o historiador conhece o passado, a autora assinala que aquelas comunidades “[buscam] defender, preservar e registrar suas histórias e memórias a partir de suas próprias demandas”. Diz a autora:

O trabalho com essas comunidades coloca o historiador diante de novos narradores e de um público que não simplesmente consome, mas participa da construção e das escolhas sobre o que, como e por que e quando divulgar suas histórias. Como profissional e cidadão, de forma mais explícita e necessariamente dialógica, coloca-se diante de novas perguntas sobre os efeitos da produção histórica, da divulgação de novos saberes, da autoria compartilhada e dos benefícios às comunidades com as quais escolhe lidar.⁴⁶

Porque parece certo que a maneira com que historiadores analisam o passado e seu objeto seja condicionada pelas perguntas de método, metodologia, abordagem teórica, relevância do tema, função da história, análise de fontes que marcaram sua formação de historiador com conhecimento cientificamente orientado. Se admitimos

⁴⁵ Once they had accepted the idea that they had the same right to define the substance of history as a professional historian, the circles proliferated. This agitation was the hard way in which I discovered that the traditional academic concept of history that I had taken for granted was, by its nature, patronizing... They had to have the right to study what in their view was their own history, rather than take for granted a ready-made concept of it. Ver: KALELA, Jorma. Fazer História: o historiador como consultor. *Public History Review*. v.20, 2013, p.24-41.

⁴⁶ ROVAL, Marta G. de O. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele R de; MENESES, Sônia (Orgs.). *História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo, SP; Editora Letra e Voz, 2018. p.185-196.



que a história pública é a apresentação da história para públicos mais amplos do que os pares acadêmicos, temos de supor que qualquer apresentação de história para públicos seja divulgação - filmes, minisséries, história digital, rádio etc, que apresentam a história? Numa acepção diversa da que pondero aqui, o que Rovai e Kalela fazem aqui não é exatamente divulgação de alguém que sabe para outro que não sabe, mas um processo de relatar resultados que foram deliberadamente construídos a partir de duas expertises: a do profissional historiador e a dos que sabem sua história! – gostemos ou não. Se sabem ou se não sabem, de um ponto de vista do historiador formado, não importa para este debate. O que importa é garantir a legitimidade destas comunidades em saber que eles podem contar suas histórias sem o crivo do historiador profissional - com sua colaboração, talvez - e que nem por isso suas histórias serão menos consistentes.

Seria de se perguntar: como escrever história sem se desdenhar dos critérios do público que olha para o passado? A opção será a de advogar mais a defesa de uma História *pelo* público, mas com a participação do historiador, entendendo como o passado é transformado em história, e considerar como o historiador pode se compor, ou colaborar com outros públicos para que façam suas histórias.⁴⁷

Há experiências com história pública que entendem a história comum do público como tão valiosa quanto a do historiador formado especialista, inclusive admitindo que sua história deve ser estudada e compreendido seu processo de construção – sob que balizas, valores, ideias, ideologias, influências etc. foram elaboradas. O historiador elabora o passado de modo disciplinarizado, o que envolve uma especialização que dirige ao passado perguntas e abordagens que derivam de uma sistemática de abordagem científica que requer um olhar treinado metodologicamente para o passado. O que não é o olhar que outros públicos não-disciplinarizados têm. Deve-se tentar evitar reproduzir, implicitamente, a ideia de que haja, no fim de tudo, uma elaboração do historiador mais adequada do que a de outros públicos, ratificado pelo que disse Albieri, já citada: como se o acesso do historiador “a documentos fosse tudo o que falta para que a revelação iluminadora da verdade histórica finalmente ocorra”. A divulgação que mobiliza o material do historiador não pode incorrer neste risco profissional de se

⁴⁷ O historiador holandês Paul Knievel, nos anos 1990, quando da aproximação das histórias públicas europeias e americana, registra que a história pública seria, então, redefinida como ‘história para o público, sobre o público e feita pelo público, se aproximando da tipificação que depois Santhiago vai firmar na literatura nacional brasileira. A qualificação de história feita *pelo* público abre margem para uma história *do* público, história da própria lavra do público, feita por ele.



imaginar aquele que, tendo o acesso aos documentos, têm o condão de fazer com que a verdade histórica apareça?

A divulgação de História deve se assemelhar mais a um trabalho colaborativo, onde o historiador colabora com outros públicos a fim de tomarem o passado com balizas de interpretação de suas realidades individuais e sociais capazes de favorecer a outros públicos a olhar seu passado, dando sentido a ações no presente e a projeções de futuro. E mesmo fornecendo balizas as quais, mesmo se próprias de um especialista treinado, podem favorecer o olhar dos que se voltam para o passado e não têm formação científica para tal.

Considerações Finais - procedimentos para um encaminhamento por meio da recuperação da legitimidade da fala

A nosso ver, por hipótese, talvez a divulgação da história que se quer levada para “amplas audiências” - como sendo este seu motivo principal – precisaria, acima de tudo, uma audiência disponível para a História, ou para a palavra do historiador. Sem desprezar o fato de que audiências não necessariamente estejam lá, esperando histórias, mas que elas criam suas histórias próprias e se satisfazem com elas. Sem se precisar exatamente quem sejam estas audiências, sem se localizar onde elas estão e podem ser encontradas, pergunta-se se a histórica pública profissional brasileira estaria disposta a considerar ir além, se estaria disposta a discutir não só sobre seu lugar de fala, mas o que tem deteriorado a autoridade que, supostamente, garantiu a historiadores durante muito tempo esta autoridade legitimada e reconhecida. Hoje, vivemos um estado da arte em que a autoridade do historiador está questionada e deslegitimada por “fazedores de história” que, muito embora façam usos do passado sem os critérios que garantem – interna *corporis* – a autoridade historiadora, têm-na esvaziado dos historiadores, ocupando seus lugares. É contra qualquer intenção dos historiadores profissionais de menosprezarem, e de evitarem enfrentar, a corrosão de sua autoridade por não-historiadores midiáticos que escrevem histórias muitas vezes metodologicamente questionáveis, que motiva Jurandir Malerba firmar que é “imperiosa a necessidade de os historiadores acadêmicos entrarem nesse debate, inclusive por cuidado para com o ensino e as práticas didáticas”⁴⁸.

⁴⁸ MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, n.15, p. 27-50, agosto de 2014.



A meu ver, a divulgação de história no Brasil – e talvez não só no Brasil – requer, primeiro, recuperar este lugar de fala e sua autoridade, a fim de legitimar o historiador profissional, acadêmico, como seja, a dizer sobre o passado e ser acreditado, porém sempre pensado como portador de *uma das visões possíveis do passado*, uma vez firmando os historiadores o monopólio de dizer o passado. A realidade perceptiva dos consumidores de história, grosso modo, parece-nos, irrefletidamente, condenar o que se fala sem antes mesmo de ouvir, sendo suas afirmações triadas *por* e permeadas *de* fatores contextuais e ambientais marcados por profundas disputas de narrativas de memória e polarizações político-ideológicas vincadas muitas vezes pelo uso do passado por meio de má-fé, interesses particularistas, ou desconhecimento mesmo, desdobrado, possivelmente, da percepção autêntica – feliz ou infelizmente - de que ninguém é dono do passado e de suas interpretações.

Os exemplos da França e do Reino Unido comparados por Stevens são instrutivos. A autoridade francesa dos historiadores reunidos numa corporação acadêmica que sustenta corrente historiográfica de tradição internacional sobre o que se diz do passado conduziu mesmo a institucionalização de um comitê associativo de vigilância dos usos públicos do passado na França.⁴⁹ Por mais que *historymakers* alheios ao universo acadêmico produzam história e usem o passado a seu modo, a autoridade dos historiadores franceses se faz valer em meio a uma cultura de história em que os historiadores profissionais são voz ativa e requisitados para dizer o passado, ou mesmo profissionais que intervêm sobre afirmações públicas, corrigindo-as, sem que sejam deslegitimados – muitas vezes dando a entender que a interpretação sobre a história tem lugar principal e alguns têm o monopólio do uso do passado. Como se fossem juízes do passado.

O caso inglês, contrário ao francês, parece deslocar-se da mesma fonte de legitimidade francesa – com aspectos tanto perigosos como estratégicos para a auto-legitimidade dos que fazem história. No Reino Unido, para a comunidade de historiadores, a realidade que predomina é a de que todos têm e sabem sua história – e aí reside um perigo. Porque, para historiadores não-formados ingleses e seus públicos, a

⁴⁹ O CVUH francês (*Comité de Vigilance face aux usages publics de l'histoire* – Comitê de Vigilância Face aos Usos públicos da história e do passado) é uma associação de historiadores francesa criada para fiscalizar os usos particulares, políticos, oportunistas de temas públicos, visando controlar sua divulgação e aqueles usos quando lançam mão de acontecimentos e processos passados para se legitimarem. Foi criado em 2005, por ocasião das discussões em torno da lei de 23 de fevereiro de 2005. Nela, era decretado que os manuais escolares deveriam exaltar o papel colonizador da França em suas ex-colônias, celebrando a França. Contra a lei levantaram-se vários historiadores, em torno de cuja movimentação foi criado o CVUH.



história é parte integrante de suas vidas, mas sempre a história entendida como valor individual, importante porque a inscrição da história de coletivos é realizada em suas vidas individuais, e nelas se bastam. Arriscamo-nos a dizer, uma história despolitizada. Mas tenhamos cuidado, porque é história despolitizada em termos.

Despolitizada em termos, uma vez que as políticas que são consideradas são as políticas públicas e tudo aquilo que diz respeito ao ser individual, tomado como lócus de emoção e passado nostálgico, ou resultado de condicionantes passados chegados pelo tempo até o presente. A história na cultura pública histórica que os ingleses reconhecem – similar ao que pecebem os americanos *brancos* em geral - é a de suas próprias vidas individuais entendidas como “históricas” – sem interligações com grandes questões e dramas coletivamente vividos e partilhados. Se perigoso – e em dissenso como uma história que nos ensina nossa localização social como parte de um todo coletivo relacional - é benfazejo que os ingleses não pensem assim, uma vez que, não tendo ninguém o monopólio da história, fazem do passado o que querem: entretenimento, diversão, lugares de passeio e lembranças, relíquias e antiguidades, curiosidades. Muito parecido com a realidade americana. A história não tem uma função política pública, mas apenas uma função social, e assim mesmo à medida que ajuda a soldar solidariedades mínimas, entendidas estas como solidariedades de família, de lugares e pequenas cidades, e mais ainda como solidariedade nacional. Stevens registra, da parte do historiador francês, uma indignação com a perda de uma “autoridade de reconhecimento”, fato que parece não abalar o historiador inglês, e mesmo o americano. Enquanto na França e na Alemanha, a reação contra a “mitologização romântica” da história – por exemplo com Michelet - tomou forma na criação de uma disciplina histórica nacional, enquadrando a função da história a ser divulgada pelo professor como depositária do nacionalismo, a mesma sorte não se passou na Inglaterra, “onde a ideia nacional desenvolveu-se independentemente e grandemente antes do nacionalismo romântico”⁵⁰ com o que a história não se desenvolveu como um “secular sacerdócio”.

(...) Na França, como no mundo germânico, a reação contra a mitologização romântica tomou a forma da emergência da historiografia como uma disciplina intelectualmente distinta. Isto pode ser contrastado com a situação na Inglaterra, onde a ideia nacional desenvolveu-se independentemente e

⁵⁰ where the national ideal developed both independently and largely in advance of Romantic nationalism. Ver: STEVENS, Mary. Política pública e o historiador público: os diferentes lugares de historiador na vida pública na França e no Reino Unido. **The Public Historian**, v.32, n.3, 2010 p.120-135.



grandemente antes do nacionalismo romântico. (...) em geral historiadores não têm, na Inglaterra, constituído, da mesma forma, um secular sacerdócio.⁵¹

Nos Estados Unidos, as associações de historiadores de família e de histórias locais são poderosas, além de criadoras de postos de trabalho. David Thelen e Roy Rosenweig desenvolveram pesquisa de opinião importante neste sentido, e, por mais polêmica que tenha sido, no entanto foi pesquisa que lhes deu base empírica, por meio de respostas dos públicos mesmos, para rebaterem afirmações que censuravam os americanos de não terem preocupação com sua história, e se se preocupavam com ela e usavam-na.⁵² Este fundamento da História Pública americana, se provê em legitimidade pública o trabalho de *scholars* historiadores – há sempre lugar para serem ouvidos, e eles são ouvidos legitimamente – por outro lado provê, a nosso ver, um perigoso faz de conta. Se a história dos americanos reconhecida por eles só se conecta por meio de suas narrativas pessoais de vida, por outro lado os americanos parecem naturalizar o fato de que, como plano de fundo da aceitação desta história individualizada, está a validação de um passado nacional comum - na história muito bem construído e constantemente reiterado em mídias diversas, em especial o cinema – passado percebido como sem conflitos, sem discórdias e guerras – e com dose grande de diversidade reprimida – o que garante circunscrever seus passados individuais descolados de seus passados coletivos.

A tentativa de reescrita do passado colonial francês em 2005 por Sarkozy, do que gerou a criação da CVUH, pretendendo exaltar a colonização francesa na África, por outro lado, foi prontamente rebatida por historiadores, que vieram a público retrucar o presidente pelo que consideravam um uso do passado equivocado, ideologizado e inaceitável, e devidamente interpretado para ser reescrito. No Reino Unido, e nos Estados Unidos, controvérsias pontuais sobre usos do passado tornam-se pontuais, e não alteram aquele plano de fundo que faz da história que as amplas audiências contam e respeitam consubstanciadas num passado comum mitificado.

⁵¹ In France, as in the Germanic world, the backlash against Romantic mythologization took the form of the emergence of historiography as a distinct scholarly discipline. This can be contrasted with the situation in Britain, where the national ideal developed both independently and largely in advance of Romantic nationalism (...) in general, historians have not in Britain constituted a secular priesthood in quite the same way. Ver: STEVENS, Mary. Política pública e o historiador público: os diferentes lugares de historiador na vida pública na França e no Reino Unido. **The Public Historian**, v.32, n.3, 2010 p.120-135.

⁵² David Thelen e Roy Rosenweig publicaram pela primeira vez, em 1998, *The presence of the past: popular uses of History in American Life* (A presença do passado: usos populares da história na vida americana). Pesquisa feita por telefone com uma amostra nacional de 808 entrevistados e três amostras separadas, de mais ou menos 200 cada, de afro-americanos, mexico-americanos e índio-americanos.



A meu ver, é por meio de uma investigação profunda sobre o que fez o esvaziamento da autoridade acadêmica do historiador, e sua deslegitimação para dizer o passado,⁵³ que deve começar um plano de divulgação da História. É preciso, não sabemos como, reconquistar – se é que um dia tivemos – um lugar de fala, revesti-lo ao ponto de as “amplas audiências”, antes mesmo de nos ouvirem, aceitarem que temos de ser ouvidos. Que sabemos também o passado, a nossa maneira, mas que sabemos um conhecimento que não é melhor nem pior que outros, mas diferente, produzido por critérios que não são aqueles critérios e parâmetros com que muitos que escrevem a história não profissionalmente o fazem. Antes do desafio, há um desafio antes: como contar com a confiança das audiências? “O historiador não detém e nunca deterá o monopólio desta fala [da história] (e isso é saudável)”⁵⁴.

Entre disputas por narrativas históricas, há um outro aspecto a ponderar: como sermos ouvidos, escutados, sem que nos ouçam com preconceitos que levam a fala do historiador para o plano daquilo de que não se precisa, ou não deve ser escutado, porque é um “doutrinador” que fala, item da agenda investigativa nos diversos trabalhos que apontam o projeto da *Escola Sem Partido* como projeto que qualifica o professor de História como “doutrinador”. Este é um desafio muito grande antes, a meu ver, de discutirmos os termos com que falamos e de que lado estamos quando falamos. É preciso, primeiro, firmar o respeito de sermos legitimamente ouvidos: “(...) a questão da legitimidade dos trabalhos acadêmicos continua a ser importante (...) o que se coloca em questão é certa postura arrogante que tratava a produção vinda da academia como a única capaz de ter um certificado, um lastro”⁵⁵. A questão da legitimidade parece estar sendo enfrentada se tivermos em mente o conjunto já grande de textos elaborados sob a rubrica genérica da “função do historiador intelectual público” que participa de debates e da esfera pública com seus posicionamentos.

Fazendo assim, presumo, estaremos mais prontos para divulgar nosso conhecimento, e ouvir as críticas que tiverem de ser perpetradas, uma vez que nosso conhecimento será legitimado como um dos conhecimentos possíveis de serem

⁵³ Aqui, neste ponto, Jurandir Malerba reclama do espaço perdido por historiadores profissionais para historiadores leigos e sem formação metódica, a partir de uma bibliografia basicamente americana sobre o assunto. Em suma, “qualquer um pode escrever história, o que não significa que toda história tenha o mesmo valor e qualidade”, segundo o autor.

⁵⁴ TEIXEIRA, Ana Paula T; CARVALHO, Bruno Leal P de. Introdução: os lugares do historiador-divulgador. In: **História Pública e divulgação da História**. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2019. p.9-24.

⁵⁵ MAUAD, Ana M; ALMEIDA, Juniele R de.; SANTHIAGO, Ricardo. (Orgs.) **História Pública no Brasil**. Sentidos e Itinerários. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2016. Resenha de: CORRÊA, Luiz Otávio. Os vários significados da História Pública. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, v.7, n.7, set.2016.



enunciados, ouvidos no debate público. Principalmente para nos ajudar a compreender que nosso pensamento não é superior e que não estamos fazendo a difusão do que é certo para pessoas inscientes e sem conhecimento algum de história, uma vez que, gostemos ou não, todos têm – e criam – histórias. Importa é reconhecer que, bem ou mal, audiências têm conhecimento, que não pode ser condenado ou negado, apenas retrucado e rebatido. Com formas firmadas na igualdade de fala e, claro, com iguais condições de emissão. Da mesma maneira que Marieta de Moraes Ferreira está preocupada com que qualquer cidadão não tem legitimidade para fazer história científica como os cientistas da história fazem, também os cientistas da história devem se preocupar com o reconhecimento dos limites de seu saber a fim de participar do debate público. Porque senão corremos o risco de ficarmos sem compreender por que, tão conscientes da história científica, somos, da parte do público, tão substituídos pelos não-treinados em história quando se trata de falar e dizer a história.

Data de submissão: 22/04/2020

Data de aceite: 24/06/2020



Referências bibliográficas

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ARIÉS, Philippe *et al.* A história – uma paixão nova. In: LE GOFF; LADURIE; DUBY.*et al.***A Nova História**. Lisboa, PO: Edições 70, s.d. p.9-40

BANN, Stephen. **As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado**. Ed. UNESP, 1994.

CAUVIN, Thomas. Uma ascensão da história pública: uma perspectiva internacional. **Revista NUPEM**, v.11, n.23, p. 8-28, 2019.

CONN, Steven. **Mensagem presidencial: cada historiador um historiador público**. Disponível em: https://www.ohioacademyofhistory.org/wp-content/uploads/2019/01/Proceedings-2018-Presidential-Address-Steve-Conn_Every-Historian-a-Public-Historian.pdf. S.d. Acesso em setembro 2018.

COSTA, Marcela Albaine Farias da; MENDES, Caroline Alves Marques. O sequestro do imaginário e a escrita da história: o caso dos memes históricos e a recepção do Nazismo. **Revista**

DUCLOS-ORSELO, Elizabeth. Autoridade compartilhada: a chave para educação museal como mudança social. **Journal of Museum Education**, v.38, n.2, July 2013, p.121–128.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Uma trajetória em (o que chamamos hoje) História Pública. **Revista História Hoje**, v.8, n.15, p.223-238, 2019. Entrevista concedida a Miriam Hermeto e Rodrigo de Almeida Ferreira.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única o de a *Shared Authority* à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana M; ALMEIDA, Juniele R de.; SANTHIAGO, Ricardo. (Orgs.) **História Pública no Brasil**. Sentidos e Itinerários. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2016. p.57-69.

HAMEROW, Theodore. The Bureaucratization of History. **The American Historical Review**, v.94, n.3, p.654-660. Jun.1989.

HERMETO, Miriam & FERREIRA, Rodrigo de A. Apresentação de dossiê. **Revista História Hoje**, v.8, n.15, p.5-16, 2019.

JORDANOVA, Ludmila. **Como a história importa hoje?** Disponível em: [.http://www.historyandpolicy.org/policy-papers/papers/how-history-matters-now](http://www.historyandpolicy.org/policy-papers/papers/how-history-matters-now). Publicado em novembro de 2008. Acesso em janeiro 2019.

KALELA, Jorma. Fazer História: o historiador como consultor. **Public History Review**. v.20, 2013, p.24-41.

KEAN, Hilda. Pessoas, historiadores e História Pública. **The Public Historian**, v.32, n.3, p.25-38, 2010.



KEAN, Hilda. **Pensando sobre pessoas e história pública.** Disponível em http://arts.brighton.ac.uk/data/assets/pdf_file/0005/68270/Chapter-1-Working-Papers-Journal-by-Hilda-Kean-ISSN-20458304-.pdf. S.d. Acesso em janeiro 2019

LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a História.** Lisboa, PO: Edições 70, s.d.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, n.15, p. 27-50, agosto de 2014.

MAUAD, Ana M; ALMEIDA, Juniele R de.; SANTHIAGO, Ricardo. (Orgs.) **História Pública no Brasil.** Sentidos e Itinerários. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2016. Resenha de: CORRÊA, Luiz Otávio. Os vários significados da História Pública. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, v.7, n.7, set.2016.

NOIRET, Serge. **Internacionalizar a história pública.** Outubro 2014 Disponível em: <https://public-history-weekly.degruyter.com/2-2014-34/internationalizing-public-history/>. Acesso em março 2019.

PENNA, Fernando de Araujo & FERREIRA, Rodrigo de Almeida. O trabalho intelectual do professor de História e a construção da educação democrática. Prática de História Pública frente à Base Nacional Comum Curricular e ao Escola Sem Partido. In: **História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado.** São Paulo, SP; Editora Letra e Voz, 2018. p.109-127.

ROSENZWEIG, Roy.; DAVID, Helen T. **A presença do passado: Usos populares da história na vida americana.** New York: Columbia University Press, 1998.

ROVAI, Marta G. de O. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele R de; MENESES, Sônia (Orgs.). **História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado.** São Paulo, SP; Editora Letra e Voz, 2018. p.185-196.

ROVAI, Marta G. de O. Ensino de História e a História Pública. Os testemunhos da Comissão Nacional da Verdade em Sala de Aula. **Revista História Hoje**, v.8, n.15, p.89-110, 2019.

SANTHIAGO, Ricardo. “A História Pública é a institucionalização de um espírito que muitos historiadores têm tido, por milhares de anos”: Uma entrevista com David King Dunaway sobre História Oral, História Pública e o passado nas mídias. **Revista Transversos. “Dossiê: História Pública: Escritas Contemporâneas de História”.** Rio de Janeiro, Vol. 07, nº. 07, pp. 203-222, Ano 03. set. 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2016.25607.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, ALMEIDA, Juniele Rabelo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários.** SP: Editora Letra e Voz, 2016. p.23-36.



SANTHIAGO, Ricardo. A história pública no Brasil entre práticas e reflexões. **Revista Observatório**. v.3, n.2, abril/junho 2017. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo (SP): Cia das Letras; Belo Horizonte (MG): Editora UFMG, 2007.

STEVENS, Mary. Política pública e o historiador público: os diferentes lugares de historiador na vida pública na França e no Reino Unido. **The Public Historian**, v.32, n.3, 2010 p.120-135.

TEIXEIRA, Ana Paula T; CARVALHO, Bruno Leal P de. Introdução: os lugares do historiador-divulgador. In: **História Pública e divulgação da História**. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2019. p.9-24.

TOSH, John. **Why History Matters**. Londres (Inglaterra): Palgrave Macmillan, 2008.

VERGO, Peter. *The New Museology*. Islington: Reaktion Books, 1989.



QUANDO FALAR É PERIGOSO: A RECONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS SOBRE A CAMPANHA “DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER” (1961 – 1964)



Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto¹

Resumo

Este artigo apresenta parte das discussões desenvolvidas durante nossa tese de doutorado, que analisou as relações dialógicas presentes entre os acampamentos da Campanha “De pé no chão, você também pode aprender a ler” e os moradores das comunidades que os receberam. A campanha educacional foi desenvolvida em Natal / RN, entre 1961 e 1964, e terminou em virtude do golpe militar que a considerou subversiva. Seus líderes foram indiciados e presos, o que criou um imaginário de medo. Muitos de seus membros, professoras leigas, diretores e alunos e até moradores das comunidades que receberam os acampamentos passaram anos em silêncio, evitando falar publicamente sobre a iniciativa. Suas memórias foram mantidas, silenciadas, enterradas com possíveis documentos e compartilhadas apenas em pequenos grupos, com a família ou amigos. Ao longo dos anos, essas memórias surgiram e no cenário democrático elas puderam emergir novamente. Neste artigo, nosso objetivo é apresentar o caminho que seguimos para retomar algumas dessas memórias presentes nas narrativas de sujeitos que viveram o cotidiano da Campanha e concordaram em compartilhar conosco, e alguns até o fizeram com outros pesquisadores, as reminiscências e ressignificações daqueles anos distantes. Para isso, foi necessário desenvolver uma escuta atenta, sensível, compreendendo a História Oral na perspectiva de Alessandro Portelli, como “arte de escutar”, como uma via de mão dupla, na qual observamos e somos observados. Também foram desenvolvidos vários procedimentos metodológicos, baseados em diferentes autores, mas, sobretudo, baseados nas considerações de José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda. Outros procedimentos, por sua vez, foram projetados por nós mesmos, ajustando-os às demandas e particularidades de nossa pesquisa, a fim de tornar público o que precisou ser silenciado e permanecer no subsolo por décadas.

Palavras-chave: Memórias; silenciamento; História Oral; Educação; Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”.

Abstract

This paper presents part of the discussions developed during our doctoral thesis, which analyzed the dialogical relations present between the camps of the Campaign “Standing on the floor, you can also learn to read” and the residents of the communities that received them. The educational campaign was developed in Natal / RN, between 1961 and 1964, and ended due to the military coup that considered it subversive. Its leaders were indicted and imprisoned, which created an imaginary of fear. Many of its members, lay teachers, principals and students and even residents of the communities that received the camps spent years in silence, avoiding to speak publicly about the initiative. Their memories were kept, silenced, buried together with possible documents, and only shared in small groups, with family, or friends. Over the years, these memories emerged, and in the democratic scenario they were able to surface again. In this paper, our goal is to present the path we followed to resume some of these memories present in the narratives of subjects who lived the Campaign's daily life and agreed to share with us, and some had even done it with other researchers, the reminiscences and resignifications of those distant years. For that, it was necessary to develop an attentive, sensitive listening, understanding Oral History in the perspective of Alessandro Portelli, as “art of listening”, as a two-way street, in which we observe and are observed. Several methodological procedures were also developed, based on different authors, but, above all, based on the considerations of José Carlos Sebe Bom Meihy and Fabíola Holanda. Other procedures, in turn, were designed by ourselves, adjusting them to the demands and particularities of our research, in order to make public what needed to be silenced and remained underground for decades.

Keywords: Memories; silencing; Oral History; Education; Campaign “De pé no chão também se aprende a ler”.

¹ Doutora em Educação (PPGED/UFRN). Mestre em História (PPGH/UFRN). Professora do Departamento de Práticas Educacionais, na área de Didática e Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DPEC/UFRN), Campus Natal. E-mail: alinydayany@gmail.com



Introdução

Para nós, muitos são os sentidos de viver, pensar e sentir o cotidiano imerso em um contexto opressor. No decorrer de anos de pesquisas, ouvimos diversos tipos de relatos, desde os que envolviam a busca pelo esquecimento, até aqueles mais fervorosos, que viam no falar uma forma de resistir. Na pesquisa que originou nossa tese de doutorado, buscamos entender as relações dialógicas presentes entre os acampamentos da Campanha educacional intitulada “De pé no chão também se aprende a ler” e a comunidade que a recebeu. Nenhum de nossos entrevistados foi preso, ou indiciado, durante o Regime Militar, mesmo assim, precisaram calar, silenciar, pois tinham vivido, e por vezes trabalhado, em uma iniciativa taxada de subversiva.

A Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” foi uma iniciativa educacional de combate ao analfabetismo, desenvolvida em Natal/RN, durante os anos de 1961 e 1964. O objetivo central era levar educação formal às áreas mais pobres e periféricas da cidade. Seu surgimento estava ligado à própria eleição do prefeito que a promoveu, Djalma Maranhão, pois durante a campanha eleitoral, ele e sua equipe criaram comitês de bairro para discutir os problemas da comunidade. Na ocasião, foram mais de 200 comitês e em todos a pauta considerada mais urgente era a educação.

Tendo em vista tal demanda, o prefeito e seu secretário de educação, Moacyr de Góes, buscaram sanar o problema, mesmo com o baixo orçamento da Prefeitura. Não encontrando solução imediata, o problema foi levado de volta a um dos comitês, situado no bairro das Rocas², e um de seus moradores teria sugerido a construção de barracões de palha, nos moldes das casas de pescadores que eles habitavam³. Aquela solução, um tanto incomum e inusitada, foi posta em prática em um projeto-piloto naquele mesmo bairro. Considerado o sucesso da iniciativa, ela foi expandida por toda a periferia da cidade.

No entanto, em 1964, no contexto do golpe militar e de disputas políticas locais, a Campanha foi considerada subversiva, suas atividades encerradas e seus principais líderes indiciados e presos. Alguns foram soltos após dias, ou meses, e outros, a exemplo do prefeito, foram exilados. Não houve relatos de prisões das professoras leigas, funcionários, ou demais pessoas ligadas à Campanha.

² O bairro das Rocas fica na região da cidade de Natal, em uma área de praia e nos anos 1960 era habitado majoritariamente por pescadores, pequenos comerciantes e artesãos.

³ GERMANO, José Wellington. **Lendo e aprendendo**: a campanha De pé no chão. São Paulo: Cortez, 1982.



Diferente de outras experiências, em que trabalhamos com sujeitos que foram presos, torturados, perderam empregos e oportunidades de estudo, nesta aqueles que foram ouvidos não sofreram perseguição direta, mesmo assim, viveram imersos em um imaginário de medo e silenciamento. Diante disso, nosso objetivo é apresentar o percurso que seguimos para retomar essas memórias e publicizá-las.

Parte dos entrevistados ouvidos compreendia o porquê dos anos de silenciamento, outros não tinham tanta clareza, mas sabiam que nem sempre era conveniente falar sobre aquela campanha educacional. Alguns não entendiam porque isso teria ocorrido, ou o que teria feito com que os acampamentos escolares fossem fechados. Afinal, qual o perigo em alfabetizar populações carentes de bairros periféricos considerando sua cultura? A resposta não era, nem é, simples, clara ou objetiva. O fato é que a Campanha foi desfeita, seus líderes presos, seus acampamentos fechados, destruídos, ou trocados de nomes e suas memórias silenciadas.

E, dentre muitas falas, coletadas por nós, mas também por outros pesquisadores, uma pareceu dar a tônica da construção do imaginário de medo presente anos pós-golpe, foi ela a seguinte: “E diziam: ‘não queira, não use, não fale. Era bom que você não voltasse, que ninguém volte para lá, porque ali tudo é comunista, daqui para frente vão observar’. Aí, foi quando os militares vieram”⁴. Esta fala de uma professora leiga nos sensibilizou para perceber que lidar com a Campanha e com suas memórias também significava perceber seus silenciamentos e abordar muitas memórias subterrâneas⁵.

Para alguns de nossos entrevistados, a retomada foi tranquila e vista como necessária. Para outros, não trazia essa conotação do perigo, porque não conseguiam sequer perceber como isso faria sentido naquela realidade de escolas cobertas de palha. E para outros, ainda, havia a retomada da fala, mas imersa em certo receio acerca do quão prudente seria, ainda nos anos 2000, narrar aqueles acontecimentos, uma vez que por muito tempo aquilo não era permitido, ou era considerado perigoso.

No decorrer deste texto, parte de nossa trajetória de coleta e reconstrução das memórias ligadas à Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” são apresentadas buscando enfatizar não somente a importância das falas para recompor fatos, mas, talvez principalmente, para recompor emoções, sentidos, sensibilidades que emergiram mais de 50 anos após o fechamento dos acampamentos escolares.

⁴ RÓSA, Ivoneide. Entrevista concedida à autora. Natal, 2017.

⁵ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.



Enquanto metodologia principal, utilizamos a História Oral temática e a abordamos na perspectiva da escuta atenta, da busca pelos detalhes, do dito e do não-dito, do exposto e do silenciado. Nos ajudaram nessa trajetória diferentes autores oralistas, dentre os quais tiveram destaque: Alessandro Portelli⁶, José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda⁷, Paul Thompson⁸, Lucília Delgado⁹ e muitos outros, que nos permitiram pensar sobre as memórias e sobre como lidar com elas.

Indubitavelmente foram as memórias, retomadas por nós e por outros pesquisadores, como Maria Elizete Guimarães Carvalho¹⁰, a matéria-prima de nossa pesquisa, sem as quais, pouco sentido ela teria. Afinal, como ouvir aqueles que não deixaram registros escritos? Como compreender o cotidiano das crianças nos acampamentos, se pouco, ou nada, havia registrado sobre isso? Como sentir a vivência naquelas escolas e também sua ausência, sem ouvir aqueles que participaram efetivamente de seu funcionamento? Questões assim, motivaram nossa pesquisa, que foi essencialmente pautada na oralidade, nas lembranças, nos silêncios, nas lacunas, nos achados, nos perdidos e nos ressignificados.

Reconstruindo reminiscências: a retomada das memórias da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”

O ato de lembrar, rememorar, não é linear, preciso, ou isento de intenções. A operação da narrativa exige do narrador todo um interesse e dedicação por reconstruir uma época, por vezes, distante há várias décadas e que foi sendo ressignificada ao longo do tempo. Porém, lembrar fatos que precisaram ser silenciados em virtude de regimes opressores é um movimento ainda mais cheio de restrições e que envolve esforço e interesse por parte do entrevistado, para ir aos poucos tornando público o que ficou restrito a pequenos grupos.

Apesar das limitações que permeiam as narrativas sobre a década de 1960, mesmo em se tratando do período anterior ao golpe, elas são indispensáveis para compreendermos melhor aquele momento. Tais limitações, além de se deverem ao fato de essas memórias terem sido caladas, também estão ligadas à idade, às questões de ordem psicológica, e mesmo biológica, ao preconceito diante do comunismo e da

⁶ PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

⁷ MEIHY, José C. S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral, como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2017.

⁸ THOMPSON, Paul. **A voz do passado, história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

⁹ DELGADO, Lucília A. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

¹⁰ CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. Quando a leitura do mundo precede a leitura da palavra. In: PINHEIRO; CURY (Org.) **Histórias da educação da Paraíba: rememorar e comemorar**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.



repressão que este gerava. No entanto, ainda que todas as fontes escritas sobre a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” tivessem sido preservadas intactas, se faria necessário voltar às comunidades, pois nenhum daqueles registros escritos, oficiais ou não, poderiam trazer as impressões particulares daqueles que a viveram enquanto alunos, professoras, ou pessoas dos bairros. Nenhum daqueles registros seria capaz de apresentar o olhar que as pessoas têm hoje sobre seu próprio passado. Não seríamos capazes de captar as emoções, impressões, dúvidas, medos, anseios, nem tampouco, a autoanálise que permeia as entrevistas gravadas décadas após o ocorrido. Não nos interessam apenas os fatos, mas também, e sobretudo, como eles são narrados e rememorados.

Voltar às comunidades que tiveram acampamentos e escolinhas da Campanha além de permitir a publicização de uma memória, garante que o sujeito, em um ato político, narre e se autoafirme durante essa narração, tendo clareza de que, “Justificar a própria sobrevivência não é fácil [...] No entanto, para outros a única razão de viver é não permitir que a testemunha morra”¹¹. A narração é, pois, uma experiência com a comunidade, que envolve a tentativa de narrar, muitas vezes, o inenarrável¹².

Nesse sentido, não utilizamos os relatos orais, as narrativas de nossos entrevistados enquanto testemunhos (no sentido estrito desta palavra, que remete a um ato quase jurídico, probatório), visto que não são as visões dessas pessoas em 1960, mas o que elas pensam hoje acerca daquele período e o quanto suas próprias vidas interferem no que narram. Por esse motivo, evitamos o termo testemunho e priorizamos a narrativa, o narrador, seguindo as percepções de Bosi, ao afirmar que: “Todas as histórias contadas pelo narrador inscrevem-se dentro da *sua história*, a de seu nascimento, vida e morte”¹³. Assim, nos debruçamos e ansiamos pelas perspectivas, pelas impressões, pelo dito e pelo não dito, pela lembrança e pelo esquecimento, pela verdade e pela construção mítica, pelas polissemias das lembranças e pela multiplicidade de temporalidades, pela ficção e pelas versões.

Os fatos históricos são de suma importância e constantemente cruzamos o que nos disseram os entrevistados, com o que estava registrado em livros de memória, jornais e demais fontes. No entanto, as narrativas possibilitam que seja escrita uma

¹¹ AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2014. (Homo Sacer III).

¹² GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: BRECIANI, S; NAXARA, M. (Org.). **Memória e (re)sentimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

¹³ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.



história não apenas do acontecido, mas também das memórias, pois, como afirma Portelli: “A história oral, no entanto, não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores [...]”. Esse campo de produção historiográfica é constituído pela “[...] história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória”¹⁴.

Nossos entrevistados são, então, narradores de suas lembranças. E estas nos permitem aprender com eles sobre múltiplos tempos. Aprendemos sobre os acontecimentos dos anos 1960, mas também sobre o hoje, sobre como percebem a vida que tinham àquela época e o que sentem em relação às suas vidas na contemporaneidade. A partir desse material, podemos compreender melhor os mecanismos da memória, da narrativa, e sua utilização para a construção da História.

Partimos do pressuposto da entrevista seguindo as premissas de Portelli ao considerar que esse momento com o entrevistado é notadamente organizado a partir de relações dialógicas, pois enquanto os observamos, eles também o fazem. Eles nos olham, observam e buscam saber o que queremos ouvir. A entrevista é, segundo Portelli, uma via de mão dupla, “[...] uma troca de olhares”¹⁵, um momento de aprendizado ímpar.

Através da entrevista, visamos alcançar aquelas memórias individuais, mas que estão repletas de impressões, valores e símbolos da coletividade. Por isso, o conceito de memória coletiva, de Halbwachs, é tão relevante, já que para ele:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem¹⁶.

Apesar do caráter coletivo da memória, ela não é a mesma para todos de um grupo, nem se configura enquanto um todo homogêneo. Do contrário, a memória traz as marcas do indivíduo e é uma seleção feita por ele, de modo consciente ou não. Alguns iniciam suas narrativas a partir de suas histórias pessoais, da vinda do interior, da busca por ser reconhecido através da música. Outros partem da própria experiência de ver os acampamentos sendo construídos, de ir às aulas assim que começaram, mas logo

¹⁴ PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

¹⁵ PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

¹⁶ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2017.



mesclam a Campanha e seus acontecimentos às suas próprias vidas, à forma como liam e declamavam poemas, à figura materna que trabalhava demais e mesmo assim não conseguia suprir todas as necessidades da família, ou mesmo ao pai que mantinha casos extraconjugais. Não há como retirar-se da narração. O eu, mesmo tratando de questões coletivas, faz-se presente no que é narrado, por isso, adianta e recua no tempo, começa falando do tema e divaga para outras áreas, constrói sua narrativa de modo consciente e voluntário, mas também inconsciente e involuntário. São todas essas multiplicidades da memória e da narrativa que enriquecem o trabalho com tais fontes.

Para Pollak, existem vários tipos de memórias coletivas e um deles seriam as memórias subterrâneas, aquelas que se tenta sufocar por décadas, que vão de encontro à memória coletiva nacional (também chamada memória enquadrada)¹⁷, mas que existem no seio de grupos menores, marginalizados e para os quais o direito à voz é negado¹⁸. Passados períodos repressivos, essas memórias subterrâneas (às vezes compostas por “lembranças traumatizantes”) emergem e passam a fazer contraponto à versão oficial, embora nem todos os que são compulsoriamente calados consigam dizê-las, ou transformá-las em narrativas. Isso se deve à toda dor e sofrimento que elas podem representar, em virtude do medo que as circunda, ou por diversos outros motivos inerentes à mente e à alma humana, como enfatiza Agamben, ao discutir as memórias de sobreviventes dos campos de concentração nazistas. Para ele, nem todos conseguem narrar a dor e a agonia dos campos, pois guardam, muitas vezes, a culpa de ter sobrevivido e se sentem impedidos de narrar o que não viveram, a câmara de gás pela qual não passaram, mas viram tantos serem para lá encaminhados¹⁹.

Em nosso caso, trabalhamos com pessoas que viveram uma experiência educativa em comum. A princípio, observando ligeiramente, tais memórias poderiam ser consideradas coletivas, mas nada teriam de traumatizantes, ou subterrâneas. No entanto, o fato de a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” ter sido considerada um movimento subversivo, fez com que falar sobre ela fosse algo proibido, ou visto como perigoso. Isso foi percebido, por exemplo, quando um de nossos entrevistados questionou, ao final da gravação, se havia algum perigo em falar sobre

¹⁷ Portelli (2016) as nomeia memórias-monumento, pois seriam capazes de expor apenas o que é interessante para manter, ou construir, um sentimento de identidade, de pertencimento. Ver: PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

¹⁸ POLLAK, Michel. Memória. esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

¹⁹ AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2014. (Homo Sacer III).



aquilo. Em seguida, o próprio entrevistado frisou que achava que não havia problema, pois sabia que estava em uma democracia, mas, mesmo assim, ele temia. Isso nos demonstra o que é o emudecimento proposital das vozes de uma comunidade, demonstra o quanto esse silêncio pode ser imposto, o que pode levar a um esquecimento proposital.

Esse longo período de silêncio, a descrença com o presente, e a vivência de outras experiências políticas e educacionais, fez com que alguns entrevistados pouco lembrassem daquele contexto da década de 1960, ou mesmo que misturassem diferentes temporalidades e sujeitos, por vezes, confundindo-os. Sendo assim, analisamos as informações coletadas, mas também refletimos sobre os conflitos e tensões presentes entre elas e até mesmo suas construções fantasiosas, que marcaram algumas falas. Isso, de modo algum, descredibiliza a fonte. Pelo contrário, nos instiga à sua análise, pois concordamos com Portelli quando afirma que: “[...] as histórias que não são acuradas factualmente, podem ser lugares de imaginação, desenho e sonho. Eles são tão importantes quanto os fatos puros e simples”²⁰. Nesses espaços conflituosos e mesmo de confusão, há a possibilidade de perceber o não dito, o que se busca esconder, ou o que simplesmente não se compreende bem.

Por vezes, notamos que nossos entrevistados desejavam falar e entender o que queríamos e, julgando não ter alcançado isso, eram comuns falas do tipo: “Não sei se cheguei onde você queria”, ou: “Desculpe, é tudo que eu lembro”. E isso ocorria mesmo que nós não tivéssemos dito o que buscávamos que eles falassem. A pesquisa era explicada, o tema a que se referia também, mas o que eles fariam não era algo direcionado por nós. Tais impressões sobre a preocupação em falar o que se esperava, se constituíram para nós em pistas importantes para compreender suas memórias, tanto quanto os dados que eles nos trouxeram. Pois nosso olhar está voltado aos fatos, mas também às interpretações lançadas sobre eles, já que:

Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor²¹.

Cabe aqui destacar que, silenciar, nem sempre, é o mesmo que esquecer. Para Paul Ricoeur, a memória depende do esquecimento. Não se pode lembrar tudo, nem narrar tudo. Nesse sentido, a memória e sua narrativa são, primordialmente, seleção de

²⁰ PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

²¹ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.



fatos que se tem o interesse em expor. Evidente que esses fatos podem ser intencionalmente omitidos ou alterados, sobretudo quando se refere à memória de um povo, ou nação. Nessa ocasião, teríamos uma memória manipulada, com o objetivo claro de formar um ponto de vista geral, único e indiscutível, interferindo mesmo na memória coletiva de um povo.

Mas, mesmo do ponto de vista individual, o esquecimento compõe a memória, pois, segundo Ricoeur, “Narrar um drama é esquecer outro”²². Embora o esquecimento pareça pouco relevante em uma visão superficial, ele não pode ser subestimado, visto que aquilo que nosso entrevistado não lembra e sua preocupação em não esquecer já sinalizam para como ele olha o passado, e como ele reconstrói o vivido. Ou ainda, o entrevistado pode não mais se identificar com o seu eu do passado, ou com algumas ações e atitudes tomadas em outras épocas, daí porque não as enfatiza. Lembrar e esquecer fazem parte da memória e, a depender de cada momento da vida do indivíduo, um fato pode ser enfatizado e outro reduzido. O que se lembra hoje pode não ter a mesma ênfase passados dez ou vinte anos. Um exemplo disso foi uma entrevista que realizamos em 2017 e que já havia sido concedida à outra pesquisadora (Maria Elizete G. Carvalho) em 2000. Na entrevista que gravamos, a entrevistada rememora os mesmos fatos narrados em 2000, no entanto, a ênfase que deu a alguns acontecimentos foi bem maior na primeira entrevista que na segunda, como a proibição de trabalhar à noite. Em contrapartida, em 2017, a entrevistada se referiu de modo muito mais frequente ao quanto se orgulhava de ser professora, talvez em uma tentativa de se autoafirmar cada vez mais, sobretudo agora que estava aposentada de suas funções laborais em todos os seus vínculos. Outros fatos não foram detalhados, como a participação política de seu pai e as ressalvas que este lhe fez quando do golpe militar em 1964.

O cruzamento das referidas narrativas nos fez perceber as modificações pelas quais a memória passou. Os fatos narrados podem até ser os mesmos, mas a forma como foram ditos, ou não ditos, se alterou com o tempo e com as próprias mudanças que o sujeito viveu. Nas entrevistas de História Oral, o ontem, o hoje e as expectativas do amanhã dialogam a todo momento e constroem narrativas específicas, datadas.

Cada narrativa traz as marcas da coletividade e as singularidades do indivíduo. Por isso mesmo, a ligação, o encontro, a conversa informal e o relato gravado são

²² RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.



únicos e irrepetíveis. Cada sujeito aborda a mesma época a partir de símbolos comuns, mas com perspectivas distintas. Cada um apresenta desenvoltura própria, reage de modo distinto às mesmas perguntas, elabora o discurso de modo particular e tenta levar a entrevista para a zona em que sente mais confortável. Isso demonstra que as memórias podem ser construídas, reconstruídas ou mesmo desfeitas ao longo do tempo. Nossa tentativa é sempre de interferir minimamente nesses momentos, mas não há como entrar nas casas e na vida dessas pessoas sem causar qualquer interferência. Isso não invalida nossas fontes, mas é preciso estar explícito que há nossa interferência nessa construção. É por isso que, para Portelli, entrevista é *cocriada*, no sentido de que o protagonismo é do entrevistado, mas ele não está sozinho naquele momento. Ele está mediado pela câmera, pelo roteiro e pelo entrevistador.

Daí porque a prática da coleta de entrevistas foi de suma importância. Também utilizamos materiais produzidos por outros pesquisadores, como, por exemplo, as entrevistas coletadas por Maria Elizete Guimarães Carvalho em sua tese sobre as memórias da Campanha, ou as de Moacyr de Góes concedidas à *Revista Educação em Questão* e ao Centro de Direitos Humanos do RN (DH-net), ou ainda as que foram gravadas e disponibilizadas pelo Núcleo de História e Memória da EJA (NUHMEJA), ou que se encontram guardadas em seu acervo. Mas a experiência da coleta, o contato com o entrevistado e essa colaboração é o ponto alto do trabalho na busca pela compreensão das memórias que permeiam as narrativas sobre a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”.

Refazendo a trajetória de coleta das entrevistas

Para construirmos nossa pesquisa partimos das narrativas de seis sujeitos, duas professoras leigas da Campanha, três ex-alunos/as e um morador e cantor do bairro das Rocas, todos residentes em Natal/RN, ou em sua região metropolitana. Cabe salientar, que todos os envolvidos na pesquisa assinaram cartas de autorização e permitiram ser identificados, bem como ter suas falas transcritas e publicadas.

As entrevistas coletadas por nós abrangeram dois bairros, Rocas e Quintas. O primeiro devido à importância e pioneirismo que teve para a Campanha, já que a ideia dos acampamentos surgiu ali, bem como as primeiras experiências. O segundo, criado no ano seguinte, possuía além do acampamento, outros serviços da Prefeitura que poderiam estar vinculados às ações do acampamento, tais como: a biblioteca de bairro e a praça de esportes. Além disso, ambos espaços foram substituídos, após o



encerramento da Campanha, por escolas municipais que estão em funcionamento ainda em nossos dias e podem se constituir enquanto lugares de memória, sendo ainda lembradas por pessoas mais idosas, como escolas “de pé no chão”²³.

Iniciamos nossa coleta de dados a partir de contatos no bairro das Quintas (região Oeste da cidade de Natal/RN, considerada periférica), local onde esta autora nasceu e se criou, por isso mesmo, sendo mais fácil localizar os potenciais entrevistados que começaram a partir de membros da própria família, como foi o caso de D. Edilza de Medeiros da Silveira (chamada pela autora de tia Neném) e de seu esposo José Eduardo da Silveira (conhecido como Dedé)²⁴. Eles dois falaram informalmente sobre a campanha antes de marcarmos a gravação. A princípio, apenas Dedé decidiu falar, depois Tia Neném também aceitou gravar. A aproximação com os entrevistados não nos pareceu ter interferido diretamente no resultado das entrevistas, mas a formalidade do momento, talvez sim. Sem a câmera, a conversa com eles fluiu mais rápida e informalmente que durante a entrevista mediada pelo roteiro e pelos equipamentos.

Tendo em vista o tempo decorrido entre a gravação e a análise das entrevistas, fizemos uso sempre de um caderno de campo, que permitiu nos reaproximarmos das sensações sentidas no dia do relato, visto que apenas o texto não é suficiente para compreender tudo o que permeia uma entrevista. Também optamos por rever trechos das entrevistas, a fim de reativar as nossas próprias memórias e alcançar, ou se aproximar, daquela experiência dialógica, além de termos realizados todos os registros em audiovisual.

A entrevista de Dedé foi a primeira, gravada ainda em 2017, logo no início da pesquisa. Destacamos isso, porque à medida que as entrevistas vão ocorrendo, nós também vamos nos aprimorando e aprendendo a ouvir. Nesse sentido, as primeiras entrevistas ainda têm bastante interferência nossa, talvez também pela ansiedade de obter o máximo de informações possível. Nas últimas entrevistas, já estamos mais confortáveis e acreditamos que isso deixou os sujeitos mais à vontade.

Dedé tem 68 anos, cortador de granito aposentado, natural de Lagoa de Pedras/RN, vive no bairro das Quintas há mais de cinquenta anos e foi aluno da

²³ NORA, Pierre. **Entre Memória e História:** a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo/SP, n. 10, dez. 1993.

²⁴ Os entrevistados serão remetidos pelos nomes que costumam ser chamados e neles se reconhecem. Por isso, iremos nos referir sempre à Tia Neném e Dedé, usando seus sobrenomes apenas nas citações e nas referências.



Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” no acampamento daquele bairro. Ele inicia sua narrativa do seguinte modo:

Eu me lembro que eu tinha uns doze anos quando cheguei do interior. Na época o governo já era Aluízio Alves. Era 1962. Ele ganhou em 1960, assumiu em 61. E a gente chegou aqui de 61 para 62. Eu já tinha estudado em escolas particulares, só para estudar a cartilha. Eu ainda era um pouco atrasado, então, minha mãe me botou para estudar em escolinhas assim, tipo aquelas escolas de reforço. Depois, apareceu essas escolas desse prefeito, o prefeito Djalma Maranhão. Então, ela fez minha matrícula lá e eu comecei a estudar.

Em sua entrevista, sentimos que a câmera filmadora provocou um distanciamento inicial, mas, passados uns cinco minutos, o entrevistado já estava bem à vontade e falando mais livremente. Notamos ainda, certa preocupação em prestar informações corretas, sem equívocos, mas tentamos deixá-lo livre para falar sem grandes preocupações.

O relato de Dedé nos permitiu perceber as condições de pobreza a que estavam submetidas as populações de regiões periféricas, como o bairro das Quintas, na década de 1960. Sua fala mostra que nem todos viam as ações da Campanha da mesma forma, mas ele enfatiza sua aceitação entre os mais pobres (salvo algumas exceções), que viam ali uma oportunidade de aprender os rudimentos da leitura e escrita, sem as exigências de fardamento, calçados, ou merenda levada de casa. Vimos também o quanto essa população está desabituada a ser ouvida, talvez por isso, o receio em falar algo “errado”, já que suas vozes costumam não ser consideradas.

Ao término da gravação, falamos por mais um bom tempo. Discutimos questões do presente, da política local contemporânea e na década de 1960. Ambos narramos histórias do passado e do presente, observamos as marcas dos diferentes regimes políticos sobre as vidas das pessoas, sobretudo, dos regimes de exceção, como foi o último Regime Militar que este país vivenciou.

Ao sair de lá, fomos à casa de Dona Ivoneide Rósa, que a partir de agora será referida como Neide Rósa²⁵. Dias antes, passamos por lá, mas ela havia saído para tratamento médico e não pôde nos atender. À época do nosso encontro, D. Neide passava por um tratamento quimioterápico, mas vinha se recuperando bem e desde o primeiro contato se dispôs a nos narrar suas memórias. Apesar de ela morar na mesma rua que esta autora viveu por muitos anos, não nos conhecíamos. Tivemos contato com

²⁵ Usaremos o nome Neide, ao invés de Ivoneide, a pedido da própria entrevistada, que é reconhecida pela comunidade apenas como professora Neide Rósa.



seus relatos em uma entrevista coletada por Maria Elizete Guimarães Carvalho (2000) e, de pronto, sentimos a necessidade de encontrá-la, tirar dúvidas e poder fazer novas questões. Tentamos localizar seu contato na Escola Municipal Ferreira Itajubá²⁶, mas não obtivemos sucesso. Então, buscamos o contato de D. Neide Rósa em um site de busca na internet e localizamos que em uma lista telefônica antiga havia seu número de telefone fixo. Tentamos contato através daquele número e, para nossa surpresa, ela ainda o possuía. Por telefone mesmo, explicamos quem éramos e o que queríamos com aquele contato. Então, marcamos um encontro, que não foi viável devido ao motivo já relatado acima.

Dias depois, saindo da casa de Dedé (que fica há duas ruas), passamos por lá e ela estava em casa. Nos atendeu muito contente, deixamos nosso contato, mas ela já quis logo gravar a entrevista, como estávamos com todo material e roteiro prontos, decidimos gravar.

Dona Neide Rósa tem 70 anos, é professora aposentada e contadora de histórias, vive no bairro das Quintas e começou a trabalhar na Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” bem cedo, talvez sendo uma das mais jovens. Iniciou suas atividades como professora com apenas 12 anos de idade e nela permaneceu até a aposentadoria. Trabalhou em vários lugares, devido possuir mais de um vínculo empregatício, mas esteve na mesma escola municipal durante toda a vida, começando como Acampamento de Pé no chão e indo até Escola Municipal Ferreira Itajubá. Ela inicia sua narrativa assim:

A primeira coisa que eu lembro ao falar em “De pé no chão” é de alfabetizar as crianças, vê-las tendo uma ocupação e não vivendo na rua, porque elas eram alfabetizadas em um horário e no outro eles tinham uma atividade profissional.

A entrevista com D. Neide Rósa fluiu tranquilamente desde o primeiro minuto. O fato dela ser contadora de histórias para crianças e professora de língua portuguesa certamente foi crucial para definir o tom de sua narrativa. Nossa entrevistada sentia-se confortável com a ocasião, respondia a tudo que era perguntado, acrescentava novos fatos, mesclava temporalidades e nos prendia a atenção por completo. Naquela ocasião, interferimos menos, pois a entrevistada tecia sua narrativa de forma muito tranquila e serena. Sua voz firme passou por muitos tempos. Narrou acontecimentos da escola e de sua própria vida, ressaltou sua experiência no mesmo espaço após o fim da Campanha,

²⁶ Local onde ela trabalhou durante toda a vida, desde a época da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, quando ainda era um acampamento.



já que o acampamento deu lugar à Escola Municipal Ferreira Itajubá. Ficava clara ali uma memória voluntária. A narradora tinha consciência de seu objetivo ao nos conceder a entrevista e parecia já ter seu próprio roteiro, não sendo necessárias muitas intervenções.

D. Neide Rósa falou de seu amor pela docência e de como é impossível separar a história daquela escola, da história de sua própria vida. Ela demonstrou que a docência deu significado à sua existência como um todo. Daí porque hoje, mesmo aposentada, conta histórias em projetos e em instituições públicas, ou mesmo religiosas, porque para ela o narrar e o ensinar dão sentido à vida.

Semanas após essa experiência, ficamos buscando contatos no bairro das Rocas de possíveis participantes da Campanha, ou mesmo de pessoas que viviam nas proximidades. Falamos com alguns colegas que viveram no bairro, já que pouco conhecíamos da região, mas, inicialmente, não obtivemos sucesso. No entanto, em uma manhã, lendo sobre a Campanha, lembramos que uma vez uma aluna nos falara, durante uma aula da disciplina de História da Educação, que morava nas Rocas e lá vivia uma senhora que precisava ainda ser ouvida, pois lembrava de tudo sobre a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” naquele bairro. Fomos tomados por grande entusiasmo e buscamos falar com a aluna. Sem dispor mais de seu telefone, procuramos encontrá-la via redes sociais. Não conseguindo, falamos com seus colegas de turma e assim localizamos seu número de telefone. Imediatamente, fizemos contato com a aluna, Ana Karla²⁷, que se mostrou solícita e disse que iria mediar nosso encontro com aquela professora da Campanha.

Após algumas ligações, agendamos a data do encontro e Ana Karla nos levou à casa de D. Nair Almeida de Oliveira, nos apresentou à ela e às suas filhas e assim pudemos iniciar a conversa. D. Nair tem 82 anos, é professora aposentada do município de Natal e reside desde a década de 1950 no bairro das Rocas. Ela se apresentou para nós do seguinte modo: “Meu nome é Nair Almeida de Oliveira. Minha data de nascimento também? Faço questão não. 19 de outubro de 1935. Sou de Ceará-Mirim. Sou professora. Bibliotecária e professora”.

As filhas de D. Nair relataram como aquele nosso contato mexeu com ela, que teria passado a semana inteira lendo sobre a Campanha, revirando antigos livros, revistas e fazendo anotações. Passados alguns minutos, e com consentimento de todas,

²⁷ Ana Karla foi nossa aluna durante o ano de 2014. Hoje, é pedagoga e continua residindo e trabalhando no bairro das Rocas.



começamos as gravações. Durante todo o momento, D. Nair ficou acompanhada de uma, ou ambas, de suas filhas, que também interagiram, lembraram coisas, ou fizeram alguma pergunta. Percebemos aí presente os chamados acontecimentos vividos por tabela, pois as filhas não viveram a Campanha, mas a relembram a partir daquilo que a mãe lhes narrou no decorrer da vida e aquelas memórias são também suas, mesmo elas não tendo nem nascido no início dos anos 1960. Segundo Pollak, isso pode ocorrer não somente dentro de relações familiares, mas até mesmo de modo mais amplo, em uma comunidade, por exemplo, e por muitos séculos, conforme elucida a seguir: “[...] podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação”²⁸.

Nos chamou atenção o cuidado que D. Nair teve em fazer longas anotações em folhas de papel pautado. Para não se perder, ela numerou todas as páginas e em certo momento da entrevista as leu, a fim de não deixar escapar qualquer informação. Aquele momento era muito valioso para todas nós envolvidas. A professora cuidava para que não deixássemos nada passar, anotássemos e estivéssemos atentas a tudo que ela dizia. Dona Nair reafirmava quem ela era, a professora, durante aquela experiência narrativa. E fazia questão de narrar o máximo possível, tinha urgência em lançar fora o pó que restava sobre suas reminiscências e publicizar o que ficara guardado por décadas e que nos últimos anos vem sendo objeto de interesse recorrente. Víamos emergir a cada minuto novas memórias subterrâneas, que iam sendo retomadas e reconstruídas uma após a outra, cada vez mais facilmente.

O ambiente em que gravamos a entrevista foi a sala de estar da casa de D. Nair. Devido à reduzida largura do cômodo, não conseguimos posicionar o tripé com a câmera de frente para a entrevistada. Apesar disso, foi possível captar toda emoção que envolveu aquele relato de quase uma hora. A todo momento, D. Nair ia e voltava no tempo, de modo que parte do relato e a sequência dos acontecimentos só foram compreendidos integralmente quando assistimos à entrevista novamente. Na fala dela, a vida privada se mesclava à vida pública, formando um mosaico composto por muitas pequenas partes, mas que vistas todas juntas nos permitem compreender melhor os anos 1960, a vida no bairro das Rocas e o cotidiano e a cultura escolar da Campanha “De pé

²⁸ POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, N. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2017.



no chão também se aprender a ler”. Cotidiano esse não restrito apenas aos acampamentos, pois D. Nair atuou também como professorinha (professora leiga) de uma escolinha vinculada à Campanha. Ela também foi bibliotecária e trabalhou na primeira biblioteca popular da Campanha, intitulada Biblioteca Monteiro Lobato.

Não imaginávamos que aquele momento fosse tão rico de relatos, fatos, informações e sentimentos. Se inicialmente D. Nair parecia um tanto resguardada, em pouco tempo ela passou a se sentir bastante à vontade, rindo o tempo todo, permeando sua fala por intensa alegria. Após a gravação, ainda permanecemos ali por um longo tempo. D. Nair nos mostrou cada uma de suas relíquias²⁹. Eram livros, revistas, matérias sobre a Campanha ou sobre Djalma Maranhão, além de fotos que ela recebeu de um projeto da UFRN organizado pelo NUHMEJA, em comemoração aos 50 anos da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. Suas filhas nos mostraram imagens do desfile da escola de samba Balanço do Morro, das Rocas (da qual elas fazem parte), organizado em 2015, que homenageava Djalma Maranhão e a Campanha “De pé no chão”, com o samba enredo: “Vou sambar de pé no chão, no centenário de Djalma Maranhão”.

Ambas as filhas demonstraram apego pelas memórias da mãe e revelaram o anseio de que suas palavras fossem publicadas na íntegra, o que foi feito em nossa tese. Todas as entrevistas estão disponíveis no volume 2 do texto final, sendo possível acessá-lo através do repositório da UFRN. As filhas de D. Nair também nos concederam as imagens do desfile, que são material importante para compreender a construção de uma memória coletiva no bairro das Rocas, a partir das representações que seus moradores fazem acerca da Campanha.

Com a câmera desligada, pudemos tecer longas conversas e sentimos o acolhimento daquela família, parecíamos nos conhecer há muito tempo. Isso se repetiu nos dois outros encontros que realizamos com D. Nair, para que ela recebesse os registros audiovisuais e escritos e pudesse autorizar a publicação de sua entrevista, bem como a identificação de seu nome. Este procedimento se repetiu também com os demais entrevistados.

No dia seguinte, retornamos à casa de tia Neném (Edilza Medeiros da Silveira), quase um mês após a entrevista com Dedé. Após nosso segundo contato, na ocasião da entrega do material e da carta de autorização de seu esposo, ela aceitou marcarmos uma

²⁹ Utilizando o conceito de relíquias abordado por Delgado e considerando esses materiais enquanto objetos que auxiliam o entrevistado a rememorar.



entrevista, embora afirmando não saber muito sobre o período, pois era muito pequena à época. Anteriormente, já tínhamos conversado com ela sobre o acampamento e ela nos narrou bastante sobre as brincadeiras, cantigas de roda e o cotidiano da vida no acampamento. Tia Neném tem 66 anos, é dona de casa, reside no bairro das Quintas desde criança e foi aluna do Acampamento naquele bairro.

Chegado o dia e horário da entrevista, nos encontramos e ela se surpreendeu quando comecei a montar o material. Perguntei se havia algum problema em gravar sua imagem, e se preferisse podíamos nos restringir ao áudio, mas ela manteve a gravação audiovisual, pedindo apenas um pouco de tempo para se preparar. Notamos ali, algo que está presente na maioria das entrevistas, a preocupação em como nossa imagem fica registrada para a posteridade, como aparecemos em público e o peso que isso tem sobre nossas entrevistas.

Logo após, iniciamos nosso diálogo, que não fora o mesmo de outro dia. A câmera, e talvez a formalidade que, implicitamente, o momento trazia, não a deixou tão confortável. Mesmo assim, ela nos trouxe suas memórias, organizou sua narrativa e sempre esteve preocupada em lembrar pouco daquela época. Tia Neném e sua fala nos impulsionaram a pensar sobre o esquecimento e sua importância para a memória. É impossível lembrar tudo, segundo Ricoeur. E, mais ainda, nossa narrativa é seletiva. Falamos sobre o que julgamos importante. Mas que importância teriam as memórias de uma menina sobre uma época em que as crianças mal podiam falar? Pensamos que este pode ter sido um de seus questionamentos. Tia Neném é uma mulher com características fortes, não se envergonha de falar em público, mas foi educada de forma rígida, em um ambiente onde as crianças tinham pouca liberdade, sobretudo as meninas.

Mas nossa entrevista seguiu seu curso e nela pudemos ratificar algumas visões, refutar outras e pensar cada vez mais sobre o lembrar e o esquecer. Seu relato começa assim:

Eu me lembro das brincadeiras de lá, gostava também de estudar. E a gente ficava assim muito feliz quando recebia os livros, o caderno, lápis com borracha... e as brincadeiras... eu gostava muito. Acho que tinha um livro. E também tinha caderno, a borracha, que eles davam. A gente recebia. Ela [a professora] escrevia no quadro, aí a gente tirava. Eu me lembro disso, que a gente tirava do quadro.

Embora curta, com apenas 11 minutos de duração, a narrativa de tia Neném foi importante para este trabalho. Ela ressaltou alguns aspectos da cultura escolar da Campanha, como as práticas recreativas e o hábito de receber materiais escolares



regularmente. E ao desligar a câmera, muitas outras memórias surgiram, agora de modo mais livre.

Passados alguns meses, estivemos em um evento da Comissão da Verdade do Rio Grande do Norte, organizado pelo Centro de Direitos Humanos, liderado pelo Sr. Roberto Monte. Na ocasião, houve muitas falas e relatos importantes sobre a década de 1960 e pudemos rever um senhor já conhecido nosso de outros momentos, mas que não víamos há anos, Sr. Fernandes Towar. Naquele dia, Sr. Towar foi se apresentar ao público que assistia o evento e foi retratado como intérprete de várias canções da campanha eleitoral de Djalma Maranhão em 1960 e da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. Ele cantou muitas composições e emocionou o público presente. De imediato, nos veio a ideia de uma entrevista com ele, que é residente do bairro das Rocas desde a infância. Terminada a apresentação, conversamos e ele se dispôs a gravar até mesmo naquele momento (algo que não seria possível, pois não estávamos com quaisquer materiais da pesquisa). Tendo pego seu contato, agendamos um encontro em sua residência para gravar a entrevista.

Após procurar a localização da casa do Sr. Towar e perguntar a vizinhos pelo endereço certo, chegamos à hora marcada. Sr. Towar tem 70 anos, é cantor e residente do bairro das Rocas há muitas décadas. Ele acompanhou a campanha eleitoral de Djalma Maranhão e de sua casa era possível enxergar, no passado, as estruturas do primeiro acampamento escolare. Ao chegar em sua residência, ele nos apresentou à casa que tinha sido de sua mãe e seus santos, dispostos em um antigo altar. Segundo ele, tudo deixado exatamente igual a quando ela faleceu. Era uma casa simples e que parecia estar congelada no tempo. Em seguida, fomos à sua casa, no final do terreno. Ao informar que ia montar a câmera, ele pediu um tempo para organizar sua aparência e também o local da gravação.

Mais que em qualquer entrevista, foi possível perceber a construção do cenário e da performance, discutidos por Portelli. Certamente, o fato de Sr. Towar ser cantor desde a juventude, o faz ter outro olhar, mais atencioso, sobre a aparência e a disposição dos espaços. Antes de começarmos a gravar, ele trouxe à sala fantasias de carnaval usadas por sua falecida mãe, um livro de memórias e uma caixa cheia de documentos pessoais e fotografias. Mostrou cada objeto cuidadosamente, fazendo questão de ressaltar as carteiras de trabalho assinadas junto a grupos midiáticos, durante as décadas de 1960 e 1970.



Em seguida, fui montando os equipamentos e Sr. Towar passou a organizar o sofá onde ele seria filmado. Dispôs sobre ele as roupas, sentou no canto esquerdo do sofá³⁰, colocou o livro de memórias no outro canto e pediu que eu olhasse na câmera e conferisse se daquela forma estava bom. Na construção de sua performance, Sr. Towar também cuidou em trocar a camisa azul claro por outra vermelha e preta, acrescentou uma corrente e um relógio. Após tal preparação, ele disse estar pronto para começar. Iniciava ali a gravação e a perpetuação de uma narrativa intencional, planejada pensando em como seria vista pela posteridade. O artista podia ser visto agora, com cores marcantes, dentro do enquadramento e com cenário montado. Era uma memória voluntária e construída diretamente para aquele momento. Uma memória intencionalmente construída pelo narrador. O entrevistado tinha interesse em transmitir uma imagem para a posteridade. E começou se apresentando e justificando seu nome:

Meu nome é Luiz Gonzaga Fernandes de Souza Filho. Não tem nada a ver com Towar, este é nome artístico. Eu tive vários nomes artísticos, onde chegava eu mudava. Towar foi porque tinha um artista do canal 6, no Palácio do rádio do Recife. Quando eu fui lá, eu era menino, e tinha uma apresentadora, cantora, “bola 7” ela, era Carmen Towar. Aí, como eles achavam que esse nome Luiz Gonzaga não era bom, porque eles mudavam mesmo o nome da pessoa, decidiram mudar esse nome.

Desde o início da entrevista, Sr. Towar ficou muito à vontade, relatou sua vida e sua participação cantando canções durante a Campanha eleitoral de Djalma Maranhão, além de suas impressões sobre aquele período, enquanto morador das Rocas. Em determinado momento, ele sinalizou que ia falar algo, mas diante da câmera era complicado, sugerimos desligar e assim o fizemos. Feito o relato (quase em tom confessional), retornamos à gravação autorizada. Houve mais uma pausa, pois uma parente sua o chamou ao portão, mas depois seguimos até o final, com cerca de 1h de entrevista. Durante esse trajeto, Sr. Towar cantou várias canções, levantou-se, dançou. Naquele momento foi preciso erguer rapidamente a câmera. Não estávamos preparados para tal performance. Se houvesse outra pessoa nos auxiliando e outra câmera, teríamos registros ainda melhores. Isso nos serviu de aprendizado e nos fez perceber a importância de garantir um bom material e equipe de suporte para gravar as entrevistas em história oral. Mas não sendo isto possível naquela ocasião, precisamos improvisar, a fim de não perder o momento.

³⁰ Aparentemente seguindo a regra dos 3/3, ele ocupou aproximadamente a interseção dos pontos imaginários correspondentes ao primeiro terço da imagem, o que permite um bom enquadramento.



Ao final da entrevista, Sr. Towar pediu para encerrar cantando o clássico *Adeste Fidelis*³¹, o que tornou ainda mais belo o encontro e serviu como um *grand finale*, o qual ele encerra apenas agradecendo e com ares de reverência. Foi um encontro tomado por muita emoção.

No dia anterior ao encontro com Towar, tínhamos ido ouvir uma outra conhecida nossa, D. Luzimar. Ex-aluna do Acampamento das Quintas, mãe de uma amiga nossa, prestou serviços em nossa residência como diarista há alguns anos. Moradora do bairro das Quintas durante longo tempo (e tendo a mãe ainda residindo naquele bairro), D. Luzimar sempre nos narrava suas memórias sobre o bairro, o prefeito Djalma Maranhão e sua escola, o Acampamento das Quintas. Lembrando de tais relatos, entramos em contato com ela para saber se nos permitiria gravar um pouco daquilo que ela sempre rememorava. Ela aceitou e nos recebeu.

D. Luzimar da Silva Alves tem 63 anos, é cuidadora, reside em Parnamirim (região metropolitana de Natal-RN), mas nasceu e se criou no bairro das Quintas, onde vive parte de sua família. Ela se apresentou do seguinte modo:

Meu nome é Luzimar da Silva Alves. Nasci em 24 de junho de 54, em Natal e meu curso é cuidadora de idosos. Na época da Campanha morava no mesmo lugar, lá nas Quintas. Hoje em dia moro em Rosa dos Ventos.

Devido nos conhecermos previamente e compartilhar grande carinho, nosso encontro foi bastante aguardado. Após dois anos sem nos vermos, aquela tarde foi uma celebração. Em nenhum momento D. Luzimar demonstrou estar intimidada pela câmera ou pela minha presença. Em alguns trechos da entrevista, ela segue falando por quase meia hora sem que seja feita qualquer interrupção ou questionamento. Paramos por duas vezes devido à chegada de pessoa da sua família. Partes da entrevista foram entrecortadas por esses momentos em que ela fala com outra pessoa e relata assuntos pessoais. Tais partes foram retiradas do vídeo a ser disponibilizado para arquivamento, a fim de preservar assuntos familiares e diálogos que não estavam diretamente relacionados à pesquisa e a exporiam em demasia, explicamos que faríamos isso e ela concordou.

Continuamos conversando por mais de uma hora. Durante esse tempo, ela nos trouxe muitas informações, narrativas cotidianas, impressões do presente sobre outras

³¹ Canção em latim, de autor desconhecido, muito entoada por corais, sobretudo em igrejas e durante os festejos natalinos. Novamente, o artista demonstra a preocupação em como seria lembrado pela posteridade. De um lado o livro de memórias, ao lado um homem que cantava em latim, ou seja, alguém, que apesar das poucas posses, também possuía a cultura erudita.



épocas, angústias, sofrimentos e, sobretudo, nostalgia. Sua narrativa foi permeada por dores, alegrias, mas também aromas e sabores. O gosto pela culinária e a fome sentida durante a infância estavam presentes ali, principalmente quando ela descrevia o cotidiano do acampamento a partir dos cheiros que vinham da cozinha que ficava próxima ao galpão aberto onde estudava. Ela nos descrevia o aroma do alho assando, da soja sendo temperada, do coentro do refogado, de tudo aquilo que ela, não raro, só tinha acesso na escola. Foi uma memória afetiva e olfativa também. E isso nos marcou tanto que ao recordamos daquele dia esses cheiros são novamente ativados em nosso pensar.

D. Luzimar também mesclava acontecimentos e sujeitos, por vezes de temporalidades distintas, e os colocava juntos, do mesmo lado, atendendo assim às expectativas que ela tinha sobre essas pessoas. Um exemplo da mescla de acontecimentos pode ser visto quando ela aborda a prisão de Djalma Maranhão e diz que Aluizio Alves (então governador do Rio Grande do Norte) também fora preso na ocasião. D. Luzimar narrou repetidas vezes sua admiração por aqueles dois homens que saíram em campanha juntos em 1960. No entanto, eles haviam rompido desde 1962, e em 1964 Aluizio Alves foi um dos apoiadores do golpe militar, só vindo a ser cassado anos à frente. Essa mistura de tempos e sujeitos não descredibiliza sua narrativa, do contrário, nos faz compreender melhor a construção de um imaginário messiânico, construído por uma população que vivia sempre à margem e à espera de uma redenção. O cuidado que tivemos foi o de cruzar as informações, assim como nos demais relatos, e ressaltar algumas que não puderam ser confirmadas ou refutadas.

Essa mistura e mesmo troca de nomes é comum aos relatos orais, principalmente, quando nos remetemos às memórias que precisaram ser silenciadas por muitas décadas, que estiveram submersas sob o peso de regimes de exceção. Situação similar foi apresentada pela pesquisadora Maria Elizete Guimarães Carvalho, ao trabalhar com as memórias das 40h de Angicos³². Segundo a autora, aqueles ex-alunos confundiam Paulo Freire com João Goulart e mesclavam as impressões de hoje com lembranças de 1963. Apesar disso, ela utilizou tais memórias e as analisou à luz dessa realidade de décadas de silenciamento, quando falar era perigoso, à semelhança do que identificamos aqui.

³² CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. Quando a leitura do mundo precede a leitura da palavra. In: PINHEIRO; CURY (Org.) **Histórias da educação da Paraíba: rememorar e comemorar**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.



Concluída a narrativa de D. Luzimar, a câmera foi desligada e a mesa servida. Sob o aroma do café quente e da tapioca fininha, muitas outras memórias foram surgindo e a conversa seguiu longa.

Considerações Finais

Concluída a pesquisa, percebemos a necessidade de promovermos uma escuta atenta, sensível, pensada enquanto via de mão dupla, que permite ouvir e ser ouvido, observar e ser observado. A partir do desenvolvimento dessa perspectiva de História Oral, é possível romper com silenciamentos, amplificar vozes, expandir espaços e sentidos.

A produção de entrevistas e sua divulgação favorece e impulsiona a construção de acervos com fontes audiovisuais e viabiliza o desenvolvimento de outras pesquisas. Além disso, escritas em diferentes formatos podem surgir, a exemplo de documentários e diferentes tipos de produções em audiovisual, possibilitando a expansão do acesso às discussões históricas, extrapolando os limites da produção acadêmica convencional.

Lidar com narrativas audiovisuais, sobretudo em momentos de intensos movimentos revisionistas, assegura pluralizar o debate, trazer a público vozes muitas vezes silenciadas há décadas, alargar os espaços de discussão e apresentar inúmeros olhares, versões, interpretações para uma mesma época e lugar. E assim, problematizar os próprios fatos históricos e sinalizar para os diferentes modos de ver e viver a História e para as mudanças que nós mesmos, enquanto sujeitos históricos, passamos no decorrer de nossa trajetória. Lidar com memórias, sejam elas encaradas do ponto de vista individual ou coletivo, significa estar aberto às incertezas, às transformações, à inconstância da vida e do ser humano. Significa considerar que nossas reminiscências não permanecem cristalizadas e intocadas ao longo da vida, do contrário, elas se modificam, se alteram e dialogam com o presente no qual as narramos. E são essas nuances também nossas fontes históricas mais profícuas quando nos decidimos tornar historiadores e historiadoras oralistas.

Lidar com memórias de períodos repressivos, ou que precisaram de algum modo ficar submersas por longos anos, nos exige um esforço ainda maior. É preciso estarmos atentos, conquistar a confiança dos entrevistados, deixá-los confortáveis e seguros, o que nem sempre pode ser tarefa fácil. Trabalhar com tais memórias exige de nós um olhar mais empático e um esforço por entender o falar e o calar dessas pessoas, é sem dúvida um exercício de sensibilidade. Portanto, abordar memórias subterrâneas, tocar



em temas sensíveis, remexer esse passado que provoca medo exige de nós cautela e disposição para ouvir, pois falar é sempre uma via de mão dupla, mas “quando falar é perigoso” essa via se torna ainda mais estreita.

Data de submissão: 07/04/2020

Data de aceite: 10/06/2020



Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2014. (Homo Sacer III).

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. **Memórias da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”**: 1961-1964 (o testemunho dos participantes). Tese (Doutorado em Educação) – UFRN, Natal, 2000.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. Quando a leitura do mundo precede a leitura da palavra. In: PINHEIRO; CURY (Org.) **Histórias da educação da Paraíba: rememorar e comemorar**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

DELGADO, Lucilia A. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: BRECIANI, S; NAXARA, M. (Org.). **Memória e (re)sentimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha De pé no chão**. São Paulo: Cortez, 1982.

GÓES, Moacyr (Org.). **2 Livros de Djalma Maranhão no exílio**. Natal: Artprint, 2000.

GÓES, Moacyr. Entrevista concedida à professora Marta Araújo. Campanha De pé no chão também se aprende a ler. **Revista Educação em Questão**. Natal/RN, v. 36, n. 22, set./dez. 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2017.

MEIHY, José C. S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral, como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2017.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo/SP, n. 10, dez. 1993.

POLLAK, Michel. Memória. esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, N. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%20.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.



RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução de Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado, história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Entrevistas coletadas

ALVES, Luzimar. Entrevista concedida à autora. Parnamirim, 2017.

MEDEIROS DA SILVEIRA, Edilza. Entrevista concedida à autora. Natal, 2017.

OLIVEIRA, Nair Almeida. Entrevista concedida à autora. Natal, 2017.

RÓSA, Ivoneide. Entrevista concedida à autora. Natal, 2017.

SILVEIRA, José Eduardo da. Entrevista concedida à autora. Natal, 2017.

TOWAR, Fernandes. Entrevista concedida à autora. Natal, 2017.

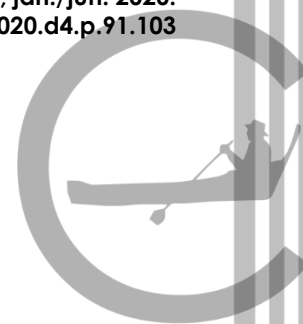
Fontes consultadas

Campanha De pé no chão também se aprende a ler. NUHMEJA. Disponível em: <<http://nuhmeja.ce.ufrn.br/site/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

Entrevistas do NUHMEJA. Disponibilizadas pela Profa. Marisa Sampaio. 2017.



CORPO COMO MORADA: UMA HISTÓRIA DE LUTA POR MORADIA



Marcela Boni Evangelista¹

Resumo

O presente artigo é resultado de uma iniciativa coletiva das pesquisadoras do Grupo de Pesquisa em Gênero e História do Departamento de História da USP. A partir de ações que buscavam ir além das discussões teóricas, o grupo iniciou um processo de aproximação de mulheres militantes da luta por moradia em São Paulo. A partir deste contato, foram realizadas entrevistas de história oral de vida, sendo que a primeira delas foi o mote para a reflexão aqui apresentada. Busca-se valorizar, por meio da narrativa de uma liderança do movimento, a experiência compartilhada pelas mulheres que lutam por melhores condições de vida nas periferias das grandes cidades.

Palavras-chave: Mulheres; Moradia; História Oral.

Abstract

This article is the result of a collective initiative by researchers from the Research Group on Gender and History of the USP Department of History. Based on actions that sought to go beyond theoretical discussions, the group started a process of bringing women activists closer to the struggle for housing in São Paulo. Based on this contact, oral life history interviews were conducted, the first of which was the motto for the reflection presented here. It seeks to enhance, through the narrative of a leadership of the movement, the experience shared by women who struggle for better living conditions on the outskirts of large cities.

Keywords: Women; Housing; Oral History

¹ Possui Graduação (2005), Mestrado (2011) e Doutorado (2017) em História pela USP. Atualmente é coordenadora do Núcleo de Estudos de História Oral (NEHO-USP) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Gênero e História da USP (GRUPEG-HIST). E-mail: marcela.boni@gmail.com



Fazenda velha

Cumieira arriô...

Levanta povo

Cativeiro acabou...

Se o povo soubesse o talento que ele tem

Não aturava desaforo de ninguém...²

Muitas são as lutas empreendidas por mulheres ao longo da História. E por mais que falemos desde o agora, há inúmeros pontos de convergência que nos levam à indagação: por que lutam as mulheres?

De maneira muito simplificada, poderíamos dizer que pelo corpo e pela casa: seu corpo e os corpos dos seus; a sua casa, que geralmente é também a dos seus.

É quase sempre uma luta que começa no individual, mas que resvala no coletivo. As manifestações sobre a carestia de gêneros alimentícios, que não somente lhes proviam, mas aos filhos, sobretudo, são exemplos de lutas lideradas por mulheres em diferentes tempos e espaços. Segundo Michelle Perrot “Os motins por alimentos, grande forma de motim popular ainda no século XIX, são quase sempre desencadeados e animados pelas mulheres.³”

Os dilemas do corpo, da sexualidade e da reprodução, por sua vez, interferem diretamente em anseios que vão além do individual. Mais uma vez, temos as mulheres em linha de frente para lutar por direitos que lhes permitam vivenciar a liberdade sexual, a maternidade saudável e relações de gênero menos desiguais.

A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência⁴.

Não é novidade que às mulheres é relegada a responsabilidade pela casa, pelo privado. Ainda que em termos mais gerais remeta à individualidade burguesa, uma vez

² Trecho de cantiga entoada pela narradora durante a entrevista.

³ PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

⁴ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.



que as mulheres das classes populares sempre estiveram “na rua” exercendo diversos tipos de trabalhos, a dicotomia público e privado perpassa outras conjunturas.

A luta por moradia, nesse sentido, se refere à busca de um espaço privado, teoricamente de domínio feminino. Mas o que dizer das mulheres que não o possuem? Querem ter “um teto todo seu” ou apenas uma casa para abrigar os seus? Em contexto marcado pela disputa por espaços e acolhimento, a casa pode ser mais que um cômodo, um quarto... Pode ser o próprio corpo!

O projeto “Corpo como Morada”

O projeto “Corpo como morada” se articulou a partir do Grupo de Pesquisa em Gênero e História⁵, que identificou entre suas integrantes o ímpeto de extrapolar de alguma forma as discussões teóricas. Aproveitando contatos de pessoas conhecidas da coordenadora Stella Franco com mulheres do MTST, teve início um processo de aproximação que, inicialmente, não tinha desdobramento definido para além da já promissora troca de experiências. A primeira “ponte” que nos conectou com as mulheres do movimento foi Renata Del Monaco, geógrafa e educadora cujo olhar sensível e atuação junto ao grupo, foi indispensável para os contatos estabelecidos.

Luciana Silva⁶ foi, desde o princípio, a porta-voz das mulheres militantes e a riqueza de seu ativismo e trajetória mobilizou as pesquisadoras a delinear um projeto em que as histórias de luta daquelas mulheres encontrassem evidência.

Com isso, a opção pelo registro de histórias de vida com base nos procedimentos da história oral foi considerada adequada para alcançar o objetivo central desta iniciativa: dar visibilidade às trajetórias de mulheres que lutam por moradia, enfatizando sua criatividade e força em detrimento de uma vitimização simplificadora.

História oral de vida é gênero bastante cultivado e com crescente público. Trata-se de narrativa com aspiração de longo curso – daí o nome “vida” – e versa sobre aspectos continuados da experiência de pessoas. Trata-se de um tipo de narração com começo, meio e fim, em que momentos extremos – origem e atualidade – tendem a ganhar lógica explicativa⁷.

⁵ O GRUPEGH (Grupo de Pesquisa em Gênero e História) foi criado em 2015 como desdobramento da oferta da disciplina “História das Relações de Gênero” no Departamento de História da USP. Coordenado pela Profa. Dra. Stella Maris Franco e pela Pesquisadora Doutora Júlia Glaciela Oliveira, realiza reuniões mensais voltadas para a discussão teórica e atividades complementares dentro e fora da Academia.

⁶ Entrevista realizada em 16 de junho de 2018, na ocupação Copa do Povo, em Itaquera – SP.

⁷ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Guia Prático de História Oral**. São Paulo: Contexto, 2011.



Evidente que não se pretende extrair as responsabilidades políticas ou o sofrimento do grupo e sua vulnerabilidade, mas o que se pretende é ir além de percepções cristalizadas e pouco próximas da realidade de onde surgem as narrativas. O projeto, neste sentido, tomou corpo tendo em vista a possibilidade de registrar, por meio de entrevistas em áudio, as histórias de vida e de luta de mulheres engajadas no grupo e envolvidas com a organização da Ocupação Teresa de Benguela, situada na região leste da cidade de São Paulo.

A ocupação fora visitada por um grupo de pesquisadoras do GRUPEGH durante evento que mobilizou, além das organizadoras da ocupação, pesquisadoras da área da saúde e do direito, com o objetivo de atender à grande demanda de mulheres em situação de vulnerabilidade residentes nas adjacências, naquela ocasião, sobretudo mulheres grávidas, pois tratava-se de um chá de fraldas coletivo.

Este pode ser considerado o primeiro contato oficial entre o grupo de pesquisadoras da Universidade e militantes, sendo oportunidade de aproximação com diversas mulheres que participam há muitos anos de movimentos de luta por moradia e que, naquele momento, integravam o MTST. As conversas foram informais e, a cada breve contato, uma indicava outra companheira que também tinha muito a dizer sobre aquela realidade. Uma lista de nomes e contatos foi delineada para que pudéssemos definir os próximos passos do projeto.

Diante das condições objetivas para a condução da proposta inicial, foram consideradas especialmente as que diziam respeito à disponibilidade das colaboradoras da pesquisa que, em seu cotidiano, conciliavam afazeres domésticos, de trabalho e da militância. Além disso, era preciso observar a distância geográfica das ocupações, bem como a viabilidade da recepção das pesquisadoras para a realização de entrevistas gravadas.

Neste aspecto, importa ressaltar a necessidade de ambiente minimamente confiável para a narração de episódios marcados por subjetividades e intimidade, onde também seja possível garantir, dentro do possível, a qualidade da gravação em áudio. Aspectos técnicos e éticos que compõem de maneira central a condução de projetos de história oral de vida.

Novas reuniões em grupo foram realizadas para organizar a primeira sessão de gravações. Devido à dificuldade de conciliar as disponibilidades de colaboradoras e pesquisadoras, decidiu-se compor uma equipe de quatro pesquisadoras para desempenhar o registro de duas entrevistas simultaneamente. O local designado por Luciana, nossa



colaboradora-mediadora, foi a Ocupação Copa do Povo, também localizada na zona leste da capital paulista. O espaço, por sua vez, garantia as condições necessárias para a realização das entrevistas, as quais foram feitas em dupla pelas pesquisadoras.

Enquanto Marcela Boni e Aline Maciel entrevistavam Luciana Silva no espaço maior de um dos barracões da ocupação, Stella Franco e Mariana Saccon faziam o registro da história de Maria Helena Benites, mais conhecida como “tia Helena”, em uma sala reservada no mesmo local. Depois desta fase, viriam os procedimentos textuais de transcrição e textualização, para que novas etapas fossem delineadas. No entanto, em função da dinâmica bastante intensa do movimento de luta por moradia, que envolve inúmeras ações, desde reuniões até ocupações de novos espaços, o projeto precisou ser interrompido por tempo indeterminado, o que não impediu que os registros feitos pudessem mobilizar reflexões como a que aqui é apresentada.

Para este artigo, partimos da entrevista realizada com Luciana, cuja escuta representou a possibilidade de identificar elementos previamente inferidos e, ao mesmo tempo, de nos surpreendermos diante da profundidade de significados de sua atuação individual e coletivamente.

Morada: o lugar onde o corpo se sente em casa

A luta por moradia adquire significados múltiplos no mundo em que vivemos. Pode ser a luta pela casa própria por aqueles que podem pagar aluguel; pode ser aquela que se experimenta por quem foi retirado de uma casa que fora sua; e pode ser de quem sabe o esforço de construir algo, que comece por uma parede e que, aos poucos, ganha contornos de casa.

No caso de Luciana, a primeira experiência nesse sentido se deu ainda em família, ao presenciar o trabalho de fazer existir uma casa onde antes havia o vazio. Força física, dedicação, criatividade e apoio de todos que se fazem presentes. Assim, a primeira casa de que nos contou foi feita, ainda, pelas mãos de seus pais.

Nasci em São Paulo em 1975, numa época de ditadura no Brasil. Meu pai conta que naquela época sofria muito preconceito por ser preto e ter filhos doentes. Por conta da situação da minha mãe, alguns dos meus irmãos nasceram saudáveis e outros não. Meus pais foram morar de favor na casa da Tia Dolores, que era uma mulher perversa! Para fazer comida, tinha que ser no querosene e só podia lavar roupa de sexta-feira, quando minha tia ligava a água. Por causa disso, meu pai foi até a delegacia pedir para invadir uma casa. O delegado pensou que ele fosse maluco, afinal estava pedindo para cometer um crime! É até engraçado onde o desespero pode nos levar! E foi com essa situação que se juntou a um grupo de pessoas que pegaram um terreno vazio e construíram um barraco para morar.



Eles começaram a construir e batizaram a favela de Piracaia, em Penha de França. Eu era muito pequena, a filha mais nova até aquele momento, mas tenho algumas recordações como de que lá tinha banheiro coletivo, então todo mundo usava... Nessa época também tinha um movimento chamado “Panela Vazia”, contra a carestia e apareciam jovens estudantes para falar com os moradores.

Diferente do que se possa imaginar em relação à população menos favorecida como sendo passiva e dependente, as organizações de bairro e voltadas para melhores condições de vida aparecem nos mais diferentes contextos históricos. Em comum, a participação ativa de mulheres:

Como estão prontas para se amotinar, a transmitir a senha que mobiliza imediatamente a comunidade das mulheres! Elas muitas vezes levam os filhos, dando-lhes um papel: ficar de olho, levar mensagem, dar o sinal de alerta⁸.

Essas são ocasiões que dão os contornos de um cotidiano repleto de atividades que vão além dos interesses individuais e ocupam os espaços da casa para refletir e agir em função de demandas coletivas. Os filhos pequenos muitas vezes acabam fazendo parte desse cenário, o que os conduz, no futuro, a comportamentos equivalentes, como foi o caso de Luciana.

Lembro que tinha muita enchente! Minha mãe me colocava encima da mesa, no lugar mais alto possível! As reuniões aconteciam no nosso barraco e não sei exatamente do que falavam, mas possivelmente era contra a carestia, em favor da redução dos preços dos alimentos, que naquela época era tudo muito caro! Era difícil ter acesso às coisas. Meus pais participavam disso e eu ia junto. Até que fomos para outro lugar, num projeto de moradia do BNH, que chamava embrião, tinha cozinha e banheiro. Passamos o natal lá na Cidade Tiradentes, que ainda nem esse nome tinha, só passou a chamar assim quando ampliou tudo. Dizem que a Cidade Tiradentes tem 34 anos, mas tem mais se contar do bairro onde fomos depositados.

Sua trajetória integra a história da ocupação de áreas da periferia de São Paulo e não difere de tantas outras. Assim como um organismo vivo, os pequenos cômodos construídos com alicerces de precariedade vão, com o tempo, adquirindo novas formas e novos membros, chegando em construções cuja complexidade reflete o crescimento urbano, as mudanças na paisagem, a dinâmica das famílias menos favorecidas. Estas, sem maiores oportunidades de acesso à moradia, acabam crescendo de forma mais ou menos organizada em terrenos que aos poucos são moldados por novas paredes, tetos e corpos.

Meus pais morreram, mas a casa deles continua lá até hoje com as outras gerações. Dos sete filhos deles, eu e mais um seguimos na luta por moradia, na verdade nunca paramos, sempre estivemos no movimento por moradia de alguma forma. Nossa casa, que tinha só um cômodo, hoje tem onze! A família foi se reproduzindo e a casa foi junto... Hoje mora lá uma irmã que já tem filhos

⁸ PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.



e que a filha está grávida de uma menina. Essa é a realidade de muitas famílias. Não arrisco uma porcentagem, mas na Cidade Tiradentes é muito comum morarem várias gerações no mesmo espaço. No nosso caso foi um pouco diferente por conta da educação e da militância por outras pessoas.

Em sua especificidade, vem o que fica dentro de casa, ou seja, a subjetividade, os conflitos, pai e mãe em disputa. Ao contar a história de sua mãe, que tentou um destino diferente da avó - cuja trajetória fora marcada por abusos e violações -, acaba por descrever outra história repleta de decepções e desigualdades de gênero, em que o corpo da mulher fica submetido aos desmandos do marido. O resultado acaba refletindo na própria relação com os filhos, que somente na vida adulta conseguem compreender as atitudes maternas.

Minha mãe tentou fazer diferente e casou com um homem pela cor. Ela achou que meu pai tinha a cor igual e, na cabeça dela, isso não a faria sofrer tanto. Mas foi totalmente o oposto! Meu pai fez tudo que um machista faz! Não deixava minha mãe tomar anticoncepcional porque mulher que faz isso é quem trai o marido. Ele era alcoólatra e teve caso com outras mulheres. A gente só soube quando ele faleceu em 2015. Ele teve filho com outra mulher, mas minha mãe nem sabia. Ela não tinha amigas... Nós éramos suas amigas... Na época eu me aborrecia quando ela queria brigar, preferia até apanhar, mas hoje entendo que ela só queria conversar. Ela não tinha ninguém e pegava a gente de “orelhada” para falar o dia inteiro sobre as coisas...

Embora cada família tenha sua história, é possível compreender que este caso revela muitas semelhanças com a de tantas mulheres! Relacionamentos desiguais, abusivos, marcados pelo alcoolismo e por frustrações. Nem sempre, contudo, quem os protagoniza assim os interpreta.

Com efeito, paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como mecanismo de sujeição aos homens, inscrito nas relações de gênero. Embora se trate de mecanismos de ordem social, cada mulher o interpretará singularmente. Isso posto, a ruptura de integridades como critério de avaliação de um ato violento situa-se no terreno da individualidade⁹.

Interessa-nos considerar o aspecto subjetivo das relações que se estabelecem entre homens e mulheres e as transformações que o tempo e o convívio com diferentes realidades impõem às mudanças comportamentais. Luciana se revoltava com o que via em casa, enquanto a mãe conseguia enxergar alguma vantagem em seu relacionamento se comparado com o que tinha vivido a avó materna. A exposição à violência de gênero não se extingue por completo, mesmo passadas as gerações. No entanto, a cada camada de vivência se somam novas formas de compreender a própria existência.

⁹ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.



Sair de casa: em busca da própria morada

Não é fácil conviver com aquilo que não se concorda. Os espaços pequenos e conflituosos e a vida que urge fizeram Luciana sair daquela casa da família e buscar uma casa sua.

Com 16 anos comecei a namorar o pai das minhas filhas, com quem me casei. Mas era um relacionamento abusivo, com traição e não deu certo. Tive que voltar para a casa da mãe, agora com as duas filhas. Foi então que entrei para o movimento de moradia no Barro Branco, onde moro há 18 anos! É muito gratificante dizer que construí a minha casa! Eu e outras mulheres! Os homens se vangloriavam de serem os técnicos que sabiam de tudo e a gente ficava com o trabalho de encher os carrinhos, buscar água no poço, pegar ferramenta e eu não achava isso certo. Foi por isso que briguei mesmo e falei que queria aprender!

Já experiente no processo de construção de uma casa em termos objetivos, foi em busca de liberdade e de um teto só seu. Vivenciar o cotidiano de movimentos de moradia a colocou em posição favorável para construir sua própria casa e assim o fez.

Interessante pensar sobre os diferentes significados que adquire a expressão “um teto todo seu”. Imortalizada por Virgínia Woolf, que postulava a necessidade de liberdade e independência financeira para que as mulheres atingissem a idealidade necessária para a criação, quando acionada para palestrar sobre as mulheres e a ficção, assim se posicionou:

Tudo que eu poderia fazer seria dar-lhes minha opinião sob um ponto de vista mais singelo: uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu, um espaço próprio, se quiser escrever ficção¹⁰.

No caso de Luciana, temos necessidades que vão além da escrita criativa e se projetam à ideia de sobrevivência, ou talvez ao acesso a uma vida digna, pautada no direito à moradia e na observância da cidadania. Mas isso tampouco significa que a possibilidade da escrita se esvai. O exemplo de Carolina Maria de Jesus, neste caso, nos parece algo no meio dessas duas percepções sobre a casa, o teto e a liberdade, configurando a relevância de se considerar as subjetividades que permeiam as trajetórias individuais, mas que também ampliam visões coletivas.

Carolina escreveu o “Diário de uma favelada”, que posteriormente se tornou um *best seller* e apontou para a necessidade de desnaturalizar a noção de que a pobreza impede o desenvolvimento da criatividade. Carolina Maria de Jesus disse “Quando eu

¹⁰ WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.



não tinha nada que comer, em vez de xingar, eu escrevia”. E é justamente sobre a vida precária de catadora e moradora de favela que escrevia em seu diário.

Luciana, por sua vez, buscava tijolo a tijolo, a cada espaço edificado um significado. E assim como antes precisou de um lugar, abriu as portas de sua casa simples, imperfeita e incompleta para quem mais precisasse de abrigo.

Mas assim era minha casa, tipo aquela casa “muito engraçada, que não tinha teto, não tinha nada...” Lá era muito apertado para tanta gente, que acabava tirando a privacidade e a necessidade uns dos outros. De qualquer jeito, o mutirão deixou muito a desejar porque sei que é errado cobrarem dinheiro da gente e mais ainda eu ter que sair com o coordenador para não ser cortada, algo que nem poderia comentar. Era obrigada a transar com ele e ainda ir nas reuniões de partido me apresentando como “dama de companhia”, sei lá como se fala. Eu tinha nojo daquilo tudo e mesmo hoje, estando no MTST, não gosto de relação com nenhum partido político. Gosto de política, isso sim, mas de partido, nenhum!

Mas ter espaço para construir não era algo simples e o mutirão, que logo se conformaria em movimento organizado demandava atitudes diferenciadas. Os homens, sempre à frente, decidiam muitas coisas, dentre as quais quem teria os melhores espaços. Ser privilegiada naquele contexto, por sua vez, representou se submeter a situações que não queria. A violação que, para quem está de fora é nítida, foi somente aos poucos sendo percebida por Luciana que, sentiu na pele e no dia a dia o que precisava fazer e deixar de ser para ascender. Ser submetida às condições de um líder de mutirão ou movimento foi momento para compor o ser que viria a existir.

As relações de autoridade que produzem a subordinação das mulheres são tecidas por múltiplos fatores. A dupla moral sexual, a tolerância à violência que as atinge por serem mulheres, a ideologia maternalista e os limites para o controle autônomo da sua capacidade reprodutiva são alguns deles¹¹.

Mas quem nasceu para protagonizar não está na vida por acaso. Luciana buscou entre desmandos e violações a força para se desorganizar. E se reorganizar. Para além do ímpeto pessoal, sua experiência de vida familiar e pessoal foi ingrediente para elaborar novas formas de atuação diante do movimento que se fez em sua frente.

Ainda sem saber ou mensurar o potencial de um movimento organizado, partiu para o que, de individual, lhe gritava o coletivo. Ali sim havia a chance de ampliar o desejo íntimo pela casa, a casa de que todos e todas precisam, mas que demandava atitudes de luta para se fazer valer. Entrar para um movimento social organizado parecia destino óbvio, mas faltava ainda uma luta específica. Aquela que lhe representasse e àquelas com quem se identificava.

¹¹ BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.



Foi assim que construí minha casa, onde moro até hoje! E construímos a casa de muita gente. Funcionava assim: a cada quadra, a gente fazia a alvenaria de todas as casas; depois a parte hidráulica, que é o sistema de água e esgoto. Mas da quadra onde eu morava não fizeram nada disso, então eu tive que fazer tudo. Deram o material e “se vira”. Ainda bem que tive a ajuda de um amigo, que era eletricitista do mutirão, e a gente dava um troco e ele fazia um “gato” para a gente. O que ele fez está na minha casa até hoje.

Mudei para minha casa no dia 2 de fevereiro de 2000. De lá para cá muita coisa mudou! Já fiz duas reformas! Antes tinha dois quartos e um banheiro bem pequeno. Eu fiz mais um quarto e dois banheiros, um verde que vou pintar de bege e um salmão. A sala é bem grande e tem a cozinha e a garagem. Apesar da violência que passei e que hoje luto para que não ocorra com outras mulheres, por conta disso tive um certo privilégio porque o coordenador me permitiu escolher onde queria morar, sem precisar de sorteio. Moro onde eu quis porque, como tinha duas meninas, não queria morar na avenida, queria que elas tivessem uma pracinha para brincar. Nossa casa fica em frente a uma pracinha e parece a “Vila do Chaves”, um condomínio que teve até projeto. Todo mundo que vai gosta e acha bonitinho. As árvores que estão lá, plantei junto com as crianças.

Mulheres que, como ela, lutavam pela casa, por uma casa que lhes conferisse autonomia, onde pudessem criar os filhos e ter alguma liberdade. Para isso deveria servir o engajamento em um movimento social que, segundo o Dicionário Crítico do Feminismo, no verbete assinado por Josette Trat:

É considerar igualmente que todo movimento social é “sexuado”, não somente em função do sexo biológico de seus/suas participantes, mas antes de tudo porque reflete – e às vezes questiona – a divisão sexual do trabalho e as relações de poderes entre homens e mulheres na sociedade¹².

Não era só a luta por moradia, essa encampada por mulheres e homens desprovidos de um direito básico. Mas uma luta específica, das mulheres que, por condições muito particulares, precisavam de sua luta e de um direito por muitos postulado, mas por poucos levado a cabo.

Era preciso que fosse dedicado um olhar diferenciado para as mulheres e, então, veio o feminismo que, no início, para ela nem esse nome tinha, mas que no seu âmago possuía o sentido intrínseco de lutar pelas mulheres em sua especificidade. Mulheres-mães, solteiras, abandonadas pelos companheiros e pela agrura da pobreza e da negritude, pelo que hoje chamamos marcadores sociais da diferença ou, ainda, interseccionalidades.

Minha entrada para o movimento foi, adivinhem? Através de uma mulher! Fazia dois anos que não saía de casa, a não ser para ir ao médico. Até que num dia como esse, em junho de 2014 as coisas começaram a mudar. Com a Copa do Mundo, por causa da construção do estádio em Itaquera, teve muito despejo de famílias que moravam nas comunidades. O MTST veio para cá fazer essa ocupação, na época com oito mil acampados.

¹² TRAT, Josette. Movimentos Sociais. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.



Veio então o cotidiano de ocupações sem fim. E em quantas delas não estavam reproduzidas as desigualdades de gênero? Esses termos, ainda desconhecidos por Luciana, se faziam visíveis em inúmeros casos de violência do Estado e da misoginia. O machismo identificado e logo assim denominado fez de nossa protagonista uma militante não somente do movimento por casas, mas por mulheres.

Sua luta, que ainda não se dizia feminista, era pelas mulheres que não tinham um teto todo seu e nem ao menos dividido com alguém. Eram mulheres que, assim como ela, tiveram situações mais ou mesmo favoráveis de viver com ou sem alguém, que nessas trajetórias se tornaram mães e que precisavam, mais que desejavam, de um lugar para cuidar dos seus. E de si.

E assim ocupações foram dando forma a algo além do universo da casa, mas que pretenderam ser mais que isso. Lugares abandonados se transformando em espaços de acolhimento de quem precisava não apenas de espaço, mas de afago. Não apenas de comida, mas de conforto, de compreensão. Tereza de Benguela é o nome de uma mulher que lutou e que teve seu nome dedicado a um espaço de reflexão e acolhimento de tantas outras mulheres que não tinham para onde ir. Nas palavras de Luciana,

A Tereza de Benguela é, para nós, uma referência de luta e resistência. Ela e o marido fizeram a resistência no Morro do Piolho no Mato Grosso e, depois que mataram o marido, ela se uniu aos negros alforriados fugitivos e aos índios. O quilombo cresceu e resistiu por mais de duas décadas. Infelizmente ela foi capturada, estuprada e degolada. Sua morte, em 25 de novembro, marca o Dia Mundial contra a Violência Doméstica. A nossa ocupação foi inaugurada no mesmo dia e, por isso, lutei para que tivesse o nome de Tereza de Benguela.

Diferente de Tereza, Luciana e outras mulheres continuam resistindo e, em seu nome, permanecem mostrando a força que é possível retirar do desconforto, da adversidade e da privação para se (re)construir e fazer uma nova história! Para além de moradias para essas mulheres, a ocupação Tereza de Benguela se constituiu em uma morada, onde não se milita apenas por casas, mas pela (re)construção de corpos, identidades e dignidades.

Curiosamente, pouco se falou sobre feminismo, algo que surgiu na experiência de Luciana tardiamente. No dia da entrevista, contudo, ela levava consigo o livro “Feminismo em comum”, de Márcia Tiburi, denotando inquestionável vontade de saber. Vestia ainda como acessório um lenço verde que envolvia seu pescoço e remetia à luta pelo direito ao aborto, que à época estava em discussão na Argentina e, posteriormente em audiências públicas no Congresso Nacional Brasileiro. A narrativa de Luciana era composta por muito mais que as palavras proferidas e sua elaboração nos fez lembrar as



palavras de Ecléa Bosi: “Essa ordenação obedece a uma lógica afetiva cujos motivos ignoramos; enfim, recontar é sempre um ato de criação.”¹³.

Ficava claro que aquela história ainda tinha muita estrada para percorrer e que a luta por moradia podia ser o mote, mas que não se esgotava nisso. Ali os corpos estavam em evidência e constituíam a morada de ideias e ideais.

Considerações finais

As reflexões apresentadas no presente artigo partem de um projeto coletivo que reuniu pesquisadoras do Grupo de Pesquisa em Gênero e História do Departamento de História da USP no ano de 2018 e que tinha como objetivo central promover uma atividade que extrapolasse o âmbito estritamente teórico. Foi experiência enriquecedora para todas as participantes, envolvendo aproximação de um grupo de mulheres cujas trajetórias se distanciam das nossas, mas nos inspiram a estabelecer novas relações de significados com os estudos de História das Mulheres e das relações de gênero a partir de demandas existentes no tempo presente.

Entre visitas a ocupações, participação em atividades do grupo militante, discussões de textos teóricos e metodológicos, as entrevistas concretizaram a proposta e permitiram avançar em análises mais profundas sobre a realidade da luta por moradia, nas especificidades vivenciadas pelas mulheres. Aprendizados inestimáveis agora fazem parte de nosso percurso como pesquisadoras e a proposta, por ora interrompida, guarda possibilidades de ser retomada em momento oportuno, sobretudo, para as colaboradoras. Na luta por moradia, em que mulheres ressignificam seus corpos como espaços de mobilização, foi possível acompanhar múltiplos sentidos nas ações empreendidas pelo grupo e suas diferenças em relação às demandas vislumbradas pelos homens. O empenho em acolher e compreender as necessidades das mulheres em situação de vulnerabilidade torna suas realidades mais amplas que o desejo individual de conquistar uma casa própria. São vários corpos em ação que se constituem em moradas para acolher outros corpos e concretizar objetivos de vida.

Data de submissão: 06/05/2020

Data de aceite: 07/07/2020

¹³ BOSI, Ecléa. **Tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.



Referências Bibliográficas

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOSI, Ecléa. **Tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: Diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Guia Prático de História Oral**. São Paulo: Contexto, 2011.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

TRAT, Josette. Movimentos Sociais. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.



ENTRE ANDANÇAS E LEMBRANÇAS: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE MIGRAÇÃO E HISTÓRIA ORAL*



Patricia Regina de Lima Silva¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir algumas peculiaridades acerca da migração de mulheres nordestinas para a região Norte. Aponta a importância da congregação familiar nas decisões de partir do Nordeste em direção ao Norte. A família, nesse processo, aparece como elemento fundamental nas trajetórias dessas mulheres. Como fenômeno social, a migração ocorre numa dinâmica de relações interpessoais, que abrange uma variada gama de elementos que a particulariza em momentos vividos pelos sujeitos e que exige, de certa forma, uma análise das condições que surgem ou se processam diante da decisão de migrar. Por sua vez, a história oral aponta caminhos de análises a partir das experiências dos sujeitos tanto no âmbito individual quanto coletivo a partir dos sentidos registrados em suas memórias.

Palavras-chave: Migração; História Oral; Arranjo familiar.

Abstract

This article aims to reflect some peculiarities about the migration of northeastern women to the North region. It points out the importance of the family congregation in the decisions to leave the Northeast towards the North. In this process, the family appears as a fundamental element in the trajectories of these women. As a social phenomenon, migration occurs in a dynamic of interpersonal relationships, which encompasses a wide range of elements that particularizes it in moments experienced by the subjects and that requires, in a certain way, an analysis of the conditions that arise or are processed before the decision to migrate. In turn, oral history points to paths of analysis based on the experiences of the subjects, both individually and collectively, based on the meanings recorded in their memories.

Keywords: Migration; Oral History; Family arrangement.

* O presente artigo discute algumas considerações abordadas em minha Dissertação de Mestrado – Do espaço lembrado ao espaço vivido: narrativas orais de mulheres nordestinas em Parintins – AM, na segunda metade do século XX.

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Mestre em História Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Licenciada em História pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Professora de História da Rede Pública de Ensino – SEDUC AM. E-mail: prsilvahist@gmail.com



Inserida na dinâmica dos deslocamentos sociais, a migração, também compreendida como fenômeno social imprime significados tanto de âmbito individual quanto coletivo na vida de todos os sujeitos que vivenciaram e ainda vivenciam o processo migratório na própria pele. Nessa direção, Lang² coloca que a migração é um fenômeno complexo imbuído de diferentes significados, especialmente aos de âmbito coletivo e individual. No caráter coletivo, o deslocamento tanto do lugar de onde se está saindo ou entrando, a migração pode ser analisada por meio de dados estatísticos levando em consideração os fatores atuantes tanto na atração quanto na expulsão presentes nos locais de saída e de destino.

Enquanto processos individuais ou experiência pessoal, conforme denomina aquela autora, a migração pode ser percebida como uma etapa que se desenrola por meio do trajeto que é realizado em partes, ou seja, em processos. Sendo assim, a migração caracterizada como fenômeno que emerge do ser social se constitui em espaços de deslocamentos e esses espaços não se restringem apenas ao aspecto físico, pelo contrário, se estendem ao campo do simbólico que é repleto de sentidos.

Vale ressaltar que falar de migração é considerar a complexidade existente na mesma, haja vista que não se trata de pertencer a um único campo do conhecimento, e nem poderia. Destarte, importantes abordagens têm sido realizadas em diferentes áreas das ciências humanas, exemplo disso, é a Geografia e seus estudos populacionais, a Demografia, a Sociologia, a Antropologia, sem deixar de mencionar as contribuições da própria História.

Temos com isso, uma evidência de que falar de migração é muito mais complexo do que se pensa, cada ponto de vista preocupa-se com aspectos distintos entre si, mas não desconexos. Dessa forma, é possível dizer que se trata de um processo, ou melhor, processos migratórios.

Desse pressuposto, significa dizer que, ao migrar o sujeito não está isento de exercer o seu desejo de mudar e essa mudança pode se dar em várias óticas, como moradia, cidade, estado, região ou até mesmo de país. Nesse ato de partir, o lugar de origem se apresenta como um espaço de saudade ou não, espaço que fala sobre o não conformismo de quem está saindo, a não aceitação por uma vida marcada por dificuldades, por isso a decisão de ir embora. Nesse caso, os que tomam essa decisão de

² LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **História oral e migração:** a questão do regresso. Oralidades: Revista de História Oral, 2. 2007.



sair só ou levando consigo os familiares rompem com vínculos estabelecidos e abrem caminhos na intenção de construir outros rastros de oportunidades.

E através do ato de partir ou chegar a um lugar novo, é plausível observar os sujeitos em trânsito, não precisamente levados por algo que lhe seja externo, distante. Porém, é possível perceber seu movimento em busca das suas próprias possibilidades, dos seus desejos, de novas e outras perspectivas. A migração, nesse caso e na perspectiva de Pereira³, imprime o anseio de melhorar de vida.

Na busca por uma vida melhor, Lacerda, discute as relações empreendidas pelos sujeitos frente aos seus processos migratórios, dentro de uma ampla discussão historiográfica levanta questões acerca das ações dos próprios sujeitos em partir. A autora coloca o migrante, especificamente, o nordestino cearense em relação ao Pará, como alguém que decide, como sujeito que é ativo. Norteia sua discussão basicamente em duas linhas que:

Inicialmente trata-se das compreensões que a historiografia foi dando ao longo do tempo ao tema, cristalizando, num certo sentido, perfis dos migrantes e igualmente simplificando, numa relação de dominantes e dominados, as vivências do grupo no Pará. Um segundo aspecto é ligado à decisão do próprio migrante de se deslocar do Ceará, o que nos levou a perceber que, longe desse ter sido uma decisão apenas dos poderes públicos do Ceará e do Pará, os atingidos pelas secas também exprimiam seu interesse ou não de sair do sertão⁴.

Vale destacar que essa abordagem feita por Lacerda diz respeito aos deslocamentos propagados e financiados via estatal durante o período áureo da borracha. Contudo, auxilia compreendermos de que maneira o contato entre esses dois mundos distantes e distintos entre si, vão ficando cada vez mais próximos e entrelaçados. Assim, podemos afirmar que as causas incutidas na migração muitas vezes, são colocadas sob aspectos gerais das condições socioeconômicas e dentro de uma perspectiva regional, extrapola essa forma de pensar, vai além, a migração passa a ser estudada não apenas como fenômeno meramente ligado às implicações geográficas e suas circunstâncias, ela passa a ser eminentemente, social. E o contato entre Norte e Nordeste torna-se inevitável.

³ PEREIRA, José Carlos Alves. **O lugar desmanchado, o lugar recriado?** Enredos e desenredos de jovens rurais na migração internacional. Campinas, 2012. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – SP.

⁴ LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889 – 1916)**. Belém: Ed. Açai/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA) / Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.



De um lado o Nordeste como espaço de saída, do outro o Norte, como espaço de entrada. Nesse aspecto, a Amazônia, se configura como palco e cenário do entrelaçamento, físico, geográfico, econômico, cultural e social. Temos aqui, dois mundos que se cruzam, se fundem e se diferenciam.

Esse entrelaçamento é bastante visível em Arthur Reis⁵, na sua obra *O Seringueiro e o Seringal*, onde discorre sobre o contato estabelecido entre nordestinos e amazônidas e, de que maneira, essa fusão vai paulatinamente modificando os hábitos, a linguagem, as formas de perceberem o mundo dentro de uma perspectiva religiosa em que de um lado há uma cosmovisão pautada no catolicismo e do outro uma indígena, ambas não deixam de existir e nem de fazer-se, apenas se transformam. Diante disso, novos arranjos sociais são constituídos na Amazônia, no Amazonas, em especial na cidade de Parintins⁶ (localizada aproximadamente à 370 Km, está à margem direita do rio Amazonas e à leste da capital, Manaus) como exemplo a partir das mulheres que contribuíram na realização desse estudo. Desse modo, podemos afirmar que a participação feminina marcou e ainda marca importantes fluxos migratórios na dinâmica social brasileira, é notório concordar com Chaves ao mencionar que:

A invisibilidade das mulheres nos estudos de migração tem suas raízes na prevalência de certo descaso no que diz respeito à importância da condição social feminina, acrescida de certo vagar na incorporação de mudanças que acontecem desde pelo menos os anos 70 no status e papel da mulher na sociedade⁷.

Sobre isso, Bassanezi, enuncia que:

“Migrar é coisa para homem”, costuma-se dizer sem pensar, sem atentar para estatísticas, fotos, depoimentos, histórias de famílias. Sim, as migrantes têm uma história. Desde sempre elas têm migrado, frequentemente na companhia de familiares, amigos e conhecidos em busca de melhores condições de vida e trabalho, mas migram também sozinhas, não só à procura de emprego, mas de independência, de casamento, ou até para fugir de discriminações e violências⁸.

⁵REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Seringueiro e o Seringal*. Ed. do serv. de Informação Agrícola, série Documentário da Vida Rural (5). Rio de Janeiro. Serv. Graf. Ibge, 1953.

⁶ Parintins, também, bastante conhecida pela disputa ocorrida entre as agremiações folclóricas dos bois-bumbás Garantido representado nas cores vermelho e branco e Caprichoso representado nas cores azul e branco que acontece todo último final de semana do mês junho. Em virtude da pandemia do novo coronavírus a edição 2020 foi suspensa.

⁷ CHAVES, Maria de Fátima Guedes. **Mulheres migrantes: senhoras de seu destino?** Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1981 – 1991. São Paulo, 2009, p.14. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas – Departamento de Demografia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível na biblioteca digital da Unicamp.

⁸BASSANEZI, Maria Sílvia. **Mulheres que vêm, mulheres que vão**. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das mulheres no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013.



Com isso, se faz necessário discutir sobre o papel desempenhado pelas mulheres diante de seus processos migratórios, ou seja, abordar a temática da migração pelo viés feminino é fazer com que essa perspectiva seja vista como objeto de análise, levando em consideração dentre tantos, os motivos que as fizeram partir.

É preciso salientar que o Nordeste brasileiro durante muitos anos foi e continua sendo mostrado como um grande fornecedor de mão-de-obra para outras regiões do país, especialmente o Norte. Djalma Batista em “O Complexo da Amazônia” afirma que foi “o mais numeroso de todos”⁹. Em que movidos pelos incentivos governamentais tais sujeitos partiram em busca de novas perspectivas de vida. Com isso adentraram em novos cenários sociais em sua maioria contrastantes entre imaginário sonhados no Nordeste e realidades vivenciadas na Amazônia.

A historiografia tradicional brasileira aponta dois grandes momentos de migrações nordestinas para Amazônia, ocorridas no final do século XIX e início do século XX, que se referem às muitas políticas governamentais de incentivo à migração para esta região. Um exemplo disso aconteceu a partir da segunda metade do século XIX no contexto da extração da borracha, quando a mão-de-obra estava quase que totalmente envolvida na sua vazão.

Tal política repetiu-se ao longo do século XX no esforço de guerra conhecido como batalha da borracha (1942-1945), quando o governo brasileiro em parceria com os Estados Unidos induz com suas políticas a vinda de muitos nordestinos para a região amazônica. Essa política, caracterizada como projeto de modernidade para Amazônia elaborada no governo de Getúlio Vargas (Estado Novo) tinha como meta, também fazer com que a região “pertença” ao restante do país.

As ações intervencionistas feitas pelo governo sob o discurso de desenvolver a Amazônia não é uma prática visível apenas nas décadas passadas, mas que permeia até hoje. E mesmo o Estado incentivando ou desestimulando a migração para a região de maneira oficial, ela continua acontecendo constantemente.

As experiências vividas marcaram e marcam as trajetórias de homens e mulheres advindos do Nordeste para o interior da Amazônia. A distância do lugar de origem vai sendo diminuída a partir das vivências que vão sendo ressignificadas pelas memórias. Assim, novas experiências surgem e se transformam nas vidas desses sujeitos. Essas

⁹BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia** – análise do processo de desenvolvimento. 2 ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.



novas experiências, por sua vez, ocorrem dentro de uma tensão entre o que é incorporado, as novas apropriações que vão sendo agregadas cotidianamente, em relação ao que é objetivado, ou seja, as disputas ocorridas dentro do novo espaço social.

O novo lugar entra em disputa a partir da migração. Uma nova relação social se constitui, torna-se ainda mais dinâmica. Pensar na dinamicidade existente nas relações estabelecidas entre o sujeito/cidade e cidade/sujeito e de que maneira essa atitude cidadina vai sendo apropriada pelos próprios sujeitos que cotidianamente transitam em seus espaços, nos faz refletir em José D'Assunção Barros, em seu livro *Cidade e História*, ao analisar as diferentes atribuições sobre a cidade, afirma que esta foi apontada como artefato cultural, corpo, obra de arte, etc. Contudo, enfatiza a cidade como texto, e este em duas dimensões, o texto que pode ser lido e o que pode ser escrito¹⁰.

A cidade como texto que pode ser lido diz respeito aos deslocamentos feitos dentro dela, as inúmeras idas e vindas de pessoas no fluxo diário. Cada pessoa tem uma forma de apreender cada monumento construído. O som, o cheiro, a cor, o movimento, também são internalizados diferentemente pelo sujeito que caminha por ela, e externalizados de maneira peculiar, possibilitando que aspectos sociais sejam estabelecidos em expressões de cidadania.

Como texto que pode ser escrito, refere-se à capacidade que cada pessoa tem de criar códigos específicos dentro de uma determinada área, um beco, uma rua, uma viela. O sujeito também é capaz de decodificar tantos outros existentes na mesma. Assim, a mulher na cidade interage, compartilha, se apropria e se transforma.

Barros elucida que:

O grande texto urbano aloja dentro de si textos menores, feitos de placas de ruas que evocam memórias e imaginários, de cartazes que são expostos nas avenidas para seduzir e informar, de sinais de trânsito que marcam o ritmo da alternância entre a passagem permitida e os interditos aos deslocamentos no espaço. A cidade é um grande texto que tece dentro de si uma miríade de outros textos, inclusive os das pequenas conversas produzidas nos encontros cotidianos¹¹.

A cidade, no sentido de ser formada por indivíduos, dialoga constantemente com as pessoas, tanto as que moram quanto as que passam somente de visita diariamente. Isso ocorre através de informações contidas em cartazes, placas e até mesmo dos monumentos existentes nela. De maneira singular cada sujeito decifra à cidade ao seu modo, apressa e

¹⁰ BARROS, José D'Assunção Barros. *Cidade e história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

¹¹ BARROS, José D'Assunção Barros. *Cidade e história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.



diminui o passo, vivencia emoções e outras oportunidades.

Concomitante a esse pensamento, Matos, discute a cidade-documento¹². Em que a paisagem urbana se coloca como um texto a ser lido, compreendido. Um documento a ser interpretado. A cidade passa a ser vista como espaço de disputa, tensões e representações. Passa a ser, também, objeto de investigação para o historiador.

Compreendida e percebida de múltiplas maneiras, a cidade se constitui como instrumento de legitimação do cotidiano. Nos variados espaços oferecidos por ela, carrega em si amontoados de significações, esboçam lembranças de uma infância que já se fora, memórias de um lugar ou evento que já não existe mais, cria e recria cotidianamente gestos, sensações, emoções, experiências e vivências.

Nesse sentido, Stella Bresciani, afirma que para estudar a cidade é necessário um olhar interdisciplinar, pois coloca que outros saberes surgem para lançar propostas no intuito de resolver os problemas da mesma. Discute também à questão fenomenológica do viver em cidade. O que não é palpável, visível, mas codifica e direciona o cotidiano dos sujeitos. Assim, a cidade comporta muitas cidades e fala da nossa afetividade. A sociedade se modifica e se redefine, encontra novas formas. O que antes estava pautado ao interior do lar, da família, vai aos poucos se tornando público. O viver acontece¹³.

Ao escrever sobre o cotidiano e a vida privada, Del Priore, discorre que “o imenso campo da vida privada e cotidiana se define como um lugar derivado de historicidade, mas, sobretudo, espaço produtor de história”¹⁴. Sua análise refere-se ao papel desempenhado pela mulher dentro da sociedade, sobretudo na brasileira, o que se percebe é uma paulatina inserção no espaço público, espaço esse que sempre foi ocupado pelos homens. À mulher aos poucos e através de muitas lutas vai deixando o espaço privado, mesmo que a princípio exerça um papel coadjuvante. A inserção da mulher não acontece apenas nos dias hodiernos, mas há muito tempo.

A sociedade se modifica e se redefine. O que antes estava pautado ao interior do lar, da família, vai aos poucos se tornando público. Para ela, tanto a vida cotidiana quanto a vida privada são definidas como espaços produtores de história. O viver se cotidianiza

¹² MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura:** história, cidade e trabalho. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

¹³ BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org.). **Cidade:** história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

¹⁴ DEL PRIORE, Mary. **História do cotidiano e da vida privada.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.



Quando o partir se faz necessário

Caro leitor, esse artigo é um fragmento de minha Dissertação de Mestrado, onde tive o privilégio de abordar as experiências de oito mulheres nordestinas que migraram para a região Norte, especificamente para o Amazonas chegando à cidade de Parintins.

A relação com a temática apresentada é de caráter subjetiva, visto que, também sou nordestina, natural de Recife-PE, e migrei há alguns anos na companhia de meu esposo Moacy para o Norte brasileiro. Ao chegar à cidade de Parintins-AM, fiquei surpresa, quando percebi uma presença significativa de nordestinos na mesma, o que despertou a curiosidade em saber sobre as motivações de tais vindas.

Durante a faculdade em Licenciatura em História, na ocasião da construção do projeto de pesquisa para TCC, uma inquietação sobre a presença dos nordestinos em Parintins veio à tona, comecei a procurar trabalhos acadêmicos sobre a temática e todos falavam, de forma geral, sobre a presença dos homens e as relações com o comércio, o que já era um contraponto com a historiografia tradicional que enfatizava às questões em torno da borracha.

Diante daqueles trabalhos surgiu uma questão: se há homens nordestinos em Parintins, há mulheres também. Afinal de contas, eu também sou nordestina e estou aqui! Não havia até aquele momento trabalhos com tal finalidade sobre a presença das mulheres nordestinas e suas motivações de estarem em Parintins. Fui em busca delas e as encontrei. Essa descoberta levou a construção do TCC e ao Mestrado.

Ao longo dessa caminhada tenho percebido que ao saírem de sua terra natal em busca de novas territorialidades, as mulheres nordestinas abrem caminhos, rompem com vínculos estabelecidos, encontram outros sujeitos e encaram novos desafios. Experimentam um mundo novo, socializam suas ações, ensinam e aprendem com quem está ao seu redor e, acima de tudo, vivem, agem e decidem.

Advindas de vários espaços nordestinos, cada qual com suas peculiaridades e motivações distintas, porém há um aspecto comum a todas, a congregação familiar. Todas as mulheres, sujeitos da pesquisa, partiram em função da junção de suas famílias. Algumas fizeram esse trajeto acompanhando os maridos, outras partiram com os filhos ainda pequenos no anseio de se encontrarem com os esposos que já estavam às suas esperas.

Nesse artigo, como representantes de um coletivo, trago às experiências de duas mulheres nordestinas. Foi no cotidiano de suas vivências que as encontrei, Maria de



Fátima Xavier Paulo (63 anos) e Geralda Xavier Prado (88 anos). Os processos de relações com elas possibilitaram a construção desse estudo, em que os contatos com suas narrativas orais, somados ao contexto de suas ações, permitiram compreender numa palavra, através de um simples gesto como sorrir ou até mesmo chorar, detalhes que fizeram com que a experiência trocada se tornasse única.

Nesse ínterim, a decisão de partir em busca de trabalho e/ou outras possibilidades acontece dentro de uma teia social¹⁵. Essa por sua vez, está atrelada as redes de solidariedades e sociabilidades que se configuram e se (re)inventam diante e durante os deslocamentos. Dessa forma, a família, ou melhor, o arranjo familiar, tem se mostrado como o elemento primordial que motivou e movimentou Maria de Fátima Paulo e Geralda Xavier e tantas outras em seus percursos.

Entre às entrevistadas, percebi que a família, não só norteia a disposição de partir, mas também aparece como parte fundamental na tomada de decisão, de tal modo age sob a forma de um elo necessário entre os que vão embora e os que ficam. Assim, podemos entender esse elo em duas perspectivas de ação: o elo efetivo e o elo afetivo.

Por essa perspectiva em que a família se enquadra, não podemos dissociar uma relação da outra, não há como separar a efetividade e afetividade imbuídas na trajetória migratória. É necessário perceber a participação familiar como elo efetivo/afetivo uma vez que age como frente de apoio dando condições físicas e emocionais tanto na partida quanto na chegada, ela atua como suporte necessário na minimização das dificuldades dos contrastes impostos pelo deslocamento, isso quer dizer que ao partir, ocorre de certa maneira, um distanciamento dos costumes e hábitos herdados em que entra em contato e fusão com o novo lugar, o que antes era naturalmente praticado com a migração, passa a ser ressignificado.

Arranjos familiares esses que foram preponderantes nas trajetórias das mulheres que saíram de seus lugares de origem, sozinhas e/ou acompanhadas seguiram rumo a outros horizontes. As experiências trazidas por elas nos levam a refletir sobre seus anseios e angústias, suas impressões e perspectivas além dos medos e lutas que tiveram que vencer.

¹⁵Compreendendo uma teia social como conjunto de acontecimentos cotidianos. Sejam eles, de ordem econômica, política e social. Dessa forma, não há como explicitar dentro de uma única área do conhecimento um conceito fechado e definitivo, visto que, a amplitude das ações empreendidas por um ou mais sujeitos no corpo social é de caráter tanto multi quanto interdisciplinar.



O sentido familiar é um fator de grande peso nas decisões que envolvem cada mulher entrevistada, de um lado há o apelo e todos os argumentos utilizados pelos pais, na maioria delas, para que não saíssem de perto de seus cuidados, em contrapartida, a constituição de suas próprias famílias, pelo menos para as que já haviam casado, é o determinante de suas saídas.

Maria de Fátima Xavier Paulo, saiu do Ceará depois de seu esposo e ao narrar sobre sua trajetória de vinda para o Norte, relembra da emoção sentida ao se despedir de seus pais. Ela conta que:

Eu senti muita emoção porque tava deixando meus pais. Não queria deixar meus pais. Eu me despedi dos meus pais, do meu pai da minha mãe e viajei pra cá. No início meu pai não queria que eu viesse. Ele disse que era muito longe o Amazonas, que andava muito, passava em muito buraco, ele não aceitava que eu vinha pra cá, mas depois eu falava: mas meu pai deixe eu ir que meu marido mandou me buscar, aí ele disse: não! fique minha filha que eu lhe crio e crio seus filhos. Ele não queria que eu viesse pro Amazonas, aí eu viajei com meus cinco filhos, graças a Deus. Aí minha cunhada falou pra ele: compadre deixe ela ir, que o marido mandou o dinheiro pra ela viajar e é ele que tem que criar os filhos. Mas o meu pai falou: eu criei ela e crio os filhos. Meu pai pedia pra que eu deixasse meu filho mais velho, eu disse que não, porque aí ia ser duas saudades¹⁶.

Sua saída do Ceará é marcada por um misto de sentimentos, em que de um lado encontra-se a dor de ter que deixar seus pais, e a certeza de que seu marido estava a sua espera juntamente com os filhos. Mesmo diante de todo o apelo feito pelo seu pai e do imaginário acerca da região amazônica, lugar de difícil acesso, como lugar em que as pessoas desapareciam, Fátima depara-se com um dilema a sua frente, ficar ou partir, eis a questão! Decidiu partir por mais difícil que lhe parecesse fazer.

Sem dúvidas, a família aparece como eixo central, assim como a ambiguidade da migração aparece em toda sua narrativa. Para ela, partir e ficar carregam o peso contraditório de parte dos familiares que queria sua permanência no lugar e o marido que a chama para seguir. Seu pai ao pedir que deixasse sob seus cuidados o filho mais velho, evidencia com isso a manutenção do vínculo familiar, mesmo a filha tendo que ir embora, o neto, seria ao seu ver o motivo de seu regresso. Não é o que acontece, ela parte e leva consigo os cinco filhos.

“Aí ia ser duas saudades”, é a resposta que Fátima Paulo dá ao seu pai ao recusar sua proposta de deixar o filho mais velho. Um dos pontos marcantes de sua narrativa é o fato de que seu pai não queria que saísse. O apelo feito por ele está imbuído de medo de

¹⁶Maria de Fátima Xavier Paulo. Entrevista realizada em sua residência no dia 03 de dezembro de 2015.



que a família sofresse uma separação, ou seja, o esfacelamento familiar significava desfazer os laços afetivos, por isso o pedido para que deixasse o filho. No entanto, ela teve que optar entre dois núcleos: família de origem e família construída – a raiz e a continuidade.

Com essa fala é possível afirmar que a migração é sem dúvidas uma experiência de saudades. Experiência essa que provoca uma ruptura na vida de todos os sujeitos que um dia, seja qual foi o motivo, partiu. Deixou na vida de tantos uma marca que só a saudade poderá preencher o vazio provocado pela ausência, que só é diminuído ou totalmente restabelecido com o possível retorno.

A saudade mencionada durante o momento da partida é um elemento que marcou profundamente sua vida. A lembrança da despedida até hoje é revivida com um brilho diferente no olhar, um misto de sentimentos é colocado em xeque, a vontade de partir em direção ao esposo é associada em grande medida à necessidade de sair de perto de sua parentela, esse drama na vida de Maria de Fátima, possibilita entendermos essa trajetória como experiência única, porém, vivenciada em contexto coletivo.

Ao discorrer sobre o seu percurso do Nordeste ao Norte, Maria de Fátima Paulo nos leva a pensar sobre o cotidiano que vivenciara durante o deslocamento, haja visto que:

A gente veio do Ceará pra cá, nós viemos de ônibus até Belém. De Belém pra cá nós pegamos um navio, aquele navio da Inasa, que chamava de primeiro né! Eu vim de navio. Cinco dias, de lá pra cá é seis dias, sai terça aí chega aqui domingo à tarde. Eu ficava agoniadinha, pensava que meus filhos iam morrer, um adoeceu no caminho muito, aí quando chegou em Belém, aí eu falei: pronto meu filho vai morrer e vai rebolar dentro d'água, eu tava com ele doente e com medo de acontecer alguma coisa com ele. Aí eu consultei um médico antes de entrar no navio, o médico era médico e era espírita, sabe lá desses negócios de espírito né! Aí ele disse: olha aí dona Fátima não se preocupe que seu filho não vai morrer, dessa ele não vai morrer não só se for de outra doença, mas dessa seu filho vai ficar curado, passou um remédio aí eu dei, o menino que nem comer queria e já tava andando, ele tava com cinco anos de idade. Essa viagem foi muito longa assim, meus filhos adoeceram muito dentro do navio, provocaram muito, o navio bambeava muito, agora que não bambeia mais, aí no começo só faltava virar, aí era muita gente desmaiada, até o povo grande, provocava muito, desmaiada, e aí que tanto provocava, coisava tanto, , e o medo que eu tinha, um filho já adoeceu e o povo dizia: não é assim não! não é assim não. E graças a Deus eu cheguei em Óbidos, que dessa primeira vez eu fui pra Óbidos, eles era tudo pequenos, tinha um com sete anos, outro tinha seis, outro tinha cinco, outro tinha quatro e tinha um com um ano e cinco meses que era o caçula. De Óbidos pra cá (Parintins) foi mais tranquilo né! Que a viagem é mais perto e já tavam um pouco mais velho¹⁷.

¹⁷Maria de Fátima Xavier Paulo. Entrevista realizada em 03 de dezembro de 2015.



O medo e a coragem são elementos marcantes em todo o trajeto percorrido por Fátima. Primeiro pelo fato de que fazendo esse deslocamento com cinco filhos pequenos, a primeira etapa ocorreu de ônibus até Belém, percurso tal que se comparado aos moldes de nossa atualidade, com ônibus equipados com um considerável grau de conforto, ainda assim leva alguns dias para que seja concluído com sucesso. Agora, pensar essa mesma viagem sendo realizada há quase trinta anos, não é difícil imaginar as circunstâncias vivenciadas por ela e suas crianças. Tanto é que uma adoeceu!

“O navio bambeava muito”, mesmo o filho tendo se refeito do mal-estar que contraiu no percurso feito de ônibus, o movimento feito pelo navio causou grande preocupação a Fátima, preocupação não só pelo fato do garoto voltar a adoecer, mas um medo que lhe parecia real, o de vir a falecer e ser jogado na água. A sequência de “males” provocado pelo balanço do navio em que tanta gente seja ela pequena ou “povo grande” passara nesse trajeto tornara-se insignificante diante da possibilidade de vir a perder um filho seu. O que não ocorreu.

E mais, ela conta que:

Quando eu saía às vezes eu mandava vigiar, quando ia tomar banho, os meninos ficava deitadinho, eu dizia: vigia aí, mandava a mais velha, quando ela tava dormindo, eu dizia: vizinha olha aí enquanto eu vou lá no banheiro tomar um banho, ela dizia: tá bom pode ir, pode ficar despreocupada que eu olho. Eu vim na rede, era rede por cima de rede, era seis rede atada, foi uma viagem boa, não foi toda boa porque meus filhos adoeceram no caminho, lavava os panos, eu trazia pedaço de sabão, eu ando com tudo preparado né, viajava com criança né! Lavava as roupinhas deles, todo dia eu lavava e estendia os lençol deles, e quando eles mijavam. Ainda bem que não era uma redinha de pobre, era uma redinha nova né! Porque lá no nordeste é assim, meus filhos tudo era pequeno, mas graças a Deus pra uma pobre as redes dos meus filhos era uma rede de quem era controlada (econômica), eu tinha as redinhas deles usarem em casa e umas de quando a gente sair ter as redes que eu guardava, que era as redes boa, aí as redes dos meus filhos lá no nordeste eu fazia, eu gostava de fazer com aqueles panos de saco, sabe aqueles panos de saco? Bem branquinho! Aí eu mandava botar o meio.

O cuidado com os filhos é bastante notório em sua narrativa, sobretudo, durante os percursos traçados. É interessante que as redes utilizadas como suporte necessário nas viagens realizadas de barco, na fala de Fátima Paulo, aparecem também, como símbolos de distinção social, como ela afirma que “ainda bem que não era uma redinha de pobre, era uma redinha nova né!”. Diferenciar os tipos das redes usadas na viagem evidencia o fator socioeconômico incutidos em se apresentar em um outro espaço social, não queria que seus filhos usassem as mesmas redes que tinham quando ainda estavam no Nordeste. Ao seu ver, isso poderia ser compreendido como algo feio, inadequado. Não queria expor



seus filhos a qualquer tipo de julgamento. E assim, Maria de Fátima chegou ao seu destino, ao encontro do seu esposo, conseguiu reunir novamente a família.

Geralda Xavier, que é tia de Maria de Fátima, já residia em Parintins quando sua sobrinha chegou. Embora não tenha aparecido na narrativa de Fátima como um elo efetivo de sua vinda, é mencionada a partir do momento que Fátima afirma que já havia alguns parentes morando em Parintins, já tinha o conhecimento de que havia tias na cidade, dentre elas Geralda. E sobre sua vinda elucida que:

Vim pra acompanhar meu esposo. Meu esposo veio primeiro. Aí eu fiquei com cinco filhos, aí meu esposo mandou dizer que eu viesse de barco, aí minha cunhada que me amava muito, falou que de barco ela não vai. Ligou pro cunhado aqui (Ceará) que era irmão do esposo que morava em Manaus era riquíssimo, um grande comerciante, que mandasse a passagem de avião que eu não saía de lá com cinco filhos pra vim de barco, de navio, aí eu vim de avião, quando cheguei em Belém, os filhos tudo provocando, tudo passando mal, aí chegaram e disseram pra mim, o piloto disse: olhe a senhora não tem condições de viajar, eu disse: mas também não tenho condições de ficar aqui com esses bandinhos¹⁸, aí eu disse: ou vivendo ou morrendo eu vou pra Manaus! Eu quero chegar em Manaus hoje, graças a Deus! Cheguei com os filhos tudo baquiado, só a viagem que foi difícil, quando cheguei gostei do lugar, de Manaus, agradei muito a Deus, que tudo eu achava bom, que morava no interior! Fui morar na capital, achei tudo bom! Mas passamos tantos problemas, mas venci!¹⁹

É interessante perceber na fala de Geralda três aspectos relevantes que motivaram sua vinda. O primeiro, é a constituição familiar que impulsionou seu deslocamento do interior do Ceará rumo ao Amazonas, trazendo consigo os cinco filhos. O segundo é a ênfase que ela dá a postura de sua cunhada em sua defesa, onde articula a vinda de avião. Aqui se percebe que a situação financeira de seus familiares era bastante diferenciada no que tange uma boa parcela de nordestinos que também migraram na mesma época ou aproximadamente. Custear uma passagem de avião em plena década de 1950, não era tão simples e nem barato!

Até porque se fôssemos levar em consideração o cenário sócio-político do Brasil nos anos de 1950²⁰, a conjuntura das regiões Norte e Nordeste pouco viabilizava que sujeitos oriundos do interior nordestino e que não possuíam nenhuma atividade de grande porte tivessem uma eventual ascensão econômica. No entanto, Geralda tinha um cunhado

¹⁸Expressão trazida por Geralda Xavier ao se referir aos filhos.

¹⁹Geralda Xavier Prado. Entrevista realizada em 17 de novembro de 2016.

²⁰Essa fala de Geralda nos leva a pensar que o Amazonas nessa época passava por um conturbado período de recessão, no entanto seu cunhado que sai do Nordeste estabelece moradia e comércio em Manaus enriquece. Djalma Batista em seu livro *Complexo da Amazônia* (2007) discute sobre os diferentes momentos econômicos que não só a região, sobretudo o estado do Amazonas enfrenta até a criação e implementação da Zona Franca de Manaus que só ocorre nos anos finais da década de 1960.



que na época de seu deslocamento era “riquíssimo”, um grande comerciante como ela mesma menciona. Isso em Manaus, o que certamente viabilizou sua vinda e de seus filhos de avião.

“Os filhos tudo baquiado”, o terceiro aspecto, é a compreensão que Geralda faz sobre o mal-estar provocado pela viagem aos filhos, mesmo assim, quando indagada pelo piloto sobre a condição de saúde deles em prosseguir viagem, não hesitou em responder que não ficaria em Belém. Essa atitude de Geralda em querer chegar ao seu destino demonstra sua obstinação, ou melhor, a possibilidade de ficar em Belém é sinal de desespero, o que iria fazer em Belém? Com quem iria ficar? Ela precisava chegar em Manaus, pois lá estava sua sustentação e referência. Queria chegar logo ao encontro de seu esposo, pois preocupava-se com a situação de vulnerabilidade em que os filhos se encontravam, diante disso, foi enfática ao afirmar que “vivendo ou morrendo”, a parada final não seria Belém como propunha o piloto, e sim Manaus.

O encantamento proferido por Geralda faz menção a sua trajetória de saída do interior do Nordeste, local onde havia morado praticamente sua vida toda. A migrante, nunca havia estado em uma cidade grande como Manaus, o que a fez se surpreender em estar numa capital, e mais, todo o transtorno vivido na viagem parecia quase inexistente diante do novo momento que estava experimentando. E, afinal de contas, a família estava mais uma vez reunida.

Migração e História Oral – Algumas Considerações

A experiência migratória marca suas vidas entre processos de (des)continuidades e rupturas, uma vez que, novas situações de conflitos ou não, entrelaçam suas vivências. O sentimento em relação ao novo espaço, provoca uma necessidade que até então não havia sido experimentada por nenhuma das mulheres, tal necessidade pode ser compreendida a partir das narrativas quando o migrante, na perspectiva de Marandola:

Sente a necessidade de fixar-se para poder alcançar uma sensação de bem-estar, aliviando o incômodo sentimento de incerteza e instabilidade que perdura e se reforça com a ausência do lugar. No entanto a fixação do migrante no local de destino tem algumas restrições ou condições em termos de identificação sociocultural e espacial. O envolvimento de um indivíduo com o lugar é um processo complexo que não ocorre aleatoriamente²¹.

²¹ MARANDOLA Jr, E. & DAL GALLO, P.M. **Ser migrante:** implicações territoriais e existenciais da migração. R. brasil. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 27, n.2, 2010.



Em relação à fixação do migrante não ocorrer de forma aleatória destacamos que isso é fruto de alguns fatores, dentre eles os laços afetivos que vão sendo consolidados durante todo o processo. Assim, as redes afetivas ou de sociabilidades vão sendo alicerçadas nos locais onde um ou mais sujeitos estão dispostos. E práticas que até então só eram comuns no lugar de origem entram em fusão com as práticas sociais trocadas no lugar de destino. E, a partir dessas trocas, há uma profunda transformação na vida desses sujeitos.

Nessa intenção de visibilizar a trajetória dessas mulheres nordestinas, levamos em consideração a complexidade presente nas particularidades trazidas pelas memórias, compreendendo com Maurice Halbwachs, que essas memórias mesmo sendo colocadas no âmbito individual (retalhos de um todo) negociam o tempo todo com as memórias coletivas. Essa, é, portanto, a costura da “colcha de retalhos” que compõe o tecido social²².

Em outras palavras, Alessandro Portelli chama atenção para que possamos compreender as fontes orais como ato político²³. Ainda mais que as memórias das mulheres mencionadas nesse estudo, permitam traçar um panorama acerca de suas vivências, de suas trajetórias e de como elas se inscrevem na dinâmica social de Parintins, desde o momento de sua saída do Nordeste.

Ao fazer uso da subjetividade do sujeito, a fonte oral contribui principalmente no questionamento da fonte escrita, rompendo com o estabelecido e apontando outro olhar na forma como os sujeitos percebem e interpretam seus modos de vida. Para Portelli “[...] a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais”²⁴. Segundo esse mesmo autor, é através da subjetividade que o sujeito atribui significado a sua experiência. Não é o fato ocorrido em si, mas o significado atribuído a ele que faz toda diferença.

No bojo dessa discussão, tratamos também outro aspecto de suma relevância para que tenhamos uma dimensão ainda maior das vivências dessas mulheres nordestinas em Parintins que é a “experiência” trazida por Thompson. Para ele, “a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. (...) Assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido”²⁵. Isso indica que a experiência dos sujeitos no corpo social é, também, refletida por eles.

Mesmo tendo em comum o espaço e o tempo recortado nesse estudo, percebe-se que o tempo da memória juntamente com as experiências vividas por essas mulheres mencionadas aqui, ocorre de maneira singular para cada uma. Assim, a construção histórica dessa temática caminha interligada com a história, a memória e o tempo narrado por elas, já que o tempo da memória se difere do tempo vivido.

²² HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

²³ PORTELLI, Alessandro. **História Oral e Poder**. In: *Mnemosine*. Vol. 6, nº 2, p. 3 (2010). Artigos

²⁴ PORTELLI, Alessandro. **A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996.

²⁵ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.



Nesse sentido, Ecléa Bosi em seu livro *Memória e Sociedade* de 1994, discorre que a ativar a memória “é o momento de desempenhar a alta função da lembrança”. Sendo que a partir das memórias orais dessas mulheres nordestinas, é possível reconstruir processos históricos, onde “um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente”. A essa reconstrução de um dado processo histórico, segundo Ecléa Bosi, está diretamente relacionada com a função social da memória, e salienta que, “a conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte”²⁶.

A lembrança dos velhos semelhante a uma obra de arte na afirmação de Ecléa Bosi faz pensar no diálogo existente entre o presente e o passado mediante ao ato de lembrar, um diálogo que é vivo, pois a memória não está presa ao tempo de vida de um sujeito, “ela ultrapassa esse tempo de vida individual e encontra-se com o tempo da História”²⁷. Nesse entendimento, História, Memória, Tempo Vivido e Tempo Lembrado caminham juntos.

Delgado discute, entre outros pontos relevantes sobre *Tempo e História*, que há uma distinção entre o tempo da memória do tempo histórico, onde a memória além de ser múltipla por sofrer constantes alterações, ela é uma reação do vivido, pois está enquadrada em três dimensões: a coletiva, a individual e a histórica. A história tem o papel de representar um dado fenômeno e busca as informações contidas na memória para realizar sua tarefa.

Maurice Halbwachs, indica que a memória não está dissociada de um tempo e de um espaço para que às lembranças de um dado evento vivido venha à tona na rememoração de uma pessoa. Assim, mesmo que a memória coletiva contenha a memória individual, uma não existe sem a outra. Segundo o autor mencionado acima, “nossa memória não se apoia na história, mas na história vivida”.

Diante disso, dizemos que a memória faz menção a um período registrado nas vidas dessas mulheres nordestinas, pois o tempo é um elemento relevante nessa constituição, uma vez que ele ocorre dentro de um movimento dinâmico relacionado às vivências de cada ator social, em que carrega em si as rupturas, permanências e continuidades que permeiam as experiências de vida de cada uma das mulheres descritas nesse estudo.

²⁶ BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças dos velhos**: 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²⁷ DELGADO, Lucíola de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.



Considerações Finais

A postura das mulheres aqui mencionadas contesta o papel imposto para a mulher durante muito tempo, elas decidem, agem e rompem paradigmas estabelecidos. Defendem e lutam pelo que acreditam. Saem do silêncio e do esquecimento histórico. As ações

engendradas por Maria de Fátima Xavier Paulo e Geralda Xavier Prado, trazidas como representantes de um coletivo, apontam formas de resistência em busca de ajuda e consolo, mesmo em momentos distintos. Representam ações de autonomia, liberdade e esperança em expressar os seus anseios e angústias. Elas exercitam cada uma à sua maneira e à medida do possível, seus espaços de poder.

Esse estudo coloca a mulher como sujeito que é ativo, social e histórico na dinâmica de seus processos migratórios. E, que muitas das vezes mesmo dentro de seus afazeres cotidianos, a participação no espaço público se confunde com o privado e vice e versa, suas memórias materializadas em vivências e estas transformadas em experiências contribuem na construção de novas histórias na Amazônia, a partir de Parintins.

A forte influência familiar nas narrativas evidencia que os motivos de sair do Nordeste, estão atrelados diretamente as questões afetivas, sem desconsiderar as questões socioeconômicas que as envolviam. Saíram porque já havia alguém esperando na chegada. Saíram porque os que vieram primeiro fizeram esse percurso em busca de trabalho, em busca de novas perspectivas. Ao conseguirem, permitiram e possibilitaram a vinda dos parentes, a vinda das mulheres sujeitos dessa pesquisa.

Escrever a história, especialmente a do tempo presente, nos permite caminhar na trama do vivido por essas mulheres nordestinas. Sujeitos que trazem consigo as marcas das experiências vividas. Essas mulheres carregam na bagagem de suas vidas a construção de suas histórias, ao lembrarem um dado acontecimento, elas revivem e, nesse ato de reviver, estão mais uma vez “construindo sentidos”²⁸ ou melhor, possibilitam na (re)escrita da História a partir de suas vivências.

Temos a compreensão de que cada sujeito é capaz de dar sentido à própria existência por meio da sua própria narrativa, por sua maneira de perceber o mundo em que vive e de que maneira age e se percebe nele. Diante disso, é possível afirmar que cada um tem sua história, ou melhor, a história de cada mulher nesse trabalho está relacionada a vários aspectos: econômicos, políticos, religiosos, cultural, sobretudo, está relacionada aos aspectos sociais da realidade em que estão inseridas.

²⁸ SILVA, Patrícia Rodrigues da. **Disputando espaço, construindo sentidos:** vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM – 1967 – 2010). Manaus: EDUA, 2016.



Maurice Halbwachs juntamente com Michael Pollak²⁹ contribuem no entendimento de que a memória é socialmente construída e constituída de acordo com aspectos de ordem identitária de cada sujeito. Chamar à tona a memória das mulheres nordestinas é sem dúvidas, compreender seus contextos sociais, porque elas falam sobre suas histórias e, estas narrativas, não estão dissociadas de um espaço e de um tempo.

Os arranjos familiares foram preponderantes nas trajetórias das mulheres que saíram de seus lugares de origem, sozinhas e/ou acompanhadas seguiram rumo a outros horizontes. As experiências trazidas por elas nos levam a refletir sobre seus anseios e angústias, suas impressões e perspectivas, além dos medos e lutas que tiveram que vencer.

Assegurar a coesão familiar se coloca para elas como um elemento de unidade. É o espaço identitário, em nome do qual vale a pena empreender todas as suas lutas. Configura-se como um elo de cunho coletivo.

Data de submissão: 07/05/2020

Data de aceite: 15/07/2020

²⁹ POLLAK, Michael. **Memória e identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.



Fontes Orais

PAULO, Maria de Fátima Xavier. Entrevista realizada em sua residência em 03 de dezembro de 2015. A entrevista foi feita por Patrícia Regina de Lima Silva.

PRADO, Geralda Xavier. Entrevista realizada em sua residência em 17 de novembro de 2016. A entrevista foi feita por Patrícia Regina de Lima Silva.

Referências Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção Barros. **Cidade e história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BASSANEZI, Maria Sílvia. **Mulheres que vêm, mulheres que vão**. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Nova História das mulheres no Brasil. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia** – análise do processo de desenvolvimento. 2 ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças dos velhos**: 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CHAVES, Maria de Fátima Guedes. **Mulheres migrantes: senhoras de seu destino?** Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1981 – 1991. São Paulo, 2009, p.14. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas – Departamento de Demografia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível na biblioteca digital da Unicamp.

DELGADO, Lucíola de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEL PRIORE, Mary. **História do cotidiano e da vida privada**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889 – 1916)**. Belém: Ed. Açai/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA) / Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **História oral e migração: a questão do regresso**. Oralidades: Revista de História Oral, 2. 2007.

MARANDOLA Jr, E. & DAL GALLO, P.M. **Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração**. R. brasil. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 27, n.2, 2010.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.



PEREIRA, José Carlos Alves. **O lugar desmanchado, o lugar recriado?** Enredos e desenredos de jovens rurais na migração internacional. Campinas, 2012. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – SP.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade Social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **A Filosofia e os Fatos:** narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral e Poder.** In: Mnemosine. Vol. 6, nº 2, p. 3 (2010). Artigos.

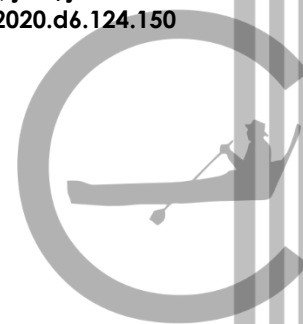
REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O Seringueiro e o Seringal.** Ed. do serv. de Informação Agrícola, série Documentário da Vida Rural (5). Rio de Janeiro. Serv. Graf. Ibge, 1953.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. **Disputando espaço, construindo sentidos:** vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM – 1967 – 2010). Manaus: EDUA, 2016.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria:** ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.



AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS DOCENTES ACERCA DE SEUS ALUNOS CAIÇARAS



Vitor Paulo Fida da Gama¹

Resumo

Os nativos dessa comunidade caiçara ainda preservam grande parte dos costumes, modos de vida, linguagem, atividades pesqueiras, extrativismo vegetal e agricultura familiar, mesmo diante das adversidades às quais estão sujeitos e que são provocadas, em parte, pelas políticas adotadas contrárias às práticas cotidianas do caiçara. Nesse contexto, a escola pública municipal da Vila de Pincinguaba lança suas redes para mesclar os conhecimentos curriculares aos conhecimentos da comunidade tradicional. Assim, nosso artigo apresenta, por meio das análises das narrativas e dos desenhos confeccionados pelas professoras, as representações sociais acerca dos seus alunos caiçaras, evidenciando a relação simbiótica entre o homem e a natureza.

Palavras-chave: Representações Sociais; Docentes e Alunos; Saberes Caiçaras.

Abstract

The natives of this Caiçara community still preserve most of the customs, ways of life, language, fishing activities, vegetal extraction and family farming, even in the face of the adversities to which they are subjected and which are caused, in part, by the policies adopted contrary to daily practices of caiçara. In this context, the municipal public school of Vila de Pincinguaba launches its networks to merge curricular knowledge with the knowledge of the traditional community. Thus, our article presents, through the analysis of the narratives and drawings made by the teachers, the social representations about their caiçaras students, showing the symbiotic relationship between man and nature.

Keywords: Social Representations; Teachers and Students; Caiçaras Knowledges.

¹ Mestre em Educação pela Universidade de Taubaté-SP (Unitau). Professor da rede estadual de ensino de São Paulo. E-mail: profvitorgama@gmail.com



Introdução

Propusemos aqui neste artigo, um recorte da pesquisa de mestrado que foi realizada em uma pequena escola pública municipal, localizada à beira mar, na Vila de Pescadores de Picinguaba, na cidade de Ubatuba, litoral norte de São Paulo, refletir, por meio da iconografia e trechos das entrevistas coletadas, acerca das representações sociais das professoras que lecionam na escola em referência aos seus alunos caiçaras. Entre histórias e imagens, pudemos perceber que representar o aluno caiçara é buscar conhecer o sujeito em seu lugar de pertencimento, sua comunidade, seu grupo social. Dessa forma, não há como tratar do aluno caiçara sem considerar a beira da praia, os ranchos para guardar as canoas e redes de pesca, a movimentação das marés, a chegada esperada dos barcos e seus pescadores. Nesse contexto, rico em saberes sociais, a escola está ali, pertinho da água do mar, com as janelas das salas de aula voltadas para a praia, recebendo a brisa dos ventos que sopram, o som das ondas, o cheiro de mar.

Durante toda pesquisa, conhecemos nativos, observamos os modos de vida do caiçara, acompanhamos o trabalho diário das professoras na escola. Ouvimos histórias das mais variadas, as quais, compartilharemos um pouco aqui. Vale ressaltar que nosso foco eram as narrativas das docentes a respeito dos seus alunos caiçaras, sendo assim, antes de mais nada, é indispensável deixar claro que utilizamos três instrumentos na pesquisa: a observação, a entrevista semiestruturada e a iconografia. Após a entrevista, as professoras recebiam uma folha A3, lápis de cor, canetas, réguas, giz de cera, além é claro, dos materiais que cada uma delas trazia para a sala. De posse de todo esse material, receberam a instrução de desenhar seu aluno caiçara, sua escola, a praia e a si mesma. São esses desenhos que analisamos e mostramos nesse artigo.

Costurando redes na praia – núcleo figurativo do aluno caiçara

Como tratamos de representações sociais, de forma breve, porém com a atenção necessária, devemos saber que as representações sociais são conhecimentos de ordem prática que visam tornar conhecido o que antes era desconhecido, ou seja, como os sujeitos formam pontos de vista, crenças, opiniões sobre os objetos observados nas interações sociais, com o intuito de poder se posicionar a respeito daquilo que representam. Na elaboração das representações sociais, a objetivação e ancoragem assumem integrante parte fundamental do organismo de construção ou desconstrução das representações. Ao internalizar o que antes era ignorado, busca-se aproximar, naturalizar, classificar e nomear o objeto, tornando-o revelado, sabido e real.



Nessa procura por conhecer o desconhecido, as professoras que participaram da pesquisa, buscaram seus repertórios, vivências, histórias de vida, valores, crenças e atitudes, uma maneira de representar seus alunos, dar a eles uma imagem que os aproximasse daquilo que já é parte da coletânea dos saberes acumulados por elas. Ora, lecionar em uma escola com tamanha particularidade, à priori, pode gerar uma insegurança em como agir, tratar, dialogar. Uma comunidade caiçara não pode ser definida somente pela sua geografia, embora o espaço assume relevância ímpar na identidade desse grupo social. O modo de vida, a linguagem, os saberes práticos, as crenças e demais características do caiçara abarcam sua identidade.

Logo, ao representarem seus alunos, aproximam-se o que estava somente no campo das ideias para algo concreto, real, palpável. Dá-se uma forma, uma imagem ao objeto social, processo esse, que Moscovici chamou de objetivação, e que “permite tornar real um esquema conceitual e substituir uma imagem por sua contrapartida material.”²

As professoras ao responderem as indagações solicitadas, prontamente, procuraram, por meio de palavras e imagens, classificar e tornar visível seu aluno caiçara, representando-o de maneira que ele se converta no que, para elas, possa ser real, conhecido e compartilhado com os outros. Para isso, escolhem as palavras de acordo com o que supostamente sabem sobre o objeto perguntado. Não necessariamente, as palavras escolhidas estejam amparadas em teorias científicas, vindas do universo reificado. No entanto, tais vocábulos, selecionados e pensados anteriormente à fala, mesclam-se com as mais variadas vertentes do que possam conhecer acerca de seus alunos caiçaras, representando-os. Nesse ponto, alguns dos vocábulos se repetem e essa repetição não é aleatória ou desvinculada do contexto social, lugar de interação entre os sujeitos, mas é, por meio desse processo, que “ao penetrar no meio social como expressão do real, o modelo figurativo se torna então natural, utilizando como se fosse copiado diretamente dessa realidade.”

Percebe-se assim, decerto que as narrativas apresentam atributos os quais, segundo as participantes, compõem a representação do sujeito-aluno-caiçara como sendo “alunos que gostam muito de pescar, de conviver com a natureza.”, característica apresentada pela professora Orquídea³ ao representá-los. Também a professora Bromélia chama a atenção para o conhecimento popular de seu aluno caiçara relacionado à pesca.

² MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

³ Participaram da pesquisa, as cinco professoras da escola, com o intuito de garantir a privacidade delas, substituímos seus nomes por nomes de plantas e flores nativas da Mata Atlântica.



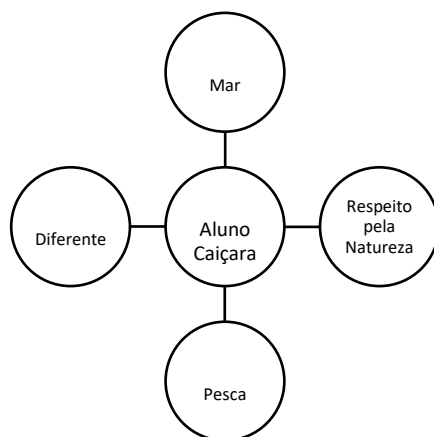
Para ela seu aluno partilha dos saberes do fazer e compartilha o que sabe com os demais, sem, com isso, deixar de ser criança. Em sala de aula, ela afirma que seu aluno caiçara “fala do pescar” com muita propriedade.

Para Moscovici objetivar a representação social pode se dar por meio de “genótipos semânticos”, ou seja, a combinação de palavras com o intuito de explicar o desconhecido e, assim, torná-lo real⁴. Com isso, para representar seu aluno caiçara, recorrem-se a vocábulos ligados ao mar, à pesca, sua simbiose com a natureza, sinais distintivos de outras comunidades diferentes, como pode ser observado na fala da professora Juçara: “Meu aluno vem descalço. Não quer ficar de chinelo, não quer ficar de tênis. Quer andar, quer falar com todo mundo que chega. Saber o que que tá fazendo aqui, quem é, porque tá no lugar deles.”

O fato narrado pela professora Juçara a respeito de seu aluno estar descalço remete, talvez, ao modo de vida simples do caiçara, que mesmo estando na escola, ele permanece em sua comunidade de pertença, sentindo-se “em casa”. A escola não é um espaço neutralizador, pelo contrário, é um lócus de conflito e convivência, onde a resistência é observada em gestos simples, como não ficar calçado só porque está na escola.

Partindo disso, podemos, quem sabe, propor um modelo figurativo do aluno caiçara, conforme as narrativas das professoras, ponderando a repetição de vocábulos ditos ao representar seu aluno caiçara, buscando, assim, naturalizar o que anteriormente era abstrato, tornando-se evidência e compondo a realidade, de acordo com que o tentamos mostrar na Figura 1.

Figura 1 - Modelo Figurativo do aluno caiçara



⁴ MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.



Ao escolher os vocábulos e pela repetição dos termos nas narrativas das professoras, a objetivação e a ancoragem começam a dar forma e a nomear algo anteriormente desconhecido⁵. Como pode ser observado no modelo figurativo apresentado por nós, a linguagem utilizada para representar o aluno aproxima-o ao território ocupado pelo grupo. Dessa maneira, seu aluno é um sujeito morador da praia, que compartilha de um relacionamento íntimo com o mar e com os recursos naturais oferecidos pelo ambiente, diferenciando-o dos demais alunos de fora da comunidade. Este território, a Vila de Pescadores, possibilitou uma organização social distinta das demais sociedades existentes, identificados pelo modo de vida simples e pelo repertório de saberes do fazer, necessários para a sobrevivência do grupo social.⁶ Ao mesmo tempo, as docentes afirmam que a abertura da comunidade caiçara para aquilo que está além de suas fronteiras físicas e simbólicas, como o turismo, atrai os olhos curiosos dos pequenos caiçaras que também representam o que veem. Tais influências externas são representadas por elas como uma possível “ameaça” ao acervo cultural dos caiçaras. Podemos observar isso, na narrativa da professora Helicônia:

Porque eu percebo que as crianças se perdem muito, eles ficam visualizando o outro, não consegue ter um fio condutor dele, entendeu, as crianças tão meio assim. Valoriza mais o que vem de fora e por outro lado, os que vem de fora valorizam o que tá aqui, mas também não sei se é de uma forma legal esse tipo de exploração. Até que ponto isso é legal?

Novamente o desconhecido, um dos motores para a elaboração das representações sociais, no caso da fala da professora, ocupa seu lugar. Para ela, a convivência do seu aluno caiçara com o turista e toda a “novidade” que esse sujeito representa, provoca nela, o receio que a cultura caiçara seja esvaziada pelo, possível, “encantamento” com os costumes e modo de vida dos centros urbanos. Isso tem provocado no grupo das professoras uma movimentação para que os saberes tradicionais adentrem no currículo, como estratégia de garantir que a identidade caiçara não se perca. Sobre os meios buscados para a aproximação do currículo aos saberes sociais da comunidade, trataremos mais adiante.

O interesse pelo “diferente” não é visto somente como um “perigo” para os alunos caiçaras. Na fala da professora Juçara, o fato de seu aluno frequentar a escola e se

⁵ MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais e investigações em Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

⁶ DIEGUES, Antônio C. (Org.); ARRUDA, Rinaldo S. V.; SILVA, Viviane C. F.; FIGOLS, Francisca A. B.; ANDRADE, Daniela. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.



interessar também pelos saberes valorizados no currículo oficial, diferentes dos saberes aprendidos com os membros de sua comunidade de pertença, demonstram que a curiosidade é essencial para dar significado para as atividades da escola, uma vez que eles “gostam de estudar, gostam de vir à escola, de ouvir história, desenhar, dividir, aprender coisa nova, montar quebra-cabeça. Coisas que, às vezes, não tem em casa, né.”

A comunidade tradicional caiçara de Ubatuba sempre esteve em convivência com o externo. A alteração no modo de vida dos nativos passou por diversas transformações na medida que antigas atividades agrícolas, estimuladas pelas fazendas produtoras de café e cana de açúcar entraram em decadência. O antigo nativo lavrador do sertão litorâneo foi modificando seu modo de vida com o intuito de se adaptar à nova organização social e econômica, descendo do sertão para a praia, diminuindo e alterando sua produção agrícola e aumentando e desenvolvendo sua capacidade de pesca que, por sua vez, também se modificou com a chegada do barco à motor e suas variantes⁷. A construção da estrada, que hoje liga o litoral sul ao estado do Rio de Janeiro, acelerou a comunicação e as relações entre nativos e não-nativos, mas não pode ser vista, à princípio, como uma ameaça aos caiçaras, visto que ainda ocupam seu território e comungam dos costumes tradicionais. O sujeito, seja e esteja onde estiver, se encontra em constante movimento e construção, adaptando e modificando às realidades sociais às quais está inserido. Angela Arruda sugere que o sujeito é “ativo e criativo, e não uma tábula rasa que recebe passivamente o que o mundo lhe oferece, como se a divisão entre ele e a realidade fosse um corte bem traçado.”⁸. Pode ser esta habilidade dos seus sujeitos-alunos que instiga esta preocupação das docentes.

A professora Bromélia evidenciou na entrevista que esta pluralidade presente nas relações sociais da Vila de Pescadores de Picinguaba pode ser encontrada também na sala de aula:

Tem alunos que moram no sertão da Cabeçuda, eu ainda não tive a oportunidade de conhecer, mas quero muito. Eles têm uma vida diferente dos alunos que estudam também nessa escola, na mesma sala e que vivem aqui na comunidade, aqui na Vila e são vivências particulares, diferentes modos de vida, leitura de mundo diferente e isso me encanta muito, muito.

Percebe-se nessa narrativa, que a diversidade social está presente dentro da escola, pois os alunos vêm de “outros lugares”, além da Vila de Pescadores. Como ela mesma se

⁷ ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia, São Paulo, USP**, v. 43, n. 1, 2000

⁸ ARRUDA, Angela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa, Rio de Janeiro**, n. 117, p. 127-147, nov. 2002.



refere, o chamado “sertão”, fora da beira da praia, apresenta outros modos de vida, mais próximos da agricultura familiar, e, mesmo assim, são considerados caiçaras. A identidade caiçara, embora representada no modelo figurativo como sendo o nativo íntimo do mar, também foi representada por elas, como sendo o sujeito que respeita a natureza e os recursos que ela oferece. Nessa ótica, os nativos caiçaras do sertão que sobrevivem da agricultura familiar e do extrativismo vegetal como principal fonte de subsistência e manutenção de sua cultura, também assumem a mesma identidade, embora não morem na beira da praia ou vivam da pesca.

Assim, mesmo no discurso das entrevistadas, as características do caiçara são elencadas como um diferenciador de outros grupos sociais, uma das professoras afirma que não há diferenças entre os alunos da vila de pescadores e os alunos de outra comunidade. “Eu não vejo grandes diferenças não. Porque a comunidade que eu trabalho é uma comunidade rural, eles não são tão ligados a raiz caiçara, mas tem traços disso também.”⁹. Vale indicar aqui que essa aproximação narrada pela professora se refere ao fato de que, segundo Adams, o caiçara tem sua origem na cultura caipira. Para a autora, o mameluco paulista engloba o caipira do interior e o caiçara, sendo a agricultura de subsistência e seu modo simples de vida, o elo de ligação entre os dois grupos. Logo, há sim uma aproximação do aluno da comunidade rural com o aluno da comunidade caiçara, no entanto, a relação com o mar seria um diferenciador como grupo social¹⁰.

As formas diferentes de falar, de pensar, de agir, de trabalhar e conviver chamam a atenção por serem desconhecidas daquilo que a fronteira preservou. Nesse caso, a fronteira não se resume somente a geografia do território, mas também aos costumes e saberes, bem como os atos simbólicos de grupos sociais distintos. Estas peculiaridades do aluno caiçara apresentadas no modelo figurativo presentes no imaginário das professoras também compõem a representação que é dada a comunidade tradicional caiçara como um todo:

Eles entendem do tempo. Dizem que o tempo tá nublado, vai chover, ou que tem uma coisa diferente no mar, não tá bom para pesca. Esse conhecimento deles do vento, que o vento vem de tal posição, isso é um conhecimento acho que muito caiçara. A gente do urbano, a gente não tem muito esse conhecimento de ler o clima, de tempo, de perceber as temperaturas. Isso é próprio deles e eles sabem que dia eles vão pescar tal peixe, onde tá o cardume, porque que tem aquele cardume naquela posição.

⁹ Professora Helicônia.

¹⁰ ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia, São Paulo, USP**, v. 43, n. 1, 2000.



O fato das professoras representarem seus alunos caiçaras a partir dos costumes e saberes tradicionais pode reforçar a intenção delas de que ser caiçara é manifestar no cotidiano as peculiaridades do grupo de pertencimento que os diferencia das outras “sociedades” existentes. Há uma preocupação com a integração social de seus alunos caiçaras com outros sujeitos de fora da comunidade, mesmo quando observam que a escola e seu currículo também são diferentes, no entanto, neste caso, não são vistos como hostis por elas, pelo contrário, assumem uma posição privilegiada no sentido de apresentar novos caminhos e possibilidades para seus alunos caiçaras.

Como traços na areia da praia – imagens e realidade representada

Antes de começarem a desenhar, houve uma pausa, talvez porque refletiam sobre o que falaram na entrevista e, ao mesmo tempo, buscando na memória afetiva a melhor forma de se expressar. Esta preocupação, com o produto do desenho, levou uma das docentes, a professora Helicônia, a pedir outra folha para fazer um rascunho do que pretendia mostrar, esta atitude pode ter sido uma maneira de garantir que sua representação fosse trazida nos mínimos detalhes, como pode ser visto na Figura 08 de sua autoria.

O tempo utilizado por cada docente variou bastante. Não estipulamos um prazo, posto que gostaríamos que elas pudessem pensar, sentir e se expressar sem que fossem interrompidas pelo tempo. Isso nos garantiria, porventura, que os desenhos retratassem as representações com mais fidelidade.

Terminada esta coleta e com os desenhos em mãos, partimos para a análise das imagens coletadas e a interpretação dos desenhos, tendo por base teórica no auxílio para a análise em Gemma Penn. Assim os desenhos produzidos, aliados as narrativas obtidas nas entrevistas e as observações realizadas do cotidiano da escola atuaram como uma ferramenta de contribuição no sentido de anular as ambiguidades que podem ser geradas somente pelas imagens¹¹.

Dispomo-nos, desse modo, a ponderar sobre as objetivações que são apresentadas nos desenhos. Vale ressaltar que a objetivação, parte do processo para a (re)elaboração das representações sociais, busca imagens concretas para externar a realidade

¹¹ PENN, Gemma. Análise semiótica de imagens paradas. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 319-342.



representada¹², oportunizando maior confiabilidade aos nossos resultados aqui apresentados.

Figura 2 - Desenho da professora Açucena



Na figura acima, a professora Açucena representa, por meio das imagens, alguns elementos que compõe o cenário caíçara. Penn nos orienta que na interpretação de imagens podemos nos valer dos níveis de significação¹³. O primeiro nível de significação, denominado de primeira ordem, ou denotativo, refere-se exatamente as imagens presentes no desenho, bastando saber apenas seu significado. No caso do desenho da professora Açucena, a presença do barco no mar exige de nós, em primeira ordem de significação, somente um conhecimento do significado do que vem a ser um “barco”. Nesta ordem de significação, o tipo de barco, sua finalidade, seu tamanho, cores, posição no desenho e sua escala não são considerados neste tipo de leitura. Já quando vamos para o nível de segunda ordem, isso muda, já que, ao identificamos o barco no desenho, trazemos para a interpretação e análise, conhecimentos além daquele identificado na primeira ordem. Esses conhecimentos são ancorados no repertório cultural e nas experiências adquiridas por quem as interpreta, com o objetivo de buscar as representações simbólicas na composição das imagens pelos elementos escolhidos. Por este motivo que nossas

¹² SPINK, Mary Jane P.. **O conceito de representação social na abordagem psicossocial.** *Cad. Saúde Pública* [online]. 1993, vol.9, n.3, pp.300-308. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300017>.

¹³ PENN, Gemma. Semiotic analysis of still images. **Qualitative researching with text, image and sound**, p. 227-245, 2000.

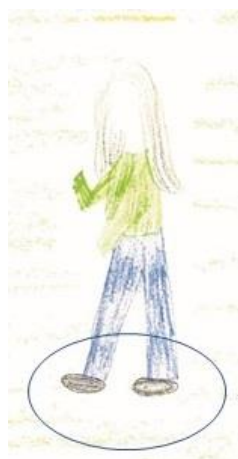


entrevistas e observações de campo realizadas na escola e na Vila de Pescadores são consideradas nesta etapa da pesquisa.

Voltando a figura 2, podemos identificar no desenho a presença de diversos elementos que compõe a paisagem caiçara. Começamos pelo território caiçara representado pelo mar, praia e pássaros, evidenciando, decerto, as belezas naturais do lugar e a relevância do território para os caiçaras, de acordo com sua fala e o modelo figurativo:

A minha paixão é o mar. Eu falei “gente não acredito que tem escola aqui de frente para o mar, na divisa com Paraty, é a escola que eu acho que eu quero, se tiver lá, é a escola que eu vou escolher pela localização, por tá num lugar lindo, né”, até então não conhecia a clientela ainda, mas já me apaixonei pela paisagem, pelo visual, pela proximidade com a cidade que eu moro.

Neste território caiçara, ela desenhou parte das marcas identitárias do uso do meio pelos nativos, como o barco traineira (falaremos mais sobre este tipo de embarcação mais a frente) utilizado para a pesca em maior quantidade.



Ao se desenhar, a professora Açucena se apresenta vestida com calça comprida, camisa longa e sapatos na areia da praia. Normalmente, não nos vestiríamos assim na praia, porém a professora, talvez, buscou frisar que aquele lugar para ela, é lugar de trabalho e não, à priori, de lazer. Suas roupas também podem evidenciar sua identidade profissional, já que as professoras não vão lecionar vestindo roupa comumente utilizadas na praia, mostrando assim como gosta de ser reconhecida pelos seus alunos. Ao se diferenciar dos seus alunos por meio das vestimentas, ela estabelece uma relação de poder sobre o outro ao exercer sua autoridade como docente. A vestimenta, neste caso, pode representar também a fronteira simbólica entre ela, professora, pertencente a outra comunidade, localizada no centro urbano, e seus alunos caiçaras da Vila de Pescadores, comunidade tradicional caiçara. Isso fortalece a alteridade, já que, diferenciando, a professora estabelece as marcas identitárias dela e de seus alunos. Já ao desenhar seus alunos caiçaras, os mesmos aparecem vestidos com camisetas, bermudas, no caso dos meninos, e saia curta, para a menina. Reparamos também que os alunos caiçaras estão descalços, com os pés no chão. Há maior familiaridade dos alunos caiçaras com o território. Ali é o lugar deles estejam na escola ou não. O fato de estarem sem calçados, foi narrado na entrevista pela professora Juçara, como mostramos anteriormente.





Para as professoras, tanto a autora do desenho como a da fala, o estar descalço poderia ser uma característica do aluno caiçara, ancorada no sentimento de pertencer à vila de pescadores e comungar com a natureza local e ao modo de vida simples de seu grupo social.

Ainda no mesmo desenho, a professora mostra a escola distante dela e dos alunos. Ao considerarmos o espaço físico em que a escola está localizada na Vila de Pescadores, a mesma poderia estar mais próxima a ela e aos alunos, enquanto o barco traineira poderia estar onde foi desenhada a escola. Isso porque ao chegar a Vila de Pescadores, a escola está localizada logo na entrada. O local onde ficam os barcos de pesca e canoas está localizado no fim da praia. Observamos também que, embora tenha desenhado uma placa em frente ao que seria a escola, a mesma está sem identificação. Possivelmente, a ausência do nome da escola na placa pode nos mostrar que falta a identidade para este lugar, no caso, a escola. Quem sabe, por isso ela e seus alunos estão na praia e não dentro ou próximo ao prédio escolar. Sugerimos aqui uma fala da professora que chama a atenção sobre como ela representa a escola.



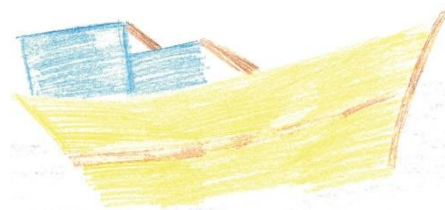
ah, a gente trabalha numa vila caiçara, é tranquilo, as crianças são disciplinadas”, mas aí a gente vê que na realidade quando você chega aqui, você se depara com salas multisseriadas, a gente se depara com distanciamento da Secretaria da Educação, a gente vê situações em sala de aula que fogem a nossa competência, apesar da gente estar nesse lugar assim que é maravilhoso.

Fica mais claro, que para a professora Açucena, embora o território caiçara seja “maravilhoso”, a escola apresenta alguns entraves para o seu exercício profissional. Ela criticou a organização das turmas e do “distanciamento”, até aquele momento, da Secretaria Municipal de Educação do município de Ubatuba, sendo, porventura, esses os motivos da escola estar distante dela e dos alunos no desenho. No ponto de vista dela, representado no desenho, a escola está distante! Se esta hipótese estiver de acordo, isso a conduz, com seus alunos caiçaras, à areia da praia de modo que ela possa se sentir mais próxima da comunidade caiçara e de seus saberes, afinal seus alunos e o território estão



presentes diariamente em suas atividades profissionais cotidianas. Estando à beira-mar com os seus alunos caiçaras, sente-se valorizando os saberes da prática da população local.

Esta valorização da cultura caiçara foi representada também pela presença do barco no desenho. Há uma intenção da professora ao escolher esse objeto para compor seu desenho. Ao considerarmos novamente o modelo figurativo apresentado na Figura 1, as docentes representam o aluno caiçara por meio das palavras “mar” e “pesca”, entre outras. Tamanha a força das atividades



pesqueiras para ela, que o barco está em escala maior do que todos os outros elementos trazidos ao desenho. A presença do barco é, porventura, reconhecer o impacto social da pesca como elemento identitário da vida caiçara. É essencial aqui destacar que a maioria dos pescadores da vila têm embarcações de pequeno porte. Os antigos pescadores-lavradores foram incorporando a suas atividades pesqueiras novas ferramentas e instrumentos que propiciaram melhores condições para a pesca, como o motor nos canoas e pequenos barcos, além de novas técnicas de pesca, como o cerco flutuante, trazido pelos japoneses na década de 1940 e utilizado até os dias atuais¹⁴. Claro que ao pescar com canoas e outras técnicas simples de pesca, prática conhecida como pesca artesanal, a produção é menor do que pescar com barcos médios e/ou grandes, logo isso interfere no retorno financeiro dos pescadores, bem como o tipo de pescado capturado. Ao mesmo tempo, os barcos médios/grandes são caros e necessitam de outros marinheiros para saírem à alto mar. É comum encontrar pescadores artesanais que prestam serviços aos donos dos barcos maiores nas saídas em busca de pescado. Esses pescadores chegam a passar, como foi narrado pela professora Açucena em conversa com as mães dos alunos, um período considerável embarcado, enfrentando todas as peripécias do tempo, clima e marés. Ela nos contou que “as mulheres falam: “olha meu marido fica 15 dias”, esse distanciamento da família por um período de 15 dias, podendo enfrentar tempestades, não é garantia para que “eles tenham uma boa pescaria.”.

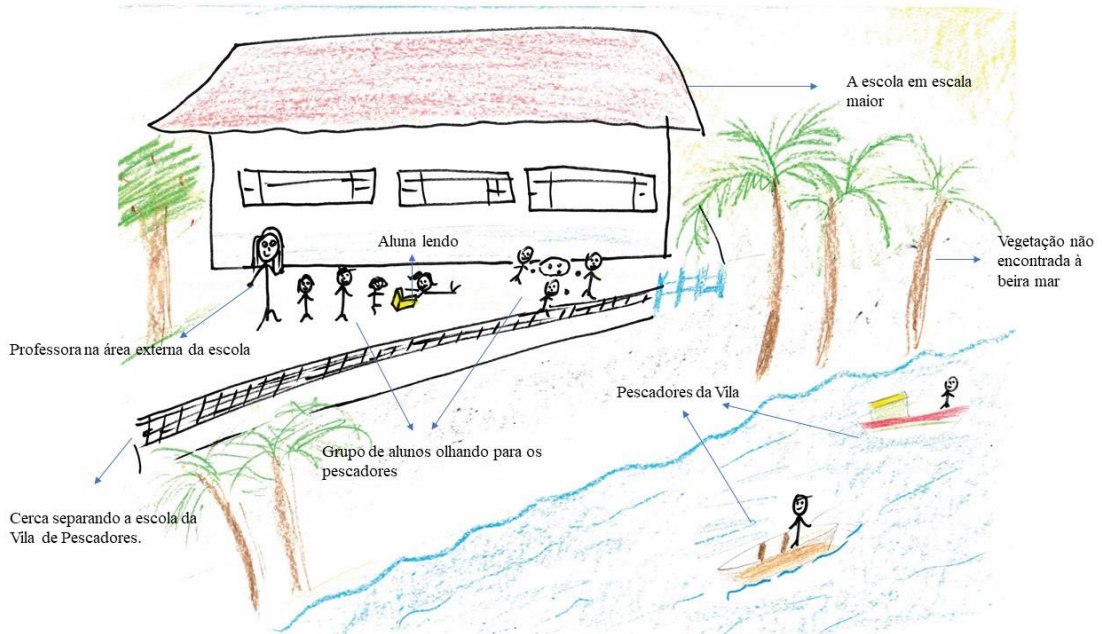
Os alunos da vila, em sua maioria, são filhos de pescadores artesanais e pequenos agricultores. A grande parte desses alunos, filhos de pescadores, têm como aspiração ser dono do próprio barco, já que este tipo de embarcação como a do desenho tem um custo muito alto, sendo sinônimo de conquista pessoal. Assim, ter o próprio barco representaria

¹⁴ DIEGUES, Antônio C. *A Pesca em Ubatuba – estudo sócio econômico*. São Paulo: SUDELPA, 1974.

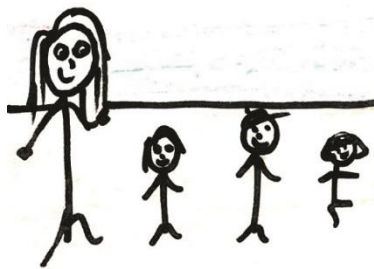


uma relação de poder para os moradores da vila, pois aumentaria sua produção, não mais com ênfase apenas no próprio consumo, mas sim vendendo o excedente, tendo uma atividade econômica mais rentável e lucrativa.

Figura 3 - Desenho da professora Juçara

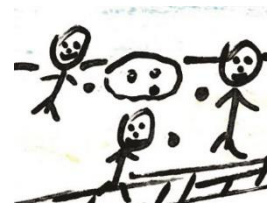


A Figura 3, foi elaborada pela professora Juçara, seguindo as mesmas orientações dadas a todas. Nesta imagem podemos identificar a presença dela mesma e de seus alunos caiçaras no espaço externo da escola, a praia e os pescadores. Ela, professora, e parte dos



alunos caiçaras estão com seus olhares voltados para a praia e, possivelmente, para os pescadores em seus barcos. Pode-se identificar até mesmo sorrisos nos rostos deles. Somos capazes de arriscar que o cotidiano dos pescadores e as belezas naturais do território agradam o grupo que observa. Ao levarmos em conta o que a

mesma docente nos relatou na entrevista, seus alunos gostam de contar as histórias que ouvem em casa dos pais e amigos. É comum que um aluno caiçara chegue com algum “causo novo” na sala de aula sobre os acontecimentos diários da comunidade. Histórias sobre o mar e a pesca são corriqueiros



na sala de aula. Ela lembrou na entrevista, das conversas que tem com seus alunos, e que é comum eles falarem sobre “a lua, falam sobre as coisas que eles vão aprendendo sobre a pesca, sobre fazer a canoa.”



Na imagem, um grupo de alunos para a brincadeira e passa a admirar os pescadores e seus barcos. Eventualmente, a frequência deste tipo de diálogo em sala de aula, simbolize para a professora a alegria em olhar, ouvir, compartilhar aquilo que se aprende com os mais velhos. Essa prática, comum nas comunidades tradicionais, garantiu e garante que os costumes, modo de vida e saberes do fazer permaneçam vivos no grupo. Todavia, há uma aluna (o sexo é definido aqui pela presença dos cabelos longos, como o da professora) que está lendo um livro. Ela, a aluna, não parece tão curiosa com os pescadores, quanto a professora e os outros alunos. Talvez a docente quis nos mostrar que, conhecendo a organização social da comunidade tradicional caiçara, onde no cotidiano dos pescadores, a figura masculina impera na realização das atividades pesqueiras. Os cuidados com as redes de pesca, com o barco, com a força das marés ficam à cargo dos homens, enquanto às mulheres cabem os cuidados com a casa e os filhos, bem como com o artesanato. Essa ordem social da comunidade caiçara remonta ao colono português, como Adams afirma que “a autoridade paterna, revestida de austeridade, o recato da mulher e sua pequena autonomia e a importância atribuída ao compadrio”¹⁵ demarcam as relações entre homens e mulheres caiçaras. Também Denadai e col. fortalece essa peculiaridade das comunidades caiçaras no que se refere ao rigorismo em dividir os papéis entre homens e mulheres, para os autores, a pesca é papel dos homens, “dificilmente a mulher vai para o mar e chega mesmo a temê-lo.” Comparada as falas das professoras entrevistadas quando se fala de caiçara, rapidamente, remontam a figura masculina, já que, para elas, o termo caiçara estaria relacionado à pesca. A professora Bromélia conta que “muitas meninas, são casadas com gringos, com estrangeiros, que ficam deslumbradas e eles também com elas, quando chegam.”. Esse interesse das meninas pode estar relacionado ao encantamento com o “de fora”, argumento bastante tratado pelas professoras na entrevista. Para elas, muito da cultura tradicional caiçara vem se perdendo pelo interesse dos caiçaras, tantos homens como mulheres, pelo que vem “de fora”. Como a Vila de Pescadores também sobrevive do turismo, as crianças, meninos e meninas, e os adultos têm nos turistas uma outra fonte de renda complementar, fazendo passeios de barco para as ilhas próximas. Sabemos que viver na Vila, depender da pesca ou do turismo sazonal não é fácil. Essa dificuldade pode ser compreendida pela ausência de acesso a bens e serviços básicos, como escola que atenda outros níveis de ensino (Fundamental II e Médio), posto de saúde, transporte frequente, supermercado, banco etc.

¹⁵ ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia, São Paulo, USP**, v. 43, n. 1, 2000.



Viver na Vila de Pescadores na sociedade contemporânea é uma tarefa árdua. O que a praia e o mar oferecia aos antepassados era o suficiente para sobreviver nessas regiões. Com o desenvolvimento da região litorânea e, em especial, a chegada da estrada, o turismo cresceu e os “de fora” apresentaram aos nativos o que era desconhecido dos caiçaras. Depender da pesca e da agricultura de subsistência não mais satisfaz por completo as necessidades do povo caiçara. Embora estejam privilegiados pelas belezas naturais e pela tranquilidade, a falta do acesso aos bens já citados pesa nas escolhas futuras.

Outro elemento que nos chamou a atenção no desenho é a presença da cerca separando a escola da Vila de Pescadores. O fato da professora e seus alunos estarem fora da sala de aula representaria a necessidade e a busca por incluir os saberes sociais dos caiçaras no currículo escolar, no entanto, ainda há uma barreira entre os saberes da escola e os saberes dos caiçaras. Essa imagem, decerto, nos convida a refletir que por mais que a professora busque incluir os saberes caiçaras em seu fazer pedagógico, há ainda uma cerca simbólica que segrega o cotidiano da escola do cotidiano da Vila de Pescadores e todos os seus saberes.

Figura 04 - Desenho da professora Bromélia



A Figura 4 foi construída pela professora Bromélia, nela encontramos a escola, a vegetação nativa, algumas casas, uma cruz sobre uma das construções, podendo se referir a uma igreja, algumas pessoas sem rostos, quem sabe, ela mesma e seus alunos caiçaras,



valendo-nos das diferentes estaturas e a presença de embarcações como a canoa caiçara e um barco de maior porte, aproximando, pela forma, de um barco traineira.

Ao desenhar a escola, a professora fez, conhecendo o prédio escolar, as portas voltadas para o mar e, acima delas, as janelas. No entanto, como observamos durante nosso tempo na escola, as portas ficam voltadas para um pátio no interior, ficando as janelas posicionadas de frente para o mar. Ao que parece, mudar a posição das portas, significaria representar que a escola, ou mesmo ela, estaria aberta para um possível diálogo com a comunidade caiçara e todo seu repertório cultural, como nas próprias palavras dela: “essa escola aqui, a comunidade tem as portas abertas, todos os projetos que eu vejo aqui na escola, a comunidade tá inserida.”

Quando nos voltamos para a presença das árvores, trazendo para o desenho a abundância da vegetação nativa e as casas diferenciadas pelas cores das portas e janelas, ousamos dizer que, supostamente, ela representou a diversidade de seus alunos quanto os seus locais de moradia. Durante a entrevista, a docente nos contou que, entre seus alunos, nem todos são moradores da Vila de Pescadores. Uma parte deles moraria no “sertão”, como é chamado o território fora da beira da praia e que já nos referimos nesse artigo.

Mesmo sendo uma escola pequena, eu acho que aqui tem em torno de 90 alunos, manhã e tarde, tenho vinte alunos na minha sala e a gente vê realidades diferentes. Tem alunos que moram no sertão da Cabeçuda, eu ainda não tive a oportunidade de conhecer, mas quero muito. Eles têm uma vida diferente dos alunos que estudam também nessa escola, na mesma sala e que vivem aqui na comunidade, aqui na Vila e são vivências particulares, diferentes modos de vida, leitura de mundo diferente e isso me encanta muito, muito.

Aparentemente, tenha sido esse o motivo pelo qual as árvores estão em diferentes posições, como acima da escola, nos mostrando a amplitude do lugar e que nem todos vivem à beira-mar ou são pescadores. Ao desenhar as portas coloridas, ao que parece, a professora nos remete a diversidade de costumes presentes entre este grupo social. Arriscamos ainda supor que a ausência de rostos e traços simples para compor os corpos, dos que considerarmos ser ela e seus alunos, seja para não impor uma única representação dos seus alunos, deixando que suas “vivências” as identifique enquanto sujeitos.

Ainda no mesmo desenho, encontramos a presença das canoas caiçaras. A canoa



caiçara foi um dos principais meios de transporte e de sobrevivência do pescador, já que, estando à beira-mar e sem estradas, a canoa permitia a locomoção entre as praias vizinhas e o centro da cidade, tal como possibilitar a pesca



além da praia. Na narrativa da professora Bromélia sobre a identidade caiçara, ela buscou em sua memória afetiva, uma maneira de se expressar.

Caiçara é quem vive perto do mar, é pesca, é quem aprecia, cultiva a sua a cultura que é passada de pai para filho, é também quem trabalha na roça, que planta, que consome. É o que gosta do mar e que vive, nasceu ali, próximo ao mar, e que cultiva tudo isso. Meu avô é pescador.

As representações sociais também se valem do afeto para tomarem forma¹⁶. No caso da professora, ao lembrar do caiçara, ela ancora esse sujeito em seu avó e, conseqüentemente, nas histórias ouvidas dele. Por isso, possivelmente, ela tenha dito na entrevista que a cultura caiçara é passada de pai para filho, além, é claro, de conhecer que a oralidade foi e é a principal ferramenta de transmissão dos saberes caiçaras. Sendo assim, a canoa, presente na narrativa e no desenho, realçaria, mesmo que de maneira subjetiva, sua ligação com o caiçara.

Esse tipo de canoa é construída a partir de um único tronco de árvore, sendo de maior uso para feitiço, a madeira do guapuruvu, seguida pelas madeiras da ingá, cedro ou timbuíba, chegando a medir mais de quatro metros e pintura colorida, algumas até com nomes grafados na lateral. Há um grande valor simbólico e identitário para as famílias dos pescadores, além de um respeito pelo seu construtor que é chamado de Mestre. A canoa caiçara encanta aos turistas com sua forma, tamanho e cores vibrantes, visto que é comum encontrá-las em vários tamanhos menores como artesanato para venda aos turistas. O mestre canoeiro conhece todo o processo de feitiço, desde a escolha da melhor madeira, as técnicas de derrubada da árvore, cortes e medidas e seu valor estético nas escolhas das cores que serão usadas na pintura da canoa. As embarcações ao receberem nomes, por vezes, homenageiam o mestre canoeiro, ou o dono da canoa, ou um membro de sua família. Ao batizar sua canoa, ela assume um papel importante dentro do núcleo familiar caiçara. Historicamente, esse tipo embarcação artesanal imperou entre os pescadores da região litorânea onde se localiza a Vila, lócus dessa pesquisa, até meados de 1945, quando começaram a chegar às comunidades praieiras os primeiros motores para barcos. Assim se iniciou o processo de comercialização dos pescados, já que, no mesmo ano foi construído o mercado de peixes no município e, em 1948, a construção da rodovia estadual ligando as comunidades isoladas à capital do Estado. Os peixes que antes eram salgados para serem vendidos, e ainda podem ser encontrados em algumas casas de

¹⁶ SPINK, Mary Jane P.. **O conceito de representação social na abordagem psicossocial.** *Cad. Saúde Pública* [online]. 1993, vol.9, n.3, pp.300-308. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300017>.



caïçaras, era a única forma de conservar a pesca, passava a ter um local para conserva refrigerada, venda e distribuição do excedente. Mesmo nos dias atuais, a canoa caïçara ainda é usada para a pesca artesanal, para se locomover entre as praias vizinhas ou para dar acesso ao barco ancorado mais distante da praia. Durante nossas observações, caminhando na orla da praia, nos deparamos com os ranchos construídos na areia e, embaixo dele, claro, as redes e canoas caïçaras que guardam não só os apetrechos da pesca, como grande parte das histórias dos caïçaras. É comum encontrar os nativos embaixo dos ranchos conversando e se escondendo do sol ou da chuva.

Figura 05 - Rancho Caiçara



Fonte: autoria própria

Anualmente, a Vila realiza uma festa tradicional caïçara e, entre as atrações, a corrida de canoa é uma das atividades mais esperadas pelos nativos e turistas. Na Vila de Pescadores de Picinguaba, acompanhamos a festa e a corrida de canoas, todos e todas puderam competir, cada um, em uma modalidade: homens, mulheres e crianças. Logo pela manhã, toda a comunidade e turistas se reúnem na beira da praia, as canoas enfileiradas para a competição e, nesse encontro, pode-se ouvir um pouco das histórias de pescadores sobre suas embarcações. As crianças, atentas, olham para o mar, pegam os remos, empurram a canoa para a água e, ansiosos, aguardam o início da corrida. Há marcações com boias no mar para o trajeto que será percorrido pelos caïçaras. Esta prática tem sido recorrente nas cidades litorâneas da região, de tal forma, que a prática já está no calendário das atividades oficiais dos municípios do litoral norte de São Paulo, com isso, preserva-se um pouco da memória e costumes dos nativos, bem como sua expressão de patrimônio cultural material e imaterial dessa população.



Figura 06 – Corrida de canoa caiçara



Fonte: autoria própria

Em 2012, uma associação de pescadores registrou no IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) o pedido intitulado “Processos e Práticas Culturais Referentes à Canoa Caiçara” que visa reconhecer o feitio da canoa caiçara como patrimônio tombado de sua cultura. O processo está em andamento e pode ser consultado no site do IPHAN.

Voltando ao desenho da professora Bromélia, ressaltamos também que as árvores atraíram nossos olhares, uma vez que, assim como as canoas, são coloridas. Vale salientar que a Vila de Pescadores de Picinguaba está localizada no Parque Estadual da Serra do Mar, a vegetação nativa é encontrada por toda a extensão da comunidade caiçara. No entanto, o fato dessa comunidade estar em uma Unidade de Conservação (UC) tem gerado muitas críticas por diversos pesquisadores e organizações caiçaras. A proteção integral defendida pelas UC entra em conflito direto com os costumes e práticas das comunidades tradicionais. A derrubada da árvore para fazer a canoa, a retirada do palmito juçara para consumo ou a criação de roças para a agricultura familiar têm motivado tensões entre o Estado e o caiçara. De um lado os chamados territórios sobrepostos (comunidades tradicionais) que por toda sua existência fez uso da terra e dos recursos naturais de forma sustentável e de outro as Unidades de Conservação (área de proteção estadual) que alegam proteger a biodiversidade, desde que não exista o homem nesses territórios. A professora, ao trazer no seu desenho a vegetação, poderia estar apresentando para nós, que é possível existir o equilíbrio entre o caiçara, seus saberes, costumes e tradições e a preservação sustentável do território que ocupam. E é nas narrativas das professoras que ouvimos traços que comprovariam a possibilidade real de estabelecer laços entre o homem e a natureza: “eles aprendem né, a pesca, aprendem a fazer a rede, aprendem milhares de



coisas sobre a natureza, sobre o mar, que eles aprendem em casa, com os pais, com família.”¹⁷.

Como visto, para as entrevistadas, o repertório de saberes tradicionais está intimamente relacionado ao uso consciente dos recursos naturais e as atividades pesqueiras. A observação e a experimentação foram as habilidades desenvolvidas pelas populações tradicionais e que compõem o acúmulo de saberes desses povos sobre o meio que ocupam¹⁸. Esse conjunto de saber-fazer, transmitido oralmente entre os habitantes nativos, permanece presente até hoje na Vila de Pescadores. Por isso, não há como as professoras representarem seu aluno caiçara sem evidenciar a importância dos modos de vida, costumes e saberes, “...tem fases do ano que ele é pescador e outra que ele não pode ser porque tem que respeitar a questão do defeso, agora pode pescar e agora não pode pescar e aí a gente vê muitos pescadores na beira da praia, às vezes, costurando a rede.”¹⁹.

Relatos como esse vem de encontro à etno-biodiversidade²⁰ onde os humanos e a natureza convivem de forma harmoniosa, respeitando seus tempos e espaços em prol do bem comum da comunidade tradicional caiçara.

Assim, a presença das canoas e da vegetação no desenho da professora Bromélia reflete a inter-relação homem-ambiente, seu valor de uso material e seu valor simbólico na preservação do povo caiçara, de sua identidade e do seu território de pertença.

...a criança que mora no centro, mesmo estando nessa idade as daqui são mais puras, são mais, eu acho, que são mais ingênuas. Por exemplo, uma criança esses dias chegou triste, eu fui perguntar por que que tu tá triste: “ah, pro, é que o gavião comeu meu pintinho.” Então achei isso de uma riqueza tão grande que você não vê numa criança que mora no centro, né.

Martins denuncia que o capital é um dos responsáveis pelo desenraizamento dos sujeitos, posto que, em uma sociedade capitalista, tudo precisa estar subordinado ao mercado. Essa lógica capitalista forçaria as populações tradicionais – no caso do texto do autor citado, os camponeses da Europa, porém cabe perfeitamente aos nossos caiçaras – a abandonarem seu modo de vida simples de subsistência em troca de trabalho assalariado

¹⁷ Professora Jussara.

¹⁸ DIEGUES, Antônio C. (Org.); ARRUDA, Rinaldo S. V.; SILVA, Viviane C. F.; FIGOLS, Francisca A. B.; ANDRADE, Daniela. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.

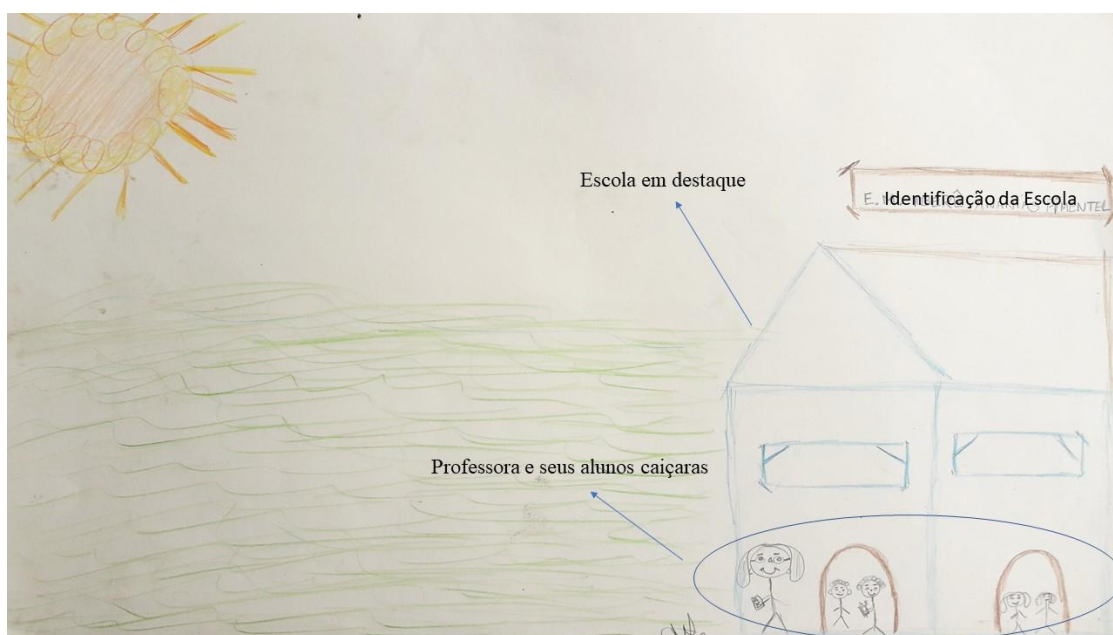
¹⁹ Professora Açucena.

²⁰ DIEGUES, Antônio C. (Org.); ARRUDA, Rinaldo S. V.; SILVA, Viviane C. F.; FIGOLS, Francisca A. B.; ANDRADE, Daniela. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.

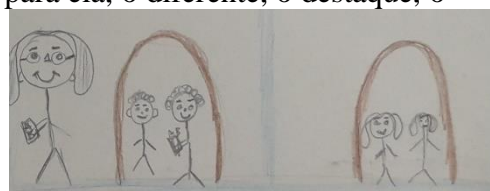


à serviço do capital. Percebemos assim, o risco de pensar as comunidades tradicionais como potenciais ameaçadores do mercado e devem, por isso, serem desprovidos de características singulares e de subsistência, moldando-se ao ideal pré-determinado por uma sociedade capitalista excludente que visa incluir o diferente nos padrões previamente estabelecidos. Essa preocupação é encontrada na fala da professora Bromélia ao representar seu aluno caiçara: “eu acho que ele tem que aprender a dizer não e aprender a gostar e valorizar o que ele é e quem ele é. Para eles quem mora na cidade grande é interessante, é melhor, tem a vida é mais fácil, ganha mais dinheiro.”

Figura 07 – Desenho da professora Orquídea



Nossa próxima análise diz respeito ao desenho da professora Orquídea. É importante ressaltar que a professora Orquídea é a única entre as entrevistadas que é moradora da Vila de Pescadores, por isso, porventura, a ausência de elementos ligados à vegetação, praia, canoas e barcos, como nos desenhos anteriores, visto que, para ela, possa ser algo muito comum para ser tratado. Pode ser que, para ela, o diferente, o destaque, o que deva ser evidenciado na comunidade caiçara seja a escola. Tanto no desenho, como na entrevista, ela representa a escola e o papel social para a comunidade, já que distante do centro urbano, a presença da escola na Vila de Pescadores garante o direito à escola previsto em lei para as crianças moradoras da Vila e nos arredores. Destacamos aqui os sorrisos nos rostos



tanto da professora como de seus alunos, possivelmente seja um sinal de satisfação pela presença do espaço escolar na comunidade. Atentamos também que de todos os desenhos feitos pelas docentes, esse é o único em que os alunos e alunas estão dentro da escola, pela presença do arco, representando a porta da sala de aula. Em sua entrevista, a docente insistiu em ponderar sobre as vantagens que a escolarização trouxe e traz às crianças caiçaras. Para ela, seus alunos caiçaras precisam “aprender o que está inserido no meio, conviver e aprender também outras coisas fora do meio dele, porque vai agregando outros saberes.”. Sobre isso, Jovchelovitch²¹ nos ensina que os saberes comuns estão incorporados nas ações entre os sujeitos pertencentes a mesma comunidade, “como algo já dado, como um conjunto de sentidos e recursos já ali existente.”

Assim, a escola seria, no entendimento da professora, um espaço privilegiado para a aquisição de novos saberes não aprendidos à beira-mar, na convivência com seus familiares e amigos. Os saberes edificados na comunidade tradicional caiçara, preenchidos de significados e representações, estabelecem os limites das relações sociais no interior da comunidade e, portanto, a presença da escola na comunidade caiçara levaria, para esse grupo social, novos saberes, dessa vez descritos em seu currículo oficial e no fazer profissional das professoras. Este diálogo entre os saberes do fazer caiçara com os saberes da escola, convivendo no mesmo espaço, reafirma que não há, como ressalta Paulo Freire “saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes”²², e é na diferença entre o que se aprende na praia e o que se aprende na escola que pontes simbólicas são construídas entre o que acontece dentro e fora da comunidade, tornando a escola um ambiente de reflexão e de (re)produção de novos saberes e representações. O acesso dos alunos caiçaras as mais variadas fontes de conhecimento oportunizam que, dotados destes saberes, possam participar ativamente dos conflitos que enfrentam com a presença da Unidade de Conservação (U.C.) em seu território, na medida em que a U.C inibe algumas práticas tradicionais de subsistência desse grupo. Nas observações e conversas com moradores locais e representantes de associações como a dos pescadores, a ocupação do território pelos caiçaras se dá por uma fiscalização excessiva por parte da Unidade de Conservação, levando algumas famílias caiçaras a abandonarem suas casas e seu território de pertença se mudando para o centro urbano, como pode ser visto no texto de Mauro

²¹ JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Trad. Pedrinho Guareshi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

²² FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.^a edição.



Barbosa de Almeida e Roberto Sanches Rezende, do Departamento de Antropologia da UNICAMP.

Como tratamos aqui, as agressões sofridas pelas comunidades tradicionais caiçaras pelas Unidades de Conservação exigem cada vez mais que os caiçaras se apoderem dos seus modos de vida, sua cultura e saberes, como também estejam aptos a defender seus direitos, sendo o acesso às mais diferentes aprendizagens e conhecimentos uma das ferramentas que o instrumentaliza para o exercício da cidadania²³ e, assim, garanta seu território e tudo o que ele representa.

Figura 08 – Desenho da Professora Helicônia



Prosseguindo, deparamo-nos com o desenho da professora Helicônia. Entre todas as ilustrações, essa apresenta um maior número de elementos que a constitui. A professora apresenta uma série de objetos diversos, como livro, lápis, computador, avião, barco, peixes, televisão, esteira de taboa, vassoura de cipó formando um círculo em torno de si mesma e seus alunos caiçaras, que por sua vez, formam outro círculo em torno do globo terrestre e no centro a escola e a Vila de Pescadores. Durante a entrevista, a docente se apresenta preocupada com o possível abandono da cultura caiçara pela, como ela se referiu, “contaminação do de fora”. Tal preocupação é encontrada nas falas das outras professoras e de alguns moradores nativos da Vila que conhecemos durante nossas observações de campo. Para eles, as fronteiras simbólicas da comunidade caiçara encontram-se ameaçadas pelo avanço desenfreado do turismo que explora não só as

²³ Nóvoa, António. **Professores** - Imagens do futuro Presente. Lisboa: Educa, 2009.



belezas naturais, como descaracteriza as peculiaridades do povo caiçara e pela excessiva fiscalização da Unidade de Conservação. Diegues aponta que por volta de 1980 iniciou um processo de defesa das comunidades tradicionais caiçaras com a formação de associações, organizações não-governamentais e institutos de pesquisa com o objetivo de garantir às populações caiçaras o direito de continuar morando e vivendo nas praias localizadas nas Unidades de Conservação²⁴. Com a proibição de parte das atividades de subsistência dos caiçaras, estes foram forçados a buscar fora da Vila de Pescadores uma fonte de renda. Muitas vezes, lançados à sorte, abandonam as regiões de origem em busca de trabalho nos centros urbanos. Sem experiência e/ou formação, submetem-se a trabalhos braçais e recebem pouco por isso, enfrentando dificuldades que antes não conheciam. Os caiçaras que resistem e permanecem em seu territórios, necessitam conseguir dinheiro para sobreviverem, uma vez que, são impedidos de praticar as atividades que outrora os mantinha. Conseqüentemente, a exploração turística como passeio de barcos para as ilhas próximas se tornou uma atividade rentável e os incluiu precariamente na sociedade de consumo (Martins, 1938). Durante a temporada de verão, observa-se vários barcos ancorados na praia aguardando os turistas para visitarem a Ilha.

Outra preocupação da professora Helicônia seria o papel da escola não só preservação da cultura caiçara, mas como um ambiente propiciador de aprendizagens:

eu acho que ficar só no resgate cultural não vai ser suficiente, então ele tem que ter esse conhecimento acumulado culturalmente, tem que abrir horizontes para outras coisas, não sair do que eles têm, conhecer o que eles têm, valorizar o que eles têm, porque é a nossa alma que tá ali, mas ele tem que ter abertura para outros espaços, não se fechar nisso.

Percebe-se essa crença da professora ao analisar seu desenho. Quando ela afirma mesclar diferentes elementos provenientes de fontes diferentes, ela torna possível a convivência saudável do que há na Vila de Pescadores e o que vem de fora, visto que “o estar junto não é algo que está lá a priori, ou que emerge já pronto na vida social.”²⁵, mas sim construído no interior das relações sociais existentes no contexto. No desenho da docente, identificamos a



²⁴ DIEGUES, Antônio C. (Org.); ARRUDA, Rinaldo S. V.; SILVA, Viviane C. F.; FIGOLS, Francisca A. B.; ANDRADE, Daniela. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000

²⁵ JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Trad. Pedrinho Guareshi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.



presença da vassoura de cipó, a esteira de taboa, a pesca, o barco que são elementos presentes na comunidade caiçara. Na escola da Vila de Pescadores há um projeto chamado “Tecendo Saberes”, onde o artesanato caiçara é ensinado para as crianças pelos caiçaras mais velhos, moradores da Fazenda da Caixa, território quilombola, próximo à Vila de Pescadores de Picinguaba. Esse projeto foi citado em todas as entrevistas e durante a fala da professora Helicônia. A mesma nos contou que “eles fazem artesanato e conversam com os artesãos sobre como era o tipo de vida”, essa relação acontece dentro da escola, durante o período de aulas e com o acompanhamento das professoras. Talvez essa atividade permita que os saberes da comunidade ocupem os espaços das escolas e facilitem o diálogo entre o currículo oficial e os saberes caiçaras.

No desenho também podemos encontrar as figuras do avião, do computador e da televisão, quem sabe, ela quis nos apresentar os recursos tecnológicos que rompem barreiras físicas e simbólicas e que já estão presentes no cotidiano dos alunos caiçaras, conectando os “de dentro”, nativos caiçaras, e os “de fora”. Ela nos falou ainda que sua “mãe é moradora de costeira e nasceu lá”, isso a possibilitou a conhecer “muito da cultura caiçara, como a construção de artesanato, tipo de comida, tipo de vida que eles tinham, bem simples. Só que já é uma modificação, já não é mais aquele do tempo da minha mãe.”.

Possivelmente, por isso os elementos tecnológicos aparecem no desenho. Da mesma forma, o livro e o lápis, presumivelmente, estejam relacionados à escola e seus saberes, assumindo, mesmo que simbolicamente, a posição de vínculo, elo, ligação com a comunidade tradicional, fortalecendo as marcas identitárias dos caiçaras e possibilitando o diálogo com o Outro, seja este outro, quem quer que seja.

Considerações Finais

Pudemos observar que ser aluno caiçara está muito além de estar matriculado em uma escola na praia. As narrativas e os desenhos nos possibilitaram ouvir e ver como as docentes imprimem suas significações no que se refere ao ser caiçara, a comunidade pesqueira, as ações pedagógicas realizadas diariamente na escola, a relação dos saberes do currículo e dos saberes sociais e os seus alunos.

Nesse ambiente, repleto de particularidades relacionadas ao contexto social em que a escola está inserida, as representações sociais encontram um terreno fértil para sua proliferação. Assim, identificamos que para as professoras, o aluno caiçara é um sujeito com atributos que o diferenciam de outros grupos sociais “de fora” da comunidade



pesqueira. O mar, a pesca, o artesanato, a curiosidade, a linguagem são marcas identitárias dos sujeitos caiçaras, como também compõem o repertório de representações das professoras a respeito de seus alunos.

Evidenciamos também que não é uma tarefa fácil desmoronar as fronteiras dos conhecimentos curriculares para ceder lugar aos saberes do fazer do caiçara. As participantes da pesquisa demonstraram que há manifestações favoráveis para mesclar os saberes da escola e os saberes do cotidiano, no entanto ainda encontram dificuldades para sua real efetivação.

Destacamos também que ao analisar os desenhos das professoras, a escola não ocupa o centro dominante das relações entre escola, docência, alunos e comunidade caiçara. Por outro lado, a presença constante dos elementos da realidade caiçara reforça a resistência que os aspectos da vida caiçara ainda preenchem o imaginário das docentes. Assim, deduzimos que as participantes da pesquisa reconhecem que o contexto caiçara precisa encontrar seu lugar no dia-a-dia da escola, possibilitando estabelecer uma relação de interação entre os saberes, onde os conhecimentos coexistam e não sejam excluídos para privilegiar um ou outro.

Por fim, nosso estudo permitiu compreender que na sociedade contemporânea, onde a força do capital direciona as perspectivas de futuro da sociedade, a comunidade caiçara, mesmo com seus enfrentamentos diários para manter sua forma de vida, já detém a maior de todas as riquezas: o viver bem em comunhão com o território que lhes pertence.

Data de submissão: 06/05/2020

Data de aceite: 27/07/2020



Referências Bibliográficas

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 43, n. 1, 2000.

ARRUDA, Angela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 117, p. 127-147, nov. 2002.

DIEGUES, Antônio C. (Org.); ARRUDA, Rinaldo S. V.; SILVA, Viviane C. F.; FIGOLS, Francisca A. B.; ANDRADE, Daniela. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.

DIEGUES, Antônio C. **A Pesca em Ubatuba – estudo sócio econômico**. São Paulo: SUDELPA, 1974.8i3

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.^a edição.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Trad. Pedrinho Guareshi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOSCOVICI, Serge. O fenômeno das representações sociais. In: **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 61-62.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais e investigações em Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

NÓVOA, António. **Professores - Imagens do futuro Presente**. Lisboa: Educa, 2009.

PENN, Gemma. Análise semiótica de imagens paradas. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 319-342.

PENN, Gemma. Semiotic analysis of still images. **Qualitative researching with text, image and sound**, p. 227-245, 2000.

SPINK, Mary Jane P.. **O conceito de representação social na abordagem psicossocial**. *Cad. Saúde Pública* [online]. 1993, vol.9, n.3, pp.300-308. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300017>.



OS DIFERENTES DISCURSOS E DISPUTAS DA/NA FESTA DE 16 DE JULHO NA CIDADE DE BORDA DA MATA, SUL DE MINAS GERAIS



Cleyton Antônio da Costa¹

Resumo

O presente artigo visa refletir acerca da ampliação e reorganização da festa do dia 16 de Julho na cidade de Borda da Mata, sul de Minas, problematizando os diferentes discursos e disputas da/na festa que contém duas partes: uma dedicada à padroeira do município, Nossa Senhora do Carmo; e a outra a sua emancipação política administrativa, isto constitui uma das práticas culturais mais esperadas pelos sujeitos sociais que residem e/ou visitam a cidade. Metodologicamente trabalhamos com as narrativas orais que possibilitam investigar as memórias dos sujeitos sociais que participam das festas em seus diferentes âmbitos, cruzando com outras fontes históricas como textos legislativos, documentos eclesiásticos, imprensa local e obras memorialísticas.

Palavras-chave: Cidade; Festa; Memórias.

Abstract

This article aims to reflect on the expansion and reorganization of the party on the 16th of July in the city of Borda da Mata, south of Minas, problematizing the different speeches and disputes of / at the party, which contains two parts, one dedicated to the patron saint of municipality, Our Lady of Mount Carmel, and the other to its administrative political emancipation, which constitutes one of the most expected cultural practices by the social subjects who reside in or visit the city. Methodologically we work with oral narratives, which make it possible to investigate the memories of social subjects, who participate in the parties in their different spheres, crossing with other historical sources such as legislative texts, ecclesiastical documents, local press and memorial works.

Keywords: City; Party; Memoirs.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí. Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade de São Paulo. E-mail: cleytoncac@yahoo.com.br



Introdução

O presente artigo visa refletir acerca da ampliação e reorganização da festa do dia 16 de Julho na cidade de Borda da Mata, sul de Minas, problematizando os diferentes discursos e disputas da/na festa que contém duas partes: uma dedicada à padroeira do município, Nossa Senhora do Carmo; e a outra a sua emancipação política administrativa que constitui uma das práticas culturais mais esperadas pelos sujeitos sociais que residem e ou visitam a cidade.

Borda da Mata é um município que tem sua economia pautada na agricultura e na indústria têxtil, sendo a produção de pijamas - na atualidade - o grande foco que atribuiu à cidade o título de “Capital Nacional do Pijama”. Como a maioria das cidades do interior do Sul Mineiro, esta apresenta marcante espírito de religiosidade em sua população, sendo a maioria católica.

O sul de Minas é um território permeado por diferentes festejos, como religiosos, turísticos, políticos, gastronômicos e de diferentes práticas. Debruçar acerca de uma festa é possibilitar conhecer de um cenário repleto de valores, gestos e diferentes discursos.

Compreendemos que uma festa não se concretiza em um só ritmo ou padrão, mas de maneiras múltiplas, pois os seus participantes almejam festejar, interagir de acordo com os interesses deles, que podem ser devoção, o lazer, estar entre amigos e/ou família, momento de revigoração diante da rotina desgastante. Por se tratar de dois festejos diferentes, notamos que não há um motivo único para vivenciar esses eventos.

Nesse ínterim, observa-se os diferentes modos de ver e manifestar as festas, em que culturas são elaboradas pelas diferentes formas de se estar nelas. Assim, foi por meio da prática da História Oral que houve a possibilidade de conhecer as diferentes vivências e experiências que são muitas vezes ocultadas pela história oficial:

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... são histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive



que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos².

Através desse método de estudo foi possível analisar as experiências de homens e mulheres em diversos e diferentes setores da sociedade, permitindo um percurso de conhecimento e possibilidades de valorização a grupos sociais até então invisíveis na documentação oficial escrita.

As entrevistas realizadas foram marcadas em locais escolhidos pelos narradores, registradas em um minigravador, num diálogo aberto, sem roteiros de perguntas fixas, possibilitando que, das memórias, vivências, experiências, as perguntas surgissem a partir da história de vida de cada narrador, iniciando o diálogo desde das trajetórias da infância aos dias atuais.

Atentos à questão ética, este que constitui um dos eixos que se articula a prática da História Oral, é relevante mencionar que, junto aos narradores, fora realizado o procedimento de levar a transcrição das falas que foram lidas e, posteriormente, devidamente autorizadas pelos narradores, bem como a assinatura e encaminhamento da carta de cessão e o consentimento informado, expondo a nossa preocupação com a ética em nosso trabalho, pois, assim, estamos respeitando o narrador que se dispôs a conceder tal entrevista, contribuindo com a construção do conhecimento histórico.

Dessa forma, trabalhamos com as memórias desses sujeitos sociais que são construídas socialmente e trazem à tona significados e interpretações variadas:

se consideramos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizado ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumento socialmente criados e compartilhados³.

A memória é uma construção que, ao longo das experiências, significa e/ou ressignifica os acontecimentos passados diante do contexto em que é produzida. Ela se refere a uma pessoa a que relata ou escreve suas percepções, porém esta elaboração se efetiva com a convergência de experiências compartilhadas socialmente. Os sentidos, significados, impressões se somam mediante a interação estabelecida no grupo, sociedade, família, trabalho e em diferentes épocas.

² FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org). **Usos e abusos da História Oral**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

³ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho - Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC, nº 15, Abril de 1997.



Portanto, observamos que o passado vivido se mescla com as experiências recentes proporcionando a elaboração de olhares múltiplos. “Tal como apreender a ampliação do passado é um desafio para o ser humano, ativar a memória também o é, uma vez que a memória, além de incomensurável, é mutante e plena de significados de vida, que - algumas vezes - se confirmam e usualmente se renovam”⁴.

Imersos nessas memórias variadas é possível compreender, refletir as diferentes problematizações que atravessam a festa realizada no dia de 16 de julho, e assim é visível que “a festa traz (ia) a possibilidade outra de viver a cidade [...] tomando posse de seus espaços”⁵. Com efeito, deparamo-nos com a preocupação de compreender este espaço que é a cidade, que se torna palco, anualmente, dos festejos.

Percorrendo esta inquietação em entender o que é a cidade defrontamos com Sennett afirmando que “nesse espaço de concentração populacional, os homens que vivem na cidade não se entenderão, estando, pois contida na narrativa original, uma condenação: a cidade está destinada a ser o centro de conflito”. Compreende-se que o espaço urbano se traduz na busca de interesses pessoais e coletivos e nas mais diferentes instâncias, como a econômica, política, jurisdição, religião, nisto se materializa nele um centro dos conflitos.

Em outras palavras, ela é regida pela convivência compulsória, onde há engendradas negociações, relações que, do mesmo modo, serão tangidas pela tensão, pela luta de poderes que se inscrevem no cenário citadino. Porém, da mesma forma que vemos o espaço urbano como este centro de conflitos, é também evidenciado nele o permear do encontro, da partilha de saberes, experiências e memórias, de forma mais intensa no período festivo.

Com o escopo de compreender o que é festa, diante das leituras deparamos com as considerações de Guarinello:

Festa é um termo vago, derivado do senso comum, que pode ser aplicado a uma gama de situações sociais concretas. Sabemos todos, aparentemente, o que é uma festa, usamos a palavra no nosso dia-a-dia e sentimo-nos capazes de definir se um determinado evento é, ou não, uma festa. Contudo, essa concepção quase intuitiva de festa choca-se, frequentemente, com a

⁴ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral** – memórias, tempo, identidades. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

⁵ PEREZ, Léa Freitas. Antropologia das efervências coletivas. In: PASSOS, Mauro. **A festa na vida: significados e imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002



diversidade de interpretações de um mesmo ato coletivo: o que é festa para uns, pode não ser para outros⁶

Mas também a festa é “uma ruptura da vida diária, um intervalo na ordem estabelecida, vista por vários estudiosos como momento de renovação das forças desgastadas pela rotina de trabalho e respeito às regras”⁷. Nesse sentido, a festa do dia 16 de julho em Borda da Mata possibilita à população um outro tempo. Este regido pela alegria, devoção, sociabilidade, manipulação política, entre outras situações.

É permitido afirmar que a festa possibilita um espaço de encontro e trocas. É o período de uma intensa interação entre a comunidade e com os visitantes das cidades circunvizinhas que procuram as festas em Borda da Mata, isto como opção de lazer e devoção.

O festejar constitui uma ação que perpassa o preparar para a mesma, o arrumar-se, escolher ou comprar a melhor roupa, como também organizar as tarefas de trabalho para poder ir à festa, bem como estar com a família e/ou amigos, além do consumir comidas e bebidas. Tais ações são realizadas somente no tempo/espaço das festas. Assim, tece-se um cenário que está além do que é pautado no dia a dia, é um tempo diferente, aguardado, celebrado.

Mas, temos a consciência de que o fazer a festa não se dá de modos sem razões e/ou interesses. A Igreja Católica e a Prefeitura Municipal fazem usos diferenciados da festa a partir de motivações que, muitas vezes, não são evidenciadas ou conhecidas por aqueles que participam da festa. Eis aqui umas das nossas inquietações a partir de nossa interpretação desse cenário, saber como é o olhar desses expectadores para os festejos de 16 de julho. Logo, quais embates ocorrem nesta festa, simultaneamente, o que acontece?

Na busca de olhar a cidade, que vai além do material, do físico, do concreto, Fenelon nos adverte:

A cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como um lugar da pluralidade e da diferença, e por isto representa e constitui muito mais que o simples espaço da manipulação do poder. E ainda mais importante, é valorizar a memória que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas tanto quanto nos resultados e nas marcas que a história deixou ao longo do tempo em seus monumentos... Ou nos seus

⁶ GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.). **Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa**, vol. II, São Paulo: Hucitec: Ed. da USP: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

⁷ SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil escravista: História da Festa de coroação de rei congo**. Belo Horizonte: Humanitas, 2002.



espaços de convivência ou no que resta de planos e projetos oficiais sempre justificados como o necessário caminho do progresso e da modernidade⁸

Vemos a cidade como o lugar em que os sujeitos sociais dinamizam o seu viver, buscamos entender a cidade não apenas como algo estrito ao físico, ao bruto, ao concreto, ao asfalto, prédios, ruas, casas. Mas sim, a interação dos sujeitos com estes espaços que, por conseguinte, resulta nas marcas ao longo da história.

A cidade é constituída como espaço vivido de diferentes maneiras, por diferentes sujeitos, muitas vezes de forma conflituosa. Neste espaço de vivências, valores, sentimentos, tensões, conflitos são manifestados e reafirmadas as lembranças e esquecimentos. Isto é observado pelo fato de a atuação dos grupos hegemônicos que trabalham na organização e manutenção da cidade apresentarem uma dinâmica do lembrar/esquecer, materializada nos espaços urbanos em prol de um discurso pautado no ideário de progresso.

Diante da realização da festa, anualmente, compreendemos a formulação de diferentes dizeres que são engendrados pelo poder público local, como a igreja, o comércio, pelos visitantes. Assim, deparamos não com um único discurso, mas sim com diferentes versões.

Uma nova data: outras memórias

A cidade de Borda da Mata tem seus primórdios em uma parada de tropeiros, que se dirigiam ao arraial de São Francisco de Paula de Ouro Fino, atualmente Ouro Fino, entre o Registro do Mandú, hoje Pouso Alegre, em meados do século XIX. A devoção à Nossa Senhora do Carmo, celebrada no dia 16 de julho, fora trazida por um religioso neste mesmo período. Com o passar do tempo, Borda da Mata se torna distrito da cidade de Pouso Alegre, pela Lei Provincial nº 128, de 14 de março de 1839.

Por sua vez, em 8 de junho de 1858 é elevada à Freguesia. Tendo a presença de um sacerdote para os exercícios dos atos religiosos para fortalecer a devoção e manter os adeptos juntos a uma orientação eclesiástica. E em sete de setembro de 1923 foi sancionada a Lei nº 843 para a criação do município e sua instalação em 16 de novembro de 1924⁹.

Diante deste percurso histórico, a data da emancipação do município se estabeleceu no dia de sua instalação, que é 16 de novembro de 1924. Mediante tal

⁸ FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **Cidades**. São Paulo: Olho D'Água, 1999.

⁹ GUIMARÃES, José. Borda da Mata: Notas para a sua história. Pouso Alegre: Tipografia da Escola Profissional, 1958.



contexto no ano de 1989 houve a iniciativa da Câmara Municipal de mudar a data do aniversário da cidade para o mesmo dia da padroeira.

Esta comemoração partiu do seguinte, na lei orgânica. O Ditinho e o Carlos Narcy colocaram na cabeça dos vereadores, que o padre não ia ajudar mais fazer festa no dia dezesseis de julho. E que o povo já estava acostumado com cantor, com isso, com a festinha, né? Então, porque não punha na lei orgânica, assim: “em vez da Borda ser emancipada em sete de setembro, a emancipação de Borda da Mata se deu no dia dezesseis de julho de mil novecentos e vinte e três ou vinte quatro”. [A festa] era da igreja, porque dia dezesseis de julho é dia de Nossa Senhora do Carmo, é padroeira daqui. Agora, emancipação política foi setembro. Não tem que vem. Eles puseram a fazer a festa, compreendeu? Pra não ficar sem festa (risos). Não ficar sem festa.¹⁰

Partindo da decisão do padre José Eugênio de que não promoveria mais a atração musical, dois vereadores, mencionados por Bertolaccini, decidem se organizarem com o interesse de adquirirem apoio para a transferência da data do aniversário da cidade para o dia da padroeira, em 16 de julho. Essa transferência permitia a institucionalização do festejo em comemoração ao aniversário da emancipação política-administrativa do município, concomitantemente com o religioso, ou seja, o espaço que foi negligenciado pela Igreja Católica, os shows, a que a população “estava acostumada”, passaria a ser de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Deste modo, é instaurada a organização de um projeto referente à data da emancipação daquele lugar. Ao buscar os memorialistas que trabalharam com a história da cidade de Borda da Mata, encontramos a descrição da criação do município.

O memorialista José Guimarães se refere ao desejo da população do distrito de Borda da Mata pela sua definitiva autonomia, pois ela era subordinada a cidade de Pouso Alegre. Com isso, junto às autoridades cabíveis do governo estadual mineiro é sancionado o projeto Lei Estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, que passa Borda da Mata ser vila e de sede do município.

E no ano de 1924, “pelo Decreto nº 6.673, de 6 de setembro de 1924, são marcadas as datas para as primeiras eleições municipais e para a instalação do novo município, em 12 de outubro e 16 de novembro do mesmo ano”¹¹.

De acordo com estas informações, a data de instalação do município de Borda da Mata é 16 de novembro, mas com o intuito de promover e manter uma dinâmica

¹⁰ Senhor João Bertolaccini. Em Borda da Mata, 24 de maio de 2011. Entrevista concedida a Cleyton Antônio da Costa.

¹¹ GUIMARÃES, José. **Borda da Mata**: Notas para a sua história. Pouso Alegre: Tipografia da Escola Profissional, 1958.



festiva junto à festa da padroeira, Nossa Senhora do Carmo, promovida pela Igreja Católica.

João Bertolaccini afirma - em sua fala - que a emancipação do lugar se deu em sete de setembro, pois ele se apoiou no decreto que promove Borda da Mata de distrito a sede de município. Outro ponto indicado foi de que a “festa era da igreja”, remonta desde meados do século XIX quando se iniciou o arraial ao redor do oratório dedicado à Nossa Senhora do Carmo.

A mudança da data do aniversário do município consiste em ações pautadas em interesses diversos, como manter uma atração “já acostumado pelo povo” e legitimar outro evento festivo, junto a festa da padroeira, ligado à Prefeitura Municipal. Nisto notamos a Câmara Municipal em sintonia com a administração política do município.

Lembramo-nos da reflexão de Fenelon ao abordar que:

Como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais, campo de luta política, de verdades que se batem, no qual os esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos, produtores de diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais. A memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis de dominação e legitimação do poder. Reconhecemos que tem sido sempre o poder estabelecido que definiu, ao longo do tempo histórico, quais memórias e quais história deveria ser consideradas para que fosse possível estabelecer uma “certa” memória capaz de cunhar uma História “certa”¹².

Deslocar a data da emancipação do município estruturou um jogo político. Frente à festiva religiosa. Nisso, foi elaborada uma articulação que desse legitimidade à iniciativa do governo municipal de realizar uma festa. A partir da formulação da Lei Orgânica, o 16 de julho como a data de aniversário de cidade institui-se outra temporalidade para lembrar e comemorar a criação do município, construindo uma nova história dele e dando início à constituição de outra memória.

O projeto nº 17/89 apresentado à Câmara dos Vereadores de Borda da Mata, com o título “Dispõe sobre a comemoração do dia da cidade”, registra que:

Borda da Mata, maio de 1.989
Ilmo. Sr.
Benedito Carlos de Faria
D.D. Presidente da Câmara Municipal
BORDA DA MATA M.G.

Prezado Senhor –

¹² FENELON, Déa Ribeiro. Memórias profissionais. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 47, p. 127-134, jun. 2008.



Nós, os Vereadores infra assinados, apresentamos à essa egrégia casa o seguinte projeto [sic] de lei:-

Artigo 1º) – As comemorações da Instalação do Município de Borda da Mata, que se refere o decreto estadual nº 6.673, de 06 de setembro de 1924, será comemorado em nova data, isto é, 16 de JULHO.

Artigo 2º) – As comemorações que se refere o artigo anterior, serão feitas respeitando as comemorações e horários dos festejos e cerimônias [sic] religiosas da Festa da Padroeira Nossa Senhora do Carmo.

Artigo 3º) – Fica o poder executivo autorizado a difundir entre os munícipes, esta nova data de comemoração da Emancipação do Município de Borda da Mata, através [sic] da imprensa falada e escrita.

§ 1º) Os recursos financeiros para cobrir a divulgação do artigo anterior, deverão ser das dotações orçamentárias do esporte, cultura, lazer e turismo.

Artigo 4º) – Revoga-se as disposições em contrário, sala das sessões da Câmara Municipal de Borda da Mata, em maio de 1989.¹³

O projeto apresenta, primeiramente, a mudança da data para comemorar a Instalação do Município. Aqui é exposto o resultado de um embate entre questões históricas com os interesses políticos. Como é observado no artigo 1º, é anulado o decreto estadual nº 6.673, de seis de setembro de 1924.

A data de seis de setembro de 1924, segundo memorialistas, se refere à criação do município por meio do decreto citado e não a sua definitiva instalação. Mas aqui compreendemos a intencionalidade em ocultar todo um contexto histórico do município em favor de uma festa cívica, ou seja, ofuscar tal data levando à rejeição de todo trabalho, luta e dedicação travados pelos políticos e munícipes, nos meados da década de 20, na instalação do município de Borda da Mata.

Da mesma forma, percebemos o movimento no significado da festa, que de um panorama ligado à Igreja, se desdobra em outro festejo com outro sentido. Assim, se agrupam duas comemorações em um mesmo dia.

Este processo não se deu de maneira harmoniosa, um embate se apossou do momento, conforme observamos na fala da senhora Terezinha Pires, que era Presidente da Câmara Municipal à época.

Então foi, foi eu acho que foi, assim, uma escorregada, dividi a data da cidade com a festa de Nossa Senhora do Carmo, ajuntaram. [...] o projeto foi pra Câmara Municipal que deixasse numa só. Eu fui contra, eu fui contra, lutei para que não desmembrasse. [...] Mas infelizmente perdi, porque eu achava que a Borda da Mata, a prefeitura tem muita condição de fazer essa festa maravilhosa que eles fazem não misturando com a festa religiosa que era a coisa mais linda que nós tinha dentro de Borda da Mata. [...] Não conciliam. Eu vou falar uma coisa aqui, deve até... deve até o povo de Borda

¹³ CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA. Projeto nº 17/89 “Dispõe sobre a data da comemoração da cidade”. Localizado na pasta “1989” do Acervo da Câmara Municipal de Vereadores de Borda da Mata – MG.



deve até lembrá. Enquanto saía a procissão de Nossa Senhora do Carmo, na fonte luminosa estava tendo um desfile de biquíni.¹⁴

Mesmo votando a favor da mudança da data, quando era vereadora, Terezinha Pires define que a ampliação da festa como “uma escorregada”, ou seja, uma manobra política, melhor dizendo, a falsificação de uma data.

A inserção de uma comemoração cívica ao dia religioso traz um novo significado ao 16 de julho para a população de Borda da Mata, pois não ocorre a exclusividade ao aspecto religioso, e sim a configuração de outra celebração que remete à data do aniversário da cidade.

A narradora descreve sua contrariedade frente ao projeto que solicita a mudança da data do aniversário da cidade. Afirma que poderia ter duas festas em datas diferentes: a religiosa, conforme costume; e a do aniversário na data correspondente a sua instalação, isto pelo fato de que a prefeitura tinha dinheiro para custear o festejo. Ai está sua convicção contrária a mudança. O quesito financeiro não impediria a execução de outra festa em data diferente, visto que a festa religiosa é totalmente bancada pelos trabalhos dos festeiros.

A narrativa delineia que “a festa religiosa que era a coisa mais linda que nós tinha dentro de Borda da Mata”. A configuração exclusivamente religiosa da festa marca o olhar de Terezinha, como aquilo que foi antes, com o que é atualmente. Atribui-se a festa organizada pela Igreja a expressão “linda”, algo que atrai a atenção. Porém, não permanece como antes. A introdução de uma nova dimensão na festa traz novos valores para o evento.

Ela relembra a festa em um dado momento quando na programação da prefeitura foi incluído um desfile de biquíni na Praça Antônio Megale, simultaneamente a procissão. A fala dela aponta-nos a entender para o descompasso nos objetivos e na concepção entre as duas comemorações.

16 de Julho: dia festivo com duas partes divergentes

A divergência é estabelecida entre as duas partes do festejo. Uma de caráter eclesiástico, a outra cívico. Os territórios festivos são limitados e respeitados. Com a inclusão de uma nova parte no festejo, ao dia 16, as práticas deste deveriam respeitar a

¹⁴ Senhora Terezinha Pires Ribeiro. Em Borda da Mata, 23 de janeiro de 2014. Entrevista concedida a Cleyton Antônio da Costa.



dinâmica já estabelecida aos longos dos anos em Borda da Mata. Logo, observamos que não ocorre uma “mistura”, ou seja, entrelaçamentos entre as práticas, visto que as mesmas têm sentidos diferentes. Com isto, o festejar da igreja é tido como referência pelo fato de respeitar suas “comemorações e horários.

Trazemos para este diálogo, dessa maneira, a interlocução do Padre Luis Carlos Osti, então vigário da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo que descreve as relações firmadas entre a Igreja e a Prefeitura Municipal, à época.

[...] com o passar do tempo tinha a festa da prefeitura, né? Da emancipação política, que eu não sei especificar se é outubro ou novembro, é uma data, com esta festa ocorria numa data, não no dezesseis, num acordo que eu entendi numas conversas que a gente ouve na cidade, o prefeito da época, o Xikito, em acordo com o monsenhor resolveram unificar a festa, tanto a festa da emancipação política, que ocorria no segundo semestre com a festa de Nossa Senhora do Carmo. Então, a prefeitura assumia o ônus dos shows, fogos e tudo mais e a igreja ficaria com a parte da... da... eclesiástica¹⁵.

A partir dessa exposição, percebemos que a fala dele remete à data da festa cívica, não tendo clareza desta, pois como vigário paroquial passou a residir em Borda da Mata no ano de 2012 e definir a união das comemorações no mesmo dia em um acordo. Porém, esta visão foi dada “numas conversas que a gente ouve na cidade”. Nesse ínterim, recorre aos diálogos informais estabelecidos com algumas pessoas da cidade de Borda da Mata, as quais não quis mencionar, ou seja, sua compreensão é determinada por diferentes memórias que foram compartilhadas e possibilitaram o entendimento dos meandros da constituição festiva para o dia 16 de julho.

Quanto ao acordo, este foi feito entre o prefeito municipal, Francisco Melo, e o pároco emérito Monsenhor Pedro Cintra, com intuito de “unificar” as duas festas e delimitar as respectivas atividades, em que negociar as práticas para as duas festas exigia estabelecer os devidos espaços. Uma religiosa, com gestos e ações ditadas pelas invocações e orações. A outra, cívica, voltada às atrações musicais, barracas de bebidas, comidas e variados produtos e brinquedos chamados de “parquinho”.

Como afirma Hobsbawm a respeito de cenários como esses, “as novas tradições podiam ser prontamente enxertadas nas velhas; outras vezes, podiam ser inventadas com

¹⁵ Padre Luis Carlos Osti. Em Borda da Mata, 15 de janeiro de 2014. Entrevista concedida a Cleyton Antônio da Costa.



empréstimos fornecidos pelos depósitos bem supridos do ritual, simbolismo e princípios morais oficiais”¹⁶.

O 16 de julho configurado como dia festivo acolhe mais um elemento significativo que produz um complexo binário, que se contrapõe entre o sagrado e o profano. Forma-se em Borda da Mata a combinação de práticas divergentes que favorecem diferentes experiências, ligadas à religiosidade, ao lazer, à quebra do cotidiano.

É enxertada ao dia 16 de julho, o qual se mantinha como exclusivamente voltado à padroeira da cidade, Nossa Senhora do Carmo, e à comemoração da cidade. Em suma, incorporar outra comemoração resulta em outro modo de vivenciar a data, que já era significado como festiva.

Outro ponto alegado pelo sacerdote é o “ônus” assumido pela prefeitura municipal. O prestígio que antes era atribuído à Igreja Católica, a partir daquele momento, recai ao poder público local. Duas instituições passam a compartilhar a festa de 16 de julho com suas práticas. Elas divergem e se complementam, configurando uma festa só.

Voltando ao projeto no artigo 3º, aquele que trata da mudança, temos o seguinte: “Fica o poder executivo autorizando a difundir entre os munícipes, esta nova data de comemoração da Imancipação [sic] do Município de Borda da Mata, através [sic] da imprensa falada e escrita”.

Diante deste imperativo, a prefeitura municipal é incumbida de divulgar a nova data, a nova memória que possibilita o festejo cívico no dia 16 de julho. Nisto, a mudança da data da comemoração do aniversário do município propicia a reconstrução de uma nova história oficial a cidade. Emerge a revitalização à memória bordamatense, consistindo em outra forma de ver e significar o dia 16 de julho.

No projeto de lei nº 17/89 é apresentada também a justificativa para a alteração da data de comemoração da cidade, que: “Amparado pelo artigo 30, Item II da Constituição [sic] de nosso município, 16 de novembro, sempre se tornou impossível de se comemorar, por ser imediatamente a um feriado federal, (proclamação da República), inviabilizando por se comemorar dois feriados consecutivos”.¹⁷

¹⁶ HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 6ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

¹⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA. Projeto nº 17/89 “Dispõe sobre a data da comemoração da cidade”. Localizado na pasta “1989” do Acervo da Câmara Municipal de Vereadores de Borda da Mata – MG.



A justificativa do projeto contradiz o artigo 1º do projeto de lei, o que refere à data da emancipação do município de Borda da Mata. Conforme já foi citado anteriormente, em 6 de setembro de 1924, é instalado o município. Observa-se um confronto entre as datas que indicam a emancipação do município.

Ao apontar 16 de novembro como data da emancipação, a história oficial nacional pesa de forma considerável, pois traz para si maior significação, assim engendrando certo ocultamento para com a história municipal, da mesma forma, a impossibilidade de dois feriados seguidos na cidade de Borda da Mata.

Outra questão recai sobre a tradição da festa religiosa.

Considerando principalmente o alto espírito religiosa de nosso povo, que já se consagrou através [sic] dos tempos à nossa Padroeira Nossa Senhora do Carmo, pela sua festa tradicional em nosso município.
Considerando ainda, a vontade da maioria de nosso [sic] população, que pede a coincidência [sic] de datas, tendo em vista o tradicionalismo da festa de Nossa Senhora do Carmo, onde seus filhos auzentes [sic], reportão a nossa terra para comemorar e rever os seus familiares, em tempo de férias.¹⁸

O deslocamento da data da comemoração da cidade unido ao dia de sua Padroeira representa o entrelaçamento de duas comemorações em um só dia. Acumula-se mais um sentido ao dia 16 de julho, porém com caráter cívico. Assim, outra instância se apodera desta conotação festiva. Logo, agregar um espaço festivo para a prefeitura municipal consolida, desta maneira, a fixação de uma comemoração que não esteja totalmente vinculada à Igreja Católica, mas possibilite o uso de uma dinâmica que evidencie as ações do poder público local quanto seu prestígio dentro do município.

O termo “tradicionalismo” evoca que o festejo religioso tem um sentido cristalizado para os bordamatenses, que é celebrar sua padroeira, visto que realizado no período de férias escolares, primeira quinzena de julho, possibilita a vinda dos bordamatenses que residem em outras localidades.

Em suma, configura-se um tempo marcado pelo encontro e sociabilidade, mas quando não é somente regido pela instituição religiosa, a prefeitura usa deste espaço conquistado para se promover e ser evidenciada como uma instituição atenta aos munícipes. Seguem as assinaturas dos nove vereadores.

“O parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação no projeto 17/89 de autoria do vereador Benedito Messias da Silva, dispendo sobre o dia do município. A

¹⁸ Idem.



comissão é de parecer unânime pela aprovação do projeto. Borda da Mata, 19 de junho de 1989”¹⁹.

Vemos aqui o parecer da comissão referente ao projeto que discutiu a mudança da data da festa, sendo unânime a aprovação de tal projeto. Assim, no dia 04 de julho é decretada a lei nº 903/89, referente à comemoração do dia da cidade, isto em 16 de julho.

Com o estabelecimento da festa cívica, a Igreja Católica continua com suas práticas festivas. A novena, missas, procissão, coroação e quermesse. Padre José Donizete Moreira, pároco que substituiu Padre José Eugênio da Fonseca, redige no Livro do Tombo a nova relação entre os dois festejos na cidade de Borda da Mata que ocorre no dia 16 de julho.

16/07/1990 – Houve a tradicional Festa de Nossa Senhora do Carmo. A novena teve início no dia 07/07, para cada dia contou-se com a presença de um padre das paróquias vizinhas. A parte social da festa foi desvinculada da religiosa, a parte social ficou a encargo da prefeitura municipal, pois no mesmo dia se comemora o aniversário da cidade de Borda da Mata. Esta data do aniversário da cidade no dia 16/07 foi aprovada pela Câmara de Vereadores. Daqui para frente a Igreja se preocupará com a festa religiosa. A festa da Padroeira foi realizada com a participação de toda comunidade, cidade e área rural; quem a fez foi a comissão organizadora, revelando-se maior união, fraternidade, e claro, vivência comunitária na Paróquia de Borda da Mata.²⁰

Desta maneira, diante da comemoração organizada pela Prefeitura Municipal de Borda da Mata, a Igreja se posiciona afirmando a separação das partes do festejo. Nesse contexto, a Igreja continua realizando as celebrações e a quermesse, pois é uma forma de obtenção de renda, mas aponta que a festa social, que consiste nos shows, barracas de comidas e bebidas, é de responsabilidade da prefeitura, sem vínculo com tal instituição.

Em outras palavras, observamos que a Igreja tenta manter sua festa em louvor à padroeira com o objetivo de integrar a comunidade, vivenciando os princípios cristãos.

Memórias e conflitos: a data da cidade

Aqui vemos dois festejos com dinâmicas diferentes que ocorrem no mesmo dia, proporcionando um complexo festivo que vai da religiosidade ao divertimento e lazer.

¹⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA. Projeto nº 17/89 “Dispõe sobre a data da comemoração da cidade”. Localizado na pasta “1989” do Acervo da Câmara Municipal de Vereadores de Borda da Mata – MG.

²⁰ Livro do Tombo, nº 2, 1990, p. 194. Acervo da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo. Consulta gentilmente cedida pelo pároco Monsenhor Vonilton Augusto.



Para a manutenção das opções de lazer, que são os shows de cantores de renome regional e nacional, que a liderança católica negou, via-se necessário um suporte legal. Portanto, para a realização destes shows é preciso um planejamento financeiro, devido aos custos do contrato feito com o artista/cantor desejado, montagem da estrutura do palco, seguranças e outros elementos que são empregados nesta atividade.

Qual interesse em manter e oferecer shows em praça pública? Em uma perspectiva financeira, qual o lucro para os cofres municipais em custear shows em que não há venda de ingressos?

Nota-se que o primeiro intuito do poder público local junto a Câmara de vereadores é o estabelecimento da visibilidade e notoriedade da cidade de Borda da Mata diante das outras cidades da região. A constituição de um mecanismo que possibilitasse o evidenciamento do trabalho do governo municipal para com os seus munícipes, ou seja, trazendo cantores/artistas para oportunizar momentos de lazer a sua população e, do mesmo modo, aos visitantes das cidades vizinhas.

Nesse sentido, no dia 05 de abril de 1991 é promulgado a Lei Orgânica do Município de Borda da Mata e o seu artigo 3º afirma:

§4º - É data cívica do Município o dia 16 de julho, em que se comemora a sua emancipação político-administrativa, ocorrida em 1924.

§5º - A semana em que recair o dia 16 de julho, constituirá a SEMANA DO MUNICÍPIO, período em que o Executivo e o Legislativo promoverão festas cívicas e encontros para estudos, análise e reflexão dos anseios e necessidades de seus habitantes e dos planos para o desenvolvimento harmônico do Município.²¹

Aqui notamos a alteração da data da comemoração da emancipação política administrativa do município. A partir de 1991 formaliza-se, legalmente, a realização de festas organizadas sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Com o pressuposto de reforçar tal data, elaboram no §5º a “Semana do Município”, cujo texto legislativo traz em caixa alta - com o objetivo de revestir a semana de uma municipalidade - que, além das festas, seria o momento em que os habitantes seriam ouvidos. Não se usa o termo “povo”, mas habitantes. Estrategicamente construído para que o habitante se veja e se identifique com este momento de “estudo, análise e reflexão dos anseios e necessidades”. Em outras palavras, além de festejar, a pessoa que mora, trabalha, paga imposto, teria a

²¹ BORDA DA MATA. Lei Orgânica do Município de Borda da Mata: Promulgada em 5 de abril de 1991 / Câmara Municipal de Borda da Mata – Minas Gerais.



oportunidade de apresentar suas perspectivas frente à construção de um município melhor.

Assim, as duas comemorações ocorrem com seus objetivos específicos. O dia 16 de julho se reveste de um contexto festivo. Mas, ao longo dos anos provoca incômodo e essa questão ligada à data da comemoração é abordada no ano de 2007.

Por conseguinte, observamos que a discussão em torno das comemorações da emancipação volta à cena em 2007, pelo jornal “Galeria do Comércio” publicado em agosto, em edição única e distribuição gratuita, trouxe na sua primeira capa o Editorial “A Emancipação político-administrativa de Borda da Mata” redigido por João Bertolaccini que se refere à festa realizada em comemoração ao aniversário da cidade no dia 16 de julho.

Nós, os bordamatenses, entendemos que não se pode indefinidamente comemorarmos erroneamente a data da Emancipação Político-Administrativa de nossa cidade. É uma aberração insistir na data de 16 de julho, que não tem absolutamente nada a ver com a data certa da Emancipação Político-Administrativa de nosso Município. [...] Convido também, os filhos desta terra, que leiam o Artigo 3º, parágrafos 4º e 5º da nossa Lei Orgânica e comparem com cuidado e isenção as comemorações de nossa emancipação, com o que a Lei Orgânica determina; “até parece utopia”.²²

O subtítulo do jornal apresenta o objetivo do mesmo: “O seu guia de compras, serviços e histórias” e, assim, propõe refletir por meio do artigo acima citado a realização da festa da cidade proposta pela Lei Orgânica. Bertolaccini busca com suas palavras evocar certa consciência histórica frente à data da festa. Com isto, aponta que é errônea a comemoração no dia 16 de julho.

Ao discorrer sobre o assunto, adjectiva como “aberração insistir na data de 16 de Julho”. O fato de realizar o evento em comemoração ao aniversário da cidade em outra data proporciona o ocultamento da história diante da população. Logo, com postura apelativa solicita a leitura da Lei Orgânica, em seu artigo 3º, supracitado, que refere à constituição do 16 de Julho para a cidade. Mediante seu olhar sentencia como “até parece utopia”.

Visualiza-se o contraste entre o que diz a Lei e o que é realizado. Nota-se, também a preocupação de um grupo que organizou o jornal citado, diante da continuidade de um festejo que apaga a memória do município devido o deslocamento da data. O comemorar em si não é o intuito maior deste grupo, que é formado por

²² BERTOLACCINI, João. A Emancipação Político-Administrativa de Borda da Mata. **Jornal Galeria do Comércio**, 2007, p. 01.



comerciantes. O jornal foi patrocinado por vários comércios da cidade, com distribuição gratuita, e o mês de circulação foi em agosto, ou seja, o mês após a festa, que é em julho.

Atentos às palavras de Cruz e Peixoto entendemos a Imprensa:

como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro²³.

Deste modo, a intencionalidade em colocar em primeira capa o único texto dissertativo e informativo do jornal perpassa por questões produzidas não por conta de comemorar a festa, mas a data, o que vemos no desfecho do editorial, a seguir:

Dia 16 de Julho é comemorado em nossa cidade, a Festa de Nossa Excelsa Padroeira, Nossa Senhora do Carmo, e como povo, na sua grande maioria católica, seria muito bom que os Senhores Vereadores, através de uma ementa ao Artigo 3º Parágrafos 4º e 5º da Lei Orgânica, colocassem os festeiros de Emancipação Político-Administrativo, em data certa, isto é dia 7 de setembro.²⁴

Dezesseis anos depois, Bertolaccini contrariando seu posicionamento em 1991, afirma que a data ideal para a comemoração é dia 7 de setembro, pois no ano de 1923, nesta data, foi criado o Município e não no dia 16 de Julho, de 1924, quando foi instalado tal evento.

Sete de setembro de mil novecentos e vinte e três, foi o dia que o governador, doutor Raul Soares de Andrade assinou e ... o decreto emancipando Borda da Mata. Sete de setembro de mil novecentos e vinte e três. E ela foi instalada, lógico, tinha que depois que ter eleição para prefeito, tinha ... e foi instalada dia dezesseis de novembro de mil novecentos e vinte e quatro, certo? Então, o seguinte, tem gente que acha que dezesseis de novembro, data da instalação deve ser comemorado. Mas, a instalação é consequência do decreto, não é? Senão, tinha que ser sete de setembro. Então, esta é a data certa!²⁵

Sustentado por datas e seus respectivos fatos ligados à história política da constituição do município de Borda da Mata, João Bertolaccini defende que a data para a comemoração do aniversário da cidade é 7 de setembro, pois nesta, no ano de 1923, mediante ao jogo político estadual foi criado o município, e instalado somente em 16 de novembro de 1924

²³ CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina de Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Revista Projeto História**, nº 35, São Paulo: EDUC, 2007.

²⁴ BERTOLACCINI, João. A Emancipação Político-Administrativa de Borda da Mata. **Jornal Galeria do Comércio**, 2007, p. 01.

²⁵ Senhor João Bertolaccini. Em Borda da Mata, 24 de maio de 2011. Entrevista concedida a Cleyton Antônio da Costa.



De maneira irredutível, observamos que ele elenca que esta é a data certa. Segundo tal indivíduo, compreendemos que “as pessoas são um amálgama de muitas experiências que se constituem e se transformam na vida diária, vivendo e se comunicando através de fronteiras e transitando entre elas”²⁶. Vemos em Bertolaccini a constituição de um senhor voltado para a história oficial da cidade, tanto que compilou uma publicação referente à história do município.

Em outras palavras apreendemos que isto se deu com olhar voltado para o percurso histórico do município, e assim observamos que tal aspecto passou a ser praticado nas datas que trazem significações para esta história e, com isto, percebemos que há questionamentos e críticas quanto a realização da festa organizada pela Prefeitura Municipal diante dos requisitos ligados à memória oficial bordamatense.

Referente à data da emancipação, deparamos com a narrativa de Claret Freitas, que elucida: “Não gostei, não gostei disto, não gostei de mudar a festa. O dia tem que ser respeitado, foi dia 16 de novembro que foi a criação do município. [...] Não, não tinha nada. Não se comemorava e fizeram isto”²⁷.

Tanto Claret quanto Bertolaccini consideram que a emancipação da cidade deve ser comemorada na data, tida por eles como, correta. Assim, a festa da cidade não deveria ser mudada para o dia da Padroeira. A discordância entre ambos é a data da emancipação.

Em suma, a narradora alega o respeito que deve ser dado à data da criação do município, ou seja, a sua devida comemoração correspondente àquela temporalidade, tida como oficial, da criação do município. Mas, mesmo exigindo a volta para a data citada, ela apresenta que anteriormente à constituição da Lei Orgânica não havia comemorado tal fato.

Percebemos a manipulação do grupo político em Borda da Mata empenhado em organizar um festejo que evidenciasse o poder público, procurando assim, de maneira estratégica, conectar o aniversário da cidade ao dia de sua padroeira configurando um dia com dois festejos.

A parte da festa com shows, barracas de produtos diversos como calçados, roupas, comidas e bebidas, e também os brinquedos conhecidos como “parquinho”

²⁶ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: Cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

²⁷ Senhora Claret Delfina de Freitas Rocha. Em Borda da Mata, 29 de janeiro de 2014. Entrevista concedida a Cleyton Antônio da Costa.



ficou sob a responsabilidade de uma comissão da Prefeitura Municipal de Borda da Mata.

A festa foi organizada pela Secretária Municipal de Educação, Gláucia Brandão Guilherme e pela Secretária Municipal de Finanças Marília Duarte Lopes Sáber. “Apesar de termos organizado tudo em pouco tempo, estamos orgulhosas com o resultado. Acreditamos ter agradado a todos”, dizem as organizadoras. segundo elas, o sucesso da festa deve-se a boa vontade com que todos trabalharam, incluindo os patrocinadores e os funcionários da Prefeitura que muito colaboraram com a organização do evento.²⁸

Os cargos mencionados são de confiança, assim o prefeito indica os responsáveis para ocupá-los. Com isto, fica claro que as secretárias também organizam a festa no que tange aos shows, à organização das barracas nas praças centrais. É, portanto, um evento que exige muito trabalho e dedicação, pois em média conta com a duração de sete dias.

Nestes dias, a dinâmica da cidade de Borda da Mata se altera, possibilitando aos bordamatenses e visitantes várias opções de shows e barracas de alimentação, bem como a venda de produtos variados.

Imagem 01 – Show na praça central



Fonte: Maristela Matos, 15 de julho de 2013.

²⁸ **Jornal Tribuna Popular**, ano V, n° 53, 30/07/2001, p. 03.



Uma estrutura específica é organizada para os dias de festas, com o palco para os shows e tendas que proporcionam aos frequentadores certo conforto, pois este período é marcado pelo frio e, às vezes, por chuva.

Borda da Mata tem, nos dias da festa, a produção de outro cotidiano, marcado pela oportunidade de assistir a diferentes shows em praça pública, gratuitamente, e da mesma forma, a opção de consumir vários produtos, sendo grande parte das barracas dos comerciantes de diferentes lugares.

Analisando a festa por um viés econômico, comercial, pode-se notar um cenário marcado por reivindicações, como no artigo “‘Festa da Cidade’ não é festa da cidade” que elabora uma crítica norteadada por questões dos comerciantes informais, denominados “barraqueiros”:

Vamos analisar: O comércio reclama que vendeu pouco porque a festa saiu da praça. Mas esquecem que os barraqueiros chegam de fora e levam o dinheiro da cidade, deixando-os nos meses seguintes quase sem vender nada. Outro dia, um contador da cidade me disseram: “Vamos passar por três meses difíceis em Borda, ninguém terá dinheiro para nada”. Por quê? Será que é só que gastou na festa do peão e nas barracas? Se nesta época não fica dinheiro na praça então o comércio, que é da gente da terra, tem que fazer alguma [sic] para melhorar esta situação. Se o povo gasta nas barracas, porque não pode gastar comprando produtos daqui? Dizem que vendem com preços melhores. É só os comerciantes praticarem um preço melhor, pelo menos, durante a festa. Sem contar que os produtos vendidos nas barracas, com raras exceções, são de segunda linha.²⁹

Construindo um texto sustentado por críticas, pois muitas vezes “quando o assunto da festa é abordado, principalmente em jornal, quase ninguém gosta de falar, com medo de ofender um ou outro”,³⁰ o editorial do Jornal *Tribuna Popular* elenca a questão econômica que se presencia nos meses seguintes após a festa. Praticamente estagnado fica o comércio local, devido ao consumo excessivo ocorrido no período festivo, mediante as opções oferecidas pelas várias barracas com produtos diversos.

Logo, percebemos pelo trecho acima o descontentamento dos comerciantes bordamatenses diante da mudança da festa, pois entre os anos de 1998 a 2000, ela foi realizada na Avenida João Olivo Megale, uma avenida próxima ao centro, a três quadras, porém uma localidade mais baixa que o centro. E é neste último lugar que se concentra a maioria dos comércios. Diante de um cenário conflituoso, argumentado no trecho do artigo analisado, é mister a mudança de postura dos proprietários dos

²⁹ EDITORIAL. “Festa da cidade” não é festa da cidade. **Jornal Tribuna Popular**, Ano II, nº 18, 15/08/98, p. 02.

³⁰ Idem.



comércios locais, partindo de estratégias como promoções na semana da festa; desta forma, estimulando os bordamatenses a escolherem os produtos da terra, ao invés dos “barraqueiros”.

João Bertolaccini discorre assim quando se refere às barracas:

Atrapalha a venda. Por exemplo, quem tem armarinho, aí, vende calça, estas coisas. O povo corre tudo pra barraca pra comprar lá. E as vezes até por preço até produto até muito mais ruim, né? E eles compram. Tem mais diversidade que o próprio comércio, tinha. O comercio aqui não era grande. Mais, os comerciantes achavam ruim, porque caía a venda deles, né?³¹

Bertolaccini justifica que a população recorre aos comércios informais nos dias de festa, pois o comércio bordamatense “não era grande” e não apresenta a variedade e diversidade que os “barraqueiros” possibilitam. O narrador pauta sua fala no passado, isto é percebido com os verbos apontados no pretérito. Mas enfatiza que: “atrapalhava o comércio é estas barracas, que é até hoje”.³² Por ser um comerciante de fertilizantes para a agricultura, agrega-se aos outros comerciantes locais, quando denomina “estas barracas”, demonstrando um tom de que as mesmas constituem um empecilho e/ou obstáculos para a dinâmica econômica em Borda da Mata nos meses que seguem após o mês de julho.

Os comércios informais que constituem esta parte na festa da cidade se organizam na Avenida Wilson Megale, vendem vários produtos como roupas, calçados, brinquedos, artigos para a cozinha e várias miudezas, como já evidenciamos

Imagem 02 – Comércio nas “barracas” no dia de festa.



³¹ Senhor João Bertolaccini. Em Borda da Mata, 24 de maio de 2011. Entrevista concedida a Cleyton Antônio da Costa.

³² Idem.



Fotografia do acervo do próprio pesquisador. Fotografia retirada no dia 17 de julho de 2011.

“Porque a cidade tá muito movimentada, se tem renda apesar que a renda não fica na cidade, a renda fica pra quem monta a barraca. A festa tem tradição de ter muitas barracas, tanto de comida, de venda de roupas, estas coisas.”³³ Logo, diante da fala do jovem Juliano dos Santos, que enfatiza a movimentação de pessoas ocorrida devido à festa, constatamos que a renda gerada pelas festividades realizadas em julho não permanecem na própria cidade, a renda gerada pelas vendas de produtos fica “pra quem monta a barraca”.

E o “barraqueiro” tem que pagar pela utilização do espaço no período festivo, sendo este capital revertido para o pagamento das atrações e estrutura da festa conforme observação do balancete da festa de 2009: “1-Total das despesas foi de R\$ 179.559, 24, o total das receitas com a venda de espaços para utilização das barracas foi de R\$ 123.601,55, restando um déficit de R\$ 55.957, 69, que a Prefeitura pagou com outros recursos.”³⁴

O que é notório é que a festa movimenta altos gastos, como no caso de ano de 2009, em que houve uma diferença de R\$55.957,69. Diante dessa constatação indagamos saber se é viável realizar uma festa que ainda terá utilização de outros recursos para quitar as dívidas?

O festejar ocupa a cidade

O espaço onde se realiza o festejo organizado pela Prefeitura Municipal de Borda da Mata é a Praça Antônio Megale, parte da Praça Nossa Senhora do Carmo e a Avenida Wilson Megale, sendo aí o local em que as barracas dos comerciantes, oriundos de outras localidades se instalam.

³³ Juliano dos Santos. Em Borda da Mata, 03 de março de 2012. Entrevista concedida a Cleyton Antônio da Costa.

³⁴ *Jornal Tribuna Popular*, Ano XIII, nº 176, 31 de julho de 2009, p. 08.



Imagem 03 - Mapa do centro da cidade de Borda da Mata – Espaço Festivo



Mapa da cidade de Borda da Mata. Disponível em <https://www.google.com.br/maps/place/Borda+da+Mata,+MG,+37564-000/@-22.2738963,-46.1672792,725m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x94cbd773fbd2a367:0x8fa36ee6c02b7f8e!8m2!3d-22.2691578!4d-46.1640692>. Acesso em 17 de março de 2020.

No mapa vemos em amarelo o espaço da Praça Nossa Senhora do Carmo, que se localiza em frente à Igreja matriz de Nossa Senhora do Carmo. O espaço traçado em verde é a Praça Antônio Megale e em azul Avenida Wilson Megale. O quadrado vermelho representa o local que ocupa o palco, montado pela comissão organizada pela Prefeitura Municipal. Aqui é representado o espaço físico em que ocorre o festejo de 16 de julho.

Em Borda da Mata, o espaço festivo é demarcado pelas praças centrais. Mas vemos que no período de festa, primeira quinzena de Julho, o lugar das praças assume outros sentidos, outros usos. Cotidianamente é marcado como o lugar que abriga diversos serviços à população, como instituições presentes, bancos, delegacia, supermercados, lojas de roupas, bares, restaurantes, lojas de eletrodomésticos, prefeitura municipal e a Igreja Católica.

Diante de diversos usos, vários significados são construídos para este espaço que se formam pelas relações humanas estabelecidas. Ao refletir acerca do uso dos espaços



urbanos, Arantes Neto relaciona as questões que possibilitam a significação de determinados espaços na cidade.

Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, que é cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam das categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações e lembranças compartilhadas, que passam a fazer parte da experiência ao se transformarem em balizas reconhecidas de identidades, fronteiras de diferença cultural e marcos de “pertencimento”³⁵.

As praças centrais que, no dia-a-dia, concentram opções de serviços, conforme citado, no período festivo materializam como um espaço simbólico para os bordamatenses. Ali é constituído o lugar da festa, em que lembranças e experiências são vivenciadas. Sobressai o mero uso corriqueiro pela função de abrigar o cenário festivo, que possibilita diferentes interações, como os shows, as barracas de comidas e bebidas e o comércio popular oferecido pelos barraqueiros. Deste modo, vemos o espaço central da cidade se transformar no lugar que é regido pelo lazer, encontro, devoção, diversão, quebra do cotidiano.

Em suma, não se constitui um mero acaso os festejos serem realizados nas praças centrais, mas sim o rememorar de outras vivências festivas, pelo fato de que este evento é realizado há mais de noventa anos, mesmo com suas ressignificações ao longo do tempo. Assim, as praças centrais trazem sim um sentido marcante por ser o principal espaço coletivo da cidade de Borda da Mata.

Trilhando na discussão do território da festa, que é o espaço conquistado e possui diversos significados, Matos, ao estudar a temática referente à cidade, compreende a “noção de territorialidade, identificando o espaço enquanto experiência individual e coletiva, onde a rua, a praça, a praia, o bairro, os percursos estão plenos de lembranças, experiências e memórias”³⁶. Frente a isto, entendemos as diversas narrativas que são produzidas a partir do lugar, isto é, manifestada a festa organizada pela Prefeitura Municipal.

³⁵ ARANTES NETO, Antônio Augusto. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000

³⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.



Desse modo, a relação baseia-se entre o sujeito social e o espaço que é ocupado. O ocupar não se restringe somente a estar ali, mas em interagir diferentes modos, estes que possibilitam atribuir significados aonde se ocupa.

O centro de Borda da Mata se modifica com a proximidade da festa. Isto corresponde também na mudança de como interagir com tal espaço. Durante o ano ele atua como ponto de convergência de serviços e compras, mas no período festivo arquiteteta-se como um lugar de lazer, diversão.

A questão de atribuir os significados a ele se deve pela experiência e reflexão que é promovida diante dos dias de festa. Adolfo Cabral Júnior estabelece em sua fala um contraponto histórico ao referir acerca das praças centrais.

É exatamente entre as duas praças, certo? Acabou-se tudo, neste lugar que é... neste lugar que a... até hoje é feito o... é feito o palco. Então ali, quando faz o palco ali, historicamente, falando, aquilo é a substituição, né? Se uma coisa familiar que a gente tinha, passa uma coisa mais controlada pelo poder público, né? E aí então isto... esta festa foi ela tomando essa coisa que eu acho meio gigantesca.³⁷

Apoiado em suas memórias, Adolfo relata que a dinâmica no tempo presente no momento em que é montado o palco para os shows, entre as praças Nossa Senhora do Carmo e Antônio Megale, sentenciam como uma ruptura que “acabou-se tudo”. Ou seja, um novo sentido é instaurado no festejo.

Ao remeter-se ao passado, buscando as festas religiosas que ocorreram no centro de Borda da Mata, em frente à Igreja Matriz, com o envolvimento, basicamente, familiar, o narrador aponta um momento em que todos se conheciam e se confraternizavam, ato restrito à população do município. É esta dinâmica que estabelece parâmetro para discutir a atual estrutura da festa.

Imprimindo sua significação para esse espaço, percebemos que ele demarca o pertencimento ao modo de festejar, que não ocorre na atualidade. A possessividade por aquilo que havia antes é articulada pelo termo substituição e demonstra que a dinâmica atual não possui mais o mesmo sentido e está em outras mãos.

O poder público municipal detém o respaldo para a organização do evento, realizado de acordo com os seus interesses e princípios. Logo, Adolfo também observa que ao “ser controlada pelo poder público” foi promovida uma remodelação que, paulatinamente, tornou-se “gigantesca”. De uma interação familiar junto ao padre

³⁷ Adolfo Cabral Junior. Em Borda da Mata, 03 de março de 2012. Entrevista concedida a Cleyton Antônio da Costa.



passou-se a uma dinâmica que mescla shows, durante um período de 7 a 10 dias, barracas com comidas e bebidas, brinquedos chamados de parquinho e as ofertas de produtos variados “pelos barraqueiros” oriundos de outras cidades.

Algumas Considerações

A prática da História Oral possibilitou conhecer e evidenciar experiências de sujeitos sociais que vivenciaram e vivenciam a Festa de 16 de Julho na cidade de Borda da Mata. Através desse método de estudo foi possível analisar as experiências de homens e mulheres em diversos e diferentes setores da sociedade, permitindo um percurso de conhecimento e possibilidades de valorização a grupos sociais até então invisíveis na documentação oficial escrita. Em outras palavras, entendemos disso que lidar com memórias é lidar com vidas que se forem mal utilizadas podem produzir feridas.

Com efeito, tensões são estabelecidas entre o sagrado e o profano. As falas dos narradores possibilitaram visualizar tal contexto conflituoso, onde (re)significações são evidenciadas ao longo dos anos. De um evento pautado no sagrado com ritos repetitivos e fixos para o contraponto de uma festividade conduzida pelo divertimento, lazer, consumo e improvisado.

Em suma, registra-se que uma festa realizada em praça pública conduz várias problemáticas. E nesse sentido que acreditamos que a realização deste estudo não traz a versão final do registro histórico do evento mais aguardado pela população da pequena cidade bordamatense. Porém, foi um olhar que buscou apresentar algumas versões da festa, que não é algo cristalizado, imóvel, mas sim entendido como perpassado por um processo dinâmico sustentado pela construção constante de sentidos e significados produzidos por experiências sociais e compartilhados pelas muitas memórias que possibilitam a contemplação de outras histórias.

Data de submissão: 18/03/2020

Data de aceite: 12/06/2020



Referências Bibliográficas

ARANTES NETO, Antônio Augusto. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina de Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Revista Projeto História**, nº 35, São Paulo: EDUC, 2007.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral** – memórias, tempo, identidades. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DOMINGUES, Andréa Silva. **Cultura e memória: A festa de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvianópolis – MG.** Pouso Alegre: Univás, 2017.

FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **Cidades.** São Paulo: Olho D'Água, 1999.

FENELON, Déa Ribeiro. Memórias profissionais. **Educação em Revista.** Belo Horizonte, n. 47, p. 127-134, jun. 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org). **Usos e abusos da História Oral.** 5º edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.). **Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa**, vol. II, São Paulo: Hucitec: Ed. da USP: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

GUIMARÃES, José. **Borda da Mata: Notas para a sua história.** Pouso Alegre: Tipografia da Escola Profissional, 1958.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** 6ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: Cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org). **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho D'Água, 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho.** Bauru, SP: EDUSC, 2002.

PEREZ, Léa Freitas. Antropologia das efervências coletivas. In: PASSOS, Mauro. **A festa na vida: significados e imagens.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho - Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Revista Projeto História.** São Paulo: PUC, nº 15, Abril de 1997.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil escravista**: História da Festa de coroação de rei congo. Belo Horizonte: Humanitas, 2002.



A [TELE] VISÃO DOS EXCLUÍDOS: RECEPÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DA HOMOSSEXUALIDADE NAS TELENÓVELAS DA GLOBO



Jéfferson Luiz Balbino Lourenço da Silva¹

Resumo

A telenovela é um dos produtos de mídia mais consumidos no Brasil. E, em consequência disso, existe por parte dos telespectadores uma identificação (ou não) com as tramas ficcionais haja vista que há na teledramaturgia nacional uma tradição em abordar temas que estão perpetuados no cotidiano da sociedade. Todavia, nem sempre tais temas são representados de maneira verossímil como, por exemplo, às representações que envolvem a homossexualidade. Sendo assim, o presente artigo, têm como intento analisar as representações da homossexualidade nas telenovelas América, Amor à Vida e Babilônia, todas produzidas pela TV Globo, a partir da noção de recepção. Num primeiro momento, isso será feito a partir da recepção que as representações da homossexualidade nas telenovelas da TV Globo tiveram na internet, espaço onde qualquer telespectador pode expressar publicamente sua visão. Através da recepção na internet pode-se verificar o alcance que às representações das homossexualidades nas telenovelas tiveram numa ampla escala. E, posteriormente, a análise se voltará para uma ótica específica, a de um grupo de homossexuais selecionados para esta pesquisa, ou seja, pessoas comuns, consumidoras de telenovela. Assim poderemos constatar como esses sujeitos enxergaram as representações ficcionais da homossexualidade. Para tal intento faremos uso de entrevistas temáticas para averiguar a recepção que o grupo de homossexuais tiveram dessas representações na teledramaturgia e, conseqüentemente, analisaremos os depoimentos a partir das teorias dos intelectuais Hans Robert Jauss, Alessandro Portelli e Serge Moscovici.

Palavras-chave: Recepção; Representações; Homossexualidade; Telenovela.

Abstract

Soap Opera is one of media products which brazilian consume the most. And in consequence of that, there is an identification or not by the viewers with the fictional plot cause theres is in the national dramaturgy a tradition to tell about issues that is perpetuated in the brazilian' society. However, not always this themes are represented in a very true way, as an example of that, representation which tells about homosexuality. This article has as major go analyse the representation of homosexuality in soa operas like: America, Amor a Vida (Love for life) and Babilonia (Babylon), all of them briadcasted by TV Globo, in the reception context. In a first moment, this will be done in the context of reception which the representation of homosexuality in TV Globo soap opera had on internet, where any viewer can express publicly his overview. Through the context of reception on internet it may check it out the reach of such tv soap operas had in an ample scale. And, afterwards, the analise will become more specific to a certain group if honossexuals selected by this search such as ordinary people, soap.opera's consumers. By this way we can verufy how these viewers have seen such soap operas. To analyse that we will interview these viewers to check it out the reception of each group of homossexuals had watching in teledramaturgy and consequentely we will analyse other reports having as base the intelectual's theories of Hans Robert Jauss, Alessandro Portelli and Serge Moscovici.

Keywords: Reception; Representations; Homosexuality; Soap opera.

¹ Doutorando e Mestre em História (2019) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/ASSIS). E-mail: jefferson.balbino@ifpr.edu.br



Introdução

O que é escrito, ordenado, factual nunca é suficiente para abarcar toda a verdade: a vida sempre transborda de qualquer cálice.

Boris Pasternak

Na atual conjuntura, sobretudo, devido à influência tecnológica, a telenovela consegue reunir as opiniões de quem assiste em um único território – o virtual, que é onde acontece a interação entre o público e a telenovela, em tempo real. Essa Nova Era substitui o longínquo comportamento em que as pessoas tinham em esperar o capítulo acabar para discutir sobre ele com a vizinha ou então no salão de cabelereiro. Graças à internet, atualmente, essa socialização é feita durante a exibição do capítulo, através das redes sociais, como, por exemplo, o Twitter e o Facebook. Portanto, “esse fenômeno tomou proporções que ultrapassaram as imagens televisivas. Pessoas de variados lugares se encontram na mesma conversa por meio das plataformas digitais”, inclusive, mudando o rumo das histórias pensadas pelos autores. Assim, “o usuário dessas redes pode até estar sozinho em seu lar, no entanto, através da rede social, está acompanhado por centenas, milhares, ou até mesmo milhões de pessoas que assistem a mesma programação televisiva”².

Ao tratarem desse assunto, os pesquisadores Wesley Pereira Grijó³ e Kairo Vinícios Queiroz de Souza⁴ argumentam que quando a internet surgiu no Brasil os produtores de televisão a viam como uma grande rival. Eles temiam que ela fosse substituir a televisão tal como o rádio foi substituído a partir do surgimento da TV, em 1950. Contudo, na visão de Grijó & Souza, apontados pela metodologia de observatório do Obitel⁵ na qual é verificada a relação entre a televisão e a internet no sentido de

² PAULA, Sara Espírito Santo de. MOREIRA, Benedito Dielcio. **Facebook**: o prolongamento do “tempo de vida” do personagem Felix, de Amor à Vida. In: Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2016, p. 4. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1377-1.pdf>. Acesso em 18/02/2020.

³ Doutor em Comunicação pela UFRGS. Professor da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS. Pesquisador do Observatório Ibero-Americano de Ficção Televisiva (Obitel).

⁴ Pesquisador em produção cultural na Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja.

⁵ O Observatório Ibero-Americano da Ficção Televisiva (OBITEL) é uma rede internacional criada em 2005 e formada por grupos de pesquisa de 12 países. Seu objetivo é traçar o diagnóstico e as perspectivas da ficção televisiva por meio do monitoramento anual e da análise comparada, quantitativa e qualitativa, dos vários formatos do gênero. Informações obtidas em: < <https://blogdoobitel.wordpress.com/>>. Acesso em 27/04/2020.



propagação e convergência de conteúdo, a internet se apresenta como uma aliada da televisão, uma vez que expande o conteúdo televisivo, como ocorre com a telenovela⁶.

Por conseguinte, será verificado como a homossexualidade e seus desdobramentos estiveram presentes nas telenovelas citadas, a partir da ótica de uma parcela homossexual da sociedade local de Jacarezinho (PR). Antes disso, porém, traremos algumas informações sobre as teorias que utilizaremos para analisar esse material.

A fim de verificarmos a maneira que as representações da homossexualidade foram vistas e compreendidas pelos telespectadores homossexuais que compõem o nosso grupo de depoentes, faremos uso de três estudos, sendo eles: a) o estudo da recepção, a partir do crítico literário alemão Hans Robert Jauss; b) o estudo das representações sociais, a partir do psicólogo social francês Serge Moscovici; e c) da metodologia da história oral, a partir de historiadores orais, dentre eles, o italiano Alessandro Portelli. Os estudiosos elencados serão fundamentais para analisarmos às narrativas pensando as representações homossexuais e, conseqüentemente, a importância da telenovela como publicização dos debates públicos sobre as demandas LGBT+.

Para a presente pesquisa, foram utilizados seis depoimentos (sendo quatro deles com homens gays e os outros dois com mulheres lésbicas). Esse seletivo grupo foi, previamente, selecionado (com idade, formação, classificação, grupo racial, religião e classes sociais distintas) e pertence ao município de Jacarezinho, região norte do Estado do Paraná.

Internet e Telenovela

Atualmente, é cada vez mais comum assistir televisão e comentar na internet o conteúdo exibido. Isso, de certa maneira, acaba revertendo em publicidade para o programa televisivo, pois a partir do momento em que uma pessoa está somente na internet e se depara com uma repercussão referente a um programa televisivo, a tendência é que esse indivíduo sintonize a televisão para conferir o que está acontecendo algo que acarreta audiência para a emissora.

Através desse mecanismo tecnológico denominado internet, é possível aos autores de telenovelas redirecionar o rumo de suas narrativas para se adequar ao gosto

⁶ GRIJÓ, Wesley Pereira; SOUZA, Kairo Vinícios Queiroz de. **A Telenovela na Internet: as estratégias do autor** Aguinaldo Silva. 2014. Disponível em: <http://www.abciber.org.br/simposio2014/anais/GTs/wesley_pereira_grijo_121.pdf>. Acesso em: 27/04/2020.



dos telespectadores. Inclusive, vários novelistas utilizam-se da internet (numa espécie de termômetro) para promover um canal direto com seu público.

Nesse sentido, a internet, como advento tecnológico, tem assumido um papel vital nas sociedades modernas, pois quase tudo passa através de dados pela rede mundial de computadores. No Brasil, ela tem se espalhado entre todas as classes sociais e chegou até mesmo para as camadas menos favorecidas economicamente, mesmo que de maneira limitada. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C), realizada pelo IBGE durante o ano de 2016 e divulgada em fevereiro de 2018⁷, 64,7% ou 116 milhões de pessoas (mais da metade da população do país) têm acesso à internet.

O fato de um aparelho atual de celular ser leve (em torno de 150 gramas) e ainda compacto é o que facilita o usuário utilizar a internet através do aparelho enquanto desenvolve outra atividade, como, por exemplo, assistir à telenovela.

Segundo o Instituto Ibope Conecta, numa pesquisa realizada “em 2018, 46% dos entrevistados disseram que ‘sempre’ navegam na internet enquanto assistem à TV. Em 2015, o índice era de 27%. Para isso, 81% prefere usar o smartphone ao invés do computador ou tablete.”⁸

Portanto, daí que surge a interatividade e rotatividade entre os dois meios de comunicação. E isso resulta num aumento de repercussão de um determinado programa televisivo, pois é uma maneira de divulgá-lo a internautas que não estavam assistindo aquele determinado programa. E é pensando nessa movimentação que muitas emissoras de televisão estão se tornando cada vez mais adeptas à transmediatização, levando produtos oriundos da TV para a internet e, assim, conquistando público nas duas esferas comunicacionais.

A Internet e sua intervenção na Telenovela Homoafetiva

É notório que o brasileiro usa muito a internet enquanto assiste à televisão e, por sua vez, comenta através das redes sociais o que está assistindo. E, conseqüentemente, o que está gostando ou não na programação televisiva. É por isso que, frequentemente,

⁷ Informações obtidas em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 25/11/2018.

⁸ Informações obtidas em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/cresce-percentual-de-brasileiros-que-assistem-tv-e-navegam-na-internet-ao-mesmo-tempo-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em 25 nov. 2018.



*tag's*⁹ relacionadas às telenovelas ficam entre os assuntos mais comentados na internet, ampliando a repercussão de algo exibido na televisão.

Frequentemente, os momentos decisivos das telenovelas em exibição conquistam os trending topics¹⁰ do Twitter e, quando isso se torna relevante, é noticiado nos meios de comunicação e reflete também no mercado publicitário. Afinal, isso é visto como uma audiência diferenciada. Quando foi ao ar às cenas de beijo gay nas telenovelas *Amor à Vida* (2013-14) e *Babilônia* (2015), na TV Globo, estas ficaram no top entre os 10 assuntos mais comentados – em todo o mundo – da rede social Twitter.

A hashtag #BeijaFélix¹¹ causou tanta mobilização virtual que tal acontecimento despertou atenção e instigou o periódico britânico *Financial Times* a escrever uma reportagem para comentar o efeito da mobilização virtual dos internautas para a Globo exibir o beijo entre Félix e Niko na telenovela *Amor à Vida*. Na reportagem, o *Financial Times*¹² comentou que o apoio popular, aliado ao apoio do deputado federal Jean Wyllys, pressionou a TV Globo a exibir a cena do beijo gay no último capítulo dessa telenovela.

While Mr Wyllys has been campaigning for a Globo gay kiss for years, this time he was joined by hundreds of thousands of Facebook and Twitter users across Brazil, who used the hashtag “beijafelix” (“kiss Felix”) to put pressure on the network’s editors. Armed with the second-biggest Facebook community in the world, Brazilians have turned to social media to challenge the country’s social and political status quo, launching mass protests last year and threatening further demonstrations ahead of presidential elections in October.¹³

⁹ “Tag” em inglês quer dizer etiqueta. As tags, na internet, são palavras que servem como uma etiqueta e ajudam na hora de organizar informações, agrupando aquelas que receberam a mesma marcação, facilitando encontrar outras relacionadas. Atualmente, na internet, as tags são relacionadas a diferentes conteúdos, como páginas de sites, postagens de blogs, fotos, programas para download, links e marcadores e até mesmo nas micro-mensagens do twitter e nos sistemas de busca como o Google. [Fonte: <https://www.tecmundo.com.br/navegador/2051-o-que-e-tag-htm>]. Acesso em 25/11/2018.

¹⁰ Trending Topics ou TT's são uma lista em tempo real das palavras mais postadas no Twitter em todo o mundo. São válidos para essa lista as tagtemas e nomes próprios. A lista é exclusiva para usuários do Twitter, ou seja, é necessário estar logado para ter acesso aos Trending Topics. [Fonte: <https://twitter-brasil.hleranafesta.com.br/o-que-sao-trending-topics.htm>]. Acesso em 25/11/2018.

¹¹ Ver mais em: PORTAL LITORAL PB. **#BeijaFélix: Jean Wyllys faz campanha por beijo gay em ‘Amor à Vida’**. Disponível em: <<http://www.portaldolitoralpb.com.br/beijafelix-jean-wyllys-faz-campanha-por-beijo-gay-em-amor-a-vida/>>. Acesso em: 29/11/2018.

¹² É um jornal britânico de publicação diária em língua inglesa. Fundado em Londres, em 1888, pelos jornalistas James Sheridan e Horatio Bottoml. Atualmente, possui uma tiragem diária de 185.747 mil exemplares. Informações obtidas no portal do Financial Times – disponível em: <<https://aboutus.ft.com/en-gb/>>. Acesso em 18/02/2019.

¹³ Ver mais em: FINANCIAL TIMES. **Gay kiss in soap opera Amor à Vida is landmark moment for Brazil**. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/3e63e502-8f66-11e3-9cb0-00144feab7de>>. Acesso em: 25/11/2018.



A matéria do periódico britânico ainda salientou o fato do beijo gay ser uma conquista num país que, embora seja transgressor com o carnaval, ainda é conservador quando o assunto é homossexualidade:

When the two men kissed during the finale of Brazil's hit soap opera *Amor à Vida* last week, the Latin American country came to a standstill. It was the first time Brazil's powerful Globo television network had aired a kiss between two male characters in its 49-year history – a turning point for a country that is still deeply conservative in spite of a reputation for carnival and skimpy bikinis. The controversial scene has since divided the nation. Evangelical politicians have rallied against Globo, filing a lawsuit against the network, while human rights campaigners have heralded the kiss as a victory for social media – Facebook and Twitter campaigns are credited with forcing Latin America's biggest television monolith to air the scene.¹⁴

O periódico britânico apontou, ainda, o fato de a direita conservadora criticar a telenovela por levantar bandeiras contra a homofobia e, de certa forma, incentivar essas minorias a lutarem por seus direitos sociais. O jornal citou o fato do então deputado federal – atualmente, presidente do Brasil –, Jair Bolsonaro atacar a TV Globo, dizendo que a emissora estava fazendo apologia à homossexualidade com a telenovela *Amor à Vida*: “Congressman Jair Bolsonaro, the rightwing former army chief known for blocking Brazil's anti-homophobia law, has also attacked Globo, accusing its authors of trying to “spread” homosexuality.”¹⁵

Deste modo, vemos que a internet é uma aliada da televisão e juntas colaboram para ampliar o processo de propagação de opiniões. Além disso, ela ajuda a traçar o perfil dos telespectadores e a maneira que eles estão recepcionando um produto televisivo.

A Recepção das Representações Homossexuais nas Telenovelas sob a Ótica de Depoentes Gays de Jacarezinho/PR

Além do papel exercido pela internet na recepção¹⁶ do gênero telenovela, discutiremos também os depoimentos realizados com telespectadores gays (homens e

¹⁴ Ver mais em: FINANCIAL TIMES. **Gay kiss in soap opera Amor à Vida is landmark moment for Brazil.** Disponível em: < <https://www.ft.com/content/3e63e502-8f66-11e3-9cb0-00144feab7de>>. Acesso em: 25/11/2018.

¹⁵ Ver mais em: FINANCIAL TIMES. **Gay kiss in soap opera Amor à Vida is landmark moment for Brazil.** Disponível em: < <https://www.ft.com/content/3e63e502-8f66-11e3-9cb0-00144feab7de>>. Acesso em: 25/11/2018.

¹⁶ Podemos dizer que o conceito de recepção é criado a partir da *Poética*, de Aristóteles entre os anos 335 a.C. e 323 a.C. haja vista que em seu conjunto de anotações sobre a arte e a poesia da referida época. O filósofo grego (aluno de Platão e mestre de Alexandre, o Grande) demonstrou preocupação no que tange à qualidade de uma obra artística a partir da ótica e, por conseguinte, das experiências vivenciadas pelo receptor, ou seja, Aristóteles tinha o cuidado de trazer o receptor como elemento integrante de sua obra.



mulheres) sobre a representação teleficcionada da homossexualidade na teledramaturgia da TV Globo e sua recepção por esse público específico.

A seleção desses depoentes se justifica pelo fato de eles estarem inseridos ativamente na sociedade jacarezinhense, seja na militância LGBT local, seja na educação, seja como jovens que dialogam com outros jovens, seja como funcionários públicos que lidam com os mais variados tipos de pessoas no âmbito da esfera social local. Aliás, considerar a condição social e histórica dos depoentes é essencial visto que, segundo Portelli¹⁷, é possível identificar como os entrevistados constroem e atribuem significação às coisas.

Alguns depoentes optaram pela utilização de pseudônimo e outros preferiram utilizar seu nome real. Foram eles/elas os narradores: Leonel Carfi,¹⁸ Diego Babinski,¹⁹ Professor Rodrigo (pseudônimo),²⁰ Ana Lúcia,²¹ Jaqueline Maciel,²² e Gustavo Simão²³ (pseudônimo).

¹⁷ PORTELLI. A. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 9.

¹⁸ Leonel Carfi é natural de Jacarezinho (PR), tem 22 anos de idade, negro, foi criado pela avó (já falecida) e, atualmente, mora sozinho numa casa simples na comunidade Nossa Senhora das Graças, em Jacarezinho (PR). Leonel concluiu apenas o Ensino Fundamental, mas, por sua influência, militância e reconhecimento político alcançou um cargo comissionado na atual gestão municipal da cidade: é diretor da Secretaria de Assistência Social de Jacarezinho. Ele não esconde o desejo de disputar, como vereador, o próximo pleito eleitoral e, ainda, alega que muitas pessoas de seu bairro afirmam querer vê-lo no legislativo do município, ideia que muito lhe agrada, embora afirme que – por ora – não possui plena convicção de uma futura candidatura de sua parte. A entrevista com Leonel ocorreu no dia 03 de novembro de 2017. Ele optou por vir até mim, em minha residência. Alegou que se sentiria melhor e muito mais à vontade. Decisão que, prontamente, respeitei e aceitei.

¹⁹ Diego Babinski é natural de Jacarezinho (PR), tem 26 anos, negro, após a morte da mãe e de se tornar independente financeiramente, opta por ir morar sozinho e, posteriormente, com um amigo. Atualmente, está afastado do trabalho por um problema na coluna vertebral, recebendo um auxílio-doença do INSS. Cursa o Ensino Médio através da modalidade EJA (Educação para Jovens e Adultos). É fundador da ONG Núbria Rafaela Nogueira, no município de Jacarezinho (PR), sendo “a única do Norte Pioneiro” do Paraná – como ele orgulha em dizer. Conheci-o a partir de um amigo em comum. Nossa entrevista aconteceu no dia 16 de novembro de 2017, às 19 horas, em minha residência. Assim como o entrevistado anterior, Diego, também, optou por vir até a minha residência, alegando ser mais viável para ele. Algo que respeitei, recebendo-o em meu escritório com muito respeito e gratidão.

²⁰ Rodrigo Silva (nome e sobrenome fictício) é natural de Ourinhos (SP). Atualmente, reside em Jacarezinho (PR), tem 35 anos, branco, reside com a mãe. É pós-graduado (lato sensu), formado em Ciências Biológicas. Trabalha como professor de biologia na rede pública estadual do Paraná. Conheci o depoente quando trabalhamos juntos numa mesma escola. Ao tomar conhecimento de sua sexualidade e de que gostava de telenovelas, convidei-o para participar da pesquisa. A entrevista foi realizada no dia 17 de novembro de 2017, também, em meu escritório, conforme preferiu o entrevistado.

²¹ Ana Lúcia da Silva é natural de Jacarezinho (PR), tem 18 anos, reside com a mãe e a companheira. Possui Ensino Fundamental Incompleto. Desempregada. A indicação de Ana Lúcia deu-se por intermédio de sua esposa, Jaqueline. Embora tenha pouco estudo, demonstra possuir um vasto conhecimento, pois ela fala com tamanha propriedade sobre tudo que envolve a homossexualidade, algo que, aparentemente, conquistou com seu conhecimento de mundo, de vida, de suas leituras e militância. A entrevista foi realizada em 30 de novembro de 2017. A pedido da depoente gravamos a entrevista no Morro das Antenas, em Jacarezinho (PR).

²² Jaqueline Maciel é natural de Jacarezinho (PR), tem 27 anos, reside com a companheira, Ana Lúcia, e a sogra. Possui Ensino Médio Profissionalizante. Desempregada. Conheço a depoente desde criança. Na



O contato inicial²⁴ com Leonel Carfi se deu por intermédio de uma ex-vereadora de Jacarezinho/PR. O que me chamou atenção ao vê-lo foi, sobretudo, o de ser um rapaz jovem, mas com muita vontade para melhorar a qualidade de vida de sua comunidade: o bairro periférico Nossa Senhora das Graças.

Em decorrência desse conhecimento prévio, ele foi escolhido para colaborar com a pesquisa. Expliquei a ele no que consistia a investigação e esclareci alguns pontos no que diz respeito à metodologia da história oral²⁵. Exibi para o entrevistado as cenas de representações da homossexualidade e, conseqüentemente, do beijo gay nas telenovelas *América* (2005), *Amor à Vida* (2013-2014) e *Babilônia* (2015), inclusive, observei que ele se emocionou com a cena do beijo gay entre Félix (Mateus Solano) e Niko (Thiago Fragoso) na telenovela *Amor à Vida*. No entanto, durante a entrevista,²⁶ ele não quis se aprofundar nesse assunto, dizendo apenas que acha “linda qualquer história de amor impossível” e que por isso havia se emocionado.

O entrevistado seguinte foi Diego. Expliquei a ele no que consistia o cerne desta pesquisa e também exibi a ele as cenas de personagens homossexuais, juntamente, com a exibição de cenas com beijo gay nas telenovelas apontadas.

fase infantil, convivemos no mesmo espaço, fazendo as mesmas atividades numa escola infantil e, posteriormente, numa igreja evangélica. Quando soube que ela deixou de ser evangélica, separou-se do marido, revelou-se lésbica e que estava morando com outra mulher, pensei que seria muito proveitoso registrar seu depoimento. A entrevista foi realizada no mesmo dia da entrevista de sua companheira, em 30 de novembro de 2017, também no Morro das Antenas, em Jacarezinho (PR).

²³ Gustavo Simão (nome e sobrenome fictícios), é natural de Andirá (PR), tem 19 anos, reside sozinho. É universitário e bolsista de Iniciação Científica. O depoente é uma pessoa da qual tinha proximidade devido estudarmos na UENP, em Jacarezinho. Durante o período em que estudávamos na UENP, tínhamos contato dentro e fora do Campus da Universidade, partindo daí o convite para participar da pesquisa. A entrevista foi realizada em 19 de novembro de 2017, em meu escritório, a pedido do depoente.

²⁴ Durante o pleito municipal de 2014, ih tive ainda mais contato com Leonel. Na ocasião, pertencíamos ao mesmo grupo eleitoral, a chapa Tina e Lú – Por uma Jacarezinho Vencedora (PT e PSB), porém, no meio da campanha eleitoral, Leonel entristece com o andamento da campanha que ora apoiava e surpreende o nosso grupo político indo para a oposição, o que desencadeou muitas críticas ao rapaz. No entanto, continuou com sua premissa de lutar em prol de sua comunidade, exigindo do candidato da oposição um compromisso com seus pares.

²⁵ A história oral é um recurso moderno no campo historiográfico (embora seja, também, uma metodologia interdisciplinar) que utilizamos quando pesquisamos assuntos que transitam nas esferas da memória, de identidade e, por conseguinte, de sociabilidade. O historiador José Carlos Sebe B. Meihy afirma que passou a ser utilizada com maior frequência após a Segunda Guerra Mundial, momento em que possibilitou a criação dos gravadores. Assim, “[...] a história oral passou a ser um mecanismo para validar as experiências que não estão quase sempre registradas em documentos escritos e/ou então quando encontram-se registradas em documentos escritos elas têm outra mensagem, outra dimensão que quase sempre são de valor subjetivo. A história oral passa a ser, portanto, um tipo de narrativa onde a entrevista, particularmente, gravada ou filmada tenham um fundamento de registro em cima de um suporte material que varia, portanto, das possibilidades da documentação escrita.”

²⁶ As entrevistas produzidas na presente pesquisa foram realizadas com um gravador de voz para registrar os depoimentos proferidos por nosso grupo de depoentes/telespectadores homossexuais.



Devido ao fato de Diego ser um jovem negro que vem lutando para combater a homofobia em Jacarezinho (PR), atuando na militância gay de uma cidade de 40 mil habitantes que, apesar de ser uma cidade considerada polo estudantil, ainda mantém fortes traços de conservadorismo e preconceito enraizado em sua população, o entrevistado apresenta uma visão crítica das representações homossexuais na teledramaturgia.

Rodrigo não se agrada com as representações homossexuais televisivas que ele considera como estereotipadas haja vista que prefere representações do homossexual discreto, por acreditar que está mais próximo do que acontece em nossa realidade.

O último entrevistado homem foi Gustavo Simão (pseudônimo). Pensando nesse conhecimento aliado à pouca idade, senti necessidade de entrevistá-lo para essa pesquisa. O resultado foi algo muito surpreendente, porque ele viu as cenas de homossexualidade e, posteriormente, de beijo gay nas telenovelas da TV Globo, sob uma perspectiva racional e mercadológica.

Passando para as narradoras femininas, cabe esclarecer que elas formam um casal. O contato com Ana Lúcia ocorreu por intermédio de sua esposa, Jaqueline (a próxima depoente). Quando eu convidei Jaqueline para participar de minha pesquisa, ela sugeriu que convidasse, também, sua esposa, posto que ela sempre foi uma homossexual engajada em assuntos sociais. Ana Lúcia aceitou o convite, mas com uma ressalva: a gravação deveria ocorrer no alto do Morro das Antenas, em Jacarezinho (PR), pois lá seria “o melhor lugar” para ela refletir e falar sobre esse tema. É lá que Ana gosta de ir quando quer se sentir em paz, quando quer estudar, quando quer tomar seu “chá”.

Durante a entrevista, Ana falou por quase 16 minutos sobre o que é ser lésbica:

Eu me definir sexualmente ainda é uma coisa muito complicada porque há um ano e meio eu me descobri transexual não-binário²⁷, então se eu me definir lésbica eu vou tá me reafirmando mulher, mas se eu não me dizer lésbica então o que eu sou? Mas por todas as dúvidas... lésbica. [sic]²⁸.

A partir do depoimento de Ana Lúcia pode-se observar o quão conflitante é ser transexual não-binário numa sociedade que impõe até qual a nomenclatura deve ser utilizada por aqueles indivíduos que não compactuam da heterossexualidade, mas que também não se reconhecem como sujeitos homossexuais.

²⁷ Que não se reconhece em nenhum dos estereótipos de gênero correntes nos discursos dominantes, ou seja, nem homem e nem mulher.

²⁸ ANA LÚCIA, entrevistada em 30/11/2017.



Ainda, na entrevista Ana Lúcia também analisa a representação ficcional da lesbiandade na teledramaturgia produzida pela TV Globo:

[...] Com a representação eles vão conseguir mostrar o que é o amor [entre duas pessoas do mesmo sexo]. Antes de ir lá representar essa minoria que nós somos hoje, nós somos reduzidos a isso. Eles tão querendo mostrar o que há de mais valioso dentro de cada um de nós, que é o amor independente de sua etnia, sexualidade... E, eu acho isso muito plausível. [sic]²⁹.

Em sua fala, Ana Lúcia reconhece a importância de representações homossexuais nas telenovelas visto que corrobora para difusão do amor independente de gênero. Contudo, a entrevistada rechaça o estigma de minoria que acompanha secularmente as pessoas que não se enquadram como heterossexuais. Minoria essa que se reverbera como exclusão basta ver que os homossexuais assim como as mulheres e os negros foram (e ainda são) excluídos da sociedade e também da História tal como aponta a historiadora francesa Michelle Perrot³⁰. Sendo por essa razão que muitas vezes todas essas minorias (ou excluídos) são representados na telenovela a partir de estereótipos não condizentes com a realidade, afinal são ignorados tanto as conquistas como os atos de contestação da posição que esses grupos ocupam na sociedade.

Ana Lúcia ainda disse como gostaria de ser representada na ficção:

Por aquela que vai à luta e não tem essa de abaixar a cabeça pra ninguém, pra nada. Preconceito ele tá aí. Ele vai bater na sua porta todo dia quando você levantar de manhã e ver que é lésbica, mas você tem que abrir a sua porta e encarar ele, ser maior que ele. Você vai pra rua, você vai pro serviço, você vai pra escola, você vai pra onde você for e você vai ser amado pelo que você é. Não pela sua sexualidade, pela sua cor, pelo que você pode trazer, mas pelo que você vai mostrar, pelo que você faz pelas pessoas, pelo próximo. O ápice da minha representação [na telenovela] seria a luta, primeiramente. Depois eu gostaria bastante também que tivesse mais aquele lado pessoal porque eles mostram o lado do gay e tal, mas aquele lado mais meu, aquela coisa bem mais do âmago, bem mais íntima, sabe? Como foi a minha construção: “Ana, o que você sentiu?”. Então eu posso ir lá mostrar o que eu senti sem colocar isso num script, num roteiro, mas deixar eu falar, deixar o meu corpo falar, deixar a minha voz sair... Então seria muito legal. [sic]³¹.

Através de seu depoimento, a moça passa uma lição de coragem para enfrentar com a cabeça erguida o preconceito existente na sociedade. Não faz questão de ser aceita pela sociedade, mas exige o seu direito em ser respeitada.

²⁹ ANA LÚCIA, entrevistada em 30/11/2017.

³⁰ PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³¹ ANA LÚCIA, entrevistada em 30/11/2017.



A nossa última depoente é Jaqueline. A moça teve durante boa parte de sua vida os estereótipos definidos pela sociedade: terminou o ensino médio, trabalhava, era evangélica praticante, casou-se com um rapaz que tinha um emprego fixo. Entretanto, ela sempre soubera que sentia atração física e sexual por outras mulheres, mas pela criação religiosa acreditava ser pecado e que Deus a libertaria desses “desejos carnis”. Todavia, chega um momento de sua vida em que começa a sofrer agressões físicas, verbais e psicológicas do marido. A partir daí sua vida muda, pois ela rompe sua união matrimonial, sai de casa, se assume bissexual (somente após conhecer a atual companheira que se define como lésbica) se envolvendo publicamente com outras mulheres. Sai da igreja e passa a frequentar terreiros de candomblé, promovendo uma reviravolta em sua vida. A depoente pondera que há uma urgente necessidade de haver nas telenovelas brasileiras uma lésbica negra e pobre sendo representada. De seu ponto de vista, dessa maneira, haveria uma representatividade para ela: “Queria ver uma lésbica negra [nas telenovelas] porque você não vê. Mas eu queria ver uma lésbica negra, forte mesmo, uma mulher que mostrasse que tá ali e, é isso aí... [sic]³²”.

A partir da fala da entrevistada, percebe-se não somente a queixa e falta de representatividade de Jaqueline, mas à inexistência de uma lésbica negra, pobre e batalhadora que tenha sido representada nas telenovelas da TV Globo.

Conforme aponta a historiadora Verena Alberti³³, o uso da metodologia da História Oral é essencial para analisarmos nossas fontes orais uma vez que é “[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc.”³⁴. Importa salientar que uma fonte oral complementa uma fonte escrita.

Outro fator que faz da história oral um mecanismo de grande utilidade nesta pesquisa é que ela pode servir de porta-voz às minorias (ou excluídos) sociais, pois:

tais usos políticos da história oral – em que a reafirmação de histórias anteriormente silenciadas pode permitir a afirmação de indivíduos, grupos sociais ou sociedades inteiras – estão ligados a uma tradição significativa e continuada em que a história oral tem se mostrado uma importante fonte para grupos políticos e movimentos sociais: no movimento das mulheres, para os sindicalistas e comunidades de classes trabalhadoras, para povos indígenas,

³² JAQUELINE, entrevistada em 30/11/2017.

³³ ALBERTI, Verena. **História Oral: A Experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

³⁴ ALBERTI, Verena. **História Oral: A Experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1989. p. 52.



para comunidade étnicas e de imigrantes, em política de gays e lésbicas, e para deficientes.³⁵

Dessa maneira, na presente pesquisa, foi fundamental o uso da História Oral temática, uma vez que estamos trabalhando com as narrativas de alguns indivíduos. Portanto, não há outra maneira de explorar isso a não ser por intermédio dessa metodologia de pesquisa, sobretudo, por se tratar de um estudo que envolve aspectos histórico-sociais da atualidade.

Nesse sentido, percebemos que um testemunho oral propicia um novo caminho para a historiografia. O historiador/pesquisador não manuseará um documento escrito, mas, sim, um documento oral, cabendo a esse profissional, analisá-lo para fazer uso desse tipo de narrativa, argui-lo conforme os protocolos metodológicos do próprio campo.

É o que faremos mais adiante com as colaborações das pessoas homoafetivas que foram inquiridas sobre representações da homossexualidade nas telenovelas da TV Globo analisadas neste texto.

Ainda, sobre esse assunto, Portelli traz outros elementos para reflexão:

Obviamente, uma coisa que esta história compartilha com todas as outras é que nenhuma delas é exatamente como as outras. Nenhuma declaração individual se ajusta perfeitamente na grade cultural à qual pertence. Na verdade, a cultura não é uma grade (que é tão somente um recurso teórico útil), mas um mosaico no qual cada peça se encaixa com as outras, mas é diferente de todas elas. Uma das coisas que as ciências sociais geralmente se esquecem é que a cultura é formada por indivíduos diferentes uns dos outros – e é isso o que a história oral nos lembra.³⁶

Respaldando-nos na concepção de Portelli, veremos que cada depoente aqui recrutado pode vir a ter uma determinada recepção – muitas vezes diferentes – sobre a maneira que a teledramaturgia, produzida pela TV Globo, representou a homossexualidade. E isso não faz com que uma recepção seja mais certa que a outra.

³⁵ THOMSON, Alistair. Aos Cinquenta Anos: Uma Perspectiva Internacional da História Oral. In: ALBERTI, Verena. FERNANDES, Tania Maria. FERREIRA, Marieta de Moraes. **História Oral: Desafios para o Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2000. p. 60.

³⁶ PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 174.



A leitura dos telespectadores homoafetivos

Para nortear-nos acerca da conceptualização de *recepção* iremos também respaldar-nos nas teorias do crítico literário alemão Hans-Robert Jauss.³⁷ Embora ele não seja o criador do conceito, foi com ele que a Estética da Recepção foi sistematizada. Seus estudos são cruciais para direcionar nossas análises acerca da recepção da representação teleficcional da homossexualidade nas telenovelas da TV Globo, a partir da leitura audiovisual de nosso grupo de depoentes homossexuais, escolhidos na cidade de Jacarezinho (PR).

O uso da estética da recepção se faz necessário na presente pesquisa já que uma das maiores preocupações dessa vertente é, justamente, colocar em ênfase a experiência estética do receptor de um produto artístico, ou seja, no nosso caso, se preocupar em relação à maneira que o telespectador gay (receptor) absorveu – e reagiu – à representação da homossexualidade nas telenovelas *América*, *Amor à Vida* e *Babilônia*. E, a partir daí, também, compreendermos a maneira que o telespectador acaba sendo um pouco autor da telenovela, ou seja, se torna um elemento ativo no processo de construção da obra e de troca de experiências. Afinal, numa telenovela que aborda uma temática tão polêmica quanto à homossexualidade, são imprescindíveis esses procedimentos de significação e significados.

Nesse contexto, é interessante ainda ressaltar a inter-relação que o telespectador em questão tem diante da telenovela, haja vista a importância de considerar nesse processo (para posterior análise) a experiência prévia do indivíduo com o mundo e a sua situação presente, pois assim iremos constituir a essência histórica do receptor. Inclusive, Jauss³⁸ afirma que há (ou pelo deveria haver) três estágios pelos quais o receptor passa ao formar sua própria interpretação acerca de uma obra: i) quando em contato com a obra o receptor identifica uma intenção que esta ocasiona; ii) a compreensão que propicia o desenvolvimento da interpretação do receptor; iii) a interpretação histórica que o receptor alcança.

Sendo assim, verificaremos como nossos depoentes interpretaram esse reconhecimento para verificarmos se houve, de fato, um reconhecimento/representatividade a partir da representação da homossexualidade na teledramaturgia brasileira.

³⁷ JAUSS, Hans Robert. **Pour une esthétique de la réception**. Paris: Tel Gallimard, 1994.

³⁸ JAUSS, Hans Robert. **Pour une esthétique de la réception**. Paris: Tel Gallimard, 1994. p. 47.



Embora estejamos tratando de *homossexualidade* e *teledramaturgia*, cabe considerar que nem todos os depoentes ouvidos aqui nesta pesquisa são consumidores vorazes do produto telenovela, uns assistem mais do que os outros. Entretanto, todos eles – em algum momento de suas vidas – assistiram a esse gênero televisivo. E ainda mais: todos eles assistiram, mesmo que espaçadamente, as telenovelas *América* (2005), *Amor à Vida* (2014) e *Babilônia* (2015). Portanto, todos os seis depoentes recrutados para a presente pesquisa estão aptos a exporem sua recepção diante da(s) representação(ões) da homossexualidade na telenovela brasileira.

Na visão de nosso primeiro depoente, Leonel Carfi, a representação homossexual trazida pelas telenovelas trouxe uma importância social às cenas em que ocorreram o beijo gay:

Achei muito surpreendente ver atores famosos se beijando na televisão, porque a gente é acostumado a ver homens beijando mulheres na televisão e quando a gente vê um casal LGBT se beijando. Então é, realmente, uma cena que foi, pra mim, muito surpreendedora. Agora o que eu achei em relação a essas cenas foi fantástico. Eu achei muito bom e muito importante, porque para que as famílias aceitem quando tem um ou outra na família que tenha essa opção. Nós temos várias pessoas que tem esse mesmo desejo, por isso achei que essas cenas nas novelas foi um incentivo para as famílias: abaixo o preconceito. [sic]³⁹

Leonel enxerga a representação homossexual nas telenovelas da mesma forma que a emissora usa para justificar as cenas: como se fosse uma campanha social para reduzir com o preconceito. Uma espécie de medida de prevenção que a TV Globo toma, primeiro, para tentar educar as famílias, posteriormente, como medida para educar a sociedade em relação ao respeito com as pessoas homossexuais.

Através do discurso de Carfi, vemos que há uma aceitação da representação homossexual que as telenovelas em questão propuseram a fazer. Segundo o depoente, a representação de um casal LGBT se beijando é uma maneira de fazer com que as famílias que possuem algum membro homossexual entendam com naturalidade essa condição, deixando de lado o preconceito.

O depoente tece a seguinte menção sobre a sua recepção:

Eu me senti muito representado quando vi na Globo as novelas com os gays, muito representado. Eu estou falando por mim, mas posso até falar por muitos outros que têm mais idade do que eu, porque isso já era aguardado, há muitos anos atrás. Que viesse uma novela que tivesse uma cena assim. Não é

³⁹ LEONEL, entrevistado em 03/11/2017.



de agora esse desejo. Eu não esperava de agora, mas desde de 5, 10 anos atrás. [sic].⁴⁰

Portanto, na alocução de Carfi, houve não apenas uma aceitação na representação teleficcionada da homossexualidade, como ainda uma representatividade. Observarmos, através desse depoimento que Carfi não consegue distinguir a significação da mídia na sociedade aderindo ao discurso imposto pelos produtores de televisão. Nota-se que se deixou manipular e não abstrai o interesse mercadológico que a televisão possui pelo público LGBT. Enfim, o depoente, assim como inúmeros indivíduos homossexuais espalhados pelo país afora, não percebe que a TV Globo traz para a ficção o protagonismo gay visando o lucro comercial. Por meio da inserção de tal temática em seus produtos audiovisuais, ela pode alcançar um grupo com poder aquisitivo.

No tocante ao incômodo que cenas de beijo entre dois homens e/ou duas mulheres ocasiona em uma parte do público que acompanha as telenovelas, Carfi explica:

Acho até normal, do meu ponto de vista, que algumas pessoas não gostaram de ver gays se beijando nas novelas, porque o não gostar de ver é um acomodismo [sic], porque são pessoas acomodadas a verem somente homem beijando mulher. Então, como isso nunca teve a nível nacional, uma cena como essa [de beijo gay], é realmente de causar uma grande repercussão. E daí vem repercussão das pessoas que tem preconceito contra as pessoas, a comunidade de LGBT e até aquelas pessoas que não têm preconceito contra gays, mas que ficaram surpresos porque nunca viram isso antes. Eu tenho na minha família pessoas que acompanham novelas há mais de 30 anos e nunca viu uma cena dessas, obviamente, quando ver a repercussão vem para gerar todos os aspectos sentidos. [sic].⁴¹

É curioso o modo que Leonel observa o beijo gay. Ele percebe o evento como algo inédito, nunca sequer visto antes, nem por seus antepassados e, por se tratar de algo – em sua visão – vanguardista, é perfeitamente normal que as pessoas se incomodem com esse tipo de representação da homossexualidade nas telenovelas.

A partir da reflexão do depoente, podemos compreender o beijo gay na telenovela enquanto fenômeno sociomidiático⁴², pois é um evento que, embora esteja

⁴⁰ LEONEL, entrevistado em 03/11/2017.

⁴¹ LEONEL, entrevistado em 03/11/2017.

⁴² Em nossa visão, o beijo gay em telenovelas pode ser visto como um fenômeno sociomidiático, haja vista que tem um grande alcance social que suscita inúmeras reflexões e, ainda, possui uma grande mobilização na mídia, sobretudo, no campo virtual da internet.



circunscrito no campo midiático, alcança e, conseqüentemente, dialoga com as mais variadas esferas da sociedade para o bem e para o mal!

Nas representações da homossexualidade na teledramaturgia brasileira, sobretudo, nas telenovelas estudadas nessa pesquisa, a descoberta da homossexualidade foi algo sempre tido como um momento doloroso, pois nem sempre há uma autoaceitação. Afinal, ninguém escolhe ser homossexual para carregar consigo uma gama de preconceitos e discriminações.

Na visão de Diego Babinski, a TV Globo está aos poucos tentando romper os preconceitos existentes na sociedade, porém, não representa os homossexuais em sua totalidade:

Eu vejo que a Globo tenta quebrar algumas coisas que a sociedade não é acostumada a ver, mas ao mesmo tempo, como é importante, isso tá passando na TV, você, às vezes, não vê a cena das duas senhoras lésbica como poderia ser: uma senhora lésbica pobre, negra... Mas não... Uma era advogada e a outra acho que era empresária... A cena do beijo gay: dois gays, brancos, bem-sucedidos... Nunca vê um beijo gay negro. O negro é colocado como empregada doméstica, como diz a sociedade “em trabalhos inferiores”. É importante, mas eu acho que se eu fosse escrever essa cena [de representação do homossexual] eu escreveria um gay de classe pobre, classe baixa ou classe média e negro ou tipo um negro e um branco... [sic].⁴³

Sendo assim, observa-se a partir da recepção de Babinski, que a TV Globo conseguiu trazer para as telas uma certa representatividade dos homossexuais nas telenovelas aqui estudadas, conforme o próprio depoente aponta: “Sim, eu fui representado. Mas, é que nem aquela coisa: eu seria mais representado se fosse um beijo gay entre um negro. Se tivesse um negro na cena”⁴⁴. Portanto, não houve por parte de Babinski (e certamente por parte de muitos outros telespectadores homossexuais) uma aceitação dessas representações, haja vista que a emissora privilegia atores brancos para protagonizarem esses momentos importantes na história de sua teledramaturgia. Além disso, as personagens em questão eram pessoas ricas, bem-sucedidas. Nessa direção, há uma exclusão dos homossexuais pobres e negros em tais representações teleficcionadas da homossexualidade.

Na visão de Babinski, os produtores trazem uma representação muito elitizada da homossexualidade, sendo, justamente, esse um fator destoante da realidade: “Só mostra o gay elitizado [...] a realidade é totalmente diferente”. Em sua visão, os produtores de teledramaturgia deveriam calcar mais na realidade, pois “a população

⁴³ DIEGO, entrevistado em 16/11/2017.

⁴⁴ DIEGO, entrevistado em 16/11/2017.



brasileira, é uma população que se prende muito na mídia. Então você só vai começar a mexer nos princípios de valores das pessoas quando a mídia falar sobre isso”⁴⁵. Sendo assim, a mídia tem uma grande responsabilidade.

Ainda na visão do depoente, o fanatismo religioso é o que ocasionou o repúdio – por parte de uma parcela da sociedade – para o beijo entre Estela e Tereza, na telenovela *Babilônia*: “Não a religião em si, mas as pessoas que seguem uma religião, que tem aquele fanatismo religioso”⁴⁶.

O depoente seguinte, o professor Rodrigo, também corrobora a concepção de Babinski. Para ele, a influência religiosa faz com que telespectadores mais conservadores reajam mal a uma cena de beijo entre pessoas do mesmo sexo nas telenovelas. O depoente relata: “Eu acho que a maioria [das pessoas] que se incomodam é por motivos religiosos, determinada religião não permite ou pelo fato mesmo de serem preconceituosos”.

Rodrigo também enxerga a representação da homossexualidade nas telenovelas de maneira unânime. Ele afirma: “Me senti representado [com as personagens gay das telenovelas], porque é uma forma da gente. Parece que é um pedacinho de nós que está sendo mostrado, como a gente vive, o que a gente faz...”⁴⁷. Ou seja, o professor Rodrigo consegue se ver na representação ficcional da homossexualidade nas telenovelas. Para ele, há uma representatividade. Inclusive, ele se posiciona a favor na exibição de cenas com beijo gay “porque as pessoas têm que começar a encarar de uma forma natural uma pessoa gostar de uma outra pessoa do mesmo sexo. Então, a televisão, como atinge uma grande parcela da sociedade seria interessante que isso continuasse ocorrendo pra ir acabando um pouco com o preconceito”⁴⁸. [sic]. Rodrigo vê, na telenovela, um elemento que, devido à sua força midiática, tem potencial para alcançar um grande número de pessoas e, assim, provocar nelas uma reflexão capaz de reduzir o preconceito que ora possuem.

Nosso outro depoente, Gustavo, como homossexual, se sente representado ao se deparar com a representação da homossexualidade nas telenovelas, mas não aceita esse tipo de representação:

Me senti e não me senti representado ao ver as cenas de beijo gay. Sim, porque as cenas eram de beijos gay e eu sou gay. Então era uma certa

⁴⁵ DIEGO, entrevistado em 16/11/2017.

⁴⁶ DIEGO, entrevistado em 16/11/2017.

⁴⁷ RODRIGO, entrevistado em 17/11/2017.

⁴⁸ RODRIGO, entrevistado em 17/11/2017.



representatividade só que, também, os atores que interpretaram os gays, pelo que eu vi só foram homens brancos, bonitos, sarados e ricos.⁴⁹

Na visão do depoente, a melhor representação da homossexualidade na teledramaturgia seria: “Como de fato a comunidade gay é: heterogênea. Composta por gente negra, branca, gorda, “bonita”, por gente rica, pobre”. Ao contrário do que acontece, os produtores de televisão “representam só uma parcela da comunidade gay: os brancos, bonitos, ricos”⁵⁰.

A representação caricata dos homossexuais nas telenovelas que imperou, sobretudo, nas décadas de 1970 e 1980, quando ocorre na atualidade ainda gera motivos para inúmeras críticas. Conforme já dito anteriormente, vários movimentos e associações de homossexuais condenam quando surge uma personagem homossexual caricata num enredo de telenovela, pois é como se os produtores de televisão, levassem ao ar uma mensagem que todo homossexual é performático, o que é uma inverdade, porém, na vida real, há pessoas que têm um comportamento mais livre.

Quando ocorre uma personagem de grande magnitude com esse tipo de comportamento, como, por exemplo, o Félix, de *Amor à Vida*, que mantinha elementos caricatos, ocorre insatisfação. Na construção de Félix, o autor utilizou metáforas e ambivalências. Ou seja, a essência da caricatura se fazia presente na personagem, que – em sua fase pobre – se vestia de um jeito que levava os telespectadores ao riso. Portanto, trazia um humor que o rebaixava, mas que não era algo perverso, até porque, caso fosse, não provocaria o riso. Na personagem Félix, em muitas situações, apareceu esse recurso, inclusive, há a possibilidade de ele não ter sido redimido pelo amor, mas que tenha assumido a outra faceta que já estava arraigada em sua personalidade.

Porém, muitas pessoas reagem contra tal tipo de representação. Em relação a esse assunto, Rodrigo faz a seguinte alegação:

Ah, não sei [como gostaria de ser representado numa telenovela]... Eu acho assim que, às vezes, eles colocam alguns tipos de personagens bem característicos como um que já é afeminado, né? Então poderia pôr mais personagens assim: um homem natural, que seja masculino e que [ao mesmo tempo] seja gay, sem trejeitos, também. Porque existem vários tipos, não é só os que tem trejeitos, né? Poderia ser uma maneira [de representar os homossexuais]. [sic].⁵¹

⁴⁹ GUSTAVO, entrevistado em 19/11/2017.

⁵⁰ GUSTAVO, entrevistado em 19/11/2017.

⁵¹ RODRIGO, entrevistado em 17/11/2017.



Quando o entrevistado menciona que os produtores de TV “colocam alguns tipos de personagens bem característicos como um que já é efeminado”, Rodrigo demonstra sua dificuldade em se ver como um “deles” o que indica uma dificuldade do mesmo em se ver como um homossexual que pertencem ao mesmo grupo dos homens gays efeminados⁵². O professor Rodrigo, na sua recepção, refuta esse protótipo de personagem gay, pois acha que a televisão deve trazer o homem gay sem trejeitos. Todavia, é importante também haver a representação do homossexual efeminado, até porque ele existe em nossa realidade, porém, sem ter sua participação ligada ao ridículo, como acontece à exaustão com as personagens homossexuais em programas humorísticos.

A representação do gay espalhafatoso é fundamental, uma vez que irá incomodar os conservadores e preconceituosos. Inclusive, quando há uma personagem gay efeminado, tendo uma trama séria por trás, geralmente, não “cai” no gosto do público que, em sua maioria, são pessoas conservadoras. A despeito disso, Moscovici explica o motivo de determinadas representações como essa não serem aceitas:

O ato da re-apresentação é um meio de transferir o que nos perturba, o que ameaça nosso universo, do exterior para o interior, do longínquo para o próximo. A transferência é efetivada pela separação de conceitos e percepções normalmente interligados e pela sua colocação em um contexto onde o incomum se torna comum, onde o desconhecido pode ser incluído em uma categoria conhecida. Por isso, algumas pessoas irão comparar a uma “confissão” a tentativa de definir e tornar mais acessíveis as práticas do psicanalista para com seu paciente – esse “tratamento médico sem remédio” que parece eminentemente paradoxal a nossa cultura⁵³.

O autor afirma que aquilo que nos é estranho, o que não nos pertence, o que vai contra os nossos princípios, é o que nos incomoda. Posto isso, é essencial que continue a existir tais tipos de representação homossexual. Em sua perspectiva, se elas não ocorrem, não irão incomodar e, se não inquietar os preconceitos, continuarão descartando a existência dessas pessoas, pois essas só:

incomodam exatamente porque estão aqui, sem estar aqui; eles são percebidos, sem ser percebidos; sua irreabilidade se torna aparente quando nós estamos em sua presença; quando sua realidade é imposta sobre nós – é como se nos encontrássemos face a face com um fantasma ou com um personagem na vida real; [...] Então algo que nós pensamos como imaginação se torna

⁵² PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 14.

⁵³ MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Tradução de Pedrinho A. Guareshi. 11ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 56-57.



realidade diante de nossos próprios olhos; nós podemos ver e tocar algo que éramos proibidos⁵⁴.

Por todas essas razões expostas, são essas representações que, muitas vezes, são ignoradas e não percebidas que vão colaborar para barrar o preconceito, incluindo aquele existente entre os próprios homossexuais.

Ainda acerca de tal problemática, Moscovici apresenta uma solução para as representações que fabricamos serem aceitas com normalidade:

Quando tudo é dito e feito, as representações que nós fabricamos – duma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc. – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade. E através delas nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que parecia abstrato, torna-se concreto e quase normal. Ao criá-los, porém, não estamos sempre mais ou menos conscientes de nossas intenções, pois as imagens e ideias com as quais nós compreendemos o não usual (incomum) apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual nós já estávamos familiarizados há tempo e que, por isso, nos dá uma impressão segura de algo “já visto” (*déjà vu*) e já conhecido (*déjà connu*).⁵⁵

Retornando para o campo da recepção dos depoentes, deparamo-nos com a pertinente observação de Ana Lúcia que, inclusive, justifica o porquê de o casal de lésbicas da telenovela *Babilônia* não ter tido boa recepção junto ao público da trama escrita por Gilberto Braga.

[...] Eu acho que tem muita coisa ainda que não é falado e, às vezes, eles desfocam de uma coisa que seria realmente importante de ser mostrada naquele momento para a compreensão de quem tá ali assistindo e focam numa outra coisa que pode dar Ibope, uma ligação a trama e isso é foda. Eu acho que eles têm que fazer da forma correta até o ponto que mostram como aquilo tem que ser mostrado e depois desenvolve. Primeiro, [tem que mostrar que] a Marina é lésbica, a Marina chegou ali, a Marina teve uma luta, a Marina é a Marina... Depois a Marina ama Cláudia, a Marina casou com não sei quem... É uma coisa assim que eles [os produtores de televisão] deveriam tá focando mais pra acontecer essa coisa de autorepresentatividade. Nós vamos começar a se identificar com os personagens a partir do personagem, da forma que o personagem se posiciona e se abre. É aí que vamos ver o que ele tem pra nos oferecer e qual é o nosso grau de identificação com ele. [sic].⁵⁶

⁵⁴ MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho A. Guareshi. 11^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 56.

⁵⁵ MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho A. Guareshi. 11^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 58.

⁵⁶ ANA LÚCIA, entrevistada em 30/11/2017.



A visão de Ana Lúcia alinha-se a uma perspectiva mercadológica e social, pois, para o público da telenovela torcer e, por conseguinte, se envolver com um casal homoafetivo, os autores devem promover uma explanação sobre a história de amor daquele determinado casal, explicando quem são eles e o que passaram para chegar até ali. Essa medida já é adotada com casais heterossexuais. E com isso feito, certamente, irá alcançar alguma empatia tanto em telespectadores heterossexuais como também junto ao público homossexual, que poderá, ou não, se identificar com a representação exposta ali. E vemos que foi essa a estratégia adotada pelo novelista Walcyr Carrasco em *Amor à Vida*.

No entendimento da depoente, quando uma telenovela trazer uma representação da transexualidade, os produtores deveriam escalar uma atriz ou ator transexual para vivenciar a personagem:

Tá na hora de falar a verdade, tá na hora de ir pra televisão então – já que é pra mostrar uma realidade – falando a verdade. O que é ser homossexual no dia a dia. Não é você [falar]: “Ah, vai ter uma transexual na novela”. E você vai lá e contrata um Bruno Gagliasso pra se vestir de mulher, não. Você tem que ir lá e pegar uma transexual [pra fazer aquela personagem]. Você não vai estar [sic] dando pra ela só um emprego, mas uma oportunidade de vida, de visibilidade o que já seria um começo. [sic].⁵⁷

Jaqueline corrobora a opinião da companheira, a depoente Ana Lucia, no sentido de os produtores trazerem mais fatos reais para a representação ficcional da homossexualidade:

Se eles [produtores de telenovela] retratassem mais a verdade, após os bastidores, colocando alguém real pra fazer um papel real, eu acho que seria muito bacana [mostrando o que] uma lésbica passou pra tá ali. Como foi? Não só o fato dela chegar a ter um relacionamento com outro personagem, mas contar o que aconteceu com ela. Como ela se auto descobriu? Como foi pra ela? Como foi na casa dela? Porque a maioria dos pais não tem dimensão disso. Seria muito bacana... [sic].⁵⁸

Não obstante, a plausibilidade é o que a maioria dos depoentes/telespectadores gays espera da representação da homossexualidade nas telenovelas.

A depoente Jaqueline traz uma indagação pertinente ao fato de a TV Globo ter vetado o beijo gay no último capítulo da telenovela *América* (2005) e ter exibido no desfecho de *Amor à Vida* (2013-2014):

Olha, eu acho que eles [a TV Globo] estava tentando agradar [a população LGBT]. Quando tentaram esconder a cena [de beijo gay gravada para ir ao ar no último capítulo da telenovela *América* (TV Globo/2005)] foi para agradar a família tradicional. Agora já não tem como esconder, Pablllo Vittar tá

⁵⁷ ANA LÚCIA, entrevistada em 30/11/2017.

⁵⁸ JAQUELINE, entrevista em 30/11/2017.



cantando aí... O que é Pabllo Vittar lá na Globo? Pisa mais! Pisa mais!⁵⁹
(risos). [sic].⁶⁰

No pensamento de Jaqueline, a TV Globo ora demonstra estar do lado do grupo de telespectadores conservadores, ora demonstra estar ao lado da comunidade LGBT. Entretanto, não podemos considerar tal afirmação, haja vista que a emissora, ao abordar temáticas homossexuais em sua teledramaturgia, visa apenas à ampliação de seu público, por meio de certas estratégias (inclusive, comerciais) para assim manter-se no poder.

Esse ponto incisivo merece argumentação, afinal não foi o aspecto social, moral e humanitário da TV Globo que a levou a produzir de maneira exaurida inúmeras telenovelas e personagens homossexuais em sua programação. Muito pelo contrário, é devido ao crescente número de homossexuais presentes em nossa sociedade. E esse foi um dos pontos que esteve presente na percepção do depoente Gustavo Simão.

Eu acho que o objetivo da Globo em produzir cenas e novelas que abordam essa temática é, justamente, o mercado, porque atualmente o mercado como a gente pode ver nos comerciais, no cenário musical, no cenário cinematográfico, há uma grande inserção das minorias e isso tem dado bastante Ibope para as artes que se utilizam dessas minorias. Então, eu acho que o objetivo dela [TV Globo] é muito mais mercadológico do que ideológico. [sic].⁶¹

Ainda na visão de Gustavo, independentemente de ter havido um envolvimento mercadológico por trás, a representação mais abrangente da homossexualidade nas telenovelas, em algum momento aconteceria, afinal “a teledramaturgia é uma arte que ficcionaliza a vida, era de se esperar que cedo ou tarde ela iria retratar casais homossexuais”.

Não é só a TV Globo que vem dando alguma visibilidade para a comunidade LGBT. Atualmente, temos visto cada vez mais peças publicitárias de empresas multinacionais (ou não) trazerem casais homoafetivos para estrelar campanhas publicitárias. Todavia, isso se deve, sobretudo, porque o consumo do público LGBT aumentou de maneira considerável nos últimos anos.

O potencial de consumo do mercado LGBT no Brasil é de R\$ 418,9 bilhões, o equivalente a 10% da riqueza produzida no país. É o que indica estudo feito há um ano pela consultoria norte-americana Out Leadership. Os números são importantes para mostrar o foco com que empresas como O Boticário, Gol e Skol abordaram, de diferentes formas, casais homossexuais em um

⁵⁹ Gíria homossexual para classificar êxito. Embora não iremos trabalhar essa dimensão, cabe esclarecer que se trata de um tipo de recurso linguístico adotado pelos homossexuais.

⁶⁰ JAQUELINE, entrevista em 30/11/2017.

⁶¹ GUSTAVO, entrevistado em 19/11/2017.



movimento que, em alguns casos, continuou com um intenso debate nas redes sociais contra comentários homofóbicos e ameaças de boicote.⁶²

A declaração de Gustavo torna-se pertinente visto que as representações homossexuais na teledramaturgia ocorrem – em primeiro momento – para atrair audiência dessa minoria social que se destaca consideravelmente nas sociedades modernas.

Outro aspecto necessário que é observado – pelo depoente – no tocante à telenovela como artefato para coibir (ou então minimizar) o preconceito e a homofobia é que não deve recair totalmente sobre um produto artístico tal responsabilidade. Segundo ele, essa responsabilidade é da educação:

Apesar dela [telenovela] ser uma arte que chega a muitos, acho que o poder dela em questão de transformações é muito reduzido. Ela como arte só consegue retratar a realidade como ela é. Acho que o papel dela é esse, eu não vejo mais do que isso. Pra diminuir o preconceito, deveria se focar em outras coisas, como educação. [sic].⁶³

A visão da depoente Ana Lúcia a respeito desse assunto converge com a reflexão de Gustavo. A depoente em questão afirma que “a ignorância do brasileiro é alta demais”, sendo por isso que, dificilmente, a telenovela irá conseguir extinguir a homofobia no Brasil. E isso ocorre porque o brasileiro:

vai ver uma novela ali e não vai procurar saber mais depois. Se ele tiver um filho que ele desconfia que é gay, ele não vai ter certeza, ele pode não gostar daquilo, ele pode não achar aquilo legal e essa novela não ajudou em nada acabar com o preconceito daquele pai, porque é educação, é aquela coisa de cultura, esse pai foi criado assim: homem tem que ser macho, pôr a mão no saco e comer todo mundo, macho tem que ser forte. E já criou a mulher pra ser frágil, delicada, vai lá e faz isso, ele quer, ele gosta... [sic].⁶⁴

Ainda, em seu depoimento, Ana chama atenção para o fato de a TV Globo apoiar politicamente pessoas que são contra as pautas dos grupos de militância homossexual e, ainda assim, promover uma representação emancipatória da homossexualidade em suas telenovelas e também fazer campanhas sociais contra a homofobia. Entretanto, a depoente acredita que há alguém da emissora que traz essas representações para a teledramaturgia como uma maneira de conter a homofobia que cresce a níveis assustadores em nosso país. Percebe-se que a depoente mais nova e aquela que não tem um nível de instrução elevado é a que mais tem clareza e um senso crítico de sua realidade.

⁶² Ver mais em: <http://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1785135-consumo-do-publico-lgbt-e-ate-4-vezes-acima-da-media>, n.p. Acesso em 27/11/2018.

⁶³ GUSTAVO, entrevistado em 19/11/2017.

⁶⁴ ANA LÚCIA, entrevista em 30/11/2017.



Há outros depoentes que acreditam que, sozinha, a telenovela nunca irá conseguir minimizar a homofobia, uma vez que essa função não compete a esse gênero televisivo, como enxerga Gustavo:

Acho que a novela não pode se misturar com educação até porque a arte não pode ser didatizada. Não pode mostrar um caminho.... Isso é papel da educação, da cultura – que eu digo – elaborada, da cultura de conhecimento mesmo, não artístico, da cultura intelectual mesmo. Acredito que só por meio dela que pode haver transformações, a arte ajuda, mas ela não pode ser considerada um instrumento pra acabar com o preconceito, ela pode ajudar para que isso aconteça da forma que anda acontecendo, mostrando mais a realidade da comunidade, mas ela não pode ser considerada um instrumento pra acabar. A contribuição da novela é muito pouca em face da contribuição da educação⁶⁵.

O depoimento de Gustavo sobre a homofobia é extremamente oportuno, visto que a questão da homofobia está ligada a outras questões sociais, como a pobreza, o generocídio, o racismo etc. E isso é interessante de ser observado, pois nenhum indivíduo gay carrega consigo só a homossexualidade, há outros elementos sociais vinculados à sua formação identitária.

Sendo assim, vemos que a recepção das representações da homossexualidade na teledramaturgia é algo complexo, uma vez que, mesmo inseridos numa esfera social em comum, cada sujeito tem um olhar diferenciado para um mesmo evento social, mas num ponto, todos são unânimes: precisa haver cada vez mais representações da homossexualidade na telenovela. E representações abrangentes, que contemplem os sujeitos homossexuais em sua totalidade e não excluindo determinados tipos.

Considerações Finais

O tema que encaminhou esta pesquisa científica perscrutou sobre a visão de mundo que passa pela telenovela brasileira, uma vez que a teledramaturgia está trazendo, sobretudo a partir dos anos 2000, diversos tipos de representações do campo da homossexualidade. Sendo assim, o foco da pesquisa volta-se para o exame das telenovelas *América* (2005), *Amor à Vida* (2013-2014) e *Babilônia* (2015). O propósito foi compreender e analisar como essas representações foram construídas nesses folhetins televisivos, bem como investigamos como foi a recepção da homossexualidade nesse gênero televisivo.

A partir da recepção desse grupo de homossexuais de Jacarezinho (PR), vemos que as representações da homossexualidade na telenovela brasileira vêm proporcionando algum avanço na pauta LGBT. Vemos que a atual representação do gay

⁶⁵ GUSTAVO, entrevistado em 19/11/2017.



teve alguma alteração em relação ao período anterior. Notamos que ainda não acontece uma representação ampla, posto que não vimos ainda uma lésbica negra e pobre tendo um protagonismo numa telenovela das nove da TV Globo.

Portanto, embora haja para alguns depoentes uma representatividade em relação as representações homossexuais exibidas nas telenovelas da TV Globo, ainda não há totalmente uma aceitação de tais representações. Isso porque elas ainda excluem algumas causas urgentes das minorias que pertencem ao grupo de homossexuais, mesmo que essas representações possam ser relevantes para uma parcela desse grupo de minoria que se vê representado ficcionalmente. Com isso, a análise desenvolvida mostra que a telenovela, um objeto aceitável e acessível, traz para o público uma hibridação da temática homossexualidade, uma causa ainda pouco acolhida na esfera social.

Data de submissão: 30/04/2020

Data de aceite: 07/07/2020



Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. **História Oral: A Experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

GRIJÓ, Wesley Pereira; SOUZA, Kairo Vinícios Queiroz de. **A Telenovela na Internet: as estratégias do autor Aguinaldo Silva**. 2014.

JAUSS, Hans Robert. **Pour une esthétique de la réception**. Paris: Tel Gallimard, 1994.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Prostituição à Brasileira**. São Paulo: Contexto, 2015.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Tradução de Pedrinho A. Guareshi. 11ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

PAULA, Sara Espírito Santo de. MOREIRA, Benedito Dielcio. Facebook: o prolongamento do “tempo de vida” do personagem Felix, de Amor à Vida. *In: Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. 2016, p. 4. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1377-1.pdf>. Acesso em 18/02/2020.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PORTELLI. Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

THOMSON, Alistair. **Aos Cinquenta Anos: Uma Perspectiva Internacional da História Oral**. *In: ALBERTI, Verena. FERNANDES, Tania Maria. FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2000.



HISTÓRIA PÚBLICA E IMPRENSA: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DO ACRE A PARTIR DAS NARRATIVAS EM JORNAIS ACERCA DE SUA ANEXAÇÃO



Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque¹

Resumo

A partir da “Questão do Acre” retratada nos periódicos da capital federal, de Belém e Manaus publicados entre 1890 a 1909, se traz reflexões acerca do contributo da escrita da trajetória acriana por meio da História Pública. As pesquisas foram feitas nos acervos da Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil. O referencial é constituído por Albuquerque²; Almeida, Rovai³; Barbosa⁴; Barros⁵; Cunha⁶; Galvão⁷; Luca⁸; Tocantins⁹ e Silva¹⁰. Em termos estruturais, no introito do artigo há relato do que foi a “Questão do Acre”, depois apontamentos sobre o marco temporal e aporte teórico-metodológico, seguido de diálogo a respeito de como a História Pública pode fazer repensar a escrita da História do Acre, complementado com ponderações quanto ao *corpus* documental e resultados da pesquisa, que fortalecem o desenvolvimento de um historiografia acriana desconstruindo narrativas laudatórias de mitos.

Palavras-chave: Acre; Jornais; História Pública.

Abstract

From the "Question of Acre" portrayed in the journals of the federal capital, Belem and Manaus published between 1890 and 1909, reflections are brought about the contribution of writing the acriana trajectory through Public History. The research was made in the Brazilian National Library Foundation (Hemeroteca). The reference consists of Albuquerque; Almeida, Rovai; Barbosa; Barros; Cunha; Galvão; Luca; Tocantins and Silva. In structural terms, in the introitus of the article there is a report of what was the "Acre Question", then notes about the time frame and theoretical-methodological contribution, followed by dialogue about how Public History can rethink the writing of the History of Acre, complemented with weightings regarding the documentary corpus and research results, which reinforce the development of an acriana historiography deconstructing laudatory narratives of myths.

Keywords: Acre; Public History; newspaper.

¹ Professora lotada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre. Atualmente, exerce o cargo de sub-coordenadora do Curso de Licenciatura em História. É pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/UFAC). E-mail: biancaalbuquerque@gmail.com

² ALBUQUERQUE, Nedy Bianca Medeiros de. A cavalo dado não se olham os dentes: o Bolivian Syndicate e a Questão do Acre na imprensa (1890-1909). Tese de Doutorado em História Social pela FFLCH da USP: São Paulo, 2015.

³ ALMEIDA, Juliele Rabêlo de; OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia de (Org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

⁴ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

⁵ BARROS, José D'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. In: *Caderno de Pesquisa do CDHIS/UFU*. v.25, n.2, jul./dez. 2012. p. 407-429. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/15209/11834>> Acesso em: 04 mar. 2020.

⁶ CUNHA, Euclides. *À margem da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1999

⁷ GALVÃO, Walnice N. *No calor da hora: a guerra de canudos nos jornais*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1994.

⁸ LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. 116 p.

⁹ TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2001. 2 v. 548p.

¹⁰ SILVA, Francisco Bento da. Insolitudes acres, híbridas e fronteiriças: as disputas pelas identidades. *Revista Jamaxi*, v. 1, p. 49-67, 2017.



Introdução

Em termos territoriais a configuração atual do Brasil teve o início de sua construção com a partilha do Novo Mundo entre portugueses e espanhóis pela Bula Intercoetera de 1493 e Tratado de Tordesilhas de 1494. A partir das ocupações dos ibéricos na América do Sul outros tantos acordos limítrofes foram feitos, de tal ordem que o Brasil nos primeiros anos do século XIX tivesse as suas fronteiras configuradas a semelhança de seus contornos atuais¹¹ excetuando-se partes do Acre, Amapá e Rio Grande do Sul.

Contudo, somente na Primeira República se realizaram as negociações definitivas entre o governo brasileiro e os vizinhos fixando os limites. E dentro do conjunto destas tratativas o Acre legalmente se tornou parte constitutiva do Brasil em 17 de novembro de 1903, por meio da assinatura do Tratado de Petrópolis, solucionando a contenda com a Bolívia e findando as polêmicas de sua demarcação territorial com o Peru no acordo firmado no Rio de Janeiro de 1909, que fechava a questão entre Brasil e Peru. Assim, os brasileiros obtiveram legitimidade de exploração da borracha extraída da árvore da seringueira existente naquela região.

Todavia, em âmbito interno a “Questão do Acre” (como ficou registrada em livros e jornais) gerou polêmicas antes, durante e após sua resolução. Preliminarmente denotaram-se os aspectos de direito internacional (manifestos tanto em debates sobre soberania, quanto no caráter colonial com a proposta de arrendamento ao Bolivian Syndicate). O percurso foi pontuado por beligerância nos periódicos e os embates de tropas, indo desembocaram na anexação territorial, com criação de novo ente federativo não previsto na Constituição de 1891. Resultando em pagamento de dois milhões de libras esterlinas, acrescido de “permuta” de terras entre o Abunã e Madeira pelo Acre, livre navegação boliviana em rios brasileiros para atingir o Atlântico e a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré.

O Acre brasileiro de direito deu origem ao Território Federal homônimo, acarretando ampliação “territorial brasileira em mais de 200.00 km”, ao mesmo tempo em que demonstrava descumprimento das “recomendações constitucionais” previstas no art. 88, Título V, das Disposições Gerais na Constituição de 1891 a respeito de não se “empenharem em guerra de conquista, direta ou indiretamente” a exemplo do que

¹¹ A este respeito ver FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 85



recordou Porto.¹² Essa anexação do Acre ao Brasil, sob gestão direta da União, instituído pelo Decreto nº 1. 181 de 25 de fevereiro de 1904, conflitava aos interesses do governo do Amazonas conforme demonstrado em processo movido no Supremo Tribunal Federal que teve Rui Barbosa¹³ como um de seus patronos.

Tais controvérsias nas esferas políticas e jurídicas movimentaram debates a fim de sensibilizar a opinião pública por meio da imprensa antes, durante e após o desenrolar da “Questão do Acre”. A parte inicial da divergência, relativa ao Bolivian Syndicate, é o objeto de exame do presente artigo, tendo em conta como a escrita se relaciona com a história pública. Neste intuito foram fontes as publicações datadas entre os anos de 1899 a 1909, que circularam em jornais da capital federal, de Belém e Manaus, disponibilizados no acervo digital e físico da Fundação Biblioteca Nacional.

A opção por esse marco cronológico vincula-se as dissensões de domínio político e econômico sobre a região primeiro entre bolivianos e brasileiros, acrescido depois das contestações peruanas. Isto porque em 1899 a tentativa da Bolívia de instalação aduaneira em terras do Acre motivou o levante comandado por José Carvalho, seguido do movimento de “Estado Independente” liderado por Galvez, que foram sucedidos pelos conflitos militares entre brasileiros e bolivianos, solucionados por diplomacia bilateral. Entretanto, a “Questão do Acre” se prolongou até o Tratado do Rio de Janeiro em 1909.

Esses escritos jornalísticos publicados entre 1899 a 1909 foram analisados a luz de referências no trato das fontes hemerográficas constantes em Walnice Galvão, Marialva Barbosa, Tânia de Luca e José D’Assunção Barros. Ao passo que os dados históricos foram confrontados com as obras de Cunha¹⁴, Tocantins¹⁵; Calixto, Souza e Souza¹⁶;

¹² PORTO, J. L. R. Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil. *Revista Presença* (Porto Velho), Porto Velho, n. 16, 2000.

¹³ Documentação, peças redigidas e argumentação a esse respeito podem ser lidos em no livro de Rui Barbosa denominado O Direito do Amazonas ao Acre Setentrional. BARBOSA Rui. *Obras completas de Rui Barbosa: o direito do Amazonas ao Acre setentrional*. Vol. XXXVII, tomo V, 1910. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.

¹⁴ CUNHA, Euclides. *À margem da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

¹⁵ TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2001. 2 v. 548p.

¹⁶ CALIXTO, Valdir de Oliveira; SOUZA, Josué Fernandes de; SOUZA, José Dourado de. *Acre: uma história em construção*. Rio Branco: Fundação Cultural, 1985.



Souza¹⁷ e Carneiro¹⁸, sem perder de vista as ponderações a respeito história pública¹⁹, porquanto seu tripé de sustentação se faça presentes nas reflexões deste texto.

Como a História Pública pode fazer repensar sobre a escrita da História do Acre?

Para responder nossa indagação motriz, há de se recordar que é recorrente na historiografia ao lidar com a anexação do estado ao Brasil denominá-la de “Questão do Acre”, apontando enquanto clássico acerca do tema a obra “Formação Histórica do Acre”²⁰ de Leandro Tocantins, assim como a análise de ocupação da área estar referenciada a partir de Euclides da Cunha (em “À Margem da História”²¹ e seus demais escritos sobre Amazônia, tanto quanto no seu trabalho da comissão de demarcação territorial na região do Alto Purus).²²

Os dois autores pautam a construção das análises (históricas, geográficas e sociológicas da incorporação territorial e humana da planície amazônica) inaugurando, a nosso ver, o “acrianismo” em analogia ao “brasilianismo”. Compreensão desligada de adjetivo pátrio, porquanto o termo independa das origens de autoria e desvincule a produção de ter sido redigida em terras acrianas, mas, seja correlato a produção sobre à região.²³

Entretanto, essa construção historiográfica até o início do XXI teria sido pontuada quanto a “Questão do Acre” em caráter uníssono pela versão dada por Leandro Tocantins. Narrativa com ênfase a participação de Luiz Galvez ao denunciar a propositura do Bolivian Syndicate e liderar o movimento de formação do Estado Independente do Acre, sustentado no governo do Amazonas.

¹⁷ SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *História do Acre: novos temas, nova abordagem*. Rio Branco: Carlos Alberto Alves de Souza, 2002.

¹⁸ CARNEIRO, Eduardo de Araújo. 'A fundação do Acre': um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

¹⁹ FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra; MELO, Ricardo Marques de; KOBELINSKI, Michel. História pública brasileira e internacional: seu desenvolvimento no tempo, possíveis consensos e dissensos. *Revista do NUPEM*, v. 11, p. 29-47, 2019.

²⁰ TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Brasília: Senado Federal, 2001, Vols. I e II

²¹ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

²² GUIMARAES, Leandro Belinaso. Euclides da Cunha na Amazônia: descontinuidades históricas nos modos de ver e narrar a floresta. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 705-718, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 Jul. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702010000300008>.

²³ ALBUQUERQUE, Nedy Bianca Medeiros de. A cavalo dado não se olham os dentes: o Bolivian Syndicate e a Questão do Acre na imprensa (1890-1909). Tese de Doutorado em História Social pela FFLCH da USP: São Paulo, 2015, p. 54.



A abordagem de Tocantins não tem sido questionada e seguiu sendo mantida a exemplo dos livros didáticos “Acre: uma história em construção” de Calixto, Souza e Souza²⁴, repetida na obra de Souza²⁵ denominada “História do Acre: novos temas, nova abordagem”. Tais leituras corroboraram a difusão de nativismo ufanistas, colocando o Acre como único estado que lutou para ser brasileiro e amplamente difundida nas propagandas governamentais acrianas (independente dos programas partidários e siglas políticas). Diante disto, qual seria a conexão da parte inicial da “Questão do Acre” ao diálogo entre a produção historiográfica nos usos da imprensa e história pública? Como a produção historiográfica se vincula ao supracitado dogma?

Em resposta a essas indagações, convém tomarmos como referencial Albuquerque²⁶ e Silva²⁷ para compreender a historiografia acriana, recordando que as narrativas históricas são influenciadas pelo lugar de produção²⁸ de seus tempos presentes, por disputas políticas e (re)significações dos projetos de memória. Neste sentido, tanto a escrita, quanto os espaços de públicos acrianos destinados a produção historiográfica e a rememorar os fatos ligados ao processo de anexação territorial do Acre estão permeados do padrão dado em Tocantins.

Essa rota de nativismo ufanista se fortaleceu com museus, memoriais, bibliotecas e patrimônio histórico dentro do projeto político que governou o Acre entre 1999 a 2018. Assim, a História Pública com pouca difusão de seus referenciais na produção historiográfica acriana na primeira década do XXI, se impôs pelo caráter “cívico” governativo²⁹ e ganhou espaço na academia, motivando novos olhares.

²⁴ CALIXTO, Valdir de Oliveira; SOUZA, Josué Fernandes de; SOUZA, José Dourado de. *Acre: uma história em construção*. Rio Branco: Fundação Cultural, 1985.

²⁵ SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *História do Acre: novos temas, nova abordagem*. Rio Branco: Carlos Alberto Alves de Souza, 2002.

²⁶ ALBUQUERQUE, Nedy Bianca M. O Bolivian Syndicate nos livros didáticos de História do Acre. In: SOUZA, S. R. G.; SILVA, F. B. *Diálogos sobre história, cultura e linguagens*. 1. ed. Rio Branco: NEPAN, 2018. v. 1. p. 11-24.

²⁷ SILVA, Francisco Bento da. Insolitudes acres, híbridas e fronteiriças: as disputas pelas identidades. *Revista Jamaxi*, v. 1, p. 49-67, 2017.

²⁸ BARROS, José D'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. In: *Caderno de Pesquisa do CDHIS/UFU*. V.25, N.2, jul./dez. 2012. pp. 407-429. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/15209/11834>> Acesso em: 04 mar. 2020.

²⁹ CARNEIRO, Eduardo de Araújo. 'A fundação do Acre': um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.



Em função deste foco, coube a configuração de produções como Albuquerque³⁰, Carneiro³¹, Klein³² e Silva³³ na historiografia acriana a explorar não apenas fontes históricas acessíveis em locais de visitação (física ou digital) pública. Mas, buscar compreender como se encadeavam a tríade de sustentação da História Pública no contexto local. Analisando temas, espaços e relacionamentos (de produção, contato e diálogo) com a população dentro de metodologias e conceitos históricos.

No presente texto, nossa questão essencial se impulsiona pelo não dito, ou melhor, por inexistência de alusão à batalha de opinião pública e diplomática que estava entranhada na “Questão do Acre”. Os silêncios sobre o Bolivian Syndicate, a predileção acerca da resolutiva “Revolução Acriana” de Plácido de Castro, em detrimento das manobras de Rio Branco e do governo amazonense controlando a compreensão do processo e da análise histórica nos instigaram. Daí o nosso obrigatório percurso de investigação pelas fontes hemerográficas e sua associação à História Pública.

Mas, para tanto é preciso recordar de Barbosa advertindo-nos “sobre o valor que os meios de comunicação atribuem ao passado” e que “significa também perceber como constroem suas narrativas com valor de futuro”.³⁴ Associando Barbosa com as advertências de Lapuente ao considerar todo e qualquer “periódico, independente de seu perfil” entrelaçado “em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes.”³⁵ Por isso, os escritos dos jornais de nossa baliza cronológica, as obras publicadas posteriormente e ora referenciadas tiveram seus relatos vinculados às crenças, vontades e proveitos de segmentos sociais não homogêneos – tais quais políticos, seringalistas, casas comerciais e bancárias.

Tendo essas ponderações em mente, compreende-se que a História Pública e a imprensa contribuem para dessacralizar o dogma acerca da ideia de “único estado

³⁰ ALBUQUERQUE, Nedy Bianca M. O Bolivian Syndicate nos livros didáticos de História do Acre. In: SOUZA, S. R. G.; SILVA, F. B. *Diálogos sobre história, cultura e linguagens*. 1. ed. Rio Branco: NEPAN, 2018. v. 1. p. 11-24.

³¹ CARNEIRO, Eduardo de Araújo. 'A fundação do Acre': um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

³² KLEIN, Daniel da Silva. A Amazônia no Ciclo da Borracha: populações e economia no Acre, Amazonas e Pará entre 1880 e 1920. In: *Revista Estudos Amazônicos*. v. 8, n. 02, 2012.

³³ SILVA, Francisco Bento da. Insolitudes acres, híbridas e fronteiriças: as disputas pelas identidades. *Revista Jamaxi*, v. 1, p. 49-67, 2017.

³⁴ BARBOSA, Marialva. Imprensa e história pública. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele R. de; SANTHIAGO, Ricardo (Org). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 126.

³⁵ LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: 10º ENCONTRO DA REDE ALFREDO DE CARVALHO (ALCAR), 2015, Porto Alegre.



sequioso de ser brasileiro”. Isto porque, ao remetermos as fontes, entendemos tratar de anacronismo definir as terras acrianas entre 1890 a 1909 assemelhadas ao Acre de hoje, posto existirem as diferenças de território, população, ocupação, organizações sociais e políticas. Igualmente, não é possível constatar nos periódicos da época uma demonstração popular de vontade espontânea em vincular o Acre a União ou ao Amazonas.

E por fim, observamos que a construção da identidade do Acre é desde aqueles anos fruto de disputas, quer em associação ao homem civilizador euclidiano ou as múltiplas interferências do Estado Brasileiro na busca de disciplinar terras e viventes no/do Acre. Assim se constituindo “polissêmicas narrativas, situadas em tempos diversos, que atribuem ao Acre como espaço geográfico, unidade política e território socialmente vivido de distintas representações.”³⁶

Da construção do *corpus* documental: acesso, trato e lugares de produção.

Ao considerarmos o “Acre polissêmico” somos encaminhados a pensarmos nos noticiários impressos como fontes³⁷ apesar das advertências quanto aos seus usos. Entretanto, tais admoestações³⁸ não são objeto de nossa análise e por isso não as exporemos aqui, ademais já assumimos a imprensa como manancial de pesquisa no constitutivo de História Pública. Entrementes, tais críticas e recomendações metodológicas são atendidas em nosso aporte referencial e reverberam no *corpus* documental,³⁹ que reuniu materiais do *Jornal do Brasil* e *O Paiz* publicados na capital brasileira; acrescido do *Correio Paraense*, *A Província do Pará*, *O Pará: diário da tarde* e *Folha do Norte* impressos em Belém; somados aos manauaras *Diário Oficial do Amazonas*, *A Federação* e *Commercio do Amazonas*.

A opção por trabalhar com os fluminenses *Jornal do Brasil* e *O Paiz* adveio dos debates na capital federal acerca da “Questão do Acre” capitaneados entre as ideias de Rui Barbosa, do Barão do Rio Branco e seus respectivos entusiastas. O chanceler e o político tinham diferenças quanto as formas de atuação sobre a contenda fronteira, bem

³⁶ SILVA, Francisco Bento da. Insolitudes acres, híbridas e fronteiriças: as disputas pelas identidades. *Revista Jamaxi*, v. 1, p. 49-67, 2017.

³⁷ LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

³⁸ CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História: História e Imprensa*, São Paulo, v. 35, ago./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>> Acesso em: 3 fev. 2020.

³⁹ A respeito do uso dos jornais como fontes ver: ALBUQUERQUE, N. B. M. História e Jornais: diálogos sobre a produção historiográfica. In: IV ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2016, RIO BRANCO. ANAIS DO IV ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2016, p. 1-13.



como a administração do território anexado. Ao passo que a escolha pelas folhas belenenses e manauaras motivou-se por serem áreas de trânsito para o Acre, beneficiárias e financiadoras do comércio extrativista. Neste sentido, há de se compreender as fontes, seus respectivos lugares de produção e a representação da temática em suas páginas.

Para entendê-las, não podemos pensar os periódicos pesquisados a imagem e semelhança dos exemplares em circulação nos dias correntes, embora alguns tenham sido longevos a ponto de ainda estarem sendo editados, como é o caso do *Jornal do Brasil* e *Diário Oficial do Amazonas*. As publicações correntes estão disponíveis em formato impresso e digital, com atualizações virtuais no chamado tempo real. Os modos de contato entre leitores, redatores, anunciantes e dirigentes pode ser feito em âmbito físico ou virtual. Para além das vendagens, as visualizações e “curtidas” também se tornaram valores de importantes na contemporaneidade (algumas vezes prevalecendo sobre o conteúdo jornalístico e influenciando linhas editoriais). A maneira de ler jornais foi alterada pela tecnologia, repercutindo a ponto de fazer com que endereços eletrônicos, redes sociais e espaços ocupado na internet se tornam mais relevante que um local físico. As notícias e anúncios podem ser construídos a partir de um telefone celular, tablet ou de um notebook, alcançando maior quantitativo de pessoas e distâncias geográficas, com menores gastos e recursos.

Ao observarmos a imprensa brasileira no fins do XIX e início do XX tocante as formas de interação, os volumes e tamanhos de seus projetos gráficos identificamos nas capitais estaduais a padronagem de seis a oito laudas, em apresentação no formato standard, preto e branco, letras pequeninas (excetuando-se os títulos), tendo primazia do texto em detrimento das imagens (a escassear em proporção ao afastamento do Rio de Janeiro), com páginas divididas em média por seis colunas inteiras, em que as notícias eram distribuídas de cima para baixo e quando necessário ocupando a próxima coluna.⁴⁰

Na virada do XIX ao XX a periodicidade das folhas era variável, podendo ir do diário com edições matutina e vespertina (a exemplo do *Jornal do Brasil*), perpassando ao semanal ou quinzenal. Leitores e a redação podiam estabelecer diálogos por cartas (ocasionando que alguns periódicos inclusive tivesse uma sessão homônima em suas páginas), as vezes por telefone (prática comum em *O Paiz*), sem excluir o contanto físico

⁴⁰ Já na década de 1970 Walnice Nogueira Galvão alertava para as diferenças de configuração entre periódicos do XIX em comparação ao XX, além disso, enfatizava que a própria forma de contato com os jornais e de leitura eram distintas, sobre isso ler: GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a guerra de canudos nos jornais*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1994.



que ocorria com a ida do leitor a sede do jornal a se fazer a anotação dos seus pedidos, reclamações ou contribuições de informações.⁴¹

A atualização das notícias advinha dos telegramas (que em várias publicações ganharam um espaço específico de vinculação) ou das agências.⁴² Contudo, não se obliterou nestas gazetas – fossem estatais ou privadas – a “percepção de que os textos que os historiadores tomam para fontes históricas também foram produzidos, em sua época, a partir de um lugar que precisa ser compreendido e decifrado pelo historiador.”⁴³ Entendendo-as como fruto de um lugar de produção, tomamos esse conceito como preconiza Barros, ou seja, para além do espaço físico da elaboração impressa do jornal, compreendendo-o face às relações de poder que permeiam a sustentação da publicação. Logo, associando a imprensa escrita aos aspectos sociais e políticos concatenando donos de periódicos, financiadores, redatores, equipe gráfica e destinatários, a fim de desconstruir a ideia de noticiários como “documento monumento”.⁴⁴

Desta feita, era necessário não perder de vista que o *Jornal do Brasil* criado por Rodolfo Dantas em 1891 inicialmente tinha caráter monarquista, contando nas duas primeiras décadas de funcionamento com a contribuição de textos escritos pelo Barão do Rio Branco. Entretanto, sem esquecer, que o *Jornal do Brasil* em 1893 ganha ascendência republicana após a constituição como Sociedade Anônima⁴⁵, onde incluía-se Rui Barbosa dentre os sócios e a passagem da propriedade dos irmão Mendes Almeida em sua Almeida & Cia. Ao passo que *O Paiz* fundado em 1884 por João José dos Reis Júnior foi desde o início contrário à monarquia, tendo adotado postura política republicana mais conservadora a partir de sua aquisição pelo conselheiro Francisco de Paula Mayrink, que foi figura empresarial e política proeminente da Primeira República. Assim demonstrando as relações daquelas folhas com os bastidores políticos da capital federal durante o alvorecer republicano do Estado brasileiro.

Já nos jornais belenenses analisados não havia longevidade e configuração política uníssona, porquanto *Correio Paraense* tivesse circulado apenas entre 1892 a 1894, ao

⁴¹ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

⁴² MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

⁴³ BARROS, José D'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. In: *Caderno de Pesquisa do CDHIS/UFU*. V.25, N.2, jul./dez. 2012. pp. 407-429. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/15209/11834>> Acesso em: 04 mar. 2020.

⁴⁴ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996. p. 538.

⁴⁵ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.



passo que *A Província do Pará* fundada por Antônio Lemos em 1876 circula atualmente em formato on-line. Exemplificando o contexto político podemos mencionar a *Folha do Norte* que foi caracterizada como uma gazeta simpatizante do Partido Republicano Democrático sob a liderança política de Lauro Sodré, sendo o projeto político do Partido Republicano Paraense defendido em *O Pará* e contando com apoio de *A Província do Pará* comandada por Antônio Lemos. Todavia, apesar de serem diários de caráter republicano, ambos repercutiram as polêmicas e confrontos políticos entre Lauro Sodré e Antônio Lemos travados na capital do Pará.

Em Manaus, o jornal *A Federação* criado em 1895 dizia em seu subtítulo dizia ser “órgão do partido republicano federal”. E os periódicos *Commércio do Amazonas* e o *Diário Oficial* teriam seus exemplares inaugurais datados de 1869 segundo João Batista Faria e Souza.⁴⁶ A opção pelo diálogo com o *Commércio do Amazonas* decorre da caracterização tal qual se lê em Tocantins⁴⁷ desse “como órgão oficial da República do Acre”, vez que “um decreto do governo acriano o considerava seu porta-voz”. Ao passo que o trato do *Diário Oficial do Amazonas* foi movido pelas escriturações fundiárias em função do Decreto nº 037 de novembro de 1893, instituidor e regulatório da Repartição de Terras.⁴⁸

E ainda que o período estudado corresponda aquilo que foi denominado por Sodré⁴⁹ como “jornais empresas”⁵⁰ tais características não se estendem a todos os noticiários pesquisados, porquanto alguns em Belém se adequassem melhor a ideia de “empreendimento individual”, ou no caso de Manaus do financiamento estatal com o *Diário Oficial do Amazonas*, ao político-partidário a exemplo de *A Federação* (cujo subtítulo era “órgão do Partido Republicano Federal”) ou *O Pará* (que era “órgão político” ligado ao Partido Republicano Paraense).

⁴⁶ Há controvérsias quanto as datas de fundação tanto de *Commércio do Amazonas* e o *Diário Oficial*, pois na Imprensa Oficial do Estado do Amazonas se atribui a criação pela Lei nº 01, de 31 de agosto de 1892, tendo circulado seu primeiro exemplar em 1893. Aqui se tomou por referência o levantamento de João Baptista Faria e Souza feito em 1908 que no centenário da imprensa no Brasil, que inventariou a imprensa do Amazonas de 1851 a 1908, divulgado na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. FARIA E SOUZA, João Baptista; SOUZA, Monteiro de; BAHIA, Alcides. *A imprensa no Amazonas, 1851-1908*. Manaus: Tipografia da Imprensa Oficial, 1908.

⁴⁷ TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2001. V.2, p.368.

⁴⁸ Que dentre outros aspectos (e principalmente antes da oficialização do Acre como brasileiro) pautava o reconhecimento de áreas em solo acriano a fim de assegurar a propriedade e eventualmente propiciar o financiamento para abertura de seringais.

⁴⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

⁵⁰ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.



Salvo *A Província do Pará*, cuja pesquisa foi desenvolvida na leitura e compilação *in loco* dos exemplares da coleção no acervo da Biblioteca Nacional, os acessos aos demais jornais ocorreram via Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Então, excetuando-se *A Província do Pará*, todas as gazetas referendaram a investigação pela forma de contato e lida destes materiais. Na Hemeroteca Digital os periódicos se localizavam via mecanismo de busca, em que se delimitava o lugar, período e nome do jornal, de modo a ser direcionado àquela coleção específica. Após o ingresso nas séries, se empregava o instrumento de investigação por palavras chave, a fim de localizar as ocorrências de Bolivian Syndicate, Acre, Luiz Galvez, Barão do Rio Branco e Plácido de Castro nos textos. Detectadas as incidências se fazia a primeira leitura dos materiais e preenchimento de fichas de pesquisa identificando o espaço destinado a expressão buscada, ou seja, se estavam disponibilizados em notícias, editoriais, anúncios, telegramas, bem como o(s) local(is) ocupado(s) na(s) página(s), verificava-se tratar de edição diária, dominical ou semanal (ou matutina e/ou vespertina), além de se observar a existência ou não de fotografia ou mapa ou ilustração com charge.

Após estas anotações, quando permitido pelas normas do acervo da Hemeroteca Digital se faziam cópia digitalizada dos jornais. Constituído o *corpus* documental, se realizavam novas leituras a fim de formulação de análise mais aprofundada de dados, que então passavam por cruzamento com os referenciais sobre “A Questão do Acre”. Tais exames possibilitaram o refinamento da pesquisa nos resultantes das buscas quanto ao Bolivian Syndicate, Acre e Luiz Galvez, levando o agrupamento em categoria de abordagem sobre o Acre do período que nem sempre se coadunam ao conteúdo dos livros didáticos⁵¹ ou com as páginas de obras clássicas sobre o processo de anexação da região ao Brasil.

Embora o cerne deste artigo não seja o resultado destes procedimentos, mas as reflexões de como a História Pública colabora para a escrita tomando como ponto de estudo uma das etapas do processo de incorporação territorial do Acre, nos parece pertinente expor a seguir alguns dos principais resultantes da pesquisa, demonstrando o caráter diferente da interpretação sacralizada da História do Acre.

Pensando os resultados da pesquisa

⁵¹ ALBUQUERQUE, Nedy Bianca M. O Bolivian Syndicate nos livros didáticos de História do Acre. In: SOUZA, S. R. G.; SILVA, F. B. *Diálogos sobre história, cultura e linguagens*. 1. ed. Rio Branco: NEPAN, 2018. v. 1. p. 11-24.



A História do Acre tradicionalmente prima por dialogar somente com os últimos cento e trinta e oito anos, tomando como referência o ano de 1882 com o estabelecimento do Seringal Volta da Empresa por Neutel Maia e seus parceiros comerciais, no que hoje se conhece como a cidade de Rio Branco.⁵² A fixação de Maia na região da capital acriana é relatada como o início do processo de abasileiramento do Acre, que levaria ao conflito entre os habitantes da região e os bolivianos.

Partindo desse mito fundador, se constituiu a apologia as personas heroicas dos seringalistas que viveram no Acre daquele período, retratados como brasileiros imbuídos de patriotismo ao combaterem as “ingerências” bolivianas sobre as terras acrianas, que afetavam a soberania da jovem república brasileira. A isso se segue a exaltação do combate liderado por Plácido de Castro, das tratativas diplomáticas de Rio Branco e da anexação do Acre como Território ao Brasil, finalizado com a ideia cotidiana de que seja brasileiro porque seus habitantes assim quiseram e lutaram...

Ao propormos o presente artigo não nos esquecemos que anterior a chegada de Neutel Maia já existiam populações indígenas habitando terras acrianas, contudo, nosso foco de atenção é a construção historiográfica do Acre a partir dos anos de 1880 e as contribuições da História Pública para tanto. Nesse sentido, defendemos que população originariamente acriana são os povos indígenas que lá viviam, portanto, a nosso ver, essas seriam de fato as pessoas que têm lutado para habitar o Acre.⁵³ Contudo, ao estudarmos o processo de anexação do Acre ao Brasil, por seus silêncios, verificam-se as omissões a respeito das populações indígenas existentes naquele momento.

Voltando ao mito fundador de Neutel Maia e suas consequências, somos conduzidos a denso exercício de reflexão, de compreender aos seringalistas, seringueiros e migrantes que viveram no Acre entre os anos de 1880 a 1909 enquanto sujeitos sociais na construção identitária do Brasil da Primeira República. Para isso nos ocorre que o processo de (i)migração⁵⁴ entre os anos de 1880 a 1902 de brasileiros ao Acre não pode ser analisado sem lembrarmos a abolição, proclamação da república, os grandes quantitativos dos ingressos de estrangeiros recrutados para trabalharem na agricultura (e posteriormente nas fábricas) do Sul e Sudeste do Brasil.

⁵² KLEIN, Daniel da Silva. A Amazônia no Ciclo da Borracha: populações e economia no Acre, Amazonas e Pará entre 1880 e 1920. In: *Revista Estudos Amazônicos*. v. 8, n. 02, 2012.

⁵³ A respeito das populações indígenas da Amazônia ler: COSTA, K. S. Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia: uma abordagem continental. *Série Estudos e Ensaio* (Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais), v. 1, p. 90-114, 2009.

⁵⁴ (I)migração grafada assim, pois, ao considerarmos que até 1903 o Acre não era oficialmente brasileiro, compreende-se tratar de processo de mobilidade entre países diferentes, logo, sendo imigração.



Entre 1880 a 1909 o nordeste brasileiro sofreu grandes secas, vivenciou a alforria de escravos sem adoção de políticas de distribuição de terras ou inclusão destes trabalhadores no mercado de trabalho, fatores que ocasionaram a “disponibilidade” de pessoas para se deslocarem. Somando-se a isso também as campanhas de recrutamento e propaganda para o traslado desses sujeitos.⁵⁵ De onde verificamos que a movimentação foi significativa, apesar do desencontro de dados sobre um quantitativo exato.⁵⁶ Porém, assim se torna possível enxergar o Acre como alternativa aos potenciais conflitos fundiários nordestinos. E por oportuno somos conduzidos a recordar que o desterro não seja sinônimo de patriotismo. Entrementes, nas leituras de obras sob influência de Tocantins acerca da temática em comento, observa-se degrado silente destas pessoas, impossibilitando o diálogo a respeito das causas de deslocamento ou reflexões aprofundadas quanto aos modos de vidas constituídos no Acre por esses sujeitos. E o caráter de deportação é repetido a tal ponto de fazê-lo ser classificado como Sibéria Tropical.⁵⁷

Ao nos debruçarmos sobre o *corpus* documental igualmente verificamos dissonância com o texto clássico de Tocantins, posto que as imisções bolivianas sobre o Acre não deveriam ser apreciadas como indevidas. A Bolívia antes de 17 de novembro de 1903 ao arrendar o Acre, ou tributar a produção de borracha, estava no exercício de sua soberania em terras então oficialmente tidas como suas.⁵⁸

Por conseguinte, nos resta ainda dizer que, ao consultarmos as fontes hemerográficas, constatamos peculiaridades às personas heroicas na atuação do processo de incorporação territorial do Acre ao Brasil. Ou para melhor elucidar, tratam-se de interpretações alternativas, nas quais Galvez, Plácido de Castro e Barão do Rio Branco são lembrados, apresentados, depreciados ou esquecidos conforme a vontade, o período de análise e os interesses das elites locais.

⁵⁵ Embora Isabel Guillen tome como foco o diálogo sobre o período de migração dos nordestinos para a Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial, faz uma breve introdução analisando o recrutamento de trabalhadores em momento antecedente, por isso, sugere-se ler: GUILLEN, Isabel C. M. A Batalha da Borracha. Propaganda política e migração nordestina para a Amazônia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.9, p. 95-102, 1997.

⁵⁶ KLEIN, Daniel da S. Historiografia Amazônica: discutindo questões demográficas nos tempos da borracha. *Revista Jamaxi*, v. 3, p. 44-52, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/2804>. Acesso em: 20 jan. 2020.

⁵⁷ SILVA, Francisco Bento da. *Acre, a Sibéria tropical*: prisões e desterramentos para as regiões do Acre em 1904 e 1910. 2. ed. Rio Branco: Neplan, 2017. v. 01. 340p.

⁵⁸ VERGARA, Moema de Rezende. Ciência, fronteiras e nação: comissões brasileiras na demarcação dos limites territoriais entre Brasil e Bolívia (1895-1901). Belém: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Vol. 5, Nº 2, Maio/Agosto de 2010.



Tendo em vista os apontamentos acima e dos dados apresentados em etapa final da presente segmentação do artigo, revisitar as fontes hemerográficas e pensar os dogmas da construção historiográfica sobre o Acre amplia a perspectiva de emprego dos meios de comunicação na elaboração de jogos narrativos. Porquanto “colocam-se em evidência não apenas aquilo que é lembrado, mas sobretudo o que se pode esquecer, produzindo um passado enquadrado e muitas vezes silenciado.”⁵⁹ Neste sentido, o presente texto contribui ao refinamento do debate histórico, ao fazer tornar premente a pergunta sobre os por quês dos esquecimentos documentais e para quais fins?

Diante da metodologia exposta no item anterior, as ocorrências das palavras de busca perfizeram mais de 200 anotações, constituindo grupamentos de notícias e classificados em que o Acre era empregado a referenciar odores e sabores, enquanto ponto de chegada ou partida de gentes e cargas, destino de anúncios fluviais e marítimos, região de litígios (na qualidade de terras demarcadas ou a demarcar). Além dos limites territoriais e fronteiriços, pelas leituras dos artigos ora comentados também se depreende as nuances da construção historiográfica, associando o Acre a personalidade heroizadas, ironizadas ou olvidadas ao tempero dos interesses da elaboração identitária.

Nas páginas de *O Paiz* e do *Jornal do Brasil* o Acre como expressão de rastreamento aparece em boa parte das vezes a adjetivar olfato e paladar, tomando significância da terra distante em que brasileiros enfrentavam disputas fundiárias somente a partir de 1899, e ainda naquele mesmo ano configurando o Estado Independente. Contudo, empatia a manifestação de autonomia da área ocupada por brasileiros perdia espaço, face a maior ênfase ao líder do movimento, fazendo assim de Galvez ponto de debate, em lugar de sua causa e divergindo dos escritos de Tocantins.⁶⁰

Isto porque o autor afirmou a respeito do Galvez pouco se saber dos antecedentes, mas, o ingresso dele ao Brasil seria datado de 1897, quando teria abandonado funções exercidas no corpo diplomático espanhol na Argentina. Ao investigarmos o *Jornal do Brasil* identificamos que Luiz Galvez entre 1893 a 1897 viveu no Rio de Janeiro, atuou como secretário do clube “Sport Frontão Brasileiro”⁶¹ e mais tarde teria se transformado em proprietário da associação desportiva convertida a empresa de recreação.⁶² Galvez

⁵⁹ BARBOSA, Marialva. Imprensa e história pública. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele R. de; SANTHIAGO, Ricardo (Org). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 136.

⁶⁰ TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2001. Volume I, pp. 315 a 316.

⁶¹ *JORNAL DO BRASIL*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1893, nº 165, p. 2.

⁶² *JORNAL DO BRASIL*, Rio de Janeiro, 05 out. 1895, nº 278, p. 4.



ganhou novo destaque nas páginas da imprensa carioca em 1900 por ocasião do Estado Independente do Acre, quando se lia em *O Paiz* a identificação do aventureiro da fronteira com o outrora introdutor e estimulador da jogatina na capital federal:

[...]Essa outra palavra – frontão – nos traz no bico da Penna o famoso nome de Luiz Galvez, ex-presidente da República do Acre.
- Que tem Judas com as almas dos pobres? perguntará o leitor, e nós respondemos que, segundo informações fidedignas, foi Galvez quem introduziu o jogo da pelota nesta infeliz capital, onde péga de galho, cria raízes, floresce e frutifica tudo quanto é máo.
Depois de incompatibilizado com todos os seus parceiros de jogatina, Galvez partiu para o Amazonas – a terra da promessa -, e de lá subiu até o Acre, onde pretendeu fundar um estado livre.⁶³

Posteriormente a tais relatos, assevera Tocantins a partida de Galvez para o exílio europeu. Contudo, Tocantins que alegou ter pesquisado o *Jornal do Brasil*, não faz alusão ao incidente do *habeas corpus* de Galvez em julho de 1902. Essa omissão nos faz crer que apesar de Tocantins ter dito usar de biografias escritas por *El Diario* de Buenos Aires, Álvaro de Las Casas e Rodríguez Lira, primou por abordar o espanhol dentro da perspectiva de, construí-lo com traços remidores, resvalando no “quixotismo.”⁶⁴ A esse respeito é curioso constatar como a personalidade remissa de Galvez, criada por Tocantins, tem se repetido largamente nos textos de História do Acre.

Ainda nos periódicos cariocas observa-se que Plácido de Castro, a quem se atribui protagonismo na denominada inapropriadamente “Revolução Acriana” é persona quase silente, ou seja, pouquíssimo referenciada a exemplo de idêntico tratamento dispensado aos brasileiros que moravam no Acre. Logo, se não há espaço para Plácido, tampouco se mencionam os seus comandado da beligerância com as tropas bolivianas.

Mas, a omissão de Plácido de Castro não é tanto pelo conflito militar, quanto pela postura rebelde. Sua ocultação se relaciona a trajetória de rebelde federalista no sul do Brasil, quando se opôs a presidência do Marechal Floriano Peixoto. Em Plácido de Castro a não ordem confrontava o lema positivista inscrito na bandeira durante a Primeira República. Fato é que aqui se optou por não o enfocar com profusão, mas, compreendemos que o embate fronteiriço não motivou seu esquecimento pelos jornais.

A disputa lindeira era difundida na imprensa, inclusive via notas internacionais assinadas pelo próprio Barão do Rio Branco, tal qual se podia ler no *The New York Times* em 15 de junho de 1902:

⁶³ *O PAIZ*, Rio de Janeiro, 14 out. 1900, nº 5851, p. 1.

⁶⁴ TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2001, V. I, p. 316.



WARNING TO INVESTORS

Germans Are Urged to Let the Bolivian Syndicate Alone.

The Brazilian Minister in Berlin Points Out that Territory Concerned is Still in Dispute.

BERLIN, June 14. – The Brazilian Minister, Baron Rio Branco, has issued a warning to German investors against putting Money in the Bolivian Syndicate, because, he points out, the boundaries of the Province of Acre are uncertain. Brazil and Peru are claiming, and are still negotiating with Bolivia regarding the same.

Attempts last night to reach the gentlemen in this city Who are interested in the Bolivian Syndicate were not successful, most of them being out of town. Arthur S. Fairchild of Vermilye & Co. was the only one of them who could be seen.

Mr. Fairchild Said, when the Berlin dispatch was read to him, that he had heard nothing about the statement made in it, and could give no information as to the correctness of the report or its bearing on the future of the Bolivian Syndicate.

As announced in a dispatch from Berlin June 4, F. W. Whitridge of New York left Berlin that Day for England after having arranged with the Deutscher Bank and other financial houses of Berlin to take shares in the Bolivian Syndicate of New York.

The object of getting German capital for this syndicate does not appear to have been because outside money was needed, but because August Belmont & Co., Vermilye & Co., Brown Brothers & Co., Frederic P. Olcott, President of the Central Trust Company, and others composing the syndicate desired to broaden the international basis of the enterprise and thus obtain additional diplomatic support in the negotiations now pending between the syndicate and Brazil. It is through Brazilian territory that the Bolivian Syndicate must find an outlet for intercourse with the world. It is likely that the syndicate will also obtain some Belgian capital.

The Bolivian Syndicate has been authorized to administer fiscally, to police, and to govern 80.000 square miles of rubber forests in Bolivia, and the output of this country will have to be transported on Rivers which cross the Brazilian frontier. It will also pay an export duty to certain Brazilian States and chiefly to the State of Amazonas.

The apprehension of the Brazilian Government arising from the fact that Americans are obtaining fiscal rights in and police control over so vast a territory in Bolivia, a strip of which territory is claimed by Brazil, has created a difficulty which has made international partition and ownership desirable. American interests, however, will predominate.

While Mr. Whitridge has been dealing with the financial interests of the syndicate Sir William Martin Conway, the explorer, who negotiated the syndicate's concession from Bolivia, has been in Berlin and has explained to the German Foreign Office the objects of the enterprise. It is understood that the Foreign Office will probably forward the aims of the Bolivian Syndicate, in which both American and German capital is now interested.

Brazil has obtained of Argentina the right to navigate certain Rivers which cross the boundaries of the two countries, and has long contended that Venezuela should concede similar rights with regard to the Orinoco River. It is consequently thought probable that Brazil will yield to the request that Bolivian and Brazilian streams be opened to international navigation.⁶⁵

Em tradução livre e resumida, lê-se alerta para que investidores germânicos abandonem o projeto, por se tratar de região em litígio, reivindicada por Brasil, Peru e Bolívia. Seguiu-se narrativa sobre a busca destes financistas, tendo sido encontrado

⁶⁵ *THE NEW YORK TIMES*. June 15, 1902. Disponível em: <https://newspaperarchive.com/>. Acesso em: 10 jan 2012.



apenas o responsável pela Arthur S. Fairchild da Vermilye & Co, que disse não poder se manifestar sobre o empreendimento. Outro acionista seria F. W. Whitridge de Nova York, que teria obtido junto a casas bancárias como Deutscher Bank capital para o Sindicato. Explicando-se o ingresso do capital alemão não por falta de dinheiro dos envolvidos (August Belmont & Co., Vermilye & Co., Brown Brothers & Co., Frederic P. Olcott, Presidente da Central Trust Company e outros), mas, enquanto uma estratégia de alargamento das bases internacionais do empreendimento, pensando em suporte diplomático para atuar nas negociações do litígio fronteiro. Preocupação permeada pela necessidade de circulação das mercadorias do Sindicato por terras brasileiras. O artigo prosseguia mencionando se tratar de faixa territorial de 80 mil milhas, em que o Sindicato teria poder fiscal e de polícia. Todavia, se enfatizava a necessidade de trânsito por terras e águas brasileiras, reconhecendo não obstante o pagamento de taxas de exportação a estados brasileiros às ameaças a soberania do Brasil.

A intervenção de Rio Branco acima, caracteriza aviso aos investidores que pretendiam participar do contrato de arrendamento das terras do Acre feita pelo governo boliviano a consórcio de acionistas reunidos no Bolivian Syndicate (em formato semelhante as chartered companies então existentes no continente africano).⁶⁶ Curioso observar que a admoestação datava de julho de 1902, quando oficialmente ainda se desenvolviam as tratativas para o empreendimento, antecedendo inclusive a eclosão da rebelião liderada por Plácido Castro.

A advertência, embora tenha sido coletada em jornal norte americano, também foi obtida pela internet, via Newspaper Archive (que reúne acervos hemerográficos digitais de periódicos do continente americano desde o século XVII) não transcendendo a História Pública. Desta feita, o emprego de materiais coletados no The New York Times, assim como o *corpus* constituído e aqui analisado coadunam-se a observação feita por Fonseca⁶⁷ quanto ao fato de que:

Hoje em dia, quando se fala em mídia, não se pensa mais somente naquelas que marcaram a história do século XX: imprensa escrita, rádio, televisão, cinema. As novas formas advindas das novas tecnologias de comunicação são cada vez mais associadas a elas, e as novas gerações têm com elas evidente familiaridade, sobretudo a internet e as modalidades de recursos

⁶⁶ A respeito do Bolivian Syndicate e sua caracterização em obras didáticas ler ALBUQUERQUE, Nedy Bianca M. O Bolivian Syndicate nos livros didáticos de História do Acre. In: SOUZA, Sérgio Roberto Gomes; SILVA, Francisco Bento da. *Diálogos sobre história, cultura e linguagens*. 1. ed. Rio Branco: NEPAN, 2018. v. 1. p. 11-24.

⁶⁷ LIMA E FONSECA, Thais Nívia de. Ensino de história, mídia e história pública. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele R. de; SANTHIAGO, Ricardo (Org). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 185.



ou ferramentas que ela permite acessar. [...] Disso deriva, portanto, o problema de divulgação do conhecimento histórico e dos usos possíveis desse conhecimento no ensino de História e seu papel na educação de uma forma geral. Com esse problema em foco, cabe a reflexão a partir do “conceito” de história pública, como um caminho para se pensar a função e os usos dessas mídias na divulgação da História como conhecimento academicamente produzido e como patrimônio coletivo.

Entretanto, ousa-se acrescentar que não devemos pensá-la apenas como divulgadora, mas, igualmente associada a produção de conteúdo. Tal afirmação toma como exemplo o presente trabalho, resultante de *corpus* constituído em espaços públicos de memória hemerográficas, que se enquadram como locais de História Pública. Igualmente oportuno é considerar a notícia alertada no periódico estadunidense em função introdutória para referenciar Rio Branco nos diários pesquisados. Nesse sentido, por obviedade durante a baliza cronológica da investigação abundam menções a José Maria da Silva Paranhos Júnior, pois o Barão do Rio Branco assume a pasta das Relações Exteriores em 1902 e lá permanece até seu óbito em 1912.

O chanceler para além de ser teor de matérias, tinha sido um dos colaboradores dos primeiros tempos do *Jornal do Brasil* e continuou a redigir textos para o periódico, dentre outros noticiários, visando influenciar a opinião pública. Barbosa sobre a interação política das gazetas e o ministro Rio Branco aponta a vasta troca de cartas entre ele e José Carlos Rodrigues, recheadas de pedidos de favores junto à presidência da república, acrescidos de sugestões de artigos a serem publicados em que se faria o hoje denominado “marketing pessoal” do barão. A autora afirmou que as interferências eram tão intensas, a ponto de Rio Branco redigir com exatidão parte dos textos a serem divulgados. Incidentes que se intensificaram quando ele assumiu a pasta das relações exteriores, visto que:

[...] costumava pessoalmente redigir os artigos sobre questões polêmicas publicados ora no jornal de José Carlos Rodrigues, ora no O Paiz, como corre, por exemplo, durante ‘A Questão do Acre’.⁶⁸

Não obstante tais meandros, Rio Branco é pontuado na historiografia acriana como o signatário do Tratado de Petrópolis (1903) e do acordo entre Brasil-Peru (1909), sem análises aprofundadas a sua atuação.⁶⁹ Silêncios repetidos acerca do Bolivian

⁶⁸ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p.186-187.

⁶⁹ ALBUQUERQUE FRANCO, N. B. M. A anexação do Acre ao Brasil dentro do contexto de relações internacionais que conduziram a construção das fronteiras brasileiras (1580-1909). *JAMAXI*, v. 1, p. 124-136, 2017.



Syndicate.⁷⁰ Por sua vez, o consórcio internacional de arrendamento do Acre tem sua menção inaugural nos periódicos amazônicos notadamente em Belém no *A Província do Pará*, em 03 de junho de 1899, no seu exemplar nº 7056:

AINDA A QUESTÃO DO ACRE
CASO SENSACIONAL

A serem exactas certas informações, de caracter reservado, que chegam a nosso conhecimento, o papel do sr. José Paravicini, era reivindicação dos pretensos direitos do seu paiz, não se limitou aos actos ostensivos de pose, que chegaram à notícia do público.

Secretamente o ministro da Bolivia, procurou entrar em negociações com o governo de uma nação amiga, para obter a intervenção diplomatica, e talvez armada, d'essa potência em favor do seu país.

Por intermedio do respectivo consul se transmittiu ao dito governo a minuta de um accôrdo.

N'este se fazem importantes concessões, em materia de exportação de borracha, caso a pendência se resolva pela via diplomatica, e se estabelecem bases para a partilha de uma parte do territorio brasileiro, havendo guerra.

Talvez possamos dar aos nossos leitores cópia d'este documento, que é, por todos os motivos interessantes, em uma das nossas primeiras edições.⁷¹

Nos jornais belenenses pesquisados, o quantitativo de incidências das expressões de busca Galvez e Bolivian Syndicate inexistem no *Correio Paraense*, posto o período de funcionamento daquela gazeta ter ido de 1892 a 1894. Contudo, considerando as pesquisas no *Correio Paraense*, *A Província do Pará* e *Folha do Norte* foram encontradas cinquenta e oito ocorrências do “Acre” configurando-o como o rio homônimo e terras adjacentes, variantes da conjugação do verbo acreditar, alusão a odores e sabores.

Ao passo que em *Folha do Norte* também não identificamos alusão ao espanhol ou ao consórcio empresarial, restringindo as referências a esse somente ao *A Província do Pará*. Entretanto, já na *Folha do Norte* se encontravam preocupações lindeiras em 1896 nas edições nº 274⁷² e nº 346⁷³ com relatos sobre os trabalhos das comissões de demarcação, acrescido no mesmo ano de menções a formação de alfândegas no curso fluvial do Madre de Dios e Alto Acre.⁷⁴ Enquanto em *O Pará* que se vinculava ao Partido Republicano Paraense abordava de modo irônico a “Questão do Acre” e as ações lideradas por Galvez, incluindo a adoção de periódico manauara como diário oficial da república acriana, conforme se lia em 25 de agosto de 1899 na edição nº 519:

⁷⁰ A respeito do Bolivian Syndicate se enquadrar nos moldes das chartered companies ver: TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. 4.ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, V.2., p. 51-52.:

⁷¹ *A PROVÍNCIA DO PARÁ*, Belém, 3 jun. 1899, nº. 7056, p. 1.

⁷² *FOLHA DO NORTE*, Belém, 30 set.1896, nº 274, p. 2.

⁷³ *FOLHA DO NORTE*, Belém, 11 dez. 1896, nº 346, p. 1.

⁷⁴ *FOLHA DO NORTE*, Belém, 15 nov.1896, nº 320, p. 2.



A República do Acre

Tem nos causado hilariedade a notícia da fundação do novo paiz do Acre, que adoptou a forma republicana e, por causa das dúvidas, todas as leis brasileiras, inclusive as tarifas aduaneiras...

O presidente de tal república também não esqueceu a língua portugueza, e a nossa moeda.

O mais engraçado de tudo é considerar como orgam official o Commercio do Amazonas que se publica em Manáus.

Como é desopilativa a república do Acre!

Que pandego é o Galvez! Aquele sujeito esteve por aqui e sem dúvida ouviu falar da república de Cunany. Foi para o Acre, entendeu-se com uns seringueiros e eil-o presidente do Acre.

A capital e o seringal do sr. José.

O orgam official, por emquanto, um jornal de Manaús.

Tem espírito, o Galvez.⁷⁵

O Pará foi dos jornais belenenses o que adotou postura mais crítica em relação ao espanhol e a sua empreitada, alegando dentre outras coisas que Galvez transpunha ao Acre suas jogatinas experimentadas em empreendimentos na capital federal. Tais alegações desconstroem o perfil heroico incutido nos textos de Tocantins e nas páginas de *A Província do Pará*. Sendo importante observar com estes periódicos, salvo os dois últimos, pouco interesse a contenda fronteira. Contudo, ao compararmos *O Pará* e *A Província do Pará* verificamos que embora esse também fosse pertencente a um membro do Partido Republicano Paraense, se diferencia por ter sido o denunciante do processo de arrendamento do Acre, demonstrando assim a falta de homogeneidade dentro daquela sigla partidária.

Outro destaque a ser feito sobre *A Província do Pará* é que, como dito anteriormente, foi o único dos periódicos pesquisados não digitalizado, entretanto, na coleção deste não há menção textual a Galvez e tampouco ao Bolivian Syndicate. Mas, foram encontradas duas ocorrências em que se falava do projeto do sindicato. Ademais, antes mesmo de julho de 1899 *A Província do Pará* já dedicava espaço para acompanhar o que chamava então de “questão brasileiro-boliviana” (sic). Fechando o exame dos jornais belenenses se verifica que o Acre (além de representar terra de chegadas e partidas para deslocamento de cargas e pessoas) era pautado na imprensa escrita da capital paraense por conta do comércio e tributação, em sobreposição a outros aspectos, ao sabor dos interesses da elite local.

Logo, se é visível o indicativo de falta de heterogeneidade nas gazetas belenenses, homogeneidade também carecia aos diários manauaras quando o assunto era o Acre. Porém, é importante ressaltar como primeira grande distinção entre Belém e Manaus o

⁷⁵ *O PARÁ*, Belém, 25 ago. 1899, nº 519, p.1.



fato de que eram cidades com tempos de existências e relevâncias socioeconômica distintas. Sendo a primeira o centro de referência em número populacional e de comércio na região amazônica, ao passo que a última estava em pleno processo de consolidação.⁷⁶

Dentro desse contexto, ao pesquisarmos nos periódicos da capital amazonense igualmente se encontra a alusão ao Acre do verbo, do gosto e do cheiro, também das chegadas e partidas e dos avisos marítimos. Contudo, em Manaus estava sediado e publicado o *Comércio do Amazonas* em que Galvez teria atuado como jornalista por um curto espaço de tempo, afora ter sido o jornal apontado como diário oficial de uma república criada no Acre. A asseveração por si só já era inusitada, pois, ao declarar-se independente o Acre não tinha imprensa oficial no seu território e a constituía no Amazonas que a época integrava a federação de país distinto ao recém-criado.

Todavia, a condição de oficialização dos negócios do Acre na imprensa manauara era anterior ao levante liderado por Galvez, visto que os seringais acrianos eram aberto com auxílio financeiro das casas comerciais de Manaus e tinham seu “reconhecimento” de propriedade em conformidade com o Regulamento do Registro de Terras do estado do Amazonas (Decreto Nº 37 de 08 de novembro de 1893). Há de se destacar que o art. 29 do referido decreto instituía a criação de subprefeituras as margens do Rio Acre, segundo Albuquerque:

Para além de mero ato normativo, a criação de subprefeituras na região do rio Acre era a configuração de estrutura administrativa, política, fiscal e jurídica em terras oficialmente alheias ao Brasil, mas que na prática eram submetidas aos representantes do Estado Brasileiro.

Em bom português, naquele período se dizia em tratativas diplomáticas que o Acre era boliviano, porém suas terras eram ocupadas por nativos brasileiros e burocracia amazonense. Desta feita, por meios tortuosos se efetiva o brocado jurídico do *uti possidetis, ita possideatis*, ou seja, “como possuíeis, seguireis possuindo”, nada mais sendo que a representação do Princípio de Direito Internacional pelo qual se prioriza a posição de quem detem posse de terras contestadas.

Então, entre palavras de deferência expandiam-se as áreas de seringais brasileiros na região em litígio e concomitantemente alimentavam-se publicações no *Diário Oficial do Amazonas* que versavam sobre terras acrianas, conforme se via em vários exemplares no decorrer do ano de 1894.⁷⁷

Corroborando a isso, se constatou no Diário Oficial do Amazonas a presença de Galvez como solicitante de reconhecimento da obtenção de terras no município de Tefé. De tal modo que, ao pesquisar o nome do espanhol naquele periódico foram marcadas 27

⁷⁶ DAOU, Ana Maria. *A Belle Époque Amazônica*. (Descobrimo o Brasil).3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,2000. pp.7-8.

⁷⁷ ALBUQUERQUE, Nedy Bianca Medeiros de. *A cavalo dado não se olham os dentes: o Bolivian Syndicate e a Questão do Acre na imprensa (1890-1909)*. Tese de Doutorado em História Social pela FFLCH da USP, São Paulo: 2015. P. 149.



ocorrências vinculadas a esta questão fundiária para “empresa extrativista” e 01 única menção a sua participação no projeto do Acre Independente conforme constava no dia 25 de agosto de 1899.⁷⁸ Tais circunstâncias expuseram a tentativa de Galvez se enquadrar no perfil da elite amazonense, entretanto, além disto o próprio Tocantins apresenta a relação entre o espanhol e o governo de Ramalho Júnior.⁷⁹ E não obstante o *Diário Oficial do Amazonas* ter a recorrente presença de Galvez, não encontramos a expressão Bolivian Syndicate em meio as 1554 incidências do Acre naquele periódico.

Passando a análise dos jornais privados manauaras e tomando como objetos de investigação *Comércio do Amazonas* foram identificadas 305 ocorrências do Acre, 12 referências a Questão do Acre, 05 menções a Galvez, e em nenhuma ocasião o termo Bolivian Syndicate. Ao passo que em *A Federação* foram 153 vezes encontradas a palavra Acre, mas somente 11 alusões à Questão do Acre e 05 referenciaram Galvez. Tal qual o *Comercio do Amazonas*, em *A Federação* não encontramos Bolivian Syndicate.

Comparando as maneiras de tratamento destinadas a Galvez em ambos os periódicos, se torna evidente a forma respeitosa mantida pelo *Comercio do Amazonas* a exceção, da publicação da carta de José de Carvalho que relatava o período do espanhol como gestor do Acre. Enquanto *A Federação* era ácida ao escrever sobre Galvez e seu governo. Ponto pacífico entre os dois diários era a interpretação do Acre como uma gleba do Amazonas, e por isso mesmo, despertando a atenção de sua imprensa.

Considerações Finais

Ao propormos o presente texto acerca da trajetória do Acre, enfocando a sua anexação ao Brasil a partir de jornais que circularam no Rio de Janeiro, Belém e Manaus entre 1890 a 1909, se pretendeu pensar as interações entre História Pública e Imprensa na elaboração da historiografia. Neste intuito foi feita introdução ao artigo contextualizando o processo de incorporação das terras acrianas ao Brasil, reportando-se de modo breve a dança das linhas de fronteiras pelos diferentes tratados dos períodos colonial e imperial, cujos ônus foram herdados pela república brasileira.

Em seguida se apresentou nossa questão motriz, ou seja, os contributos da História Pública ao repensar a escrita e compreensão histórica da anexação do Acre ao Brasil, a associando ao dogma de patriotismo enquanto produto de obstinada vontade dos habitantes das terras acrianas (que teriam lutado para fazê-las brasileiras). E após

⁷⁸ DIÁRIO OFICIAL DO AMAZONAS, Manaus, 25 ago. 1899, nº 1659.

⁷⁹ TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2001. V.2, p. 376.



reflexões sobre o Acre polissêmico, com fito de desconstrução desse axioma, se passou a elaboração do *corpus* documental aqui analisado, pontuando que as formas de contato com as fontes primaram pela escolha de acervos hemerográficos de acessos disponibilizados na internet em locais de visitação não restrita. Tais opções, bem como a metodologia de trabalho foram permeadas pela dessacralização das fontes hemerográficas, bem como o confronto dos dados coletados. Neste sentido, o diálogo com os periódicos considerou ao interpretar as informações os lugares de produção a luz do conceito estabelecido por Barros, que nortearam os enfoques e silenciamentos das palavras-chaves no nosso instrumento de pesquisa.

Em conformidade com tais procedimentos, ao pensarmos os resultados da pesquisa afirmamos que foram prospectados mais de 200 escritos jornalísticos (que iam de notícias, textos telegrafados e anúncios) referentes ao Acre, Galvez e Bolivian Syndicate. Ao cotejá-los verificamos a tendência da historiografia acriana em seguir a linha traçada por Tocantins, sem problematizar sua versão, tampouco questionar a narrativa heroicizada de personas. Ao mesmo tempo, em que percebemos a peculiaridade nas fontes hemerográficas dos relatos, permeados pelos interesses dos grupamentos de poderes locais. E concluímos que a História Pública permite o lançamento de outros olhares sobre temas consagrados, colaborando com a escrita historiográfica a partir de novas reflexões.

Data de submissão: 06/05/2020

Data de aceite: 07/08/2020



Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE FRANCO, N. B. M. A anexação do Acre ao Brasil dentro do contexto de relações internacionais que conduziram a construção das fronteiras brasileiras (1580-1909). *JAMAXI*, v. 1, p. 124-136, 2017.

ALBUQUERQUE, N. B. M. História e Jornais: diálogos sobre a produção historiográfica. In: **IV ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA**, 2016, RIO BRANCO. ANAIS DO IV ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2016. p. 1-13.

ALBUQUERQUE, Nedy Bianca M. O Bolivian Syndicate nos livros didáticos de História do Acre. In: SOUZA, S. R. G.; SILVA, F. B. **Diálogos sobre história, cultura e linguagens**. 1. ed. Rio Branco: NEPAN, 2018. v. 1. p. 11-24.

ALBUQUERQUE, Nedy Bianca Medeiros de. **A cavalo dado não se olham os dentes: o Bolivian Syndicate e a Questão do Acre na imprensa (1890-1909)**. Tese de Doutorado em História Social pela FFLCH da USP: São Paulo, 2015.

ALMEIDA, Juliele Rabêlo de; OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia de (Org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BARBOSA Rui. **Obras completas de Rui Barbosa: o direito do Amazonas ao Acre setentrional**. Vol. XXXVII, tomo V, 1910. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Marialva. Imprensa e história pública. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele R. de; SANTHIAGO, Ricardo (Org). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 126.

BARROS, José D'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. In: **Caderno de Pesquisa do CDHIS/UFU**. v.25, n.2, jul./dez. 2012. p. 407-429. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/15209/11834>> Acesso em: 04 mar. 2020.

CALIXTO, Valdir de Oliveira; SOUZA, Josué Fernandes de; SOUZA, José Dourado de. **Acre: uma história em construção**. Rio Branco: Fundação Cultural, 1985.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **'A fundação do Acre': um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história**. 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

COSTA, K. S. Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia: uma abordagem continental. **Série Estudos e Ensaios** (Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais), v. 1, p. 90-114, 2009.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História: História e Imprensa**,



São Paulo, v. 35, ago./dez. 2007. Disponível em:
<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>> Acesso em: 3 fev. 2020.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. (Descobrimos o Brasil). 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. pp.7-8.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra; MELO, Ricardo Marques de; KOBELINSKI, Michel. História pública brasileira e internacional: seu desenvolvimento no tempo, possíveis consensos e dissensos. **Revista do NUPEM**, v. 11, p. 29-47, 2019.

FARIA E SOUZA, João Baptista; SOUZA, Monteiro de; BAHIA, Alcides. **A imprensa no Amazonas, 1851-1908**. Manaus: Tipografia da Imprensa Oficial, 1908.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001. p. 85

GALVÃO, Walnice N. **No calor da hora**: a guerra de canudos nos jornais. 3.ed. São Paulo: Ática, 1994.

GUILLEN, Isabel C. M. A Batalha da Borracha. Propaganda política e migração nordestina para a Amazônia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.9, p. 95-102, 1997.

GUIMARAES, Leandro Belinaso. Euclides da Cunha na Amazônia: discontinuidades históricas nos modos de ver e narrar a floresta. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 705-718, 2010. Disponível em: from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Jul. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702010000300008>.

KLEIN, Daniel da S. Historiografia Amazônica: discutindo questões demográficas nos tempos da borracha. **Revista Jamaxi**, v. 3, p. 44-52, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/2804>. Acesso em: 20 jan. 2020.

KLEIN, Daniel da Silva. A Amazônia no Ciclo da Borracha: populações e economia no Acre, Amazonas e Pará entre 1880 e 1920. In: **Revista Estudos Amazônicos**. v. 8, n. 02, 2012.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: **10º ENCONTRO DA REDE ALFREDO DE CARVALHO (ALCAR)**, 2015, Porto Alegre.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996. p. 538.

LIMA E FONSECA, Thais Nívia de. Ensino de história, mídia e história pública. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele R. de; SANTHIAGO, Ricardo (Org). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 185.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.



MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880 /1920. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

PORTO, J. L. R. Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil. **Revista Presença** (Porto Velho), Porto Velho, n. 16, 2000.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, a Sibéria tropical**: prisões e destierros para as regiões do Acre em 1904 e 1910. 2. ed. Rio Branco: Nepan, 2017. v. 01. 340p.

SILVA, Francisco Bento da. Insolitudes acres, híbridas e fronteiriças: as disputas pelas identidades. **Revista Jamaxi**, v. 1, p. 49-67, 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre**: novos temas, nova abordagem. Rio Branco: Carlos Alberto Alves de Souza, 2002.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. Brasília: Senado Federal, 2001, Vols. I e II

VERGARA, Moema de Rezende. Ciência, fronteiras e nação: comissões brasileiras na demarcação dos limites territoriais entre Brasil e Bolívia (1895-1901). Belém: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Vol. 5, Nº 2, Maio/Agosto de 2010.



MULATAS, PRETAS E CRIADAS: ENTRE O TRABALHO ESCRAVO E O TRABALHO LIVRE EM BELÉM (1850-1900)



Marcelo Ferreira Lobo¹

Resumo

Este artigo trata da relação entre os discursos produzidos acerca das mulheres negras, escravas e libertas, nas últimas décadas da escravidão e pós a abolição (1850 - 1900), e as estratégias de sobrevivência delas diante das visões negativas a que eram submetidas. A presença continua destas mulheres no cotidiano urbano da cidade de Belém, como ganhadeiras, vendedoras, criadas e amas as tornaram essenciais as dinâmicas de produção em um contexto de efervescência econômica devido à economia da Borracha. O processo de modernização na Amazônia esteve vinculado a aspirações burguesas modeladas pelo ideal de civilização europeu, em tal contexto a presença de libertas e negras no ambiente doméstico foi tida como um mal necessário. Mostrei as tensões entre o modelo de domínio senhorial e a aspirações de liberdade destas mulheres.

Palavras-chave: Libertas; conflitos; Cidadania.

Abstract

This article deals with the relation between the discourses produced about black women, slaves and liberated women, in the last decades of slavery and after the abolition (1850 - 1900), and their survival strategies in face of the negative visions to which they were submitted. The continued presence of these women in the urban daily life of the city of Belém, as winners, saleswomen, maids and maids, made their production dynamics essential in a context of economic effervescence due to Borra's economy. The process of modernization in the Amazon was linked to bourgeois aspirations shaped by the ideal of European civilization, in such a context the presence of free and black people in the domestic environment was considered a necessary evil. I have shown the tensions between the model of manorial rule and the aspirations for freedom of these women.

Keywords: Free woman; conflicts; Citizenship.

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, PPHIST – UFPA.
E-mail: m.lobos2013@outlook.com



Minha mãe Raimunda, nascida em 1944, durante boa parte de sua vida trabalhou entre panelas e roupas sujas, recebeu o apelido carinhoso de “morena”, frequentou os lares de pessoas classificadas como classe média, empresários, jornalistas entre outros. Nas muitas das suas histórias que narra durante os cafés e almoços destaco uma em particular. Em casa de certo patrão rico era costume mandar suas criadas limparem a geladeira com água de coco. Quando “morena” foi designada para tal tarefa não lhe pareceu normal ou justo que se usasse do precioso líquido em uma atividade de limpeza, tomada de um senso próprio de justiça resolver dividir entre os demais criados a água, e limpar a geladeira com a boa e velha água sanitária e da pia. Tal “causo” remete a agência de mulheres que viveram sob a designação de “Domésticas”, suas formas (sutis) de resistência. Lutas cotidianas entre as visões de senhoras abastadas e suas criadas.

É importante frisar que as disputas ao entorno da mão de obra de mulheres que se processou entre a virada do século XIX para o XX esteve relacionado aos projetos de modernização e de construção de valores burgueses que, em contrapartida deparava-se com a presença “necessária e temerosa” de mulheres “subalternas”, pretas, mulatas e morenas, que ao longo do século XIX e, muito mais, após o 13 de maio de 1888 passaram exercer sua autonomia ante as estruturas paternalistas que buscaram novos mecanismos de coerção e controle sobre as mesmas.

Nas páginas em preto e branco: “mulheres de cor” nos jornais e folhetins

Ao folhear os jornais paraenses oitocentistas por vezes me deparei com a presença de mulheres, escravas e livres de “cor”. Elas compuseram um rico quadro social, agentes da própria experiência, aparecem circulando pela cidade, embriagando-se, brigando, vendendo, procurando emprego.² Para além da condição social e jurídica de libertas, elas tiveram de lidar com as estruturas de poder patriarcais, e por meio de arranjos familiares e enfrentamentos cotidianos sobreviveram e buscaram melhores condições de vida.

² Foram utilizados oito títulos de periódicos paraenses de regular circulação entre as décadas de 1850 a 1910, por meio de várias notas publicadas nestes é possível identificar a presença de escravas e libertas em conflitos do cotidiano, assim como folhetins publicados em meados da década de 1880. Todos os periódicos consultados estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, o que possibilitou o recurso de pesquisa por palavras-chave tais como “liberta”, “preta livre” “mulata” e “escrava”. Se para as décadas de 1820 e 1830 tais periódicos possuíam circulação restrita a camadas mais abastadas da sociedade, como destaca Aldrin Figueiredo no período pós-cabanagem no Pará, principalmente a partir da década de 1870 o consumo destes periódicos alcançou novas camadas sociais. Sobre a imprensa paraense no século XIX ver: FIGUEIREDO, Aldrin Moura. Páginas Antigas: uma introdução a leitura de jornais paraenses, 1822-1922. Margens, v. 2, n 3, 2005. p. 245-266.



Em 18 de maio de 1859 embarcou rumo a Lisboa a preta liberta Maria do Carmo do Espírito Santo, também embarcou a menor Emília Augusta da Silva.³O mais provável é que estivesse acompanhando a menor Emília como sua criada ou ama. Em 1860 Antônio da Motta Marques, sua mulher e seus filhos retiravam-se para Portugal na Barca *Paraense*, levavam em sua companhia a carafuza liberta Felippa.⁴No dia 14 de fevereiro do mesmo ano entraram em Belém, vindos do Maranhão as libertas, Anna Gertrudes (preta), Dionísia Brona (mulata), e a “preta velha” Rita da Conceição, estavam acompanhando D. Catharina Marques Campos e sua filha menor.⁵A constante companhia de amas ou criadas denota a presença de libertas e escravas dentro do lar senhorial, sob companhia dos menores, algo recorrente na sociedade brasileira oitocentista. No caso da província paraense a intensificação da entrada de escravos desde meados do século XVIII permitiu cada vez mais a presença destas mulheres no mercado de trabalho urbano de Belém.⁶

Em junho de 1859 foi publicado um anúncio de emprego; “precisa-se de uma criada liberta ou escrava, que saiba lavar e engomar, e costurar...”,⁷em outro anúncio também do mesmo ano procurava-se uma cozinheira escrava ou forra para alugar na padaria da praia n.º 41.⁸Barbará Palha em sua dissertação indicou que ao longo da primeira metade do século XIX a medida que Belém passava por transformações urbanísticas, como a drenagem do Piry e construção de milhares de domicílios na freguesia da Campina, a busca por mão de obra (qualificada ou não) para suprir a demanda de famílias senhoriais e comerciantes dinamizou o mercado de trabalho urbano de Belém.⁹

Em relação à população masculina, as experiências na escravidão e o processo de aprendizado em ofícios especializados potencializaram a mobilidade de forros qualificados diante de um contexto de valorização do trabalho manual após o término do tráfico de 1850. Para as mulheres as atividades vinculadas aos designados serviços domésticos, assim como a venda de alimentos não teria uma mudança significativa de

³ A Epoque: Folha Política, Comercial e noticiosa, 20/05/1859, p.2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. (HDBN)

⁴ Gazeta Oficial, 03/01/1860, p. 3. HDBN

⁵ Gazeta Oficial, 15/02/1860, p. 4. HDBN

⁶ PALHA, Barbara da Fonseca. *Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2011, p. 79-80.

⁷ A Epoque: Folha Política, Comercial e noticiosa, 07/06/1859, p. 4. HDBN

⁸ Gazeta Oficial; 04/06/1859, p. 4. HDBN

⁹ PALHA, Barbara da Fonseca. *Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)*. pp. 71-76.



status ao longo da segunda metade do século XIX. Contudo, também possibilitava para além da sobrevivência a construção de um lugar social.

Engomar, lavar, passar, cozinhar e amamentar todos estes verbos que designam certas aptidões proporcionaram as libertas e escravas chances de acumular recursos pecuniários. Algumas delas puderam contar com o auxílio de terceiros, indo além de sobrevivência, sobram recursos para investir nos projetos futuros, como alforriar parentes, comprar escravos e obter autonomia. O número de mulheres libertas em testamentos superava o número de homens, demonstrando uma pequena vantagem em relação às chances de mobilidade para as cativas.¹⁰

O fato de estarem vinculadas a família senhorial por meio das relações domésticas potencializaria as chances de liberdade, somando-se também as relações amorosas e violências sexuais praticadas por senhores contra as suas escravas, não que necessariamente isto levasse à alforria.

Estar forra não quebraria os laços com seus antigos senhores, e por vezes tais libertas estariam submetidas aos rigores das prerrogativas senhoriais de domínio. Na repartição de polícia da capital paraense em 29 de maio de 1855, além de ter sido preso o preto liberto Antônio Carlos por furto de seringa, também foi detida na cadeia pública de Belém a liberta Leocádia Maria, “por injúrias que dirigiu a quem deveria tratar civilmente”.¹¹ O “tratar civilmente” remete as hierarquias e expectativas senhoriais ante aos forros e forras, de quem se esperava deferência e submissão. Em 1887, o *Diário de Notícias* denunciava sob o título “*Ferimentos*” os abusos de um ex-senhor contra a mulata liberta Maria Viterbo Simões. Este ao encontrá-la “queria que ela lhe tomasse benção”, não tendo suas expectativas atendidas ele desferiu um golpe com o seu chapéu de sol na mulata.¹²

Em 1859 o subdelegado de Cametá enviou um ofício com os autos de averiguação de uma denúncia feita no Jornal *O Conservador* contra Antônio Rodrigues Vieira (3.º suplente de subdelegado de Cametá). Este teria posto em troncos a rapariga liberta Mathilde e a castigado, contudo, na leitura do delegado de Cametá (Guimarães Peixoto) não havia ocorrido crime algum. Em sua investigação verificou que a rapariga havia sofrido “somente uns bolos por falta de costuras mandadas dar pela senhora do mesmo Antônio Rodrigues”, não resultando em crime algum visto que “a rapariga foi criada em

¹⁰ LOBO, Marcelo Ferreira. “Apesar de Preto é cidadão”: trabalho, família e mobilidade de libertos no Brasil (Grão-Pará, 1796-1918). Tese de Doutorado, PPHIST/UFPA, 2019.

¹¹ Treze de Maio (PA), 30/05/1855, p. 1. HDBN.

¹² Diário de Notícias (PA), 07/04/1887, p. 2. HDBN.



sua casa desde a infância tem estado em baixo de sua proteção, e em seu governo, o que é publicamente sabido em todo este termo”.¹³

O caso de Mathilde remete as práticas de controle e disciplina sobre as libertas. Estas sob condições precárias, viviam ameaçadas de sevícias e abusos sexuais. Sidney Chalhoub analisou o caso de estupro da escrava Honorata, com 12 anos de idade, seu senhor morador em Pernambuco foi acusado de violentá-la. O caso foi tão chocante que levou a abertura de um inquérito policial, como destaca Chalhoub o mais impressionante foi o fato do senhor não negar o estupro, mas defender-se alegando que o ato não se caracterizava como um crime, pois segundo o artigo 222 do código criminal do Império o senhor possui pleno poder sobre sua propriedade “salvo em casos de homicídio ou castigos cruéis”.¹⁴

Noções mais amplas sobre direitos próprios aos libertos como conservação, vida, honra e propriedade estavam em jogo nestas disputas de escravas e libertas contra antigos proprietários. Formas paralelas de controle sobre a mão de obra de libertas e menores vigoraram ao longo do século XIX (contratos de locação de serviços, tutelas, alforrias condicionais), o “desvelo” promovido por senhores aos seus escravos e libertos convertia-se em domínio e expectativas de obrigação.

O jornal *Diário de Belém* em abril de 1870 narra sob o título “*ELLE ME REMIO*” a história de uma escrava vendida em hasta pública. Um cavalheiro que passava diante do leilão de uma escrava decidiu comprá-la, e imediatamente deu-lhe a liberdade. Espantada, a recém liberta ficou atônita, paralisada de emoção, quando da partida de seu redentor ela deu um passo adiante e declarou:

- Meu senhor, seguir-vos-ei para onde quer que seja: servi-vos ei enquanto for viva, porque eu era cativa, e vós me remistes. Oh! Sim, ele me remiu! Ele me remiu; exclamava ela, erguendo os braços, em cujas mãos a carta de sua liberdade era convulsivamente apertada.

A turba de curiosos aplaudiu esta cena; e os próprios parceiros, bendizendo com ternos e húmidos olhares de generosidade, abriram passagem ao cavalheiro, que lá foi caminho de sua casa, seguido da escrava que libertara.¹⁵

Tal narrativa sob o contexto do movimento emancipacionista paraense, buscou estimular a benevolência senhorial ante uma recompensa que diluiria a tensão da relação senhor-escravo, proporcionando a gratidão do liberto. O impacto das narrativas publicadas nos jornais de Belém construía o imaginário social acerca de diversos temas,

¹³ Gazeta Oficial (PA), 21/06/1859, p. 1. HBDN.

¹⁴ Ver prefácio feito por Siney Chalhoub do livro de Camila Cowling, “Concebendo a liberdade; Mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro”; p. 15-18.

¹⁵ Diário de Belém, 06/04/1870, p. 1. HBDN.



de escravos assassinos, até as bondosas *mães pretas*. Neste sentido tomo aqui de empréstimo a ideia de *iconografia do imaginário* apresentada por Schwarz, cujos romances oitocentistas por vezes apresentados ao público por meio os jornais, vão formulando visões acerca dos sujeitos históricos, expectativas e sentimentos coletivos de um dado contexto social.

Ginzburg ao discutir as análises de Eric Auerbach sobre dois romancistas do século XIX (Balzac e Stendhal) demonstra o quanto o tom verossímil de tais autores contribui e se coaduna com a narrativa histórica, não pela verdade posta nas obras, e sim pelo tom verossímil a qual tais autores impregnavam seus textos.¹⁶ Neste sentido, Robert Schwartz ao analisar os romances de José de Alencar e Machado de Assis, tece considerações da imigração de modelos do romance europeu ao Brasil, “a imigração do romance, particularmente de seu veio realista, iria por dificuldades”. As dificuldades estariam vinculadas a importação do modelo europeu frente a uma realidade social brasileira composta por uma multiplicidade de gentes e cenários que não se aplicavam aos ambientes europeus, implicando em construções literárias não tão verossímeis, desafio melhor encarado, segundo Schwartz, por Machado de Assis no seu “realismo da observação miúda”.¹⁷

Contraopondo-se ao projeto emancipacionista apresentado na figura da escrava/liberta agradecida, Marques de Carvalho¹⁸ escreveu um livreto sob o título *A Viola de Joana*. Publicado originalmente em formato de folhetim nos jornais de Belém ao longo de três meses.¹⁹ Esta obra foi editada em formato de livreto pela tipografia do jornal *Diário de Notícias* em 1888, e narra as peripécias da mulata Joana, as vésperas da abolição.

¹⁶ GINZBURG, Carlo. A áspera verdade – um desafio de Stendhal aos historiadores. In: O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁷ SCHWARZ, Roberto. A importação do romance e suas contradições em Alencar. In: Ao vencedor as Batatas: forma literária e o processo social nos inícios do romance brasileiro. – São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, pp. 35-80.

¹⁸ João Marques de Carvalho, nasceu em 1866 em Belém (1866-1910), concluiu seus estudos na Europa retornando a Belém em 1883, foi escritor, jornalista, político e diplomata, tendo vários contos publicados nos periódicos de Belém. Ver: Eustáquio de Azevedo (antologia Amazônica).

¹⁹ Ao analisar as obras de literatos paraenses na virada do século XIX para o XX, Silva destaca o papel primordial que os periódicos tiveram na publicação, circulação e difusão de obras escritas por literatos no Pará, entre tais periódicos o Diário de Belém destacou-se por ser um dos primeiros a abrir as suas páginas aos escritores locais. Ver: SILVA, Alan Victor Flor da. *Vida literária na Belém oitocentista: a contribuição do Diário de Belém para o desenvolvimento das letras na capital paraense (1882-1889)*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018, p. 23-27.



Suas obras de verve naturalista ambientavam e retratavam figuras do cotidiano urbano da capital paraense, como destaca Flor da Silva,²⁰ é no mundo suburbano de Belém em um contexto de desenvolvimento econômico vigoroso da chamada *Belle Époque* que este autor resgata a presença de “gente miúda”, lavadeiras, aguadeiros, vendedoras, vadios, o espaço doméstico e a rua. Segundo ele; “o romance de Marques de Carvalho, portanto, representa uma parcela da sociedade belenense excluída do processo de desenvolvimento pelo qual a metrópole da Amazônia estava passando, em razão do capital excedente da economia gomífera”.²¹

Ao consolidar um imaginário acerca da mulata, livre ou forra, podemos entrever leituras sobre estas mulheres. Tais leituras estarão presentes nas disputas entorno da autonomia, sexualidade, honra e família de tais sujeitos. Não à-toa as mulheres mais atingidas pelo juizado de órfãos de Belém entre 1880 e os primeiros anos após o fim da escravidão foram as egressas do cativeiro, desqualificadas, designadas como incapazes de zelar pelos próprios filhos, bêbadas, prostitutas, cheias de vícios, estas foram alegações recorrentes feitas por ex-senhores afim de obter a tutela dos menores.²²

Imagem - I



(Imagem retirada da edição de 1888, p.2).

²⁰ SILVA, Alan Victor Flor da. *Marques de Carvalho na Imprensa periódica paraense (1880-1900)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras; ILC/UFPA, 2014, p. 30.

²¹ Idem, p. 30.

²² Ver: MODESTO, Victor Hugo (2018); “*Nascidos de Ventre Livre*”: *A Tutela de “Ingênuos” Em Belém Do Grão-Pará (1871-1889)*. Monografia de conclusão de curso – UFPA/FAHIS, 2018. LOBO, Marcelo Ferreira. *Liberdade tutelada: ingênuos e órfãos no Pará (1871-1893)*. Dissertação de Mestrado; PPHIST/UFPA. - 2015.



Acima temos a imagem reproduzida na publicação de 1888 de *A Viola de Joanna*. Joanna é apresentada de maneira sexualizada, com as pernas e parte do busto a mostra, em trajes simples, estirada em sua rede dentro de um casebre com sua viola em mãos, entre os moveis é possível encontrar apenas um baú, uma mesinha com espelho sobre a qual está posta uma garrafa, um vaso de barro ao chão provavelmente utilizado para guardar água, um paneiro pendurado na parede, e um quadro posto na parede logo atrás de Joanna. Temos também os animais domésticos, um cão, um gato e um papagaio, este cenário deve ter levado ao leitor contemporâneo a obra a vislumbrar o lar de uma classe subalterna, pequeno, quase “nu” de moveis e utensílios, a qual os pobres estavam jogados aos seus vícios e maus costumes.

A imagem construída de Joanna e seu lar, remete a um ambiente precário, poderia estar composta também pelos oratórios e imagens de santos comuns aos libertos que aparecem nos testamentos oitocentistas, contudo, buscou-se destacar a vida mundana de Joanna, seu lado boêmio com a viola em mãos.²³

Ao apresentar o seu texto, Marques de Carvalho, destaca não possuir grandes pretensões literárias ou estéticas, tais versos teriam surgido no dia a dia “de um repentizinho de bom humor”. Tais versos seriam consonantes as práticas e costumes do cotidiano de pobres.

Maruel Ferreira analisou as hierarquias de cor presente nos romances do século XIX, particularmente na obra *O Pagé* de Marques de Carvalho. Para ele a temática do homem negro esteve em pauta na literatura oitocentista a partir da segunda metade do século, vinculado a questão da construção de uma identidade nacional, incluído os debates na região amazônica. Ao destacar a presença de certas personagens negras e mulatas nesta obra. Maruel indica que Marques de Carvalho ultrapassa a imparcialidade do “veio naturalista” e impõem suas concepções e hierarquias no texto, destacando uma visão hierarquizada dos costumes populares, em seus personagens entreve-se que o literato teria “absorvido o pensamento acerca das teorias raciais” em meados do século XIX.²⁴

²³ Certamente os lares de grande parte da população paraense se caracterizava pela simplicidade de seus utensílios, ainda assim destaca-se que para um grupo restrito dos egressos do cativo ocorreu a possibilidade de mobilidade e acumulação de bens materiais.

²⁴ BARBOSA, Maruel Ferreira. *O Pagé: o naturalismo inacabado de Marques de Carvalho (1884-1887)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, PPHIST/UFGA; 2011, pp. 124-133.



Para algumas figuras femininas como Joanna, a escrava Josepha e sua filha Isaura,²⁵ Marques de Carvalho buscou atribuir virtudes, ao mesmo tempo que destacava as características vinculadas as classes subalternas. Para sua personagem Joanna, o literato, atribui um tom positivado dos seus costumes, e desafia ao leitor a encontrar em casa uma mulher que retrate as virtudes de Joanna; “a minha heroína é uma ficção, mas uma ficção que exprime a maior realidade de nossa sociedade; porque não se finge, senão o que realmente existe”, frisando ainda ao leitor “quem sabe se não tem em sua casa uma Joanna, uma dessas raparigas, apaixonadas, dedicadas, amorosas, que estimam a gente com todas as veras do amor”.

Composta por trinta “modinhas” a narrativa apresenta Joanna e seu “amásio”. Ao cantar seus amores pela mulata este vai construído as representações sobre a mulher de cor. Na modinha I é apresentado o mulato velho que rememora sua vida com Joanna, em seguida ela é apresentada; “mulata-sangue de gato/mulata-sangue sem lei/se tu queres ser rainha toma meu cetro de rei”. Joanna é posta como uma personalidade forte, rebelde, e em certo sentido independente. Na mesma modinha (II) é posto a sexualidade da heroína, além de mostrar que a mesma era cativa; “veras mulatinha bela, /que varinha de condão.../faz esquecer aos cativos/as dores da escravidão;/faz desprezar os deleites/ da próxima redenção”.

A sexualidade da heroína é apresentada em vários trechos da obra, os desejos do mulato por Joanna são cantarolados várias vezes através de alegorias que remetem a relações sexuais. A primeira relação de Joanna é desenvolvida ainda infância, no quintal da casa a qual corria e brincava, neste momento ao “acabar a brincadeira” Joanna deixava de ser criança, poderia estar cá a alusão a uma relação consentida, ou como era comum as escravas da casa um estupro perpetrado pelo senhor moço, ou outros cativos.²⁶

Ao caracterizar Joanna o autor a designa “faceira como um macaco/tem as doçuras da cana/no requebrado... que coisa”. Como destacou Maruel Ferreira, é possível perceber no literato em questão as impressões racializadas sobre os negros e mulatos, uma concepção higienista é percebida na própria iconografia presente da obra (imagem I). Em relação às

²⁵ Josepha e Isaura são as personagens apresentadas no conto *A Lição de Paleógrapho*, publicado em 1889 no primeiro aniversário da abolição da escravidão no jornal *A Província do Pará*. o conto narra a trajetória da escrava Josepha e sua filha Isaura, esta última foi levada para Europa em companhia da família do senhor de Josepha, seu senhor prometia instruí-la e educá-la, anos de passaram quando Josepha recebe uma carta de sua filha e decide aprender a ler para que pudesse ela mesma ler a carta.

²⁶ “Em lá chegando, botava/o ferro no seu canal;/faria do peito dela/ meu escaler festival (modinha IV). “e o brinquedo do jujú/no quintal da Violante/Tu te lembrás, ó Joanna/ Desse brinquedo galante? /Escondíamos da mãe/por detraz da pacoveira.../um dia...Zaz! deste um berro, /E acabou a brincadeira.



atividades domésticas, Joanna é posta como um artista da cozinha, ao mexer e remexer a panela Joanna vai afinando sua habilidade culinária.²⁷

Duas modinhas do livreto remetem a abolição da escravidão, e representam a autonomia destas mulheres alforriadas pelo 13 de maio:

Minha Joanna está livre,
Livre, livre como o vento;
Livre como o pensamento.
Não é só o ventre d'ella
Que goza da liberdade;
Da cabeça aos pés
Ela é sua propriedade.
Quando quer, dá seus passeios;
Vai aqui, vai acolá
Acabou-se a nhanhã velha,
Não conhece mais sinhá.
Já não tem mais impedimentos,
Vai fazer filho a vontade...
Ai! Amor, me abraça e grita:
- Viva a santa Liberdade!
Já lá se foi o bom tempo
Do tirano mestre André
Que com quatro badaladas
Nos punha logo de pé.
Joanna, bela joaninha,
É nosso agora este mundo;
Vamos fazer um filhinho,
Que se chamará Raimundo.

A autonomia promovida pela liberdade constrói um contraponto ao ideal da mulher burguesa que se consolida no contexto de meados dos oitocentos. O ir e vir destas mulheres, pode ser tomado, segundo Sônia Roncador, enquanto um “signo de contaminação” do ideal da domesticidade feminina. Isto estará presente nas obras que retratam as criadas domésticas ao longo da década de 1880 e a primeira República, não à-toa um elemento comum na busca de uma boa criada nos anúncios de oferta de trabalho são os “bons costumes”, que incluíam a contenção do ir e vir entre a rua e casa.

O próprio “trovador” das modinhas pragueja contra a abolição e as atitudes de Joanna tomadas na liberdade, “vá para o inferno a lei de maio/que aboliu a escravatura”. Livres, às outrora cativas puderam buscar agir com mais autonomia, e a relação de caráter patriarcal passava por novas tensões, a troca de favores (incluídos sexuais) já não seria um dos principais mecanismos de sobrevivência: “quando a linda Joaninha/ era escrava, sim, senhor/me dava muitos presentes,/sem exigir-me favor”.

Hoje ...adeus, bela vidoca!
Quer dinheiro e mais dinheiro:
Se não lhe faço a vontade,

²⁷ “Mas a arte não quer dizer/só nos bailes bem dançar/Arte está no bem fazer/ e no melhor acabar/Aplicate bem Joanna/Nesta arte culinária;/imitando o quanto puderes, / uma *tar de januaría*.”



Passa a mão na liberdade,
Piza duro no terreiro,
Lá se vai escafedendo,
Sem nada fazer-lhe móssa;
Em quanto eu fico fazendo
Como o cachorro da roça.

A liberdade tida como um problema, foi uma das questões centrais nos discursos sobre a abolição da escravidão. Estaria o liberto apto a viver em liberdade? Como lidar com a “horda” de libertos despreparados e incutidos dos “vícios” do cativo? Valder Paixão analisou os discursos de Joaquim Nabuco e Tavares Bastos quanto a questão do fim da escravidão, demonstrando nestes discursos a necessidade de uma política de preparação destes libertos para “tornarem-se cidadãos”, por meio do trabalho e da educação.²⁸

Marques de Carvalho ao final deixa “Joanna falar”, por meio de uma carta que “ela escreveu” a sua amiga *Maria do Rosário*. Joanna descreve o que ocorreu na casa de seu patrão durante um domingo, ao explicar de maneira sôfrega o funcionamento de um estranho aparelho (telefone) que ficava na sala de seu patrão. O autor está evidenciando as transformações que se processam em meados daquele século, a ideia de um progresso científico com o desenvolvimento de tecnologias a luz do pensamento moderno, como também indica um mundo rústico, atrasado e ignorante diante da reação de Joanna.

Às três da tarde, quando a mulata estava a preparar a janta o telefone tocou e não demorou para escutar os gritos de seu patrão; “Viva a liberdade! Viva a princesa! Viva João Alfredo! Viva Joanna!”. Joanna relatava a sua amiga o fim da escravidão: “Estamos livres, minha querida amiga, estamos livres desse cruel cativo que, *quando mesmo mais suave parecesse*, era sempre insuportável, porquanto usurpava o direito que tínhamos ao nosso trabalho e ao seu produto”, ao termino da Carta assinava o nome “Joanna Treze de Maio”.

A perspectiva lançada pelo autor atribui a existência de modalidades mais suaves da escravidão, uma relação menos cruel, e quiçá mais humana. Entreve-se uma romantização da exploração do trabalho dos cativos, para o autor o que estava em jogo era o direito ao produto do próprio trabalho, essa foi a leitura de muitos abolicionistas da década de 1880, ao liberto caberia usufruir dos frutos de seu suor livremente, contudo como já

²⁸ SILVA, Valder Paixão e. *Abolicionismo e Instrução: o aprendizado da liberdade (Pará, 1860-1888)*. Trabalho de conclusão de curso; Faculdade de História, IFCH/UFPa, 2019.



demonstraram os estudos de Walter Fraga²⁹ e Iacy Maia Matta,³⁰ a concepção que os libertos do treze de maio sobre sua autonomia ia muito além dos projetos senhoriais.

Outro escritor paraense que abordava os costumes das populações mestiças em suas obras e estudos foi José Veríssimo de Mattos. Como destaca Bezerra Neto em sua análise sobre o pensamento etnográfico deste literato, nota-se que suas ideias estavam em consonância com as teorias do racismo científico em voga. Suas obras destacam a perspectiva de degradação das raças mestiças, não tanto pelo viés biológico, mas em função ao “meio e as condições” a que haviam sido expostos, contudo, Veríssimo atribuía um sentido positivo a miscigenação, acreditando no aperfeiçoamento da raça mestiça por meio da introdução de imigrantes europeus.³¹ Sônia Roncador ao analisar a construção do imaginário sobre as empregadas domésticas por meio da literatura ao longo do século XX, demonstra o quanto estas mulheres tornaram-se um signo de contaminação do lar e do modelo ideal de feminilidade burguesa. Sendo necessários mecanismos de controle, disciplina e moralização destas mulheres das classes populares, principalmente as criadas nacionais, oriundas da escravidão, carregada de vícios, e maus costumes.³² O que estava em jogo entre as últimas décadas da escravidão e as primeiras da República eram as aspirações das elites ante as concepções modernizantes de civilização, ao mesmo tempo que a mulher ideal deveria dedicar-se ao lar, ela não caberia funções tidas como “grotescas”.

Neste sentido o término da escravidão levou a autoridades da capital paraense a debaterem sobre uma regulamentação do serviço doméstico. Mais do que o controle sobre a autonomia de tantas “Joannas do Treze de Maio”, os debates estavam entranhados das concepções do racismo científico, e da política higienista da *Belle Époque*. Corroboro com a tese de Sônia Roncador de que o medo dos senhores em relação aos seus escravos,³³ particularmente os domésticos, não só foi transferido como aumentou após a abolição para a relação entre amos e criados. Passaram-se mais de 20 anos após a abolição da escravidão, e em Belém ainda era debatida a questão dos riscos da “criadagem”, dois

²⁹ FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

³⁰ MATA, Iacy Maia. — *Libertos do Treze de Maio! e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição*. Revista Afro-Ásia nº 35, pp. 163-198.

³¹ BEZERRA NETO, José Veríssimo. *Pensamento Social e Etnografia da Amazônia (1877/1915)*. Dados vol.42 n.3 Rio de Janeiro 1999.

³² RONCADOR, Sônia. *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. — Brasília: editora Universidade de Brasília, 2008, pp. 17-76.

³³ Sobre o fenômeno do medo da ação dos cativos as vésperas da abolição ver: AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra medo branco, o negro no imaginário das elites no século XIX*. Annablume, 2004.



longos artigos foram publicados no jornal *Estado do Pará* em junho de 1918, a tônica central de tais artigos era o “saneamento moral e social de Belém” por meio da criadagem.³⁴Muitas das concepções presentes na literatura acerca de tal camada da população estiveram presentes nos debates da Câmara Municipal em março de 1889.

De preta escrava a criada mulata

Entre as últimas décadas do Império e o início da República, políticos, intelectuais, e as classes mais abastadas passavam a discutir sobre o trabalhador livre, suas aspirações burguesas, junto as ideias raciais em voga construíam um modelo civilizatório que deveria ser implantado. Como destaca Sárge: “*naquela época, a sociedade da borracha que tentava se europeizar imprimiu mudanças na mentalidade em transformação, exigindo tipos específicos de trabalhadores*”.³⁵O modelo do imigrante europeu deveria proporcionar dupla vantagem, não teriam os vícios oriundos da escravidão e poderiam por meio da mestiçagem melhorar a condição biológica dos povos amazônicos.

A racialização do mercado de trabalho foi um dos desafios encontrados pelos egressos da escravidão e seus descendentes. Em paralelo à entrada de migrantes cearenses desde a década de 1870,³⁶temos a partir de meados da década de 1880 a entrada de milhares de estrangeiros vindos de diversas regiões, da Europa como os portugueses³⁷e espanhóis³⁸e barbadianos.³⁹

Mesmo diante das pressões do tráfico interno, a província paraense manteve seu contingente de escravos. Belém ainda concentrava número significativo de escravos, em 1888 correspondia a 24,12% da população escrava da província.⁴⁰Podemos somar a tal contingente, os libertos que se mantiveram na capital paraense, tomando apenas as

³⁴ Estado do Pará, 23/06/1918, p.1; 16/08/1918, p. 2. HDBN.

³⁵ SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas, Tributos e Mercado de Trabalho em Belém (1890-1910)*. In: Tesouros da Memória – História e Patrimônio no Grão-Pará. Aldrin Moura Figueiredo & Moema Bacelar Alves (orgs.). MABE, 2009, Belém.

³⁶ LACERDA, Franciane da Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889/1916)*. Belém; Ed. Açaí, 2010.

³⁷ GUIMARÃES, Eduardo Valente. *Migrações portuguesas no Pará (1800-1850)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

³⁸ MALCHER, Aline de Kassia. *Chegadas e partidas: a trajetória de trabalhadores espanhóis na metrópole amazônica (1898-1920)*. In: Trabalho, democracia e direitos, volume 2: mundos do trabalho, identidades e cultura operária [recurso eletrônico] / Clarice Gontarski; Speranza; Micaele Scheer (Orgs.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019, pp. 233-254.

³⁹ LIMA, Maria Roseane Corrêa Pinto. *Barbadianos negros e estrangeiros: trabalho, racismo, identidade e memória em Belém de início do século XX*. Tese – Universidade federal Fluminense, Departamento de História, 2013.

⁴⁰ BEZERRA NETO, José Maia. *Mercado, conflitos e controle social. Aspectos da escravidão urbana em Belém (1860-1888)*. Revista: História & Perspectivas, Uberlândia (41): 267-298; jul/dez.2009.



alforrias levantadas por meio dos testamentos, as décadas de 1870 e 1880 foram a que mais produziram manumissões em termos percentuais. Além destas, a partir da década de 1870 os escravos adquiriram mecanismos legais para obtenção da liberdade por meio da Lei do Ventre livre (1871) e dos Sexagenários (1885), tendo nos tribunais de Belém um espaço para lutar pela liberdade.⁴¹O mundo urbano atraiu essa população liberta em virtude das possibilidades de trabalho, moradia, e redes de solidariedade como a irmandades religiosas. Os dados abaixo confirmam tal afirmativa.

TABELA – I

Trabalhadores Livres e Escravos da Província paraense, 1872 ⁴²				
	Livres	Escravos	%*	Total
Artistas	2.056	76	0,81%	2.132
Marítimos	971	56	0,39%	1.027
Pescadores	894	95	0,37%	989
Criados e Jornaleiros	3.193	1.043	1,62%	4.236
Serviços Domésticos	22.657	3.831	10,13%	26.488
Costureiras	6.141	960	2,71%	7.101
Edificações	888	360	0,47%	1.248
Madeiras	2.232	283	0,96%	2.515
Lavradores	83.979	11.353	36,48%	95.332
Criadores	943		0,36%	943
Sem profissão	110.370	8.944	45,65%	119.314
Total	234.324	27.001	100%	261.325

* Percentual de trabalhadores Escravos em relação ao total de trabalhadores.

⁴¹ LOBO, Marcelo Ferreira. Direito e Escravidão: *As ações de liberdade nos tribunais de Belém na segunda metade do século XIX*. Trabalho de conclusão de curso. UFPA, IFCH, Faculdade de História, 2011.

⁴² Dados sobre o censo imperial de 1872 disponíveis no site do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica/ NPHEd. www./nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72 , acessado em 01/08/2019, às 10:40.



Tabela II

Trabalhadores escravos da capital do Grão Pará, 1872.		
Serviços Domésticos.	1.130	22,21%
Lavradores	1.034	20,32%
Criados e Jornaleiros	767	15,07%
Marítimos.	62	1,21%
Pescadores	37	0,72%
Atividades mecânicas	873	17,16%
Sem qualificação definida	1.184	23,27%
Total	5.087	100%

Na tabela acima optei por utilizar apenas atividades que contam com a participação de escravos, outros ofícios como cirurgiões, juízes, e demais atividades declaradas de “profissionais liberais” foram deixadas de lado. Após as atividades dedicadas a agricultura, que ocupam a maior parcela da população da província, foram seguidas justamente ofícios dedicados aos serviços domiciliares e urbanos, serviços domésticos, seguido por criados e jornaleiros, correspondendo a 11,73% do total de trabalhadores. Destes trabalhadores, Belém concentrava 30%, 57,08% e 80,53% entre serviços domésticos, criados e jornaleiros, e artistas respectivamente. Embora a permanência de cativos neste mercado urbano de trabalho seja importante, visto que muitos eram alugados a terceiros por seus senhores e agentes, a presença contínua de libertos deve ser tida como uma válvula de suprimento de mão de obra. Em abril de 1885 a bordo do vapor *Pernambuco* chegavam a Belém alguns libertos que foram contratados em Teresina, o *Diário de Notícias* denunciava que entre homens e mulheres desembarcados haviam menores, possivelmente ingênuos,⁴³ no início do mês de abril do mesmo ano pelo vapor *Dito* chegaram 48 passageiros, sendo 28 libertos, para trabalharem na olaria de Domingos Noguez.⁴⁴

No Pará oitocentista temos uma população caracterizada pela mestiçagem, das 275 232 almas apontadas na província pelo censo de 1872, divididos segundo o censo em brancos, pardos, pretos e caboclos, livres e escravos, os não brancos chegam a 66, 34% da população do Grão-Pará. A capital, Belém, possuía valor aproximado em relação a sua população não branca, das 61 997 almas da cidade, 64,82% eram pretos, pardos e

⁴³ Diário de Notícias, 08/04/1885, p. 3.

⁴⁴ Diário de Notícias, 07/04/1885, p. 3.



caboclos, chegando a ter em 1872 pelo menos 225 africanos livres dos 586 apontados pelo censo. Somados pretos e pardos, estes ultrapassam de longe a população designada como branca. Desde a segunda metade do século XIX, e particularmente a partir da década de 1870, as discussões sobre a mão de obra livre perpassaram pelo viés da educação, uma educação de caráter oficioso para as classes populares, inculcando não apenas as habilidades necessárias ao ofício,⁴⁵ mas valores morais que atribuíssem as atividades mecânicas um caráter positivo. O mercado de trabalho para a população masculina se apresentava sob um leque de atividades, contemplando escravos e libertos, para as mulheres a maior parte das oportunidades estariam disponíveis nos “serviços domésticos”.

Vicente Salles classificou as escravas de serviço doméstico como uma categoria a parte, onde ocorria uma maior aproximação entre cativos e senhores, e por vezes resultava em um processo de mestiçagem. Várias cidades do Império passaram a debater ao longo das décadas de 1870 e 1880 a necessidade de controle sobre a mão de obra dos fâmulos.

Em novembro de 1883 no *Diário de Belém*, foi publicado um longo artigo versando sobre a segurança pública e o combate a vadiagem na capital paraense. O articulista buscava instigar uma atuação mais efetiva da polícia contra a “malta de vadios”, dando caça a estes e os obrigando a assinar o *termo de bem viver*, a questão da emancipação escrava esteve vinculada ao tema; “entretanto maltas de vadios encham as nossas ruas, hoje principalmente com o subsídio que recebem do elemento servil, cuja extinção todos procuramos”. Ao recém liberto conviria a obrigação ao trabalho, visto que:

O escravo se liberta e vai para os cortiços, enferma no vicio e entra logo para o círculo dos que esmolam a caridade pública. Liberta-se para ser pesado a ordem pública e finalmente a caridade dos bons e prestantes cidadãos!

Por que se o não constringe ao trabalho?

Cumprisse a polícia o que lhe incumbe com relação aos vadios, e a moralidade pública lucraria imensamente, e a indústria não viveria entre nós tão esmorecida à mingua de braços.

Tal leitura sobre o liberto permanecerá presente ao longo da década de 1880 e nos anos subsequentes a Abolição da escravidão. Neste cenário de crítica a mão de obra nacional, políticas de controle e formação de mão de obra estiveram ao lado de projetos de melhoramento da raça com a entrada de imigrantes europeus, no Pará entre 1890 e 1920 entraram por volta de 15 000 imigrantes espanhóis em direção às colônias

⁴⁵ COSTA, Raíssa Cristina Ferreira. *A pedagogia da liberdade: a educação profissionalizante e o Instituto Paraense de Educandos Artífices*. Monografia de Conclusão de Curso. UFPA/ IFCH, Faculdade de História, 2016.



agrícolas.⁴⁶Uma mão de obra que não estaria necessariamente qualificada, mas desejava de escapar dos conflitos e condições precárias de seu lugar de origem.

O articulista do *Diário de Belém* dedicou algumas linhas para falar da criadagem. Segundo ele as mulheres que se colocavam a alugar impunham de imediato a condição da “dormida livre”, “porque o cortiço é seu elemento e a prostituição seu sonho de todas as horas”. O controle sobre as práticas e costumes de suas criadas foi um dos temas mais discutidos quando da regulamentação do serviço doméstico em Belém, o articulista deixava claro que as criadas daquele contexto eram um mal necessário, um risco ao seio familiar, a moral, um canal de contaminação, “e pode uma mulher dessas ser admitida em casa de família? A que outras se recorrerá?”.

São Paulo,⁴⁷Rio de Janeiro,⁴⁸Rio Grande do Sul,⁴⁹Recife, Salvador⁵⁰e Belém tiveram seus embates nas assembleias locais a fim de regulamentar os serviços domésticos. Segundo Marina Barreto, na década de 1880 ao menos 25 cidades do Império passaram a debater e produzir regulamentos sobre tais trabalhadores.⁵¹Em Belém tais discussões já aparecem nos jornais a partir de 1881. Segundo Bezerra Neto foi noticiado no *Diário do Gram-Pará* que o então chefe de polícia da província estava confeccionado um projeto de regulamentação do serviço doméstico, visto que o trabalho livre de então estava sujeito a muitos vícios.⁵²A presença não só de escravas, mas também de libertas em atividades domésticas foi algo comum no Pará, o *Diário de Notícias* denunciou em 21 de dezembro de 1885, que no distrito do Mojú a polícia invadiu a casa comercial de *Ferrão Silva & Cia*, agarrando e conduzindo a cozinheira, então liberta Alexandrina.

Em março de 1888 foi denunciado que o subdelegado do segundo distrito da capital havia invadido a casa de uma mulher chamada Amália, na rua das Flores, remexendo a “mais pequena caixa de segredos da pobre mulher”.⁵³Em resposta, o dito subdelegado

⁴⁶ LIMA, Aline de Kassia Malcher. Já citado.

⁴⁷ TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Alameda, 2013.

⁴⁸ COWLIG, Camila. *Concebendo a Liberdade: mulheres de cor, gênero e abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

⁴⁹ BAKOS, Margareth. *Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889)*. Revista Brasileira de História.

⁵⁰ SILVA, Maciel Henrique. *Nem mãe preta, nem negra fêlo: Histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador*. Jundiá, Paco Editorial, 2016.

⁵¹ BARRETO, Marina Leão de Aquino. *Criada, não, empregada! contrastes e resistências sob a vigília dos padrões na regulamentação do trabalho doméstico livre ao final do século XIX em Salvador*. -- Salvador, 2018. p. 21.

⁵² BEZERRA NETO, José Maia. *Por Todos os Meios Legítimos e Legais: As lutas contra a escravidão e os limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará, 1850-1888)*. Tese de Doutorado, PUC- SÃO PAULO, PGHIST, São Paulo, 2009. p. 342.

⁵³ O Liberal do Pará, 25/03/1888, p. 2. HDBN.



publicou suas explicações no *Diário de Notícias*, segundo ele, o chefe de polícia o havia designado para averiguar o roubo de algumas joias da *Tinturaria do Comércio* que teriam sido levadas pela cozinheira do mesmo estabelecimento de nome Anna Andreza, filha da liberta Amália. Ao entrar na casa delas lhe foi apresentado 4 caixas, duas vazias e duas com joias, porém estas não eram as joias roubadas da tinturaria, mãe e filha foram intimadas a comparecerem à delegacia de polícia a fim de prestarem esclarecimentos.⁵⁴

Já que trato deste fato, devo cientificar ao público que Amália e sua filha Anna Andreza, sendo interrogadas pelo chefe de polícia, divergiram em pontos essenciais do seu interrogatório, ficando a dita autoridade convencida de que Anna Andreza, foi quem furtou da gaveta de uma cômoda, do quarto das meninas órfãos do finado tintureiro Coumat, as joias a que acima me refiro”.⁵⁵

A suspeição que recaía sobre libertos, especialmente criadas, era um dos grandes problemas enfrentados por tais mulheres. Foi Amália quem procurou os jornais para denunciar os abusos do subdelegado, em um contexto de efervescência do movimento abolicionista paraense. Talvez acreditasse poder contar com a simpatia de algum abolicionista ante a sua causa. Mãe e filha sobreviviam de alugar seus serviços, possuíam algumas joias, objetos que foram comuns a libertas nos testamentos, teriam rendas mínimas para seu sustento, como reforça Maria Odila, estas mulheres viviam mais como autônomas, não necessariamente como assalariadas,⁵⁶ eram formas híbridas de trabalho, que mesclava o servilismo da escravidão, as aspirações modernizantes sobre o trabalho e a luta cotidiana por autonomia destas mulheres. A menor Antônia Luísa, filha da liberta Crescencia Maria da Conceição, mesmo sendo ingênua foi alugada aos comerciantes Sinay & Levi, sendo pago trinta mil reis mensais a antiga senhora de sua mãe, e após o treze de maio passou a receber para si o valor de trinta e cinco mil reis mensais.⁵⁷

As mulheres que viviam da produção e venda de comida estavam marcadas pelas experiências da escravidão, mulheres pobres marcadas por designações depreciativas, consideradas de maus costumes.⁵⁸ Como ressalta Maria Odila; “não eram assalariadas, não gozavam de direitos civis, nem tinham acesso à cidadania política”,⁵⁹ seus registros são tão esparsos e dispersos que reconstituir suas vidas, experiências e lutas tornou-se um desafio aos historiadores.

⁵⁴ Diário de Notícias (PA), 27/03/1888, p. 3. HDBN.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder: em São Paulo no século XIX*. Editora Brasiliense, 1984, p. 24. p.9.

⁵⁷ Auto de Tutela da menor Antônia. Série: Cível; Subsérie: Tutelas, Caixa: 1888. Cartório Ódon. Centro de Memória da Amazônia.

⁵⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder: em São Paulo no século XIX*.

⁵⁹ Idem, p.31.



Para a população masculina de libertos, pude me valer das listas de cidadãos votantes, de matrículas de alunos, e tantas outras informações que aparecem nos jornais, para resgatar suas experiências, já para estas mulheres, restaram apenas suas alforrias, suas sombras em processos de liberdade, notas de jornais que traziam os padrões normativos e morais construídos por homens, reforçados por mulheres de aspirações burguesas. Escravas e libertas, não estavam a margem do cotidiano, estiveram no centro, nas ruas, nas cozinhas, mercados, tabernas, construindo seus próprios valores.

Eleodora Maria da Conceição, de 27 anos, natural de Monte Alegre interior da província, residente na travessa de Santo Antônio, no dia 4 de agosto de 1887, por volta das cinco horas da tarde escutou sua “vizinha” Patrícia Maria da Silva, de sua “casa”, chamá-la de ladra acusando de ter furtado certa quantia. Defendeu-se declarando que não possuía tal vício e que já esteve “alugada em muitas casas comerciais, sem quem nenhum de seus patrões tivesse queixas suas”, e mais, que Patrícia dizia semelhante coisa “porque se mostrava ser uma negra”.⁶⁰No dia seguinte, Patrícia foi ao encontro de Eleodora que acabava de fazer compras na taberna fronteiriça a sua residência, armada de uma faca, e tentou golpeá-la sendo impedida pelo dono do comércio e sua amásia.

Entrevemos neste caso uma série de elementos do submundo de empregadas, taberneiros e amasias. Certos valores presentes nos discursos das elites foram ressignificados por Eleodora, ter trabalhado em muitas casas lhe conferiu um ar de boa criada, mesmo que nas discussões sobre o regulamento em março de 1889, o fato da frequente circulação das domésticas ser duramente criticado. Ao alegar que Patrícia se “mostrava ser uma negra”, não me parece estar simplesmente aludindo a cor, e sim aos signos da negritude, as atitudes de Patrícia, seriam atitudes de uma negra, cheia de vícios tal qual é construída nas narrativas de folhetins, e notícias dos periódicos.

Elas coabitavam uma casa subdividida em quartos com outros tantos moradores, os cortiços, que passaram a abrigar libertos, imigrantes e migrantes. Patrícia era natural do Maranhão, tinha 21 anos, mulher solteira, coabitando com outras mulheres e homens, além de ter sido roubada, foi chamada de negra em tom jocoso, teve de lidar com sua própria condição e no ímpeto de sua juventude resolver levar a cabo uma fadada vingança. Para além da importação de mão de obra masculina, estas mulheres também migravam, forçosamente ou por escolha própria, em um contexto de crescente urbanização. Tais experiências de lutas efetivadas por mulheres foram tecidas ainda durante o regime

⁶⁰ Autos de Crime de tentativa de Homicídio, 1887, 1º Distrito Criminal, notação 7 (1887-1892). CMA.



escravista, neste sentido apresento a trajetória de uma família de libertas na cidade de Belém.

Família de libertas

Uma família de libertas que potencializou a mobilidade ao longo de duas décadas foi a de Maria da Conceição e suas filhas. A manutenção de bens ao longo das décadas de 1860 e 1870 foi uma das estratégias de sobrevivência e mobilidade acionadas por estas mulheres. Maria da Conceição além de liberta era africana, possuía um quarto de casas na travessa São Matheus e um terreno na Estrada de São Jeronimo, não é difícil supor que ela tenha herdado tais propriedades de seus antigos senhores. Era então solteira com duas filhas e uma neta, Dorothea das Chagas, Maria de Nazareth e Ignez de Jesus respectivamente, estabelecendo a seguinte divisão de seus bens:

Declaro que deixo o quarto de casas onde moro sito a travessa São Matheus a minha filha Maria de Nazareth com a obrigação desta dar a sua irmã Doroteia das Chagas a quantia de cento e cinquenta e seis mil reis.

Declaro que deixo cinco braças de frente e seus respectivos fundos do terreno que possuo na estrada de São Jeronimo a minha filha Doroteia das Chagas; bem assim deixo mais a esta todos os aviamentos existentes no mesmo terreno e toda a telha que tenha na casa em que mora para ajuda de qualquer edificação que ela tenha que fazer no supradito terreno.

Declaro que deixo duas braças do remanescente terreno acima declarado sendo estas de frente e seus respectivos fundos a minha neta Ignez de Jesus filha da minha filha Maria de Nazareth.

Maria da conceição já estava no Grão-Pará em 1836, ano em que Dorothea nasceu, não foi possível identificar se suas filhas nasceram livres ou também foram libertas, certamente vivenciou o clima cabano de Belém na década de 1830. Contudo, como mãe talvez já de três filhos, foi mais interessante manter-se dentro da lógica senhorial a fim de preservar a si mesma e a sua família, quando fez seu testamento não mencionou o filho já falecido de nome Manoel. Manteve-se solteira, porém teve a companhia de Gaudêncio a quem sua filha Maria de Nazareth reconhecia como pai mesmo declarando ter pai incógnito em seu testamento.

Quando do seu testamento em 1864 legou a Dorothea o terreno na estrada de São Jeronimo mais as telhas que possuía na sua casa, incumbindo sua outra filha a dar a Dorothea cento e cinquenta mil réis, não faria tal disposição se não soubesse da capacidade de Maria de Nazareth em conseguir o dinheiro, queria que sua filha tivesse ao menos uma casa para viver, dez anos depois em 1876 quando do testamento de Dorothea, sua casa já estava pronta e constituíam seus poucos bens além de suas joias.



Dorothea das Chagas foi designada como preta em seu testamento, o mais provável é que o escrivão assim tenha feito, menos em função da sua cor e sim pelo reconhecimento social dado a ela. Ela legou sua casa na estrada de São Jeronimo a sua irmã, e parte de seu terreno ao mestre sineiro da igreja de Nazareth chamado Manoel Teles, é mais provável que este tenha entrado no círculo social de Dorothea por ser vizinho,⁶¹ além da proximidade espacial temos a proximidade social pautada na designação de cor, em 1877 foi publicado o falecimento de Manoel Telles, pardo, casado, sacristão da freguesia de Nazareth, neste sentido testadora e herdeiro compunham o que usualmente se designou no século XIX como pessoas livres de cor.⁶² O círculo social a qual Dorothea estava imerso vinculava-se ainda a antiga condição de sua mãe, todas às três mulheres nomearam como testamenteiro ao Sr. Ricardino Augusto da Costa, este por sua vez aparece como testamenteiro ao menos 14 vezes entre as décadas de 1860 e 1880, seu nome foi recorrente nos jornais de Belém, principalmente em relação à captura e detenção de escravos de sua propriedade.

A presença contínua de Ricardino nos testamentos desta família de libertas demonstra a influência e a capacidade do domínio senhorial, claro que tal domínio na vida em liberdade exigiria contrapartidas vinculadas a noção de proteção, uma destas foi ter sido nomeado testamenteiro delas. Tarefa essa que não era algo tão simples visto ter que fazer cumprir as últimas disposições das testadoras, exigindo certa dedicação e tempo para tal tarefa. As informações sobre cada uma dessas mulheres são poucas, enquanto para libertos seus nomes podem ser rastreados com maiores chances de êxito, as libertas raramente aparecem nos jornais de maneira especificada, não por estarem restritas ao universo doméstico, e sim por estarem inseridas em um processo de exclusão social amplo, atrelado a *status* jurídico, cor e gênero.

Mulheres negras, pardas e mulatas, agiam entre brechas das estruturas da escravidão, do paternalismo e patriarcado. Não votavam, não tinham acesso a cargos públicos salvo de professoras, não passaram por um processo de valorização de seu trabalho como ocorreu com os artífices na virada do século XIX para o XX. Ainda assim, margeando as engrenagens do poder, das estruturas, conseguiam mobilidade e inserção social, como já destacou Sheila de Castro Farias ao tratar das “sinhas pretas”. Demonstrou que estas

⁶¹ Em um anúncio de venda de um terreno na Estrada de São Jeronimo, o mesmo terreno localizava-se continuo a casa do sr. Manoel Telles. Neste sentido infiro tratar-se do mesmo Manoel indicado no testamento de Dorothea. Diário de Belém, 03/09/1869, p. 3. HDBN.

⁶² A Constituição (PA), 13/07/1877, p. 2. HDBN.



mulheres forras, particularmente as africanas foram capazes de acumular recursos materiais por meio de suas atividades de comércio, por vezes vinculado a tradições africanas.⁶³ Tal capacidade de acumular pecúlio por vezes desdobraria na maior frequência de manumissões, assim como estas poderiam aplicar tais recursos na aquisição de escravos, mesmo ainda em cativo como foi o caso da escrava Clara Maria do Carmo, que sob o julgo da escravidão comprou uma cativa preta, provavelmente africana, de nome Maria.⁶⁴

Das três libertas acima mencionadas Maria de Nazareth foi a que alcançou maior inserção social no “mundo dos brancos”, assim como bens materiais. Seu testamento feito em 1879 foi bem mais extenso do que de sua mãe e irmã. Ela manteve-se solteira assim como estas, sua filha Ignez já era então falecida, contudo construiu uma significativa teia de relações por meio do compadrio. Quando da sua morte ela possuía três prédios em Belém, 1 no Largo do Quartel, outro na Rua da Pedreira e o último da estrada de São Jerônimo, não houve menção a casa legada por sua mãe na travessa de São Matheus, neste sentido é provável que Maria tenha vendido e aplicado o recurso para comprar terras ou casas na Rua da Pedreira e no Largo do Quartel ampliando assim o número de posses.

Ela poderia muito bem viver dos aluguéis das ditas casas algo comum em Belém da segunda metade do século XIX, por vezes encontrei testadores deixando dinheiro que deveria ser tirado dos aluguéis de suas moradas. Para uma mulher solteira a renda do aluguel de duas ou três casas seria mais que o suficiente para se manter e acumular recursos, abaixo temos um anúncio de aluguéis de casas, sendo que uma casa na Rua das Flores na década de 1850 era alugada por cerca de 30 mil réis mensais, em 1889 localizei o anúncio de aluguel de uma “casa puxada” pelo valor de 35 mil réis.⁶⁵

À medida que a cidade de Belém crescia e se urbanizava, a demanda por residências para os inúmeros trabalhadores que aqui aportavam sejam migrantes livres ou forros assim como os imigrantes, passou a consolidar um mercado urbano de casas. Maria de Nazareth saberia se valer de tal contexto econômico para otimizar seus bens, além dos aluguéis poderia ela mesmo, sua mãe e irmã durante certo tempo terem trabalhado ao ganho, a busca por uma mão de obra feminina para as atividades domésticas perpassavam pela mão de obra escrava e forra como os anúncios abaixo indicam.

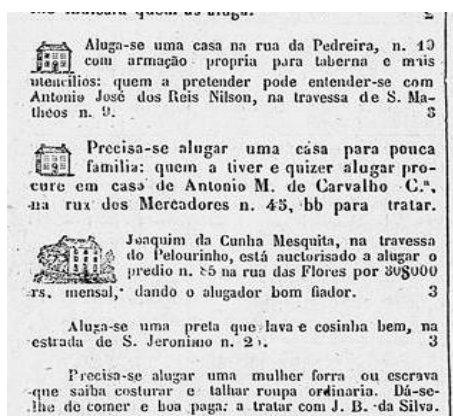
⁶³ FARIAS, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense Concurso para Professor Titular em História do Brasil. Niterói, 2004.

⁶⁴ Testamento e Antônia da Veiga da Fonseca, 1842.

⁶⁵ Diário de Belém, 20/03/1889, p. 7. HDBN.



Anúncios de aluguel de casas e mão de obra.



Gazeta Oficial, 10/07/1859, p. 4.

O certo é que Maria legou em esmolas, doações aos seus afilhados e amigos, doações as irmandades religiosas, mais dinheiro de missas para sua alma atingindo o valor de dois contos e oitocentos mil réis, não foi um montante irrisório mesmo para meados da década de 1870. Certamente Maria poderia ser designada como uma “sinhá preta”, embora sua condição tenha diluído sua cor em um processo de embranquecimento social. Salvo a sua genealogia descrita em testamento não ocorreu menção a sua cor, e a condição de africana liberta de sua mãe. Guardava em sua memória a dor da perda de mãe, irmã e filha, tanto que preocupada com a vida “além túmulo” mandou dizer capelas de missas por seus familiares:

Quero que se mande rezar uma capela de missas por minha alma, uma dita por alma de minha mãe, uma dita por alma de minha filha Ignez de Jesus, meia dita por alma de minha irmã Dorothea das Chagas, meia dita por alma de meu irmão Manoel e meia dita por alma de Gaudêncio, a quem em vida reconheceu como pai.

Nascida e criada no catolicismo popular, por sua morte legou dinheiro as irmandades do Santíssimo Sacramento da Freguesia da Campina, de Nossa Senhora das Dores do Rosário da Campina, para a própria Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Campina assim como a de São Benedito e de Nossa Senhora da Conceição existentes na igreja da Campina, colaborou também para os festejos em homenagem a São Raimundo Nonato da igreja de Sant’Anna da Campina. Sua religiosidade eminentemente católica estava atrelada a uma das irmandades “pretas” de Belém, ressaltando traços da sua identidade familiar e de seu *status* social, desejou então ter um lugar especial para seus restos mortais; “quero também, que depois de três anos de meu falecimento sejam exumados os meus restos mortais e depositados numa urna na igreja do Rosário da Campina”. O teor



simbólico de tal desejo remete ao prestígio que Maria acreditava possuir em virtude talvez das muitas doações feitas para a igreja, reconstruindo uma tradição do “mundo branco lusitano” na sua comunidade negra. Exigiu bem mais que sua mãe e sua irmã, e assim o fez por poder fazer, seu grau de mobilidade em termos materiais seria utilizado no próprio processo de salvação de sua alma, barganhava assim como muitos senhores a salvação por meio da piedade cristã na hora da morte, chegou a legar dois mil reis a cada Lázaro do Asilo do Tucunduba que lá existisse quando morresse.

Dentre os vários nomes mencionados em seu testamento estava o da professora de ensino primário do 3.º distrito da capital Antônia de Jesus Gomes Franco. Maria de Nazareth declarou o seguinte “deixo duzentos mil reis a minha comadre Dona Antônia de Jesus Gomes Franco, professora pública nesta capital”. A escolha das palavras ao se referir a Antônia de Jesus são significativas, foi a única das mulheres designadas como Dona no testamento e tal termo é tomado enquanto símbolo de prestígio social, além disso, ela chamou de comadre, neste sentido provavelmente Antônia foi madrinha da sua falecida filha Ignez de Jesus.

O pouco que pode-se saber sobre sua comadre é que ela estudou no Colégio do Amparo em Belém, instituição fundada no início do século XIX pelo Bispo D. Manoel Almeida Carvalho em 1804, a fim de abrigar e promover a educação de meninas índias trazidas para a capital, e ao longo do século XIX se tornou um importante instituto de ensino a meninas desvalidas e pensionistas.⁶⁶ Em 1859 Antônia solicitou ser admitida para realizar o exame de provimento para a cadeira de ensino primário no distrito do Mojú,⁶⁷ ao que parece ela executou tal exame com excelência recebendo elogios pela folha *Gazeta de Notícias*; “foi em verdade um ato de glória e satisfação para muitos dos assistentes”,⁶⁸ nomeada para tal vaga em meados de abril de 1859.⁶⁹ Ainda no primeiro semestre de 1859 foi transferida para a cadeira de ensino feminino do 2.º distrito da Capital,⁷⁰ tendo ocupado na década de 1870 a cadeira de ensino primário do sexo feminino no 3.º distrito de Belém.

Impossível saber que maneira Maria de Nazareth e Antônia se conheceram, contudo, Ignez já era nascida em 1864 e Antônia como madrinha da mesma já mantinha contado

⁶⁶ Sobre o colégio do Amparo em Belém ver: SABINO, Elianne Barreto. *A Assistência e a educação de meninas Desvalidas no Colégio de Nossa senhora do Amparo na província do Grão – Pará (1860 -1889)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, UFPA, 2012.

⁶⁷ A Epoca: Folha política, comercial e noticiosa, 01/03/1859, p. 2. HDBN.

⁶⁸ Gazeta Oficial, 15/04/1859, p. 2. HDBN.

⁶⁹ A Epoca: Folha política, comercial e noticiosa, 26/04/1859, p. 2. HDBN.

⁷⁰ Gazeta Oficial, 02/07/1859, p. 2. HDBN.



com esta família de libertos ao menos durante 15 anos, enquanto professora primaria poderia lecionar a Ignez ampliando as chances de mobilidade geracional. Entre os afilhados de Maria de Nazareth encontrei membros de famílias senhoriais, de comerciantes, da armada e escravos. Manteve contato com a família de Ricardino Augusto da Costa, deixou duzentos mil reis a neta deste, Maria Augusta da Costa, mencionou o nome da mãe de Ricardino e a incumbiu de cuidar das missas a sua Coroa do Divino Espirito Santo, a relação tão longeva com esta família faz crer que se tratava da antiga família senhorial a qual sua mãe pertenceu. Relações de parentesco Ritual reafirmavam laços horizontais e verticais com a antiga família patriarcal.

Maria deixou o valor de quatrocentos mil réis para a alforria de sua afilhada Benedicta, escrava de um Jeronimo de tal da Costa, e se esta já estivesse livre tal valor deveria lhe ser entregue da mesma maneira, além do dinheiro deixou um cordão de ouro. No limiar de sua vida pode prover, ou ao menos tentar, a experiência de liberdade a uma jovem cativa, sabia então que a sociedade poderia absorver Benedita, torná-la livre e senhora de si.

Considerações finais

Ao longo de suas vidas, homens e mulheres no Pará do século XIX moveram-se em busca da sobrevivência. Para os que transitaram da condição escrava para a de libertos e livres o grande desafio foi conseguir lidar com as marcas do passado na escravidão, os riscos eminentes de serem conduzidos novamente ao cativeiro, o preconceito sobre a origem e os limites impostos pelas estruturas do sistema escravo, mesmo após a abolição. Sobreviver em um mundo extremamente hierarquizado só foi possível em função das redes de solidariedade e sociabilidade, por vezes fez-se necessário mais de uma geração para que pudessem ser integrados a sociedade local.

A prática comum da alforria permitiu o ingresso de milhares de ex-cativos no mundo dos livres e a liberdade era apenas um dos muitos passos para a aquisição de direitos. Estiveram marcados pela suspeição policial, pelo controle de ex-senhores, poucos efetivamente se tornaram senhores de si. No mundo urbano puderam se adaptar as dinâmicas internas de Belém da borracha, das firmas comerciais e do comércio urbano de alimentos.

Acredito ter demonstrado que estas mulheres fizeram mais que estar a sombra de seus antigos senhores. Diante de um sistema pautado na política de domínio, negociaram com os instrumentos que tinham, a fuga, resistência e “subserviência”. No cotidiano das



relações sociais conquistaram direito a família (embora este estivesse sob ameaça contínua), a bens, e uma ainda confusa e complexa “semi-cidadania”.

Nas “fimbrias do sistema”, ampliavam as chances de mobilidade de seus descendentes, e, ao mesmo tempo contrapunham-se aos modelos de feminilidade projetados pelos ideais de civilização modernos.

Data de submissão: 10/10/2019

Data de aceite: 18/05/2020



Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Onda negra medo branco, o negro no imaginário das elites no século XIX**. Annablume, 2004.

AZEVEDO, J. Eustáquio. **Antologia amazônica: poetas paraenses**. 1904.

BAKOS, Margareth. Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). **Revista Brasileira de História**.

BARBOSA, Maruel Ferreira. **O Pagé: o naturalismo inacabado de Marques de Carvalho (1884-1887)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, PPHIST/UFPA; 2011.

BARRETO, Marina Leão de Aquino. **Criada, não, empregada!** contrastes e resistências sob a vigília dos patrões na regulamentação do trabalho doméstico livre ao final do século XIX em Salvador. -- Salvador, 2018.

BEZERRA NETO, José Maia. José Veríssimo: **Pensamento Social e Etnografia da Amazônia (1877/1915)**. Dados vol.42 n.3 Rio de Janeiro 1999.

BEZERRA NETO, José Maia. Mercado, conflitos e controle social. Aspectos da escravidão urbana em Belém (1860-1888). Revista: **História & Perspectivas**, Uberlândia (41): 267-298; jul/dez.2009.

BEZERRA NETO, José Maia. **Por Todos os Meios Legítimos e Legais: As lutas contra a escravidão e os limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará, 1850-1888)**. Tese de Doutorado, PUC- SÃO PAULO, PGHIST, São Paulo, 2009.

COSTA, Raíssa Cristina Ferreira. **A pedagogia da liberdade: a educação profissionalizante e o Instituto Paraense de Educandos Artífices**. Monografia de Conclusão de Curso. UFPA/ IFCH, Faculdade de História, 2016.

COWLIG, Camila. **Concebendo a Liberdade: mulheres de cor, gênero e abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder: em São Paulo no século XIX**. Editora Brasiliense, 1984.

FARIAS, Sheila Siqueira de Castro. **Sinhás Pretas, Damas Mercadoras**. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense Concurso para Professor Titular em História do Brasil. Niterói, 2004.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. Páginas Antigas: uma introdução a leitura de jornais paraenses, 1822-1922. **Margens**, v. 2, n 3, 2005.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.



GINZBURG, Carlo. A áspera verdade – um desafio de Stendhal aos historiadores. *In: O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo Valente. **Migrações portuguesas no Pará (1800-1850)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

LACERDA, Franciane da Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889/1916)**. Belém; Ed. Açáí, 2010.

LIMA, Maria Roseane Corrêa Pinto. **Barbadianos negros e estrangeiros: trabalho, racismo, identidade e memória em Belém de início do século XX**. Tese – Universidade federal Fluminense, Departamento de História, 2013.

LOBO, Marcelo Ferreira. **“Apesar de Preto é cidadão”**: trabalho, família e mobilidade de libertos no Brasil (Grão-Pará, 1796-1918). Tese de Doutorado, PPHIST/UFGA, 2019.

LOBO, Marcelo Ferreira. **Direito e Escravidão**: As ações de liberdade nos tribunais de Belém na segunda metade do século XIX. Trabalho de conclusão de curso. UFGA, IFCH, Faculdade de História, 2011.

LOBO, Marcelo Ferreira. **Liberdade tutelada: ingênuos e órfãos no Pará (1871-1893)**. Dissertação de Mestrado; PPHIST/ UFGA. - 2015.

MALCHER, Aline de Kassia. **Chegadas e partidas: a trajetória de trabalhadores espanhóis na metrópole amazônica (1898-1920)**. *In: Trabalho, democracia e direitos, volume 2: mundos do trabalho, identidades e cultura operária [recurso eletrônico] / Clarice Gontarski; Speranza; Micaele Scheer (Orgs.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019, pp. 233-254.*

MATA, Iacy Maia. —Libertos do Treze de Maio e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. **Revista Afro-Ásia** nº 35, pp. 163-198.

MODESTO, Victor Hugo (2018); **“Nascidos de Ventre Livre”**: A Tutela de “Ingênuos” Em Belém Do Grão-Pará (1871-1889). Monografia de conclusão de curso – UFGA/FAHIS, 2018.

PALHA, Barbara da Fonseca. **Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2011.

RONCADOR, Sônia. **A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)**. – Brasília: editora Universidade de Brasília, 2008.

SABINO, Elianne Barreto. **A Assistência e a educação de meninas Desvalidas no Colégio de Nossa senhora do Amparo na província do Grão – Pará (1860 -1889)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, UFGA, 2012.

SARGES, Maria de Nazaré. **Riquezas, Tributos e Mercado de Trabalho em Belém (1890-1910)**. *In: Tesouros da Memória – História e Patrimônio no Grão-Pará*. Aldrin Moura Figueiredo & Moema Bacelar Alves (orgs.). MABE, 2009, Belém.



SCHWARZ, Roberto. A importação do romance e suas contradições em Alencar. *In: Ao vencedor as Batatas*: forma literária e o processo social nos inícios do romance brasileiro. – São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SILVA, Alan Victor Flor da. **Marques de Carvalho na Imprensa periódica paraense (1880-1900)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras; ILC/UFPA, 2014.

SILVA, Alan Victor Flor da. **Vida literária na Belém oitocentista**: a contribuição do Diário de Belém para o desenvolvimento das letras na capital paraense (1882-1889). Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SILVA, Maciel Henrique. **Nem mãe preta, nem negra fêlo**: Histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador. Jundiaí, Paco Editorial, 2016.

SILVA, Valder Paixão e. **Abolicionismo e Instrução**: o aprendizado da liberdade (Pará, 1860-1888). Trabalho de conclusão de curso; Faculdade de História, IFCH/UFPA, 2019.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Libertas entre sobrados**: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Alameda, 2013.



ISABEL VALENÇA, PAULA, MERCEDES BATISTA E AS IRMÃS MARINHO: A IMPORTÂNCIA E A REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NEGRAS DOS ACADÊMICOS DO SALGUEIRO NOS ANOS 1960



Guilherme José Motta Faria¹

Resumo

A trajetória de Isabel Valença popularizada no carnaval como “Chica da Silva” nos permite perceber a importância da relação estabelecida entre a cultura e a imprensa, para o debate sobre gênero e raça nos anos 1960. Representando uma escrava no período colonial, Isabel sintetizou a força de superação das mulheres, se tornando um exemplo a ser seguido. A imprensa ajudou a construir o mito e até os dias atuais continua a reverenciar essa personagem no cenário cultural do Rio de Janeiro. Outras mulheres importantes na história da agremiação também foram relevantes neste cenário e serão brevemente comentadas. Utilizando matérias do período e textos mais atuais, livros de jornalistas e pesquisadores desenvolvi as bases deste artigo.

Palavras-chave: carnaval; imprensa; escolas de samba; memória; questão social; gênero.

Abstract

Isabel Valença's journey popularized in carnival as “Chica da Silva” allows us to perceive the importance of the relationship established between culture and the press, for the debate on gender and race in the 1960s. Representing a slave in the colonial period, Isabel synthesized the strength of overcoming women, becoming an example to be followed. The press helped build the myth and to this day continues to reverence this character in the cultural scene of Rio de Janeiro. Other important women in the history of the association were also relevant in this scenario and will be commented shortly. Using materials from the period and more current texts, books by journalists and researchers, I developed the bases of this article.

Keywords: carnaval; press; schools of samba; memory; social issues; genre.

¹ Professor Assistente da Universidade Veiga de Almeida, Pós-Doutor História (USP) e Doutor em História (UFF). E-mail: gguaral68@gmail.com



O papel de destaque das mulheres do Salgueiro

O papel desempenhado pelas mulheres salgueirenses, tanto nos desfiles, quanto no cotidiano do ciclo anual carnavalesco, desde sua fundação, em 1953 e sobretudo, no período recortado neste artigo, sempre foram relevantes. Isabel Valença, as Irmãs Marinho, Paula e Mercedes Batista foram figuras destacadas na história da agremiação e grande era a expectativa de suas performances quando a escola despontava na avenida. Por sua atuação, elas despertaram o interesse da imprensa e conquistaram a resposta calorosa do público ao longo de muitos carnavais, se constituindo como figuras de referência para as mulheres negras do Brasil.

O recorte temporal deste artigo está centrado nos anos 1960 onde a escola do bairro da Tijuca se tornou uma potência do carnaval carioca, conquistando seus principais títulos. São vários os exemplos da presença marcante dessas personagens. Elas fizeram história nos desfiles e suas apresentações, particularmente no caso de Isabel Valença ganhou grande destaque na imprensa nacional e internacional, garantindo a essas mulheres um *status* diferenciado entre os sambistas do Salgueiro.

De fato, Isabel Valença foi a que conquistou o maior espaço na memória dos antigos integrantes e, sobretudo, na imprensa, não só por sua presença exuberante nos desfiles, mas também por representar um símbolo de quebra de barreiras e preconceitos sociais. Aclamada no carnaval carioca como a eterna *Chica da Silva*, a destaque se perpetuou no seletivo grupo de agentes sociais que transcenderam o espaço do noticiário anual, sendo içada ao posto de ícone do carnaval carioca.

Típica história de transformação de realidade social, pela via da cultura, o caso exemplar de Isabel Valença permite vislumbrar a importância da relação estabelecida entre a cultura carnavalesca e a imprensa, trazendo para o centro do debate questões como gênero, raça e comportamento feminino, num período de tantas “revoluções” no qual a sociedade mundial estava passando, nos conturbados anos 1960.

Do universo carnavalesco, a partir da representação de uma personagem negra, com uma história pouco conhecida, Isabel sintetizou a força e a superação das mulheres, representando um exemplo para as demais mulheres cariocas, negras e da periferia da cidade. Os veículos da imprensa foram fundamentais para a construção do mito e com a recorrência de textos jornalísticos, principalmente de tom memorialista, ainda continuam a reverenciar essa personagem no cenário cultural do Rio de Janeiro.



Anos 1960: novos temas na Avenida

Nos anos 1960, o desfile das escolas de samba passou a se constituir no grande evento do carnaval carioca. Os enredos apresentados passaram a ser ampliados e ganharam espaços consideráveis na imprensa. Em alguns casos, histórias retratando personagens negros, que a história brasileira pouco referenciava tornaram possível revelar para o grande público exemplos de resistência, ousadia e criatividade.

No ambiente do carnaval carioca vivia-se uma dualidade, de um lado buscava-se representar na avenida os símbolos, oriundos de valores que vinham sendo “pregados” pelo Estado, por outro lado, algumas agremiações demonstravam um desejo de ampliar o leque de discussões e questionar a própria ascensão social por parte dos sambistas. Na maioria dos relatos dos pesquisadores², como Sergio Cabral (1996), Haroldo Costa (1984), Felipe Ferreira (1999), o Salgueiro “revolucionou” a ideologia e a estética dos enredos abrindo novo campo de discussões acerca da História brasileira e sua interpretação.

A Acadêmicos do Salgueiro também inovou nas escolhas dos enredos, homenageando personalidades brasileiras, na época, pouco conhecidas, como Zumbi dos Palmares (em 1960), Chica da Silva (em 1963), Chico Rei (em 1964) e Dona Beija (em 1968). Na época, apenas figuras conhecidas da história nacional eram temas de enredo, herança do patriotismo imposto pelo Estado Novo e que ainda vigorava no carnaval carioca. Em 1957, a escola colocou os afrodescendentes como protagonistas do carnaval, ao realizar o enredo "Navio Negreiro", sobre a viagem de escravos ao Brasil. A escola criou forte identificação com essa temática, tendo diversos enredos abordando a cultura afro-brasileira³.

O discurso adotado pela escola em relação às representações da africanidade e do papel de importância das personagens femininas permitiu que, pela via carnavalesca, pudesse ser apresentada uma “abordagem nova”, mais próxima da humanização dos personagens históricos, de sua relevância para a identidade cultural negra e, sobretudo propor uma nova forma de narrativa sobre a história brasileira.

Em 1963, a temática africana é consolidada com o campeonato conquistado pelo Salgueiro com o enredo Chica da Silva, de Arlindo Rodrigues, discípulo de Fernando Pamplona. O desfile resgatou a vida da escrava que ascendeu socialmente ao se casar com o contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira, subvertendo a lógica social da época com sua presença nos salões da fidalguia mineira. A figura heroica negra nesse enredo ficou estabelecida na sua atitude "mais próxima da malandragem, pois que opera não no

²CABRAL, Sérgio. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 2004.
FERREIRA, Felipe. *O marquês e o jegue: estudo da fantasia para escolas de samba*. 1.ed. Rio: Altos da Glória, 1999.

³ www.salgueiro.com.br, pesquisado em 23 de dezembro de 2016.



confronto aberto, mas pelo aproveitamento de brechas no sistema dominante"⁴.

Com efeito, tanto em 1963, com Chica da Silva, em 1965 numa homenagem a Eneida e sua obra "História do Carnaval carioca" ou em 1968 com "Dona Beija – a Feiticeira de Araxá", dando ênfase e espaço para as figuras femininas, o Salgueiro, nas palavras de Gustavo Melo parecia estar caminhando no sentido de destacar as mulheres que encarnavam em si o ideal de liberdade e de autonomia.

A breve descrição dos enredos ilustra como o perfil do negro foi elaborado pela equipe de Fernando Pamplona no Salgueiro. A imagem heroica, exaltando valores sedimentados durante o período da escravidão dos negros e sua presença no Brasil, fez emergir o sentimento de orgulho da raça. Criou-se o estereótipo do lutador, forte e transgressor. Conforme idealizava Fernando Pamplona, o Salgueiro levava uma mensagem baseada, sobretudo, nas ações em prol da liberdade. Vale ressaltar que a temática negra foi um dos pontos fortes dos enredos apresentados pela escola tijuicana, dentro de uma proposta maior de ser identificada como "diferente", ao fazer emergir, dos livros de história restritos ao conhecimento de poucos, personagens "marginais" cuja trajetória se apresentava como interessante fonte narrativa.⁵

Ana Jacinta e Chica da Silva se inseriam no rol das personagens que conseguiram transcender as limitações sociais e reverter o quadro de possibilidades de atuação na vida da comunidade que pertenciam. Seria essa uma postura militante da agremiação? O discurso do pioneirismo foi sendo construído e reverbera até os anos atuais. De fato, ir contra a essa narrativa cristalizada tem sido um caminho difícil. Dentro dessa perspectiva é inegável a narrativa de pioneirismo sobre a utilização das personagens femininas nos desfiles da Escola nos anos 1960.

Foi a primeira escola a fazer um enredo sobre uma personalidade feminina, com "Xica da Silva", de 1963. Neste mesmo ano, foi a primeira escola a apresentar uma ala de passo marcado. Mercedes Baptista, a primeira bailarina negra do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, coreografou a ala "o minueto". Na época, a ideia causou polêmica, mas, com o passar do tempo, o artifício foi utilizado por outras agremiações em seus desfiles⁶.

Exaltar personagens negros, mulheres, comunidades esquecidas pela história era uma estratégia de luta, da imposição de uma cultura vinda de baixo. De fato, algumas das mulheres que encarnando essas personagens ou criando personas carnavalescas para si, criaram uma identidade de força e beleza, que se tornaram marcas das mulheres no Salgueiro. E quem são estas mulheres que encarnaram, no pós-abolição a postura de orgulho da identidade cultural negra, na valorização dos ritmos,

⁴ CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Carnaval Carioca dos bastidores ao Desfile. O rito e o tempo: Ensaios de Carnaval*. Rio: Civilização Brasileira, 1999, p.37.

⁵ MELO, João Gustavo. *Na Vida, Um Mendigo... Na Folia, Um Rei!* Monografia de graduação do Curso de Comunicação Social: Universidade Federal do Ceará. UFCE-JAN/2000, p. 9-10.

⁶ Idem, idem, p.11.



da beleza e da ancestralidade africana? Vamos apresentá-las!

A passista Paula: musa do Salgueiro

No item “personalidades” do Salgueiro, uma mulher que ganhou grande destaque foi a passista Paula, considerada um dos maiores símbolos da mulher salgueirense de todos os tempos. Vários textos sobre a sambista, que circularam na imprensa carioca não se atinham aos dados biográficos da “pastora” e sim à sua extrema feminilidade e o jeito como ela encarnava a essência das mulheres que se identificavam com o Salgueiro. O texto abaixo é um exemplo da importância que a sambista já apresentava para a fundação do Salgueiro. Sua presença foi marcante, além das fronteiras da própria escola, se constituindo como um dos ícones femininos da história dos desfiles nos anos 1960. Paula se tornou um “patrimônio” do carnaval carioca.

Paula do Salgueiro não é destaque apenas de sua escola. Ela é mais do que isso, porque simboliza o carnaval e em sentido mais largo o próprio espírito do povo carioca. Com a sua alegria vestida de rendas, com a sua pele feita de noite, a famosa passista não precisa vencer para ser ela própria, uma vitória do morro humilde que fabrica o samba, e um momento de glória para a sua raça. Ninguém precisa saber quanto custou a sua requintada fantasia, ou o muito suor que exigiu a maestria de seus passos. Paula e o Salgueiro, o samba e o Rio, unidos num ritmo de cor e de som, alma aberta à alegria, corpo-oferecendo ao amor⁷.

Nascida sob o nome de Paula da Silva Campos, no primeiro dia do ano de 1918, em Cantagalo, interior do estado do Rio de Janeiro morou desde pequena em Niterói, cidade onde a sambista continuou morando, mesmo com toda a fama conquistada pelos desfiles, pelos shows e eventos que participava. “Participou do grupo folclórico “A Brasileira” viajou por muitos países: Alemanha, França, Portugal e Suíça e marcou presença nos corpos de dança de Felitícia, Mercedes Baptista e no Teatro Folclórico Brasileiro, de Solano Trindade”⁸. O tratamento dispensado pela imprensa era de uma “diva” do carnaval, mas também de uma mulher forte, corajosa e exemplo de engajamento nas questões de gênero.

Paula era, até a entrada em cena de Isabel Valença, a grande figura do Salgueiro. Nas pesquisas que efetuei no *Jornal do Brasil*, seu nome foi citado em praticamente todos os anos que estão inseridos no recorte temporal deste artigo. Um ponto importante na matéria abaixo destacava o “desejo” da passista em concorrer no

⁷ *Jornal do Brasil*, 04/2/60, 2º caderno, p. 4.

⁸ *Paula do Salgueiro, por ela criou-se o termo passista*. In: <http://carnavaln1.com.br/paula-do-salgueiro-por-ela-criou-se-o-termo-passista/>, publicado em 29 de março 2020, pesquisado em 25 de julho 2020.



Municipal. Mesmo que não estivesse explícito em sua fala, é possível perceber que “concorrer no Municipal” era algo que povoava o imaginário dos sambistas das escolas de samba. A sua “rica fantasia”, presente dos dirigentes, revelava a sua importância na Escola e o “desejo”, que parecia improvável de ser realizado. Interessante notar que esta fala de Paula é de 1960, portanto quatro anos antes da emblemática participação e vitória de Isabel Valença no referido concurso.

Paula saiu de escrava, em 1957, foi baiana nos dois últimos anos e este ano trará uma fantasia que deve surpreender todo mundo. - Será um presente da própria Escola – conta Paula dizendo que será uma fantasia cara, luxuosíssima, “coisa de grã-fino apresentar-se no Municipal”. Vamos ver este ano os Acadêmicos ganham finalmente o primeiro lugar do campeonato do Samba⁹.

A trajetória de Paula como um dos destaques do Salgueiro foi sendo consolidada a cada ano. Em 1963, no desfile que projetou Isabel Valença, seu nome já era uma referência da Escola. A citação abaixo extraída do *Jornal do Brasil* fez um balanço do desfile do Salgueiro, no carnaval de Chica da Silva. Interessante notar que no rápido resumo são destacados vários pontos altos da escola, que pelo teor do texto pareceu ter sido a “sensação” do desfile. Entretanto, Isabel Valença não foi nomeada na matéria, que se refere a ela como a “mulata que representou Chica da Silva”, enquanto Paula é chamada de “imortal”. Pesos diferentes que o tempo iria reverter.

[...] Mas já então o Salgueiro era assunto único, correndo de boca em boca, por toda a extensão da Presidente Vargas onde se desenrolava o desfile, que os Acadêmicos do Salgueiro eram o estouro de 63. E Salgueiro foi de fato espetacular. Rica, original, trazendo um enredo excelente e um samba bonito, a vermelho e branco, fez com que nem mesmo o fato de desfilar de dia – foi a primeira depois do amanhecer -, sem a festa de luzes que é a apresentação noturna, se constituísse em prejuízo para ela, tal o encanto que causou. Chica da Silva foi indiscutivelmente o melhor enredo de 63. Muito bem bolado, defendido por um samba à altura e cheio de pontos originais onde nem por isso entrava a coisa espúria, deve ter ganho a nota máxima ou quase isso. A fantasia da mulata que representou Chica da Silva era assim como uma fábula, tão rica quanto as mais ricas dos bailes sofisticados. Entre outras coisas, tinha uma cabeleira de *nylon* vinda de Paris e três pedras preciosas autênticas. Um bonito chafariz e a revoada de pombos foram algumas das características originais do enredo. Entre suas figuras, valeram principalmente o folclórico Monsueto, a própria encarnação da bossa do samba, carregando sempre um largo e cativante sorriso, mostrando-se também um ótimo passista, e a imortal Paula, ao lado de quem ele teve a responsabilidade de atuar [...] ¹⁰.

A presença de Paula foi ao longo dos anos uma das forças dos Acadêmicos do Salgueiro. Sergio Cabral identificou a “pastora” como essa “mulher síntese” da

⁹ Jornal do Brasil, 04/2/60, 2º caderno, p. 4. Foi respeitada a grafia da época.

¹⁰ Jornal do Brasil, 04/2/60, p. 4- 2º caderno.



agremiação. Mesmo não morando na comunidade, o respeito conquistado com os anos fez dela uma liderança incontestada da escola e um dos grandes trunfos de atração do público nos desfiles em que participou.

No Salgueiro, é Paula. Quantos desfiles, quantos carnavais. Comemorações e tristezas. Mas, sempre Paula. Sempre Salgueiro. A majestosa figura deslizando no asfalto, o ritmo marcado, o famoso jogar de ombros (imitado, nunca igualado), a arquibancada enlouquecida. Aplausos para a pastora, reverências para a cabrocha, reconhecimento para a mulher-Salgueiro, a deusa que fez da escola o altar; do samba, cântico religioso; duas vestes de baiana, paramentos de uma liturgia, para a qual levou em oferenda toda a vida. Paula, uma sacerdotisa. Salgueiro, uma vida.¹¹

A presença de Paula também se verificava em sua liderança e relações públicas. Haroldo Costa narra o papel importante que a sambista desempenhou, “Interpretando os anseios do morro, Paula do Salgueiro foi ao encontro de Fernando Pamplona, depois que a poeira do quinto lugar assentou, e o convidou para um encontro com a Velha Guarda e outros setores responsáveis da escola”¹². O retorno dos carnavalescos foi muito importante para a agremiação, que com os dois artistas a frente (Pamplona e Arlindo Rodrigues) conquistaram mais dois títulos, em 1969 e 1971.

Sua morte em 2/8 de 2001 não representou o fim e sim a transformação da passista em uma das figuras míticas que povoaram a avenida dos desfiles das Escolas de Samba por mais de três décadas, onde segundo tantos relatos, esbanjou graça, sensualidade e um amor enorme pelo Salgueiro.

Mercedes Batista - bailarina e coreógrafa

Mercedes Ignácia da Silva Krieger, artisticamente conhecida como Mercedes Batista, nasceu no município de Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro, em 1921. De origem humilde, ainda jovem, na companhia de sua mãe mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde inicialmente trabalhou como empregada doméstica, posteriormente em uma gráfica e após em uma fábrica de chapéus. Segundo a pesquisa da Enciclopédia Itaú cultural, Mercedes trabalhou como bilheteira de cinema e ficou muito impressionada com os filmes musicais que assistia que a motivaram para a dança.

Ao lamentar a morte de Mercedes, as historiadoras Martha Abreu e Hebe Mattos produziram um breve texto que ressaltava a importância da personagem para a cultura brasileira e para o movimento de identidade negra no Brasil.

¹¹ CABRAL, Sérgio. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996, p.197.

¹² COSTA, Haroldo. *Salgueiro: Academia do Samba*. Rio de Janeiro: Record, 1984, p.168.



Pouco conhecida nos meios acadêmicos da História, fomos atrás de mais informações sobre aquela que é considerada a primeira mulher negra do corpo de baile do Municipal e uma das fundadoras do balé afro-brasileiro. [...] começou a vida artística pelas mãos da bailarina Eros Volússia, do Serviço Nacional do Teatro no Rio de Janeiro, em meados da década de 1940. Eros, na década de 1930, era uma bailarina preocupada em formar um balé brasileiro a partir de temas indígenas, sertanejos, negros e populares¹³.

Ao início de 1940, Mercedes Batista iniciou seu projeto com a então, famosa bailarina de clássico e dança folclórica Eros Volússia e ingressou na Escola de Danças do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, onde aprimorou sua arte com os principais mestres da época: Yuco Lindberg e Vaslav Veltchek¹⁴.

Em 1947, Mercedes Batista foi admitida como bailarina profissional no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, tornando-se assim a primeira mulher negra a ingressar como bailarina nesta casa de espetáculos. Durante essa sua nova fase, Mercedes Batista percebeu o preconceito existente devido ao reduzido número de apresentações no palco. Não conformada com preconceito que imperava na época, Mercedes Batista amadureceu sua consciência política e se engajou no principal movimento de luta contra o preconceito e o racismo; ingressou para o grupo do TEN - Teatro Experimental do Negro, liderado por Abdias Nascimento. Em 1948, Mercedes Batista foi eleita a Rainha das Mulatas e em 1950, tornou-se membro do Conselho de Mulheres Negras. Essa trajetória que rompeu muitas barreiras ao provocar embates com os interditos sociais que a questão racial no Brasil impunha aos negros foi ressaltada no texto de Martha Abreu e Hebe Matos:

No final dos anos 40, Baptista conseguiu passar no difícil concurso do Municipal e passou a se engajar num dos mais importantes movimentos negros de então, o Teatro Experimental do Negro, dirigido por Abdias do Nascimento. A partir daí e principalmente depois de ter recebido uma bolsa para estudar balé em Nova York com Katherine Dunham (1909 – 2006) – considerada a fundadora da moderna dança afro-americana, com quem parece ter mantido contato por muito tempo- sua projeção no meio artístico, como dançarina e coreógrafa, consolidou-se. Sempre em articulação com a militância e a arte negra atlântica, inclusive internacionalmente.¹⁵

Segundo Paulo Melgaço da Silva Júnior, o Grupo de dança de Mercedes conquistou notoriedade, quando se apresentaram em turnês pelos quatro cantos do

¹³ MATTOS, Hebe e ABREU, Martha, Uma coreógrafa brasileira no atlântico negro – homenagem à Mercedes Baptista, publicado em, 25/8/2014. In <https://conversadehistoriadoras.com/2014/08/25/>, pesquisado em 08 de outubro 2019.

¹⁴ In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. in: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa106837/mercedes-baptista>>. Acesso em: 10 de outubro 2019.

¹⁵ MATTOS e ABREU, 2014.



mundo. Com o prestígio conquistado, a bailarina introduziu como disciplina a dança afro-brasileira, na Escola de Dança do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. As relações estabelecidas com Katherine Dunham foram observadas por Mattos e Abreu, como fator detonador da explicitação da identidade cultural negra, sobretudo, afro-brasileira no trabalho de Mercedes Batista. O que era estética ampliava seu sentido para a discussão e engajamento político, militante. A dança era a linguagem artística de algo muito maior, a autonomia e orgulho de pertencer a negritude em sua plena acepção.

Visitando o Brasil em 1950, Katherine Dunham foi recusada em um importante hotel em São Paulo, com grande repercussão, o que parece ter tido influência na aprovação da Lei Afonso Arinos, em 1951. É importante destacar que Duham também tinha formação em antropologia e etnografia e chegou a estudar a dança negra no Caribe em estreito diálogo, nos anos 40, com Melville Herskovits, reconhecido por suas pesquisas sobre a diáspora africana nas Américas. A descoberta da África nos Estados Unidos e nas Américas deve ter, sem dúvida, marcando a trajetória de Mercedes Baptista e a performance de sua companhia de Balé, chamada também de Ballet Folclórico. Suas coreografias sobre danças de escravos, sambas, macumbas e candomblés tornaram-se sempre presentes em sua carreira¹⁶.

Mercedes, a partir de 1960 foi responsável por coreografias no desfile de escolas de samba. Sua relação com o Salgueiro foi constante nos anos 1960 e sua primeira incursão foi no enredo "O Quilombo dos Palmares". Dois momentos em que o trabalho da coreógrafa se destacou na agremiação foram os carnavais de 1963 e 1964. No primeiro ano, apesar da polêmica sobre a invasão de outros ritmos no samba, a criação da coreografia do minueto foi um dos pontos altos do desfile campeão do Salgueiro. A narrativa de Haroldo Costa nos ajuda a compreender a centralidade do trabalho de Mercedes Batista no emblemático desfile salgueirense.

Pela primeira vez, na história do carnaval carioca, um enredo foi centrado em uma personalidade feminina. Também pela primeira vez, um desfile de escola de samba apresentava uma ala coreografada. Com perucas, luvas e roupas de época, componentes da escola representavam doze pares de nobres dançando polca. A ala "o minueto" foi coreografada por Mercedes Baptista, a primeira bailarina negra do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Na época, a ideia causou polêmica e dividiu opiniões, recebendo críticas de sambistas mais tradicionais. Com o passar do tempo, as coreografias em alas e alegorias foram incorporadas por outras escolas¹⁷.

No carnaval seguinte, a coreógrafa seguiu o pedido do carnavalesco Arlindo Rodrigues, mas, segundo o *site* da Escola, o efeito não foi arrebatador como no ano anterior e foi acusado de ser um dos momentos que influenciaram na perda do título.

¹⁶ JUNIOR, Paulo Melgaço da Silva. Mercedes Baptista - a criação da identidade negra na dança. Rio: Fundação Cultural Palmares, 2007.

¹⁷ COSTA, 1984, p.165.



O enredo de 1964, sobre Chico Rei, foi desenvolvido pelo carnavalesco Fernando Pamplona, e o desfile foi confeccionado por Arlindo Rodrigues. [...]Devido ao sucesso do minueto apresentado no ano anterior, o carnavalesco Arlindo Rodrigues encomendou outras alas coreografadas para o desfile de 1964. Uma das alas, ensaiada pela bailarina Mercedes Baptista, apresentou uma coreografia extensa e excessivamente teatral. A ala representava uma passagem da história de Chico Rei, em que ele lava a cabeça numa pia batismal para retirar o pó de ouro escondido no cabelo. Durante a coreografia, integrantes da escola representando escravos, subiam em uma alegoria que representava uma pia de igreja e lavavam a cabeça. O excesso de coreografias atrapalhou a harmonia da escola. Na apuração das notas, a escola conquistou o vice-campeonato, apenas um ponto atrás da campeã Portela¹⁸.

Mercedes Baptista, além do trabalho no Teatro e no carnaval, coreografou também para o cinema, a televisão e ministrou cursos em Nova York e na Califórnia. O texto de Hebe Matos e Martha Abreu ressaltou a versatilidade da artista:

Além de ter atuado em companhias de balé, Baptista fez trabalhos para teatro, escolas de samba, televisão e cinema. Entre eles, destacamos a comemoração do Centenário da Abolição da Escravidão, em 1988. Nos dias 12 e 13 de maio, a coreógrafa foi a responsável pela parte dançante da Missa dos Quilombos, espetáculo concebido por João das Neves nos Arcos da Lapa e Paço Imperial.¹⁹

No encerramento do texto, as historiadoras ressaltaram a importância da bailarina e coreógrafa e buscaram incitar novos trabalhos sobre a personagem, “Pelo que apresentamos, dá vontade de saber muito mais sobre a produção artística e a trajetória de Mercedes Baptista. Ela merece muitos outros olhares e investimentos de pesquisa”. A fala de Hebe e Martha apontou caminhos para desvendar histórias a partir da personagem, inspiradora fonte para se compreender a construção de uma identidade cultural negra no Brasil dos anos 1960/70.

As Irmãs Marinho

O trio de bailarinas intitulado “irmãs Marinho” formado por Mary, Olívia e Norma representaram nos anos 1960 a beleza e a força das mulheres que participavam da vida e da arte dos Acadêmicos do Salgueiro. As artistas ligadas a espetáculos de cultura afro-brasileira atuaram no país e no exterior como embaixadores dos ritmos brasileiros e da manifestação da cultura das Escola de Samba.

Cultuadas e muito respeitadas no meio carnavalesco, as irmãs sintetizavam o ideal de beleza feminina negra e o sentido de amor ao samba em família.

¹⁸ www.salgueiro.com.br, pesquisado em 23 de dezembro de 2016.

¹⁹ MATTOS e ABREU, 2014.



Inegavelmente, a partir de várias fontes consultadas²⁰, a presença do trio era um dos grandes momentos que anualmente o público esperava para assistir no desfile. Se o início foi na Portela, os maiores triunfos e a identificação maior acabou se concretizando na Escola do bairro da Tijuca.

Foi no Salgueiro que Mary, Olívia e Norma se tornaram personalidades do carnaval carioca, protagonizando situações que serão citadas abaixo. Um pequeno texto no *blog* muitos carnavais, “Mary Marinho brilhando no Salgueiro” publicado em dezembro de 2016 relembrou a importância da bailarina Mary, uma das integrantes do sempre aguardado trio de irmãs.

Uma das irmãs Marinho, Mary comandou, em 1964, a ala dos Aguadeiros, atração dos Acadêmicos do Salgueiro. Ela compunha o Trio de irmãs e passistas do Salgueiro, as famosas irmãs Marinho (com mais Norma e Olívia). A passagem das Irmãs Marinho pela avenida dos desfiles era aguardada com muita ansiedade pelo público, que gritava seus nomes e as aplaudia com muito entusiasmo. A beleza do corpo e a evolução precisa deixava o espectador numa espécie de hipnose²¹.

Uma entrevista com o cartunista Lan, em fevereiro de 2015, destacou sua paixão pela cidade, pelas escolas de samba e pelas mulatas, sempre retratadas em suas caricaturas nos últimos anos nas páginas do Jornal *O Globo*. Sob o título, “O gênio do traço”, o jornalista Daniel Brunet apresentou o personagem e em determinado ponto comentou sobre a esposa de Lan, Olívia, uma das famosas passistas do Salgueiro.

Talvez por isso tenha resistido a se casar. Mas, aos 35 anos, trocou alianças com a mulata de sua vida: Olívia Marinho, das irmãs Marinho, as famosas passistas do Salgueiro da década de 1960. — Eu sempre fui contra o casamento. E continuo sendo. Mas sou a favor da Olívia — brinca, completando: — Todo mundo achava que essa coisa das mulatas era sacanagem. Mas eu me casei com uma. A mais linda de todas — elogia²².

A importância do trio e sua marca na história do carnaval carioca ainda é notícia. Na coluna de Ancelmo Góis, no Jornal *o Globo*, em novembro de 2018, uma nota comentava a pré-produção de um documentário sobre as bailarinas:

Vem aí o documentário “Irmãs Marinho”, as três irmãs que fizeram muito sucesso nos espetáculos de Carlos Machado, no Golden Room, e no carnaval dos anos 1960. O roteiro é de Haroldo Costa, por sinal casado com Mary, uma das irmãs. As outras são Norma e Olivia (esta última, casada com Lan).

²³

²⁰ Site da agremiação, CABRAL (1996), COSTA (1984), site do jornal *Extra*, *Salgueiro faz a festa no carnaval do Quarto Centenário da Cidade do Rio*, in <https://extra.globo.com/noticias/carnaval/7255693.html>, publicado em 10/01/2013 e pesquisado em 10 de junho 2019.

²¹ <http://muitoscarnavais.com.br/2016/12/05/513/>, pesquisado em 08 de outubro de 2019.

²² <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/o-genio-do-traco-561087.html>, pesquisado em 8 de outubro de 2019.

²³ <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/irmas-marinho-vao-virar-documentario.html>, pesquisado em 10 de outubro de 2019.



Mas, quem foi Isabel Valença? Qual a sua história e trajetória? Por que ela se tornou um dos símbolos maiores da escola de samba GRES Salgueiro e o posto eternizado de destaque de carnaval? Por que a lembrança de sua presença é ainda evocada pelos antigos sambistas da escola?

Na folia carnavalesca carioca, um nome ganhou a eternidade: Isabel Valença

O jornalista Julio César de Barros rendeu uma homenagem e narrou assim a trajetória de Isabel Valença:

Há 20 anos morria Isabel Valença. Um mito entre os destaques carnavalescos e campeã em desfile de fantasia do Teatro Municipal, no Rio, ela ficou marcada como a mais perfeita Chica da Silva que já pisou o asfalto durante o Carnaval. Isso em 1963, num tempo em que não se recrutavam destaques entre os famosos da TV. Tempo em que os destaques saíam no chão, desfilando entre passistas e alas de evolução e não sobre carros alegóricos. A mulata era bonita, tinha personalidade e era a mulher do homem forte do Salgueiro, Osmar Valença.²⁴

O jornalista, analisando o desfile de 1963 procurou elucidar certo equívoco na memória evocada sobre Isabel Valença e a sua personagem mais emblemática. A simbiose entre a personagem e a intérprete, pela força de sua performance e pelos obstáculos sociais vencidos tal qual da personagem retratada conferiram a Isabel essa dupla personalidade, atribuída pelos componentes da escola e por todos que gravitavam no universo das escolas de samba.

Mas na verdade, no 28º Baile de Gala do Teatro Municipal do Rio, Isabel Valença desfilou fantasiada de Rainha Rita de Vila Rica, do enredo *Chico Rei*, do Carnaval de 1964. A confusão dos estudiosos se deve talvez ao fato de que a partir daquele desfile de 1963 Isabel passou a ser chamada de a Chica da Silva do Salgueiro. Quando ela despontava na avenida, o público gritava “lá vem a Chica da Silva”. O jornalista carioca Claudio Vieira narra a performance que a consagrou, fundindo a imagem da sambista com a personagem, numa coreografia desenvolvida exclusivamente para o desfile por Mercedes Baptista, primeira bailarina negra do corpo de baile do Municipal: “O Salgueiro investira 40 milhões e 200 mil cruzeiros naquele desfile. Só a fantasia de Chica da Silva, usada por Isabel Valença, custara 1 milhão e 300 mil. A peruca, criação de Paulo Carias, media um metro e dez de altura, ornada de pérolas. A roupa tinha uma cauda de sete metros de comprimento e anáguas com armação de aço, quando o normal seria arame. Chica seria representada pela atriz Zélia Hoffman, famosa vencedora de concursos de fantasias do Teatro Municipal.”²⁵

²⁴BARROS, Júlio Cesar. *Nunca houve um destaque como Isabel*.in veja.abril.com.br/blog/passarela/figuracas/, publicado em nunca-houve-um-destaque-como-isabel, publicado em 27/12/2010, pesquisado em 16 de março de 2012.

²⁵ Idem, idem.



A análise de Júlio Cesar seguiu narrando episódios onde esse efeito tornou-se geral, expandindo das classes sociais de onde Isabel fazia parte até as esferas de nobreza dos países europeus. O jornalista exaltou a sua trajetória, que inevitavelmente estabelecia paralelos com a história de Chica da Silva, pois, “Assim, a sambista e a personagem se fundiram numa só lenda carnavalesca. Ao ponto dela ser convidada para, vestida de Chica da Silva, participar da recepção a Lord Moutbatten, o bisneto da Rainha Vitória, que visitava o país.”²⁶

Sobre Isabel Valença, notabilizada assim no desfile de 1963, Haroldo Costa narrou uma curiosidade que tornou peculiar a sua presença na escola naquele desfile. Ela era a esposa do presidente da agremiação e poderia desfilar em qualquer posição, sobretudo como destaque, mas o que quase impedia sua presença era uma obrigação espiritual que ela convencida pelo carnavalesco Arlindo Rodrigues precisou pedir licença ao seu pai-de-santo que lhe destinou nova obrigação ganhou. Assim, Isabel conseguiu a “liberação” para desfilar.²⁷

A narrativa do jornalista Haroldo Costa demonstrou que as relações entre o universo das escolas de samba com os terreiros de candomblé se constituíam em laços fortes de respeito e permissão. Essa ligação intensa foi uma das marcas fortes do início das escolas e que perduram até os dias atuais. No caso de Isabel, a permissão para a quebra do “compromisso” não lhe trouxe problemas e ainda possibilitou que ela se imortalizasse no imaginário popular e se consagrasse nas páginas da crônica carnavalesca.

A vitória incontestável do Salgueiro abriu inúmeras possibilidades para a escola e seu prestígio alcançou força e o nome da agremiação, a partir desse carnaval, se tornou um marco no universo das escolas de samba. As palavras de Haroldo Costa descrevendo a espera pelo resultado e a dimensão que o desfile sobre Chica da Silva impactou os demais espaços socioculturais do país merece um registro.

O mito de Chica da Silva se espalhou pelo Brasil afora e chegou até o exterior. A revista norte-americana Time, na sua edição de 1º de março daquele ano, saiu com um artigo sobre a escola e seu desfile, tendo como ilustração uma fotografia de Isabel Valença experimentando a peruca de 1 metro e 10 centímetros de altura. O texto da reportagem fazia um histórico do enredo, do número de componentes e da quantia gasta para realizar o desfile.²⁸

²⁶ Idem, idem.

²⁷ COSTA, 1984, p.131-132.

²⁸ Idem, idem, p.134.



O jornalista prosseguiu narrando a história da escola retratando a expectativa criada para o carnaval de 1964 e como a vitória da agremiação tijuicana possibilitou que o Salgueiro ganhasse projeção nacional e virasse um modismo para os cariocas.

Realmente, a campanha para o bi logo começou. Era incontestável o prestígio da escola. Diversas cidades queriam apreciar a beleza de Chica da Silva e do seu desfile. Todo fim de semana, dezenas de ônibus saíam com passistas, ritmistas, destaques, tudo para apresentações em clubes, praças e estádios. Mais um fato inédito também acontecia, o samba de Noel Rosa de Oliveira e Anescarzinho entrava nas paradas de sucessos das emissoras de rádio, através da gravação pós-carnaval de Monsueto Menezes, [...]Virou moda ser salgueirense.²⁹

Assim sendo, as irmãs Marinho, Paula, Mercedes Batista e Isabel Valença conquistaram muito destaque nos desfiles dos anos 1960. Para representar esse ponto de destaque algumas matérias do *Jornal do Brasil* na cobertura carnavalesca em 1965.

O protagonismo das mulheres do Salgueiro no carnaval de 1965

A importância da passista Paula transcendia a avenida dos desfiles. Nas páginas do *Jornal do Brasil*, no período pré-carnavalesco, a sambista era retratada por ser uma das maiores atrações de um espetáculo teatral em cartaz na cidade, na zonal sul do Rio de Janeiro. A profusão de ritmos e o interesse pela cultura afro-brasileira motivou um grande número de artistas a difundir a cultura negra e o público da zona sul carioca, respondia ao interesse, lotando os espetáculos.

A nota intitulada “A estrela do samba” trazia em primeiro plano a foto de Paula com um traje estilizado de baiana, mas com um turbante coroa sobre a cabeça. Na legenda, abaixo da foto da passista, o texto ressaltava a sua performance e o destaque aos ritmos e cultura afro-brasileira, “Dos pregões ao samba, passando pelo batuque, a capoeira, o lundu e o candomblé, o Teatro de Arena da Guanabara está apresentando todas as noites o show 400 & Ritmos, cuja estrela é Paula do Salgueiro”³⁰.

A bailarina e coreógrafa Mercedes Batista também foi notícia no período que antecedeu o carnaval de 1965, na coluna “Segunda Seção”. O contrato que a artista havia assinado comprovava sua *expertise* na pesquisa e divulgação dos ritmos afro-brasileiros e o interesse que eles despertavam pelo mundo afora, “Mercedes Batista foi contratada pelo empresário Raymond Guiller para fazer exhibições de samba em dez capitais europeias”. E a matéria prosseguiu, “Sua ideia é levar uma escola de samba, com programa a cumprir também nos países da Cortina de Ferro”.³¹

²⁹ Idem, idem, p.136.

³⁰ *Jornal do Brasil*, 14/02/65, Caderno B, p.3.

³¹ *Jornal do Brasil*, 26/02/65, p.10.



Na matéria “Dez grandes pedem passagem para passar as 19h”, mais uma vez o texto sobre a expectativa com o desfile da agremiação tijuicana recaía na presença de Isabel Valença em sua esperada luxuosa fantasia, “a escola tem como atração as fantasias de destaque, principalmente a de Isabel Valença, a famosa Chica da Silva, que ganhou o concurso do Teatro Municipal do ano passado e anuncia para o desfile deste ano uma das fantasias mais caras do carnaval”³².

Na matéria “Desfile das escolas de samba será o mais rico de todos os tempos”, estampada nas páginas do JB podemos perceber a importância das mulheres dos Acadêmicos do Salgueiro. Na foto em destaque aparecem Isabel Valença, trajada como Chica da Silva, recepcionando na pista do aeroporto Galeão uma das irmãs marinho. A legenda não esclarece quem é a irmã e a identifica como a que morava na Itália³³.

O ano de 1965 foi para as agremiações cariocas um momento de celebração, pois a cidade do Rio de Janeiro comemorava seus 400 anos de fundação. A proposta do organizador do Carnaval, o Departamento de Turismo foi aceita pelas Escolas de samba para realizar um desfile temático inteiramente sobre a “cidade maravilhosa”.

O Salgueiro procurou apresentar uma proposta diferente, “História do Carnaval Carioca”. Segundo o jornalista Gustavo Melo, essa ousadia coube ao carnavalesco Fernando Pamplona, que “[...] de volta ao Brasil depois de uma temporada de dois anos de estudos na Europa, sentenciou: “Vou bancar Shakespeare, que com Hamlet contou a história do teatro dentro do teatro”. Finalizando sua lógica, o carnavalesco ainda apontou: “Eu vou fazer o carnaval dentro do carnaval, baseado no livro da jornalista Eneida de Moraes”³⁴.

Para compreendermos a importância das mulheres do Salgueiro, vivenciada no carnaval do quarto centenário, a narrativa de Haroldo Costa rememorou a campanha feroz que o então influente jornalista Sergio Bittencourt, nas páginas do Jornal *Correio da Manhã*, manteve ao longo do período de janeiro e fevereiro de 1965. Na matéria intitulada “Crônica antipática”³⁵ incitava o público a se posicionar contra os profissionais de outras áreas artísticas que estavam “invadindo” a passarela do samba. Uma das Escolas que apresentava o maior número de artistas conhecidos era o Salgueiro, portanto a expectativa negativa era uma realidade que preocupava os

³²Jornal do Brasil, 26/02/1965, Caderno B, p.3.

³³Jornal do Brasil, 28/02/65, p. 3. 28/02/65.

³⁴MELO, João Gustavo. Salgueiro faz a festa no carnaval do Quarto Centenário da Cidade do Rio. Publicado em 10/01/13. In <https://extra.globo.com/noticias/carnaval/carnaval-historico>, pesquisado em 8/10/2019.

³⁵ A referência deste texto está centrada na narrativa de COSTA, 1984, p.150.



dirigentes e os carnavalescos da agremiação. No dia do desfile, nas palavras de Gustavo Melo, o carnavalesco Fernando Pamplona tomou suas providências para o “combate” que aconteceria no desfile salgueirense, sexta Escola a entrar na avenida no domingo de carnaval.

A coluna repercutiu. Fernando Pamplona, então, resolveu mudar, já na concentração a armação da escola e trouxe à frente da agremiação as Irmãs Marinho, grupo formado pelas belas negras Olívia, Mary e Norma. “Olha aí, o negócio é o seguinte, vocês vão abrir a escola. Se tiver que vir vaia, vocês vão ser as primeiras a receber. Topam?” Elas toparam. E o som que se ouviu foi muito diferente do que esperava Pamplona.³⁶

Nesse momento, a ação de Pamplona e a coragem do trio de irmãs foi determinante para “virar o jogo”. Da possível desestabilizadora vaia à consagração, desde a arrancada da Escola, a participação das irmãs Marinho se tornou mítica e o título alcançado no emblemático carnaval reservou um lugar de destaque a essas mulheres negras que encarnavam a essência do gênero feminino nas escolas de samba e em especial, na vermelho e branca da Tijuca.

As três irmãs entraram enlouquecendo a avenida com belas evoluções. Elas representavam o triângulo amoroso mais famoso da história do carnaval: pierrô, arlequim e colombina. Jorge Calça Larga, filho do baluarte da escola Casemiro Calça Larga, vestiu-se de Rei Momo. Um belo carro alegórico ornado de flores era a própria representação do corso.³⁷

A presença de Isabel Valença era também apontada pela imprensa³⁸ como ponto forte da apresentação do Salgueiro. Naquele 1965 não foi diferente, sobretudo após a consagradora vitória no concurso de fantasias do Teatro Municipal, no ano anterior, que comentaremos com mais detalhes mais adiante. A comoção popular premiou o desfile da agremiação.

Isabel Valença, novamente majestosa, representou a personagem que a havia consagrado dois anos antes. Era revivido, na pista, o sucesso de Xica da Silva. Das janelas da Avenida Presidente Vargas e das arquibancadas, confetes e serpentinas saudavam a passagem da vermelha e branca, que a cada ala e cada passista era recebida com mais e mais aplausos. Com um visual mais leve e muito bem trabalhado, o Salgueiro conquistou os jurados, que lhe deram a primeira colocação.³⁹

O ano de 1965, de fato, ganhou grande projeção no imaginário carnavalesco carioca e, principalmente, para o Salgueiro. A vitória cria situações que se tornam míticas e pelo texto apresentado no *site* da agremiação, as mulheres retratadas neste

³⁶ Idem, idem.

³⁷ MELO, 2013.

³⁸ COSTA, 1984, p.149.

³⁹ Site do Salgueiro, in www.salgueiro.com.br, pesquisado em 23 de dezembro de 2016.



artigo foram todas nomeadas e destacadas como presenças importantes e inspiradoras no título conquistado.

A escola foi bem recebida pelo público, sendo saudada com confetes e serpentinas. As irmãs Marinho - Olívia, Mary e Norma - abriram o desfile representando o triângulo amoroso formado por Pierrot, Colombina e Arlequin. Na comissão de frente, posição onde desfilavam integrantes da velha guarda, a escola inovou ao apresentar vinte rapazes da comunidade, vestindo fantasias de burrinhas, confeccionadas de vime e desenhadas por Joãozinho Trinta, representando o cortejo em homenagem à chegada da corte de D. João VI ao Rio de Janeiro - evento considerado o primeiro carnaval da cidade. Um calhambeque da década de 1930, ornamentado com flores, representava os corsos. Isabel Valença novamente desfilou representando Chica da Silva. A destaque de chão Paula, representou Tia Ciata. Casais de Mestre-sala e Porta-bandeira portavam pavilhões de outras escolas de samba. O desfile terminou relembrando os carnavais na Praça Onze. Na apuração das notas, o favoritismo da Acadêmicos do Salgueiro foi confirmado, e a escola conquistou o seu terceiro título de campeã do carnaval carioca, com a ampla vantagem de dez pontos de diferença para a vice-campeã Império Serrano.⁴⁰

Na análise dos desfiles do carnaval de 1965 escrita pelos jornalistas Juvenal Portela e Mauro Ivan, as mulheres famosas do Salgueiro foram ressaltadas. Isabel Valença e as Irmãs Marinho foram citadas. A passista Paula não ganhou destaque nesta breve resenha, mas, como vimos anteriormente, ela era presença constante na cobertura teatral e carnavalesca nas páginas do periódico.

A Salgueiro abriu seu desfile com as Irmãs Marinho e um conjunto de cavalinhos de vime, que causaram um grande impacto na Avenida. Daí para trás, a escola exibiu sempre fantasias muito bem trabalhadas e desenvolvendo o enredo difícil com muita inteligência. Isabel Valença voltou a ser o maior destaque da escola, apresentando uma nova fantasia de Chica Silva, como sempre muito rica e sendo muito aplaudida.⁴¹

Outro ponto que ajuda a compreender a importância das mulheres do Salgueiro foi a vitória de Isabel Valença no concurso de fantasias do Teatro Municipal em 1964.

O concurso de Fantasias do Teatro Municipal: preconceito e superação

O drama pessoal de Isabel na tentativa de participar do concorrido concurso extrapolou o âmbito do mundo do samba e ganhou as páginas dos jornais. Acompanhando a cobertura do *Jornal do Brasil*, nos preparativos do carnaval de 1964, o nome de Isabel Valença já havia se tornado uma referência. Quando se falava do Salgueiro, invariavelmente as atenções eram voltadas para ela, transformada no maior

⁴⁰ www.salgueiro.com.br, pesquisado em 23 de dezembro de 2016.

⁴¹ *Jornal do Brasil*, 04/03/65, caderno B, p. 6.



destaque da escola. Na matéria “Escolas desfilam domingo 100 milhões em fantasias”, os jornalistas Luis Paulo e Mauro Ivan, citavam a nossa personagem.

[...] No Salgueiro, por exemplo, as 800 figuras que deverão apresentar-se na Avenida gastaram nas fantasias um total de Cr\$ 7 600 mil, sem se falar de Isabel Valença, a *Chica de Silva* do ano passado, que chegará ao milhão de cruzeiros e é a mais cara da escola. Este ano, Isabel Valença sairá de *Rainha*, fazendo o destaque mais importante, ao lado de Neca da Baiana, velho sambista que será a figura central do enredo como Chico Rei.⁴²

Ainda na mesma edição, com o sugestivo título de “Salgueiro troca Chica por Chico para tentar ser bi”, novas referências a Isabel Valença e o papel que lhe caberia representar no desfile de 1964.

O Salgueiro trocou no enredo a Chica da Silva do ano passado pelo Chico Rei deste ano, reuniu o maior número de figurantes de sua história – cerca de três mil -, pôs nova fantasia de luxo na sua Isabel Valença, ensaiou durante quatro meses e tentará, com base em tudo isso, repetir o sucesso de 1963, quando arrancou delirantes aplausos dos milhares de espectadores, que a aguardaram até de madrugada, e pontos da comissão julgadora, necessários para se tornar campeã, pela primeira vez na sua vida. Embora tenha, na verdade, vivido durante todo o ano da fama de seu principal destaque e do cartaz conseguido com o belo carnaval que mostrou, os Acadêmicos do Salgueiro têm uma responsabilidade maior que a de um campeão comum: a de tornar outra vez feliz aquele que até o seu coração deu à escola, o primeiro a chegar e o último a sair dos ensaios, o mais humano personagem da sua própria história, Casimiro Calça Larga.[...]⁴³.

. Se em 1963, Isabel atingiu a “fama” pela beleza e por ter encarnado com perfeição a personagem Chica da Silva, o ano seguinte, por conta de outras batalhas reforçaria a sua personalidade, tornando-a, com efeito, um mito, do Salgueiro, da presença feminina nas escolas de samba, como retratou o jornalista Julio Cesar Barros.

[...] Em 1964 ela rompeu barreira ao vencer o concurso de fantasias na categoria luxo feminino no Teatro Municipal, um palco muito distinto da passarela do samba, causando espanto e euforia. As madames e os modistas veteranos do concurso torceram o nariz de início e protestaram ao final, mas tiveram de engolir a façanha da moça do morro que se consagrou no asfalto e desbancou a todos no salão. Num trabalho acadêmico sobre o personagem, Paulo B. C. Schettino, mestre em Cinema e doutor em Ciências da Comunicação, assim descreveu a glória: “Da passarela do samba, leia-se, o asfalto da avenida, (Chica da Silva) salta para os desfiles de fantasia de clubes fechados, em função do brilho, repercussão e o sucesso alcançados. Foi a glória de uma escola de samba – o Salgueiro - e de Isabel Valença, a passista que lhe emprestou o corpo”. Segundo Cíntia Rabaçal, “a mulata Isabel Valença foi a primeira cidadã afro-brasileira a entrar no baile mais chique e concorrido da cidade, o Baile do Municipal, disputando e vencendo o concurso de fantasias que acontecia durante o baile, numa belíssima

⁴² Jornal do Brasil, 06/02/64, Capa, Caderno B.

⁴³ Jornal do Brasil, 06/02/64, Caderno B, p.6.



representação de (sempre ela...) Chica da Silva, enredo da escola naquele ano”.⁴⁴

Entretanto, o drama pessoal de Isabel ao tentar participar do concorrido concurso de fantasias de luxo no Teatro Municipal, extrapolou o âmbito do mundo do samba e ganhou as páginas dos principais jornais cariocas. O título da matéria, “Preconceito de fantasia no Municipal” ressaltava a conotação negativa que o caso havia tomado.

Os organizadores do Concurso de Fantasias do Teatro Municipal negaram inscrição ontem à fantasia Vila Rica, de Isabel Valença, a mulata que fez o papel de Chica da Silva na Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, no ano passado, sob o pretexto de que o Teatro não pode admitir fantasias já exibidas em desfiles de rua⁴⁵.

Uma ampla matéria abordou o assunto, que se tornou centro de uma polêmica, revelando por um lado as bases do preconceito racial da “elite carioca” e por outro, um episódio, onde se reivindicava a conquista de espaços sociais relevantes. A coluna Samba Cá entre nós deu grande ênfase ao conflito, estampando o título da matéria: “Municipal recusou a inscrição de Isabel Valença”, realçando um subtítulo que identificava Isabel por seu nome/personagem, “Chica sem vez”.

A mulata Isabel Valença, famosa Chica da Silva, que desfilou no ano passado pela Acadêmicos do Salgueiro, foi impedida ontem de tarde de apresentar sua nova fantasia – Vila Rica – no concurso do Teatro Municipal sob a alegação de que “não são permitidas as inscrições de fantasias que desfilam em escolas de samba”, item, que, no entanto, não consta do regulamento feito pela coordenação do concurso⁴⁶.

A situação ganhou uma repercussão inesperada para os organizadores do concurso. Talvez, apostando na aceitação passiva de Isabel, com a recusa de sua inscrição, o coordenador do evento se viu tentando explicar o inexplicável.

O Sr. Ribeiro Martins, coordenador do concurso, que não soube explicar porque o regulamento não foi cumprido e a inscrição de Isabel Valença aceita, acrescentou que “agora não poderia mais deixar que ela se inscrevesse”, pois, segundo o mesmo regulamento, o prazo esgotou-se ontem. Para o Sr. Ribeiro Martins, o caso da rejeição de Isabel Valença no concurso do Municipal “é delicado e devia estar previsto no regulamento que mostrou ser falho”. - Eu não tomei conhecimento do caso, pois não estava presente portanto, não posso opinar sobre ele. No entanto – continuou o coordenador do concurso – teria que tomar uma atitude se estivesse presente e não posso afirmar qual ela seria. O fato é que as fantasias de escolas de samba não podem concorrer no desfile do Municipal, que é feito para fantasias de baile. Sem saber explicar o veto à inscrição de Isabel Valença, sem ao menos deixarem que ela tomasse conhecimento do regulamento e sob a argumentação de que existia um item

⁴⁴ Jornal do Brasil, 07/2/64, p. 13.

⁴⁵ Jornal do Brasil, 07/02/64, capa.

⁴⁶ Jornal do Brasil, 8/2/64, p. 5.



a respeito, o Sr. Ribeiro Martins disse: - Isso não estava previsto porque nunca aconteceu⁴⁷.

O episódio se tornou dramático e até comovente. A tristeza de Isabel e a tentativa de justificar a proibição de sua participação revelavam o preconceito velado em relação às comunidades das agremiações, em sua maioria compostas por negros e mulatos. Aparentemente nada podia impedir a inscrição de Isabel e o que podia ser alegado, como a questão de serem vetadas qualquer fantasia ou indivíduo que pudesse vir a ser acusado de “atentar aos bons costumes”, era uma via que escondia o preconceito racial e social da organização do evento para com a sambista e o seu marido.

Isabel Valença, que chegou ao Teatro Municipal cerca de 17h 30 m em companhia de seu marido Osmar Valença, saiu logo em seguida, mostrando-se triste “por não poder exibir a fantasia”, porém mais preocupada em terminá-la para o desfile das escolas de samba, depois de amanhã. Osmar Valença, ao saber que não constava no regulamento o item alegado para impedirem que sua mulher se inscrevesse, ficou revoltado e disse que “infelizmente não poderia recorrer a ninguém, pois estava de viagem marcada para São Paulo, onde foi comprar material para o carnaval da Acadêmicos do Salgueiro. A cláusula, única, que dispõe sobre a eliminação ou não aceitação de candidatos no Concurso de Fantasias, segundo o regulamento entregue aos concorrentes pela Coordenação do Concurso é a seguinte: Cláusula sexta – O coordenador e os demais componentes do júri terão autoridade de eliminar sumariamente, no ato da primeira apresentação (na plateia) do Teatro, toda e qualquer fantasia que não satisfaça às exigências deste regulamento, ou seja, que já tenham sido exibidas em concursos de anos anteriores, mesmo com modificações atualizadas, ou que atentem à moral e aos bons costumes⁴⁸.

Haroldo Costa também retratou este fato marcante, relacionado com a história do Salgueiro e dos desfiles das escolas de samba, narrando todo o processo dramático da tentativa de inscrição e a sua recusa pelos organizadores do baile do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Não obstante a bela impressão visual que causou, o Salgueiro não saiu da avenida com pinta de campeão, muito menos de bicampeão. Na noite seguinte, porém, a escola criou mais um fato importante na história do carnaval desta cidade. Alguns dias antes do início do período carnavalesco, os jornais tinham noticiado que a comissão julgadora dos desfiles de fantasias do baile do Teatro municipal havia recusado a inscrição de Isabel Valença, que desfilaria com a fantasia “Rainha Rita de Vila Rica”, porque o regulamento vetava a participação de trajes que já houvessem sido exibidos, ainda que modificados. E a fantasia de Isabel seria apresentada um dia antes no desfile das escolas de samba. (COSTA, 1984, p. 141)

No dia seguinte, o Jornal do Brasil voltou a noticiar o caso. Sob o título de “Municipal volta atrás e deixa Chica da Silva concorrer”, ganhou grande espaço na

⁴⁷ Idem, idem, idem.

⁴⁸ Jornal do Brasil, 8/2/64, p. 5.



coluna “O Samba cá entre nós”, de Luis Paulo e Mauro Ivan. Todo esse movimento aconteceu em pleno sábado de carnaval.

O Assessor do Diretor do Teatro Municipal, Sr. Milton Marcos, disse ontem ao JORNAL DO BRASIL que Isabel Valença, a Chica da Silva dos Acadêmicos do Salgueiro no carnaval passado, pode ainda inscrever-se para o desfile de fantasias do baile daquele teatro, esclarecendo que o suposto incidente ocorrido com ela deve-se à falta de lembrança da funcionária encarregada das inscrições de consultar a Diretoria do teatro sobre o assunto. Adiantou que mesmo se já estivessem encerradas as inscrições do desfile, Chica da Silva seria considerada inscrita, em virtude do mal-entendido que houve. Afirmou ainda que no caso não houve qualquer parcela de racismo, porque muitas pessoas de cor já se encontram inscritas este ano, como no ano passado também se inscreveram⁴⁹.

Com efeito, se não houvesse a cobertura da imprensa esse episódio passaria despercebido. Entretanto, a fama conquistada por Isabel no desfile do Salgueiro lhe deu grande notoriedade. Durante todo o ano de 1963, além de estampar as capas de jornais e revistas, Manchete (Brasil), Time (EUA), entre outras, Isabel se tornou uma espécie de “embaixatriz” dos Acadêmicos do Salgueiro. O caso foi tão comentado, ganhando tanta repercussão que a intervenção do Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, se fez necessária. A narrativa de Haroldo Costa destacou a rápida ação do político no sentido de reverter aquela decisão inicial.

O Jornal do Brasil publicou uma entrevista onde acusava de racismo os organizadores do desfile. O Governador Carlos Lacerda estava inaugurando uma caixa-d’água no morro, quando a professora Sandra Cavalcanti, que fazia parte do seu secretariado, deu-lhe o jornal para ler. Na mesma hora, fazendo uma declaração pelas emissoras de rádio que estavam presentes à cobertura, ele ordenou que fosse aceita a inscrição de Isabel Valença.⁵⁰

O fato do governador estar naquele momento no morro do Salgueiro acelerou a urgência da resolução do imbróglio. A partir de então, exibindo certa contrariedade, os organizadores permitiram a inscrição de Isabel no concurso. Era a primeira vitória da sambista, vencendo as barreiras sociais que sua classe e sua cor queriam lhe imputar, mas, por teimosia e coragem, ela não admitia sucumbir.

O Sr. Milton Marcos disse que o Governador Carlos Lacerda lhe havia perguntado se Isabel Valença devia participar do desfile. Salientou que as ponderações do Coordenador do concurso de fantasias, Sr. Ribeiro Martins, foram no sentido de que o vestido a ser apresentado por Chica da Sila já terá desfilado no domingo pela Avenida Presidente Vargas, na Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro. - Mais isto agora é prôblema dela – acrescentou. A secretária do Sr. Ribeiro Martins, Srt.^a Glória Rodrigues, que está a cargo das inscrições para o desfile de segunda-feira na passarela do Municipal,

⁴⁹ Jornal do Brasil, 09/02/64, p.4.

⁵⁰ COSTA, 1984, p.168.



informou que o encerramento dessas inscrições está previsto para as 14 horas de hoje.⁵¹

Na edição de domingo, a matéria “Chica inscreveu-se no Concurso do Municipal” retratou a alegria de Isabel. Estampada no *Jornal do Brasil*, o sorriso de Isabel parecia ser radiante com a sua primeira vitória e o trânsito livre para participar do concurso. Agradecida ao governador Carlos Lacerda, Isabel fazia planos para a sua participação no concorrido desfile de fantasias.

Isabel Valença, a mulata que ficou famosa vestindo a fantasia de *Chica da Silva*, no desfile da Acadêmicos do Salgueiro, no ano passado e que, este ano teve sua inscrição negada no concurso do Teatro Municipal, conseguiu ontem de manhã – cerca de 11 horas – inscrever-se, depois que a direção do teatro voltou atrás em sua atitude. Com sua nova fantasia, *Rainha de Vila-Rica*, mulher de *Chico-Rei*, figura central do enredo da Acadêmicos do Salgueiro, Isabel Valença desfilará hoje na Avenida Presidente Vargas e amanhã concorrerá aos prêmios do concurso de fantasias do Baile de Gala do Municipal. Isabel Valença, depois que o Governador Carlos Lacerda exigiu uma satisfação da direção do Teatro, foi ontem de manhã e se inscreveu, apesar do prazo ter terminado, já que havia sido prejudicada com a negativa inicial. Satisfeita, Isabel Valença foi sozinha ao Teatro Municipal, sendo bem recebida e ouvindo imediatas justificativas por parte dos funcionários responsáveis pelo concurso. Assim, ela desfilará sua *Rainha de Vila-Rica* pela Avenida Presidente Vargas, na noite de hoje, preocupada também em não estragá-la para o concurso de amanhã. - Isso não prejudicará minha apresentação – afirmou satisfeita Isabel Valença.⁵²

Júlio Cesar Barros também atribuiu importância à intervenção do governador Carlos Lacerda para a “virada” desta história, pois ele “anulou a decisão dos organizadores do concurso, que queriam impedir a sambista de competir naquele palco privilegiado” e concluiu: “A conquista de Isabel foi sobretudo uma vitória da teimosia, da altivez, que ela exibiria ao longo de sua vida.”⁵³

Vencida a primeira “batalha”, outras estavam por vir. Antes da aclamação popular, as tensões nos bastidores revelaram ações de preconceito social e racial. Haroldo Costa citou a atriz Wilza Carla, personagem bastante regular naquele universo dos desfiles de fantasias de luxo em sua explosão de fúria, quando Isabel Valença foi declarada vitoriosa e “avançou furiosa para Osmar Valença, exclamando: - Negro de escola de samba não pode ganhar no Municipal. Mais tarde Wilza atribuiu a frase a um desabafo impensado, mas Isabel ficou muito magoada.”⁵⁴

⁵¹ Jornal do Brasil, 09/02/64, p.4.

⁵² Jornal do Brasil, 13/2/64, p. 7, caderno B.

⁵³ BARROS, 2010.

⁵⁴ COSTA, Haroldo. *Salgueiro: Academia do Samba*. Rio de Janeiro: Record, 1984, p.141.



A narrativa de Haroldo prosseguiu enaltecendo o feito de Isabel, naquele episódio. Com efeito, o jornalista ressaltou o acontecimento em sua dimensão simbólica, pois tudo aquilo que a vitória proporcionou foi abrir portas para os componentes das escolas de samba, das pessoas humildes, pobres, negras, mulheres, num caminho futuro de reconhecimento social. O resultado final, como atestou Haroldo, foi emocionante.

Como era de hábito, por volta da meia-noite o baile parava para a apresentação das fantasias vitoriosas nas diversas categorias. Na maioria das vezes, os foliões manifestavam uma certa hostilidade, mas naquela noite foi diferente. Quando o coordenador do desfile, Antônio Ribeiro Martins, anunciou Isabel Valença com sua fantasia premiada, o salão inteiro, sem que ninguém ordenasse ou comandasse, começou a cantar o samba Chica da Silva. Foi um grande momento, um belo momento, desses que marcam a memória e o sentimento das pessoas.⁵⁵

Todo o esforço de Isabel e o desfecho “apoteótico” do episódio foi um marco na História das mulheres, do carnaval, dos desfiles das escolas de samba e da GRES Acadêmicos do Salgueiro. A cobertura pós-carnavalesca, do *Jornal do Brasil*, comentando sobre o Concurso do Municipal noticiou:

Nove mil pessoas espremidas nos salões do Municipal prestaram, às duas horas de domingo, uma homenagem inédita a um concorrente ao concurso de fantasias, aplaudindo de pé a mulata Isabel Valença, do Salgueiro, ganhadora do concurso de luxo deste ano com sua Rainha de Vila Rica. Isabel Valença, que 3 dias antes fora impedida de se inscrever pela direção do teatro, gastou mais de quatro milhões de cruzeiros na sua fantasia, tôda bordada de pedras semipreciosas e com uma enorme cauda. Isabel Valença desfilou de coroa à cabeça e sob um câro de milhares de vozes cantando o samba Chica da Silva, da criação que a tornou famosa.⁵⁶

O que ganhou peso nesse episódio foi que Isabel encarnou com sua atitude toda a força simbólica que era ampliada por sua condição de mulher, negra e moradora dos bairros periféricos da cidade do Rio de Janeiro. Imbuída do “espírito” transgressor da sua personagem, tal qual Chica da Silva, Isabel Valença enfrentou as adversidades, os obstáculos e cumpriu seu papel, o de conquistar o espaço que ela acreditava ser dela, por direito. Esse caso é emblemático de todo um processo de lutas que, segregava os atores sociais, dos espaços centrais da cidade. Envolvidos nas agremiações desde o início dos desfiles das escolas de samba, os sambistas sentiam na pele a discriminação ou a “aceitação” pelo lado “exótico”, “folclórico” da manifestação escola de samba.

⁵⁵ Idem, idem, idem.

⁵⁶ *Jornal do Brasil*, 18/2/64, p. 5.



Grandes vitórias geram ódios proporcionais, que passada a euforia da conquista certos direitos precisam ser evocados. Rebatendo as acusações, Isabel foi além e fez questão de comprovar que sua vitória foi de fato e de direito e que não cabia “choro” de perdedores.

O Sr. Osmar Valença, contestando acusações que foram feitas à sambista Isabel Valença, que desfilou na Escola de Samba do Salgueiro como Chica da Silva e Rainha Canibinda, em 63 e este ano, declarou ao JORNAL DO BRASIL que vai hoje, a 17ª Vara Criminal requerer uma certidão para provar que não corre na Justiça qualquer processo contra sua mulher. A sambista Isabel Valença declarou, tranquila, que compreende bem a campanha de desmoralização que pretendem mover contra ela, atribuindo tudo “a natural magoa dos concorrentes”, e garantiu que jamais entrou num Distrito Policial e que a folha corrida da sua vida, fornecida pela Polícia, está à disposição dos que a detratam.⁵⁷

Isabel Valença, assim venceu o concurso e entrou para a História do Carnaval carioca. Nos anos seguintes, o reconhecimento popular e a popularidade alcançada por conta da força da personagem Chica da Silva dotou Isabel como uma figura sempre em destaque nos desfiles do Salgueiro.

Isabel Valença além de Chica da Silva

A própria definição de “destaque” passou por uma redefinição a partir do sucesso de Isabel, que estabeleceu um novo paradigma de comportamento e desempenho que a manteve sempre em posição de grande visibilidade, não só para sua agremiação de coração, mas no grande palco dos desfiles, a avenida principal.

Mas sua carreira não foi de uma personagem só. Em 1966, ela foi a Marquesa de Santos. O jornalista Gustavo Melo, ex-diretor cultural do Salgueiro, narra a apresentação espetacular da destaque como a amante de D. Pedro I, no enredo *Amores Célebres do Brasil*, em que contracenou com Clóvis Bornay, museólogo e carnavalesco dos desfiles de fantasia do Municipal, que além de montar o enredo saiu como o imperador, fazendo par com Isabel: “Isabel mirava seu olhar no julgador, hipnotizado pela postura da destaque. Até que alguém aplaudiu a performance, atitude seguida por todos próximos à cabine. A destaque continuava imóvel e cada vez mais altiva. Queria mais. Havia um *gran finale* a cumprir. Eis que todos se levantaram, aplaudiram de pé e ovacionaram em êxtase a personagem imortalizada na história como a amante do Imperador. E Isabel, como uma grande atriz, abriu um largo sorriso, reverenciou a todos que a aplaudiam calorosamente, saiu de cena e seguiu para mais uma consagração nos braços do povo”, contou Melo. A performance de Isabel não foi o suficiente para evitar que o Salgueiro, campeão de 1965, amargasse um mirrado quinto lugar.⁵⁸

⁵⁷ Jornal do Brasil, 18/2/64, p. 5.

⁵⁸ BARROS, 2010.



Outros desfiles, novos personagens e mais sucessos na avenida. Em 67 foi Princesa Isabel, no enredo “História da liberdade no Brasil”, em 1968 foi Ana Jacinta, a “Dona Beija, a feiticeira de Araxá”. Nas palavras de Júlio Cesar, Isabel continuava sendo figura fundamental da Escola, mesmo depois do afastamento do marido da presidência. Um dos encantos de Isabel era, mesmo depois da fama, continuar fiel às origens, bordando sua própria fantasia e encantando na avenida.⁵⁹

Haroldo Costa sintetizou o resultado do desfile de 1968 apontando para um fator novo naquele final da década de 1960. O alcance que os desfiles passaram a ter e a resposta do público de outros estados, quando eram retratadas figuras, personagens ou paisagens de seus estados alavancavam as possibilidades turísticas do local homenageado. Os mineiros de Araxá fizeram reverências ao Salgueiro, lisonjeados com a homenagem, escolhendo Isabel Valença, como grande personalidade que representava a própria Escola de Samba. Assim, ela foi agraciada com vários presentes, recebendo-os em nome de todos os componentes do Salgueiro.⁶⁰

Em alguns momentos a relação de Isabel com os carnavalescos se tornou tensa. O ambiente do Salgueiro, sempre tão explosivo apresentava novo momento de “cataclismos” oriundos de vaidades e guerras de comando em pleno período de preparação do carnaval de 1970. Os comentários de Haroldo sobre o desfile, Praça Onze Carioca da Gema tiveram alguns pontos altos e outros negativos, entre eles a fantasia de Isabel Valença, que personificando Tia Ciata, apresentava um “luxo” desmedido, para retratar a personagem, que segundo o jornalista era extremamente simples.⁶¹

Voltando ao texto de Julio Cesar Barros, o tom de exaltação seguiu num crescendo e vários carnavais foram citados. Mesmo com o afastamento de Osmar Valença da presidência, Isabel Valença manteve a posição de destaque que ela exercia à frente da escola nos desfiles. Ao final da citação, o pesquisador fez a nota de falecimento de Isabel, que ocorreu no dia 25 de agosto de 1990, de arteriosclerose coronária. Seu destaque reforçou a reverência do mundo do samba em relação a essa personalidade, que encarnou em vida o ideal da sua personagem, Chica da Silva, que com certeza, ela ajudou a se tornar mais famosa em nosso país e no mundo.

⁵⁹ Idem, idem.

⁶⁰ COSTA, Haroldo. *Salgueiro: Academia do Samba*. Rio de Janeiro: Record, 1984, p.177.

⁶¹ Idem, idem, p.185.



Ela foi ainda outros grandes vultos femininos no asfalto da passarela do samba. Foi Tia Ciata (1970), Ana Paz, amante de Maurício de Nassau (1971), Rainha de França, em 1974, ano em que a escola venceu com o enredo *O Rei de França na Ilha da Assombração*, de Joãozinho Trinta, que mais tarde se lembraria assim dos detalhes: "Eu fiz um grande vestido para a Isabel Valença, que começava nas palmeiras, sete negros carregavam sete pontas do vestido dela, que terminava nos bordados". O carnavalesco colocou-a, como aos demais destaques, pela primeira vez em seus carnavais, em cima de um carro alegórico. Ela foi também Moça Branca (a cachaça), no Carnaval de 1977, fantasia lindíssima que lhe valeu o Estandarte de Ouro de Destaque Feminino da Rede Globo. Foram muitas as personagens que a cabrocha representou com qualidade na avenida, culminando no Carnaval de 1987, em que saiu como ela mesma, Isabel Valença, no carro de abertura do enredo *E Por Que Não?*, no qual o Salgueiro fazia uma auto-homenagem. Em seu último desfile, em 1990, Isabel Valença voltou a vestir-se de Rainha de França, no enredo *Sou Amigo do Rei*, de Rosa Magalhães, que valeu à escola um terceiro lugar.⁶²

A imprensa e o carnaval carioca: uma memória em constante construção

Os exemplos de Isabel Valença e as demais mulheres salgueirenses exemplificam histórias de sucesso e de reconhecimento público destas artistas. O sucesso que a sambista alcançou se deu em grande parte por ser ela escolhida pela imprensa como uma personagem relevante, tanto do Salgueiro, como do carnaval e da própria cidade do Rio de Janeiro. Ao longo desses cinquenta anos a história da sambista em seu maior sucesso, Chica da Silva se mantém como memória sempre lembrada dos antigos carnavais e demonstra o quanto a sua história esteve entrelaçada às transformações que os desfiles passaram, tanto na questão temática quanto no lugar de destaque que as mulheres negras passaram a conquistar. A trajetória de luta contra os preconceitos, sempre lembrada pelos antigos sambistas nas entrevistas realizadas em minha pesquisa de doutorado⁶³, ainda ecoam nos jornais, em tempos de cobertura pré-carnavalesca, até os anos recentes.

Assim sendo, a imprensa foi capital para transformar uma mulher de origem humilde, negra e moradora da periferia numa das referências na luta pela igualdade de direitos e do respeito que as mulheres exigiam a partir das lutas por igualdade de direitos, nos anos 1960. Isabel Valença, entretanto, foi além e em sua simbiose com a personagem Chica da Silva se tornou "imortal", principalmente para suas contemporâneas, mulheres negras e dos subúrbios cariocas. O feito de Isabel se estabeleceu como memória poderosa de um ato libertador. No pós-abolição, período longo e perceptível ainda nos nossos dias, a vitória de Isabel foi e continua sendo

⁶² BARROS, 2010.

⁶³ FARIA, Guilherme José Motta. *Nem melhor nem pior. Os Acadêmicos do Salgueiro e a história dos negros nos desfiles dos anos 1960*. Rio: Multifoco, 2015.



alimentada como uma vitória da mulher negra, pobre, sambista das Escolas de Samba e moradoras das periferias da cidade do Rio de Janeiro.

Isabel Valença não era um enredo e sim uma mulher que encarnou, assim como a personagem que lhe deu fama, Chica da Silva, uma história que também simbolizava postura de luta e transcendência das barreiras sociais. Todo o drama vivenciado pela sambista ajudou a conferir ao Salgueiro essa aura mítica de escola que apresentava a luta do negro por respeito e consolidação de seu espaço social. Esse mote narrativo, exaltando momentos de luta ou estratégias de superação das barreiras sociais, possuía também uma vertente de denúncia contundente do passado escravista e das formas de resistência que os negros encontraram para superar essas dificuldades impostas.

Data de submissão: 15/10/2019

Data de aceite: 21/07/2020



Referências bibliográficas

BARROS, Júlio Cesar. **Nunca houve um destaque como Isabel**. In: veja.abril.com.br/blog/passarela/figuracas/, publicado em nunca-houve-um-destaque-como-isabel, publicado em 27/12/2010, pesquisado em 16 de março de 2012.

CABRAL, Sérgio. **As escolas de samba do Rio de Janeiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 2004.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Carnaval Carioca dos bastidores ao Desfile**. O rito e o tempo: Ensaios de Carnaval. Rio: Civilização Brasileira, 1999. COSTA, Haroldo. **Salgueiro**: Academia do Samba. Rio de Janeiro: Record, 1984.

FARIA, Guilherme José Motta. *Nem melhor nem pior. Os Acadêmicos do Salgueiro e a história dos negros nos desfiles dos anos 1960*. Rio: Multifoco, 2015.

FERREIRA, Felipe. **O marquês e o jegue: estudo da fantasia para escolas de samba**. 1.ed. Rio: Altos da Glória, 1999.

JUNIOR, Paulo Melgaço da Silva. **Mercedes Baptista** - a criação da identidade negra na dança. Rio: Fundação Cultural Palmares, 2007.

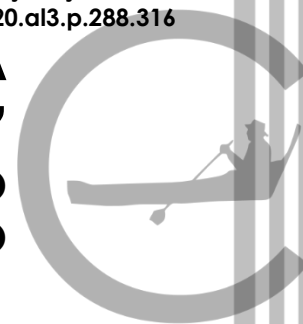
MATTOS, Hebe e ABREU, Martha, **Uma coreógrafa brasileira no atlântico negro** – homenagem à Mercedes Baptista, publicado em, 25/8/2014. In <https://conversadehistoriadoras.com/2014/08/25/>, pesquisado em 08 de outubro 2019.

MELO, João Gustavo. **Na Vida, Um Mendigo...** Na Folia, Um Rei! Monografia de graduação do Curso de Comunicação Social: Universidade Federal do Ceará. UFCE-JAN/2000, p. 9-10.

MELO, João Gustavo. **Salgueiro faz a festa no carnaval do Quarto Centenário da Cidade do Rio**. Publicado em: 10/01/13. In: <https://extra.globo.com/noticias/carnaval/carnaval-historico>, pesquisado em 8/10/2019.



“GAROTAS BONITAS, DE COR DE CANELA OU DE JABUTICABA MADURA...” OS CONCURSOS DE BELEZA NEGRA NO TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO



Maybel Sulamita de Oliveira¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar e discutir os concursos de beleza negra “Rainha das Mulatas” e “Boneca de Pixe” realizados pelo Teatro Experimental do Negro entre 1947 e 1950. A partir dos concursos destinados às mulheres negras da cidade do Rio de Janeiro, pretendemos analisar quais seriam os objetivos dos concursos, quem eram as candidatas, quais diferenças separavam os dois concursos. Destacamos também a importância de apontar as especificidades dos concursos, devido a organização dos mesmos pertencer a um espaço expressivo de afirmação da identidade negra e luta contra o racismo durante as décadas de 40 e 50 no Brasil. Dentro deste contexto, as questões ligadas ao intercruzamento de raça, classe e gênero contribuem para conhecermos as “rainhas” e “bonecas negras” do Teatro Experimental do Negro.

Palavras-chave: Concursos; beleza negra; feminismo negro; gênero.

Abstract

This article has the objective of analyzing and discussing the black beauty contests "Rainha das Mulatas" and "Boneca de Pixe" realized by the Experimental Black Theater between 1947 and 1950. From the contests destined to the black women of the city of Rio de Janeiro we wanted to analyze the objectives of the contests, who were the candidates, what differences separated the two competitions. We also emphasize the importance of pointing out the specificities of the contests, due to the organization of the same belong to an expressive space of affirmation of black identity and fight against racism during the 40s and 50s in Brazil. In this context, the issues related to the interbreeding of race, class and gender contribute to know the "rainhas" and "bonecas de pixe" of the Experimental Black Theater.

Keywords: Pageants; black beauty; black feminism; gender.

¹ Doutoranda em história do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: maybelsulamita@yahoo.com.br



“Garotas bonitas, de cor de canela ou de jabuticaba madura”, esta foi uma das frases utilizadas em um dos anúncios realizados pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), sobre os concursos de beleza negra realizados entre 1947 e 1950. As duas cores destacadas no anúncio dizem respeito aos concursos realizados pelo grupo, o primeiro concurso intitulado “Rainha das Mulatas”, e o outro chamado de “Boneca de Pixe²”.

Nesse sentido, o presente artigo busca discutir a realização dos dois concursos de beleza citados, analisando quais seriam seus objetivos, as características que permearam o julgamento das candidatas a coroa dentro de um espaço expressivo de afirmação da identidade negra e luta contra racismo durante as décadas de 1940 e 1950.

O grupo teatral criado em 1944 por Abdias Nascimento³, na cidade do Rio de Janeiro, ultrapassou o campo artístico, envolvendo-se em projetos políticos, educacionais, jornalísticos, intelectuais e estéticos que contribuíssem para a denúncia do racismo no Brasil. Desde sua criação, o TEN não se limitou apenas aos palcos de teatro, suas áreas de atuação se expandiram em diversas frentes para fortalecer a cultura negra. O objetivo central do grupo partia da necessidade de denunciar o racismo, e também de integrar o negro na sociedade brasileira de forma real, uma vez que nesse período, a ideia de democracia racial permitia a falsa percepção da inexistência do racismo no Brasil.

O TEN tinha entre suas atividades cursos de alfabetização para domésticas, eventos intelectuais, associações e a produção de um jornal chamado *Quilombo*, que reunia temas e notícias acerca da diáspora africana. Dentro desse contexto e da pluralidade de eventos produzidos pelo TEN, centralizando-se na realização dos concursos de beleza negra, vertente desenvolvida pelo grupo que tinha como intenção de discutir a imposição da brancura como padrão de beleza, ao mesmo tempo em que rechaçaria os estereótipos atribuídos à mulher negra⁴.

De acordo com os organizadores, os critérios usados pelo TEN estariam voltados não apenas para “características físicas”, mas também seriam levados em consideração “qualidades de personalidade e caráter”. Acerca dos organizadores não encontramos uma lista formal das pessoas que organizavam o evento, porém, em matérias publicadas no jornal sabemos que o júri do concurso era formado por artistas plásticos, cientistas,

² A grafia correta da palavra é “piche”, porém o nome do concurso nas fontes pesquisadas aparece sempre com a letra “x”, usaremos essa grafia quando nos referirmos ao concurso.

³ Abdias Nascimento pode ser considerado um intelectual múltiplo em suas atividades, foi escritor, artista plástico, teatrólogo, político e poeta durante sua vida.

⁴ NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O Sortilégio da Cor. Identidade, raça e gênero no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Summus/ Selo Negro, 2003, p. 203.



jornalistas, escritores e atores teatrais. Nesse sentido, observamos que tanto a organização dos concursos, quanto o julgamento das candidatas, não estava dentro das atribuições do Conselho Nacional das Mulheres do Teatro Experimental do Negro, e sim a cargo homens intelectuais, que não necessariamente integravam o grupo⁵.

A realização de concursos de beleza, e também dos concursos de beleza negra especificamente, não foram uma exclusividade do grupo de Abdias Nascimento nesse contexto. Neste período concursos disputados por mulheres já eram amplamente divulgados, principalmente a partir da figura das *misses*. Para Vigarello, o grande momento de expansão dos concursos de beleza deu-se internacionalmente entre as duas guerras mundiais, ocorreram o Miss América em 1921, Miss França em 1928, Miss Europa em 1929 e o Miss Universo em 1930⁶.

Os concursos de beleza negra no Brasil também já eram realizados, um exemplo seria a publicação de 1923, do jornal paulista *O Getulino*, onde havia uma divulgação de um concurso de beleza negra que ocorreria em Campinas⁷. Entretanto, a popularização e proeminência desses concursos ocorreu a partir de 1940, principalmente pela existência de diversos clubes sociais negros em todo país.

Os concursos Rainha das Mulatas e Boneca de Pixe, portanto, contavam com a realização organizada por um grupo direcionado à militância negra, que através de diversas ações tentavam interferir tanto no campo social, quanto na legislação brasileira, a fim de conquistas maiores de direitos para a população negra.

Como organizador o TEN realizou dois concursos de beleza distintos ao longo de sua história, o primeiro foi o Rainha das Mulatas criado em 1947, e o Boneca de Pixe (também chamado de Glamour Negro Girl) iniciado no ano seguinte. A partir de 1948, os dois concursos foram realizados simultaneamente, decisão essa, que deixa em evidência que apesar dos dois concursos se destinarem às mulheres negras, existiam características específicas para cada um deles, que separariam as “mulatas” das “bonecas de pixe”.

⁵ O Conselho Nacional das Mulheres do Teatro Experimental do Negro tinha como objetivo principal “lutar pela integração da mulher negra na vida social, pelo seu alevantamento educacional, cultural e econômico” (Quilombo, 09/05/1950), o conselho foi idealizado pela assistente social, jornalista, professora e ativista Maria Lourdes, contava também com o auxílio de Guiomar Ferreira de Mattos, Guerreiro Ramos, Mercedes Baptista e Milka Cruz. Essa prática dos concursos do TEN seguia o costume em todos os concursos de beleza do país, pois, dificilmente mulheres integravam o julgamento das candidatas.

⁶SILVA, J. & BERNADINO, M. A democracia racial em desfile: concursos de beleza na década de sessenta. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/As Negros/As (ABPN)*, 6 (12), 2014, p. 205.

⁷SILVA, J. & BERNADINO, M. *A democracia racial em desfile*, p. 203.



Mulheres negras e padrões de beleza

Ao falarmos de padrões, estamos nos referindo a uma série de construções de sentidos, produzidos por nossa cultura em sociedade. Tais padrões funcionam como “tipos ideais”, que reúnem características tidas como perfeitas e desejáveis em diferentes áreas das relações sociais. Os “tipos ideais” passam, portanto, a serem interpretados também como ideais de beleza, construídos e reafirmados ao longo do tempo em meio à sociedade, que incidem não apenas nas formas físicas, mas em comportamentos, atitudes e estilos de vida. Logo, a beleza e os padrões a ela atribuídos estão intrinsecamente atrelados ao seu contexto histórico e sua continuidade.

A partir dessas considerações, o corpo assume um papel essencial ao que se refere aos padrões de beleza feminina, na medida, em que é o corpo que dará suporte para ao ideal daquilo que deve ser considerado como belo. É no corpo que serão feitas alterações por processos estéticos, e será ele que comunicará significados, intenções, e comportamentos considerados positivos e desejáveis estabelecidos pelos padrões.

Desta maneira, o corpo tem relação direta com os padrões de beleza femininos socialmente propostos, construídos ao longo do tempo, inseridos inevitavelmente dentro de uma lógica patriarcal⁸, onde a mulher é vista como um “ser inferior”, preso a um local de subalternidade.

A respeito da relação dos padrões de beleza e o local de subalternidade da mulher na sociedade, diversas autoras feministas têm desenvolvido análises que abordam como os padrões de beleza, e suas práticas levam mulheres a sentirem que seus corpos são inadequados e desprovidos de beleza. A partir dessa “inadequação”, portanto, mulheres se sentem impelidas a buscar meios e formas para se “adequar”, ou seja, busca-se o padrão estabelecido. Essa busca entre as mulheres, geralmente se dá através de tratamentos estéticos, emagrecimento, uso de maquiagem para corrigir “imperfeições”, cirurgias plásticas, entre outros procedimentos.

Para a escritora feminista Sheila Jeffreys (2005), autora da obra *Beleza e Misoginia*, as práticas de beleza não são sobre escolhas individuais das mulheres, e não podem ser consideradas como um espaço onde há expressividade, muito pelo contrário, para Jeffreys, as práticas de beleza são um dos aspectos mais importantes da opressão exercida

⁸ Entre os estudos feministas não há um consenso a respeito do conceito de patriarcado. A concepção mais difundida, estabelece que o patriarcado é uma “forma de dominação masculina contra as mulheres”.



sobre as mulheres⁹.

A compreensão de tais autoras dialoga intrinsecamente com o entendimento de que por trás da construção dos padrões de beleza e boa forma direcionada às mulheres, esconde-se uma ideologia política elitista e racista¹⁰. Em outras palavras, tais padrões não são naturais, inerentes ou neutros, eles estão vinculados a discursos marcados por relações de poder e hierarquias sociais, sejam elas políticas, sociais ou raciais.

Um exemplo dessa relação entre o corpo e estabelecimento de padrões, é a experiência alemã com o nazismo, dentro da ideologia eugênica, somente pessoas que possuíssem características arianas contavam com direito e igualdade perante a sociedade. Pessoas que estivessem fora deste determinado grupo foram consideradas inferiores, e acabaram por serem objetos de diversos experimentos médicos, e depois vítimas do holocausto.

A eugenia, portanto, preocupava-se com o debate acerca das diferenças entre os seres humanos na modernidade, elegendo como discussão principal as diferenças entre os povos, sua origem e seus estágios de “civilização”¹¹. Conceitos que anteriormente eram difundidos nas áreas da ciência e da biologia, adentraram nas análises sociais e culturais sobre diversos povos e nações.

Há que ressaltar que os padrões de beleza e suas representações ao longo da história mantiveram-se e pautaram-se pelas experiências e contatos ocasionados pelo colonialismo. Assim, tais contatos foram moldados pelas hierarquias e relações de poder presentes entre europeus e suas colônias, colônias essas, que contavam com distintas características físicas e culturais. Desta maneira, os padrões de beleza femininos europeus foram forjados por suas próprias visões de mundo, formadas a partir de hierarquias raciais, afetando assim, as concepções de beleza e corpo significativamente.

Ao falarmos de Brasil e das relações raciais que aqui se estabeleceram, o colonialismo e o período escravocrata, tornam-se indispensáveis para a compreensão dos padrões de beleza e de seus reflexos na atualidade.

As condições especiais de existência das culturas negras, os deslocamentos, e identidades que caracterizam essa formação são chamadas pelo intelectual Gilroy de “Atlântico Negro”. Utilizando-se da metáfora das viagens entre o continente africano e o

⁹JEFFREYS, Sheila. *Beauty and misogyny: harmful cultural practices in the West*. London: Routledge, 2005, p. 05.

¹⁰FLOR, Gisele. Corpo, mídia e status social: reflexões sobre os padrões de beleza. *Revista de Estudos da Comunicação*, Paraná, 2009, p.268.

¹¹OLIVEIRA, Maybel. *O Teatro Experimental do Negro em meio a militância e a intelectualidade: eventos programáticos realizados entre 1945 e 1950*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018, p. 17.



Brasil, o autor busca destacar essas experiências cruzadas entre os mares.

Nesse novo mundo, os africanos trouxeram consigo suas práticas, suas culturas e costumes, que sobrevivem até hoje em diversos elementos culturais do Brasil, presentes em nossa língua, comida, costumes, religiosidades entre tantos outros elementos. Entretanto, esses elementos foram marcados por discursos discriminatórios e estereotipados sobre o “corpo negro”, marcando sua inferioridade perante o “corpo branco”.

A construção de beleza no imaginário ocidental, portanto, considerou que o “outro”, o “diferente”, estaria automaticamente em um estado menor de desenvolvimento e civilização. Juntamente a essa ideia, a narrativa acerca dos diferentes significantes dos padrões de beleza feminina seguiram o mesmo caminho. Deste modo, os padrões de beleza não ficaram distantes das influências raciais existentes, em outras palavras, o ideal de beleza estará intimamente ligado à mulher branca.

De acordo com a historiadora Giovana Xavier (2012), a mulher negra foi “alvo de diferentes projetos de intervenção durante a escravidão africana nas Américas”, que trataram seu corpo como um “misterioso pedaço de carne a ser dissecado”¹². Xavier também acrescenta que a partir da literatura, da ciência, dos estudos sociológicos foram produzidas diversas imagens negativas ligadas ao corpo negro, principalmente ao corpo negro da mulher e sua sexualidade¹³.

Xavier, tendo como base a literatura produzida no século XIX no Rio de Janeiro, buscou definir tipologias principais criadas ao redor da mulher negra nesse período. A primeira tipologia apresentada por Xavier refere-se às escravizadas resignadas, sua representação permeia a imagem de uma mulher negra que é feliz em servir, devotada aos seus senhores, dotada de virtudes maternas, em outras palavras, a escravizada resignada seria uma “bondosa alma disposta a tudo”¹⁴.

Já a segunda tipologia distancia-se das virtudes do primeiro grupo, seriam as escravizadas traidoras, consideradas como ervas daninhas que corrompiam e enganavam os membros do ambiente familiar de seus senhores. Essa representação afirma a corrupção moral da mulher negra e sua ânsia em criar intrigas.

A terceira tipologia pode ser interpretada como a mais “famosa” e reafirmada ao longo

¹² XAVIER, Giovana. Entre personagens, tipologias e rótulos da diferença: a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro no século XIX. In: *História das mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas/Selo Negro, 2012, p. 67.

¹³ XAVIER, Giovana. *Entre personagens, tipologias e rótulos da diferença*, p. 67.

¹⁴ XAVIER, Giovana. *Entre personagens, tipologias e rótulos da diferença*, p.71.



de toda história brasileira: a mulata; elemento utilizado para a construção da identidade brasileira, presente no imaginário social pelos seus dotes físicos. O corpo das mulatas será exaltado como um patrimônio nacional, devido a sua excessiva sensualidade e vitalidade que encanta todos os homens.

Para Xavier nesse período, as mulatas também podiam ser chamadas de crioulas, mestiças e morenas. A flexibilidade da categoria racial, nesse sentido, nos permite compreender que além do tom de pigmentação da pele, ao usar o termo mulata, haveria também “associações entre gênero cor, sexualidade e comportamento na definição das classificações raciais”¹⁵.

Retornando ao debate proposto por Xavier, vemos que a tipologia da mestiça virtuosa foi representada principalmente por sua “tonalidade” clara e suas virtudes morais admiráveis. Um personagem que eternizará essa categoria será a personagem Isaura, da obra *A escrava Isaura*, de 1875, escrita por Bernardo Guimarães. Fruto de uma relação entre um português e uma escravizada, Isaura teria nascido com a pele clara, porém, pela condição e sua mãe, ela também seria escravizada. Isaura enfrenta uma escravidão que lhe é injusta pelo tom de sua pele, a condição de Isaura na obra, demonstra a encarnação da brasilidade e de sua tentativa de embranquecimento da população.

Assim, como os padrões de beleza, as tipologias extraídas da literatura por Giovana Xavier formam concepções racializadas de beleza e estereótipos referentes às condições sociais das mulheres negras. Entretanto, não podemos deixar de destacar que tantos os estereótipos e as tipologias citadas aqui não são estanques, elas carregam em si um sentido dinâmico que se modifica ao longo das relações sociais e de acordo com o processo histórico, bem como as categorias de cor, que no Brasil não são apenas dicotômicas ou binárias.

Para tratarmos dos processos sociais relacionados à cor no Brasil, precisamos compreender que tais processos estão marcados por diversas categorias e relações de poder. Para Ângela Figueiredo¹⁶, há uma escala classificatória de cor no Brasil, que age de maneira distinta de outros locais, se considerarmos a existência de inúmeras categorias de cor no Brasil, estamos entre dois pólos principais, que seriam branco e negro.

Como vimos brevemente, a mulher negra e seu corpo estão em geral muito atrelados aos estereótipos provenientes da escravidão. Sua moralidade e conduta sempre estarão

¹⁵ XAVIER, Giovana. *Entre personagens, tipologias e rótulos da diferença*, p.78.

¹⁶FIGUEIREDO. Ângela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. *Periódicus*, Salvador, n. 3, v. 1, mai.-out. 2015.



em dúvida, assim como sua sensualidade será considerada exacerbada e incontrolável, argumento esse que era utilizado para tentar “justificar” as violências e os estupro realizados pelos senhores com mulheres escravizadas.

Uma vez que o corpo e a beleza da mulher negra estavam aprisionados dentro de padrões racistas e excludentes, não é uma novidade que os concursos de beleza no Brasil não aceitassem a inscrição de mulheres negras. A partir dessa exclusão, a promoção de concursos de beleza, voltado apenas para mulheres negras, e realizados por clubes ou associações negras não demorou a acontecer. Lançados como uma resposta ao racismo e ao resgate da autoestima das mulheres negras, os concursos realizados já nas primeiras décadas do século XX, marcaram o movimento negro contemporâneo.

Ao abordarmos a realização dos concursos de beleza negra dentro do Teatro Experimental do Negro, estamos trabalhando com diferentes frentes teóricas e metodológicas. Pois, ao discutirmos quem eram as mulheres negras participantes de tais concursos, bem como, quais eram padrões de beleza operacionalizados no evento, estamos dentro de um ponto central de intersecção de processos históricos sociais.

Em outras palavras, ao tratar dos concursos de beleza negra não podemos apenas realizar um recorte baseado nas relações de gênero, visto que estaremos falando de mulheres negras especificamente. Dessa forma, precisamos pensar outros processos de opressão que integram as relações de gênero, classe e raça dentro de um espaço dedicado a luta antirracista¹⁷.

A filósofa Djamilia Ribeiro (2018) nos alerta sobre o perigo de ao falarmos de mulheres, como uma categoria única, pois podemos acabar homogeneizando distintas experiências sociais. Ribeiro argumenta que ao falarmos de mulheres e suas experiências, precisamos nos perguntar de que mulheres estamos falando, entendendo que mulheres não são um bloco único – elas possuem pontos de partida diferentes¹⁸.

A experiência social da mulher negra brasileira, portanto, possui suas especificidades, abordar esse conhecimento sobre sua história, representa a entrada em um campo que por muito tempo foi ignorado, não só pelos efeitos do racismo, mas também pela ausência de interesse sobre as pesquisas que interligassem gênero e raça, como dois pontos centrais de análise.

¹⁷ FIGUEIREDO, Ângela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. *Periódicus*, Salvador, n. 3, v. 1, mai.-out. 2015.

¹⁸ RIBEIRO, Djamilia. *Quem tem medo do feminismo negro?*. 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 25.



Portanto, ao pensar o debate de raça, gênero e classe de modo indissociável estamos dialogando diretamente com teorias ancoradas no feminismo negro, visto que não é possível lutar contra uma opressão e alimentar outra, pois, a mesma estrutura seria de alguma forma reforçada¹⁹.

Esse entendimento parte do pressuposto que a história do racismo, do sexismo e da exploração de classe são fatores que incidem sobre as vidas das mulheres negras em todo processo histórico brasileiro. Entender essa intersecção para construir uma luta emancipatória tem ganhado cada vez mais espaço entre estudiosos e os movimentos sociais do século XX, não principalmente entre as feministas negras como Angela Davis, Alice Walker, Kimberlé Crenshaw, Audre Lorde, bell hooks e Lélia Gonzalez.

O conceito de interseccionalidade veio a ser utilizado pela primeira vez em 1994 por Kimberlé Crenshaw, a autora aborda a indissociação das relações e das lutas a partir do gênero, raça e classe, levando em conta a multiplicidade de categorias identitárias da sociedade. A autora nos permite pensar nessa interceptação de identidades e como esses enlaces atuam no posicionamento de grupos socialmente e politicamente a margem da sociedade. (CRENSHAW, 2002).

A interseccionalidade pode ser vista como uma forma de investigação crítica e de práxis, precisamente, porque tem sido forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas, assim como essas ideias têm sido retomadas por tais instituições. (COLLINS, 2017, p.07)

Por muito tempo, essa ligação entre diferentes formas de opressão foi negada por diversos intelectuais de esquerda que se dedicavam ao tema, a respeito dessa negação, Angela Davis disserta:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mutuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 2016, p.13)

Não poderemos nos aprofundar sobre a produção intelectual acerca da interseccionalidade, mas a partir dessas considerações, podemos discutir como as relações sociais baseadas em gênero estavam presentes dentro de um espaço negro militante, como o Teatro Experimental do Negro, e como essa presença de mulheres negras no grupo

¹⁹ RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*, p.27.



propõem novas discussões sobre qual espaço era dedicado a elas, e como se organizavam.

Os concursos de beleza

Tanto no Brasil quanto em outros países durante as décadas de 1940 e 1950, os concursos de beleza já eram populares em diversos grupos sociais. O início da realização de tais concursos não conta com uma informação precisa a respeito da data ou local exato de realização, porém encontramos dados que apontam que o primeiro concurso teria acontecido em 1865, de forma não oficial, sendo seguido por outro em 1900 que ganharia maior destaque e formalidade.

Com o passar do tempo teremos a ampliação dos concursos de beleza no Brasil, a oficialização do Miss Brasil, por exemplo, ocorrerá em 1922, durante as comemorações do Centenário da Independência. O ano de oficialização do concurso Miss Brasil quase coincide com o primeiro registro de 1923 da realização de um concurso de beleza voltado para as mulheres negras. A proximidade dos concursos e o papel da imprensa, não se restringiam aos concursos de beleza destinados às mulheres brancas, a imprensa negra, neste momento também começava a empreender na realização desses eventos.

Os concursos de beleza negra como já dito anteriormente, vieram através das vozes, que por muito tempo foram silenciadas pelo racismo, e agora podiam exaltar sua própria beleza como resposta ao racismo. Contudo, além uma preocupação estética, havia também a busca do afastamento de estereótipos racistas como a preguiça, deseducação, malandragem, lascividade e o alcoolismo²⁰. Esses anseios estavam atrelados a ideais positivos de moralidade seriam uma resposta contra imagem à visão estereotipada criada pelo racismo.

A imprensa negra paulista²¹ bem como as associações negras das primeiras décadas do século XX, contribuíram muito, não só para os primeiros concursos de beleza negra, como também, para divulgação de temas ligados ao mercado de trabalho, educação e política. Para além da reivindicações sociais, a imprensa negra também se dedicava a promover a vida social/cultural negra, a fim de demonstrar o prestígio de seus espaços de

²⁰BRAGA, Amanda. *História da beleza negra no Brasil: discursos, corpos e práticas*. 1. ed. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2015, p. 85.

²¹ No contexto do pós-abolição, a população negra organizou-se várias maneiras no combate à discriminação racial e em busca de melhores condições de vida. Nas primeiras décadas do século XX em São Paulo, intensificou-se a produção de jornais e revistas escritas por negros com esse objetivo, que no em seu conjunto ficaram conhecidos como a Imprensa Negra Paulista. Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/>. Acesso em 31 de maio de 2018.



sociabilidade, como clubes e bailes²².

Ao que se refere aos concursos de beleza negra, Amanda Braga (2015) cita alguns jornais da imprensa negra que realizavam as eleições, entre eles estavam *O Menelick*, *Getulino*, *Elite*, *O Patrocínio* e *Progresso*²³. Nessa linha, os concursos de beleza negra ganharam espaço dentro do Teatro Experimental do Negro (TEN), apesar da realização de concursos de beleza negra não serem uma novidade nesse momento, o TEN, enquanto uma instituição realizou dois concursos de beleza distintos entre si, o Rainha das Mulatas e o Boneca de Pixe.

Concurso Rainha das Mulatas

O primeiro concurso de beleza negra realizado pelo Teatro Experimental do Negro iniciou-se em 1947. Com o nome de Rainha das Mulatas, o concurso destinava-se a comunidade negra, tendo por objetivo exaltar a valorização da mulher negra, ou seja, distanciar-se de representações estereotipadas advindas do período escravocrata.

Poucas fontes historiográficas e trabalhos acadêmicos abordam a organização das edições do Rainha das Mulatas. Contudo, apesar da falta de informações a respeito de como eram realizados as eleições das vencedoras, algumas matérias jornalísticas nos indicam pistas sobre as características do concurso e o perfil das candidatas.

O Rainha das Mulatas teve seu início em 1947, foi a primeira tentativa do TEN em realizar um concurso de beleza negra. Acreditamos que a ideia foi inspirada em concursos já existentes entre as organizações negras neste momento, como vimos anteriormente, porém, assim, como em toda sua trajetória o grupo buscava realizar práticas, que interferissem efetivamente na vida das mulheres negras.

A empreitada realizada pelo TEN logo ganhou as páginas dos jornais do período, a escolha da Rainha das Mulatas foi vista de forma curiosa pela imprensa carioca. No jornal *Diário Carioca* de setembro de 1947, uma passagem do jornalista Maneco Muller²⁴ aponta alguns detalhes da primeira edição do concurso, na matéria intitulada “Teu cabelo não nega”, o autor descreve o convite recebido do Teatro Experimental do Negro:

Recebi um convite para o “Baile das Mulatas” ao qual irei sem falta. Vou explicar: o Teatro Experimental do Negro está organizando uma festa curiosa para comemorar a passagem do aniversário da Lei do Ventre-livre. Isto é uma coisa tipicamente brasileira. O hino oficial do concurso para a “rainha das mulatas” será o “teu cabelo não nega”, o que demonstra um bom senso de humor. Gente importante como o escultor Bruno Giorgi, caricaturista Mendes,

²² BRAGA, Amanda. *História da beleza negra no Brasil*, p. 88.

²³ BRAGA, Amanda. *História da beleza negra no Brasil*, p.94.

²⁴Maneco Muller adotava o pseudônimo Jacinto de Thormes quando publicava suas crônicas e reportagens.



pintores Santa Rosa, Eros Gonçalves, Aluísio Medeiros Najasowa, Quirino Campofiorito, Castelo Branco, Ibere Camargo e outros, estão patrocinando e organizando os números entre os quais consta uma autêntica (ou quase) macumba. Conheci uma das mulatinhas que participará do concurso. Razoável, senhores, bastante razoável²⁵.

Observamos que ao fim do texto, o autor discorre sobre ter conhecido uma das candidatas ao título. Sem citar seu nome, ou tecer qualquer referência da forma que se deu o encontro, Muller diz que conheceu “uma das mulatinhas”, e que em seu julgamento a candidata era “razoável, bastante razoável”. O trecho que em um primeiro momento pode ser lido como uma tentativa de “elogiar” a candidata, mostra o tom pejorativo, e o racismo cordial presente no texto, que acaba por depreciar a candidata.

Outro ponto a ser destacado é a escolha da data do concurso, o dia não é eleito de forma aleatória, mas pretendia referenciar a Lei do Ventre Livre, homologada em 28 de setembro de 1871, que promulgava que seriam livres todos os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir da data da lei.

Cabe ressaltar que mesmo que por muito tempo tal lei “tipicamente brasileira” foi interpretada por um viés abolicionista e benéfico para a população negra no período escravocrata, atualmente estudos discutem que apesar da Lei do Ventre Livre teoricamente promover liberdade para as crianças negras, e ser um dos primeiros passos dados no país para que acontecesse a abolição, a lei ao mesmo tempo promovia a separação das crianças de seus pais, desestruturando as famílias negras, pois, uma vez que tais crianças não eram escravizadas, os senhores não queriam arcar com quaisquer responsabilidades sobre elas, ou até mesmo, mantê-las em suas terras²⁶.

Outro trecho citado por Muller é a música oficial do concurso, a composição de Lamartine Babo chamada *O teu cabelo não nega*, traria para o evento de acordo com ele a presença do senso de humor. A letra da música de Lamartine Babo afirma:

O teu cabelo não nega mulata
Porque és mulata na cor
Mas como a cor não pega mulata
Mulata eu quero o teu amor
Tens um sabor bem do Brasil²⁷.

De acordo com Djamila Ribeiro²⁸ a letra por si só é autoexplicativa, onde a referência ao cabelo é feita de forma pejorativa, visto que por mais que a moça em questão tentasse

²⁵ MULLER, Maneco. *O teu cabelo não nega*. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 14 de set. de 1947, p.04.

²⁶ Disponível em: http://www.educafro.org.br/site/wp-content/uploads/2014/07/os_sete_atos.pdf. Acesso em 22 de outubro de 2019.

²⁷ BABO, Lamartine. *O teu cabelo não nega*. Rio de Janeiro: Gravadora Victor, 1929.

²⁸ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-teu-discurso-nao-nega-racista>. Acesso em 22 de outubro de 2019.



“esconder”, seu cabelo a denunciaria como uma mulata, ou seja, uma mulher negra. Além disso, no trecho “mas como a cor não pega mulata”, vale destacar que a condição para o envolvimento amoroso com a mulata, seria o fato da sua cor “não pegar” a partir do contato.

Também através dos jornais *Diário Carioca*, *A manhã*, *O Momento Feminino* encontramos alguns nomes, fotos e informações sobre algumas candidatas à Rainha das Mulatas de 1947. Entre elas estão Dulce Martins, Iolanda Couto, Marina Rodrigues, Laura de Souza, Maria Aparecida Marques e Mercedes Batista.

A primeira candidata de que tivemos notícia é Iolanda Couto, com poucas informações sabemos que Iolanda era solista, e já havia participado de um espetáculo que reunia poemas de Castro Alves, o evento arrecadaria fundos para a construção de um monumento em homenagem ao “poeta dos escravos”²⁹.

No mesmo ano, Iolanda inscreveu-se no concurso de beleza negra Rainha das Mulatas, na edição de setembro do jornal *A manhã*, sua foto aparece acompanhada da seguinte notícia:

Iolanda Couto, de Del Castilho, desafiará, como todas as demais candidatas ao título de “Rainha das Mulatas”, no grandioso Baile das Mulatas, a realizar-se no High-life como um dos números do concurso promovido pelo Teatro Experimental do Negro³⁰.

O periódico faz pouca menção sobre informações acerca de Iolanda, o único dado mais preciso sobre a candidata, é seu bairro de origem: Del Castilho. A respeito da foto, observamos que Iolanda posa vestida com o que nos parece ser um biquíni, com salto alto e mãos na cintura, a foto apresenta a candidata à Rainha das Mulatas de corpo inteiro, em um ângulo de baixo para cima, onde suas formas ficam evidenciadas.

Outras duas candidatas, que ganham as páginas dos jornais da cidade do Rio de Janeiro nesse período, são Marina Rodrigues e Laura de Souza. As duas candidatas aparecem juntas na edição de 25 de setembro de 1947 do jornal *Diário Carioca*, apontadas como fortes concorrentes ao título, novamente poucas informações sobre elas serão abordadas. Marina Rodrigues era candidata pelo Clube Flamengo, já Laura de Souza era proveniente do bairro do Catumbi.

Nas fotos publicadas no jornal, podemos perceber que tanto Laura, quanto Marina aparecem usando trajes parecidos com o utilizado por Iolanda Couto. Os biquínis, ou os chamados trajes de banho utilizados, faziam parte do vestuário que compõem os

²⁹O Centenário de Castro Alves. *A manhã*, Rio de Janeiro, 09 de fev. de 1947, p.09.

³⁰Noite da Mulata no High-Life. *A manhã*, Rio de Janeiro, 27 de set. de 1947, p.05.



processos seletivos dos concursos de beleza, contudo, também podemos considerar uma leitura das imagens que explora um lado mais sensual.

O texto que acompanha a foto de Marina e Laura exalta a realização do concurso como algo “sensacional”, e afirma que a escolha da vencedora se daria após um desfile das candidatas perante o júri. A festa que aconteceria no clube carnavalesco High –Life, localizado no bairro da Glória do Rio de Janeiro, contava com o show da artista Pérola Negra e do tenor Moacir Nascimento³¹.

A respeito de Dulce Martins, sua imagem é veiculada no jornal *A manhã*, na edição do dia 27 de setembro de 1947, anunciando a realização do concurso de beleza naquela noite. Sobre Dulce, o jornal, assim como os outros encontrados, não apresenta maiores informações sobre o perfil das candidatas, apenas informa que Dulce morava no bairro das Laranjeiras, e era uma forte candidata ao trono de rainha naquela noite³². A afirmação do jornal se mostra verdadeira, pois, Dulce Martins naquela noite galgou o segundo lugar do concurso, perdendo o título para Maria Aparecida Marques³³.

A respeito de Mercedes Batista, no ano de 1947, sua foto não foi veiculada nos jornais, porém Mercedes foi coroada com o título de “princesa” no concurso, pois, foi muito admirada e aplaudida pelo público, assim como Dulce³⁴.

Já a primeira Rainha das Mulatas coroada pelo TEN em 1947 foi Maria Aparecida Marques, conhecida também como Maria d’Aparecida. Nascida na cidade do Rio de Janeiro, Maria era do bairro da Tijuca e antes de ser coroada no concurso, trabalhava como professora primária. O concurso rendeu a Maria d’Aparecida o prêmio de 5.000 cruzeiros, e grande visibilidade na área artística, por possuir grande talento na área musical começou a desenvolver trabalhos como radialista e cantora.

A segunda edição do Rainha das Mulatas se realizou no ano seguinte, com os mesmos moldes da primeira premiação, o baile e o desfile das candidatas novamente foi realizado no Clube High-Life na noite do dia 06 de novembro de 1948. No entanto, uma das novidades da edição de 1948 foi o patrocínio da Rádio Guanabara, que além de fazer a cobertura jornalística do evento, contribuiu para as premiações dos primeiros lugares.

Esse interesse e a contribuição de novos patrocinadores demonstram que tanto o Teatro Experimental do Negro, quanto os próprios concursos de beleza negra ganhavam

³¹ Noite da Mulata. *O momento feminino*, Rio de Janeiro, 19 de set. de 1947.

³² Noite da Mulata no High-Life. *A manhã*, Rio de Janeiro, 27 de set. de 1947, p.05.

³³ Eleição Da "Glamour Negro Girl. *O momento feminino*, Rio de Janeiro, 03 de jan. de 1948.

³⁴ Eleição Da "Glamour Negro Girl. *O momento feminino*, Rio de Janeiro, 03 de jan. de 1948.



expressividade no cenário artístico/cultural da cidade do Rio de Janeiro. Outra prova desse prestígio foi a relação de convidados ilustres para a ocasião, entre eles estavam: deputado Hamilton Nogueira; Samuel Duarte, presidente da Câmara dos Deputados, Gilberto Freire, Café Filho, Benício Fontenelle, vereador Jorge de Lima, Titio Lívio, Osorio Borba, Frota Aguiar, Pais Leme, Gama Filho, Levy Neves, somente uma mulher estaria entre a lista de convidados, a escritora Raquel de Queiroz³⁵.

Para a 2º edição do Rainha das Mulatas as mais cotadas de acordo com a imprensa carioca eram Haidée, descrita como uma “explosiva mulata de Copacabana” e Helena indicada como “uma bomba atômica das Laranjeiras”, e Leda Maria, “que desde o concurso do ano passado vem revolucionando a Gávea”³⁶.

Esse favoritismo também aparece na realização de uma apuração dos votos um dia antes da noite do baile principal do concurso, demonstrando que a forma de julgamento das candidatas não estava mais restrita aos componentes do júri, mas sim, ao voto popular. Não encontramos dados que nos indiquem onde e como eram feitos os recolhimentos dos votos, todavia, em uma matéria do jornal *Diário Carioca* há a listagem dessa apuração.

Na matéria o jornal aponta que em primeiro lugar estaria a candidata Leda com 7.500 votos, seguida por Helena com 7.300 votos e por Loanda com 5.040 votos. Leda era candidata do bairro da Gávea, e contava com o apoio, ou nas palavras do próprio jornal, com o “cabo eleitoral” de Osvaldo Teixeira e Haroldo Lobo, já Helena era do bairro das Laranjeiras e tinha como “cabo eleitoral” o sr. Jamil³⁷. Esses dados apresentam que os homens não só organizam e realizam os concursos, mas também participavam para a legitimidade de suas candidatas.

Mercedes Batista que já havia participado do Rainha das Mulatas, como vimos, sua candidatura havia ganhado expressividade, lhe rendendo o título de princesa. Novamente em 1948, Mercedes voltou a se inscrever no concurso, e apesar da apuração do jornal *Diário Carioca* apontá-la como 5º lugar, naquele ano a bailarina foi coroada como a Rainha das Mulatas do Teatro Experimental do Negro.

Com a vitória de Mercedes Batista, a *Revista Carioca* elaborou uma grande reportagem sobre a rainha. Além das informações sobre de sua idade, seu gosto musical e o tamanho de seus sapatos, a matéria também contou com um grande número de fotos

³⁵ Grande expectativa em torno do Segundo Baile das mulatas. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 20 de out. de 1948, p. 12.

³⁶ Prosseguem os preparativos para a escolha da Rainha das Mulatas. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 17 de out. de 1948, p.12.

³⁷ Hoje a noite, o 2º baile das mulatas. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 06 de nov. de 1948, p. 12.



de Mercedes Batista, que buscavam evidenciar sua beleza e as características de sua personalidade “triste”³⁸.

As fotografias de Mercedes Batista veiculadas na matéria seguem um padrão já percebido em outras imagens das candidatas ao concurso de beleza. Um dos principais pontos da beleza de Mercedes Batista para a revista era sua “longa e espessa cabelereira negra”, onde os cabelos lisos (certamente alisados) de Mercedes Batista são usados esconder seus seios.

Apesar de haver certo apelo sexual nas poses das fotos, a revista insere como legenda da imagem a afirmação de que “Mercedes é bailarina, mas apesar de seus sucessos, é triste, pensativa e nostálgica”. A tristeza apontada pela revista estaria nos olhos e no sorriso da Rainha das Mulatas, refletindo a “tristeza da raça”, a matéria não segue discutindo o assunto, porém, percebe-se que há uma associação entre a tristeza de Mercedes aliada ao seu pertencimento a “raça” negra.

Nossas fotografias mostram a beleza plástica da Rainha e mostra também sua linda cabelereira. **Mas Mercedes é triste. Seu olhar reflete bem a tristeza raça e seu sorriso melancólico.** Parece que ela sente uma estranha e indefinível nostalgia de um mundo estranho³⁹.

Dentre as diversas matérias jornalísticas analisadas, um fator que nos chamou atenção foram as variadas categorias utilizadas para se referir a cor de pele das candidatas ao concurso. A partir da pluralidade dos termos que fazem referência ao tom de pele das participantes, percebe-se aqui que o concurso Rainha das Mulatas esteve direcionado a um público específico de mulheres negras, ou seja, a definição do que seria uma mulata aqui, perpassará a presença de tom de pele claro, marcado pelo processo de mestiçagem brasileiro.

Entre os termos encontrados referentes ao tom de pele, podemos citar alguns exemplos, como: “sereias cor de jambo”, “sereia mestiça”, “sereias bronzeadas”, “flor da mistura de raças”, “garotas bonitas cor de canela”, entre outros⁴⁰. Apesar de não haver referências diretas de que mulheres negras de pele mais retinta não pudessem concorrer ao Rainha das Mulatas, a partir dos múltiplos termos que exaltam a pele mais clara das candidatas, podemos compreender um direcionamento específico proposto pelo concurso.

Compreendemos aqui que mesmo que a intenção do Teatro Experimental do Negro fosse valorizar as mulheres negras e sua beleza, a categoria mulata utilizada no concurso

³⁸ Mercedes, a Rainha Mulata. Carioca, n°687, dez. de 1948, p. 34.

³⁹ Mercedes, a Rainha Mulata. Carioca, p. 34.

⁴⁰Os termos são encontrados tanto nos jornais da “grande imprensa”, quanto do próprio jornal *Quilombo*.



ainda reafirmava estereótipos racistas, como também confirmava a representação da mulata como um patrimônio brasileiro, um fenômeno digno de orgulho nacional⁴¹. Esse ideal é confirmado pelas palavras do jornal *Diário Carioca*, ao afirmar que o concurso Rainha das Mulatas era um evento que confraternizava “pessoas de todas as raças, cores e nacionalidades, em torno da mulata, símbolo de harmonia e compreensão étnica”⁴².

A mulata, portanto, além de se tornar um símbolo do fator positivo da mestiçagem, também mantinha estereótipos relacionados à sua sensualidade e sexualidade exacerbada. Como vimos mais de uma vez, os “elogios” feitos as candidatas destacaram sua beleza utilizando-se de metáfora ou adjetivos sobre seus corpos, como: “explosiva mulata”, “mulata bomba atômica”, “beleza alucinante”, “mulata gostosa”, entre outros.

Assim como o Rainha das Mulatas esteve direcionado para um público específico de mulheres negras, que tinha como características principal sua pele parda, não é a toa que perceberemos que o mesmo processo se passa com o concurso Boneca de Pixe realizado pelo TEN. Apesar do concurso de beleza conter os mesmos moldes de julgamentos, apresentação e organização, o Boneca de Pixe será destinado a mulheres negras de pele retinta.

Concurso Boneca de Pixe

Iniciado em 1948, o concurso de beleza negra Boneca de Pixe seguia os mesmos moldes da realização do Rainha das Mulatas, contudo, o concurso se destinava especificamente a mulheres negras com o tom de pele mais retinto. Novamente aqui, a cor será um fator preponderante para a realização do concurso, e suas características de avaliação.

A prática seguia com o objetivo central de valorizar a beleza da mulher negra, porém contava com influências vindas de eventos realizados em outros países, essa presença na realização do Boneca de Pixe, levou o concurso ser chamado também de “Glamour Negro Girl”. Tal influência não era tão clara no Rainha das Mulatas, talvez tal fato pode ser devido ao entendimento de que a “mulata é um patrimônio brasileiro”, típico de nossa experiência histórica.

O Teatro Experimental do negro, dentro de poucos dias, lançará um novo

⁴¹ Vale ressaltar aqui as compreensões do conceito de democracia racial defendidos pelo TEN nesse período. Ver: OLIVEIRA, Maybel. *O Teatro Experimental do Negro em meio a militância e a intelectualidade: eventos programáticos realizados entre 1945 e 1950*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018,

⁴²Encerrar-se-á, Sábado, no High – Life o 2º Concurso das Mulatas, de 1948. *Diário Carioca*, 31 de out. de 1948, p.11.



concurso, este agora para eleger a mulher negra mais bela, mais simpática, mais “glamorosa”, enfim eleger a preta mais representativa da raça, como tipo físico e como personalidade. No dia 17 deste mês, nos salões da Casa do Estudante do Brasil, terá o lugar o grandioso 1º Baile da Boneca de Pixe, durante o qual serão apresentadas as primeiras concorrentes ao título de Glamour Negro Girl de 1948⁴³.

Para eleição da Boneca de Pixe, novamente a intenção se orientará para valorização da mulher negra, e sua importância para sociedade brasileira.

O concurso Boneca de Pixe objetiva proporcionar as mulheres negras uma oportunidade de se projetarem socialmente, de se valorizarem através dessa demonstração pública, em grande estilo dos seus predicados, de suas virtudes, da sua vivacidade mental, graça, elegância, e, sobretudo, de sua integração no que há de mais categorizado em matéria social⁴⁴.

Nesse momento, perceberemos que a figura da “mãe-preta” começará a aparecer com frequência nas referências ao concurso Boneca de Pixe, fato que não se deu com o Rainha das Mulatas. A figura da mãe-preta representará a mulher negra como um pilar da família brasileira e seu desenvolvimento, essa imagem viria do período escravocrata, onde mulheres negras foram responsáveis pela amamentação e criação da maioria das crianças.

A exaltação da figura da mãe- preta, portanto, evocaria uma dívida de gratidão para com essas mulheres, destacando sua abdição, esforço e bondade nas casas da quais foram escravizadas e posteriormente domésticas.

O certame, como o outro anterior das mulatas, visa o sadio e humano propósito de dar uma “chance” as nossas humildes e esquecidas jovens de cor, as quais desde hoje vão figurar nas páginas da nossa imprensa, com o destaque que elas merecem. A mulher negra foi quem mais sofreu e trabalhou pelo Brasil; humildemente, silenciosamente, a “Mãe Preta” amamentou e embalou nos braços o homem que desbravou os sertões⁴⁵.

Segundo Paulina Alberto (2014), o retorno da figura da mãe-preta ocorre justamente entre 1945 e 1955, quando a democracia e a democracia racial se tornaram parte importante do discurso político brasileiro. Para a autora “revelar os significados diversos da mãe – preta pode nos ajudar a entender melhor as diferentes circunstâncias e estratégias políticas dos pensadores negros” desse período⁴⁶.

O trecho do jornal também dá indícios da condição da mulher negra, de pele retinta, além de “esquecida”, ela também é descrita como “humilde”, referência que pode apontar

⁴³ A negra também sabe ser bonita. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 04 de jan. de 1948, p.02.

⁴⁴ Vinte mil cruzeiros para a negra mais bonita do Rio. *Quilombo*, Rio de Janeiro, 05 de jan. de 1950, p.12.

⁴⁵ A negra também sabe ser bonita. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 04 de jan. de 1948, p.02.

⁴⁶ ALBERTO, Paulina. A Mãe Preta entre sentimento, ciência, e mito: Os intelectuais negros e as metáforas variáveis da inclusão racial no Brasil, 1920-1980. In *Políticas da raça entre experiências e legados da Abolição e da pós-emancipação no Brasil*, ed. Flávio dos Santos Gomes and Petrônio J. Domingues São Paulo: Editora Selo Negro, 2014, p. 377-401.



a classe social dessas mulheres, ou também designar uma característica de submissão, reforçando um estereótipo negativo da mulher preta no Brasil.

Outra referência importante para o entendimento dessa relação é o anúncio do jornal *Quilombo* publicado em 1949 a respeito do concurso, e a data de sua realização, o periódico afirma: “o concurso terminará em setembro, em homenagem ao “Dia da mãe-preta” – numa noite divertida e elegante de marcar a época”⁴⁷.

Creemos que a relação entre o concurso Boneca de Pixe e a figura da mãe-preta não são meras coincidências de discursos do período, muito pelo contrário, tal relação se pauta pelo objetivo de se afastar cada vez mais de um ideal de mulher negra marcado pelo excesso de sexualidade, aproximando-se de outro polo, marcado por valores morais positivos e respeitosos.

Observamos aqui que entre as mulheres negras no Brasil, existem as mulheres de pele preta e as de pele parda, e suas experiências são atravessadas por estereótipos, que coexistem em uma sociedade racista como a brasileira, e ambos são insuficientes para discutir a complexidade da mulher negra do Brasil.

Assim, como já havia acontecido na segunda edição do concurso Rainha das Mulatas, realizaram-se apurações que antecederam a coroação da vencedora da edição do Boneca de Pixe de 1948. De acordo com o jornal *Diário Carioca*, a primeira apuração se realizou na Casa do Estudante, o primeiro lugar era ocupado pela candidata Antonieta da Silva, que contava com um total de 1.908 votos, seguida por Maria Teresa com 773 votos e Noêmia Santos com 69 votos recolhidos até aquele momento⁴⁸.

Sobre as mulheres que se interessava pelo concurso Boneca de Pixe, e o perfil das inscritas, a revista *O Cruzeiro* nos fornece algumas pistas sobre o tema, principalmente a respeito de suas ocupações.

Quase trinta garotas puseram os seus nomes na lista de inscrições, e a porfia foi renhida como renhida são todos os concursos de beleza. Algumas eram costureiras, outras eram modelos da Escola de Belas Artes e de artistas plásticos profissionais. Havia Dina, alta, simpática, pouco bonita, moça bem relacionada nos meios diplomáticos, graças ao encanto de suas palestras. Lembro-me da comerciária Noêmia, parecida com aquela Hazel Scott da “Rapsódia Azul”, candidata que obteve o 3º lugar⁴⁹.

A primeira vencedora do concurso Boneca de Pixe de 1948 foi Maria Teresa, apesar de a candidata ter aparecido nas primeiras apurações em segundo lugar, acabou por

⁴⁷ Concursos Rainha das Mulatas e Boneca de Pixe. *Quilombo*, Rio de Janeiro, 03 de jun. de 1949, p.01.

⁴⁸ Quem sera a boneca de pixe de 1948?. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 03 de mar. de 1948, p. 09.

⁴⁹ Boneca de Pixe. *O Cruzeiro*, 05 de jun. de 1948, p.32.



conseguir o primeiro lugar da premiação. Maria Teresa foi uma das ganhadoras mais jovens na história do concurso, assumiu a coroa aos seus 17 anos, apesar da pouca idade, a rainha nesse período já trabalhava, enquanto estudava, e também estava noiva de um rapaz.

A idade das candidatas é um dado relevante para pensar os aspectos do belo, uma vez, que não raramente a beleza está associada à juventude. Para socióloga Cristina Figueiredo Santos, a juventude compõe uma das características principais do corpo feminino ideal, acompanha da magreza e beleza, para a autora “a corporeidade perfeita assenta-se numa trilogia, que reflete os ideais de beleza ocidentais e contemporâneos, os quais são encarados como ‘um capital’ pessoal a ser conquistado e a mantido”⁵⁰.

Outro dado relevante é a indicação de que a candidata trabalhava, pois, nesse período, já era comum que mulheres negras jovens necessitassem trabalhar para manterem seu sustento, sua educação ou chefiar suas famílias.

Diferentemente de como descreveram Mercedes Batista, a escolha de Maria Teresa como ganhadora foi apontada pela revista *O Cruzeiro* como uma decisão “mais que justa”, pois a vitoriosa tinha “graça, personalidade, educação, valor moral e beleza”, além de ter o “charme de Paris e o “glamour” de Hollywood”⁵¹.

Notamos aqui, portanto, que a beleza física de Maria Teresa, será destacada ao mesmo tempo em que suas qualidades morais são afirmadas pelo concurso, dessa forma, podemos compreender que não só a beleza estaria sendo posta em julgamento, era necessário também possuir qualidades morais de comportamento.

A democracia racial apesar da ausência da exaltação da mulata, não deixou de ser exaltada pelas páginas da imprensa naquele período. Na matéria da revista *O Cruzeiro*, dedicada ao concurso, o baile para a coroação da candidata seria um local da prova da democracia racial no Brasil, que colocava lado a lado distintas classes sociais e “raças”.

Aristocraticamente vestidas em “toilletes”, do mais moderno figurino, e depois delas foram chegando às famílias brancas e pretas do Rio de Janeiro, que logo mais estariam dançando numa esplêndida prova de democracia. Embaixatrizes ao lado de cozinheiras; trabalhadores confundidos com os milionários e representantes diplomáticos⁵².

A repetição em destacar a presença de “representantes diplomáticos” e “embaixatrizes”, se devia a presença do embaixador Garcia Viñola da Embaixada da

⁵⁰SANTOS, Cristina. A corporeidade feminina na publicidade: algumas reflexões sobre representações normativas. *Revista Estudos em Comunicação*, Covilhã, v. 23, n. 2, dez. 2016, p. 18.

⁵¹ Boneca de Pixe. *O Cruzeiro*, 05 de jun. de 1948, p.32.

⁵² Boneca de Pixe. *O Cruzeiro*, 05 de jun. de 1948, p.32.



Espanha no Brasil.

No concurso Boneca de Pixe, também temos acesso a maiores informações sobre os trajes utilizados pelas candidatas na noite de premiação. De acordo com a revista *O Cruzeiro*, as candidatas estariam vestidas em “toilettes do mais moderno figurino”, a matéria aponta que o vestido escolhido por Maria Tereza era “suntuoso”, e contava com ajustes até o último momento para não haver quaisquer erros.

Além da escolha perfeita do vestido, era necessária uma preocupação com o penteado usado nos cabelos, à maquiagem, o desenho das sobrancelhas, esses exemplos são destacados por fotos na matéria da revista. Infelizmente não há pistas acerca de quem arcava com essas despesas, porém, é possível que nem todas as candidatas tivessem condições financeiras de arcar com os gastos do concurso, já que muitas eram jovens trabalhadoras e estudantes.

A segunda edição do concurso realizou-se apenas em 1950, como já tratamos anteriormente, o Boneca de Pixe, assim como o Rainha das Mulatas chegou a ser anunciado em 1949, mas acabou por não se realizar⁵³.

A realização do Boneca de Pixe em 1950 contou a grande cobertura feita pelo jornal Quilombo, nele encontraremos diversos detalhes que cercaram a eleição da Boneca de Pixe de 1950. A matéria dedicada ao evento conta um texto de J. Barbosa a respeito da importância do concurso e sua verdadeira intenção com o certame, para Barbosa a intenção do concurso não era procurar um indivíduo de beleza física apenas, mas sim romper um ideal de beleza apenas restrito aos brancos.

Observemos que não se trata de por em evidencia da beleza física de um ser humano, pelo simples fato de ter tido a felicidade de ver concentrado na sua estampa, uns tantos ou quantos atributos capazes de atrair a atenção de alguém, pela sua boa aparência. Não é desse indivíduo que eu falo. Refiro-me aquele que, não tendo nascido de pais brancos, justifica a simpatia exclamação por apresentar na soma geral dos caracteres étnicos elementos seus. Tão seus como da própria raça a que pertence à negra⁵⁴.

As candidatas favoritas ao título de 1950 eram identificadas por seus nomes e seus bairros de origem, entre elas estavam: Nina Barros do bairro da Glória, Catty Silva do Maracanã, Nely Santos de Santa Teresa, Iracilda Moraes da Abolição, Elohá de Copacabana, Eunica do Irajá, Maria Joaquina da Gávea, Floricéia do Catete, Geralda Galeno de Botafogo, Maria Assunção de Vicente de Carvalho, Matilde de Niterói e

⁵³ Vinte mil cruzeiros para a negra mais bonita do Rio. *Quilombo*, Rio de Janeiro, 05 de jan. de 1950, p.12.

⁵⁴ Vinte mil cruzeiros para a negra mais bonita do Rio. *Quilombo*, p.12.



Terezinha Nascimento do Leblon⁵⁵. Percebemos que entre as concorrentes, apenas duas eram do subúrbio carioca, Iracilda da Abolição e Eunice de Irajá.

Entre as candidatas, a vencedora de 1950 foi a candidata Catty Silva, o segundo lugar foi de Nina Barros, e o terceiro de Nely Santos. Além da coroa de Boneca de Pixe, Catty recebeu do engenheiro industrial Jael Oliveira um cheque no valor de 10.000 cruzeiros, como prêmio.

Encontramos poucas informações sobre a vida de Catty, na matéria do jornal *Quilombo* não há uma entrevista com a candidata. O único detalhe acerca de Catty foi a respeito do traje utilizado na premiação, o jornal afirma que Catty “vestia um modelo simples, mas de grande beleza exclusivo da modista renomada Lucila”⁵⁶. É importante também destacar que muitas das costureiras eram modelistas, e através dos concursos poderiam ganhar visibilidade para venda de seu trabalho.

A presença de um embaixador também ocorreu nesta edição, o convite para participar foi aceito pelo Embaixador do Haiti Pierre Rigaud e sua esposa⁵⁷. Rigaud fez um breve discurso durante o evento, ressaltando a importância do Teatro Experimental na luta para melhores condições para os negros no Brasil⁵⁸.

Novamente não podemos deixar de abordar a questão das categorias utilizadas para se referir a cor de pele das candidatas ao concurso do Boneca de Pixe. O primeiro ponto que gostaríamos de discutir seria o próprio nome do concurso “Boneca de Pixe” e suas interpretações.

O nome do concurso pode ser interpretado primeiramente como uma forma de reforçar estereótipos racistas e de gradação a partir de fenótipos. É importante destacar que nesse período o termo era amplamente conhecido, tanto pela fábula do folclore brasileiro, onde a boneca de piche seria uma espécie de armadilha, ou também através da canção escrita por Ary Barroso em 1939 também intitulada boneca de piche.

Porém para o TEN, organizador do concurso, através do nome do concurso, o termo pejorativo “boneca de piche”, poderia ser resignificado a partir de um aspecto positivo. Posteriormente, Abdias Nascimento também alegou que a polêmica envolvendo o nome do concurso foi gerada por pessoas que não entendiam e que não queriam compreender o

⁵⁵ Catty, a boneca de pixe de 1950. *Quilombo*, Rio de Janeiro, 09 de mai. de 1950, p. 6-7.

⁵⁶ Catty, a boneca de pixe de 1950. *Quilombo*, p. 6-7.

⁵⁷ Não há referência ao nome da embaixatriz nas fontes pesquisadas.

⁵⁸ Catty, a boneca de pixe de 1950. *Quilombo*, p. 6-7.



concurso e a intenção de valorizar a mulher negra⁵⁹.

Chamadas de “sereias negras e retintas”, “garotas bonitas cor de jabuticaba madura”, e “sereias de azeviche”, as expressões confirmaram a pele mais retinta como um elemento da coroação. Na edição de 1948, por exemplo, a candidata Haide, descrita como uma “mulata de formas eletrizantes” foi desclassificada do concurso de Boneca de Pixe, a matéria da revista *O Cruzeiro* informa que a desclassificação ocorreu pelo próprio público, em virtude da candidata ser mulata, a decisão vinda do público, agradou também as outras candidatas participantes.

Haide, mulata de formas eletrizantes, foi totalmente desclassificada pelo público em virtude de ser mulata. Eliminada sumariamente, sua saída muito regozijou outras candidatas, e Haide uma estátua de carne e osso, declarou que é a candidata número 1, no próximo Concurso das Mulatas, a ser feito no fim do ano⁶⁰.

No trecho acima, a divisão entre as “mulatas e as bonecas de pixe” nos concursos de beleza fica mais exposta, nesse sentido o requisito principal para diferenciação, seria o tom de pele das candidatas. Porém, é inegável que os dois concursos de maneira ampla se destinavam a mulheres da comunidade negra, mesmo que as mulatas tivessem sua pele mais clara, elas não deixavam de ser entendidas enquanto negras, não à toa a música tema dos concursos chegou a ser a composição de Lamartine Babo que afirmava “o teu cabelo não nega mulata”, ou seja, por mais que tivessem a pele clara, não poderiam esconder sua origem étnico-racial.

Tal fenômeno traz à tona as diversas análises que se propõem a discutir o efeito do colorismo no Brasil, e sua formação histórica. O termo em voga articula como a discriminação racial no Brasil orienta-se pela tonalidade de pele de pessoas negras, reforçando a relação com o processo de mestiçagem do Brasil.

O colorismo, assim, surge como um tipo de discriminação baseado na cor da pele onde, quanto mais escura a tonalidade da pele de uma pessoa, maior as suas chances de sofrer exclusão em sociedade. Também denominado de pigmentocracia, o colorismo tende a elaborar e definir alguém pela própria cor da pele é dizer, a tonalidade da cor da pele será fundamental para o tratamento que receberá pela sociedade, independentemente da sua origem racial⁶¹.

Assim como a representação da “mulata” aprisiona a mulher negra de pele mais clara ao status de promiscuidade, onde sua sexualidade e sensualidade serão exacerbadas, a

⁵⁹ NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O Sortilégio da Cor. Identidade, raça e gênero no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Summus/ Selo Negro, 2003. v. 1, p. 299.

⁶⁰ Boneca de Pixe. *O Cruzeiro*, 05 de jun. de 1948, p.32.

⁶¹ SILVA, Joyce Gonçalves. “*Nós também somos belas*”: a construção social do corpo e da beleza em mulheres negras. Dissertação de Mestrado - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2015, p.03.



pele mais retinta eleva a opressão para outro patamar, onde além dos fatores ligados a promiscuidade, sua presença na sociedade será sempre negada.

Acerca dessas “diferenciações de tonalidade”, e status social, a socióloga Claudete A. S. Souza nos ajuda a compreender com um antigo aforismo do século XIX, que dizia: “as mulheres brancas são para o casamento, as mulheres mulatas são para a fornicção e as mulheres pretas são para o trabalho”⁶².

A segunda edição do Boneca de Pixe em 1950 encerrou as atividades dos dois concursos de beleza negra no Teatro Experimental. O motivo do fim dos concursos, de acordo com Abdias Nascimento foram as diversas “críticas esquerdistas” e a insistência da imprensa em “distorcer a iniciativa”⁶³.

Considerações finais

Quem nunca ouviu o velho ditado popular “a beleza está nos olhos de quem a vê”?⁶⁴ A frase “romântica”, conhecida por nós, e por nós muitas vezes até por repetida, pode não representar a realidade. Pois, é preciso considerar que a beleza, é uma realidade construída pela sociedade em determinado período histórico, ou seja, nosso entendimento do que é “belo”, está diretamente veiculado ao nosso lugar de origem, ao período em que vivemos, e principalmente a nossa herança cultural.

A autora americana Yaba Blay define com precisão essa relação, ao afirmar que “no contexto da supremacia branca, vemos que o poder funciona como hierarquia, onde o branco está no topo, associado ao belo, e a negritude, na base, associada ao que é bárbaro, negativo e feio”⁶⁵. Esse ponto é fundamental para pensar o presente artigo, pois, nos concursos de beleza, vemos a construção de binômios que dialogam diretamente com essa concepção. Assim temos a beleza associada à ideia de progresso e a feiura dialogando com o "atraso" civilizatório.

Inseridas nessas relações hierarquizadas, baseadas nas opressões raça, classe e de

⁶²SOUZA, Claudete Alves da Silva. *A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo*. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008, p.58.

⁶³ NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Abdias Nascimento (Grandes vultos que honraram o Senado)*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014, p. 162

⁶⁴A ideia de citação do ditado foi inspirada na reportagem de Mariana Tokarnia sobre a participação de Yaba Blay no Festival Mulher da Mulher Afro-Latino- Americana e Caribenha de 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2015-07/beleza-negra-e-uma-questao-politica-para-professora-yaba-blay>. Acesso em 20 de outubro de 2019.

⁶⁵BLAY, Yaba. *Latinidades: padrão de beleza é predominantemente branco, diz professora dos EUA*. In. <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2015-07/beleza-negra-e-uma-questao-politica-para-professora-yaba-blay>. 2018.



gênero, encontram-se as mulheres negras. Afinal, a mulher negra convive com a opressão do racismo e suas mazelas sociais, assim como também enfrenta uma sociedade patriarcal, que considera mulheres como “seres inferiores”.

É dentro dessas relações que também estavam nossas candidatas ao Rainha das Mulatas e ao Boneca de Pixe. Mulheres negras que não aparentavam integrar a “alta sociedade”, por isso poderiam enxergar nos concursos de beleza negra uma valorização de sua beleza, assim como também, a obtenção de destaque social.

Tendo em vista esse processo de desumanização e escravização dos corpos negros, destacamos a relevância e o caráter pedagógico dos concursos de beleza negra realizados pelo TEN e demais associações no processo de valorização da mulher negra. As relações raciais brasileiras desse período envolviam diversas complexidades em suas ações, portanto, os objetivos do TEN a respeito da integração e o aumento de oportunidade para negros e negras, podem em certa medida ser estratégias que possibilitavam a visibilidade do grupo, e de uma visão positividade das mulheres negras.

Entretanto, apesar dos objetivos reafirmarem o compromisso com essa valorização, a realização de concursos de beleza, por si só, já traz consigo diversas complexidades. Pois, uma vez que haverá um “julgamento da mais bela”, há que se considerar que há critérios para tal escolha, logo, quais seriam os critérios utilizados para avaliar essas mulheres negras?

A realização de dois concursos distintos foi a primeira pista que encontramos para responder algumas questões deste texto. Nesse sentido, observamos que uma das diferenças entre os dois, se dava pela tonalidade de pele das candidatas, ou seja, as de pele negra mais clara deveriam se inscrever no Rainha das Mulatas, e as de pele mais retinta concorrerem ao Boneca de Pixe. Porém, também é importante destacar, que a partir das fontes encontradas, notamos que mesmo que houvesse distinções entre os dois grupos de mulheres negras nos concursos, ambas, eram consideradas pelo Teatro Experimental do Negro como mulheres negras.

Contudo, “rainhas” e “bonecas” contavam com maiores diferenças, para além do tom de pele. Inevitavelmente o Rainha das Mulatas, além de ser destinado às mulheres negras de pele mais clara, também se apoiava na valorização dos atributos físicos das candidatas, destacando seu corpo e sensualidade. Logo, as “garotas cor de canela” não raramente serão descritas na imprensa de maneira estereotipada, como “explosiva mulata”, “mulata bomba atômica”, “mulata com beleza alucinante”, “mulata gostosa”, como vimos anteriormente.



Essa prática para com as “mulatas” fica mais explícita com a utilização de alusões a elementos comparativos, ou com aspectos mais “cômicos”. Um exemplo dessa prática é observado a partir do trecho de diálogo entre dois homens, publicado em 1950, no jornal *Quilombo*:

Bastante razão tinha um amigo meu quando, ao aproximar-se de um outro, louvando a beleza da nossa raça, trazia em uma das mãos o número 5, de janeiro deste ano, de QUILOMBO, cuja capa ostentava a fotografia de uma bela e graciosa jovem americana cujo sorriso irradiava a meiguice característica das mulatas.

- Que coisinha ein! Exclamou mostrando o jornal.

- Que coisinha nada meu amigo. Eu diria melhor, e com mais propriedade, se me permite, qui...lombinho⁶⁶!

Características sobre o perfil e a personalidade das candidatas ao Rainha das Mulatas, não ganharão grande destaque na imprensa, já o contrário, acontecerá com realização do concurso Boneca de Pixe. A respeito das “bonecas”, teremos maiores informações sobre suas atividades e perfil, informações essas, que serão usadas para afirmar seu “caráter” e sua “dignidade”. Ao contrário das fotografias em trajes de banho das mulatas, detalhes acerca da maquiagem, joias, cabelos, serão destaque nas notícias vinculadas sobre as bonecas de pixe.

Nesse sentido, podemos pensar que através do concurso Boneca de Pixe haveria uma maior preocupação em se desvincular dos “velhos estereótipos”, construindo um “novo padrão da mulher negra”, padrão esse marcado por sua conduta moral impecável, sua dedicação ao trabalho, e à causa negra. O ideal de uma mulher negra “cor de jabuticaba madura”, portanto, no concurso Boneca de Pixe, era de uma mulher bela, trabalhadora, estudante e comprometida, como era o caso de Maria Teresa, ganhadora do Boneca de Pixe de 1948.

Procuramos ao longo de toda pesquisa, demonstrar como os concursos foram idealizados e organizados por um grupo de intensa atividade artística, e militante na luta antirracista do período. Dessa forma, à luz da bibliografia utilizada, procuramos dialogar a respeito das construções sociais dos padrões de beleza, e sua relação direta com o racismo no Brasil, construindo um diálogo a partir de um olhar crítico acerca das fontes utilizadas, porém, entendendo-as em seus contextos.

Sendo assim, ao discutir os concursos de beleza do Teatro Experimental do Negro, podemos nos aproximar e conhecer diversas experiências históricas, que por muito tempo foram silenciadas e deixadas à margem da sociedade. Dessa forma, esperamos que mesmo

⁶⁶ Catty, a boneca de pixe de 1950. *Quilombo*, Rio de Janeiro, 09 de mai. de 1950, p. 6-7.



de forma inicial, o presente artigo contribua para o preenchimento de lacunas históricas no período do pós-abolição acerca das mulheres negras dentro do movimento negro, trazendo a tona questões que discutam a naturalização da beleza a partir do padrão eurocêntrico e as relações raciais brasileiras.

Data de submissão: 01/11/2019

Data de aceite: 18/07/2020



Referências Bibliográficas

ALBERTO, Paulina. A Mãe Preta entre sentimento, ciência, e mito: Os intelectuais negros e as metáforas variáveis da inclusão racial no Brasil, 1920-1980. In: **Políticas da raça entre experiências e legados da Abolição e da pós-emancipação no Brasil**, ed. Flávio dos Santos Gomes and Petrônio J. Domingues São Paulo: Editora Selo Negro, 2014.

BABO, Lamartine. **O teu cabelo não nega**. Rio de Janeiro: Gravadora Victor, 1929.

BLAY, Yaba. **Latinidades**: padrão de beleza é predominantemente branco, diz professora dos EUA. In. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-07/beleza-negra-e-uma-questao-politica-para-professora-yaba-blav>. 2018.

BRAGA, Amanda. **História da beleza negra no Brasil: discursos, corpos e práticas**. 1. ed. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2015.

FIGUEIREDO, Ângela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. **Periódicus**, Salvador, n. 3, v. 1, mai.-out. 2015.

FLOR, Gisele. Corpo, mídia e status social: reflexões sobre os padrões de beleza. **Revista de Estudos da Comunicação**, Paraná, 2009.

JEFFREYS, Sheila. **Beauty and misogyny**: harmful cultural practices in the West. London: Routledge, 2005.

MULLER, Maneco. O teu cabelo não nega. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 de set. de 1947.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Abdias Nascimento (Grandes vultos que honraram o Senado)**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da Cor**. Identidade, raça e gênero no Brasil. 1. ed. São Paulo: Summus/ Selo Negro, 2003.

OLIVEIRA, Maybel. **O Teatro Experimental do Negro em meio a militância e a intelectualidade**: eventos programáticos realizados entre 1945 e 1950. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Cristina. A corporeidade feminina na publicidade: algumas reflexões sobre representações normativas. **Revista Estudos em Comunicação**, Covilhã, v. 23, n. 2, dez. 2016.

SILVA, J. & BERNADINO, M. A democracia racial em desfile: concursos de beleza na década de sessenta. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/As Negros/As (ABPN)**, 6 (12), 2014.



SILVA, Joyce Gonçalves. **“Nós também somos belas”**: a construção social do corpo e da beleza em mulheres negras. Dissertação de Mestrado - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2015.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra**: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

XAVIER, Giovana. Entre personagens, tipologias e rótulos da diferença: a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro no século XIX. In: **História das mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas/Selo Negro, 2012.



O TEMPO, O TRABALHO E O DIVERTIMENTO: ENTRE A CONVIVÊNCIA E AS PROIBIÇÕES NA SEGUNDA FREGUESIA DE PEDRO II NA CUIABÁ DO SÉCULO XIX



Jhucyrllene Campos dos Santos Rodrigues¹

Resumo

O presente tema exposto compõe a dissertação de mestrado defendida no ano de 2020/1 na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT sob as diretrizes do departamento de Pós-Graduação em História - PPGHIS, intitulada “História de mulheres boêmicas e turbulentas nas casas de brinquedos do bairro do porto em Cuiabá 1860 - 1888”, ou seja, este trabalho aborda uma análise historiográfica social a partir das leituras feitas de documentos oficiais do final do século XIX, encontrados no Arquivo Público nas séries penais do Cartório do 6º Ofício do Tribunal das Relações e Registros Policiais, registrados como lesões corporais leves/pesadas, turbulência à ordem pública, embriaguez, homicídios e tentativa de homicídio, que compunha um enredo social de dramas e conflitos amorosos e financeiros na região portuária dessa cidade, que era conhecida como Freguesia de Pedro II. Essa região, por ser uma área bastante movimentada pelos comércios, abrigava também vários tipos de residências familiares de níveis sociais diversificados e, nesse período histórico estudado, ficou conhecida como turbulenta e perigosa pela grande quantidade de tavernas, bares, hotéis e casas de livre acesso onde se praticavam as festas conhecidas como batuques do cururu e do siriri, em que muitos homens e mulheres brancas, pobres e livres se misturavam com os negros escravizados que, quando possuíam suas cartas de autorização dando-lhes a “liberdade de poder festejar”, estavam em conjunto de outros negros forros, libertos e mestiços, praticando a sua liberdade de divertimento pelo ato de brincar, se divertir tanto na forma familiar, como na de amizade, de namoros e de romances proibidos.

Palavras-chave: Trabalho; Divertimento; convivência; proibições.

Abstract

The present theme is part of the master's dissertation defended in the year 2020/1 at the Federal University of Mato Grosso - UFMT under the guidelines of the Department of Graduate Studies in History - PPGHIS, entitled “History of bohemian and turbulent women in toy houses of the Porto neighborhood in Cuiabá 1860 - 1888”, that is, this work addresses a social historiographical analysis based on readings made from official documents from the end of the 19th century, found in the Public Archives in the penal series of the Registry of the 6th Office of the Court of Police Relations and Records, registered as light / heavy bodily injuries, turbulence to public order, drunkenness, homicides and attempted homicide, which comprised a social plot of dramas and amorous and financial conflicts in the port region of this city, which was known as customer of Pedro II. This region, being a busy area for businesses, also housed several types of family residences of diverse social levels and, in this historical period studied, became known as turbulent and dangerous due to the large number of taverns, bars, hotels and houses of free access where the parties known as drummers of *cururu* and *siriri* were practiced, in which many white, poor and free men and women mingled with enslaved blacks who, when they had their letters of authorization giving them the “freedom to be able to celebrate”, they were together with other black liners, freed and mixed-race, practicing their freedom of fun through the act of playing, having fun both in the family, as in friendship, dating and forbidden romances.

Keywords: Work; amusement; coexistence; prohibitions

¹ Mestre em História - Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: prof.jhucy@gmail.com



Introdução

“O cotidiano da cidade de Cuiabá era organizado de forma diferente para os variados tipos de sujeitos integrantes sociais”², permitindo-nos estabelecer algumas semelhanças e diferenças estruturais entre homens, mulheres livres, pobres, índios e escravos, que dedicavam muitas horas diárias fazendo a cidade funcionar. Para as elites, a lógica era a de que seus divertimentos fossem organizados de forma que contribuíssem com as obrigações do labor cotidiano. As camadas populares lutavam para buscar autonomia no quesito do lazer e do divertimento.

Reis (2002), ao tratar das classes chamadas escravas, às quais ele incluía homens e mulheres livres pobres, considerava que, além dessas pessoas terem suas vidas particulares controladas, elas também sofriam o controle em seu tempo de lazer. E essas pessoas da classe pobre e escrava sempre buscavam uma válvula de escape para contornar essa repressão e, ao mesmo tempo, mostrar a sua luta pelo direito de poder manifestar o seu prazer pela vida através do divertimento e do lazer, e isso se dava nas das festas.³

Seguindo os relatos dessa primeira metade do século XIX, a palavra “tempo” era compreendida como uma divisão de espacialidade entre o trabalho corriqueiro e, se sobrasse algum tempo, alguma folga durante o dia, que poderia ser considerada um descanso e utilizado no lazer e no divertimento. Moura (1998) afirmava que o “[...] trabalho e o lazer misturavam-se imprimindo uma especificidade ao viver, conviver e lidar com toda a sociedade”.⁴ Mas, para as elites, a mistura entre divertimento, lazer e liberdade possuía um significado de baderna, turbulência e perturbação, pois quase sempre redundavam em ações proibitivas e prisões.

Todavia, na Cuiabá do século XIX, muitos integrantes das elites possuíam como atividade laboral o comércio e a lavoura, funções que também eram desempenhadas por escravos dependendo de sua classificação e categoria de trabalho. Os escravos

² GONÇALVES FILHO, Carlos Antônio. *Honradas senhoras e bons cidadãos: gênero, imprensa e sociabilidades no Recife oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Recife, 2009. p. 60. O entendimento na perspectiva do que se refere a “classe social”, está subentendido em Thompson (1987, p. 9), quando ele afirma que “[...] um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Dessa forma, não vejo os segmentos enquanto ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas”.

³ REIS, João José. *Tambores e Tremores: A Festa Negra na Bahia na primeira metade do Século XIX*. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e Outras F(r)estas*. Ensaios de História Social da Cultura. 1 ed. São Paulo: UNICAMP; CECULT, 2002, p. 113.

⁴ MOURA, Denise. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de Publicações CMU; UNICAMP, 1998, p. 40.



domésticos, como o próprio nome já afirma, trabalhavam dentro dos lares e dos comércios locais, e os escravos de ganho trabalhavam na cidade, porém no final do trabalho eles teriam que voltar para casa de seus donos e também dar um percentual a mais do seu salário para compensar a sua ausência de trabalho ao seu dono. Já os escravos de jornais, eles trabalhavam de forma semelhante ao escravo de ganho, contudo a maioria deles possuía um nível de leitura e escrita igual ao dos “homens brancos”, e aqueles negros livres e pobres considerados camaradas eram agregados a pequenos lavradores, trabalhadores de ofício, soldados, condutores de tropas, mineiros pobres, domésticos, vendedoras de tabuleiros, quitandeiras, artesãos, lavadeiras, etc..

Segundo a descrição de Gomes (2011), nessa divisão de trabalho, que ocorreu durante o século XIX com a chegada dos imigrantes italianos, havia uma espécie de divisão que era chamada de ‘empregados técnicos e/ou especializados’, ou seja, nesses ambientes de trabalho, cada trabalhador iria desenvolver seu ofício tanto na cidade quanto no campo.

De um lado, existiam trabalhadores pobres formados por brancos, índios e negros ex-escravos; de outro, havia os trabalhadores nacionais e/ou estrangeiros desenvolvendo atividades especializadas. Cada um deles recebia os seus salários de acordo com seu ofício e com seu desenvolvimento intelectual: leitura, escrita e comunicação.

Contudo, nessa última camada social, existiam pessoas brancas, indígenas e negros livres e seus respectivos descendentes, como os mestiços, que eram considerados cabras, mulatos, crioulos, caburés, pardos, etc..⁵

Desta forma, havia as divisões sociais de trabalho no segmento das classes humildes, onde cada indivíduo poderia ser um pequeno patrão, mesmo se tivesse poucas posses ou, até mesmo, sem nada, mas que trabalhava por conta própria e com autonomia entre ruas, avenidas e becos da cidade como mascates, caixeiros viajantes e vendedores ambulantes.

Assim, essas pessoas que possuíam pequenos empreendimentos pelas ruas da cidade poderiam sim precisar da ajuda de alguém, mas, por outro lado, quem poderia suprir essa necessidade de mão de obra do trabalhador autônomo? Seriam praticamente aqueles escravos de ganho, forros e os libertos que geralmente tinham habilidades na escrita e nos cálculos matemáticos. Por outro lado, havia pessoas que não conseguiam

⁵ SENA, Divino Marcos de. *Camaradas e complexidade entre livres e pobres: Mato Grosso - primeira metade do século XIX*. Descreve essa categoria de pessoas em suas atividades laborais pela cidade.



emprego formal ou informal, e sua única alternativa era sair pedindo nas ruas e becos da cidade.

As relações de trabalho entre patrões e empregados poderiam ser compreendidas a partir de acordos firmados entre as duas partes, estipulando as atividades a serem desenvolvidas a partir dos serviços prestados para que se pudesse chegar ao valor a ser pago pelo serviço. Quanto ao tempo de serviço, isso poderia variar de um dia a duas semanas ou meses, como no caso de colheita ou, até mesmo, de serviços em estabelecimentos comerciais.

Para aqueles indivíduos que almejassem trabalhar em casa de família, mas que não eram escravos, havia atividades como a de pedreiro, de ferreiro, de marceneiro e de jardineiro, ganhando seu dinheiro pelo dia trabalhado. Segundo Volpato (1996)⁶, nos ambientes rurais, os indivíduos que não fossem escravos também prestavam os seus serviços em lavouras, fazendas de criação de animais, engenhos e, também, nas minas, com a extração de minérios. Ou seja, a diferença desses indivíduos pobres, livres e não escravos era vista a partir dos pagamentos recebidos pelos seus serviços e, às vezes, essas diferenças eram vistas também da seguinte forma: muitos desses trabalhadores livres tinham as famílias na cidade e somente na temporada de serviço é que eles se ausentavam de suas casas; possuíam também liberdade de circular livremente pela cidade sem nenhuma restrição e, até mesmo, de participar das festas dos brinquedos que fossem legalizadas.

Todavia, aqueles que eram escravos e que precisavam sair nas ruas ou fazer compras para seus senhores teriam de estar com uma carta de autorização informando os motivos de sua presença naquele local, entretanto alguns donos de escravos davam uma certa flexibilidade e deixavam um escravo de confiança sair para se divertir em bares, tavernas ou brinquedos. Caso o escravo perdesse essa autorização ou não a levasse consigo e fosse preso, ele seria levado para a delegacia, seria lavrada a ocorrência, seu dono seria comunicado e teria que pagar uma fiança. Consequentemente, esse escravo sofreria mais tarde algum tipo de punição por essa contravenção de conduta na cidade.

Havia ainda, nesse espaço, os ex-escravos considerados forros, os quais trabalhavam por conta própria como se fossem pequenos comerciantes da cidade, fato

⁶ VOLPATO, L. R. R. op. cit.



observado por Edvaldo de Assis,⁷ que menciona dois escravos forros que tinham seu próprio comércio:

[...] O Primeiro caso: A mulher negra forra Catarina Maria de Jesus, que criava porcos e fornecia toucinho aos Armazéns do Príncipe da Beira do Rio.
O Segundo Caso: Preto Forro chamado Domingos Martins, Bernardo Veiga e Cipriano José, que tiveram seus bens penhorados, por serem devedores de dívidas. O primeiro devedor da Capital e os últimos dízimos. Na documentação não foram mencionados os bens penhorados, mas eles possuíam casas, gados vacuns e pequenas terras.

No mesmo periódico citado acima, o historiador faz menção a outros tipos de negros forros que compravam escravos para suas propriedades e, até mesmo, disponibilizava-os para aluguel, ou seja, fazendo transações comerciais iguais aos “homens brancos”, como existia na capital.

[...] No conjunto de proprietários de negros forros encontra-se duas referências de comércios: A primeira no requerimento onde diz: José, escravo de Francisco da Silva, que sua mulher Maria Correa preta forra, comprou a escrava Joaquina, em Cuiabá por uma libra e meia de ouro, pagando no início da compra a quantia de meia libra, ficando devendo uma libra ao antigo dono da escrava.

A segunda referência foi registrada pelo viajante Hercules Florence, quando observou as relações sociais dos negros forros a partir de suas rotinas diárias tanto sociais quanto de trabalho. Dessa forma, os forros poderiam ser vistos trabalhando em engenhos; em criadouros de porcos, de galinhas e de bovinos; nos transportes de mercadoria para o Porto Geral; como pedreiro, carpinteiro, seleiro, entre outros. As mulheres forras podiam ser encontradas vendendo iguarias pela cidade, respeitando as determinações exigidas pelo Código de Postura Municipal, como a hora em que elas poderiam circular nas ruas, então, os negros forros que trabalhavam nesses ofícios na cidade e na zona rural passaram a ser trabalhadores assalariados nesse contexto histórico.⁸

Assim, vale ressaltar que os indivíduos considerados escravos eram privados de sua liberdade social, mas, em contrapartida, os forros possuíam um certo prestígio, assim como os indivíduos pobres e livres. Ao investigar essa questão da liberdade social, constata-se que os escravos lutavam de forma persistente, buscando ter esse pequeno momento de liberdade e distração, mesmo que fosse às escondidas ou, até mesmo, autorizado pelos seus senhores – neste caso, isso poderia acontecer em vários pontos, tais

⁷ ASSIS, Edvaldo. Mato Grosso: Negro Forro & Sociedade Escravocrata. Diário Oficial-Suplemento Mensal do dia 31 de julho de 1986, p. 6.

⁸ *Ibidem*.



como nas senzalas, nas rodas de batuque, nas rodas de folguedo ou nos quintais das casas dos seus senhores.

É nesse contexto que verificamos um entrelaçamento entre a convivência do privado e o público. A pesquisadora Siqueira (1999) evidenciou essas tais vivências entre indivíduos livres pobres e os negros escravos ou libertos nos espaços sociais da cidade de Cuiabá, afirmando que as pessoas das classes sociais mais inferiores costumavam se divertir de forma livre e espontânea entre rodadas de aguardente nos bares, tavernas e botequins, ou até mesmo, nos espaços privados de quintais residenciais ou de fazendas, praticando, assim, as festas do brinquedo em ritmo de batuque, cururu e siriri.

Reforçando essa ideia de resistência e de luta em busca da liberdade dentro dos espaços urbanos, onde se pudesse praticar a própria fé religiosa nas matrizes africanas, como também na forma de divertimento em reuniões familiares ou de amigos, em rodas de conversa nos batuques e dos brinquedos, temos também outra forma festiva que os olhares da sociedade cuiabana condenavam e acabavam rotulando como algo pecaminoso, cheio de luxúria, barulhento, turbulento, e que se reuniam somente pessoas de má fé, como vadios, prostitutas e ladrões.

Esse pensamento de desqualificação nos espaços de divertimento das classes pobres brancas, mestiças, escravas, libertas, forras e livres que observamos nos discursos feitos acima pelas autoridades policiais e por alguns moradores sem ao menos conhecer o lugar direito, e isso só acontecia a partir do momento em que se via reunidos esses aglomerados de pessoas, então, os policiais e os guardas de quarteirão eram chamados para averiguar se nesse local estavam ocorrendo os divertimentos ilícitos.

Então, nesse reforço pela proteção e pela segurança popular que surge o Código de Postura, ou seja, seria uma medida preventiva que traria segurança e paz para a comunidade local, mas vale ressaltar que essa medida preventiva do Código de Postura não era algo restrito ao Mato Grosso, mais algo implantado a nível nacional pela Corte Portuguesa, através do Governo Imperial. Contudo, o objetivo do Código de Postura era que a sociedade criasse um modo de vida saudável e harmônico nesse momento. A pesquisadora Volpato (1993) descreve como essas medidas sociais foram impostas na sociedade cuiabana durante Período Imperial:



“[...] pelo alto índice de atritos que ocorriam nessas reuniões das festas, funções, divertimento, batuques eram vistos pelas autoridades como momentos privilegiados de brigas e por isso deveriam ser no máximo evitados”.⁹

Nesse contexto de proibições ligadas ao divertimento e ao lazer, incluíam-se, também, alguns jogos de cartas, considerados de azar. Tal proibição foi incluída a partir de 1881 nas alterações ocorridas no Código de Postura. Esses itens foram descritos dentro da norma como “Dos jogos e reuniões ilícitas, vozerias e ofensas à moralidade pública” de nº 17. A partir daquele momento, todas as pessoas que fossem pegas praticando jogatina ou reuniões ilícitas, poderiam sofrer sanções por parte da polícia ou deveriam pagar multa à Câmara Municipal. Vejamos, então, os itens que compunham essas proibições preventivas sociais:

Art. 65º - Fica expressamente proibido:

§ 1º - Fazer bulha ou algazarra e dar altos gritos à noite.

§ 2º - Fazer sambas, cururus e outros brinquedos que produzem estrondo dentro desta cidade.

§ 3º - Conceder ou sustentar controvérsias em altas vozes pelas ruas quer de dia, quer de noite.

§ 4º - Proferir palavras obscenas ou licenciosas que ofendam o pudor das famílias ou moral pública.

§ 5º - Escrever nas paredes dos edifícios e dos muros palavras, frases ou dístico simples ou imoral, bem como desenhar figuras obscenas.

§ 6º - Andar pelas ruas nu ou indecentemente vestido, com roupas dilaceradas ou sem que traje pelo menos calça e camisa.

§ 7º - Banhar no Porto Geral desta Cidade na extensão compreendida da rampa da barca pêndula até a boca do vale inclusive, assim como em todos os portos dos povoados do Município o que sejam embarque e desembarque.

§ 8º - Estar na própria casa ou na alheia de modo indecente ou imoral, de sorte que seja visto ou notado pelos transeuntes ou vizinhos.

Art. 66º - Fica igualmente proibido:

§ 1º - Todos os jogos de parada ou apostas por meios de cartas, dados, roletas ou quaisquer outros.

§ 2º - A reunião de escravos, filhos, famílias, fâmulos ou criados nas lojas, travessas ou praças. Os infratores serão multados em dez mil reis ou sofrerão cinco dias de prisão.

Art. 67º - Serão também considerados infratores do

§ 2º do artigo 65- E do presente artigo os donos das casas em que fizerem os divertimentos, jogos e reuniões sem autorização prévia da Câmara.¹⁰

Esses hábitos considerados antissociais eram vistos como degradantes pelas famílias conservadoras, pois quando essas ações eram praticadas, distanciavam as pessoas por causa das bebidas, dos jogos que, na maioria das vezes, deixavam o indivíduo

⁹ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Op.cit., p. 205.

¹⁰ Decreto nº 577. Postura Municipais de Cuiabá. Cuiabá 30 de novembro de 1880. IMPL- Livro de Registro dos Decretos e Resoluções.



endividado, perdendo tudo o que tinha, além das traições conjugais que redundavam na descoberta de amantes, concubinas e filhos ilegítimos.

Assim, acentuando esses fatores de riscos, o jornal *O Povir* trouxe uma matéria, publicada no ano de 1877, intitulada de “As consequências do jogo”, reforçando para a população que esse tipo de divertimento só trazia infelicidade no meio social e familiar:

O jogo é a concentração rápida de todos os vícios em um só; a transformação rápida e sucessiva do passatempo em vício, do vício em crime, em atentado; o culto a uma divindade ímpia, que perde dinheiro, depois os bens, depois a honra, depois a família, depois a vida, finalmente a alma; a fortuna que conduz a sua vítima crédula e confiada por entre caminhos bordados de flores, para depois a despertar num precipício ao som de uma estrondosa gargalhada.¹¹

De fato, essa era a realidade de muitos cidadãos cuiabanos que se deixavam levar por esse tipo de divertimento relatado no jornal *O Povir*, porém, a questão dos jogos não era só praticada no interior das camadas pobres livres ou no segmento escravo, uma vez que algumas pessoas das elites também frequentavam casas de jogos.

Todavia, esses lugares apresentavam características mais sofisticadas, pois seus ambientes eram presenciados pelos homens de posse, que ficavam até altas horas da madrugada, jogando, acompanhados de rodadas de whiskey, de champanhe e de vinhos importados; em uma conversa ou outra, com ganhos ou perdas, alguns acabavam perdendo tudo que tinham nas apostas, ficando endividados.

Para solucionar esse impasse, muitos chefes de família arruinados pelas dívidas de jogos acabavam arrumando casamentos para suas filhas na puberdade, na adolescência ou, até mesmo, na mocidade com homens mais velhos da elite como forma de saldar a dívida patriarcal de sua família.

Outro ponto interessante de se destacar nessa cultura do divertimento da elite cuiabana pode ser presenciado através da conduta social do Presidente de Província, o Barão de Batovi. Ele gostava particularmente de se reunir no Palácio, juntamente de outras pessoas da elite cuiabana, para tratar de “negócios administrativos e financeiros” ligados ao assunto da cidade e os benefícios que se poderia obter com seus patrimônios particulares, mostrando que as reuniões consideradas políticas eram, na verdade, rodadas de charutos com jogos de cartas.

Esse tal cenário de reuniões administrativas e políticas foi descrito pelo viajante Steinen (1877), ao observar essa rotina social dentro do palácio:

¹¹ *O PORVIR*. Vício do Jogo- nº 25. Cuiabá 15 de dezembro de 1877/15/dez. APMT- Coleção de Jornais.



[...] que muito apreciava, em companhia de dois e três senhores, no seu amplo e confortável gabinete de trabalho. Costumava oferecer-nos esplêndidos charutos paraguaios. Assistíamos ao jogo e durante os intervalos, tínhamos a oportunidade de melhorar os nossos, ainda bem falho, conhecimentos de português. [...] Às 19 horas era servido o chá de origem paraguaia ou chinesa, acompanhado de excelentes biscoitos. Pouco a pouco os jogadores acabavam o entretenimento, fazendo as contas dos grãos de milho, conversando ainda um pouco, e retirando-se pontualmente.¹²

O viajante alemão percebeu que, na relação social da elite com a política, se buscava interagir de forma pacífica, se possível, quando suas famílias, mulheres e filhos pudessem participar, mas, quando isso se tornava impossível, a figura da mulher amante e prostituta entrava em cena enquanto acompanhante nos bailes luxuosos com pianos, orquestra, sarau literário com musicais promovidos pela elite no Palácio.

Sendo assim, Steinen não ficou somente nesse ambiente de festa da elite, mas desejou conhecer também as festas populares conhecidas com brinquedo/batuques, usuais entre a camada pobre cuiabana, deixando registradas suas impressões, o que o deixou chocado e perturbado ao ver as cenas em que as mulheres dançavam com os homens, nos ritmos de siriris, cururus e sambas e, ao mesmo tempo, consumindo bebidas alcoólicas nesses espaços sem se importarem com os falatórios e com os olhares de julgamento.

Outro aspecto interessante era o tipo de vestimenta que o povo cuiabano usava em seu cotidiano, em casa, no trabalho e nas festas. A pesquisadora Inoui (2004) apresentou, em sua dissertação de mestrado intitulada *O vestuário e suas representações na Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá 1727-1801*, como o povo cuiabano se vestia e qual a importância dada aos tecidos e às roupas, ou seja, esses itens eram considerados objetos de extremo valor que, na maioria das vezes, eram até elencados nos testamentos, visto como raros e valiosos.¹³

Essas particularidades da vida cotidiana privada da elite cuiabana, presente nos indivíduos pobres e escravos, aos poucos foram formando o ser e o estar do povo cuiabano, em suas características físicas, emocionais e culturais, as quais presenciamos até hoje, seja pelo despojado falar cuiabano ou até mesmo pelos casarões históricos espalhados pela cidade.

¹² STEINEN, Karl von den. Op. cit., p. 78.

¹³ INOUI, Simone Zanelatti de Cubas. Sobre o vestuário e suas representações na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727-1818). Dissertação (Mestrado em História) – UFMT/ICHS, 2004.



Tomando, assim, como referência de todo esse processo de integração entre o comércio local e o divertimento seguido do lazer da classe mais humilde, nos remetemos a uma música da Banda do Distinto que, por sua vez, é um samba de autoria de Billy Blanco que foi interpretado por diversos cantores e que demonstra essa realidade de sociedade separatista, especialmente quando a letra da música se refere ao não **dar mão para preto** e nem **carrega embrulho**, e esse dizer foi um distintivo usado pelas elites, visto que era considerado algo degradante. Vejamos um trecho da letra:

[...] Não fala com pobre, não dá mão ao preto, não carrega embrulho
Prá que tanta pose doutor? Prá que esse orgulho?
A bruxa que é cega, esbarra na gente, a vida estanca
O infarto te pega doutor, caba essa banca
A vaidade é assim, põe o tonto no alto, retira a escada
Fica por perto esperando sentada
Mais cedo ou mais tarde ele acaba no chão
Mais alto o coqueiro, maior é o tombo do tonto afinal, todo mundo é igual,
quando o tombo termina com terra por cima e na horizontal

A citação acima nos proporcionou uma reflexão sobre como esse momento de divertimentos, lazer e trabalho das classes mais humildes incomodava a elite, pois quando a música diz **não dá a mão a preto**, ela faz uma referência ao estigma que a escravidão deixou no trabalhador livre, fazendo-o recusar aquela forma de trabalho por considerá-la própria de escravos.

O outro ponto da música que faz alusão mais direta a essa separação social, é quando se diz **não carrega embrulho**, ou seja, essa particularidade estaria vivenciada no cotidiano dos brasileiros, já que o embrulho, por sua vez, se relaciona ao comércio que era considerado inferior, o do mascate, que embrulhava as mercadorias para as entregas. Assim, o termo pequeno comerciante representava aqueles que, necessariamente, se colocavam fora do segmento das elites: homens comuns, poucos conceituados, que faziam a diferença nos espaços urbanos. Essa diferença se dava, pois muitos desses pequenos comerciantes, considerados mascates, levavam suas mercadorias em diversos locais de difícil acesso, e seus produtos eram de extrema importância para esses moradores, que os aguardavam com muitas expectativas e entusiasmo, já que muitos desses produtos diversos abasteciam as casas e outros comércios de uma determinada região.

Levando-se em consideração a importância da profissão dos mascates na cidade, sendo ele um empresário autônomo desse período, destacamos a referência da escritora Rodrigues (1981. p. 26) sobre a afirmação de que a presença desse profissional



que chegava nas ruas, avenidas e becos com suas carroças ou, às vezes, nos lombos de animais, e estavam repletos de mercadorias e novidades vindas da cidade grande. Essas pessoas eram conhecidas como turcos,

Trata-se de vendedores ambulantes que eram de origem síria e chamados na época de Turcos. Eles traziam às costas, presas por grossos cadarços, um baú de folhas de Flandos, cheio de quinquilharia, que continha desde lenços, perfumes baratos, pó de arroz, sabonetes, leques, peças de fitas de bordados de rendas valenciana, de todos os aviamentos de costura e alguns, cortes de fazendas. Vinham arcados com tanto peso e seguravam uma campainha que tilintava a sua passagem. Quando melhoravam a situação, alugavam um carregador qualquer para aguentar o peso do baú de folha e eles, os donos, vinham aliviados, tocando a companhia.

Além dessas ações de relacionamento comercial de compra e venda, esses mascates eram pessoas que simbolizavam a alegria por onde passavam, pois eram conhecidos por todos, e esse fato nos transporta para o seguinte trecho do texto da Rodrigues (1981), quando ela narra a sequência de fatos da personalidade de um mascate chamado Elias, que era turco e que viveu nesse período histórico,

[...] Elias era um turco, para mim era uma festa ve-lo arriar a carga, dar uma bufada de alívio, com a testa gotejando do esforço e do calor. Que Maravilha, quando levantantava a tampa do baú! Havia até malacocheta dourada de missangas para enfeitar roupas de anjo de procissão e fantasia de carnaval.

Em outras palavras, esse mascate, Elias, de acordo com a cronista Rodrigues (1981), era uma pessoa que já vivia há um bom tempo no Brasil, desenvolvendo esse tipo de comércio na região do Mato Grosso, e muitas pessoas, quando o viam chegando na cidade, saíam nas portas, cumprimentando-o com sorrisos e acenos com as mãos - essas recepções vinham sempre do público feminino, que aguardava por meses a chegada de Elias. Quando ‘Seu’ Elias parava com sua carroça, parecia um papagaio, descrevendo toda a sua mercadoria para aquelas clientes curiosas em sua volta, querendo ver as novidades.

Essa relação de amizade comercial trazia consigo uma confiança enorme entre eles, pois o mascate Elias possuía uma caderneta de fiado para aquelas clientes fiéis. Porém, dificilmente o senhor Elias cobrava alguém, pois seu comportamento era muito afável e encantador. Seus produtos eram bastante acessíveis e baratos, e ele usava artifícios, uns chavões que encantavam as senhoras, como compra freguesa, compra



comadre. Essa forma encantadora de se falar com as mulheres conquistava a todas, mesmo aquelas que apareciam totalmente descabeladas e fedendo a mijo, e que se aproximavam para ver a mercadoria. Mesmo assim, ele não deixava de atender; o máximo que poderia acontecer era ele ficar parecendo um pimentão maduro de vergonha e sua língua enrolar, mal dando para entender o que dizia, mas sempre dizendo uma frase que, ao certo, não se sabia se era um xingamento ou alguma prece para a pessoa ir embora logo, mas que era algo como *alandina*, *alabache*.

Diante dessas situações apresentadas sobre a convivência social, tanto da camada humilde da sociedade quanto da elite, o que percebemos é que paira uma dúvida acerca da representatividade do que seria a figura do cidadão, mas não o cidadão nesse contexto historiográfico social.

Após essa análise historiográfica das transformações espaciais, tanto na esfera administrativa, econômica, política quanto social, percebemos que havia uma separação de classes. Existia uma classe provida de direitos, como o de votar e ser votado, e essas pessoas eram consideradas elite; e a classe desprovida de direitos, composta por aquelas pessoas humildes e pobres da cidade.

Em outras palavras, podemos citar Carvalho (1996), que constituiu uma boa parte de seus estudos em buscar compreender o sentido da palavra ‘cidadania’ e o ‘ser cidadão’ dentro do contexto de sociedade. Esse estudo teve seu percurso de análise na sociedade europeia até chegar no Brasil e, principalmente, em Mato Grosso, ou seja, Carvalho trabalhou em seu texto as modificações da sociedade a partir das implementações de leis que eram estruturais e feitas pelos governantes que regiam as cidades.

Acreditamos, então, que essa concepção de ‘cidadania’ poderia estar atrelada ao poder político e, de acordo com José Antônio Pimenta Bueno (1978), quando ele faz uma análise dos Direitos Públicos Brasileiros e uma análise da Constituição do Império durante o século XIX, se baseia nas transformações ocorridas desde a Constituição Federal. Para isso, Bueno (1978) investiga a Constituição Europeia de 1791, que abrangia França, Bélgica, Áustria, Holanda e demais países europeus, e que contemplava os cidadãos nativos e inativos dessas regiões, tendo eles o direito de votar e de ser votado, exercendo sua democracia.

Segundo ele, a característica de cidadão político ou ativo era daqueles que podiam participar do exercício dos três poderes, tanto na imprensa política quanto na forma de organização política que dirigia as reclamações políticas de petições de governo.



E esses direitos políticos poderiam ser reconhecidos pelo autor como direito civil, a saber o direito garantido pelo Código de Processo Criminal do ano de 1832.

De fato, a Constituição de 1832 abordava se o Poder Judiciário era composto pelos crimes civis, pelos juízes e jurados. Desta forma, o cidadão em sua participação como jurado participava de um modo direto do poder judicial exercido por um voto direito sobre um crime.

Acreditamos que essa análise de mudança estrutural política e social da cidade veio a culminar nessas mudanças em que a capacidade política a ser votada, entre os cidadãos e o Estado no Brasil durante o século XIX, foram a guarda nacional, o serviço militar, o serviço do júri e o recenseamento dentro do registro civil.

Trabalhando com essa perspectiva histórica do avanço, o Estado Oitocentista em direção a regularizar a sociedade como um todo de forma a secularizar as relações sociais, surgiram três medidas básicas de incentivos que despertaram de algum modo a ira da população: o alistamento militar, o registro civil e a introdução do sistema métrico.

Como já foi dito anteriormente, o alistamento militar só se concretizaria a partir de uma reação de Guerra, como houve na Guerra da Tríplice Aliança. Nesse contexto, todos os cidadãos jovens seriam obrigados a se apresentar num quartel - anterior a esse fato, a decisão era voluntária de se fazer parte da corporação militar. Já a questão dos registro civil era uma situação menos tensa até então, pois nos anos de 1850, o governo fez aprovar uma lei que mandava fazer o primeiro censo demográfico do país para se compreender a espacialidade do Brasil e de seus habitantes, introduzindo, assim, documentos oficiais, como de registro civil de nascimento, casamento e óbitos, e todos esses registros deveriam ser feitos e registrados por um Juiz de Paz. Porém, nesse contexto de mudança, o registro de batismo religioso era mantido pelos registros civis.

Para finalizar a exemplificação da mudança judiciária ocorrida nos anos oitocentistas, temos a introdução do novo sistema de pesos e medidas, que provocou revoltas muito sérias nas populações. O Sistema Métrico foi adotado por lei no ano de 1862, mas com prazo de 10 anos em vigência, porém, no ano de 1871, houve uma reação contrária na cidade do Rio de Janeiro, quando os conceitos de peso e medidas foram quebrados e destruídos pela população, que se expressava dizendo 'quebra de quilo'. Contudo, a reação maior veio da zona rural, por volta dos anos de 1874, principalmente nas províncias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, e, após esses eventos, outras províncias se manifestaram nesse mesmo propósito.



Os exemplos acima são uma pequena amostra de como o cotidiano das cidades grandes e centrais estava servindo de modelo para aqueles que estavam passando por um processo de transformação e adequação ao novo regime jurídico e administrativo a nível nacional e estadual.

Em se tratando de Mato Grosso, percebemos que sua trajetória jurídica passou pelos olhares da Prof.^a Dr.^a Madureira (2010), que apresenta essa estrutura nova de governo jurídico em sua obra *O Sistema eleitoral no final do século XIX*. Sua base é após a Independência do Brasil, em 1828, quando as eleições para a escolha dos membros do Senado da Câmara de Vereadores possuíam características de Vilas, e sua representatividade era de uma administração do Sistema de Capitânias.

Contudo, o mais importante nesse momento de mudança jurídica foi a instalação de capitais dentro das capitânias, ou seja, servindo de modelo para as demais vilas. Porém as Câmaras recebiam títulos do Senado da Câmara, outorgados em geral, e isso se dava nas esferas Administrativa, Legislativa e Judiciária.

Procuramos apresentar de forma que aparecessem os homens e as mulheres de destaque social na vila, que vieram a ocupar cargos no interior do Senado da Câmara - também designada de Conselhos ou Mesa de Vereação. Isso era um distintivo, gozando seus membros de inúmeras regalias, como o direito de prisão domiciliar e de se corresponder diretamente com o rei de Portugal (Silva, 2000).

De fato, a lei de regulamentação dessa eleição era normatizada pela Coroa Portuguesa através das Ordenações - legislação que regia todas as colônias lusitanas.

As Câmaras de Vereadores existiam em Portugal desde longa data, porém seu primeiro registro foram as Ordenações Afonsinas, que ocorreram durante os séculos XIII e XIV. O historiador Paulo Pitalunga Costa Silva (2000, p.13) descreve da seguinte forma: essa primeira Ordenação apenas disciplinou os deveres e direitos dos camaristas dessa instituição que há muitos séculos já vinha funcionando com direito, mais no antigo regime dos portugueses.

Ao analisar como foi a trajetória da regulamentação pelas Ordenações Filipinas, chamamos atenção para o Título 66 (1446), que nos referencia da seguinte forma:

Aos Vereadores pertence ter cárrago (encargo) de todo o Regimento da terra e das obras do Conselho, e de tudo que puderem saber, e entender, porque a terra e os moradores dela possam bem viver, e nisto hão de trabalhar. E se souberem que se fazem nas terras malfeitorias, ou que não é guardada pela Justiça, como deve, requererão aos Juízes, que olhem por isso. (Ordenações Filipinas *apud* Porto, Walter Costa, 1989, p. 8).



Considerando a afirmação acima em destaque, podemos dizer que a primeira Câmara a ser instalada no Brasil no dia 22 de Janeiro de 1532 foi na Vila de São Vicente, sobre a orientação do donatário Martim Afonso de Souza, que representava o poder lusitano no âmbito de cada vila, e isso abrangia Vila e seus Arraiais e adjacências. Dessa forma, cabia aos vereadores traçar algumas regras para que essas estruturas funcionassem de forma esplêndida em toda região.

- a) Tomar contas aos procuradores e tesoureiros do Conselho;
- b) Julgar, sem apelação, os feitos das injúrias verbais e de pequenos furtos;
- c) Taxar os chamados “ganhos honestos” de todos os ofícios mecânicos;
- d) Licitar as rendas da municipalidade;
- e) Advertir os oficiais régios e alcaides que recebessem foros ou direitos indevidos;
- f) Mandar fazer os cofres para as eleições e pelouros dos oficiais da Câmara;
- g) Baixar posturas que regulamentariam a conservação dos logradouros e instalações públicas;
- h) Taxar as jornadas de trabalho, calçados e gêneros;
- i) Coletar ou fintar quando as rendas dos Conselhos fossem insuficientes.

Salientamos que a esse conjunto dos Vereadores do Senado da Câmara se dava nome de Conselho Integranes, e eles se estruturavam da seguinte forma:

- Juiz de Fora: seria um magistrado com título de bacharel em Direito, mas que era nomeado pelo Rei para que velasse pela justiça, parentesco e amizade dos moradores da Vila durante o século XVIII. Sua função era considerada para garantir a isenção no julgamento, presidido por eles dentro das Câmaras. Além de presidir o Senado da Câmara, os Juizes de Fora executavam devassas administrativas nos âmbitos público e privado, tendo por base as denúncias que recebiam.
- Juizes Ordinários: eles eram eleitos com o mandato de um ano, dentre os homens da Vila, e isso lhes dava a garantia das Cartas de Usanças, que possuíam uma autoridade superior à de um Capitão General, por exemplo. Essa função possuía a característica de administrar [...] a justiça do povo e tendo-se em vista o Direito Costumeiro, os Forais, que por ventura não poderiam ser de agrado do Poder Real



e muito menos dos Juristas. (Código Filipino apud Silva, 2000, p.37), de acordo com a historiografia consultada, o número de Juízes Ordinários era de dois por Vila, e isso lhes obrigavam a frequentar as sessões semanais do Senado da Câmara, e ao mesmo tempo, a proceder ao lado dos Vereadores em eleições trianuais dos seus integrantes.

- Juízes de Vintena: eram homens considerados bons em suas localidades, que por ventura possuíssem cerca de vinte vizinhos na vila. Sua função era diminuir as contendas entre os moradores na forma verbal dentro do conceito civil, e isso poderia acarretar em documentos por escrito que, logo em seguida, seriam encaminhados ao Juiz Ordinário - caso esse não estivesse disponível, seria o Juiz de Fora quem responderia o auto. Para tanto, essa função de Juiz do Arraial, “certamente era de grande utilidade na prestação da justice às pequenas causas e no desafogo processual dos Juizes de For a e Ordinários” (Silva, 2000, p 40).

A pesquisadora Silbene (2014), em sua dissertação de mestrado, apresentou uma outra forma de Direitos Civil e Jurídico, apresentado no espaço urbano de Cuiabá durante o século XVIII, e isso se deu a partir dos relatos historiográficos de Joseph Barboza de Sá, escritos no ano de 1769:

Neste mesmo ano levantou o Capitão Mor Jacinto Barbosa Lopes uma igreja à sua causa, coberta de palha, que logo serviu de freguesia no mesmo lugar em que se ache a que existe atualmente, dando-lhe o título de IGREJA DO SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ. Neste lugar foi celebrada a primeira Missa pelo seu irmão, Padre Frei Pacífico dos Anjos, religioso franciscano. Consequentemente levantaram os pretos uma Capelinha a São Benedito no lugar que depois seria chamado “Rua do Se o”. Tal construção caiu em pouco tempo e não foi ma levantada.¹⁴

Baseando-nos na citação acima, percebemos que a forma de organização administrativa da cidade, mediante ao movimento religioso negro-cristão acontecendo de forma espontânea, mais que dividia seus espaços sociais com a vida do homem branco. Representado pela fé em São Benedito como padroeiro da cidade, tinha-se um respeito pelas autoridades jurídicas, administrativas e sociais.¹⁵

¹⁴ COMETTI, Pe. Pedro (SDB) Apontamentos da História Eclesiástica de Mato Grosso – Paróquia e Prelazia Volume I. Instituto Histórico geográfico do Mato Grosso e Academia Mato-grossense de Letras, Cuiabá, 06 de dezembro de 1996, p. 12.

¹⁵ SILVA, Othayde Jorge da. Cuiabá-São Benedito. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá, Ano L, 1978, p. 48.



Mas o que se percebe ao longo dessa história, é que esses espaços festivos entre negros e brancos sempre se cruzavam porque os seus limites territoriais religiosos eram próximos entre si. Assim, os negros aproveitavam esses momentos festivos religiosos católicos para comemorar com suas divindades negras, mas de forma tímida e clandestina, pois a cultura e a religiosidade africanas eram consideradas como atos profanos à fé cristã e, ao celebrar o dia de São Benedito, o santo negro, lhes remetia um significado de proteção dos escravos, os quais nunca esqueceram suas raízes culturais e religiosas.

As procissões feitas ao santo negro só podiam ser realizadas via permissão das autoridades e seguindo as determinações da lei:

Art. 1. As folias do Divino Espírito Santo, de Nossa Senhora da Boa Morte ou de São Benedito, ou indivíduos que conduzirem imagens ou registros de qualquer Santo, não poderão tirar esmolas nos municípios ou nas freguesias às em que tem que se realizar a respectiva, sem que para isso obtenham a necessária e indispensável licença do parócho ou da autoridade policial do município ou da freguesia em que tiverem de esmolar.¹⁶

Seguindo a análise desse registro historiográfico, esse tipo de folia religiosa só era permitido nos dias dos santos e cabia ao pároco da cidade, em conjunto das autoridades policiais, conceder a autorização para a realização desse cortejo de procissão, reza e esmola, mediante ao pagamento de uma licença para sua realização.

E nesse sentido de mistura de crenças católicas e de matrizes africanas, surge um outro momento de devoção, que são as lendas e estórias contadas e recheadas de memórias e experiências de vida reladas em rodas de conversa de pessoas mais velhas, que já viveram um passado de forma diferente.

Sendo assim, na região da Segunda Freguesia de Pedro II, que atualmente é o bairro do Porto, conta-se uma história de devoção e crença negra de um lugar chamado de cruz preta. A datação dos fatos em si não foi ainda explorada completamente, mas essa estória vive na memória de muitos moradores antigos desse local e, até mesmo, do dono da casa onde ainda permanece fixada essa cruz preta.

Uma cruz preta que já foi de aroeira e há muito tempo virou de ferro, fincada na calçada na rua Benedito Leite, quase na esquina com a rua Comandante Costa. Guarda-se muitas histórias, relatos e memórias de uma crença vivida há muito tempo. Ninguém sabe ao certo o que houve realmente, mas o que se ouve das bocas dos moradores antigos é que, no bairro da cruz preta, existia uma força mística. Há três versões para a estória.

¹⁶ APEMT-Arquivo Público Estadual de Mato Grosso. Assembleia Legislativa do ano de 1888, nº 764.



A primeira conta que, todas as sextas-feiras neste local, eram encontrados vestígios de despachos feitos por negros que praticavam a fé nas matrizes africanas, como uma tenda feita simbolizando o terreiro de macumba, e neste local havia uma imagem do Preto velho, que era um símbolo de devoção e carinho espiritual, pois essa entidade trazia paz espiritual e até solução de problemas cotidianos a quem o procurasse.

A segunda hipótese dessa estória, é que nesse espaço havia um enorme tronco até onde os escravos das fazendas próximas eram levados para serem açoitados e punidos por algo que tivessem feito de errado ao seu dono.

A terceira hipótese da estória desse local conta que, certo dia, uma negra que estava sendo levada ao tronco pelo seu dono, e que era considerada queridinha por todos pela sua beleza física, pelos seus carinhos e chamegos, e todos os homens conhecia, como prostituta e vadia. Mas essa negra era escrava e possuía um dono bastante bravo da região. Certo dia, o dono da escrava com muita raiva dela, levo-a para o tronco com o intuito de puni-la por causa da sua beleza, e essa punição foi dada por várias chicotadas, que a feriram brutaemente, causando várias mutilações, ferimentos graves pelo corpo e, em poucas horas, sua morte. Quando alguns moradores locais, que gostavam da negra, souberam da tal estória ficaram revoltosos com a situação e foram até o local em forma de protesto e vingança, colocando fogo no tronco da aroeira, simbolizando a perda da escrava. Sendo assim, nesse mesmo local, foi erguido uma cruz preta em homenagem a essa mulher negra e escrava, que era muito querida pela população local e que nesse momento sofreu calada, pois não havia quem pudesse defende-la de seu dono raivoso.¹⁷

Quanto à existência desse fato, a presente pesquisa não pôde dar a devida resposta, com profundidade nos fatos, pois o tempo de busca não era ábil para tanto. Entretanto, tudo nos leva a crer que ambas as estórias possuem alguma verdade historiográfica, pois, segundo os levantamentos já feitos sobre essa região, a presença negra e escravizada era de fato bastante presente, então, há indícios de que existia sim esse espaço religioso de fé africana.

Por outro lado, as duas últimas estórias se assemelham a um inventário da Dona Argemiza¹⁸, que nos afirma que essa localidade do bairro Porto era chamada, nos meados do século XIX, de Capão do Gama, ou seja, existiam ali vários sítios e chácaras que compunham este local, e essa dimensão territorial se dava desde a Ponte Nova da cidade de Várzea Grande, do municipal atual, passando por Cidade Alta, seguindo o contorno

¹⁷ Esses trechos de lendas urbanas entorno da fé africana foram retirados do site: <https://www.almanaquecuiaba.com.br/cuiabanidade/bairros/a-historia-passa-pelo-porto> no dia 30/10/2019 as 23: 14 hs.

¹⁸ INVENTÁRIO - Cartório do 2º Ofício- Serviço Notarial e Registral da 1º Circunscrição imobiliário da Comarca de Cuiabá Estado de Mato Grosso. Argemisa de Campos Figueiredo. Transcrição 41.055 as fls 219 do livro 3-AD em 04/05/1970. Matrícula 15.822 as fls, 017 do livro 2-BE em 04/09/1980. Matrícula 24.866 as fls. 124 do livro 2-CO em 28/05/1982. Transcrição: 35.957 as fls. 065 do livro 3-AB em 23/02/1968. Transcrição: 44.878 as 212 do livro 3-AH em 12/12/1971.



do rio Cuiabá, Porto Geral, até chegar no Coxipó da ponte, mais precisamente próximo ao comércio da Paiol materiais de construções.

Metodologia

Para alcançar os resultados almejados, fez-se uma busca intensa sobre os documentos historiográficos em meados do século XIX, que correspondia aos anos de 1860-1888, e estas tais informações estão disponível para acesso tanto no Arquivo Público de Mato Grosso - APMT, como também em microfimes de periódicos de jornais locais disponíveis para acesso no NDIHR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal do Mato Grosso, e também da biblioteca Central. Todos esses acervos compuseram a base de análise dessa pesquisa para compreensão do cotidiano de homens e mulheres que viveram nesse período historiográfico e que buscavam um sentido de viver diferente e alegre, os quais foram muito julgados por muitas famílias conservadoras desse período, e que consideravam essas ações cotidianas como badernas, turbulências à ordem pública e ao sossego familiar.

Sendo assim a base dessa pesquisa é de cunho quantitativo e qualitativo, pois reuniu-se informações necessárias sobre como a sociedade cuiabana desse período se relacionava em suas diversidades culturais, sociais, econômicas, políticas, de segurança pública e educacional, abrangendo todos os níveis sociais existentes até então, e esse fator histórico social obrigou a população cuiabana a se adequar a certas limitações e regras de convívio sociais que pudessem amenizar esse choque cultural de divertimento e lazer criticados pela sociedade conservadora da época.

Sendo assim fez-se necessário uma análise investigativa e também interpretativa dos manuscritos, entre registros policias, nos periódicos locais em que apareciam as denúncias e reclamações de moradores locais sobre as perturbações ocorridas pelas manifestações de lazer e divertimento da camada pobre da sociedade cuiabana, pois de acordo com os levantamentos da pesquisa, a incidência de ocorrência de pessoas embriagadas, de perturbação com brigas e tentativas de homicídio eram atos vistos partindo tanto de homens quanto de mulheres que frequentavam esses ambientes de lazer.

Fez-se necessário também uma outra análise interpretativa dos manuscritos das atas administrativas, financeiras e governamentais para uma melhor compressão das rotinas e do convívio social dos moradores de Cuiabá, pois, de acordo com a temporalidade, a cidade estava passando pelo processo de transformação, deixando de ser uma cidade de característica colonial rústica para ser uma cidade moderna de estilo



Imperial igual as outras cidades do Brasil, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, etc., que tiveram modificações nas estruturas físicas de casas, comércios e casarões, becos, ruas e travessas, como também na implantação do código de Postura, o qual regia a sociedade de forma protetiva no convívio social, afastando, assim, os perigos eminentes com algum morador baderneiro, boêmio e turbulento, reforçando, assim, a segurança pública das ruas tanto com os policiais quanto com os guardas de quarteirão, que faziam o patrulhamento das ruas diuturnamente.

Resultados e Discussão

A pesquisa está inserida no campo de pesquisa que corresponde à Linha III, intitulada *O ensino de História, Memória, Patrimônio e Subjetividade* do Programa de Pós-Graduação em História, oferecido pela Universidade Federal de Mato Grosso, partindo, desta forma, para uma análise historiográfica sobre o modo de vida cotidiano de mulheres populares negras, brancas, escravas, forras, mestiças e libertas pobres da cidade de Cuiabá, que buscavam suas liberdades sociais, econômicas, culturais, familiares e amorosas dentro dos espaços urbanos considerados masculinos com intuito de diversão e lazer. Assim, buscou-se proporcionar uma abertura na reflexão entre o passado e o presente delas.

É e nesse contexto social em que o trabalho está inserido que se apresentarão histórias de vidas cotidianas dos mais variados tipos de mulheres que possuíam uma maneira diferente de viver a vida, de acordo com aquela temporalidade, e isso acabava categorizando-as como boêmicas, turbulentas, vadias e prostitutas. Isso se dava pelos seus comportamentos sociais em suas vidas particulares dentro da cidade e, principalmente, nos espaços considerados de diversão e lazer, que poderiam ser bares, tavernas, festas dos brinquedos, do cururu e do siriri, que aconteciam na região da Segunda Freguesia de Pedro II, em Cuiabá, por volta dos anos de 1860 - 1888.

Assim, a partir dessa explanação, somos remetidos para as reflexões e categorias conceituais elaboradas por Baudelaire¹⁹, que afirmou “[...] toda cidade em processo de transformação tem heróis e vilões, como os sujeitos do tipo urbano”. E esses sujeitos urbanos caracterizaram-se em vários personagens da história local, envolvendo as ruas cuiabanas a partir de suas atitudes e comportamentos humanos, que podem ser analisados através das

¹⁹ BERMAN, Marshall. Baudelaire: o modernismo nas Ruas. In: Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Cia. das Letras, 1986, p. 133.



fontes históricas encontradas no NDIHR e no APMT. Essas tais informações documentais nos fizeram revelações dessas ações cotidianas.

E por causa dessa movimentação constante de homens e mulheres nesses espaços de lazer regados a bebidas alcoólicas e com danças, sempre havia confusões, brigas, tumultos e, em alguns casos específicos, até mortes. Sendo assim foi, foi necessário implementar um controle social nesses espaços considerados “masculinos” que, mais tarde, foi chamado de Código de Postura. E essas medidas preventivas traziam para aquelas pessoas que não frequentavam e nem gostavam desses espaços, proteção, segurança, tranquilidade, paz e sossego.

Visando elucidar essas questões referentes ao controle social e às tentativas de implementação de uma nova identidade impostas pelo Estado e pela elite, bem como a resistência a esse processo, que a análise historiográfica foi necessária de forma bastante detalhada a ponto de identificar quais eram realmente os lugares, as festas dos brinquedos nas casas de livre acesso (que eram consideradas espaços de prostituição e de ações pecaminosas e ilícitas) daqueles outros espaços de divertimento familiar das festas de brinquedos e batuques com ritmo de cururu e siriri, das quais muitas famílias pobres participavam com intuito de confraternização social, trocas de experiências e memórias de seu país de origem, de uma forma que pudessem matar as saudades dos seus entes queridos deixados para trás.

Dessa maneira, a participação social familiar nessas festas fazia com que muitos negros escravizados, forros, libertos revivessem seu passado de forma alegre e prazerosa, amenizando o seu sofrimento e a opressão do dia a dia por estarem inseridos em um país distante, com hábitos culturais diferentes e que entende essas manifestações de alegria e de lazer de forma preconceituosa.

Procurou-se organizar a narrativa desse trabalho de pesquisa tratando do cotidiano das pessoas pobres, populares e, principalmente, das figuras femininas que habitavam e moravam na Segunda Freguesia de Pedro II. Isso exigiu um intenso movimento interdisciplinar. Sendo assim, acreditamos ter reunido aqui várias percepções dessas vivências cotidianas urbanas dessas pessoas. O período analisado é bastante rico em sugestões de pesquisas e o próprio trabalho apresenta inúmeras variáveis que podem ser desdobradas em futuras pesquisas científicas.



Considerações Finais

Ao longo dessa pesquisa, vimos claramente as relações de convivência sociais se entrelaçarem em muitas vidas privadas em Cuiabá durante o século XIX. Saliento esses aspectos da prática do lazer ligada ao divertimento, que foram considerados lícitos ou ilícitos para algumas classes sociais distintas, pode ser vista claramente pelo comportamento das pessoas que viveram nesse período.

A história que se passa nesse ambiente urbano durante o século XIX na Província do Mato Grosso, retratando uma esfera de várias mudanças sociais em termos de comportamento humano, estrutura física da cidade em torno de seus espaços, é que vai abrindo um leque de várias possibilidades de atividade de trabalho e lazer populares, que, naquele momento, segue o rumo implementado através de código de convivência urbana chamado de Código de Conduta ou Postura de acordo com as regiões em expansão demográfica.

Tanto em Cuiabá quanto no restante do país, esse Código de Postura poderia privilegiar alguns cidadãos na forma de proteção, e os envolvidos pelo desejo da modernidade e, também, os legisladores que faziam partes da elite e que eram considerados “homens bons”, que por sinal estavam à frente da administração e, até mesmo, da economia da Província, estabeleciam as posturas de distribuição de regras que regulamentavam a vida dos cidadãos comuns. Diante disto, mesmo que esses homens considerados “homens bons” cometessem algum crime contra a ordem pública, eles ficariam presos ou teriam o mesmo tratamento que os demais cidadãos comuns.

A vida cotidiana dentro da cidade de Cuiabá possuía uma inquietude em relação aos estratos sociais ligados às práticas cotidianas dos segmentos populares envolvendo negros escravizados, forros, libertos, livres, mestiços e brancos pobres, sendo, assim, marcada pela a “necessidade” de vigiar suas condutas e ações sociais.

Art.56- É proibido a dança do batuque nas casas das povoações com algazarras de dia ou de noite, de sorte que incomode a vizinhança. Aquele que dera a casa sofrerá a pena de trinta mil réis, ou trinta dias de prisão, e os concorrentes de seis mil réis ou seis dias de prisão.

Art. 57- Semelhantemente ficam proibidos os batuques os pretos dentro das povoações. O infrator se for liberto, será castigado com trinta dias de prisão, e se cativo, com cem açoites, e quebrados todos os instrumentos. (APMT. Coleção Códigos de Postura Municipal. 1832).

E essa intenção primada no sentido da disciplina ligada ao divertimento e ao lazer, envolvendo, muitas vezes, amizade, companheirismo, encontros e desencontros



amorosos, que se faziam presentes nessas festas de batuques da camada mais humilde da sociedade citada acima, o que era visto como algo tenebroso em relação aos bons costumes.

Apesar de injunções rigorosas que se destinavam a classificar e a normatizar o território urbano, a resistência se fez presente, pois, como nos lembra Foucault (1995, p. 248), “não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual”.

Praticamente, o cotidiano desses sujeitos históricos das classes pobres e dos escravos na cidade de Cuiabá foi analisado numa perspectiva a fim de ver como funcionava a organização do cotidiano deles em relação às práticas do divertimento/lazer em torno das festas dos batuques em ritmo de cururu e siri.

Isso acarretou numa análise da existência e da resistência sociais diante do sistema autoritário implantado e apoiado pelo Código de Postura vigente, e isso constituiu um universo cultural, onde homens e mulheres conviviam, marcado por amizade, carinho, amor, afeto, trabalho, respeito, como também por rixas, ódios, ciúmes e negociações.

Realmente, para afirmar o fato acima, houve uma junção de várias histórias de vida interpretadas pelos processos crimes do Cartório do 6º Ofício e do Tribunal das Relações, delimitando e, ao mesmo tempo, marcando suas histórias e memórias de vida pessoal. Esse trabalho procurou evidenciar suas histórias de vida sob um olhar diferente, colocando-as como parte integrante da história social da cidade de Cuiabá durante o século XIX.

Data de submissão: 15/10/2019

Data de aceite: 02/06/2020



Referências Bibliográficas

ACIOLI, Gustavo & MENZ, Maximiliano M. Resgate de mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (século XVIII). **Afro-Ásia**, p. 43-73, 2008, 37.

ALENCASTRO, Aníbal. **Cuyabá: história, crônicas e lendas**. São Paulo: Yangraf, 2003.

ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso e a História 1870-1929. Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para hegemonia do capital financeira**. São Paulo: 1985.

AMORIM, Marcos Lourenço. **O “Segundo Eldorado Brasileiro”, navegação fluvial e sociedade território do ouro. De Araritaguaba a Cuiabá (1719-1838)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - UFMS-Departamento de História, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2004.

ANZAI, Leny Caselli. **Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira**. 2004. Tese (Doutorado em História) – nome do departamento, Universidade de Brasília, 2004.

ARRUDA, Elmar Figueiredo. **O mercado interno de Mato Grosso – século XVIII**. 1987. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica 1987.

ARRUDA, Maria Auxiliadora de. **Escravidão Urbana da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: Limites e possibilidades**. 2009. Dissertação (Mestrado em) – Universidade Federal de Mato Grosso 2009.

BARBOSA, de Sá. J. **Relação das Povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios até os Presentes Tempos**. Cuiabá: Ed. UFMT/SEC., 1975.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BASTOS, Uacury Ribeiro Assis. **Expansão territorial do Brasil colônia no vale do Paraguai (1767-1801)**. 1972. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, 1972.

BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada (org.). **Portuguese oceanic expansion, 1400-1800**. Nova York: Cambridge University Press, 2007.

BLAU, Alessandra R. **O ouro vermelho e a política de povoamento na capitania de Mato Grosso: 1752- 1798**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso, 2007.

BORREGO, Maria A. M. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. 2006. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

BRANDÃO, Jesus da Silva. **História da Navegação**. Cuiabá-MT: Ed. Livro Mato-grossense, 1991.



CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1748)**. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2004.

CANOVA, Loiva. **Os doces bárbaros: imagens dos índios Pareti no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, local, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. A brecha camponesa no sistema escravista. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979. p.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. As concepções acerca do “sistema econômico mundial” e do “antigo sistema colonial”: a preocupação obsessiva com a “extração de excedente”. *In*: AMARAL LAPA, J. R. do (org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980. p.

CARRARA, Angelo Alves. Ocupação territorial e estrutura fundiária: as minas e os currais (1674-1850). **Estudos de História**, Franca, v. 08, n. 2, p. 81-97, 2001.

CARVALHO, Francismar A. L. de. **Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)**. 2012. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

CAVALCANTE, Else Dias de Araújo. **A sífilis em Cuiabá: saber médico, profilaxia e discurso moral (1870-1890)**/Else Dias de Araújo Cavalcante. 2003.

CHAMBOULEYRON, Rafael & MELO, Vanice Siqueira de. Governadores, índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 167-200, 2013.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas, tomo II**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2009.

CORREA FILHO, Virgílio. **Formação Histórica: lutas pertinazes. In: Fazendas de Gado no Pantanal**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1955. (Documentário da Vida Rural, n° 10).

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Pantanais mato grossenses. Devassamento e ocupação**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

COSTA, Maria de Fátima. **Notícias de Xarayes. Pantanal entre os séculos XVI e XVIII**. 1997. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, 1997.

HOLANDA, Sergio Buarque de Holanda. **Monções. Rio de Janeiro: Casa do Estante do Brasil, 1945**. (Coleção Estudos Brasileiros).



HOLANDA, Sergio Buarque de Holanda. **Nota da 2ª edição. Monções.** 2ª edição - Edição Ilustrada. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Série 1ª, vol. 8).

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LE GOFF, Jacques. **Minas e currais: produção rural e mercado em Minas Gerais 1674-1807.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

MACIEL, Laura Antunes. **A capital de Mato Grosso.** 1992. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha et. al. (orgs). **Sergio Buarque de Holanda: vida e obra.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado de São Paulo; Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

REGO, Maria do Carmo de Mello. **Lembrança de Mato Grosso.** Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1993. Coleção Memórias Históricas, Volume 1.

RODRIGUES, José Honório. **História e Historiadores do Brasil.** São Paulo: Composto e Impresso nas oficinas da Editora Obelisco para a Editora Fulgor Ltda, s/d,

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano.** Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre - RS: EDUFRGS, 2002.

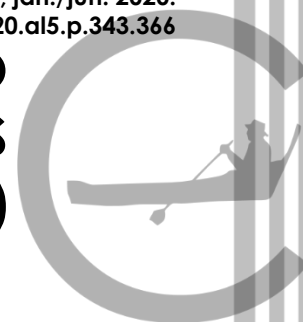
PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** 2ª ed. Belo Horizonte – MG: Autêntica.

TAUNAY, Afonso d' Escagnolle. **Relatos Sertanistas.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. (Coleção Reconquista do Brasil. Vol. 34 _ Relatos Monçoeiros. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. (Coleção Reconquista do Brasil. Vol. 33).

TAUNAY, Afonso d' Escagnolle. **História das Bandeiras Paulistas.** São Paulo: Edições Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1975. (Coleção Memória Brasileira, Tomo I, II, III).



A CIVILIZAÇÃO DO AMAZONAS NO PENSAMENTO DE TORQUATO TAPAJÓS (1853-1897)



Luís Francisco Munaro¹

Resumo

Este artigo busca interpretar a obra do intelectual amazonense Torquato Tapajós (1853-1897), dando especial destaque para os recursos que ele utilizou para entender a natureza, a sociedade e a política da província do Amazonas. Na sua primeira parte, procura traçar um panorama do Amazonas quando do período de juventude de Torquato, até a sua mudança para o Rio de Janeiro, onde completou os seus estudos e ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Na segunda parte, investiga a obra de caráter fundamentalmente geopolítico de Torquato, onde estão evidenciadas a exaltação da natureza, a necessidade do povoamento do Amazonas, bem como as promessas econômicas inerentes à ocupação da “estrela do norte”. Estas ideias giram em torno da busca central pela civilização.

Palavras-chave: História do Amazonas; Torquato Tapajós; geografia; civilização.

Abstract

This article seeks to interpret the work from the amazon intellectual Torquato Tapajós (1853-1897), giving special emphasis to the resources he used to understand the nature, society and politics of the province of Amazonas. In its first part, an overview of the Amazon is sought during Torquato's youth, until its move to Rio de Janeiro, where he finished his studies and joined the Brazilian Historical and Geographic Institute. The article realized how, in Torquato's fundamentally geopolitical work, the exaltation of the nature and settlement of Amazonas is evident, as well as economic promises inherent in the occupation of the "northern star". These ideas are available in a central search for the reach of civilization.

Keywords: History of Amazon; Torquato Tapajós; geography; civilization.

¹ Professor adjunto do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em História e em Jornalismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: luismunaro@yahoo.com.br



Saudades – tenho das tardes
- saudades que trazem prantos –
em que ao longe o Amazonas
gemia os seus tristes cantos
(NUVENS MEDROSAS, 1874).

Este trabalho é fruto da tentativa de compreender a obra de um grupo de letrados amazônicos, tarefa que se deteve, num primeiro momento, na necessidade de identificar indivíduos nascidos em solo amazônico e que tiveram a sua formação intelectual matrimoniada com a vivência cultural da região. O processo de formação de uma classe de letrados aconteceu de forma concomitante à criação da província do Amazonas (1850), que passou a abrigar um aparelho administrativo e requerer indivíduos capacitados para ser colocada em funcionamento. Índícios significativos desse processo de formação são fornecidos pelos relatórios produzidos pelos presidentes de província diretamente nomeados por D. Pedro II e, em sua maioria, escalados de outras regiões do país. Eles fornecem dados sobre os processos de escolarização e as tentativas de manter estabelecimentos de ensino, sempre mitigadas pela escassez de recursos nos “bárbaros sertões”. Por outro lado, compõem eles mesmos uma elite letrada embrionária que deixou, nos seus relatórios, indícios importantes para a percepção da formação de uma consciência regional.

Além da migração de pessoas de outras províncias para a composição da burocracia, teve particular importância para a formação da elite letrada a fundação do liceu, transformado posteriormente no Colégio Pedro II². Elite letrada, para as finalidades deste artigo, é um grupo restrito de indivíduos que teve condições de acessar os meios de aquisição de educação e distinção social pela via da educação, seja ela o ensino secundário, cursos militares, faculdades ou seminários. Nesse sentido, a instalação do liceu, a partir da década de 1860, permitiu a consolidação de um processo autóctone de formação de indivíduos envolvidos com a resolução de problemas relativos à região amazônica ou, em outras palavras, para os quais o Amazonas cumpria um papel definidor na sua produção intelectual. Ao mesmo tempo, indivíduos capazes de dialogar com a história nacional e com fundamentos da filosofia, inserindo a região dentro de um quadro de reflexão mais amplo.

Dentre os indivíduos formados no liceu, o primeiro a se fazer um intelectual amazônico foi Torquato Tapajós (1853-1897). Como de praxe entre os indivíduos de

² MOTA, Assislene Barros. **A escola normal do Amazonas: a formação de uma identidade (1889-1945)**, Tese apresentada à UNISO, Sorocaba, 2005.



posição política e econômica mais favorecida, tão logo findo os seus estudos no liceu, ele foi enviado para outra província para continuar o seu processo de formação intelectual. Além de um pioneiro, a figura de Torquato é importante porque seu processo de formação em Manaus acompanha o dos primeiros filhos da província que ingressaram no mundo das letras. Nos dicionários biográficos de Agnelo Bittencourt³ e Anísio Jobim⁴, não há a data precisa para a sua saída de Manaus em direção ao Rio de Janeiro, onde morou o resto dos seus dias. Supõe-se que o término dos seus estudos secundários em Manaus aconteceu no início dos anos 1870, dado que em 1871 completou 18 anos.

No que diz respeito à dimensão da cidade na qual Torquato Tapajós estava inserido, a população do Amazonas, segundo o censo geral de 1872, contava 57.610 almas, sendo que mais da metade (29.334) estava localizada em Manaus. Ainda não se experimentaram, nesse período, os eventos econômicos definidores da expansão da borracha, quando a população se multiplicou muito rapidamente, atraindo migrantes de outras regiões e países e, fato de não menor importância, assistindo a um número cada vez maior de periódicos impressos e a multiplicação de “escritores públicos” ou jornalistas. Este processo “fecundou” a bacia hidrográfica amazônica com pequenas folhas jornalísticas, criadas de forma quase concomitante à fundação dos municípios impulsionada pela economia gomífera e em acordo com as necessidades administrativas de publicação de atos oficiais.

A partir do pano de fundo que é a província recém criada, com modesta arrecadação tributária e com severas restrições para o financiamento do ensino público, uma população dispersa pelo vasto território e atividades extrativas pouco conectadas com o comércio internacional (a navegação internacional a vapor passou a figurar na Amazônia a partir de 1867), pode-se vislumbrar o estado de acanhamento da vila descrita pelos viajantes, desde brasileiros como Gonçalves Dias (1861-1862) até estrangeiros como Louis e Elizabeth Agassiz (1865-1866). Neste panorama algo “acanhado”, moldaram-se os estudos primários e secundários de Torquato Tapajós e entreteceram-se os cenários, panoramas e símbolos para a sua fatura poética, patente nas obras *Negreiros* (poesia), de 1872, e *Nuvens Medrosas* (poesia), de 1874.

³ BITTENCOURT, Agnelo. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

⁴ JOBIM, Anísio. **A Intellectualidade no Extremo Norte**. Contribuições para a História da Literatura no Amazonas. Manaus: Livraria Clássica, 1934.



Como será descrito neste artigo, Torquato Tapajós cruzou dois elementos que justificam o seu estudo mais aprofundado: foi um pioneiro numa cidade com condições de instrução precárias, apresentou significativa produção bibliográfica uma vez instalado na capital do Império, e destinou-a em sua maior parte para pensar a sua região de origem, muitas vezes na forma de imoderado ufanismo. A partir de sua trajetória na província e do seu deslocamento para a capital, serão buscados detalhes de seu pensamento geográfico e político deixados numa obra que se fez essencialmente uma defesa da “civilização do Amazonas”. Na condição de intelectual amazônico, Torquato produziu uma determinada representação do Amazonas e, ao mesmo tempo, ampliou-a por meio do diálogo com outros literatos, retomando a tradição de cronistas e viajantes e expandindo uma noção de civilização cara também aos presidentes da província. Intelectual sendo aquele cujos escritos assumem uma dimensão pública, buscando intervir, de alguma forma, na condução da sociedade por meio da operação de conceitos. Jean François Sirinelli lembra que há duas acepções mais frequentes de intelectual, uma ampla e sociocultural e outra, mais estreita, baseada na noção de engajamento. Nessa definição mais ampla, estão “uma parte dos estudantes, criadores ou ‘mediadores’ em potencial, e ainda outras categorias de ‘receptores’ de cultura”⁵. Na segunda, estaria o intelectual engajado como um ator de relativa importância na condução da vida coletiva, assinando e escrevendo manifestos, buscando modificar o rumo dos eventos. Torquato Tapajós cruzou as duas noções: por um lado ele ajudou a criar uma definição cultural para o Amazonas, pensando-lhe no interior da República em gestação; por outro, atuou como um propagandista da causa do Amazonas diante de pretensões de outros estados e mesmo de outras nações, escrevendo para jornais do Amazonas para assumir determinadas posições políticas.

A partir da noção da trajetória de Torquato, se buscará na primeira parte deste artigo mapear a sua formação na província e as condições em que migrou para a capital; e, na segunda, identificar alguns traços do seu pensamento em vínculo com a exaltação da terra do Amazonas, tendo como eixo central de análise o conceito de civilização e progresso como eram percebidos pelas elites brasileiras da segunda metade do século XIX. Será possível responder, assim, como Torquato, saído de condições precárias da província, pode se fazer um intelectual atuante na questão do Amazonas a partir do seu

⁵ SIRINELLI, Jean François, RIOUX (orgs) **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 242.



ingresso no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e como materializou um determinado conceito de civilização do Amazonas.

Da província à capital

Todos os presidentes da província do Amazonas, a começar por João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, redigiram relatórios que acabaram se tornando expressões importantes da vida intelectual da região e, ao mesmo tempo, ajudaram a dar um significado para o homem regional na configuração social brasileira. O império brasileiro se via num processo ambíguo de encontrar o seu estatuto político: por um lado, começara a construir a sua história independentemente de Portugal, por outro, mantinha-se como uma monarquia no interior de um continente onde predominavam formações republicanas. Além da situação internacional na qual se colocava o Brasil, o governo imperial pouco alcançava os sertões amazônicos, debelando, a muito custo, a revolta da cabanagem entre 1835 e 1840.

No contexto nacional, estes presidentes lidavam com questões similares às que preocuparam os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, que podem ser considerados exemplares da preocupação das classes letradas brasileiras: dar um contorno territorial ao império, definir a sua população e o papel que nesta caberia ao indígena e ao negro, bem como reunir os elementos culturais mais dispersos do território dando-lhe um sentido moderno de nação. A formação dos estabelecimentos de ensino se inscrevia nessa busca para dar corpo ao Brasil, formando cidadãos capazes de ingressar nos cargos administrativos, ainda que a cidadania se visse circunscrita a grupos muito fechados dentro das hierarquias do império.

O intelectual em ação no IHGB se percebia como um arquiteto da nação em busca de rumo, ou do Estado que buscava dar solidez à vida nacional. Se, por um lado, ele devia se inspirar na consolidação dos Estados nacionais europeus, por outro precisava lidar com a realidade multiétnica do Brasil e seu analfabetismo endêmico, forjando um mito de fundação nacional próprio no qual estariam presentes o indígena e a natureza tropical. À descrição pormenorizada da realidade multifacetada seguiu-se a tentativa, na poesia ou no romance, de dar unidade ao homem brasileiro, tentativa da qual o romance indianista se tornou maior expressão literária. Este homem brasileiro, que ainda não se sabe ao certo quem é, e em qual medida inclui os indígenas, mas que seguramente exclui os negros, precisava ser educado e moldado para ser um partícipe do império tropical.



No caso do Amazonas, quando de sua transformação em província, havia poucos estabelecimentos de ensino, em sua maior parte seminários construídos por jesuítas para práticas de alfabetização e aprendizado das doutrinas religiosas. Como já foi indicado, a carência de letrados resultou no recrutamento de indivíduos de outras regiões para o exercício de funções administrativas. Até 1875, dos 13 presidentes de província apenas João Wilkens de Mattos e João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha haviam nascido na região amazônica, mais precisamente em Belém. No que concerne a outro elemento importante, a disponibilidade de meios de divulgação intelectual, significativos da possibilidade de difusão de um pensamento local, ampliação dos seus padrões de reflexividade e criação de uma “consciência”, estes se delineiam, como sugere Benedict Anderson⁶, com a incorporação da produção de jornais e de uma literatura nacional, cuja consolidação teria se tornado possível pela tecnologia tipográfica. O início das atividades tipográficas na província remete a 1851, por iniciativa do tenente Manoel da Silva Ramos que, além de atos administrativos do governo da província, imprimiu o periódico “*5 de setembro*”, mais tarde tornado “*Estrela do Amazonas*”. Na mesma década, foi acompanhado por outro jornal, “*O Brado do Amazonas*” (1852-1858). Nos seus escritos, os redatores destas pequenas folhas percebiam em si mesmos uma tarefa heroica de levar as letras aos sertões, tematizando o Amazonas para os seus ainda escassos leitores. Nos dados disponíveis na Hemeroteca Digital Nacional, os dois jornais publicados na década de 1850 já somariam ao menos 6 títulos na década de 1860, 16 na década de 1870, 35 na década de 1880 e 39 na última década do século XIX.

A partir da economia da borracha, em fins da década de 1870, o incremento da atividade comercial gerado pela extração da goma elástica produziu significativas transformações urbanas. As levas de migrantes nordestinos e estrangeiros impulsionaram o crescimento populacional, com maior disponibilização de espaços de interação e circulação de jornais. A multiplicação de prelos ao longo da bacia hidrográfica se tornou expressão de uma esfera pública embrionária. Já na República, gestou-se uma cultura intelectual urbana concomitante ao crescimento do aparato estatal, onde indivíduos com domínio da língua (cargos como escriturários e amanuenses) eram constantemente requisitados⁷. A migração de nordestinos, sobretudo a partir de 1877, também assumiu importância fundamental no desenvolvimento de uma elite urbana, e não apenas na

⁶ ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)**. Manaus: EDUA, 2015.



ocupação dos seringais⁸. Alguns desses indivíduos se tornaram “patrões de seringal”, contribuindo para a dinamização da vida econômica, em torno dos quais circularam vários segmentos da elite, entre “profissionais liberais, juizes, advogados, fiscais do tesouro, da recebedoria da alfândega, agenciadores (no recrutamento dos que viriam a trabalhar na extração da borracha, os seringueiros), e ainda toda a série de intermediários do comércio propriamente dito”⁹. Assim, os indivíduos oriundos do “Velho Norte” favoreceram as bases mais tradicionais da sociedade manauara na transição do século XIX para o XX. Ao mesmo tempo, como lembra Ana Daou, instaurou-se a prática, entre estas elites recém formadas e impulsionadas pelo comércio da borracha, de enviar os filhos para estudar fora, “estratégia clássica de mobilidade social e um notável mecanismo de distinção nas sociedades complexas”¹⁰. A migração impulsionada pelo comércio da borracha e a formação da burocracia administrativa foi acompanhada pela difusão das práticas formais de ensino, culminando, em 1909, com a criação do primeiro estabelecimento de ensino superior do país, a Escola Livre de Manaus.

Esta é uma situação posterior a 1880, quando ocorreram explosivas transformações impulsionadas pelo ingresso da região nos circuitos internacionais de economia industrial. No período a que nos referimos, 1850 a 1875, ou seja, do nascimento e juventude de Torquato Tapajós, perdura a difícil situação de articulação da província, dispersão da população e acanhamento urbano. Não havia, nas palavras do viajante, poeta e etnógrafo Gonçalves Dias, um sistema de ensino formado¹¹. Também nos seus relatórios, os presidentes de província apresentaram o mesmo problema. O Regulamento n.º. 1 de 8 de março de 1852 disciplinou a formação de estabelecimentos de ensino, o que não foi efetivado em virtude das várias dificuldades administrativas. O ensino secundário, em 1852, foi anexado ao Seminário Episcopal de São José, primeiro estabelecimento de ensino secundário do Amazonas, e ofereceu o ensino regular até a criação do “Liceu Provincial” em 1864, atual Colégio D. Pedro II¹². No seu relatório, o presidente da província João Wilkens de Mattos descreveu o Liceu Provincial, cuja fundação efetiva, pelo decreto do presidente, teria ocorrido apenas em 14 de março de 1869, da seguinte forma:

⁸ DAOU, Ana Maria. **A cidade, o teatro e o ‘Paiz das seringueiras’**. Rio de Janeiro: rio’s Books, 2014.

⁹ Ibid, p. 54.

¹⁰ Ibid, p. 56.

¹¹ MONTELLO, Josué. **Gonçalves Dias na Amazônia**. Relatórios e diários da viagem do Rio Negro. Rio de Janeiro: ABL, 2002.

¹² MOTA, Assislene Barros. **A escola normal do Amazonas: a formação de uma identidade (1889-1945)**, Tese apresentada à UNISO, Sorocaba, 2005, p. 54.



O regulamento nº 18; já aprovado, criou um liceu, como o ensino altamente reclamava. Estão providas todas as cadeiras, sendo algumas interinamente, na conformidade do mesmo regulamento. Como estavam reunidas ao Seminário, as poucas cadeiras do ensino secundário, não podiam ser da maior vantagem à mocidade estudiosa. É o liceu uma nova instituição; não devemos ser exigentes; animemo-la e os frutos não se farão esperar. E disto já vos posso dar alguma prova. No ano de 1868, apenas 10 alunos se matricularam nas aulas secundárias. No de 1869, as matrículas se elevaram a 13. No corrente, já elas subiram a 20. A confrontação destes números faz gerar *a bem fundada esperança de que a instituição do liceu há de derramar, mais tarde, a sua grande utilidade pela mocidade amazonense, cuja inteligência só carece de direção e alimentação pura*. Os nossos votos, que são os dos sinceros amigos do progresso moral da província, serão realizados. Dos 13 alunos que se matricularam em 1869, nove comparecerão aos exames, sendo 8 aprovados e 1 reprovado. Dos aprovados 4 mereceram prêmios, que no meio de um brilhante concurso, foram em sessão solene por mim presidida, distribuídos no dia 6 de janeiro deste ano. Essa primeira festa literária foi mais uma semente lançada neste abençoado solo amazonense, da qual proveitosa e abundantemente produzira no futuro¹³.

Estes poucos alunos matriculados ajudaram a compor as elites letradas, a preencher os cargos administrativos e, constantemente, demonstraram o seu conhecimento das letras, símbolo de distinção numa sociedade predominantemente iletrada, nos pequenos jornais. Foi no espaço formativo do liceu, como lembra Antonio Loureiro, que figuraram “as cadeiras de gramática nacional, aritmética teórica e prática, francês, geografia e história, filosofia racional e moral”¹⁴. Além disso, o liceu, uma vez transformado em Colégio Pedro II, ajudou a moldar uma quantidade significativa de jovens para a formação de uma intelectualidade local dos anos 1930, entre os quais Álvaro Maia, Ramayana Chevalier e Anísio Jobim, que deixaram ativa produção bibliográfica sobre a região amazônica. Portanto, de um modo ou de outro, as esperanças de João Wilkens de Mattos referentes ao liceu se converteram em ativo fermento para a “mocidade amazonense”.

O pai de Torquato Tapajós, Coronel Francisco Monteiro Tapajós, filho de migrantes portugueses, desenvolveu atividades comerciais no Amazonas, chegando a abrir uma olaria em Manaus. Ele foi deputado pela Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, através da qual discursou em favor do desenvolvimento do sistema educacional local, pleiteando bolsas de estudo para dois de seus quatorze filhos. Sua memória é associada aos serviços homeopáticos prestados aos doentes de malária. Como

¹³ Relatório da província do Amazonas do tenente-coronel João Wilkens de Mattos, de 4 de Abril de 1869, Apud MOTA, Assislene Barros. **A escola normal do Amazonas: a formação de uma identidade (1889-1945)**, Tese apresentada à UNISO, Sorocaba, 2005, p. 54, p. 19-20, grafia atualizada, grifos nossos

¹⁴ LOUREIRO, Antonio José Souto. **O Amazonas na época imperial**. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2007, p. 124.



lembra Vicente Tapajós, “foram de sua autoria proposições como as apresentadas nas sessões de 17 a 18 de agosto de 1854, decretando, respectivamente, aumento salarial dos professores e a prática da Educação Musical nas escolas”¹⁵. Outra de suas propostas, também no campo da educação, sugere que “a educação e ensino da mocidade deve sempre ser um dos principais cuidados do legislador, para apresentar à sociedade homens instruídos e sábios, que possam substituir aos que curam dos interesses de seus semelhantes, do bem estar de seus concidadãos e engrandecimento de um país [...]”¹⁶. O Coronel Monteiro Tapajós ilustra, portanto, uma certa aflição da elite nativa em torno da educação de seus filhos e da dificuldade em favorecê-los com um conhecimento de caráter universal, capaz de ir além do acanhamento da vida na província. O vínculo entre o Coronel Monteiro e seu filho Torquato se demonstrou em carta de outubro de 1877, publicada no *Jornal do Amazonas*, quando o então engenheiro Torquato Tapajós defendeu o seu pai de “umas agressões” desferidas pelo presidente de província Agesilão Pereira:

O sr. Coronel Francisco Antonio Monteiro Tapajós, a quem tanto mal quer o sr. Dr. Agesilão, é um velho e respeitável servidor da pátria que em época que vai bem longe começou, expondo sua vida em prol da ordem pública e das instituições juradas, a prestar os mais relevantes serviços ao país, serviços que nunca serão comparados aos de qualquer cabo de eleições¹⁷.

Graças à influência política de seu pai, preocupado com os estudos dos filhos, Torquato viajou na condição de Alferes da Guarda Nacional para o Rio de Janeiro, já que como soldado raso teria que viajar na terceira classe¹⁸. Uma vez ali instalado, realizou os estudos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde, evidentemente, se envolveu com toda uma outra ordem de preocupações intelectuais não acessíveis aos letrados que ficaram na província e foram absorvidos pelos quadros administrativos e pela produção dos jornais. A Escola Politécnica, instituição civil nascida da Escola Militar, oferecia seis

¹⁵ Apud. TAPAJÓS, Vicente et all. **A Amazônia no século XIX**. Contribuição do coronel Francisco Antonio Monteiro Tapajós para o seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: Gráfica Vida Doméstica, 1979, p. 154.

¹⁶ Sessão de 18 de Agosto de 1854, TAPAJÓS, Vicente et all. **A Amazônia no século XIX**. Contribuição do coronel Francisco Antonio Monteiro Tapajós para o seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: Gráfica Vida Doméstica, 1979, p. 156.

¹⁷ TAPAJÓS, Vicente et all. **A Amazônia no século XIX**. Contribuição do coronel Francisco Antonio Monteiro Tapajós para o seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: Gráfica Vida Doméstica, 1979, p. 144

¹⁸ BITTENCOURT, Agnelo. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 488.



cursos especiais: de ciências físicas e naturais, de ciências físicas e matemáticas, de engenheiros geógrafos, de engenharia civil, de minas, e o de artes e manufaturas¹⁹.

Ao mesmo tempo, Torquato perfez a escalada do filho da terra que, uma vez na cidade grande, dedica tempo lembrando da “vida simples” na província. A ideia de uma “defesa do Amazonas” alcança toda a sua produção bibliográfica. Sua vivência desse período de juventude consta, de alguma forma, no seu livro de poesias “Nuvens Medrosas”, publicado em Manaus no ano de 1874. Os poemas refletem a insegurança do jovem saído da província, suas saudades da família e da terra natal e sua gradativa conversão ao Rio de Janeiro. Infelizmente, não há descrições de paisagens ou eventos mais específicos da cidade de Manaus através das quais pudéssemos contemplar a sua rotina. Entre os temas tratados nos poemas estão os sempre presentes “amores da juventude”, a relação do amante tímido com a mulher virginal, que se transforma, mais à frente, na relação do amante ora malandro, ora inocente, com a “morena ingrata”²⁰, a “mulher perdida”²¹ e a “serpente”²². Também aparecem como temas a incerteza da morte, menções à família e familiares em específico (mãe, irmã, irmão, padrinho), a religião cristã e Deus, a solidão e a nostalgia, o fazer poético e sobretudo Castro Alves, a figura histórica de Tiradentes e, evidentemente, o Amazonas, tanto o rio quanto a província (esta última em três poemas):

Dorme, estrela do norte, que a procela
Que brame além das nuvens do futuro,
Aponta-te um lugar que de imponente
Excede esse de Roma outrora altivo!²³

Os poemas ajudam a visualizar a chegada do moço da província na capital, onde mergulhou nos estudos e na vida mundana, quer dizer, na “corrupção do mundo”. Sobre a experiência dessa transição, Torquato Tapajós escreveu na introdução do mesmo “Nuvens Medrosas”:

¹⁹ GABLER, Louise. “Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1891-1920)”. 2018. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/244-academia-imperial-militar>. Acesso em Janeiro de 2020.

²⁰ TAPAJÓS, Vicente et all. **A Amazônia no século XIX**. Contribuição do coronel Francisco Antonio Monteiro Tapajós para o seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: Gráfica Vida Doméstica, 1979, p. 130)

²¹ TAPAJÓS, Torquato. **Nuvens Medrosas**, Manaus, 1874. Disponível em: https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/nuvens_medrosas, p. 137.

²² Ibid, p. 93.

²³ Ibid, p. 136.



Há para mim duas épocas na vida em que o homem tem necessidade de escrever, prescindindo para isto da forma. A primeira – aquela em que o coração sonha o futuro rodeado de flores, de glórias, e de perfumes; em que se vive dos olhares trêmulos de uma virgem; em que se cria o infinito da felicidade nas fantasias apaixonadas do espírito; em que se ama finalmente: é a época da mocidade; é aos dezoito anos de idade.

A segunda – quando tudo é negro nos horizontes límpidos de outrora; quando o vago do infinito se apresenta encarnado no impossível da realidade; quando o coração chora sobre a lápide gelada do sepulcro, que esconde as cinzas do passado, e a alma se debruça sobre a cruz da saudade, envolvida no crepe funerário, que traduz a morte da crença: é a época da saudade e da resignação. Não direi qual destas épocas me domina o espírito. Devo talvez colocar-me na da transição²⁴.

Neste período da “transição” para a vida adulta no Rio de Janeiro, Torquato adquiriu formação de Engenheiro Geógrafo e se especializou em geografia sanitária²⁵. Na condição de Engenheiro, tornou-se sócio da empresa de Melhoramentos do Brasil e diretor da Companhia de Construções Civas do Rio de Janeiro (Ibid). Sobre isso, afirma Agnelo Bittencourt que:

Ao tempo achava-se, na Capital do Império, uma Companhia do Império, uma Companhia inglesa, sob a responsabilidade do engenheiro Revy, contratada para realizar a rede de esgotos e saneamento da metrópole. O Dr. Torquato Tapajós examinou minuciosamente o plano da rede em apreço. Munido de lápis e cadernetas, diariamente, estava ele a colher subsídios para o combate àquele plano, que considerava errado e, como tal, incapaz de resolver o problema de esgoto da cidade²⁶.

Por conta dessa atuação, mesmo sem formação médica, Torquato Tapajós ingressou na Sociedade Nacional de Medicina. Ele também produziu estudos sobre esgotos e saneamento em São Paulo e Niterói, incluindo uma “Memória sobre a Eletrólise das Águas do Mar e Sua Aplicação às Grandes Redes de Esgotos”, em 1891, que recebeu a “medalha Hankshaw”. Seu ingresso no IHGB, em 1888, como sócio correspondente, demarcou sua preocupação com temas atinentes à geografia nacional, durante a transição do Império para a República, que inaugurou novas relações de força política nos estados e municípios. Em 1890, Torquato foi transformado em sócio efetivo. Na missão dos intelectuais no IHGB, estão presentes a ideia de que a história e a geografia auxiliam na compreensão dos aspectos singulares da nação, elementos que marcarão os contornos da obra de Torquato Tapajós.

²⁴ TAPAJÓS, Torquato. **Nuvens Medrosas**, Manaus, 1874. Disponível em: https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/nuvens_medrosas_, p. xv-xvi.

²⁵ BITTENCOURT, Agnelo. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 489-90.

²⁶ Ibid, p. 489.



Nesta obra, segundo sua biografia que consta na página digital do IHGB, estão contidos ao menos 24 livros publicados, somando 4 de poesia ou literatura e 14 sobre a geografia do Amazonas, além de outros envolvendo questões sanitárias. São as obras sobre o Amazonas aquelas que interessam aqui, já que permitem ver como o autor buscou vocalizar uma preocupação com o estado do Amazonas no período de transição republicana, buscando imprimir-lhe consistência e um sentido particular, ao mesmo tempo em que demonstra os benefícios da ocupação humana da região para o alcance da civilização. Torquato não se refere à Amazônia (que aparecerá com mais força entre os letrados de início do século XX), antes busca pelo Amazonas, que ocupa uma situação de indefinição territorial nas fronteiras com o Pará e Mato Grosso. Nestas obras, Torquato Tapajós se realizou como um intelectual em defesa de sua terra. Os vínculos que o ligam à terra não são apenas as lembranças da juventude, mas também vínculos políticos no interior dos quais está enredado o seu pai Coronel Francisco Tapajós.

Torquato Tapajós e a civilização do Amazonas

Ao descrever as principais obras de Torquato Tapajós, Agnelo Bittencourt menciona, em tom algo ufanista, a grandeza do seu conhecimento geográfico e seu papel no progresso das ciências, que seria insubstituível mesmo depois de um século da sua publicação. Em seu dicionário, diz que:

Do mesmo jaez, são as demais produções do insigne sanitarista e poeta. Não fique igualmente sem uma clarinada para acordar o esquecimento o livro ‘Apontamentos para a Climatologia do Vale do Amazonas’, de 148 páginas sem contar os numerosos anexos, comprovantes das assertivas do contexto. Esse trabalho prova que o Amazonas possui, desde eras recuadas, um serviço meteorológico em que baseia para desmentir a assoalhada infâmia de curatelado por um clima impróprio à vida humana²⁷.

Dentre as obras que foi possível acessar durante a produção deste artigo, atinentes ao tema geografia e Amazonas ou o lugar do Amazonas no Brasil, estão os “Apontamentos para o dicionário geográfico do Brasil”, de 1888; “Apontamentos para a Climatologia do Valle do Amazonas”, de 1889; “Estudos sobre o Amazonas”, de 1896 e “Colonização e imigração, povoamento do estado do Amazonas”, de 1897. A escolha destas obras seguiu um fator simples de logística: sua disponibilidade na biblioteca digital do Senado e no acervo digital da Biblioteca do Amazonas.

²⁷ BITTENCOURT, Agnelo. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 490.



Nas obras citadas, Torquato buscou entender o Amazonas por meio da geografia e viabilizar a sua civilização, defendendo-o das “calúnias” relativas ao clima insalubre. Ele compartilha uma dada cultura política com os presidentes de província sobre a necessidade de povoamento do Amazonas e da atração dos imigrantes para a empreitada civilizacional²⁸. Sobretudo entre estes presidentes, a necessidade de povoamento e desenvolvimento da agricultura se tornou um tópico predominante, particularmente urgente para o progresso da província. Este progresso viria, segundo a crença iluminista, a partir do “domínio da natureza pela técnica”. Sobre isto, segundo Pedro Braga,

Durante o século XIX, os discursos dos viajantes, naturalistas estrangeiros, e intelectuais brasileiros, indicam que o conceito de evolução da natureza foi unido também ao de civilização. Neste sentido, a ‘civilização da natureza’, expressada no seu domínio pela ciência e pela técnica com a finalidade de transformá-la em favor dos projetos civilizadores do Estado, esteve presente no discurso dos cientistas do período²⁹.

Esta civilização se apresentaria como um conjunto de avanços necessários para o encaixe do Brasil no mundo moderno. Tendo como modelo a França das Luzes, a civilização buscada implicava pensar a nação como um conjunto coeso de suas várias partes, caminhando de maneira uniforme em direção a um futuro percebido como grandioso, e deixando atrás de si um passado que era sempre visto como bárbaro. Essa mundivisão, pode-se dizer, foi predominante entre os intelectuais e burocratas do Segundo Reinado no Brasil, a função de burocrata e intelectual em geral fundindo-se uma na outra. O progresso implicava o aperfeiçoamento econômico e moral, por meio da técnica e da educação. Ao mesmo tempo, tratava-se, no imaginário imperial, de integrar as várias partes do Brasil e dotá-lo de uma identidade; essas várias partes integrando-se justamente na medida em que se tornavam conhecidas, cartografadas, e tornada viáveis economicamente, gerando recursos. Do ponto de vista do povo brasileiro, buscava-se convertê-lo num povo adequado ao trabalho pela via do progresso moral proporcionado pela educação. A descoberta da fisionomia do povo brasileiro foi uma das principais preocupações destas mesmas elites, preocupação patente tanto nas obras científicas quanto literárias. Como lembra Nasthya Pereira, a retórica da civilização e do progresso esteve presente em toda a cultura política do Segundo Reinado, orientando também as

²⁸ BRAGA, Pedro Henrique Maia. **O clima do Amazonas**: Uma interpretação dos discursos de administradores provinciais (1850-1890). Dissertação apresentada ao PPGH de História da UFPB, 2015.

²⁹ BRAGA, Pedro Henrique Maia. **O clima do Amazonas**: Uma interpretação dos discursos de administradores provinciais (1850-1890). Dissertação apresentada ao PPGH de História da UFPB, 2015, p. 13.



ações dos presidentes da província do Amazonas, que deixaram uma série de relatórios em que descreviam as suas tentativas de implantação desse progresso e os obstáculos que encontravam. Segundo a autora:

A retórica para a civilização e progresso é algo muito explícito nos relatórios desses administradores. Mormente quando lamentam sobre o estado econômico e social, simultaneamente, lançam um olhar para o futuro cheio de esperança quando a rica natureza, viesse a ser, de fato, explorada e utilizada de forma industriosa pela população e pelo Estado. A natureza era representada, deste modo, como um grande reservatório de riquezas e vista como um dos elementos da nacionalidade pelos presidentes. Além de ser encarada como um “instrumento concreto da construção e consolidação da nação”³⁰.

Vários instrumentos foram utilizados para este fim, entre os quais a geologia, astronomia, botânica, zoologia, etnografia e a geografia. Com as cada vez mais numerosas comissões científicas destinadas a explorar o território brasileiro, estes instrumentos foram sendo colocados em funcionamento e ajudaram a entender a especificidade do território brasileiro, dentro de um enquadramento científico. A exploração geográfica visava dar uma inteligibilidade ao território brasileiro, expandir o poder central, ocupar os interiores e, ao mesmo tempo, descobrir as suas potencialidades econômicas. Como lembra a mesma Nasthya Pereira, a relevância da geografia ia além do aspecto meramente físico:

Sua relevância nas explorações estava ligada à valorização da natureza e seu consequente gerenciamento, que seria levado a cabo pelas práticas agrícolas. Por se apresentar como um conceito amplo, a geografia envolvia estudos complementares como a geologia, a zoologia, a arqueologia e a etnografia. A geografia manteve fortes laços, sobretudo, com a etnografia, o que é demonstrado com as explorações feitas no Amazonas motivadas pelas preocupações dos presidentes quanto ao conhecimento da principal possibilidade de mão-de-obra na região³¹.

Nesta percepção da geografia, que se faz ela mesma um instrumento do progresso, deve ser percebida a obra de Torquato Tapajós, no sentido de ajudar a garantir a unidade do Brasil, observar as suas potencialidades econômicas e impulsionar a sua civilização. Por outro lado, a obra de Torquato está permeada, aquém do pragmatismo necessário para o desenvolvimento da civilização, de uma concepção da região amazônica que se poderia chamar de “edenista”³², nem sempre obedecendo à calculada neutralidade científica, já

³⁰ PEREIRA, Nasthya. **Relações Homem-Natureza: O Discurso Político Sobre Agricultura e Extrativismo na Província do Amazonas (1852-1889)**. Dissertação apresentada ao PPGH-UFAM: Manaus, 2008, p. 57-8.

³¹ *Ibid.*, 2008, p. 64.

³² GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Polo, 1994.



que o seu apelo ao povoamento, como será visto adiante, passa ao largo dos inumeráveis problemas concretos para a habitação humana no Amazonas.

Além de, como geógrafo, buscar definir os contornos do Amazonas, dar um lugar para o seu “povo” e, ao mesmo tempo, estimular o seu povoamento, preocupou-o a entrada de “braços para o trabalho”. Sobre isso, como lembra Braga,

em Tapajós, a execução da imigração estava diretamente relacionada ao desembaraço dos flagelos da terra, tanto no sentido animal como no vegetal. Isso porque, com o agir do homem sobre o espaço, os pântanos seriam dessecados, os rios ‘entram em seus leitos’, terras inférteis passam a dar frutos, e, por fim, ‘como todas as forças tende a equilibrar-se’, o clima e a salubridade, conseqüentemente, melhorariam, e a vida seria eternizada na região, com famílias que se fixariam ao solo³³.

Torquato começa a sua exposição que terminará na demonstração dos benefícios gerados pela imigração demonstrando cuidadoso conhecimento da literatura dos viajantes pelo Amazonas. Nos seus “Apontamentos para a climatologia”, percebe-se a descrição detalhada adornada com uma roupagem edênica, o Amazonas sendo pintado como uma terra de promessa, terra sempre “esquecida” e, por conta desse esquecimento, um “enorme deserto”. Para Torquato,

O vasto e desconhecido sertão da antiga capitania de S. José do rio Negro; o berço adamantino da legendária Manôa, a cidade de ouro, estrelejada de pérolas puríssimas que, engastadas num céu de esmeraldas, remiravam-se nas cristalinas águas, que rolavam, como seixos fantásticos, grandes blocos de brilhantes; o grandioso vale do Amazonas, é ainda hoje um *enorme deserto*, entregue ao silêncio misterioso das grandes florestas verdes negras, cortado apenas de longe em longe pelos soluços das cachoeiras, que rolam das alturas e mergulham-se nas alcantiladas gargantas dos despenhadeiros, envolvidas nos densos nevoeiros e na alvíssima espuma, que perlustra o rio³⁴.

O deserto a que se refere o autor se demonstra na ausência dos indícios civilizatórios já referidos. A forma de vencer este deserto seria, como também para os presidentes da província, o povoamento e o uso da técnica. Mesmo como geógrafo experimentado, Torquato vê a província como um idílio não muito distante das suas poesias produzidas na juventude. Ao mesmo tempo em que procura descrevê-la, Torquato a defende e a idealiza de uma forma que seria difícil encontrar nos relatórios provinciais.

³³ BRAGA, Pedro Henrique Maia. **O clima do Amazonas**: Uma interpretação dos discursos de administradores provinciais (1850-1890). Dissertação apresentada ao PPGH de História da UFPB, 2015, p. 105.

³⁴ TAPAJÓS, Torquato. **Apontamentos para a Climatologia do Valle do Amazonas**. Autor: Torquato Tapajós Rio de Janeiro, 1889a. Disponível em: https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/apontamentos_para_a_climatologia_do, p. xvii, grifo nosso.



Ao falar no IHGB, por exemplo ele estava mais preocupado com a propaganda explícita da sua terra e em chamar a atenção de seus colegas literatos para a grandeza amazônica. Em sessão de 10 de outubro de 1889, ele fez alusão a um texto de Onffroy de Thoron que defende as origens lendárias da Amazônia e, considerando então o grande afluxo de recursos promovido no período da “Belle Époque”, sua disposição para a grandeza:

A província do Amazonas é uma das mais prósperas do império. Embora sua riqueza pública seja quase exclusivamente devida à indústria extrativa, a *excelência* de suas terras, a *bondade* e a *salubridade* de seu clima; a facilidade extrema das comunicações e transportes das mercadorias e o dos produtos florestais feitos por meio de suas inúmeras estradas que marcham, na frase de Pascal, dão-lhe as precisas condições para ser um excelente e grande empório de todas as indústrias e do crescente comércio tanto do interior, como marítimo e de trânsito para as repúblicas vizinhas³⁵.

A natureza amazônica se apresentaria, assim, como uma linha auxiliar da civilização, se domesticada e utilizada com a técnica científica. Evocando o passado glorioso e lendário descrito por Thoron, Torquato constrói um pano de fundo para elaborar a sua própria visão sobre o povoamento, que passa pela defesa contra a “calúnia no estrangeiro”:

Passemos ao terceiro ponto de nossa tese: *o futuro da província do Amazonas*. Não há país mais *caluniado* no estrangeiro do que o Brasil, disse viajante ilustrado em tempos que não vão longe. E em verdade assim é; e, o que é mais, dentre os pontos do império aqueles que mais sofrem são os situados no Vale do Amazonas. É indispensável remover do espírito de muitos este mau conceito de que injustamente goza aquela vasta região. Não se compreende como de elementos falsos e imaginários se nutrem espíritos que aspiram foros de ponderados, e isto em prejuízo de um grande e *riquíssimo* pedaço desta mesma pátria brasileira!³⁶

Suas descrições, que se desdobram paralelamente à propaganda dos benefícios da região, lidam com esse estigma criado pelo “discurso calunioso” contra o clima. Este riquíssimo pedaço da pátria brasileira é visto pelo filtro do edenismo, mas não só isso, já que permeado pela visão da civilização e do progresso, Torquato também realiza um estudo histórico e documental sobre a constituição do Amazonas, transformando-o numa defesa geopolítica da configuração territorial do estado. Em texto publicado em 1896,

³⁵ TAPAJÓS, Torquato. Conferência realizada na sessão de 10 de Outubro de 1889; pelo sócio remido Torquato. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**. TOMO V Ano de 1889b Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/181897/per181897_1889_00004.pdf, pp. 227-8, grifos nossos.

³⁶ TAPAJÓS, Torquato. Conferência realizada na sessão de 10 de Outubro de 1889; pelo sócio remido Torquato. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**. TOMO V Ano de 1889b Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/181897/per181897_1889_00004.pdf, p. 229, grifos nossos.



Torquato defendeu a extensão de terras que então desfrutava o estado do Amazonas, elencando elementos históricos capazes de corroborar o seu ponto de vista. Segundo ele, diante das alegações do Governo do Mato Grosso, “o Governo do Amazonas, calmo e tranquilo nada mais tinha feito então e até agora tem feito, do que manter-se dentro dos limites de uma jurisdição secular nunca postos em dúvida”³⁷.

No ano de sua morte, 1897, portanto apenas 8 anos depois da publicação de sua primeira obra sobre geografia do Amazonas, Torquato publicou “Colonização e imigração” através da Imprensa Oficial em Manaus. A obra é um opúsculo de 23 páginas dedicado ao General José de Miranda da Silva Reis, presidente da província do Amazonas. Nela, Torquato reconsiderou a importância da ocupação dos “espaços vazios” e passou a discutir quem deveria ocupar estes espaços, numa tarefa de imaginação característica da cultura política desde pelo menos 1850 no Brasil. Torquato deixou implícita a noção de que as populações, vistas como que um material humano, podiam ser combinadas, educadas, transformadas pela ação política para melhor ocuparem ou “engrandecerem” o espaço da nação, transformando-se em conjunto com a natureza para nesta se encaixar. Esta combinação de culturas nacionais aconteceria, nesse imaginário positivista que atravessou também as escolas militares, por meio de uma planejada miscigenação, o que envolveria não apenas elementos brancos como também indígenas e orientais. Para Torquato,

A mestiçagem, pois, cientificamente concebida, deve ser o processo adotado para o definitivo povoamento das grandes e opulentas terras do Estado; mas é bem de ver que nós a tomamos como um processo lento de unificação dos elementos étnicos da raça na formação do tipo individual de cruzamento, que é o produto final, sem que sofra restrições à indigenização, que é um processo transitório e que se reduz à introdução de indivíduos no meio que desejamos desenvolver³⁸.

A miscigenação deveria incorporar o indígena apostando também que, com o afluxo crescente de migrantes europeus ocorreria o “branqueamento” da população. Estes tópicos centrais trabalhados por Torquato Tapajós, migração, indigenização e miscigenação, são em geral caros ao IHGB e sua reflexão sobre a constituição da nação. Estando a questão nacional ligada à língua, à religião, ao Estado, ao território e ao povo,

³⁷ TAPAJÓS, Torquato. **Estudos sobre o Amazonas**. Limites do Estado. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1896. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179466>, p. 6.

³⁸ TAPAJÓS, Torquato. **Colonização e imigração**. Povoamento do estado do Amazonas. Manaus: Imprensa Oficial, 1897. Disponível em: https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/colonisacao_e_migracao, 1897, p. 6.



caberia ao intelectual reunir os elementos característicos deste povo, tanto descobrindo-o por meio da etnografia, quanto buscando o seu “melhoramento” por meio da imigração e miscigenação. Esta última, como lembra Giralda Seyferth,

se transformou em assunto privilegiado no discurso nacionalista brasileiro após 1850 – vista como mecanismo de formação da nação desde os tempos coloniais e base de uma futura raça histórica brasileira, de um *tipo* nacional, resultante de um processo seletivo direcionado para o branqueamento da população. Como consequência, será assunto obrigatório na discussão da política imigratória, especialmente a relacionada com a colonização, porque nesta estava em jogo o outro elemento fundamental para a nação – a ocupação do território.³⁹

Assim, a construção da civilização brasileira requeria a colonização orientada pelo Estado, com a atração de etnias desejáveis para a composição do *tipo* nacional. Em Torquato Tapajós, a “civilização da natureza” ainda encontrava o obstáculo dos vastos sertões desabitados, ou habitados por indígenas hostis, que requeriam um pulso governamental para converter-se efetivamente em parte integrante do Brasil. O autor lembra a plasticidade inerente ao homem, quer dizer, o ser humano universal, “inteligente e fecundo”, que alcança o equilíbrio com a natureza quando colocado em condições adversas⁴⁰. A realização da civilização seguiria o esquema iluminista: conhecimento do território, subjugo da natureza, povoamento seguido de progresso moral e econômico.

No que de mais específico encarna a “civilização do Amazonas”, Torquato atribui importância ao conhecimento hidrográfico para o povoamento da região⁴¹, conhecimento gerado por meio das comissões científicas de levantamento geográfico. Uma vez conhecidos os rios, quer dizer, os caminhos, seria possível conduzir da melhor forma os imigrantes até os locais escolhidos. O autor sugere, do ponto de vista logístico, a necessidade de um “porto franco para recebimento de migrantes” e sua posterior incorporação na vida da cidade, ou então a sua interiorização. Sua rápida inserção social serviria para impedir o “desvio” pelo contágio com a vida errante e nômade característica da região. Este tema da degradação parece preocupar em particular Torquato, como

³⁹ SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. **Raça, ciência e sociedade** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, p. 43, grifo da autora.

⁴⁰ TAPAJÓS, Torquato. **Colonização e imigração**. Povoamento do estado do Amazonas. Manaus: Imprensa Oficial, 1897. Disponível em: https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/colonisacao_e_migracao, 1897, p. 7.

⁴¹ TAPAJÓS, Torquato. **Colonização e imigração**. Povoamento do estado do Amazonas. Manaus: Imprensa Oficial, 1897. Disponível em: https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/colonisacao_e_migracao, p. 8.



preocupou os presidentes da província e também as elites republicanas de uma forma geral. Para tanto, Torquato pensou também as condições da hospedaria para receber os imigrantes:

em que sejam atendidas todas as exigências da ciência, no que se refere à aglomeração de indivíduos em recintos fechados. Esta hospedaria deverá ficar localizada em um ponto muito próximo à cidade, sem que nesta esteja. Evitaremos assim os males que, sob o ponto de vista da saúde pública, poderiam advir, embora acidentalmente, dificultando ao mesmo tempo, pela proximidade das vistas da alta administração, que o contato perigoso dos elementos maus, superabundantes em todos os centros civilizados, inicie e complete a obra de sedução, que desvie e desvirtue os intuítos e as vistas do poder público⁴².

Inseridos os elementos certos no ambiente estudado, a partir de um determinado número de variáveis controladas, a obra da ocupação e colonização seria proveitosa para a “civilização da natureza”. Torquato reflete cuidadosamente sobre os ingredientes necessários para essa composição, discutindo os aspectos físicos e também culturais, sobretudo religiosos, da recepção dos imigrantes. O imigrante deveria encontrar as condições para a realização do seu culto, seja este qual for, já que “na vida em comum a celebração do culto é um laço de união poderoso, que prende os indivíduos em sociedade”⁴³. A religião assim não apenas forneceria conforto, mas conferiria algum grau de coesão social aos indivíduos instalados na cidade.

Tendo ponderado sobre as condições para a chegada dos imigrantes, Torquato discutiu quais etnias poderiam ser mais úteis para a função da ocupação da terra, em tópicos comuns aos positivistas da Primeira República como exemplificado na obra posterior de Joaquim da Silva Rocha. Em “História da Colonização do Brasil”, de 1918, portanto 21 anos depois do opúsculo de Torquato Tapajós, Silva Rocha refletiu a ação do governo brasileiro e seus agentes sobre a imigração e colonização. Nela, ele realizou uma longa análise sobre as correntes migratórias, revelando tópicos persistentes sobre a questão e ajudando a ilustrar o tipo de preocupação política que se adensa com a incorporação do positivismo. Sobre a obra de Silva Rocha, como destaca Giralda Seyferth, as medidas propostas para obter boa colonização “remetem à questão da nacionalização dos imigrantes – como ‘dar sentido cívico a naturalização’, garantir uma ‘tutela moral através do ensino público’, ampliar as possibilidade de contato provendo as

⁴² Ibid, 1897, p. 9.

⁴³ Ibid, 1897, p. 11.



colônias em vias de comunicação mais adequadas, etc.”⁴⁴ São preocupações similares, como temos visto, àquelas de Torquato Tapajós, para quem a colonização só seria proveitosa se os colonos fossem colocados em comunicação efetiva com o restante da nação. A cultura política que se desenhou no Brasil, tanto no Segundo Reinado quanto na Primeira República, aludia constantemente ao tipo de imigrante desejado, com foco naqueles que seriam mais laboriosos para o trabalho agrícola. Estes elementos comporiam a civilização brasileira e, no seu interior, “a raça brasileira”, quer dizer, o *tipo* almejado. Os imigrantes, neste contexto, contribuiriam para o “branqueamento” e submergiriam na cultura brasileira, sendo por ela assimilados.

Feitas as suas considerações sobre a importância do povoamento e as condições culturais e materiais para a instalação dos imigrantes, Torquato passa à reflexão de quais seriam as etnias – ou nações – mais desejáveis para a construção dessa “civilização do Amazonas”. De início, parte de dois povos que julga particularmente laboriosos: o japonês e o armênio. Com linguagem próxima dos republicanos, sugere que estas “raças” ajudariam no “engrandecimento do Estado”. Em particular sobre o armênio, “a Armênia cristã, sob o domínio da Turquia, é constituída por um *povo profundamente laborioso, forte, belo tipo e capaz de colaborar conosco eficazmente na obra do povoamento e do conseqüente engrandecimento do Estado*”⁴⁵. Os elementos de destaque entre armênios e japoneses seriam a sua capacidade de trabalho e sedentarismo, mas também a sua constituição física. Depois de cogitar também italianos, espanhóis e portugueses, Torquato se pergunta como seria possível a atração destes imigrantes. Haveria, constata, muitos braços disponíveis para o trabalho no mundo, estando a dificuldade em convencê-los a uma tão dramática migração para os confins da selva amazônica. Ao se referir aos portugueses, ele amadurece a ideia de como atraí-los:

Para fomentar e explorar esse desejo, há várias agências de emigração e o engajamento é feito por milhares de sub-agentes, alguns dos quais limitam-se a ganhar as comissões que ajustam, mas outros emprestam dinheiro aos emigrantes com hipoteca de seus poucos haveres e não raro com usura imoderada e ilegítima. O fim de tal empréstimo é habilitar o imigrante a ocorrer as despesas de passaporte e deixar uma pequena quantia à sustentação de alguma pessoa de família, ou amanho de algumas geiras de terra. Diante deste quadro profundamente real, quem duvidará dos resultados de uma propaganda séria, facilitando o Governo a partida do emigrante, que os empreiteiros exploram?⁴⁶

⁴⁴ SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. **Raça, ciência e sociedade** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, pp. 52-3, grifo da autora.

⁴⁵ Ibid, p. 13, grifos nossos.

⁴⁶ Ibid, 1897, p. 15.



Como se sabe, a propaganda que, efetivamente, atraiu estrangeiros, nem sempre correspondeu à realidade. Além de pintar com cores bondosas o seu rincão natal, Torquato Tapajós estava preocupado em responder às objeções do afamado Eugene Poiré, que no seu livro *L'emigration française aux colonies* teria “lançado sobre nós as mais revoltantes inverdades”, o que ajudaria a afastar os imigrantes. Repercutindo os preconceitos de seu tempo, alicerçados numa cultura política trabalhada pelo IHGB mas também reflexo das elites administrativas interiorizadas, Torquato procurou esboçar um plano para a entrada destes migrantes. Não apresentou algo que poderia ser chamado de uma visão original, mas refletiu com sua biografia a originalidade da trajetória de um moço educado no liceu provincial que ganhou a vida como geógrafo na capital do Império. Viu nos indígenas um material plástico, pronto para ser educado e moldado pela civilização, mas sobretudo a ser incorporado pela via da miscigenação. Entrecruzando a visão poética sobre a terra edênica, a visão técnica de engenheiro geógrafo e, por fim, o propagandista do engrandecimento do Vale do Amazonas, Torquato Tapajós deixou estes últimos escritos no mesmo ano em que faleceu, 1897, aos 44 anos.

Considerações finais

Este artigo trouxe, rapidamente, aspectos da vida e da obra do intelectual amazonense Torquato Tapajós, partindo do pressuposto de que foi um dos primeiros membros nativos da elite manauara que adquiriu algum grau de projeção literária. Ao mesmo tempo, foi um intelectual tornado possível por algum esforço do governo provincial que laborou na construção de um estabelecimento de ensino secundário, o liceu. Quer dizer, resultou da combinação da vivência em Manaus, do aprendizado das humanidades no liceu, depois acrescentado pelo ensino na Escola Politécnica do Rio, onde se transformou em engenheiro geógrafo preocupado com questões sanitárias. Mesmo diante dessa nova atuação profissional, Torquato manteve sempre reflexões ativas sobre a sua província, depois estado do Amazonas, seja na forma de lembranças, manifestadas pela poesia, seja pela forma do estudo erudito, seja pela defesa política e propaganda.

O papel que neste artigo foi dado ao liceu diz respeito, antes de tudo, à real possibilidade que ele abriu a um moço da província, mantendo-o conectado com a reflexão de questões locais e regionais e, ao mesmo tempo, garantindo-lhe amplitude filosófica. Torquato lutou contra a “calúnia estrangeira” patente em escritos depreciativos sobre as questões climáticas brasileiras, bem como tentou construir um programa de



incentivo para o povoamento de imigrantes para suprir as demandas dos ainda “vastos desertos”. Muito possivelmente, se tivesse vivido mais tempo, teria se envolvido de forma mais ativa com as questões sanitárias que absorveram os esforços de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, tornando a Amazônia uma espécie de centro laboratorial da produção científica brasileira.

Ademais, teria podido dialogar, quem sabe até participar, das várias comissões de demarcações que se seguiram, em especial aquela da qual participou Euclides da Cunha, entre 1904 e 1905, e que gerou a obra “À margem da História”, com visão bastante diferente da oferecida por ele mesmo. Antes do Éden, para Euclides, na monotonia do verde sem fim a floresta introduzia o inferno, mesmo “inferno verde” de Alberto Rangel em contos de 1908. No seu esforço circunscrito ao final do século e início da República, Torquato estava mais preocupado em dar um contorno civilizacional ao estado do Amazonas pintando-o como a grande promessa do Brasil.

Retomando a questão lançada ao início deste artigo, sobre o intelectual, é importante pensá-lo como aquele que, no momento de transição do Império para a República, reflete sobre a sua terra e busca inscrevê-la no fluxo histórico orientando, de alguma forma, o rumo dos acontecimentos, encaixando-a na nova arquitetura de poder que se desenhava. Por um lado, este intelectual se inscreve numa tradição cultural e amplia o significado da Amazônia, de outro, transforma-se ele mesmo num militante da causa do Amazonas.

Nos cenários críticos, lembra Claudia Wasserman, “os intelectuais são capazes de explicar a aceleração do tempo. Ideias que pareciam fora do lugar – ou do tempo – passam a fazer sentido, bem como as propostas de transformação ou conservação da sociedade também adquirem significado nos discursos intelectuais” (2015, p. 73). Tanto quanto explicar a aceleração do tempo e organizar os eventos, Torquato buscou no passado, na tradição, elementos para justificar uma determinada proposta de transformação ou mesmo a conservação de uma situação. Neste caso, buscou fornecer alicerce para a ideia de uma civilização, perfeitamente escorada na história e encaixada na República, do Amazonas.

Data de submissão: 22/04/2020

Data de aceite: 24/06/2020



Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Agnelo. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BRAGA, Pedro Henrique Maia. **O clima do Amazonas**: Uma interpretação dos discursos de administradores provinciais (1850-1890). Dissertação apresentada ao PPGH de História da UFPB, 2015.

COSTA, Kelerson Semerene. **Homens e natureza na Amazônia brasileira**: dimensões (1616-1920). Tese (Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

DAOU, Ana Maria. **A cidade, o teatro e o 'Paiz das seringueiras'**. Rio de Janeiro: rio's Books, 2014.

GABLER, Louise. "Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1891-1920)". 2018. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/244-academia-imperial-militar> Acesso em Janeiro de 2020.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Polo, 1994.

JOBIM, Anísio. **A Intellectualidade no Extremo Norte**. Contribuições para a História da Literatura no Amazonas. Manaus: Livraria Clássica, 1934.

LOUREIRO, Antonio José Souto. **O Amazonas na época imperial**. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2007.

MONTELLO, Josué. **Gonçalves Dias na Amazônia**. Relatórios e diários da viagem do Rio Negro. Rio de Janeiro: ABL, 2002.

MOTA, Assislene Barros. **A escola normal do Amazonas**: a formação de uma identidade (1889-1945), Tese apresentada à UNISO, Sorocaba, 2005.

MUNARO, L. F. **Rios de Palavras**: a imprensa nas periferias da Amazônia (1821-1921). 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

PEREIRA, Nasthya. **Relações Homem-Natureza**: O Discurso Político Sobre Agricultura e Extrativismo na Província do Amazonas (1852-1889). Dissertação apresentada ao PPGH-UFAM: Manaus, 2008.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920). Manaus: EDUA, 2015.

SCHWEICKARDT, Júlio César. **Ciência, nação e região**. As doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1930. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. Raça, ciência e sociedade [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, pp. 41-58.

SIRINELLI, Jean François, RIOUX (orgs) **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.



SOUZA, Leno José Barata. Cultura impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário. **Tempos Históricos**. volume 14 • 2º semestre de 2010 • p. 106-133.

TAPAJÓS, Torquato. **Apontamentos para a Climatologia do Valle do Amazonas**. Autor: Torquato Tapajós Rio de Janeiro, 1889a. Disponível em: https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/apontamentos_para_a_climatologia_do

TAPAJÓS, Torquato. **Colonização e imigração**. Povoamento do estado do Amazonas. Manaus: Imprensa Oficial, 1897. Disponível em: https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/colonisacao_e_migracao

TAPAJÓS, Torquato. Conferência realizada na sessão de 10 de Outubro de 1889; pelo sócio remido Torquato. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**. TOMO V Ano de 1889b Disponível e http://memoria.bn.br/pdf/181897/per181897_1889_00004.pdf

TAPAJÓS, Torquato. **Estudos sobre o Amazonas**. Limites do Estado. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1896. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179466>

TAPAJÓS, Torquato. **Nuvens Medrosas**, Manaus, 1874. Disponível em: https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/nuvens_medrosas

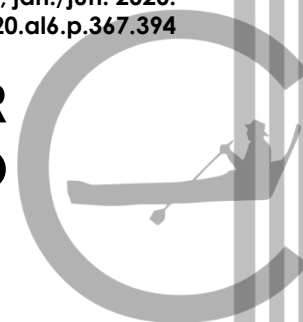
TAPAJÓS, Torquato. **Valle do Amazonas e os apontamentos para o dicionário geográfico do Brazil**. Rio de Janeiro: Tipografia da Escola Serafim José Alves, 1888. Disponível em: https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/valle_do_amazonas_o

TAPAJÓS, Vicente et all. **A Amazônia no século XIX**. Contribuição do coronel Francisco Antonio Monteiro Tapajós para o seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: Gráfica Vida Doméstica, 1979.

WASSERMAN, Claudia. “História intelectual: origem e abordagens”, **Revista Tempos Históricos**, 2015.



O POVO APURINÃ CONTRA O PODER COERCITIVO



Rogério Sávio Link¹

Resumo

Este artigo discute o controle social do povo Apurinã em relação ao poder coercitivo. O objetivo é analisar como a sociedade apurinã estava e ainda está estruturada para delimitar o poder das lideranças políticas e religiosas evitando, assim, o aparecimento do poder coercitivo e da sociedade dividida em classes sociais. Para alcançar esse objetivo, a análise apoia-se principalmente nos trabalhos de Pierre Clastres, Hélène Clastres e Marcel Gauchet. Pierre Clastres chega à conclusão de que todo poder nas sociedades indígenas emana da comunidade. As lideranças seriam desprovidas de poder coercitivo e, dessa forma, as sociedades indígenas seriam “sociedades contra o Estado”, a forma mais acabada de poder coercitivo que institui o aparecimento das classes e do trabalho alienado. A partir de dados históricos e etnográficos, este artigo dialoga com a tese de Clastres buscando apresentar o ponto de vista dos Apurinã visibilizado em sua história e em suas narrativas míticas. Mas, diferente de Clastres, para quem o poder coercitivo parece provir mais substancialmente do grupo dos guerreiros, para os Apurinã, ele parece provir perigosamente da religião. As principais fontes históricas e etnográficas aqui utilizadas são de duas ordens: extratos de cartas e relatórios produzidos por missionários da South American Missionary Society entre as décadas de 1870 e 1880; e observações de campos decorrentes de minha convivência com os Apurinã do Médio Purus.

Palavras-chave: Apurinã; poder coercitivo; poder político; xamanismo; Amazônia.

Abstract

This article discusses the social control of Apurinã people regards to the coercive power. The objective is to analyze how Apurinã society was and still is structured to delimit the power of the political and religious leaderships, thus avoiding the emergence of coercive power and of a society divided into social classes. To achieve that objective, the analysis is mainly based on the work of Pierre Clastres, Hélène Clastres and Marcel Gauchet. Pierre Clastres comes to the conclusion that all power in indigenous societies emanates from the community. The leaderships would be deprived of coercive power and thus indigenous societies would be “societies against State”, the most finished form of coercive power that institutes the emergence of classes and alienated labor. From historical and ethnographic data, this article dialogues with the thesis of Clastres seeking to present the point of view of Apurinã visible in its history and in its mythical narratives. But unlike Clastres, for whom coercive power seems to come more substantially from the warrior class, to the Apurinã, it seems to come dangerously from religion. The main historical and ethnographic sources used here are of two orders: extracts from letters and reports produced by missionaries of the South American Missionary Society between the 1870s and 1880s; and field observations resulting from my convivialite with the Apurinã of the Middle Purus.

Keywords: Apurinã; coercive power; political power; shamanism; Amazon.

¹ Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Teologia pela Faculdade EST (2008). Doutor em História pela UFRGS (2016). Pós-doutor em História Indígena pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. E-mail: rogerio.link@unir.br



Introdução

Este artigo é parte dos resultados de um projeto de pesquisa de doutoramento em História Indígena defendido em 2016 na UFRGS. Ele discute o controle social do povo Apurinã em relação ao poder coercitivo. Meu objetivo aqui é abordar como a sociedade apurinã estava e ainda está estruturada para delimitar o poder das lideranças políticas e religiosas. Para alcançar esse objetivo, minha análise apoia-se no trabalho de Pierre Clastres (2012 [1974]; 2014 [1978]) que, como também observou Carlos Fausto (1999: 260), afirma a primazia do político sobre o econômico. A partir de dados históricos e etnográficos, dialogo com a tese de Clastres buscando apresentar o ponto de vista dos Apurinã visibilizado em sua história e em suas narrativas míticas. Mas, diferente de Clastres, para quem o poder coercitivo parece provir mais substancialmente do grupo dos guerreiros, para os Apurinã, ele parece provir perigosamente da religião.

Assim, a análise do conteúdo histórico e etnográfico é feita a partir do entrecruzamento do poder político com o poder religioso. Os trabalhos de Hélène Castres (1978), afirmando a descontinuidade entre o profetismo tupi e o exercício do poder político, e de Marcel Gauchet (1980), afirmando a ruptura entre a sociedade igualitária e a sociedade de classes como proveniente da religião, são também tomados para discutir o problema. Para Hélène Castres, a confluência dos fenômenos religiosos e políticos em uma mesma liderança é exceção proveniente das vicissitudes do pós-contato que enfraqueceram o controle social sobre as lideranças e possibilitou o surgimento do poder coercitivo. Já Gauchet vai dizer que, depositando o sentido de sua existência fora de si mesma (na religião), a sociedade operaria a primeira ruptura necessária para a segunda ruptura quando as pessoas que representariam as divindades passaram a exercer poder sobre os demais em nome dessas divindades.

Um trabalho semelhante ao meu foi feito por Renato Sztutman (2005) em sua tese de doutoramento intitulada “O profeta e o principal”. A partir dos trabalhos de Pierre Clastres e de Hélène Clastres (1978), esse autor trabalha com uma revisão bibliográfica exaustiva a respeito dos Tupi. Já o meu trabalho se diferencia por ser sobre um grupo Aruak e por utilizar dados históricos e etnográficos coletados em campo, mas o princípio da crítica é a mesma, qual seja, trabalhar com a emergência do poder coercitivo numa sociedade indígena.

As principais fontes históricas e etnográficas aqui utilizadas são de duas ordens:
1) extratos de cartas e relatórios produzidos por uma missão anglicana – *South American*



Missionary Society (SAMS) que manteve missionários e missionárias no Rio Purus entre as décadas de 1870 e 1880 – e publicados na revista *South American Missionary Magazine* (SAMM); 2) e observações de campos decorrentes de minha convivência com os Apurinã do Médio Purus entre agosto de 2008 a agosto de 2010 como assessor de um projeto de revitalização linguística e cultural entre os Apurinã mantido pelo Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN) e observações feitas entre janeiro e fevereiro de 2013 durante uma pesquisa de campo.

Controlando políticos e guerreiros

A fragmentação do poder político como estratégia de controle social

A primeira coisa que podemos tomar como uma afirmação axiológica é que, antes do contato intensivo, as lideranças apurinã (*kiumãnety*) eram desprovidas de poder coercitivo e que todos os Apurinã se consideravam e se consideram eles mesmos como chefes. Ou como afirmou o Coronel Antonio Rodrigues Pereira Labre, colonizador do Purus que, em 1871, estabeleceu sua colônia no estuário do Rio Ituxi, atual cidade de Lábrea: “não há distinção e nem privilégio algum, nem tampouco para o chefe e sua família, que nivelada com as outras, trabalha e vive do mesmo modo, não tendo servos ou criados” (LABRE, 1872: 16). Isso não quer dizer que os Apurinã desconheciam o poder exercido coercitivamente; ao contrário, como tentarei argumentar, os chefes apurinã não possuíam poder de mando justamente porque a sociedade apurinã se colocava e se coloca contrária à existência de tal poder. Meu objetivo aqui é justamente abordar como a sociedade apurinã estava e ainda está estruturada para delimitar o poder das lideranças políticas. Para Pierre Clastres (2012: 211, 219, 231; 2014: 142) todo poder nas sociedades indígenas emana da comunidade. As lideranças seriam desprovidas de poder coercitivo e, dessa forma, as sociedades indígenas seriam “sociedades contra o Estado”, a forma mais acabada de poder coercitivo que institui o aparecimento das classes e do trabalho alienado. A argumentação de Clastres é que as sociedades indígenas não estruturadas em classes teriam sido na realidade eficazes na sua “luta” para impedir que relações sociais de exploração emergissem. Isso porque o poder não está na figura de um chefe supremo. Ao contrário, “o chefe está a serviço da sociedade, é a sociedade em si mesma – verdadeiro lugar do poder – que exerce como tal sua autoridade sobre o chefe”



(CLASTRES, 2012: 221). Assim, o igualitarismo seria uma prevenção contra o Estado (SCOTT, 2009: 274ss).

No final do século XIX, Paul Ehrenreich (1891: 65) – antropólogo alemão que descreveu os primeiros anos de contato – também observou esse igualitarismo entre os Apurinã. Para esse autor, a figura do chefe era totalmente desprovida de poder de mando e, quando perguntados por seu chefe, os Apurinã sempre respondiam que entre eles todos eram chefes. É interessante notar que mais de um século depois, obtive várias vezes a mesma explicação de diferentes interlocutores. Marco Antônio Lazarin (1981: 79) e Juliana Schiel (2004: 85) também vão identificar a mesma problemática; o que é sinal de uma estrutura de longa duração. Nesse sentido, Ehrenreich também vai dizer que os Apurinã chamavam seu chefe de *enēkakary*. Infelizmente não consegui verificar o uso desta palavra na atualidade. Ao invés dela, obtive a palavra *kiumāny* (liderança) que é também utilizada para designar os sábios ancestrais. Há que se dizer, no entanto, que essa palavra somente surgiu depois de um longo processo de consulta e que, portanto, ela pode estar muito longe daquilo que a sociedade não-indígena entende como chefe. Na atualidade, ao falar da figura do chefe, os Apurinã utilizam palavras provenientes do contexto regional como cacique e tuxaua. O próprio missionário Jacob Evert Resyek Polak, que atuou entre 1873 e 1881 com os Apurinã, não registrou em sua gramática-dicionário (1894) nenhum termo que correspondesse a uma figura de chefe ou liderança. Em novembro de 1875, o missionário Robert Stewart Clough afirma que “cada comunidade é governada por um tuxaua ou chefe [*tuchaua or chief*], mas outro principal [*head man*] possui uma autoridade praticamente igual aquela de seu superior nominal” (SAMM, 1876: 112). A questão parece ser assim bastante evidente: não existia uma tal figura separada da comunidade que merecesse receber um atributo que a distinguísse em graus dos demais. A sociedade apurinã não estava dividida entre aqueles que mandavam e aqueles que obedeciam. Portanto, entre os Apurinã, em vez de chefe, é melhor falar em *liderança*. E a figura da liderança somente é reconhecida como tal pela sua capacidade de servir à coletividade.

O serviço que as lideranças prestam à comunidade, segundo Clastres (2012: 48, 55), depende das qualidades exigidas pela comunidade que são: ser *bom orador* para representar a comunidade, ser *generoso* trabalhando mais do que os outros e redistribuindo os bens e ser um *apaziguador* de conflitos. Em troca recebe da comunidade o privilégio da poliginia. Em relação aos Apurinã, Clastres (2012: 55) vai afirmar que o



chefe será aquele que se destaca como um dos melhores caçadores. No entanto, essa parece ser uma informação superficial e equivocada, ou seja, sem observação etnográfica.

O fato de ser bom caçador, não faz de ninguém uma liderança política; seus atributos como bom caçador são reconhecidos somente no momento da caça. Para ser liderança política, os atributos exigidos são outros. No caso dos Apurinã, a liderança parece ser aquela que melhor lida com as fronteiras culturais. Portanto, a liderança apurinã é alguém que se destaca na capacidade diplomática, geralmente evidenciada pelo domínio da língua do estrangeiro. No contexto pós-contato, a liderança geralmente era alguém que falava bem o português. Talvez por isso tenhamos muitos relatos de que os Apurinã entregavam sistematicamente suas crianças para os não-indígenas, para os *îparânyry*². Parece que a “doação de crianças” instituía um rito de passagem que visava o domínio do mundo do *karywa*. Pelo menos essa tem sido minha argumentação (LINK, 2016: 103-123). Disso podemos inferir que essa situação também seria verídica para o período anterior ao contato com os *îparânyry*, o que é evidenciado, sobretudo, nos relatos que afirmavam a existência de alguns Apurinã vivendo entre outros grupos indígenas e desempenhando um papel de liderança justamente por dominar uma habilidade linguística necessária (LINK, 2016: 184, 240). Com essa estratégia, portanto, os Apurinã parecem dar continuidade ao processo de formar lideranças; e, quanto mais lideranças – mais fragmentação do poder político –, menos chance de serem coagidos e explorados. A educação para que todos sejam chefes fragmenta e impede que um grupo domine exclusivamente o campo da atuação política.

Assim, a capacidade diplomática parece ser um ponto central para que um Apurinã possa ser reconhecido como uma liderança. Esse atributo está ligado, obviamente com a capacidade oratória. E esse talento oratório é exigido tanto para representar a comunidade para fora do grupo quanto também para representar os anseios internos da própria comunidade. Mas quando o discurso da liderança dirigir-se à comunidade, geralmente esta não presta a menor atenção. Com essa indiferença, a comunidade parece lembrar seu chefe que ele não detém nenhum poder de mando (CLASTRES, 2012: 50s). De

² Os Apurinã possuem dois termos para se referirem aos não-indígenas: *karywa* e *îparânyry*. O primeiro é um empréstimo da Língua Geral Amazônica (no português atual *cariú*) e é compartilhado entre vários povos indígenas da região amazônica. Provavelmente, os primeiros exploradores falantes da língua geral, ao entrarem em contato com os indígenas, utilizavam esse termo para se referirem a eles mesmos e o termo foi sendo transmitido de povo para povo. O segundo etnônimo, por sua vez, provém da própria língua apurinã e denota a conjuntura do momento histórico a partir do qual os Apurinã perceberam a chegada desses forasteiros que adentravam seu território e pode ser traduzido como “aqueles que chegam com a época das chuvas”.



semelhante forma, atualmente, da liderança apurinã, exige-se que pronuncie discursos dos quais a comunidade geralmente permanece indiferente. É também obrigação das lideranças organizarem festas e reuniões políticas das quais uma grande parte da comunidade não contribui ou nem mesmo participa. As lideranças, notadamente, reclamam dessa situação, mas a comunidade parece impassível frente a essas admoestações. As lideranças são assim constantemente lembradas que elas não detêm nenhum poder de fato. Mesmo assim, as festas organizadas pelas lideranças têm como um de seus fundamentos a manutenção do prestígio e ou a tentativa de construção de hierarquias sociais. Elas são organizadas geralmente para celebrar a morte de lideranças. Ao celebrar e reviver os feitos, os vivos estão agenciando o poder simbólico do morto em benefício próprio. É a consolidação do prestígio familiar que está em jogo. E a realização de festas traduz-se, obviamente, em poder político. Dessa forma, embora as hierarquias sociais possam ser menos presentes entre os Apurinã e entre os demais Aruak do Sul da Amazônia do que em relação aos seus vizinhos do Norte (HILL; SANTOS-GRANERO, 2002: 19), certamente ela também é uma característica observável.

Embora cada Apurinã seja formado para exercer a liderança, essa tarefa de fato parece recair preferencialmente sobre alguns indivíduos. Geralmente é chefe quem tem uma rede familiar maior. Se a capacidade da rede familiar tende a delimitar o reconhecimento de uma liderança, isso implica que geração após geração as lideranças tendem a provir das mesmas famílias, pois essas são as famílias maiores. Assim como entre os demais Aruak (SANTOS-GRANERO, 2002: 44s), a linhagem parece, pois, representar um importante componente para que um Apurinã seja reconhecido como liderança. A rede familiar e a linhagem são, assim, o suporte das lideranças. E são suporte, sobretudo, porque ajudam as lideranças no serviço à comunidade.

Portanto, uma rede familiar ampliada auxilia a liderança na tarefa de servir à comunidade. Tradicionalmente, como também descreveu Clastres (2012: 60), numa comunidade indígena, a liderança é quem trabalha mais arduamente. Geralmente é ela quem tem o maior roçado, o qual fica a disposição da comunidade, pois a liderança é quem tem a obrigação da generosidade. O acúmulo de bens desproporcionais não é algo aceito pela comunidade. Dessa forma, a obrigação de ser generoso impede que a liderança consiga obter vantagens de seu posto acumulando bens e distinguindo-se dos demais. Uma liderança que tenta transformar seu poder em vantagem é simplesmente abandonada pela comunidade (CLASTRES, 2012: 171). Assim, o prestígio de um chefe – ou seu capital simbólico (BOURDIEU, 1996: 170) – é medido pela sua capacidade de



generosidade, sua capacidade de doação para e pela comunidade. Quanto mais uma liderança doa, mais prestígio ela tem. No período pós-contato, a capacidade de chefia passou a ser medida também pelo acesso que as lideranças propiciavam aos bens manufaturados. Por exemplo, em 1881 o missionário William Thwaites Duke, escrevendo desde o Rio Mamoriá quando estava em uma viagem ao Rio Seruini, faz a seguinte observação:

No meu retorno desta viagem [ao Seruini], eu espero visitar novamente o Sepatini, porque eu ouvi do Senhor Barbosa, que vive perto daqui [da boca do Rio Mamoriá] e que nos acompanhou em nossa visita aos índios, que um chefe de um ponto mais alto do Sepatini esteve em sua casa e reclamou que o pequeno vapor não tenha ido até a sua aldeia. Ele disse: “os outros dois chefes são bons [chefes que Duke teria visitado]; mas eu não sou bom, pois você não veio me ver com o pequeno vapor”. Ele também disse que lá ele tem um grande número de crianças. (SAMM, 1881: 187, tradução própria)

Se o lamento da liderança foi registrado corretamente pelo missionário, podemos então concluir que o chefe ansiava para que os missionários fossem até sua aldeia tanto quanto os missionários ansiavam para ir. O relato deixa entrever que essa liderança estaria preocupada com o fato dos missionários terem visitado outras aldeias nas imediações e negligenciado a sua. Situação que o colocava em uma posição de menor prestígio perante os chefes das outras aldeias e perante a sua própria aldeia. Podemos inferir que sua comunidade o admoestava para que ele também conseguisse que os *ĩparãnyry*, portadores de bens desejáveis, viessem até eles. Talvez por isso, esse chefe tenha empreendido uma viagem até o Purus para tentar contatar os missionários para que também fossem visitá-los. E, como alguém que sabe o que os missionários estão procurando, acrescenta que a aldeia estaria cheia de crianças.

Em troca dos seus serviços prestados, as comunidades indígenas parecem admitir que as lideranças tomem mais de uma esposa. Como as lideranças precisam ter uma base familiar ampliada para servir à comunidade, essa situação é amplamente aceita. Daí a observação etnográfica recorrente de que a poliginia seria prerrogativa dos chefes em muitas comunidades. Entre os Apurinã, a poliginia também parece ter sido privilégio das lideranças. Em mais de uma ocasião, os missionários observaram que as lideranças tinham mais de uma esposa (SAMM, 1876: 112, 116).

O arquétipo da vingança como antídoto ao poder coercitivo

Até aqui descrevi a natureza do poder político. Outra questão que chama a atenção nas fontes históricas é o excesso de violência interna entre os Apurinã. Como também



observou Juliana Schiel (SCHIEL, 2004: 266s), a violência entre os Apurinã parece ter uma incidência significativa e é narrada como uma condição decorrente da “terra do meio”³. Sem dúvida a participação na sociedade nacional levou os Apurinã a potencializarem o conflito interno. Assim, o contato com a sociedade nacional acentuou conflitos e desestruturou a sociedade apurinã; mas, como argumento, essa situação de conflito também é decorrente da própria cultura apurinã. A chegada do *ïparãnyry* trouxe a divisão social em termos de exploração e muitos Apurinã, não aceitando essa situação, se insurgiram. Daí a escalada crescente de violência interna descrita pelos missionários, exploradores e colonizadores.

No entanto, essa situação de violência não pode ser creditada somente ao contexto pós-contato. Ela certamente tem uma causa mais profunda vinculada à estrutura cultural apurinã. A análise das fontes mais antigas já aponta a incidência de conflitos internos, que em decorrência do contexto de colonização fora descrito por vezes como propensão para a guerra. Meu argumento aqui é que, embora os Apurinã pudessem ser descritos como guerreiros, os conflitos esporádicos e localizados não corroboravam com a interpretação de um estado de beligerância (LINK, 2016: 203, 205, 218-220). No entanto, se nunca fora registrado um *estado efetivo de guerra* – uma “sociedade de guerreiros” como diria Clastres (2014: 279) – que opunha o conjunto da sociedade Apurinã aos *ïparãnyry* ou a outros grupos indígenas, o mesmo não se pode dizer dos conflitos internos. Na realidade, como a análise das fontes sugere, os conflitos registrados sempre foram internos, ou seja, envolviam facções internas e ou estrangeiros que estavam sendo “consanguinizados”. Os Apurinã parecem viver, então, *um estado de guerra em potencial*. Clastres (2014: 279) chama isso de “estado de guerra permanente”. Os estudos antropológicos mais recentes, vão vincular esses conflitos à instituição da *vingança* que parece fazer parte da estrutura social apurinã e que seria, em última instância, responsável pela escalada de violência no contexto pós-contato. Na cosmologia apurinã, a vingança, assim, é descrita como um legado do começo do mundo quando “os filhos de Yakoneru [Yakuneru] vingam a morte de sua mãe, matando seus ‘avós’” (SCHIEL, 2004: 227). Os filhos de Yakoneru seriam *Erutã*, *Uxurũku*, *Ekipaã* e *Tsura* e se vingariam de *Katsamãũteru* pela morte de sua mãe (SCHIEL, 2004: 227). *Tsura* é o protagonista maior e é quem sempre é lembrado como aquele que instituiu a obrigatoriedade da vingança.

³ Cosmologicamente, os Apurinã consideram-se como um povo que vive na terra do meio entre duas terras de perfeição (*Kairiku* e *Iputuxity*). Eles teriam empreendido uma migração originária e permaneceram na terra do meio (LINK, 2016: 257).



Não estou interessado aqui em analisar exaustivamente a estrutura do mito. Minha intenção é somente pontuar que a vingança, ao contrário do que Florestan Fernandes (2006: 85) vai dizer sobre os Tupinambá, parece ser o motor de toda a violência registrada entre os Apurinã; e ela está presente em suas narrativas míticas. Fernandes, ao analisar a função da guerra na sociedade tupinambá, dá primazia para o econômico. Por causa disso, mesmo evidenciando que as fontes históricas (cronistas) apontam para a vingança como o motor principal das guerras dos Tupinambá, Fernandes (2006: 66, 85) vai afirmar que elas eram geradas pelas disputas por território. Inspirado em Clastres, minha intenção é antes vincular a vingança – entendida aqui como a potencialidade para o conflito – com a estrutura social igualitária da sociedade apurinã. Minha tese é que a vingança é justamente o antídoto da comunidade contra a emergência de um poder coercitivo.

Juliana Schiel (2004: 79) vincula a vingança à questão da guerra, de forma que ela acaba assumindo o discurso dos Apurinã como guerreiros. No entanto, a partir de sua etnografia ela também percebe que a realidade empírica não sustenta a ideologia de que os Apurinã seriam dados à guerra. Sua saída então foi descrever uma transição da guerra para a vingança. “Hoje, então, a guerra não é mais uma instituição, mas a vingança e os conflitos são presentes e constroem a maneira como os Apurinã pensam e vivem. Os conflitos, muitos com mortes, são inúmeros e a sua memória traz consigo novos conflitos potenciais” (SCHIEL, 2004: 80). Assim Schiel tenta sustentar que o contexto pós-contato teria impossibilitado a guerra e deixado em seu lugar somente a vingança. Se a vingança originária instituía a guerra, no contexto pós-contato ela parecia instituir apenas a violência. Para ela, as instituições indigenistas (CIMI, OPAN e UNI) teriam contribuído para que as famílias separadas pelo receio de vingança voltassem a conviver. Mas se há a satisfação de poder conviver com aquele que se temia, agora também há o receio da vingança, pois o convívio aproxima os inimigos. Essa interpretação em si não está totalmente equivocada. No entanto, minha argumentação tem se desenvolvido em outro sentido. Em meu ponto de vista, a vingança apurinã não é a sobra de um passado guerreiro. Ela é um instrumento social que impede o aparecimento da exploração do ser humano pelo ser humano. Situação que foi exponencialmente ampliada no pós-contato justamente porque nessa nova situação a exploração era a base mesma da sociedade. Assim o que Schiel (1999: 111) vai chamar de “circuito de vingança” parece ser, na verdade, a resistência apurinã ao poder coercitivo.

Portanto, em minha descrição, ao instituir a vingança, Tsura se transforma no *arquétipo* seguido pelos Apurinã. Utilizo preferencialmente esse conceito aqui no lugar



de *ethos* e *habitus* devido à sua conotação religiosa. Faço uso desse conceito a partir do trabalho de Carl Gustav Jung (2002). Para Jung, arquétipo é uma categoria que explicaria as projeções coletivas da sociedade; por isso ele o vincula ao inconsciente coletivo. Nas diferentes áreas do conhecimento, esse conceito seria expresso como: motivo, temas, representação coletiva, categorias da imaginação, pensamentos elementares ou primordiais (JUNG, 2002: 53). Podendo ser vinculado às forças sugestivas e emocionais das ideias religiosas, Jung (2002: 67s, 74) aproxima esse termo do conceito empírico de *anima* (alma), como aquilo que anima e põe em movimento o ser social. Estruturados nas projeções sociais, dentre as quais se destacam as dos pares opostos presentes nos motivos mitológicos (JUNG, 2002: 71s, 81), o arquétipo é aquela forma por trás das ideias que institui comportamentos e ações. São as tendências estruturantes presentes no inconsciente coletivo. Os arquétipos estariam, assim, estruturados nas projeções mitológicas e religiosas que a sociedade compartilha e vive no cotidiano ou, como diz Jung (2002: 132), “a sugestão da comunidade produz a identificação com o deus”. No caso em questão, o herói mítico. Dessa forma, o compartilhamento coletivo das histórias míticas introjetaria nos indivíduos o ideal social presente nos arquétipos. Portanto, como uma espécie de sinônimo para *ethos* e *habitus*, entendo arquétipo como uma estrutura de projeção de opostos estruturada e estruturante (BOURDIEU, 1992: 191) que põe a sociedade em movimento e assim reproduz a estrutura social.

Como *arquétipo da vingança*, do desafiador, Tsurá institui uma *estrutura da vingança*. As relações entre aldeias diferentes e, às vezes dentro da mesma aldeia, são permeadas por rixas e vinganças que são atualizações míticas da vingança primordial a qual impede a divisão do corpo social entre aqueles que mandam e aqueles que obedecem. Na prática, os Apurinã vivem cotidianamente essa tradição iniciada arquetipicamente por Tsurá ou, dito de outra forma, reinterpretam o seu cotidiano a partir da figura desse herói mítico criador. A vingança aqui é pura retribuição. O sistema de reciprocidade que instaura obrigações mútuas de dar, receber e retribuir (MAUSS, 2015 [1925]: 241ss) também pode ser observado entre os Apurinã. Nesse sentido, os missionários igualmente entraram nessa mesma lógica, embora não a entendessem ou fingissem não a entender. Em dezembro de 1881, Duke vai escrever:

A propósito, eu devo mencionar que os índios de uma grande maloca nas margens do Seruini se tornaram tão enfurecidos porque nós não demos a eles presentes sem eles darem alguma coisa em retorno, que quando nós pedimos que eles soltassem as amarras do Pioneiro [nome da lancha a vapor], em vez de fazer isso eles nos puseram à deriva, e então nos disseram adeus com gritos e lamentos nada agradáveis de ouvir. (SAMM, 1882: 87s)



Mas diferente de Marcel Mauss (2015 [1925]: 200), para quem a guerra parece ser a quebra da reciprocidade, entre os Apurinã, a potencialidade da guerra é a continuação de uma relação recíproca. Só que, “enquanto na troca de bens aquele que dá quer receber, na vingança, o desejo se inverte, e o matador não quer ser pago, nem está obrigado a receber o pagamento” (FAUSTO, 1999: 263s). No entanto, o que estou chamando de estrutura da vingança não se resume na morte do “inimigo”. Entre a simples injúria e a pena capital, há um leque de possibilidades. Assim, a retribuição é aqui ato de vingança que é mais bem evidenciada na estruturação de ritos e celebrações nos quais os conflitos são mitigados; às vezes, com violência. Nesses rituais, a “vingança” é uma forma de fabricação de parentesco, de “predação familiarizante” (FAUSTO, 1999: 265ss; VILAÇA, 2006: 187s, 192-205). Michael Heckenberger (2002: 115) vai afirmar que entre os Aruak a predação não parece ser um distintivo cultural. E isso seria inclusive a justificativa que apontaria os Apurinã como diferentes dos demais Aruak. No entanto, logo a seguir Heckenberger descreve uma série de rituais para a redução de conflitos, incluindo antagonismo sexual, eventos esportivos e conflitos ritualizados. Entre os Apurinã, os missionários também registraram rituais semelhantes, como lutas e conflitos encenados ou ritualizados (SAMM, 1876: 87-89); e isso é predação familiarizante. O modo de ser Apurinã parece, dessa forma, semelhante ao modo de ser Wari’ descrito por Aparecida Vilaça. Como para os Wari’, para os Apurinã, “o processo de diferenciação interna, de ‘estrangeirização’, é parte do processo de ‘inimização’” (VILAÇA, 2006: 61), pois o parente é aquele que se deixa submeter às diversas situações, mesmo de violência ou vexação, e mesmo assim demonstra confiança e entrega aos cuidados do anfitrião. Mas ao contrário dos Wari’, para quem os inimigos seriam todos os não-Wari’ (VILAÇA, 2006: 56), para os Apurinã, os “inimigos ideais” (FAUSTO, 2001), se essa pode ser uma expressão utilizável, são outros Apurinã. Isso também é o que nos indicam as fontes históricas. William Chandless (1866: 96)⁴, por exemplo, afirmou que os Apurinã praticariam a guerra em especial contra sua própria gente. Assim, enquanto aqueles tidos como iguais sofrem pressão interna para evitar a diferenciação, os *ĩparãnyry*, como uma categoria de *outsiders*, parecem representar aqueles que estão em posição de serem *apurinizados*. Esse parece ser o caso dos Kuwarinyry que, como argumentei (LINK, 2016: 199s), embora sendo um grupo apurinã, sofre pressão social dos demais grupos. No

⁴ Geógrafo inglês que realizou viagens exploratória no Amazonas na década de 1860, mapeando os rios, descrevendo a geografia, a fauna, a flora e os habitantes. Em 1866, fez uma viagem exploratória ao Rio Purus e ao Rio Acre.



mesmo sentido, também estariam os Manchineri que, embora seja o grupo linguisticamente mais próximos dos Apurinã, viviam, segundo a descrição das fontes (CHANDLESS, 1866: 101), em situação de conflito com os Apurinã. Ora, o conflito aqui indica justamente uma relação de afinidade. Os Kaxarari, ao contrário, mesmo pertencendo a outra família linguística, parecem ser tratados com maior cuidado. Eles seriam os estrangeiros e, portanto, em processo potencial de apurinização. O que estou defendendo aqui é que a “endo-guerra” observada entre os Apurinã e os Manchineri – tida como uma expressão do contato com outros grupos não-Aruak, com os Pano no caso dos Manchineri (SANTOS-GRANERO, 2002: 32) – é, na verdade, expressão da dinâmica interna para impedir que o poder coercitivo surja internamente. Nesse sentido, em determinado momento os Apurinã e os Manchineri se separaram porque um grupo ou uma liderança pode ter iniciado um processo de transformação de seu prestígio em poder coercitivo ou primazia sobre o outro grupo. A guerra ou a vingança, nesse sentido, poderia ter sido uma forma de resolver os problemas, mas como os grupos foram se distanciando geograficamente eles acabaram se separando.

Se as fontes descrevem os Apurinã como belicosos e dados a contendas, se a violência é uma dinâmica da sociedade Apurinã, o mesmo não se pode dizer da figura da liderança. A liderança deve atuar como um apaziguador e não como um incentivador de conflitos. O líder Apurinã não é um guerreiro bem-sucedido; ao contrário, parece ser antes um pacificador respeitado. O exercício da chefia é incompatível com o conflito, pois ao posicionar-se de um lado de uma contenda, a liderança política perde o respeito dos demais e seu poder é esvaziado. O conflito parece assim estar do lado de outra figura importante para as comunidades indígenas, o guerreiro. No entanto, é óbvio que, em situações extremas, a liderança é obrigada a tomar partido sob pena de perder completamente sua autoridade.

Como tenho expressado, os Apurinã nos dizem que entre eles todos são chefes. Mesmo afirmado a universalidade da chefia, na prática, os Apurinã também sabem que a liderança é o exercício de poucos. O mesmo não se pode dizer dos guerreiros. A potencialidade guerreira – como aspiração de qualquer indivíduo – pode ser fonte inesgotável de prestígio social (CLASTRES, 2014: 270s); e, por isso, é o lócus natural de todo aquele que busca destaque dentro do grupo. Às lideranças políticas, cabe a tarefa da apaziguação. Aos demais, cabe a tarefa da contestação, da contenda, da desobediência, da oposição. Essa oposição é justamente o que estou chamando de *potencialidade guerreira dos Apurinã*. Isso não quer dizer que sejam guerreiros de fato, pois para que



possa existir o guerreiro deve existir a guerra e, como vimos, esta aparece mais como possibilidade do que como evento histórico. Talvez, quando os Apurinã se refiram ao fato de que todos são chefes, eles também tenham a intenção de dizer que todos são guerreiros, que todos são contestadores. Dito de outro modo, que eles não se submetem ao controle de outrem. Dessa forma, o guerreiro apurinã é o vingador por excelência, ou seja, é aquele que administra o antídoto – a vingança – contra a divisão do corpo social entre dominantes e dominados. O guerreiro é, dessa forma, um instrumento pelo qual a sociedade apurinã parece evitar o surgimento de um poder centralizador. Quiçá por causa disso os Apurinã sejam descritos insistentemente como guerreiros, pois as narrativas de contato parecem estar fazendo referência, em realidade, ao fato de que os Apurinã não se submetem ao mando e à exploração.

Clastres vai identificar na lógica guerreira o potencial para impor-se sobre a comunidade indivisa. “A guerra traz dentro dela, portanto, o perigo da divisão do corpo social homogêneo da sociedade primitiva” (CLASTRES, 2014: 280). A confraria dos guerreiros teria, dessa forma, o potencial para usurpar o poder da comunidade. No entanto, como fonte de todo prestígio, glória e poder, a comunidade indígena seria ela própria também o antídoto para que os guerreiros não instituassem a divisão entre dominantes e dominados. Esse antídoto, por um lado, está na própria lógica do prestígio concedido que é individual e impediria “ao conjunto dos guerreiros aparecer como coletividade homogênea” em disputa com a comunidade (CLASTRES, 2014: 281). Por outro lado, como a vontade da comunidade é de que a liderança política seja um apaziguador, pois ela não quer viver em constante conflito, a natureza do prestígio guerreiro não parece provir então da mesma fonte do prestígio da liderança política. A necessidade da liderança parece surgir justamente porque a comunidade necessita de um apaziguador. Só existe a liderança política porque a comunidade tem a necessidade de manter-se unida em meio à realidade conflituosa. Então, a sociedade apurinã parece ser contra a guerra. Por causa disso, um guerreiro tem dificuldade de se estabelecer como liderança política, pois seu prestígio advém de fonte diferente. O prestígio pode ser obtido também agenciando a violência em tempos de guerra e conflito, mas é um poder efêmero, pois, passado o tempo do conflito, o agenciador perde sua fonte legitimatória. Para o guerreiro, portanto, é necessário viver em constante guerra (CLASTRES, 2014: 278, 281). Assim, uma liderança política pode desempenhar o papel de guerreiro e um guerreiro pode chegar a ser uma liderança política, mas a função da liderança política não está na mesma ordem do papel desempenhado pelo guerreiro. Para um guerreiro se tornar



uma liderança política, ele deve, em primeiro lugar, renunciar à função básica que lhe concede prestígio que é o conflito, a guerra. Desse modo, ele deve se converter em um pacifista, pois, como disse, a função básica da liderança política é ser um mediador dos interesses da comunidade. Ele deve ser o ponto intermediário que mantém unido todo o tecido social apaziguando os conflitos. No entanto, como o resto da comunidade se comporta como guerreiros em potencial, a posição do chefe está sempre ameaçada e ele, assim como os guerreiros, não consegue transformar seu “poder” em poder de mando.

Entre os Apurinã, existe um ritual que tipifica sobremaneira a função da liderança política e a função dos guerreiros, pois os colocam lado a lado em oposição a outro grupo de guerreiros. Toda festa tradicional apurinã inicia formalmente com uma “encenação” conhecida localmente como “cortar sanguiré” (SCHIEL, 2004: 81). Trata-se de um diálogo entre duas lideranças acompanhadas de seus guerreiros em armas. A expressão regional vem da própria língua apurinã, para a qual *sãkyry* significa o ato de falar, de conversar. Mas nesse ritual não se trata de uma conversa cordial. Trata-se de um momento tenso no qual a violência encenada pode se tornar realidade a qualquer momento. O grupo de guerreiros visitantes aproxima-se como se viessem para a guerra. Os anfitriões, então, vão ao encontro deles. Esse encontro ocorre fora da aldeia. Armas apontadas, ânimos exaltados, os guerreiros prontos para iniciarem a batalha. Neste momento, intervém a figura da liderança política. Situado naquele instante como um guerreiro, ele também troca insultos com seus adversários e está pronto para a batalha, mas, como representante político de sua comunidade, eles iniciam um diálogo no qual vão se reconhecendo como parentes. A tensão dá lugar então a um reconhecimento mútuo. As lideranças apaziguaram o conflito e, em seu lugar, reataram alianças (SCHIEL, 1999: 110). Os convidados, então, baixam as armas e se submetem aos “cuidados dos anfitriões”. Eles são alimentados e festejam enquanto a festa durar. Eles se submetem em uma clara demonstração de confiança. É também nesse sentido que Aparecida Vilaça (2006: 107-139) demonstra como as festas Wari’ são pensadas e performadas como uma forma de perpetuação ou constante fabricação do Outro (do estrangeiro) em um afim. As festas têm como objetivo a predação familiarizante do outro, nas quais “os convidados se constituem em presas dos anfitriões” (VILAÇA, 2006: 129). Assim os Wari’ evitam que seus aliados se tornem inimigos. Ao se submeterem, os convidados reafirmam a confiança naqueles que os recebem, pois aqueles poderiam ser mortos a qualquer instante. Ao mesmo tempo, aqueles que recebem também reconhecem que os convidados não são inimigos, pois se submetem à vexação e à violência predatória.



Resumindo, a sociedade apurinã é uma sociedade igualitária cujo *ethos* impede o aparecimento da diferenciação social em termos de exercício do poder de uns sobre os outros. Digo em termos de exercício do poder, porque, a sociedade apurinã não difere das demais sociedades indígenas no que diz respeito à construção de subjetividades. Ela é, em certo sentido, um organismo construtor de sujeitos para estarem a serviço da comunidade. Hierarquias familiares, guerreiros, lideranças e xamãs são constantemente produzidos com o objetivo de estarem a serviço da coletividade. No entanto, o *ethos* da sociedade apurinã também impede que essas mesmas subjetividades se imponham sobre o desejo comum da comunidade de se manter igualitária. Nessa sociedade igualitária, a fragmentação do poder político é tornada realidade através do *arquétipo da vingança*. Desse modo, nas sociedades indígenas, a luta social interna (vingança) pode ser tomada, grosso modo, como luta de classe; enquanto que a exo-guerra é interesse estratégico das lideranças guerreiras (obtenção de prestígio ou bens desejáveis). No entanto, se entre os Aruak pré-andinos, os conflitos internos – interesses pessoais – eram obliterados em função das ameaças externas – interesses coletivos (REMARD-CASEVITZ, 2002: 131) –, no caso dos Apurinã não houve tal unidade. No período pós-contato, o sistema de exploração da borracha e demais produtos extrativos engajou diferentes lideranças e aldeias em um sistema de competição interna que potencializou os conflitos tradicionais. Em outras palavras, a presença dos colonizadores não foi tomada como uma ameaça que pudesse pôr em risco a existência dos Apurinã. Ao contrário, eles eram desejados e inclusive aliciados nos próprios conflitos internos dos Apurinã.

Controlando religiosos

O isolamento dos xamãs como estratégia de controle social

Como abordei acima, para Clastres, o lócus mais propenso para que a comunidade indígena perda sua “luta” contra o aparecimento da divisão social que institui a exploração de um pequeno grupo sobre o grosso do tecido social é a instituição da guerra. Em sua teoria, um grupo de guerreiros em busca de prestígio poderia conduzir a comunidade para uma situação de “guerra efetiva permanente”, o que, em um segundo passo, poderia levar à tomada do poder, ou seja, à instituição dos guerreiros como lideranças políticas instaurando a divisão entre dominantes e dominados (CLASTRES, 2014: 279s). No entanto, se minhas interpretações estiverem certas, para os Apurinã, a guerra – ou no caso



a potencialidade guerreira – não parece ser a fonte originária de suas preocupações. Aliás, como defendi acima, os Apurinã parecem bem-sucedidos no controle social tanto de seus guerreiros quanto de suas lideranças políticas, de modo que eles não parecem apresentar ameaças ao sistema igualitário. Tanto guerreiros quanto lideranças políticas são, de fato, desprovidos de poder efetivo. Só conseguem fazer em nome da comunidade aquilo que a comunidade quer que façam. Mas existe outro campo no qual a sociedade apurinã parece depositar toda sua preocupação e cuidado, o campo religioso.

Neste ponto, além de Clastres, minha pesquisa é devedora da análise de Hélène Clastres (1978: 55) quando ela afirma a descontinuidade entre o profetismo tupi e o exercício do poder político. Para ela, a confluência dos fenômenos religioso e político em uma mesma liderança é exceção proveniente das vicissitudes do pós-contato que enfraqueceram o controle social sobre as lideranças e possibilitou o surgimento do poder coercitivo. Nesse mesmo sentido, minha abordagem também é devedora do trabalho de Marcel Gauchet “A dívida do sentido e as raízes do Estado”. Segundo Gauchet (1980: 51s), a ruptura entre a sociedade igualitária e a sociedade de classes – o aparecimento do Estado – seria proveniente da religião. Depositando o sentido de sua existência fora de si mesma (na religião), a sociedade operaria a primeira ruptura necessária para a segunda ruptura quando as pessoas que representariam as divindades passaram a exercer poder sobre os demais em nome dessas divindades. O argumento do autor é que para existir enquanto sociedade – para se pensar a si mesma –, a sociedade deve projetar para fora dela mesma o sentido de sua existência. Esse seria o “imperativo radical” que se transforma num paradoxo social, pois, se as pessoas aceitam a heteronomia no fenômeno religioso, também poderiam passar a aceitar no fenômeno político (GAUCHET, 1980: 66-76). A questão está, então, em como as sociedades controlam suas forças religiosas para impedir que apareça a exploração do ser humano sobre o ser humano. Assim o autor conclui: “a história humana não é outra coisa mais do que uma luta longamente vitoriosa contra a alienação política, quer dizer, contra a separação de uma instância de poder, depois a de uma derrota que não terá deixado de se aprofundar (...)” (GAUCHET, 1980: 87).

Assim como todo Apurinã é em potência uma liderança e um guerreiro, todo Apurinã também é em potência um *měety* (xamã). No entanto, ao contrário da liderança e ao contrário dos guerreiros que podem ser encontrados em maior número, poucos chegam a serem reconhecidos como *měety*. A liderança política adquire seu prestígio por ser um bom orador, por ser generoso e por ser um apaziguador. O guerreiro consegue seu



prestígio através das façanhas obtidas na guerra – tanto na guerra efetiva contra outros grupos quanto na demonstração de sua potencialidade guerreira dentro do grupo (demonstrações públicas, jogos, rituais, brigas). Já no campo religioso, o *měety* recebe seu prestígio decorrente de sua capacidade xamânica que é uma qualidade transcendental. Todos os três adquirem prestígio, em última instância, da capacidade de agenciar a vontade da comunidade. No entanto, enquanto a liderança política e os guerreiros estão no nível da imanência, o xamã opera no nível da transcendência. O *měety* é quem, na comunidade apurinã, vai controlar o sagrado que causa ao mesmo tempo atração e terror; o “numinoso” e o “mistério tremendo” (OTTO, 2007: 37s, 44s). A comunidade tolera a figura do xamã porque ele pode protegê-la dessas forças transcendentais expressas pela predação dos espíritos da natureza e pelos ataques dos xamãs de outras comunidades. Assim, a qualidade xamânica parece ser desejada, mas também temida pelos demais, pois ela é controlável apenas por especialistas. Desse modo, todo Apurinã em sua consciência teme afrontar um *měety*.

Mas o que acontece se o xamã utiliza seu poder xamânico para conseguir poder político? O poder religioso pode se transformar em poder político e assim dividir a comunidade entre dominados e dominadores? Minha hipótese é que, das três formas de lideranças – política, guerreira e religiosa –, a liderança religiosa é quem teria maiores chances de transformar seu prestígio em poder coercitivo. Isso porque a sociedade apurinã parece temer sobremaneira o poder religioso e, como veremos, se esmera para controlá-lo e subordiná-lo. O que procuro responder a seguir é como a comunidade apurinã impede que seus *měety* se transformem em déspotas exploradores do trabalho alheio?

Os Apurinã concebem um mundo no qual não há distinção de cultura entre seres humanos e animais. Para acessar e entrar em contato com os outros seres, é, pois, necessário alterar o corpo, ou seja, ser capaz de assumir o ponto de vista do Outro. Seria apenas uma questão de moldar o corpo. Para a cosmovisão apurinã, portanto, é possível assumir o ponto de vista dos animais e, poder-se-ia dizer também, de outros povos, inclusive do *karywa*. Os Apurinã demonstram assim estarem aptos para lidarem com os diferentes tipos de identidades que podem acionar no momento em que necessitam. No entanto, quando se trata dos outros seres ou das terras míticas (*Kairiku* e do *Iputuxity*), é o *měety* quem transita, por excelência, entre os “mundos”. Embora todos os Apurinã estejam sujeitos às mesmas contingências, no que tange ao transcendente, o pajé difere dos demais em grau, pois ele recebe uma preparação especial que o qualifica para o exercício da pajelança. É ele quem detém as habilidades e o conhecimento necessários



para lidar com os “flechadores” (*kipyatitirã*) ou os chefes dos bichos (*hãwity*) e com as almas (*kumuru*), ou seja, com os *encantes*, com as outras perspectivas (VIVEIROS DE CASTRO, 2011: 357). Portanto, é ele quem vai ser procurado pela comunidade em caso de enfermidades. Sobre a atuação dos xamãs, o missionário Clough escreve em novembro de 1875:

Teruã não tem pajé ou curandeiro, mas um que reside perto da boca do Pauini possui considerável influência sobre as hordas vizinhas. Meu anfitrião [Sr. Pinheiros] contou-me que há poucos meses atrás um aprendiz dessa faculdade foi convocado para curar um aldeão doente que estava confinado à sua rede por muitas semanas. Sentado no chão com seus artigos de fetiche [provavelmente um chocalho emplumado], ele fez investigações necessárias, cheirou todo seu paciente e depois se retirou sozinho para a floresta. No dia seguinte ele retornou e, na presença de um grupo de homens pintados e emplumados organizados em um círculo, começou as operações. Novamente cheirando como antes, farejando com toda sua força, ele descansou um tempo com a cabeça sobre os joelhos como se estivesse em profunda contemplação, de vez em quando levantando seu fetiche e passando ele em seus ouvidos e olhos, então repentinamente saltando de pé ele beliscou a pele do sofredor e virozoamente sugou com a boca vários pontos. Para o assombro dos espectadores ele cuspiu vários grandes ossos de peixe declaradamente extraídos da pessoa que ele declarou ter sido enfeitiçada e, depois de dar instruções quanto ao tipo de alimento a ser administrado, retirou-se; o homem estava bem no dia seguinte e tem permanecido assim desde então. (SAMM, 1876: 115, tradução própria)

Nesse relato de Clough, temos a estrutura de funcionamento da cura xamânica. Após inspecionar seu paciente, o *měety* retira-se para a floresta. Para aqueles que ficaram, ele foi encontrar-se com os *encantes* e descobrir a causa e o tratamento da doença. No outro dia retorna e, com o auxílio de outros homens da aldeia, realiza a cura sugando de dentro da vítima os *ětyty* (feitiços) que lhe causavam a moléstia. O missionário não diz, mas os *ětyty* só poderiam vir dos encantos ou de outro pajé. Como um ser misterioso – ele próprio uma espécie de encanto –, o xamã se retira. O pajé é dessa forma tanto desejado pela comunidade pelo bem que pode trazer quanto temido pelo mal que pode realizar. Mas o xamã não é tão diferente dos demais. Na verdade, antes de ser *měety* ele era como qualquer outro apurinã. Ele apenas adquiriu um conhecimento que o distancia da comunidade e o aproxima dos encantos. Assim, embora todos possam ser xamãs em potencial, para se transformar em um pajé, muitos são os obstáculos que nem todos estão dispostos a enfrentar. Para isso, o candidato a pajé tem que passar por um intenso processo de jejum, retiros espirituais e abstinência sexual. Na verdade, o *měety* apurinã é um asceta.

Várias foram as pessoas que me informaram sobre o processo necessário para que um Apurinã seja reconhecido como *měety* e todas repetiram uma fórmula semelhante a esta que Manuel Marcos de Souza Apurinã (*Mathiũ*) me passou em 24 de maio de 2009. Para se tornar xamã, o candidato a *měety* recebe treinamento de outro xamã e é submetido



a um rigoroso regime alimentar no qual pode comer apenas certos tipos de alimentos em pequena quantidade. Sua dieta é muito reduzida e completada pela ingestão de *katsupary* (folha de coca) e de certos tipos de folhas amargas (Mathiũ disse que teria que beber suco da folha de *katsinhary*) que, junto com o consumo abundante de *awyry* (rapé), o auxilia a transcender. Para completar seu ciclo de formação, tem que passar uma temporada isolado na mata (*ĩtupa*) sob rígidas restrições alimentares. Essa temporada pode durar meses. Nesse retiro, é esperado que receba a visita dos encantados, como o chefe da onça (*hãkyty hãwity*) e o chefe da sucuri (*wainamary hãwity*). Ao receber a visita dos encantados, o xamã não os vê como animais, mas como gente, o que significa que ele participa da perspectiva desses seres míticos. A partir desse momento, ele já transita entre os mundos. *Mẽety* e encantados confraternizam *awyry* e conhecimentos. Dos chefes dos encantados, o *mẽety* recebe os *ẽtyty* (pedras enfeitiçadas) que são a fonte do poder dos pajés. Se ele for corajoso para enfrentar os encantados, ele recebe os *ẽtyty* como prêmio. Para testar seus novos poderes, o *mẽety* joga seus *ẽtyty* nas árvores as quais adoecem e morrem (LINK, 2012: 271s).

O processo de formação do *mẽety* apurinã não termina com esse retiro. Ele é apenas o ponto de partida de uma vida de “ascese”. Notadamente, o tempo de retiro pode variar, mas o reconhecimento de suas habilidades está intrinsecamente relacionado com seu estilo de vida. Por isso, muitos Apurinã afirmam que hoje os *mẽety* são fraquinhos, pois ninguém quer se submeter a uma vida de sacrifícios. O equivalente é dizer que antigamente eles eram fortes. Embora o xamã apurinã possa casar, a vida de ascese e sacrifícios também implica em uma família pequena. Isso é justificado porque se diz que o pajé tem outra família no mundo dos animais e é por isso que ele passa grande parte do seu tempo lá. Assim, se aquele que se diz *mẽety* possui uma família numerosa, ele não é reconhecido pelos demais como tal. Isso porque sua vida pública o desqualifica como xamã. Inversamente, se uma pessoa não se considera *mẽety*, mas tem uma vida que o identifica como um asceta, ele passa a ser reconhecido como tal. Desse modo, geralmente os xamãs apurinã são pessoas mais idosas, viúvos e viúvas, ou uma pessoa menos sociável. Assim, como vemos, o controle social inibe que o pajé tenha família numerosa; condição fundamental para que um Apurinã exerça a liderança política. Portanto, fica evidente que, se o *mẽety* apurinã lida com poderes sobrenaturais, ele também não possui muitos aliados que poderiam sustentá-lo numa eventual tentativa de tomada do poder político. É, conseqüentemente, desta forma que a sociedade apurinã delimita o poder de atuação do xamã: legitimando e controlando a fonte de poder e conhecimento xamânica.



Para os Apurinã, portanto, religião e política parecem não se misturarem. A política seria a arte de se relacionar no imanente: com a comunidade local, com os aliados e com os inimigos; a religião, por sua vez, seria a arte de se relacionar com o transcendente: o sobrenatural. Como fonte de legitimidade, a comunidade apurinã reconhece as habilidades xamânicas pelos distintivos que distanciam e isolam o *měety* do resto do tecido social. Ele é um estranho no corpo social da comunidade. O processo de adquirir conhecimento xamânico é o mesmo processo que distancia o *měety* da comunidade. É um processo de estrangeirização. Só que em vez do xamã ser predado por outra comunidade ou por outro povo ele é predado pelo transcendente. Na verdade, ele não é completamente predado, mas através de sua ascese ele aprende o caminho que o leva até os outros mundos, até os encantados. Dessa forma, é o próprio xamã quem se entrega aos encantos e, por isso, ele também pode voltar com segurança. Mas uma vez que ele regressa desses outros mundos – dessas outras perspectivas –, ele não é mais um aliado totalmente confiável.

É, portanto, controlando a legitimidade do prestígio do *měety* que a sociedade apurinã controla a força religiosa e impede que ela se transforme em força política. A comunidade local, inclusive agencia sua força religiosa – seus *měety* – contra seus inimigos. Mesmo entre as aldeias aliadas, com as quais se mantêm trocas de matrimônio e festas, o ataque de um xamã permanece sempre como uma possibilidade. Desse modo, a comunidade local parece jogar seu *měety* contra as outras comunidades e contra os outros xamãs. A comunidade local parece assim literalmente isolar seu *měety* do convívio social. Fazendo com que seu xamã obtenha legitimidade tornando-se temido pelas outras comunidades, a comunidade local também impossibilita que ele consiga aliar-se com outras comunidades e com outros xamãs. Assim, ao fazer uso político das habilidades de seu xamã, a comunidade apurinã impede que ele faça uso de suas habilidades com finalidade políticas.

Mas o que acontece se um xamã escapa ao controle social e começa a agenciar seu poder religioso para obter poder político? O que acontece se um xamã começa a tirar vantagem de seus poderes coagindo o corpo social? Nesses casos, a comunidade decreta a sentença de morte do *měety*. Como um personagem que vive sob a necessidade constante de mostrar-se correto e eficaz devido à dinâmica das constantes acusações que lhes são imputadas, ele corre o risco constante de receber as sanções do grupo (SZTUTMAN, 2005: 360). Nesse sentido, entre os diferentes grupos indígenas da Amazônia, abundam histórias de assassinatos coletivos de pajés. Entre os Apurinã,



também ouvi várias histórias semelhantes. E os missionários anglicanos também registraram a mesma estrutura social.

O dia que Xikama morreu eu vi [Clough] um grupo de índios conversando muito seriamente em voz baixa. Eles pareciam amedrontados, e quando eu perguntei a causa, “a tartaruga chora por Xikama!” foi a resposta. “Xikama foi enfeitiçado pelo pajé de Panyery [Peneri], ou ele nunca teria morrido quando o sol estava alto! Pajé é homem mal! Eu mato pajé. Eu atiro nele na frente, e as flechas atravessam as suas costas! Ele me enfeitiça na próxima vez, e me mata! Ugh!” e ele cuspiu no chão e pisoteou violentamente em cima do ponto com seu pé direito, como se ele tivesse assim esmagado a vida de seu suposto inimigo. (SAMM, 1876: 205, tradução própria)

E o missionário Clough continua:

A profissão de pajé não é completamente desprovida de perigo, pois no último setembro [1875] um curandeiro, chamado Maniuá [*Manywa*], que vivia no Iguariã [*Īkawarihã*], um afluente do Teuini, onde meu colega [Polak] está justo agora, foi acusado de ter enfeitiçado um índio chamado Capung-gapá [*Kapūkapa*] e causado sua morte. Para prevenir que ele fizesse mais mal e para encorajar [sic.] o resto de seus irmãos de profissão, ele foi surpreendido e brutalmente morto por um bando de homens, que teriam menos remorso matando ele do que eles teriam em aniquilar uma cobra cascavel. Eles ouviram minhas admoestações e disseram “pajé não mata *karywa*. *Karywa* é forte, mata pajé. Curandeiro tem mau espírito. *Karywa* chegou agora, não conhece nada. Apurinã conhece melhor!” e eu estou persuadido que eles plenamente acreditam que Xikama tenha sido enfeitiçado e morto pelo próprio homem de quem ajuda eles implorariam a primeira vez que eles ficaram seriamente enfermos. (SAMM, 1876: 205)

Assim é mais uma vez a vingança que se insurge contra o poder coercitivo. Só que nesse caso ela é coletiva, pois como disse o processo de formação de um xamã o distancia do corpo social, de modo que termina opondo comunidade e pajé. O *měety* então é um estranho em quem não se pode confiar totalmente. Naturalmente, essas situações foram exponencialmente multiplicadas no período pós-contato, pois muitos *měety* foram acusados de serem os causadores de epidemias. Desse modo, o período posterior ao contato também se revelaria uma época difícil para se ser um xamã. Assim, presa à estrutura cultural apurinã a profissão xamânica foi vitimada pela conjuntura do contato. Além das acusações de predação interna (feitiços), os *měety* ainda passaram a ser deslegitimados pelos seus concorrentes cristãos, os missionários protestantes e católicos. Dessa forma, hoje em dia, em quase todas as aldeias, os Apurinã vão afirmar que eles não têm mais *měety*. No entanto, ao mesmo tempo em que constatam a falência da instituição da pajelança, no contexto de revitalização da cultura apurinã, os Apurinã instituem, no discurso, a necessidade de formar a juventude para assumir esse papel. Inúmeros são os jovens que se dizem dispostos a se tornarem *měety*, mas não estão dispostos a se submeterem à ascese e aos sacrifícios exigidos. Desse modo, apesar de alguns deles se autoproclamarem *měety*, não são reconhecidos como tal pelas comunidades.



Ao trabalhar com grupos Aruak, Silvia Vidal (2002: 258) especula que os ancestrais dos Baré e dos Warekena teriam sido afiliados a diferentes confederações multiétnicas flexíveis e essas confederações teriam sido lideradas por xamãs-guerreiros carismáticos através do que ela chama de modelo de liderança “teocrático genealógico”. Na segunda metade do século XVIII, o contato com as sociedades coloniais europeias, com os Caribe e com os Tucano levou os Baré e os Warekena a outro modelo, o “comercial-militar”. Esse novo modelo se baseia na subjugação militar e na conversão dos parceiros comerciais em apoiadores políticos e aliados militares. Na hipótese de Vidal, podemos notar então que a transição para um poder mais coercitivo teria sido realizada durante o período colonial. Teoria que também pode ser aplicada aos Apurinã para o final do período imperial, pois, nesse período, os Apurinã foram incorporados ao sistema extrativista e novas relações de trabalho foram se impondo. No entanto, seu modelo de liderança teocrática – xamãs-guerreiros – do período anterior ao contato não pode ser aplicado para os Apurinã. Pois, para os Apurinã, o que parece uma constante é justamente a estrutura social que impede que um *měety* consiga usurpar o poder de mando. O período pós-contato gerou desconfianças para com as lideranças políticas o que ampliou os conflitos e as vinganças que são justamente expressões da evitação da exploração. O mesmo ocorreu com as lideranças religiosas que foram acusadas de agenciarem seus poderes em benefício próprio.

Em uma oficina de revitalização da língua apurinã que coordenei na aldeia Mipyry, na Terra Indígena Água Preta/Inari, durante duas semanas em fevereiro de 2010, além das curas xamânicas que eram expressões da mestiçagem cultural, pude observar a estrutura xamânica em ação. Ao contrário daquelas sessões pequenas nas quais são articuladas as relações de parentescos e amizades mais próximas, a presença de várias pessoas que se auto-afirmavam como *měety* trouxe um desconforto para os demais participantes e, sobretudo, para os anfitriões. Esse desconforto, ao contrário das sessões comunitárias, propicia um olhar mais direto sobre a estrutura xamânica apurinã em ação. A presença dessas pessoas que se diziam *měety*, mas que pertenciam a aldeias e famílias diferentes, aflorou conflitos internos presentes na memória. Isso se refletia, por exemplo, no fato das pessoas expressarem que estavam vendo vultos e que estavam com medo de que algo acontecesse. Diziam que “muitas forças” estavam agindo na aldeia. Mas um episódio em particular que presenciei traz à tona toda a discussão sobre a natureza do poder dos xamãs. Ao final da tarde, depois de encerrado o estudo formal em sala de aula, estava sentado junto a um pequeno círculo de pessoas na casa da liderança da aldeia



confraternizando *awyry*. Um jovem *měety* que participava da oficina adentrou a sala, sentou-se e pediu para tomar *awyry*. O pajé, em sinal de respeito, ofereceu o rapé em sua mão e emprestou sua *mexikana* (inalador de rapé). O inalador do *měety* é um instrumento dotado de poderes mágicos com o qual ele cura ou provoca enfermidades e não costuma ser emprestado se não há uma relação de confiança. No entanto, em clara demonstração de desconfiança, o jovem *měety* espalhou bem o rapé na mão de seu homólogo como se estivesse procurando por *ětyty* (pedrinhas de feitiço). Depois de inalado tudo, ainda em clara demonstração de desafio, soprou a *mexikana*. O velho *měety* não gostou do que sucedeu e repreendeu o jovem. O que ocorre é que, como uma sarabatana, a *mexikana* serve para atirar os *ětyty* dos xamãs. Perdi esta parte, mas provavelmente o velho xamã deve ter feito alguma coisa para neutralizar o *ětyty* do desafiante. Mas o que interessa é que, desafiando o pajé do lugar ao jogar um feitiço com sua própria *mexikana*, o jovem demonstra não ter medo e que estava em busca de prestígio. Essa busca de prestígio xamânico também se evidencia no nome que o jovem pajé tinha adotado recentemente. Ele se autoproclamava *Tsura*. Como vimos, *Tsura* é o herói mítico criador que é referido atualmente como “Deus Criador” em paralelo com a estrutura teológica cristã. Mas ele também é o arquétipo do desafiador, o arquétipo da vingança. O jovem *měety*, portanto, parece querer agenciar o poder religioso e o poder político. Eis aí o perigo que a sociedade apurinã parece tentar evitar.

O arquétipo do bom pajé como antídoto ao poder coercitivo

Se a sociedade apurinã impõe limites que impedem concretamente que um *měety* consiga usurpar o poder político da comunidade, ela também desenvolve estratégias que instituem relações desejáveis e elas podem ser mais bem percebidas nas narrativas míticas. Assim, através dessas narrativas, a comunidade ensina ao candidato a *měety* como um bom xamã deveria se comportar. Ela lhe informa o que se espera dele. A principal dessas estratégias é aquela que institui o *arquétipo do bom xamã*, o qual tenho identificado com a figura mítica de *Kanyary*. Ao contrário de *Tsura* que é descrito como uma liderança política, apenas agenciando esporadicamente qualidades xamânicas – pois todos os ancestrais, como superiores aos Apurinã atuais, são representados como usuários de poderes xamânicos –, *Kanyary* é o *měety* por excelência. Passo agora a descrever e analisar uma versão da história do *Kanyary* que foi produzida no contexto da mesma oficina de língua apurinã citada acima. Essa história foi publicada ainda naquele ano e a versão que



segue foi extraída dessa publicação. Outras versões dessa história podem ser encontradas na tese de Schiel (2004: 230-236).

Kanynary era pajé forte. Ele era casado com uma mulher bonita [Eriana, conforme Schiel (2004: 230)]. Os seus primos tinham raiva dele. Eles diziam: vamos matar Kanynary. Ele já sabia disso. Kanynary fez o seu roçado. Quando ele foi queimar o seu roçado, ele foi buscar os seus primos. Eu vim buscar vocês, ele disse! Ei, nós vamos, eles disseram! Eles foram com ele. Lá eles disseram: agora vamos matar Kanynary. Eles foram queimar o roçado dele, ardearam-no com fogo. Kanynary estava no meio do roçado. Um disse: Kanynary não está mais vivo. O outro disse: é verdade! Dessa forma eles voltaram para a aldeia. Um disse: vou casar com a mulher do Kanynary. Você não vai casar, eu é quem vou casar, o outro disse. Já chegamos à casa do Kanynary, eles disseram. – Você está aqui Kanynary! É você! Ele disse: eu estou aqui! Pode subir! Assim eles disseram: Kanynary ainda está vivo! Então eles foram embora. (LINK, 2010a)

Nesse pequeno fragmento das histórias que narram as aventuras de Kanynary, podemos notar de imediato certa “passividade” do herói xamã. A história inicia com uma afirmação categórica que reconhece a força xamânica dele. No entanto, apesar de toda sua capacidade transcendental, Kanynary não esboça retaliação frente às tentativas de seus primos. Em apurinã, a forma narrativa em si é ritmada e cômica, cativando a atenção e o riso dos ouvintes, mas ela também é cômica porque todos esperariam que o poderoso *měety* desse uma lição em seus primos. No entanto, não é isso o que acontece. Kanynary desvencilha-se das armadilhas que os seus lhe preparam sem causar danos a seus oponentes. Ele nem mesmo esboça qualquer reação que indicasse uma possível vingança no sentido arquetípico de Tsura.

Os informantes de Schiel (2004: 63, 230) lhe indicam que Kanynary seria *Miutymānety*, enquanto Tsura seria *Xuapurunyry*⁵. Eles também lhe afirmam que Tsura infringia a lei do incesto, enquanto Kanynary permanecia fiel à tradição do grupo. Na narrativa de Kanynary, a palavra empregada em apurinã para primo é *epyry* que designa os irmãos de clã. Por isso, eles também almejavam tomar a mulher de Kanynary como esposa. Como a esposa dele pertence ao outro clã, eles não estariam infringindo a proibição do incesto. Dessa forma, o mito nos diz que são os parentes mais próximos de Kanynary que o rejeitam e tentam matá-lo. São seus companheiros de clã. Os primos parecem assim representar a comunidade local em oposição ao seu xamã. Numa relação pautada pela retaliação, esperar-se-ia que Kanynary empreendesse sua vingança. No entanto, ao contrário de qualquer expectativa, ele é apresentado quebrando o arquétipo

⁵ O povo Apurinã divide-se em dois troncos/clãs exogâmicos patrilineares: *Xuapurunyry* e *Miutymānety*. O casamento correto ocorre entre esses dois clãs. Aqueles que pertencem ao mesmo grupo são chamados de *nepyry* ou *nepyru* (meu irmão, minha irmã) e aqueles que pertencem ao outro clã de *numinapary* ou *numinaparu* (meu cunhado, minha cunhada).



da vingança de Tsurá. Assim, Kanynary é o bom xamã. É aquele que representa o arquétipo para os futuros xamãs. Embora seja poderoso, ele não usurpa o poder para exercer sobre os outros. Mais do que isso, ao quebrar o paradoxo da vingança, Kanynary parece mesmo oferecer a outra face. Se fosse para fazer uma relação com o Cristianismo, diria que Kanynary está mais para Jesus Cristo do que Tsurá. Este último pode ser mais bem comparado ao Deus Juiz do Antigo Testamento e à lei do talião, “olho por olho e dente por dente”.

Considerações finais

Como vimos, Pierre Clastres (2012: 215) vai expor a tese de que é a ruptura política e não a mudança econômica, a responsável pelo aparecimento da sociedade de classes e, portanto, da exploração do ser humano sobre o ser humano. Como argumentei, isso parece ser verificável também entre os Apurinã. No entanto, diferente de Clastres para quem o poder coercitivo parece provir mais substancialmente do grupo dos guerreiros, para os Apurinã ele parece provir perigosamente da religião. Clastres chega a assinalar em um breve momento de sua arguição que talvez os *karai* – os profetas Tupi-Guarani que exortavam seu povo para buscarem a terra sem mal – pudessem vir a ser os causadores do infortúnio da sociedade igualitária. Diz ele: “no discurso dos profetas jaz talvez em germe o discurso do poder, e sob os traços exaltados do condutor de homens [do *karai*] que diz o desejo dos homens se dissimula talvez a figura silenciosa do Déspota” (CLASTRES, 2012: 231). No entanto, Clastres se mantém no *talvez*. Ele não chegou a aprofundar essa questão. Hélène Castres, ao contrário, vai afirmar mais categoricamente a separação entre as forças políticas e as forças religiosas. Para ela, quando um profeta tupi chegava a se tornar chefe, ele deixava de ser completamente profeta. Portanto, Hélène foi mais longe do que Clastres nesse sentido, mas o que a tese de Pierre Clastres, nos diz sobre as sociedades indígenas – e nisso Hélène Castres também é signatária – é que elas mantêm “o esforço permanente para impedir os chefes de serem chefes” (CLASTRES, 2012: 231). Como procurei argumentar, a essa fala de Clastres, deveríamos incorporar também o empenho dos Apurinã em controlarem as forças perigosas da Religião.

Data de submissão: 13/13/2020

Data de aceite: 11/06/2020



Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

CHANDLESS, Willian. **Ascent of the River Purûs**. *Journal of the Royal Geographical Society of London*. Vol. 36, p. 86-118, 1866.

CLASTRES, Hélène. **Terra sem Mal**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado** – pesquisa de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2012 [1974].

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**: pesquisas de antropologia política. 3ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014 [1978].

EHRENREICH, Paul. **Beiträge zur völkerkunde Brasiliens**. Belin: Verlag von W. Spemann, 1891.

FAUSTO, Carlos. Da inimizade: formas e simbolismo da guerra indígena. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p 251-282.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006.

GAUCHET, Marcel. A dívida do sentido e as raízes do Estado: política da religião primitiva. In: Clastres, Pierre; et alli. *Guerra, Religião, Poder*. Lisboa: Edições 70, 1980. p. 49-89.

HECKENBERGER, Michael J. Rethinking the Arawakan Diaspora: hierarchy, regionality, and the Amazonian formative. In: HILL, Jonathan D.; SANTOS-GRANERO, Fernando (Orgs.). **Comparative arawakan histories**: rethinking language family and culture area in Amazônia. Illinois: University of Illinois, 2002. p. 99-122.

HILL, Jonathan D.; SANTOS-GRANERO, Fernando. Introduction. In: HILL, Jonathan D.; SANTOS-GRANERO, Fernando (Orgs.). **Comparative arawakan histories**: rethinking language family and culture area in Amazônia. Illinois: University of Illinois, 2002. p. 1-22.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. **Rio Purus**: Notícias. Maranhão: Tipografia do Paiz Imp. M. F. V. Pires, 1872.

LAZARIN, Marco Antônio. **A descida do Rio Purus**: uma experiência de contato interétnico. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 1981.



LINK, Rogério Sávio (Org.). **Kanynary sãkiry**: conto do Kanynary. São Leopoldo: Oikos, 2010.

LINK, Rogério Sávio. Transitando entre os mundos: em busca de uma teologia indígena. In: SCHAPER, Valério Guilherme; et alii (orgs.). **Deuses e Ciências na América Latina**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 268-279.

LINK, Rogério Sávio. **Vivendo entre mundos**: o povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX. Tese de doutoramento. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Cosac Naify, 2015 [1925].

OTTO, Rudolf. **O sagrado**: Os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2007.

POLAK, Jacob Evert Resysek. **A grammar and a vocabulary of the Ipuriná language** London: Kegan Paul, Trench, Trübner and Co., 1894.

REMARD-CASEVITZ, France-Marie. Social forms and regressive history: from the Campa cluster to the Mojos and from the Mojos to the Landscaping Terrace-Builders of the Bolivian Savana. In: In: HILL, Jonathan D.; SANTOS-GRANERO, Fernando (Orgs.). **Comparative arawakan histories**: rethinking language family and culture area in Amazônia. Illinois: University of Illinois, 2002. p. 123-146.

SAMM (South American Missionary Magazine). Anos 1873-1890. Londres.

SANTOS-GRANERO, Fernando. The arawakan matrix: *ethos*, language, and history in native South America. In: HILL, Jonathan D.; SANTOS-GRANERO, Fernando (Orgs.). **Comparative arawakan histories**: rethinking language family and culture area in Amazônia. Illinois: University of Illinois, 2002. p. 25-50.

SCHIEL, Juliana. **Entre padrões e civilizadores**: Os Apurinã e a política indigenista no Médio Rio Purus na primeira metade do século XX. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1999.

SCHIEL, Juliana. **Tronco Velho**: Histórias Apurinã. Tese de doutoramento. Campinas: Unicamp, 2004.

SCOTT, James C. **The art of not being governed**. An anarchist history of upland Southeast Asia. London: Yale University Press, 2009.

SZTUTMAN, Renato. **O profeta e o principal**: a ação política ameríndia e seus personagens. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 2005.

VIDAL, Silvia M. Secret religious cults and political leadership. In: HILL, Jonathan D.; SANTOS-GRANERO, Fernando (Orgs.). **Comparative arawakan histories**: rethinking language family and culture area in Amazônia. Illinois: University of Illinois, 2002. p. 248-268.



VILAÇA, Aparecida. **Quem somos nós**: Os Wari' encontram os brancos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: **A inconstância da alma selvagem** – e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 347-399.



JOÃO DUELO: “UM PINTA-BRAVA” NO BAIRRO DO RECIFE (1887-1903)



José Bento Rosa da Silva¹

Resumo

No artigo, investiga-se, através de um processo-crime e publicações em periódicos, as ações de um malfeitor no bairro do Recife no período compreendido entre 1887 e 1903. Através dessas fontes, foi possível construir um fragmento do cotidiano da cidade do Recife e das denominadas pessoas comuns na transição do Império para a República. E mais: a movimentação em torno de um dos maiores portos do Império do Brasil e posteriormente da República. A documentação possibilitou reconstituir uma página, talvez esquecida, da então freguesia do Recife, hoje, o turístico bairro do Recife Antigo.

Palavras-chave: Bairro do Recife; Processo-crime; Cotidiano.

Abstract

The article investigates through a civil proceeding and journals publications the actions of a malefactor in Recife district in the period between 1887 and 1903. Through the sources, it was possible construe a daily life fragment of Recife as well as people called ordinary people. And more, the movement around one of the largest ports in the Brazil Empire and after of the Republic. The documentation allowed reconstitute a page, maybe forgotten, of what was the parish of Recife, today, the touristic Recife Antigo district.

Keywords: District; Civil Proceeding; Daily.

¹ Possui doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: bentorosa.ebano@gmail.com



Processos crimes e jornais como fonte: à guisa de introdução

Partindo do pressuposto de que o Porto do Recife esteve entre os que mais receberam africanos escravizados na Colônia e no Império do Brasil, sendo superado apenas pelos portos do Rio de Janeiro e de Salvador, investigamos a presença de negros (africanos, pretos e pardos²) na região do cais recifense no período imediato após a Abolição, ou seja, nos vinte anos seguidos ao 13 de maio de 1888.

Escolhemos como fontes privilegiadas os processos (criminais) disponíveis no Arquivo do Memorial de Justiça de Pernambuco, bem como os jornais que circularam no período investigado, disponíveis no *site* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Manuseando o acervo dos processos-crimes da Comarca do Recife relativos ao ano de 1900, mais precisamente a caixa de número 2014, deparamo-nos com um processo em que a autora era a Justiça Pública e o réu, João Pedro de Alcântara, vulgo João Duelo. O apelido prendeu nossa atenção. O que ele poderia indicar? Algum ofendido que teria importado do “antigo regime” a prática de lavar sua honra “batendo-se em duelo”?³ Se nossa hipótese fosse verdadeira, tratava-se certamente de alguém supostamente da elite, que tinha um nome a zelar, melhor dizendo, “um homem de bem” (e de bens). Não se tratava dos nossos sujeitos, qual seja, os egressos do cativo e seus descendentes. Mesmo assim, a curiosidade falou mais alto. Manuseamos preliminarmente algumas das 121 folhas manuscritas do processo para sabermos do que se tratava. Dizia respeito a um homicídio, cujo réu era João Pedro de Alcântara e a vítima o pardo Luiz Antônio Ferreira. Em seguida, investigamos os jornais de maior expressão da época: A Província, Jornal do Recife, Diário de Pernambuco e Pequeno Jornal. Cada um deles, à sua maneira, mencionara o crime ocorrido do qual nos ocuparemos neste artigo.

No processo, tivemos o cuidado de analisar com maior rigor algumas peças, tais como: o inquérito; pois segundo Michel Foucault, é nele que se busca conhecer a verdade dos fatos⁴. As testemunhas, tanto de acusação quanto de defesa, permitiram-nos identificar as versões do acontecido. Peças relevantes foram a qualificação e o interrogatório do réu, que de certa forma se constituíram como contraposição da sua voz contra as do advogado de acusação e as das testemunhas. O auto de perguntas feitas à

²Africanos: os ex-escravizados trazidos da África. Pretos: os nascidos no Brasil durante o período da escravidão, quando eram denominados crioulos e seus descendentes. Os pardos: os pretos mais claros, às vezes miscigenados. Sobre essa questão, ver: SANTOS, Jocélio Teles dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. *Afro-Ásia*, n. 32, p. 115-137, 2005.

³ O Código Penal brasileiro de 1890, no Título X, Capítulo VI; proibia o duelo.

⁴ FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.



vítima e o exame de corpo de delito confirmaram os relatos das testemunhas. Diversas peças inseridas no processo por solicitação tanto dos advogados quanto do juiz municipal foram reveladoras acerca da vida pregressa do réu. Cotejando as peças do processo, foi possível construir a intriga⁵.

Como já foi dito acima, outra fonte que nos ajudou na construção da trama foram os periódicos, por entendermos que, além de informativos, eles são formadores de opinião, são construtores de representações sobre grupos sociais, entre outras coisas⁶. É importante lembrar a influência que os periódicos tinham numa época em que não existiam outros meios de comunicação de massa, tais como rádio e televisão, tampouco a multimídia que temos nos dias atuais. Ainda que o número de leitores pudesse ser pequeno, é importante lembrar que havia, sobretudo nos cafés, a leitura coletiva de jornais: uns liam, outros ouviam, discutiam, repassavam... As notícias e opiniões circulavam para além dos periódicos; estes eram, na verdade, os veículos, mas quem conduzia as notícias neles veiculadas eram não só os leitores, mas também os ouvintes. Literalmente, um correio sem fios através do qual as ideias e as notícias circulavam pela capital da Província (posteriormente Estado) de Pernambuco. É possível que João Duelo tenha sido um dos nomes comentados nos cafés, nas esquinas, nos becos, “nas vendas”⁷ sobretudo no bairro do Recife, seu hábitat. Não por se tratar de um “homem de bem”, mas por ser um pinta-brava, para usar uma expressão que ouvimos na infância, acerca de alguns personagens do passado de nossa terra natal⁸. Pinta-brava era portanto, sinônimo de valentão, pessoa temida pelos demais. João não foi o único no Recife do pretérito. Ficou registrado juntamente com outros, no registro de memorialistas.

Quando, após folhearmos e digitalizarmos o processo de João Pedro de Alcântara, fizemos uma leitura pormenorizada das peças, a imagem que sempre nos vinha à mente

⁵ Entendemos intriga na perspectiva de Paul Veyne: “A palavra intriga tem a vantagem de lembrar que aquilo que o historiador estuda é tão humano como um drama ou um romance [...] A intriga pode então ser corte transversal dos diferentes ritmos temporais, análise espectral: ela será sempre intriga porque será humana, sublunar, porque não será um bocado de determinismo.” (VEYNE, Paul. *Noção de intriga*. In: VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa: Ed. 70, 1971, p. 44).

⁶ Sobre esta questão, ver: LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

⁷ Eram estabelecimentos comerciais onde se vendia “de um tudo” no século XIX até a segunda metade do século XX, quando foram substituídas, nos centros urbanos, pelos supermercados e afins. Mas é possível encontrá-las em cidades do interior, ao mesmo estilo, inclusive com o tradicional caderno de “fiados”.

⁸ Estamos nos referindo às narrativas contadas sobre a cidade de Lavras, nas décadas de vinte e trinta do século passado. O narrador, [...], contou-nos casos sobre a cidade do passado. Alguns ele teria presenciado, outros ouviu de pessoas que foram testemunhas oculares. Entre muitos casos que registramos, ficou o de Saracura, que, segundo o narrador, era um pinta-brava, como se diz no interior do Estado de Minas Gerais – um sujeito “cabuloso”, cheio de artimanhas, mais temido do que respeitado. Sobre tais narrativas, ver: AUTOR.



era a do Saracura, que ouvimos na infância, nas narrativas de nosso pai. Ele, um narrador na perspectiva de Walter Benjamin, marcou nossa memória, tanto é que a categoria social pinta-brava serve para identificarmos certas pessoas nos dias atuais⁹. Não foi por acaso que intitulamos este artigo *João Duelo, um pinta-brava no bairro do Recife*. O recorte temporal (1887-1903) equivale aos registros que encontramos sobre as suas entradas e saídas na Casa de Detenção do Recife, até o final do processo no qual ele foi condenado por um dos homicídios praticados. Numa linguagem popular: João Duelo era um “chave-de-cadeia”.

Rua do Vigário Tenório no bairro do Recife: O cenário

Através dos periódicos, buscamos reconstituir o que seria o Bairro do Recife no início do século XX, mais precisamente entre 1900 e 1903, período compreendido entre o crime e o final do processo em que João Duelo foi condenado. Trata-se do exercício de representar uma rua a partir das pistas deixadas pelos diversos anúncios de jornais, pelas páginas policiais, pelos editais publicados... enfim, a busca por “reinventar” uma cidade invisível aos olhos do presente. Diga-se de passagem, como afirma Italo Calvino, a cidade não conta o seu passado, ela o contém.¹⁰ Ela o contém ainda que na invisibilidade para os que não podem mais vivenciar a experiência do *flâneur*¹¹ nestes “tempos acelerados”, no qual tempo é sinônimo de dinheiro, como apregoa a ideologia do capital, expressa na frase: “*time is money*”.

Nós estamos na condição dos que não podem seguir os passos do *flâneur* – somos assalariados, não burgueses. Não nos encontramos na condição privilegiada do dândi¹², mas, a partir de fontes jornalísticas, podemos refazer as caminhadas pelas ruas do Bairro do Recife (atual Recife Antigo) nas primeiras décadas do século XX e construir um pouco do que teria sido aquele cenário.

Na virada do século XIX para o XX, a Rua do Vigário Tenório, localizada no bairro do Recife, fazia parte do “centro nervoso” da cidade. Localizada na área portuária, foi testemunha ocular de muitos acontecimentos. Os jornais noticiavam cotidianamente o

⁹ BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

¹⁰ CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

¹¹ *Flâneur*: na literatura francesa, uma figura típica da vida urbana parisiense do século XIX, um “passeador”. Sobre esta categoria social. Ver: BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

¹² Uma categoria usada na literatura inglesa do século XIX para caracterizar uma pessoa elegante, leia-se aburguesada. Equivale ao *flâneur* da literatura francesa do século XIX.



movimento do porto, nas colunas: vapores a sair, vapores a entrar e vapores esperados. Os apitos dos navios anunciavam diuturnamente as entradas e saídas. É fácil imaginar algumas pessoas que viviam no entorno do porto sendo guiadas pelos sons dos apitos marítimos: “Vom! Voom!! Vooooom!”

Entre os moradores da Rua do Vigário Tenório no período investigado, encontravam-se: o estivador José Manoel da Rosa, 40 anos, solteiro, filho de Manoel Antônio dos Santos; adiante, o empregado público Manoel Antônio Leal, 33 anos, casado; um dos seus vizinhos era o seu xará, Manoel Justino Nascimento Burity, também casado, com 33 anos, marítimo; mais adiante, no número 6, ficava a taberna de Marcelino M.; o escritório e armazém de charque Silva & Bastos ficava no início da rua, onde se instalara no dia 1º de setembro de 1901; em um dos andares no mesmo prédio, estava o consultório médico do renomado Dr. Otávio de Freitas; a Cia. de Martins de Barros estava ao lado, no prédio de número 3; a Monte Pio Liberal União Beneficente ficava no segundo andar do prédio localizado no número 15 – no ano de 1901 fez “*meeting*” em comemoração ao seu 33º aniversário¹³. Havia ainda o Centro Protetor dos Navegantes e o Clube Dramático Dezesete de Setembro, ambos instalados no número 19; a Sociedade Beneficente União dos Estivadores, localizada no primeiro andar do prédio de número 25; no número 42 o Grupo Carnavalesco Amantes do Recife; no primeiro andar do prédio número 19, localizava-se o curso dirigido pelo professor Francisco das Chagas, com aulas de primeiras letras, português, francês, mecânica elementar e de explicação de máquinas a vapor.

O movimento da Rua também pode ser identificado por outros estabelecimentos ligados direta ou indiretamente ao movimento do porto: a Junta Comercial; o escritório Consignações & Comissões – Carlos Rabello & Cia.; o Armazém de Charque de Joaquim Brandão – que fazia concorrência com o Escritório e Armazém de Charque do senhor Silva Maia; mais ao centro da rua, no número 17, estava a Cia. Manufatora de Fósforos. Não parece ter sido por acaso que o agente Pestana se estabeleceu no primeiro andar do prédio número 26 dessa rua, pois era um bom ponto para fazer negócios com alugueis, leilões etc., como mostram os anúncios de jornais.

Mas havia, no outro lado da rua, os seus inconvenientes, provavelmente em decorrência do próprio movimento. No segundo andar do prédio número 26, de acordo com uma queixa veiculada no Pequeno Jornal, existiam “umas mulheres de vida airada

¹³ *Diário de Pernambuco*. Recife. Edição n. 195. Sexta-feira, 13 de abril de 1901, p. 2.



[leviana] que praticavam os maiores escândalos, desrespeitando os vizinhos”¹⁴. Os reclamantes, que não assinaram a nota, pediam providências das autoridades. Ao que nos parece, esse não era o único caso de perturbação à ordem pública. No estabelecimento do ex-tenente Maia, mais conhecido como Pataca do Angu, o maxixe, uma dança considerada lasciva, corria à solta para o desespero dos defensores da moral e dos bons costumes, como evidencia a nota do Jornal do Recife:

Pedem-nos os moradores da Rua do Vigário, que solicitemos da polícia enérgicas providências no sentido de fazer cessar um maxixe, mantido há muito tempo pelo célebre fuão [fulano] Maia.

Além das desafinadas notas arrancadas de um arqueológico piano, durante toda a noite, os *habitués* das reuniões do Maia, fazem uma algazarra infernal; perturbando, assim o sossego das pessoas que tem a infelicidade de morar naquela rua [...].¹⁵

Na noite de sábado, 8 de fevereiro de 1902, o casal Vicente Julião Cavalcante e Maria Rosa foi vítima de um dos valentões que perambulavam pela Rua do Vigário Tenório. Era preciso ter cuidado ao transitar por aquele território à noite. O jornal A Província noticiou o acontecido:

Na rua do Vigário, freguesia do Recife, passava às sete horas da noite de sábado último o catraieiro¹⁶ Vicente Julião Cavalcanti, com sua mulher Maria Rosa, quando o desordeiro Francisco de Araújo, que ali se achava com um grupo, vibrou-lhe tremenda bordoadada, a ponto de ficar a vítima atordoada.

A mulher pediu ao agressor que não matasse o seu marido e recebeu em resposta outra bordoadada. Araújo continuaria a espancar os dois, se algumas pessoas não interviessessem.

Maria Rosa está grávida e, em resultado da pancada que sofreu, acha-se em perigo de vida na sua residência à rua do Vigário, n. 09.

Disse-nos o senhor Vicente que, apesar de ter procurado a polícia, o criminoso ainda não foi preso e ostenta no Recife a sua valentia.¹⁷

As condições de higiene na rua e em algumas residências e estabelecimentos comerciais também deixavam a desejar. Era uma época em que as administrações públicas faziam cruzadas contra o “primitivismo dos costumes considerados bárbaros”,

¹⁴ *Jornal Pequeno*. Recife. Edição n. 296. Terça-feira, 30 de dezembro de 1902, p. 1.

¹⁵ *Jornal do Recife*. Recife. Edição n. 77. Sexta-feira, 7 de abril de 1889, p. 2.

¹⁶ Bote pequeno, tripulado por um só homem.

¹⁷ *A Província*. Recife. Edição n. 36. Sexta-feira, 14 de fevereiro de 1902, p. 1



atribuídos aos africanos e seus descendentes¹⁸, e apregoavam o advento da modernidade, inclusive nos costumes. O medo dos miasmas pairava na cabeça dos agentes de saúde, e os habitantes dos bairros pobres, no caso do Recife, os mocambos, eram “as vítimas preferenciais”. As denúncias da precariedade de higiene na Rua do Vigário Tenório foram feitas no *Jornal do Recife*, após a visita do Dr. Costa Ribeiro, realizada no dia 2 de junho daquele ano. Segundo ele, os prédios de números 4 e 6 estavam em más condições¹⁹. Três dias depois, o Dr. Manoel Carlos ao visitar a casa número 29, constatou que a situação era similar às duas anteriores; já as casas de números 25 e 27 estavam em situação regular²⁰. Foram noticiadas algumas multas a moradores devido à falta de higiene em suas casas e comércios. Um dos “contemplados” com a multa foi o morador da casa número 29, que teve que desembolsar a quantia de 25\$000 (vinte e cinco mil réis).²¹

Vizinha à Rua do Vigário Tenório, estava a Rua Bispo Sardinha, que também se encontrava em péssimas condições de higiene. Segundo um informante, a razão daquela sujeira era o costume dos moradores da Rua do Vigário Tenório de fazer despejos de lixo ali. Solicitavam providências ao fiscal do Bairro do Recife²².

Para além do vai e vem, do burburinho da rua, havia pessoas que viviam no recôndito lar, por algum motivo, alheias à movimentação da rua. Parece ter sido o caso de Claudiana da Conceição de Oliveira, que foi encontrada morta num dos andares da Rua do Vigário onde morava. O subdelegado, após averiguar o acontecido, recolheu os móveis que se encontravam na residência da falecida, na esperança de posteriormente entregar ao pai da mesma, que se supunha morar na cidade de Goiana.²³

Na coluna Fatos Diversos, da edição número 115 do *Jornal Pequeno*, publicada na sexta-feira 23 de maio de 1902, estava estampado: “Triste!” A narrativa constava do seguinte:

[...] foi encontrado no terceiro andar do prédio número 8 da Rua do Vigário uma “menina moribunda e, em estado grave, o sr. Luiz Soares Bezerra, trabalhador de estiva, viúvo, de 43 anos de idade, que para ali tinha ido logo

¹⁸ Encontramos várias notas em jornais, atribuindo aos africanos e seus descendentes costumes “nefandos e primitivos”. O *Jornal Pequeno* foi um desses veículos, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, quando promoveu uma “cruzada contra os rituais religiosos de matriz africana”. Sobre essa questão, ver: SILVA, José Bento Rosa da Silva. O Paraíso do catimbó: Recife nas primeiras décadas do século XX. In: *Revista da ABPN* • v. 11, n. 29 • jun – ago 2019, p.174-197.

¹⁹ *Jornal do Recife*. Recife. Edição n. 125. Domingo, 3 de junho de 1900, p. 2.

²⁰ *Jornal do Recife*. Recife. Edição n. 127. Terça-feira, 6 de junho de 1900, p. 2.

²¹ *Jornal do Recife*. Recife. Edição n. 180. Quinta-feira, 9 de junho de 1900, p. 3.

²² *Jornal Pequeno*. Recife. Edição n. 267. Segunda-feira, 25 de novembro de 1901, p. 2.

²³ *Diário de Pernambuco*. Recife. Edição 53b. Domingo, 23 de junho de 1901, p. 2.



que se sentiu enfermo [...] em estado de delírio, Soares caiu sobre a rede telefônica, partindo os fios e vindo a falecer 20 minutos depois.

Em volta do seu cadáver reuniram-se logo muitos populares, alguns dos quais tinham lhe assistido a morte.

O carro de isolamento, que então chegava para leva-lo com destino ao lazareto, conduziu-o para o necrotério, de onde foi em seguida para a sepultura.

Dos curiosos ali reunidos alguns quiseram se opor que o cadáver fosse transportado no dito carro, havendo quase um conflito; compareceu o Dr. Barros Rego, que requisitou uma força da cavalaria reestabelecendo-se logo a ordem[...].²⁴

Soube-se que o Luiz Soares Bezerra era natural da cidade de Palmares, onde tinha uma única filha. Quanto à doente que dividia com ele o terceiro andar do prédio número 8, segundo o jornal, faleceu no dia 22 daquele mesmo mês de maio. Ao que nos parece, o apartamento era um refúgio para os “desamparados da sorte”, para usar uma expressão da época. Uma permanência que se encontra nas ruas do Recife de hoje, bem como em tantos outros centros urbanos deste país. Em sua grande maioria, afrodescendentes que não foram “abolidos” da miséria com o 13 de maio de 1888. Nabuco já advertia: “ Não basta acabar com a escravidão, é preciso destruir a obra da escravidão...”²⁵

Sorte melhor teve a dona Maria de Holanda Cavalcante Catanho, moradora do terceiro andar do prédio número 25, que foi uma das beneficiadas com as esmóltulas (esmolas) que um distinto cavalheiro que não quis ter o nome revelado doou para a redação do Jornal do Recife, em favor dos necessitados.²⁶

Como vimos acima, na Rua do Vigário Tenório havia muitas casas de comércio em virtude da importação e exportação pelo cais do porto. Tais lojas, eram por vezes, “objeto de desejo” dos gatunos. O estabelecimento do Sr. Joaquim Beltrão, um armazém de charque, foi alvo da “visita” desses “amigos do alheio” na madrugada da quinta-feira, 29 de julho de 1899. Os meliantes foram pegos “com a boca na botija”, conforme noticiou o Jornal Pequeno. Eram aproximadamente cinco indivíduos. Três conseguiram fugir, mas um de nome Gitirana, que tinha acabado de cumprir sentença de 24 anos, e um outro de nome João Paulo foram presos em flagrante.

²⁴ *Jornal Pequeno*. Recife. Edição n. 115. Sexta-feira, 23 de maio de 1902, p. 2.

²⁵ NABUCO, Joaquim. *Abolicionismo*. Brasília: Ed. Do Senado Federal, 2003.

²⁶ Entre os que foram contemplados com quantia de 873\$000 (oitocentos e setenta e três mil réis), além de Dona Maria Holanda, estavam: o Convento do Carmo, a Irmandade São Vicente de Paula, a Conferência Nossa Senhora do Carmo, Dona Maria Amélia da Silva e Dona Anna de Barros, entre outros. (*Jornal do Recife*. Recife. Edição n. 128. Sexta-feira, 9 de junho de 1899, p. 2).



Bate-boca, desavenças por qualquer motivo e pequenas rugas eram parte do cotidiano da Rua do Vigário Tenório no período investigado. Sem contar os pedintes – alguns deles egressos da escravidão, os diversos sotaques que desembarcavam no porto e se espalhavam pelas imediações. Enfim, era esse o cenário onde se deu um dos crimes de João Duelo do qual nos ocuparemos adiante.

João “Duelo” e Luiz “Carroceiro”: Os Protagonistas

A descrição que temos de João Pedro Cavalcante, vulgo João Duelo, foi construída a partir de peças processuais: depoimentos das testemunhas, auto de qualificação, interrogatório no sumário de culpa e documentos anexados ao processo, por solicitação do juiz, dos advogados e de outras autoridades envolvidas. E também pelas notícias veiculadas nos jornais acerca da sua vida pregressa no crime.

Passaremos a nomeá-lo a partir de agora João Duelo, pois era assim que ele era conhecido no Bairro do Recife e para além, já que sua má fama corria a região. Com essa alcunha, ele ficaria nas lembranças e na escrita de alguns memorialistas, como se verá adiante. Não sabemos ao certo a origem do apelido, mais uma coisa é certa, não foi em decorrência da “lavagem de sua honra” que ficou conhecido como João Duelo. Não sabemos se tinha uma honra a defender, não era um dos tais “cidadãos de bem”, que por qualquer motivo, puxava uma arma e buscava fazer “justiça com as próprias mãos”. Era, pelo contrário, um “pinta-brava”.

Uma das testemunhas descreveu o réu João Duelo da seguinte forma: “altura regular, cheio de corpo, de cor branca, cabelos crespos e com bigode grosso e preto”²⁷. Quanto à idade, é uma incógnita, pois, no exame de qualificação, quando de sua prisão em 26 de julho de 1900, disse ter a idade de 32 anos. No entanto, dois anos depois, no interrogatório no Tribunal do Júri, disse ter 21 anos de idade, ser solteiro, analfabeto, filho de João Pedro de Alcântara, natural de Pernambuco, de profissão tanoeiro, residente à Rua Maria César desde menino.²⁸

Ao consultar o documento enviado pelo diretor da Casa de Detenção do Recife, João Henrique Gomes Vieira, para Manoel Francisco de Barros Rego, delegado do

²⁷ Depoimento da testemunha Antônio Luiz Sena Cavalcanti (Memorial da Justiça de Pernambuco. *Processo-Crime contra João Pedro de Alcântara, “vulgo” João Duelo*. Comarca do Recife. Ano: 1900. Caixa 2014. Folha: 35).

²⁸ Interrogatório do réu (Memorial da Justiça de Pernambuco. *Processo-Crime contra João Pedro de Alcântara, “vulgo” João Duelo*. Comarca do Recife. Ano: 1900. Caixa 2014. Folha: 68). Doravante citaremos como: MJP/CR. Ano: 1900. Cx. 2014. João Duelo deve ter nascido entre o ano de 1868 e 1879.



Distrito do Recife, em 17 de julho de 1900, constatamos que a primeira detenção de João Duelo havia sido feita em 1º de julho de 1887, um ano antes da abolição legal da escravidão e dois antes da proclamação da República.

A folha corrida de João Duelo era de fazer inveja a qualquer meliante profissional, com dez passagens pela Casa de Detenção do Recife no período de 1887 a 1900. E mais: com “direito a uma estadia” no presídio da Ilha de Fernando de Noronha. As razões das prisões foram várias: distúrbios e ferimentos, crime de morte, ferimentos em policiais, vagabundagem, embriaguez.²⁹ No jargão popular: “era um chave-de-cadeia”. No entanto, o maior tempo em que ficou na Casa de Detenção do Recife foi no período de 21 de julho de 1891 a 27 de julho de 1892. Na linguagem popular, diz-se que ele deveria ter “as costas quentes”, pois alguém o livrava de ficar assistindo o “sol nascer quadrado” por muito tempo. Na época em que Duelo cometeu o assassinato de Luiz, um jornal reclamou da “condescendência da polícia” com os atos criminosos do autor do crime³⁰. Não é demais lembrar que o advogado no processo em que o réu respondeu pela morte de Luiz Carroceiro, nosso objeto de investigação, foi o major José Joaquim Dias do Rego, conhecido nos Tribunais do Júri do Recife.³¹

Os jornais da época traçaram o caráter de João Duelo, e todas as testemunhas do processo corroboram os jornais. João Duelo era desordeiro, valentão, tinha fama de ameaçar as pessoas etc.

Numa época em que a criminalidade era vista como características dos não brancos, dos egressos da escravidão e seus descendentes, é possível que João Duelo, por ser um branco, tenha usufruído do privilégio da branquitude³², ou seja, não foi descrito da mesma forma que os criminosos negros, cujos crimes eram atribuídos à inferioridade racial, à má índole, à aptidão para o roubo, como ensinavam as teorias racialistas.³³ No

²⁹ Documento da Casa de Detenção do Recife, n. 945, de 17 de julho de 1900 (*Processo-Crime contra João Pedro de Alcântara, “vulgo” João Duelo*. MJP/CR. Ano: 1900. Cx. 2014. Folhas: 27 -29v).

³⁰ *Jornal Pequeno*. Recife. Edição n. 197. Sexta-feira, 31 de agosto de 1900, p. 2.

³¹ “Júri do Recife: Encerrou-se ontem a segunda sessão, sendo submetido a julgamento o réu Tranquilino Xavier da Silva, que foi absolvido. Teve por advogado o major José Joaquim Dias do Rego. Nesta sessão foram julgados vinte processos, havendo oito absolvições e doze condenações. O dr. Joaquim ALCEBÍADES Tavares Holanda, presidente do Tribunal, agradeceu a todos os juízes [...] bem como o zelo que sempre manifestou o advogado José Joaquim Dias do Rego” (*A Província*. Recife. Edição n. 140. Domingo, 22 de junho de 1902, p. 6).

³² Sobre essa questão, ver: MÜLLER, Tânia Maria Pedroso; CARDOSO, Lourenço (Org.). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

³³ Sobre as teorias racialistas, ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.



auto de qualificação sequer descreveram a sua cor, tampouco o temperamento³⁴, como era comum quando se tratava de não brancos, talvez para justificar a tendência à criminalidade. No caso do exame de corpo de delito da vítima, Luiz Antônio Ferreira, foi registrado: “[...] cor parda, estatura mediana, de constituição regular, temperamento sanguíneo[...].”³⁵. Fosse Luiz Ferreira o réu, certamente o rol de estereótipos atribuído a ele, por ser um negro, saltaria aos olhos. Mas como foi João Duelo, um branco, nenhum dos motivos do seu crime foi relacionado à sua origem racial. E o crime em análise não foi o único cometido por ele, conforme já mencionamos acima.

A vítima, Luiz Antônio Ferreira, conhecido como Luiz Carroceiro, quando interrogado no leito do Hospital Pedro II, no dia 2 de junho de 1900, disse ser solteiro, com a idade de 25 anos, natural de Pernambuco, analfabeto, profissão carroceiro, morador na Rua do Vigário Tenório, número 24, segundo andar, residência que dividia com o jornalista Lindolfo de Oliveira e sua esposa.³⁶ Ele não se disse pardo. Quem o caracterizou como pardo, de estatura mediana, constituição regular e temperamento sanguíneo foram os peritos no momento do exame de corpo de delito, quando o corpo jazia sem vida no mesmo hospital, em 6 de junho, quatro dias após ter sido inquirido.

Aconteceu, virou manchete! – João Duelo nas notícias de jornais

As informações que obtivemos sobre a vida pregressa de João Duelo, além das peças contidas no processo-crime, foram levantadas a partir das notícias de jornais. A primeira nota acerca da prisão de João Duelo foi dez anos antes do crime cometido contra Luiz Carroceiro. O jornal não revelou o motivo da prisão. O nome de Duelo estava no rol dos que foram presos entre os dias 19 e 21 de abril de 1890³⁷. Esta teria sido a quinta prisão do réu João Duelo, segundo o relatório do diretor da Casa de Detenção. Ele não ficou muito tempo fora da vida do crime, pois em 14 de maio do mesmo ano já estava se

³⁴ Teoria advinda de Hipócrates, amparado nos quatro elementos de Empédocles. Segundo ele, há quatro tipos de temperamento, conforme domine no corpo do indivíduo um dos quatro fluidos corporais (humores): sanguíneo (sangue), fleumático (linfa ou fleuma), colérico (bílis) e melancólico (atrabilis ou bÍlis negra). Cada um deles possui uma determinada característica (DALGALARRONDO, Paulo. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000).

³⁵ Auto de corpo de delito em Luiz Antônio Ferreira (*Processo-Crime contra João Pedro de Alcântara, “vulgo” João Duelo*. MJP/CR. Ano: 1900. Cx. 2014. Folhas: 07v-08v).

³⁶ Do depoimento de Lindolfo de Oliveira (*Processo-Crime contra João Pedro de Alcântara, “vulgo” João Duelo*. MJP/CR. Ano: 1900. Cx. 2014. Folha: 37v).

³⁷ *Jornal do Recife*. Recife. Edição n. 91. Quarta-feira, 23 de abril de 1890, p. 2.



despedindo dos colegas de cela, portanto ficara vinte e três dias “vendo o sol nascer quadrado”³⁸.

No ano de 1891, foram várias notícias publicadas sobre o envolvimento de João Duelo no submundo do crime: em 23 de julho foi preso por distúrbio e ofensas à moral pública³⁹. Esta prisão revelou o envolvimento do referido personagem em outros crimes, tais como o assassinato de Manoel da Costa Ramos, na Rua Visconde de Inhaúma⁴⁰. Este crime, conforme o jornal, foi cometido com requintes de brutalidade. Vejamos a notícia:

Importante descoberta [sic] – A prisão do indivíduo de nome João Duelo trouxe ao que parece luz sobre o imperioso assassinato do português Manoel Ramos, estabelecido na rua do Rangel, fato este que alarmou, pelas circunstâncias de que se revestiu, a população d’esta cidade[...] O indivíduo de nome José Bala está recolhido também na Casa de Detenção, como implicado no caso[...].⁴¹

A edição do Jornal do Recife do domingo 26 de julho de 1891 noticiava mais um passo para a elucidação do homicídio do qual o português Manoel Ramos fora vítima há quase um ano e que ainda estava por ser esclarecido. O depoimento de Josepha foi uma peça importante, como se depreende da longa nota intitulada: O crime da rua de Visconde de Inhaúma. O testemunho, como se verá, incriminava cada vez mais João Duelo:

[...] Interrogada anteontem a mulher de cor preta, de nome Josepha, que era ama de Guilhermina de tal, que mantinha relações com o indivíduo João Duelo, na época em que se deu o crime, isto é, em dezembro do ano passado, disse ela que na madrugada do dia em que aparecera assassinado Manoel Ramos, João Duelo chegando à residência de Guilhermina, pedira a ela Josepha para lavar-lhe uma camisa ensanguentada, dizendo-lhe ter havido um crime e ameaçando-a de assassiná-la com dez facadas, se ela dissesse qualquer coisa a esse respeito.

Josepha hesitou a princípio em lavar a camisa, mas amedrontada com a ameaça fez o que lhe ordenava João Duelo, que vestindo a referida camisa ainda molhada, foi dormir, retirando-se pela manhã, aparentemente tranquilo[...]

Foram também interrogados anteontem o português José Nogueira da Silva e Emília de tal, atualmente são amores de Josepha.

³⁸ A primeira prisão de João Duelo se deu em 1º de julho de 1887, ficando preso por três dias; a segunda, em 24 de setembro de 1888, ficando preso por cinco dias; a terceira em 1º de março de 1889, ficando preso por trinta e um dias; a quarta em 27 de julho de 1889, ficando preso por trinta e três dias (Documento da Casa de Detenção do Recife, n. 945, de 17 de julho de 1900. In: *Processo-Crime contra João Pedro de Alcântara*, “vulgo” *João Duelo*. MJP/CR. Ano: 1900. Cx. 2014. Folhas: 27-29v).

³⁹ *Diário de Pernambuco*. Recife. Edição n. 164. Quinta-feira, 23 de julho de 1891, p. 1.

⁴⁰ *Jornal do Recife*. Recife. Edições n. 175 e 177. Quarta-feira e sexta-feira, 5 e 7 de agosto de 1891, p. 3. e 2 respectivamente.

⁴¹ *Diário de Pernambuco*. Recife. Edição n. 164. Quinta-feira, 23 de julho de 1891, p. 3.



Não foi ainda interrogado João Duelo que só o será depois que terminarem as diligências sobre o crime[...].⁴²

João Duelo voltou a aparecer nas páginas dos jornais na quarta-feira 14 de setembro de 1892, em virtude de uma desavença com um tal Guimarães por conta de questões amorosas. Dessa vez, João Duelo fora vítima de um tiro que lhe atingira a perna esquerda. O fato ocorreu na Rua Bela, no Bairro de Santo Antônio, às duas horas da tarde. Mesmo ferido, Duelo saiu ao encalço do agressor até perto do quartel da cavalaria, não conseguindo, no entanto, capturá-lo. “O ofendido foi vistoriado pelo Dr. João Batista de Carvalho, que considerou leve o ferimento”⁴³. O jornal informou aos leitores que: “[do] interrogatório feito ao ofendido, depreende-se que entre ele e o ofensor existe inimizade devida a zelos amorosos que este último tem por uma mulher moradora na citada rua Bela”⁴⁴. No mesmo ano de 1892, fora a júri por ter sido acusado de ter assassinado um cadete no Hotel Republicanos, juntamente com Neco Pernambucano. Foi absolvido.⁴⁵

No ano seguinte, João Duelo se metera em outra briga. Embora não seja possível elucidar todas as circunstâncias, o exame de corpo de delito realizado nele evidencia o seu envolvimento, conforme noticiou o *Jornal do Recife* em duas edições, uma do mês de março e outra do mês de abril⁴⁶.

O crime perpetrado por João Pedro de Alcântara, vulgo “João Duelo”, contra Luiz Antônio Ferreira, conhecido por “Luiz Carroceiro”, foi noticiado na segunda página do *Jornal Pequeno* com o título em negrito: **Assassínio famoso**. Nesta, fazia alusão a um assassinato cometido a sangue frio na Rua do Rangel. Segundo o jornal, o meliante estava “homiziado”[fugido] na cidade de Maragogy, estado de Alagoas, como se verá no depoimento do réu.

Sobre o réu, como dissemos anteriormente, nenhuma insinuação de que seu crime estivesse relacionado com a sua pertença racial, como se costumava dizer dos criminosos negros. Ele, como já dissemos, gozava do privilégio da branquitude⁴⁷, mesmo sendo um delinquente contumaz. Vejamos o João Duelo sob a óptica do *Jornal Pequeno*:

⁴² *Jornal do Recife*. Recife. Edição n. 167. Domingo, 26 de julho de 1891, p. 2.

⁴³ *Jornal do Recife*. Recife. Edição n.207. Quarta-feira, 14 de setembro de 1892, p. 2.

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ *Jornal Pequeno*. Recife. Edição n. 33. Sexta-feira, 8 de fevereiro de 1929, p. 1.

⁴⁶ *Jornal do Recife*. Recife. Edição n. 68. Sexta-feira, 24 de março de 1893, p. 2; *Jornal do Recife*. Recife. Edição n. 73. Domingo, 2 de abril de 1893, p. 2.

⁴⁷ Branquitude é um debate acerca da forma diferenciada como as pessoas de cor branca são tratadas no Brasil, em comparação às não brancas. Sobre essa questão, ver: MÜLLER, Tânia, M. P.; CARDOSO, Lourenço (Org.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.



João Duelo é um facínora perverso que, alguns anos passados, assassinou um negociante português na rua do Rangel, tendo tido nesta ocasião o requinte de pregar a vítima, em posição vertical, com uma faca, na porta do seu estabelecimento.

[...]

Uma das últimas que praticou foi espancar barbaramente uma sua amásia, a qual se impôs por terror.

Tendo a polícia conhecimento de que o temido malfeitor pernoitava em uma casa da rua das Trincheiras, cercou-a alta noite com um numeroso pelotão, prendendo João Duelo que completamente nú, envolto apenas num cobertor, foi levado pela rua do Barão da Vitória, debaixo de grande pancadaria, para a Casa de Detenção. Dias depois era solto e reincidia em novos crimes[...].⁴⁸

As “qualificações” atribuídas pelo jornal a João Pedro de Alcântara estenderam-se por mais alguns parágrafos dessa edição, inclusive, como era praxe na época, usando palavras e termos afrancesados. Aliás, o nome e o formato do periódico *Jornal Pequeno* nos remetem ao seu contemporâneo francês *Le Petit Journal*. Pois bem, o “Pequeno Jornal dos Trópicos” prosseguiu falando das atitudes de João Duelo e de seu comportamento na hora em que fora preso ao desembarcar no cais do Recife:

Este criminoso de instintos superlativamente perversos, este profissional **enragé**⁴⁹ do crime [doido pelo crime] sob todas as suas múltiplas formas – atentados a propriedade e a vida – é sobretudo um cínico e um audaz de marca maior.

Assim é que, ao desembarcar ontem no Cais da Lingueta, como a escolta que o acompanhava achasse prudente trazê-lo seguro pelo cóis das calças, João Duelo, volta-se para os seus detentores e, estulta e enfaticamente apostrofa-os [interpela- os]: “larguem-me o cóis, senão assim não vou! “

E os soldados, timoratos [medrosos], teriam obedecido à voz do comando do terrível assassino, se não tivesse na ocasião intervindo energicamente o agente da polícia que fez os policiais cumprirem seus deveres[...].⁵⁰

A última notícia de jornal que tivemos de João Duelo foi a veiculada no *Jornal Pequeno* na edição 256, de quinta-feira, 7 de novembro de 1912. Depois ele foi citado como lembrança, como memória. Vejamos: na edição acima mencionada, noticiava-se o julgamento de Cândido Gomes de França, que em agosto daquele ano, assassinara no presídio de Fernando de Noronha o sentenciado João Duelo. A outra “aparição” de João Duelo, como dissemos, foi na condição de lembranças ou memórias de valentões do Recife do passado. O título em letras garrafais e em negrito; “**RECIFE DE 35 ANOS ATRAZ: homens que naquela época se salientaram pela bravura e valentia na luta.**”

⁴⁸ *Jornal Pequeno*. Recife. Edição n. 197. Sexta-feira, 31 de agosto de 1900, p. 2.

⁴⁹ O grifo é nosso.

⁵⁰ *Jornal Pequeno*. Recife. Edição n. 197. Sexta-feira, 31 de agosto de 1900, p. 2.



E continua anunciando: “**A lista completa, contendo notas sobre a vida de muitos deles, fornecida por estudioso colecionador de cousas de polícia**”.⁵¹

É importante notar que o autor da matéria justificava o que ele chamou de reportagem da seguinte forma: “[...] uma apreciação entre o Recife de 30 anos atrás e o Recife de hoje, no tocante à sua vida de ordem e de paz. Salientamos, então, o que representava, naquela época, a segurança individual e material do cidadão[...]”.⁵² E mais, a descrição do nome dos “valentes” do Recife do passado foi feita a partir do lugar de atuação de cada um deles. Para nossa surpresa, João Duelo não estava localizado no bairro do Recife, onde ele vivera desde menino, conforme seu depoimento no Tribunal do Júri, mas no vizinho bairro de Santo Antônio. Nesse contexto de rememoração, eles se metamorfosearam em homens de coragem que inscreveram o nome na História⁵³. Esses personagens do passado, alguns ainda vivos na época da publicação, transformaram-se em “objetos” de investigação para estudiosos e colecionadores de coisas da polícia, com certeza, sob a égide das teorias racialistas advindas do século XIX⁵⁴, tão vivas naquele contexto e que ainda permanecem, se não como ideologias, mas como mentalidades nos dias atuais.⁵⁵

O Enredo: Análise do processo-crime

Na noite de sábado, 2 de junho de 1900, na Rua do Vigário Tenório, na freguesia do Recife, João Duelo, armado de faca feriu gravemente Luiz Antônio Ferreira. O fato se deu por volta das onze horas da noite, no primeiro andar do prédio número 7, onde funcionava o Hotel Marquês de Pombal, popularmente conhecido como Pataca do Angu, de propriedade do ex-tenente Antônio Luiz Maia.⁵⁶

⁵¹ *Jornal Pequeno*. Recife. Edição n. 33. Sexta-feira, 8 de fevereiro de 1929, p. 1.

⁵² *Idem*.

⁵³ “[...] Homens que, há 35 anos atrás, pela sua coragem, demonstrada em lutas sangrentas, deixaram os seus nomes inscritos na história da criminalidade do Estado[...]”. *Idem. Ibidem*.

⁵⁴ Sobre esta questão, ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

⁵⁵ Sobre ideologias e mentalidades, ver: VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

⁵⁶ Ao que nos parece este local servia aos trabalhadores da orla portuária, uma comida nutritiva, a preço acessível. Era uma comida básica, inclusive servida pelo Estado aos imigrantes europeus, quando da tentativa de promover a substituições do trabalho escravo africano e de seus descendentes. No Edital publicado no jornal *A Província* em 1891, constava: “[...] A alimentação constará do seguinte: às 7 horas da manhã cada imigrante receberá uma caneca com café e pão, às 10 horas terá lugar o almoço, constando de carne verde, guisado de bacalhau, arroz e pão; às 4 horas da tarde, o jantar, que será composto de sopa de arroz ou de pão, carne cozida com verduras, **angu de milho** e bananas; e às 7 horas da noite lhe será fornecido café com pão e bolacha [...]” (*A Província*. Recife. Edição n. 119. Domingo, 31 de maio de 1891, p. 2, grifo nosso).



Luiz Antônio faleceu dias depois no Hospital Pedro II, mas teve tempo suficiente para responder às perguntas feitas pelo subdelegado Vicente Ferreira da Silva Júnior. Disse:

[...] Que tendo há dias uma troca de palavras com João Duelo em casa da mulher conhecida por “Maria Mata homem”, moradora da rua da Senzala Nova, número vinte. Aconteceu que hoje, 11 horas da noite, achando-se ele respondente em companhia do ex-tenente de polícia José Alves, tomando café em casa de refeição de Maia, conhecido por Pataca de angu, na rua do Vigário, número 7, primeiro andar, quando viu ali entrar o seu inimigo João Duelo acompanhado por mais seis indivíduos; que João Duelo logo que avistou a ele, respondente, chamou-o dizendo: “Luiz, vem cá, dá-me uma palavra”; que ele respondente levantando-se do lugar onde estava assentado, acompanhou João Duelo até as escadas e ali chegados, aquele vira-se de repente e deu-lhe a facada que apresenta na última costela do lado esquerdo, e em seguida sem dar uma palavra, correu de escada abaixo, acompanhado pelas pessoas que com o mesmo ofensor João Duelo, haviam entrado em casa do referido Maia [...].⁵⁷

O depoimento de “Maria mata-homem”, que na verdade chamava-se Maria Francisca dos Santos, solteira, 30 anos de idade, analfabeta, cozinheira, agora moradora na Rua Dona Maria César e não mais na Rua da Senzala Nova, como havia dito Luiz Ferreira, corrobora a versão de Ferreira.⁵⁸ Ela contou com mais detalhes o havido entre ela e João Duelo. Destacamos o atrevimento de Duelo, aliás, vários depoimentos o apontam como um desordeiro. A arrogância se deveu também ao fato de estar diante de uma mulher solteira, embora ela tivesse o cognome de “Maria mata-homem”. Mas ele, como um dos valentões do Recife daquela época, não se intimidou diante daquela mulher. Segundo ela, o fato que provocou a discussão entre Luiz Ferreira e João Duelo se deu pelo seguinte motivo:

[...] Em um dia do mês próximo passado, chegou em casa dela o indivíduo conhecido por João Duelo, trazendo um pouco de camaril e pediu-lhe que aprontasse, que era para na manhã do dia seguinte dar de almoçar a um amigo que tinha chegado do Rio de Janeiro; que ela aprontou o camaril e às nove horas da manhã do dia seguinte chegou João Duelo dizendo que almoçava com o seu amigo em casa dela, e saindo voltou pouco depois com o tal amigo, a quem não conhece, com Manoel Coelho, estabelecido com a farmácia Prático do Povo, e com Francisco de tal, também estabelecido na rua Dona Maria Cesária, n. 02. Todos almoçaram com João Duelo, na casa dela; isto na manhã

⁵⁷ Auto de perguntas feitas a Luiz Antônio Ferreira. (*Processo-Crime contra João Pedro de Alcântara, “vulgo” João Duelo*. MJP/CR. Ano: 1900. Cx. 2014. Folhas: 11 e 11v).

⁵⁸ Quando de seu depoimento, ela já havia mudado de residência, como ficou evidente no depoimento do sargento de polícia Luiz Sena Cavalcanti, ao dizer do motivo do crime: [Disse] “[...] que sabe que havia intriga entre o denunciado e a vítima por causa de uma rapariga de nome Maria, moradora a rua da Senzala nova, n. 22, onde morava antes de ser perpetrado o crime[...]” (Auto de perguntas feitas a Antônio Luiz Sena Cavalcanti. In: *Processo-Crime contra João Pedro de Alcântara, “vulgo” João Duelo*. MJP/CR. Ano: 1900. Cx. 2014. Folhas: 34v e 35).



da última terça feira do mês passado. Que veio mais um em companhia de João Duelo, um tal Pavão, Leandrinho que já teve jogo de bola, e o indivíduo conhecido por João-caga-no-beco.

Que na sexta feira da mesma semana seu amásio Luiz Antônio Ferreira disse-lhe que tinha sabido por Manoel Prático, que João Duelo tinha almoçado na casa dela, e que não queria que ela aprontasse mais almoço para o mesmo João Duelo.

Que no dia seguinte [sábado] voltou João Duelo, por volta das sete horas da noite com um pouco de peixe e pediu-lhe para aprontar, ao que ela se recusou, alegando que não podia, por ser sábado e estava esperando por seu amásio Luiz que ia levar-lhe dinheiro. Ao que João Duelo replicou-lhe com as seguintes palavras: “- Fode-te tu e teu macho”, e atirou com o peixe em cima da mesa e retirou-se; que ela aprontou o peixe antes que o seu amásio Luiz chegasse e foi levar o peixe a João Duelo que morava na mesma rua número 16. Isso já depois das nove horas da noite. João Duelo depois de ceado o peixe, saiu e entrou na casa de jogo que fica em frente à casa dela, que saindo este depois das dez horas da noite, e vendo-a assustada na janela de sua casa perguntou: “- Teu macho já chegou? E tendo em resposta que não, João Duelo disse: “- Então deixe-me ver aquele baile ali!” [...]”⁵⁹

“Maria mata-homem” continuou na janela esperando pelo seu namorado e ainda viu, por volta das onze horas da noite, João Duelo urinando, na esquina, perto de sua casa. Em seguida, convidou seis pessoas que estavam com ele para irem tomar cerveja na casa do Maia. Seguiram em direção à Pataca do Angu de Maia.

Por volta da meia noite, ela ouviu alguém chamando. Era alguém a mando de seu “amásio” solicitando dois frascos de remédios com um pouco de fio [linha] para o mesmo Luiz que havia levado uma facada dada por João Duelo. Ela saiu imediatamente em socorro de Luiz. Ao chegar à casa do tenente Maia, viu este com uma vassoura limpando o sangue das escadas. Foi quando Maia contou-lhe o acontecido.

José Joaquim Alves, tenente reformado e funcionário público, foi testemunha ocular do acontecido naquela fatídica noite para Luiz Carroceiro. José Alves, como era conhecido, prestou depoimento ao delegado Francisco de Barros Rego, delegado de polícia do Primeiro Distrito da capital pernambucana no dia 8 de junho, no prédio número 43, da Rua Estreita do Rosário. Disse que quando fiscalizava o serviço de limpeza pública na Rua do Vigário Tenório, Luiz Carroceiro o convidou para tomar uma xícara de café em Maia. A narrativa do acontecimento corrobora o de “Maria mata-homem” que deve ter ouvido dele, ou de Maia, com pequenos detalhes, como, por exemplo, que Luiz, ao ser esfaqueado, teria gritado:

⁵⁹ Auto de perguntas feitas a Maria Francisca dos Santos (*Processo-Crime contra João Pedro de Alcântara, “vulgo” João Duelo*. MJP/CR. Ano: 1900. Cx. 2014. Folhas: 24 e 25v).



[...] - Matou-me e correu perseguido por João Duelo que provavelmente por ouvir outros gritos de Luiz que dizia: “- mataram-me, socorram-me”; não continuou a perseguição. Que ainda viu João Duelo limpar a faca na manga da camisa, porque se achava em mangas de camisa, e voltando para onde tinha ficado os companheiros disse: “- vamos embora! [...]”⁶⁰

O jornalista Lindolfo Oliveira, que morava com Luiz Ferreira, foi visitá-lo no Hospital Pedro II e ouviu da vítima a narrativa tal e qual foi reproduzida pelas testemunhas. Na ocasião da visita, ao perguntar ao paciente e companheiro de residência como estava, aquele lhe respondeu que estava terminando seus dias. Disse mais, que não conhece João Duelo, e que na noite do crime, Luiz Ferreira chegou em casa pelas nove horas da noite, mudou a roupa, saiu novamente, não voltando mais naquela noite, que no dia seguinte, pelas 8 horas do dia, chegou em sua casa o sargento do destacamento do Recife, com a notícia, e que Luiz estava recolhido no Hospital Pedro II.⁶¹

O proprietário da Pataca do Angu, Antônio Luiz Souza Maia, 32 anos de idade, ex-tenente da polícia, que estava no estabelecimento na hora do ocorrido, deu o seguinte depoimento:

[...] Disse que estava na data em que consta a denúncia, em sua casa à rua do Vigário, n. 07, em conversa com Severino José da Silva, cozinheiro do Hotel Marquês de Pombal, e hoje soldado de polícia, quando surgiu o carroceiro Luiz Antônio Ferreira todo ensanguentado dizendo-lhe: “- acudam-me senhor Maia que estou morrendo”. E que verificando que Luiz Antônio estava efetivamente ferido; perguntando-lhe quem havia feito o ferimento, ele respondeu que tinha sido o denunciado João Duelo, que imediatamente mandou chamar a polícia, e então chegando o cabo José dos Santos Silva, a quem entregou o ferido e contou o que acima foi dito; que ignora ainda hoje o motivo deste fato, de onde ter morrido no hospital o ferido Luiz Antônio Ferreira em consequência do ferimento tido, que conhece o denunciado João Duelo, e sabe ser ele cabra desordeiro e que já fora deportado para [o presídio de] Fernando de Noronha[...].⁶²

Severino José da Silva, casado, de 34 anos, cozinheiro, morador no Beco da Miudinha, número 6, foi ouvido no dia 4 de junho e corroborou o depoimento de Maia. Outras testemunhas, tais como José Nunes da Silva, cabo de esquadra do Corpo Policial, e o negociante Antônio Manoel Pereira, apresentaram a mesma versão dos fatos. Nenhum dos que estavam com João Duelo testemunhou em seu favor no Tribunal do Júri a que o réu foi submetido.

⁶⁰ Auto de perguntas feitas a José Joaquim Alves. (*Processo-Crime contra João Pedro de Alcântara, “vulgo” João Duelo*. MJP/CR. Ano: 1900. Cx. 2014. Folha: 18).

⁶¹ *Idem*. Folha: 37v.

⁶² Auto de perguntas feitas a Antônio Luiz de Souza Maia. (*Processo-Crime contra João Pedro de Alcântara, “vulgo” João Duelo*. MJP/CR. Ano: 1900. Cx. 2014. Folhas: 36-36v).



No Tribunal do Júri, quando interrogado se tinha fatos que justificassem sua inocência, João Duelo elaborou uma narrativa que revela sua sagacidade. Disse que tinha os seguintes:

[...] Que no primeiro de junho de 1900, passando pelas proximidades da Associação Comercial, foi chamado pelo senhor Chiquinho, gerente da Usina Caraassú afim de fabricar um cubo para a destilação da mesma usina. Aceitando o convite marcou para seguir no dia 03 do referido mês, que Leandro fiador da casa dele, tendo ciência deste convite e ficando satisfeito com ele, convidou, ele interrogado, para uma ceia, dando um vinho e outro o peixe; que ajustados, teve lugar a ceia aprazada no fundo da venda de Leandro, à qual ceia compareceram ele, Manoel Coelho e Ceciliano Pavão; isto na noite de dois do referido mês, que depois da ceia, e de muito comerem e beberem, ele, ficou em estado tal que de nada mais conheceu e teve ciência, acordando no dia seguinte em sua casa, achando a chave debaixo da porta.

Que não conhece Luiz Antônio Ferreira e nem este apareceu na ocasião da ceia em que estava com os seus companheiros. Que no dia 03, seguiu ele para a referida Usina tomando o trem nas Cinco Pontas as 8 horas e quinze minutos da manhã, hora até a qual nada ouviu sobre o que lhe imputam; que se achando na Usina Caraassú no dia 04 fez o seu trabalho até o dia 26 de agosto, dia em que voltou passando pela cidade de Barreiros, onde esteve com o delegado de polícia, embarcando na barcaça Rainha das Águas no dia 27 às 4 horas e meia da tarde. Que chegando a esta cidade do Recife no dia 29, as 3 horas da tarde, foi preso na Lingueta, atribuindo-se nesta ocasião a autoria do fato criminoso em Maria Gregry, no Estado de Alagoas. Que oito dias depois, foi ele chamado à sala das audiências para ser interrogado e assistir ao depoimento de uma mulher, sabendo nesta ocasião, por lhe interrogar o dr. Promotor público, da morte de Luiz Carroceiro[...].⁶³

“Justificar” seu estado de embriaguez, foi uma tentativa de atenuante ao crime, caso fosse condenado. Também disse que não sabia se conhecia o senhor Maia, mas que conhecia o Pataca do Angu. Disse ainda “que não tinha ouvido depor nenhuma das testemunhas, sendo, porém, que ouviu a última (Maria-mata-homem), que não falou a verdade”⁶⁴. Ele contestou justamente Maria Francisca dos Santos, que, segundo alguns, teria sido a razão da contenda. Na verdade, João Duelo com sua fama de valentão já tinha criado conflitos em virtude de outros casos amorosos, como se viu nas notícias de jornais. E mais, Maria Francisca construiu toda a intriga que levou ao lamentável desfecho na noite do dia 2 e junho daquele ano de 1900, na freguesia do Recife, na movimentada Rua do Vigário Tenório, na orla portuária.

⁶³ Interrogatório do réu. (*Processo-Crime contra João Pedro de Alcântara, “vulgo” João Duelo*. MJP/CR. Ano: 1900. Cx. 2014. Folhas: 68-69v).

⁶⁴ *Idem*. Folhas: 68-68v.



O tribunal júri: O desfecho

João Duelo foi a júri popular, exatamente dois anos depois do crime, em 2 de junho de 1902. Segundo o termo de comparecimento, as testemunhas do réu não compareceram, mas as partes concordaram em realizar a sessão mesmo sem elas.

Na sequência, conforme o ritual jurídico, foram sorteados para o júri de sentença as seguintes pessoas: Virgílio Gonçalves Torres, Luiz Francisco Ribeiro da Silva, Luiz Marques Vieira, Artur Gouveia Costa, Henrique Diocleciano Tavares dos Santos, Hilberto Aprígio Guimarães, José Anastácio da Silveira Guimarães, Dr. Hortêncio Peregrino da Silva e Andronico Rodrigues dos Passos.⁶⁵

Pelo promotor público foram recusados: Ângelo Vilaça, João Ermetilho da Fonte Braga, Alfredo Olímpio Machado, João Felipe Carneiro Campelo, Alberto Augusto Morais Pradines e Bianor de Oliveira. Pelo advogado de defesa, major José Joaquim Dias do Rego, foram recusados: Dr. João Vicente da Silva Costa, Pedro Tertuliano dos Santos Cordeiro, Júlio Antero de Medeiros, Antônio Cavalcanti Lacerda de Almeida, Dr. Thomas de Simas Duarte, Dr. Leopoldo Morosa da Veiga Pessoa e o alferes José de Magalhães Fontoura.⁶⁶

Analisando a ata do julgamento do júri que condenou João Duelo, identificamos que os jurados não foram unânimes quanto ao quinto quesito⁶⁷, embora todas as evidências relatadas pelas testemunhas apontassem que o réu cometera traição – quando Luiz Ferreira menos esperava, levou a facada de João Duelo. De forma semelhante, não houve unanimidade quanto ao sétimo quesito⁶⁸. Ora, o réu usou de arma branca [uma faca] para atingir a vítima, que estava desarmada.

O julgamento foi dirigido pelo juiz de direito substituto do 5º Distrito Criminal, tendo como escrivão Antônio Coelho de Albuquerque. Os jurados foram: José Alcebíades Tavares de Holanda, Virgílio Gonçalves Torres, Luiz Francisco Rufino da Silva, Luiz Marques Vieira, Henrique Diocleciano Tavares dos Santos, Hildeberto Aprígio Guimarães, José Antônio da Silva e Arthur Gouveia Costa.⁶⁹

⁶⁵ Termo de comparecimento. (*Processo-Crime contra João Pedro de Alcântara, “vulgo” João Duelo*. MJP/CR. Ano: 1900. Cx. 2014. Folhas: 66 -66v).

⁶⁶ *Idem*.

⁶⁷ 5º quesito: O réu cometeu o crime com traição? (Ata do julgamento. In: *Processo-Crime contra João Pedro de Alcântara, “vulgo” João Duelo*. MJP/CR. Ano: 1900. Cx. 2014. Folhas: 76-77).

⁶⁸ 7º quesito: Houve por parte do réu superioridade em arma, de maneira que o ofendido pudesse defender-se ou facilidade de repelir a ofensiva? (*Idem*).

⁶⁹ *Idem, Ibidem*.



O réu foi condenado a 24 anos de prisão e a pagar as custas do processo. O advogado de defesa protestou e recorreu. No segundo julgamento, foi reiterada a condenação do réu. Dessa vez com mudanças de opinião sobre os quesitos: quinto, sétimo e oitavo. No quinto foi reconhecido que o crime foi cometido com traição; no sétimo, que houve superioridade em armas por parte do réu; e o mais surpreendente foi o oitavo, pois evidências apontavam para o contrário (concordância de ter havido circunstâncias atenuantes por parte do réu).⁷⁰

Depois desse julgamento, não tivemos mais nenhuma pista de João Duelo, nem os jornais deram mais notícias sobre ele. Temos dúvidas se ele efetivamente cumpriu a pena estabelecida pelo juiz após o júri, pois, outras vezes, apesar de todas as evidências de seus crimes, não se sabe bem por quais artifícios, ele conseguiu livrar-se da justiça, conforme denúncia dos jornais, como mencionamos anteriormente⁷¹. Só ficamos sabendo que ele estava cumprindo pena de prisão na Ilha de Fernando de Noronha, graças à matéria de jornal do ano 1912 falando sobre a sua morte. Depois, ele foi mencionado no relato sobre os valentões do Recife do passado, como já citado. É bom lembrar que ele “revisitava” a Ilha com certa frequência e que a certa altura lá chegou para nunca mais voltar, a exemplo de outros bravos e valentões que ficaram registrados por folcloristas e memorialistas. Em nossa opinião, essas personalidades históricas precisam ser analisadas numa perspectiva mais séria, no contexto da sociedade em que eles foram gerados.

Data de submissão: 13/03/2020

Data de aceite: 03/06/2020

⁷⁰ Ata do Julgamento (*In: Processo-Crime contra João Pedro de Alcântara, “vulgo” João Duelo.* MJP/CR. Ano: 1900. Cx. 2014. Folha: 105).

⁷¹ O Jornal ao lembrar as ações e impunidades de Duelo, registrou: “[...] No governo do dr. Barbosa Lima ficou um tanto amansado com algumas eficazes surras de facão que em diversos xadrezes desta capital lhe foram aplicadas pela polícia daqueles tempos ominosos. Depois desta época João Duelo reencetou as suas faunhudas proezas realizando tropelias sem número, escapando sempre à ação, criminosamente complacente da nossa polícia [...]” (*Jornal Pequeno.* Recife. Edição n. 197. Sexta-feira, 31 de agosto de 1900, p. 2).



REFERÊNCIAS

Fontes primárias manuscritas

Memorial da Justiça do Estado de Pernambuco. **Processo-Crime contra João Pedro de Alcântara, “vulgo” João Duelo.** Comarca do Recife. Ano: 1900. Caixa 2014.

Periódicos disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

A Província. Recife. Edição n. 119. Domingo, 31 de maio de 1891.

A Província. Recife. Edição n. 36. Sexta-feira, 14 de fevereiro de 1902.

A Província. Recife. Edição n. 140. Domingo, 22 de junho de 1902.

Diário de Pernambuco. Recife. Edição n. 164. Quinta-feira, 23 de julho de 1891.

Diário de Pernambuco. Recife. Edição n. 195. Sexta-feira, 13 de abril de 1901.

Diário de Pernambuco. Recife. Edição 53b. Domingo, 23 de junho de 1901.

Jornal do Recife. Recife. Edição n. 77. Sexta-feira, 7 de abril de 1889.

Jornal do Recife. Recife. Edição n. 91. Quarta-feira, 23 de abril de 1890.

Jornal do Recife. Recife. Edição n. 167. Domingo, 26 de julho de 1891.

Jornal do Recife. Recife. Edições n. 175. Quarta-feira e sexta-feira, 5 de agosto de 1891.

Jornal do Recife. Recife. Edições n. 177. Sexta-feira, 7 de agosto de 1891.

Jornal do Recife. Recife. Edição n. 207. Quarta-feira, 14 de setembro de 1892.

Jornal do Recife. Recife. Edição n. 68. Sexta-feira, 24 de março de 1893.

Jornal do Recife. Recife. Edição n. 73. Domingo, 2 de abril de 1893.

Jornal do Recife. Recife. Edição n. 128. Sexta-feira, 9 de junho de 1899.

Jornal do Recife. Recife. Edição n. 125. Domingo, 3 de junho de 1900.

Jornal do Recife. Recife. Edição n. 127. Terça-feira, 6 de junho de 1900.

Jornal do Recife. Recife. Edição n. 180. Quinta-feira, 9 de junho de 1900.

Jornal Pequeno. Recife. Edição n. 197. Sexta-feira, 31 de agosto de 1900.

Jornal Pequeno. Recife. Edição n. 267. Segunda-feira, 25 de novembro de 1901.

Jornal Pequeno. Recife. Edição n. 115. Sexta-feira, 23 de maio de 1902.

Jornal Pequeno. Recife. Edição n. 296. Terça-feira, 30 de dezembro de 1902.



Jornal Pequeno. Recife. Edição n. 33. Sexta-feira, 8 de fevereiro de 1929.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. O Narrador. *In:* BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas:** magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRASIL. **Decreto Nº 847, de 11 de outubro de 1890.** Promulga o Código Penal Brasileiro de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 27 fev. 2020.

CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis.** São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais.** Porto Alegre: Artes médicas, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau, 1999.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

MÜLLER, Tânia Maria Pedroso; CARDOSO, Lourenço (Org.). **Branquitude:** estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

PIERANGELI, José Henrique. **Códigos Penais do Brasil:** Evolução histórica. Brasília: Ed. Revista dos Tribunais, 2001.

SANTOS, Jocélio Teles dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. **Afro-Ásia**, n. 32, p. 115-137, 2005.

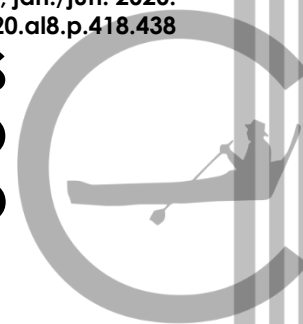
SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

VEYNE, Paul. Noção de intriga. *In:* VEYNE, Paul. **Como se escreve a História.** Lisboa: Ed. 70, 1971.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades.** São Paulo: Brasiliense, 1991



“TRANSGREINDO A NORMA”: AS MULHERES BRASILEIRAS E A LUTA PELO DIREITO AO SUFRÁGIO



Luciane Campos¹

Resumo

A conquista dos direitos políticos foi o resultado de uma longa e árdua luta que envolveu as relações de gêneros e entendida como mais uma conquista emancipatória para o sexo feminino e que dividia opiniões da sociedade. O presente artigo tem por finalidade apresentar uma breve discussão sobre o impacto social e político que a luta sufragista brasileira acarretou nas primeiras décadas do século XX e apresentar fatos e sujeitos que contribuíram para a conquista do voto em 1932. No Amazonas essa questão também estava presente e, assim como em todo o Brasil, era refletida especialmente através da imprensa. Em 1934, a primeira mulher política do Estado foi eleita: Maria de Miranda Leão.

Palavras-chave: Sufragismo; Mulheres; Política.

Abstract

The conquest of political rights was the result of a long and arduous struggle that involved gender relations and understood as yet another emancipatory achievement for women and that divided the opinions of society. The purpose of this article is to present a brief discussion on the social and political impact that the Brazilian suffrage struggle had in the first decades of the 20th century and to present facts and subjects that contributed to the winning of the vote in 1932. In Amazonas, this issue was also present and, as in all of Brazil, it was reflected especially through the press. In 1934, the state's first political woman was elected: Maria de Miranda Leão.

Keywords: Suffragism; Women; Politics.

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Amazonas. Pesquisa sobre História das Mulheres, feminismo e Gênero. E-mail: professoralucianecampos@gmail.com



No Brasil do final do século XIX e décadas iniciais do XX, as mulheres passaram a lutar para ter direitos. Essas lutas, de caráter emancipatório, permitiram muitas mudanças no comportamento feminino, possibilitando uma redefinição da mulher na sociedade brasileira e a conquista de diversos direitos civis e políticos. No tripé das conquistas está o acesso à educação básica e superior², a profissionalização e trabalho remunerado e o direito ao sufrágio³ e à elegibilidade. O direito de votar e serem eleitas⁴ para cargos no executivo e legislativo representava para as mulheres a ideia de cidadania plena e reconheciam no voto um instrumento de conquista e igualdade de outros direitos, o que de fato promoveria a transformação de suas existências na realidade socioeconômica-cultural.

Constituiu-se objetivo central desse artigo apresentar de forma breve a luta sufragista feminina no Brasil no início do século XX, tomando como base discussões teóricas de importantes trabalhos sobre o tema já publicados pelo país e buscando agregar as informações que refelem as especificidades locais. Tais informações fazem parte de uma pesquisa de doutoramento ainda na fase inicial acerca da temática. Embora esse não seja tema novo na historiografia nacional, no cenário local ainda há muitas lacunas a serem preenchidas. Sabemos pouco sobre o movimento sufragista no Amazonas, sobre suas militantes e sobre a atuação das primeiras parlamentares no Estado. Auxiliou-nos ainda na metodologia de pesquisa o uso da imprensa de forma dual: como fonte, nos fornecendo os elementos necessários da investigação e como objeto, na medida em que nos interessa pensar como os periódicos reagiam às questões que envolviam a luta pela conquista do voto, entendendo que a imprensa “não apenas interfere nas questões políticas, mas em diversos setores da vida social, na articulação e disseminação de ideias, valores, referências, memórias, ideologias, modos de pensar e agir em sua historicidade”⁵.

As questões de raça/classe ficam evidentes na pesquisa quando concluímos que as primeiras brasileiras envolvidas nos Movimentos Feministas pertenciam às classes sociais mais favorecidas, eram brancas, com um bom nível de escolaridade e uma

² Às mulheres foi permitido o acesso ao ensino Superior pelo Decreto Nº 7.247, de 19 de Abril de 1879 (Lei da Reforma Educacional).

³ Como conceito, o Sufrágio é um dos principais institutos dos direitos políticos, o qual abrange tanto o direito de votar quanto o direito de ser votado. Comumente, as expressões “sufrágio” e “voto” são empregados indistintamente, como sinônimos. Entretanto, a doutrina estabelece a diferença entre os termos: o sufrágio é o direito, enquanto o voto é o exercício. Ver: SANTOS, Luiza Chaves. *Sufrágio Feminino e democracia no Brasil*. Monografia de conclusão do Curso de Direito. PUC/RIO, Rio de Janeiro, 2017. p.18.

⁴ o *jus suffragii* e o *jus honorum*, como distinguiam os romanos.

⁵ LEITE, Carlos Henrique Ferreira. *Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica*. ESCRITAS Vol. 7 n.1 (2015) ISSN 2238-7188 p. 3-17.



profissão (especialmente médicas, professoras, dentistas, advogadas e escritoras) e um certo *status* social. Eram mulheres “que tinham acesso ao noticiário internacional e para quem a luta era uma demonstração de modernidade e progresso”⁶. Faziam alianças e buscavam apoio político para “convencer” que suas reivindicações em relação à emancipação feminina eram sérias e extremamente necessárias para aquilo que se pretendia da sociedade do século XX. Nas palavras de June Hanner, “a questão do sufrágio pôde tornar-se um tópico mais vital para as feministas cultas que experimentavam um sentimento de frustração e privação política”⁷. Era notório para elas que sem o sufrágio não poderiam ser verdadeiramente iguais”⁸. Na definição de Gisela Bester, o sufrágio era a “chave de acesso” para as grandes mudanças⁹. Ao analisar a importância do Voto - e em especial o voto feminino - numa democracia representativa, a autora observa que:

a extensão do voto às mulheres significava e significa, ainda hoje, o acesso aos canais de decisão, executivos ou legislativos e, nesses, a fundamental possibilidade de serem tratadas questões femininas, de serem legislados assuntos referentes às mulheres, a partir da ótica das mulheres [...] Para as mulheres, votar e poder eleger seus pares, ou mesmo candidatos homens comprometidos com as causas femininas, constituiu e constitui o direito político por excelência, aquele que lhes permite ter maior força e legitimidade no encaminhamento, na justificativa e na defesa de projetos atinentes às mulheres e à sociedade em geral.¹⁰

No entanto, não foi uma luta fácil, muito pelo contrário, foi longa e árdua. Foram décadas de reivindicações, articulações feministas - envolvendo mulheres e também muitos homens que apoiavam a causa - e discussões políticas, que se iniciam antes mesmo da Proclamação da República¹¹. Para June Hahner, a agitação política do período “fortaleceu o desejo das mulheres por seus direitos políticos e indiretamente forneceu-lhes não só argumentos adicionais pró-sufrágio, mas também oportunidade de empenharem-se por este direito”¹². Mas é a partir de 1890, ano que ocorre a Assembleia

⁶ TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Miriam. *A Revolução das Mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.p.25

⁷ HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.87

⁸ HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas*. p.82

⁹ BESTER, Gisela Maria. *A luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada*. Argumenta Journal Law, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 25. p. 330-333.

¹⁰ BESTER, Gisela Maria. *A luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada*. p. 330-331.

¹¹ É importante dizer que o Brasil foi o primeiro país da América Latina a discutir a questão do Sufrágio feminino.

¹² HAHNER, June. E. *A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres/EDUNISC, 2003. p.160



Constituinte, que a questão do sufrágio feminino passou a ser a pauta principal de luta e reivindicações das mulheres no Brasil.

É importante destacar que antes mesmo de lutarem para conquistar esse direito de forma legal na Nova Constituição que estava sendo elaborada, ainda nos finais do século XIX, muitas mulheres de forma isolada, solicitaram seu alistamento eleitoral com base na Lei Saraiva que instituiu o título eleitoral e garantia o direito de voto aos portadores de títulos científicos¹³. Entre as pioneiras, destacam-se as figuras das Cirurgiãs-dentistas Isabel de Sousa Matos, que no ano de 1885 requereu seu alistamento eleitoral na cidade de São José do Norte/RS, e a baiana Isabel Dillon que se apresentou como candidata à Constituinte mas não conseguiu alistamento.¹⁴

Acredita-se que inspirada na história de Isabel Dillon, a professora Josefina Alvares de Azevedo tenha escrito a peça *Voto Feminino*, em 1890. A comédia, apresentada uma única vez no Teatro ‘Recreio Dramático’, no Rio de Janeiro, teve a intenção de promover no público uma reflexão sobre as questões levantadas pelos grupos sociais favoráveis e contrários ao sufrágio. Na peça, o debate familiar gira em torno das opiniões do patriarca da Família (Anastacio), sua esposa (Inês), o genro (Rafael) e a filha (Esmeralda) sobre o direito de voto feminino. Em uma das cenas, podemos conferir como a questão era cheia de conflitos ideológicos:

ANASTÁCIO (*dirigindo-se a Rafael*) – Meu genro, estamos perdidos, a revolução das saias entrou-nos porta adentro: é preciso reagir. A mulher votante! Com direito aos cargos públicos! Que Desgraça! Que calamidade!
INÊS: - Calamidade é a de termos homens como o senhor que procuram aniquilar os nossos direitos em proveito da sua vaidade.
ANASTÁCIO (*para Rafael*) – o que diz a isso?
RAFAEL (*atrapalhado, olhando para Esmeralda*) – Eu...eu não digo nada.
ANASTÁCIO – Se o senhor tem aprovado a atitude delas.
ESMERALDA – Porque é justo meu pai.
ANASTÁCIO – Até a senhora! Está desejava por votar e ser votada, ir ao parlamento, sobraçar uma pasta, andar de coupé e ordenanças! São assim todas as mulheres. Ah! Mas eu hei de ensiná-las! Agora é comigo. Senhor meu genro, venha daí. É preciso ser homem, ouviu? Ser homem! (*empurrando-o na frente*)
Ande, mexa-se.¹⁵

Para Josefina, “o sufrágio realmente universal seria um símbolo poderoso a ser alcançado, pois trazia em si uma promessa de igualdade, de um tratamento mais justo

¹³ Decreto nº 3.029, de 09 de janeiro de 1881.

¹⁴ Celi Pinto nos informa que Isabel Matos foi vitoriosa em sua cidade natal mas teve o direito suspenso quando tentou se alistar no Rio de Janeiro. PINTO, Celi Regina. *Uma história do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p.15

¹⁵ Cena sete da peça *Voto Feminino*. In: KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar. Dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)*. Tese Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. p.76.



para as mulheres”¹⁶.

Na Constituinte de 1890, foi intensa a discussão entre os poucos deputados sensíveis à possibilidade da concessão do voto às mulheres e os que se posicionavam terrivelmente contra, usando de diversos argumentos para mostrar que o mundo político brasileiro não se abriria ao “sexo frágil”. Vejamos um exemplo dessa assertiva:

“Estender o voto à mulher é uma ideia imoral e anárquica, porque no dia em que for convertido em Lei, ficará decretada a dissolução da família brasileira. A concorrência dos sexos nas relações da vida ativa anula os laços sagrados da família”¹⁷

Karawejczyk destaca que a importância dada à esse diálogo que se travou na Constituinte, “dá-se no sentido de que esta foi a primeira vez que o tema fora posto em discussão de modo mais sistematizado e por iniciativa dos próprios congressistas”¹⁸. As mulheres engajadas na luta sufragista de então, acreditavam que teriam o direito contemplado na nova Constituição. No entanto, no projeto¹⁹ publicado no decreto n. 914-A de 23 de outubro de 1890, não havia qualquer menção sobre voto feminino. Durante a apreciação do projeto pela chamada *Comissão dos 21*²⁰, algumas emendas foram propostas ao artigo 70, como a que permitia o voto “às mulheres diplomadas com títulos científicos e de professora, desde que não estivessem sob o poder marital nem paterno, bem como às que estivessem na posse de seus bens”²¹. A Emenda não foi aprovada recebendo apenas sete votos favoráveis do total de vinte e um congressistas e o projeto caminhou como estava para a próxima etapa na Constituinte.²²

O texto final da Constituição de 1891 acabou não contemplando as mulheres mas também não trazia explícita nem a proibição e nem a permissão do direito ao voto. O texto considerou eleitores “os cidadãos maiores de 21 anos”, que se alistassem na forma

¹⁶ KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar. Dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil*. pag 82

¹⁷ TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Miriam. *A Revolução das Mulheres* p.27

¹⁸ KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar. Dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil*. pag 82. p.79

¹⁹ O projeto da Constituição foi elaborada pela chamada *Comissão dos cinco*, formada por: Saldanha Marinho, Rangel Pestanha, Antonio Luiz dos Santos Werneck, Américo Brasiliense de Almeida Mello e José Antonio Pedreira de Magalhães Castro; foi inspirada em três Constituições: Argentina, Estados Unidos e Suíça. In: KARAWEJCZYK, Mônica. KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar. Dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil*. pag 80

²⁰ Comissão especial para apreciação do projeto da Constituinte, eleita pelos congressistas e composta por um representante de cada estado incluindo o Distrito Federal

²¹ Segundo nos informa Monica Karawejczyk, a emenda foi elaborada e apresentada pelos deputados Lopes Trovão (Distrito Federal), Leopoldo de Bulhões (Goiás) e Casemiro Junior (Maranhão). KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar. Dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil*. 87

²² SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. *O florete e a Máscara. Josefina Álvares de Azevedo. Dramaturga do Século XIX*. Florianópolis: Mulheres, 2001. p. 76



da lei²³. Para Celi Pinto, “a mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos”. O próprio termo “cidadão”, segundo o senso comum da época, não se referia ao termo universal que abrange homens e mulheres, mas exclusivamente aos homens, reitera a autora.²⁴

Muitas mulheres em várias partes do Brasil usaram dessa falta de clareza da Lei para requerer seu alistamento eleitoral. No entanto, o poder judiciário ficava livre para autorizar ou não esses pedidos e sempre optava pela recusa, prevalecendo a tradição conservadora, patriarcal e autoritária que relegava as mulheres à “um papel menor” na sociedade da época, fato que lhes causava muito constrangimento e revolta. Exemplo dessa assertiva é a trajetória empregada pela estudante de Direito Diva Nolf Nazário em busca do seu alistamento eleitoral em São Paulo, no ano de 1922. Nazário defendia que o voto feminino era constitucional e que era seu direito exercê-lo. Após seu processo caminhar longamente e ser recusado em vários setores, “com espanto e surpresa por ser uma mulher candidato”²⁵, e recursos por sua parte, o parecer final do juiz eleitoral foi-lhe desfavorável. Esse fato fez com que Diva, que participava da Liga Paulista de Senhoras²⁶, ficasse ainda mais atuante na luta pelos direitos políticos das mulheres. Um ano depois publicou o livro *Voto Feminino e Feminismo*²⁷ descrevendo toda a sua luta e persistência em busca do seu alistamento eleitoral. O livro também aborda posicionamentos e argumentos variados em relação ao sufrágio feminino, presentes em artigos publicados na imprensa daquela época e compilados pela autora. Em um desses artigos publicados no jornal Gazeta de Batatais, ela escreveu:

Todos os dicionários estão acordes em dizer que um *cidadão é um habitante de um Estado livre*.

A mulher brasileira não será habitante de um Estado livre?

Diz-se sempre: “Todo o cidadão está sujeito às leis do seu país”.

²³ É oportuno transcrevermos o artigo 70 da Constituição de 1891: “Art. 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei. § 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados: 1º os mendigos; 2º os analfabetos; 3º as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior; 4º os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual. § 3º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.” (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91

²⁴ PINTO, Celi Regina. *Uma história do Feminismo no Brasil*. p. 15-16

²⁵ SILVA, Lenina Vernucci da. *Gênero e Poder: Diva Nolf Nazário na luta pelo voto feminino*. Dissertação de Mestrado. UNESP Araraquara, 2014. p.22

²⁶ Filial da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) em São Paulo.

²⁷ Uma edição fac-similar foi publicada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 2009. Na introdução do livro, Diva Nolf diz que a intensão ao escrevê-lo é a de “servir a nobre causa do feminismo que, no Brasil, há de ser brevemente vencedora, para a glória de nossa Pátria” (p.33)



A mulher brasileira não estará, por acaso, sujeita às leis do Brasil? Ser-lhe a, por ventura, permitido *matar e roubar* sem incorrer nas penas estabelecidas para os *homens*?
Por que há de fazer *exceção* única e injusta quando trata de eleitores?
[...] Negar o direito de voto à mulher, é negar a utilidade da mulher em tantas ocupações onde só homem era visto antes.²⁸

A decepção com a nova Constituição representou para as sufragistas uma “mola impulsadora” para uma luta ainda mais intensa e organizada. Nesse sentido, destacam-se dois importantes acontecimentos: a criação do *Partido Republicano Feminino*, em 1910, por Leolinda Daltro²⁹ e a *Federação Brasileira para o Progresso Feminino* (FBPF) associação fundada por Bertha Lutz³⁰, em 1922.

O Partido Republicano Feminino (PRF) tem destacada importância no movimento feminista do início do século XX. Organizado por mulheres, era um partido que mesmo sem direitos políticos, tinha o objetivo de representar os interesses femininos na esfera política. O PRF não defendia apenas o voto, mas a emancipação e a independência feminina³¹.

Mesmo com as ações do Partido Republicano Feminino, a questão do sufrágio feminino não foi mais discutida no Parlamento brasileiro até 1917, ano em que o deputado fluminense Mauricio de Lacerda, apresentou um projeto para incluir claramente as mulheres alfabetizadas como eleitoras. O referido projeto foi motivo de muita discussão entre os deputados no Parlamento, imprensa e sociedade de modo geral. A tentativa não teve sucesso. Mesmo assim, como defende Mônica Karawejczyk “apesar de não se

²⁸ NAZÁRIO, Diva Nolf. *Voto feminino & feminismo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. p.41-44. Grifos no original. Optou-se por usar a ortografia atual.

²⁹ Segundo nos informa Celi Pinto, a motivação para Leolinda Daltro criar o Partido Republicano Feminino foi a recusa de seu alistamento eleitoral em 1909. Ela “era Professora e uma mulher muito diferente das de seu tempo. Criou 5 filhos sozinha. Indigenista, realizou uma cruzada a partir de 1895 em defesa dos índios, contra o extermínio e o autoritarismo da catequese”. PINTO, Celi Regina. *Uma história do Feminismo no Brasil*, p. 18-19.

³⁰ Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) era filha do cientista e pioneiro da Medicina Tropical, Adolfo Lutz, e da enfermeira inglesa Amy Fowler. Formou-se em Biologia pela Sorbonne. Em sua estadia pela Europa, tomou contato com a campanha sufragista inglesa. Voltou ao Brasil em 1918 e ingressou por concurso público como bióloga no Museu Nacional, sendo a segunda mulher a entrar no serviço público brasileiro. Ao lado de outras pioneiras, empenhou-se na luta pelo voto feminino e criou, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que foi o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), tornando-se uma das principais líderes à frente do movimento feminino organizado no Brasil e umas das pioneiras da luta pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no país. Berta Lutz organizou o I Congresso Feminista do Brasil. Na Organização Internacional do Trabalho, discutiu problemas relacionados à proteção do trabalho feminino. Em 1929, participou da Conferência Internacional da Mulher, em Berlim. Ao regressar, fundou a União Universitária Feminina. Em 1932, criou a Liga Eleitoral Independente e, no ano seguinte, a União Profissional Feminina e a União das Funcionárias Públicas. Elege-se deputada em 1934, no Rio de Janeiro, como primeira suplente e tomou posse no ano de 1936.

³¹ PINTO, Celi Regina. *Uma história do Feminismo no Brasil*, p. 18.



conhecer as motivações que levaram Lacerda a propor a inclusão feminina no pleito eleitoral, seu projeto parece ter dado um novo alento ao tema do sufrágio feminino, tanto na imprensa como no Plenário”³².

De caráter altamente elitista e intelectual, a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*³³, fundado por Bertha Lutz, era a maior expressão do feminismo nas décadas de 1920 e 1930, considerada a mais importante e também a mais conhecida organização em defesa dos direitos da mulher. Suas lutas estavam relacionadas principalmente com as questões que envolviam a instrução, o voto e a profissionalização. A FBPF reunia mulheres de várias profissões e tinha núcleos em vários Estados. Formavam alianças, buscavam apoio social e político aproveitando-se do prestígio social das mulheres que faziam parte do grupo. “Tratava-se de negociar e se aliar a tais poderes, ao invés de contestá-los. Esta atitude, que pode ser interpretada como conservadora, na verdade facilitou conquistas feministas, como o voto”³⁴. Segundo Karawejczyk, o feminismo apregoado por Bertha passou a ser identificado, à posteriori, como “bem-comportado” e/ou “tático”. Contudo, na época da sua aparição no espaço público brasileiro, ela foi identificada como representante de um “bom” feminismo deixando entrever que haveria outros, perigosos, que deveriam ser evitados³⁵.

No Amazonas, a criação da Federação Amazonense pelo Progresso feminino, criada em 13 de Dezembro de 1932, pela Professora e farmacêutica Raymunda Chevalier, reunia importantes nomes do meio social manauara e articulava-se à luta nacional através da FBPF ao buscar alianças políticas locais para apoio e defesa nas causas femininas.

Na contramão do feminismo sufragista bem comportado, algumas lideranças feministas condenavam as estratégias usadas pelas militantes do movimento e no descrédito da eficácia do voto para a emancipação feminina. Entre essas lideranças estão Maria Lacerda de Moura e Isabel Cerruti. Seu feminismo, caracterizado como anarquista,

³² KARAWEJCZYK, Mônica. “O voto e as saias”: as repercussões do projeto Lacerda sobre o alistamento feminino (1917). Revista Altos e Baixos, 2015.p.72. Disponível em: http://revistadigital.jfrs.jus.br/revista/index.php/revista_autos_e_baixas

³³ Teve como sua entecessora a Liga para a Emancipação da Mulher, criada em 1919 também por Bertha Lutz.

³⁴ MOURELLE, Rodrigo Cavaliere et al. *A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e o governo de Getúlio Vargas na década de 1930: estratégias e paradoxos do movimento feminista no Brasil*. Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009

³⁵ Aqui a autora utiliza expressões de (Céli Regina Jardim PINTO, 2003) e (Rachel SOIHET, 2006). KARAWEJCZYK, Mônica. *O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino*. p. 01;



defendia que a emancipação da mulher não estaria vinculada à igualdade de direitos civis e políticos, mas sim à libertação dos preconceitos sociais já cristalizados naquela sociedade, frutos do sistema capitalista e patriarcal brasileiro³⁶.

É salutar destacar ainda que na historiografia do movimento feminista o movimento sufragista não está isento de críticas no que se refere aos caminhos traçados na luta pelos direitos das mulheres. Para Branca Moreira Alves a conquista do direito ao voto não modificou a condição feminina no Brasil, “pois o evento em si não foi capaz de criar uma autoconsciência que as fizesse questionar a sua própria inferiorização social e as relações de dominação nas quais estavam inseridas”³⁷, ou que o movimento sufragista brasileiro fez-se, em grande parte, conservador, para adaptar-se à uma sociedade atravessada por valores e relações patriarcais³⁸ pois evitava contrapor-se à sociedade e à família, no intuito de se tornar aceito e respeitado pelas elites governantes³⁹, diferentemente das estratégias, muitas vezes violentas, como as adotadas pelas *suffragettes* inglesas, por exemplo.

A luta sufragista e a imprensa

Convém destacar que a possibilidade dos direitos políticos femininos horrorizava muitos brasileiros, homens e mulheres, “não apenas pela ideia incômoda de mulheres eleitoras mas também o espectro de mulheres políticas que excitava a imaginação masculina”⁴⁰. Outro ponto importante, é que em uma sociedade fortemente patriarcal como no caso da brasileira, as mulheres tinham papéis e lugares bem definidos dentro da sociedade em que viviam, eram limitadas por uma mentalidade conservadora e tradicional e quase sempre sofriam sujeição masculina. Tinham uma “missão” estabelecida e seu dever era cumpri-la com esmerada dedicação e abnegação: ser esposa e mãe, funções

³⁶ MANCILHA, Virginia Maria Netto, *Vozes femininas: um estudo sobre a Revista Feminina e a luta pelo direito ao voto, ao trabalho e à instrução*. Dissertação de mestrado - UNICAMP, 2012; Nesse viés de pensamento temos os trabalhos de Miriam Leite e Samanta Mendes que pesquisaram sobre a trajetória dentro do movimento feminista de Maria Lacerda de Moura e Isabel Cerruti, respectivamente. VER: LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984; MENDES, Samanta C. “O feminino no Anarquismo: as mulheres anarquistas em São Paulo na Primeira República (1889 -1930).” *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008;

³⁷ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.p.155.

³⁸ SOIHET, Rachel. “Transgredindo e conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz. *Labrys- estudos feministas*. Brasília, v.2, nº1, julho-dezembro 2002.

³⁹ HAHNER, June. *A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. p. 366

⁴⁰ HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas*. p. 78



sociais tidas como “naturais à realização da alma feminina”⁴¹ e extremamente valorizadas. Sendo a educação feminina destinada para este fim, as mulheres eram preparadas socialmente para desempenhar da melhor maneira possível as atribuições decorrentes do casamento, dos cuidados com a casa e principalmente com a educação dos filhos, para quem elas deveriam ser o mais perfeito dos exemplos na transmissão dos valores e da educação.

Como sabemos, as mudanças no comportamento feminino desencadeadas pela inserção das mulheres no espaço público bem como a luta feminina/feminista em prol de seus direitos por educação, trabalho remunerado, voto e etc, incomodou a sociedade porque implicava, segundo os preceitos conservadores, numa “grave ameaça à ordem estabelecida”⁴². “Permitir”, então, tais avanços femininos resumia-se em aceitar mudanças na estrutura patriarcal há séculos estabelecida.

Dessa forma, as mulheres envolvidas na luta emancipacionista enfrentavam o forte conservadorismo da sociedade, não só por parte dos homens, mas também de muitas mulheres defensoras da continuidade da supremacia do papel tradicional da mulher e viam como transgressoras da ordem e da família àquelas que contestavam a sua condição social de “Rainha do Lar”. No que se refere ao movimento sufragista em especial, muito se falava das “tantas ameaças” que ele oferecia à sociedade, para a família e para as próprias mulheres. É salutar destacar que a aversão ao voto feminino não vinha somente dos homens mas também das mulheres que não tinham a pretensão de participar da política e criticavam as que defendiam.

Através da imprensa estas pessoas manifestavam seus posicionamentos, davam opiniões e conseqüentemente criavam representações femininas ideais, de acordo com as normas de condutas vigentes na sociedade. Devemos lembrar que na primeira República os jornais e revistas constituíam-se como os principais meios de propagação de ideologias no período e como importantes agentes na construção de representações.

As questões relacionadas à emancipação feminina, incluindo o tema do sufrágio, sempre estiveram presentes nas publicações jornalísticas da grande e da pequena imprensa por todo o país. Na maioria das vezes, as publicações faziam chacotas e buscavam ridicularizar a luta feminina/feminista; outras vezes, noticiavam as estratégias,

⁴¹ BORELLI, Andrea. “A Rainha do Lar”. A esposa e a mãe perante a legislação brasileira. 1830-1950. *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu Tempo*. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006.

⁴² SOIHET, Rachel. Abaixo as mulheres. In: *Revista Nossa História*, n° 03. janeiro de 2004.



lutas e conquistas femininas. Eram temas que sempre promoviam acaloradas discussões as quais muitas vezes envolviam grande parte da sociedade, principalmente os representantes do sexo masculino. Esse intransigente comportamento dos homens e da imprensa tem sua justificativa: ver uma mulher assumir uma cadeira na tribuna pública era simplesmente o pior e o mais incômodo dos acontecimentos da época pois “voto não se compatibilizava com o mundo dos sentimentos e do lar e marcava uma fissura definitiva na esfera masculina”⁴³. Ou ainda, entendiam que a “mulher não tinha liberdade em relação ao marido para formar a sua própria opinião”⁴⁴. Segundo o pensamento dos contrários aos direitos políticos femininos, a política deveria ser território exclusivo dos homens dado a incompatibilidade da natureza feminina com as atividades políticas. Como observou Perrot, a entrada das mulheres na política não é normal em nenhum lugar, quer se trate dos partidos, do legislativo ou do executivo⁴⁵, pois para a sociedade da época,

a política é uma profissão de homens, concebida e organizada no masculino. Em seus ritos, em seus ritmos, em seus horários, em suas formas de sociabilidade, em sua apresentação de si, que molda também a expectativa do público, eventualmente decepcionado por ser representado por uma mulher.⁴⁶;

Adversários do voto feminino declaravam que, com ele, se teria decretada a dissolução da família brasileira. Abaixo temos um exemplo de uma das publicações do Jornal *O Malho*⁴⁷ que se mostra contrariado com o projeto do deputado Mauricio de Lacerda - já mencionado anteriormente - ao mesmo tempo que satiriza aquilo que era entendido como “inversão de papéis” ao estereotipar as mulheres com trejeitos masculinos e põe os homens em submissão e assumindo as “tarefas femininas”.

⁴³ HAHNER, June. *Emancipação do Sexo Feminino*. p. 156.

⁴⁴ Discurso de Assis Brasil, reformador da República. In: PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do Feminismo no Brasil*, p. 29.

⁴⁵ PERROT, Michelle. *As Mulheres Públicas*. São Paulo: Unesp, 1998. p. 129-130.

⁴⁶ PERROT, Michelle. *As Mulheres Públicas* p. 130

⁴⁷ Revista ilustrada semanal, que circulou no Rio de Janeiro de 1902 à 1953. Sua principal característica era a sátira política e o humor a partir de Charges.





Diz a legenda:

ZÉ POVO: - Aqui tem, “seu” Mauricio, um quadro do futuro que nos espera se passar o seu projecto, dando o direito de voto ás mulheres... Em pouco tempo. “ellas” que são mais sabidas do que nós, aproveitarão a moleza dos homens e dominarão tudo! E teremos então esta belleza: O avô fazendo “crochê”, a avô fumando cachimbo, o marido amamentando o filho, enquanto vae para a Camara dos Deputados deitar o verbo pela salvação da pátria!

Tudo transformado! Tudo invertido!

MAURICIO DE LACERDA: - mas que tem isso? A Constituição é clara: as mulheres podem ser eleitoras!

ZÉ POVO: - pois então, viva a Consttuição e o voto feminino! Talvez com as mulheres em scena, nós sejamos mais homens... acudindo ao appello do Ministério da Agricultura e fazendo – rumo ao campo – para plantar batatas!

48

No Amazonas não era diferente. Diversos segmentos da imprensa amazonense da época não fugiram à regra e externaram por vezes, uma postura preocupante, conflituosa e contraditória quando se referia às questões relacionadas à emancipação feminina, especialmente o sufrágio. Como exemplo dessa assertiva temos o artigo “A Proletária e o Feminismo”, publicado no jornal *Construtor Civil* (1920). Nele, as mulheres trabalhadoras são aconselhadas a ficar longe da “aberração do século” chamada de *feminismo* e a se manterem fiéis à sua natureza.

a moderna aspiração da mulher que quer adquirir o chamado direito de voto, em modificar o processo do casamento, aplaudindo o problema do divorcio e bem assim concorrer ás funções publicas para cargos puramente masculinos, agora outras pretenções de somenos é o que constitue o feminismo. O eterno e incontestado prestígio da mulher sobre o homem fez que ele também se vá, sem reflexão, imbuindo-se dessas ideas collaborando-lhe nos desejos e concorrendo

⁴⁸ O Malho (RJ) Ed. 0771 de 23/06/1917. Disponível on line na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



assim, para a expansão, até certo ponto prejudicial dessa aberração do século.⁴⁹

No tocante à luta pelo direito ao voto desempenhada pelas mulheres, esta é percebida pelo mesmo artigo como sendo uma nova “aberração” que não deveria ser levada em consideração, sendo tratada com pouca importância. Por esta concepção as mulheres, na verdade, pouco tempo teriam para se importar com política dado aos seus muitos afazeres, e se o fizesse seria apenas por influência de “trêfegos revolucionários” que a sociedade moderna ainda não havia conseguido se desvencilhar.

Deixai legislarem sobre liberdade de votos para a mulher. Essa nova aberração não lhe terá sequer a complacência tão múltiplos e nobres são seus afazeres para preocupar-se com aquella velharia legada pelo militarismo do qual a sociedade moderna governada por trêfegos revolucionários, ainda não lhe pode desvencilhar. E assim irá ella marchando, recatada seu triumpho social, retraída na victoria diuturna da melhoria moral da espécie. Resistindo aos embates de todas as resoluções, ella affirma-se, cada vez mais no seu natural determinismo de filha, esposa e mãe.⁵⁰

O assunto era tratado muitas vezes de forma leviana e preconceituosa, e tinha o propósito de ridicularizá-las, mesmo em veículos com posturas políticas mais sérias e respeitadas, como era o caso do *Jornal do Comércio*. Vejamos o exemplo a seguir transcrito no diálogo abaixo:

Ao projeto que concede o voto feminino o Sr Tomaz Rodrigues apresentou uma emenda mandando que sejam também ás mulheres dada a obrigação de fazer o serviço militar.
- sou pelo direito ao voto ás mulheres. Temos também o nosso direito de pensar.
- Neste caso, devem ter o direito de fazer o serviço militar.
- Ah, isso é que não!
- por que?
- em primeiro logar porque, como soldado, não poderemos mostrar os braços, as pernas, nada... nada...
- E em segundo?
-Em segundo: será um desaforo obrigar-nos a pegar no pau furado.⁵¹

Embora esse tipo de discurso fosse o mais comum na imprensa da época mesmo assim, algumas vezes se levantaram em prol da defesa da mulher e de suas lutas. O jornal *A Reacção*, “órgão dos moços católicos de Manaus”, (1933), pleiteava que à elas fossem dado direitos políticos porque “*se democracia é o governo do povo para o povo tão povo*

⁴⁹ *O Constructor Civil*, nº 1. Manaus, 5 de janeiro de 1920. In: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). *Imprensa Operária no Amazonas*. Manaus: EDUA/Cnpq, 2004, p. 119.

⁵⁰ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). *Imprensa Operária no Amazonas*. p.119

⁵¹ *Jornal do Commercio*, 19 de novembro de 1927. Em várias edições da coluna “Uma Por Dia”, publicadas no *Jornal do Commercio* em meados da década de 1920, o alvo de críticas foram as reivindicações femininas bem como as suas mudanças comportamentais.



são as mulheres como os homens”⁵². Representando os posicionamentos católicos, *A Reacção* mostrou um discurso religioso progressista em relação às reivindicações femininas. Além de defenderem o direito feminino de votar e de poder ser votada, o referido jornal também não considerava o feminismo como um mal social, uma “aberração” como muitos o faziam, antes, procuravam entendê-lo como sendo resultado direto do progresso:

a mulher tem pleno direito não só a participação indireta no governo dos povos mediante o voto ativo de eleger seus candidatos ás Altas Câmaras da Nação, sinão também a participação direta, mediante o voto passivo de poder ser eleita para ocupar uma cadeira em diversos cargos.

[...]Para muitos catholicos – e não católicos – o feminismo é pedra de escândalo. “A missão da mulher é a casa e a família”, dizem.

Porém essa objeção perdeu todo o seu valor, desde que o industrialismo moderno lançou fora de casa ao quarenta ou cincoenta por cento das mulheres na idade de exercerem o sufrágio. Não se considera que, para ter sua casa, a mulher tem que sair a trabalhar fóra dela, nem se atende a que, mediante o voto, poderá melhorar as condições em que a colocou o industrialismo moderno.⁵³

Mas as sufragistas brasileiras também buscavam ampliar seus discursos na imprensa no intuito de organizar a luta pelo voto feminino e conseguir adesão popular. Josefina Azevedo, Bertha Lutz e muitas outras redatoras e colaboradoras da imprensa periódica da época, empenharam-se, categoricamente, em apresentar e discutir, por meio da imprensa, as propostas desse movimento às mulheres no Brasil.

Josefina Azevedo era bastante conhecida pois era muito atuante na imprensa do final do século XIX. Dirigia o *Jornal A Família*⁵⁴, que começou a circular em 1888 consolidando-se como importante espaço de luta pela emancipação e pelos direitos das mulheres, especialmente a educação e o voto. Segundo análise de Teresa Marques, o periódico “foi pensado para atuar como plataforma da campanha pelo sufrágio e pela consciência política das mulheres”⁵⁵. Em um artigo expressando sua opinião sobre a recusa ao alistamento eleitoral feminino, Josefina escreveu:

O fundamento universal de todos os que opinam contra a nossa emancipação é esse - que a mulher não tem capacidade política. Porque? Perguntamos nós, e a essa pergunta não nos dão resposta cabal. Em geral, os casos de incapacidade política são estes - menoridade, demência, inabilitações, restrição

⁵² *A Reacção*. Manaus, 2 de abril de 1933.

⁵³ *A Reacção*. Manaus, 2 de abril de 1933

⁵⁴ O jornal *A Família* trazia em sua epígrafe: “*jornal literário dedicado à educação da mãe de família*”. Era de publicação semanal e cotava com oito páginas. Inicialmente o jornal foi publicado em São Paulo e a partir de 1889 passou a circular no Rio de Janeiro devido a mudança de endereço de Josefina Azevedo. O jornal teve duração até 1898. O periódico encontra-se disponível digitalizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁵ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O Voto feminino no Brasil*. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. p. 62



de liberdade por pena cominada, etc. etc. A esses aduzem os legisladores a “diferença de sexo”. Mas em que essa diferença pode constituir razão de incapacidade eleitoral? A mulher educada, instruída, em perfeito uso de suas faculdades mentais, exercendo com critério as suas funções na sociedade, é uma personalidade equilibrada, apta para discernir e competente para escolher entre duas ideias aquela que melhor convém. Não pude por conseguinte estar em pé de igualdade com os dementes, com os menores, com os imbecis. Assim sendo, é absurdo o princípio de sua incapacidade eletiva⁵⁶.

Outro exemplo aqui destacado é um artigo da carioca Maria Sabina publicado na Revista Cabocla (1936) denominado de “*Victorias do Feminismo*”. Neste artigo, a vice-presidente da FBPF defende vigorosamente o feminismo, conclamando saudosamente as mulheres amazonenses a conhecê-lo e defende um maior participação feminina nas lutas que se faziam necessárias, incluindo a participação na política.

Minhas amigas e companheiras de ideal.

É a vós especialmente que me dirijo neste momento em que, procurando esquecer a minha personalidade de escritora e artista creadora de emoções, quero ser simplesmente a colaboradora ardente e convicta, orientadora da opinião em tudo o que se relaciona com a causa feminina. Como vice-presidente da “Federação Brasileira Para o Progresso Feminino”, a maior organização feminina brasileira (.), creio ter alguma autoridade como orientadora da opinião. O Grito angustioso da mulher que desde o século passado vem repercutindo até nós encontrou um eco de simpatia em nosso país até os seus recantos longínquos como o prova neste momento a nossa ramificação amazonense em cujo seio acolhedor e amigo me encontro neste momento encantada e desvanecida. A Federação Amazonense Pelo Progresso Feminino “é uma destas árvores novas douradas pelo sol dos trópicos”(...).

Na opulência da sua grandeza a Amazônia é uma virgem. E muitas almas aqui serão como o solo generoso que ainda não foi desbravado e semeado de idéias novas em respeito de verdades básicas do feminismo. Nelas, a semente da justiça e de Beleza da causa da mulher, germinará na exuberância primitiva de um deslumbrante florescimento tropical. Mas, se não necessitamos da ardência devoradora das queimadas, faz-se, contudo, mister a derrubada dos preconceitos. O feminismo ainda representa para muitos uma anormalidade, uma doutrina que prega o antagonismo dos sexos, e um nivelamento, uma espécie de masculinização que representa a perda de toda a graça e feminilidade da mulher.

Nada mais falso. Pelo menos concordareis, inicialmente que, apesar de ter atingido os mais altos postos no Feminismo Nacional, que não me parece com este retrato pessimista e não renunciei aos mesmos requisitos femininos. Quanto ao mais, a boa e sã doutrina feminista não pode nem quer considerar o homem como inimigo e adversário e sim como colaborador. Em alguns casos é o homem que se recusa á “intente cordiale” que terá que finalmente prevalecer. O feminismo não é uma anomalia, uma extravagância contemporânea, um fruto adventício da época todado a desaparecer. É antes uma consequência moral da macha das civilizações.⁵⁷

⁵⁶ *A Família*, 21 de Dezembro de 1889.

⁵⁷ *Revista Cabocla*. Manaus, 1936



Enfim a vitória!

De maneira isolada ainda na década de 1920, alguns Estados brasileiros permitiram o alistamento eleitoral feminino. Em 1927, de forma pioneira, o Estado do Rio Grande do Norte, seguido por Minas Gerais no mesmo ano e em 1929, o Rio de Janeiro. No entanto, cabia à justiça conceder ou não o direito⁵⁸. No Rio Grande do Norte, a primeira mulher a ter o direito concedido foi Celina Guimarães Viana⁵⁹ professora de Mossoró. Ela se tornou oficialmente a primeira eleitora do Brasil no ano de 1927⁶⁰. No mesmo Estado, no ano seguinte, a cidade de Lajes elegeu a primeira representante do poder executivo do Brasil e da América Latina, Alzira Soriano, que foi eleita para o cargo de prefeita com 60% dos votos⁶¹.

Através do Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932⁶², após intensa e longa campanha nacional, e de grandes debates sobre o pré-projeto elaborado no ano anterior, o sufrágio finalmente foi estendido às mulheres em todo o país⁶³. Foi assinado pelo presidente Getúlio Vargas, afirmando que era eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma do código⁶⁴ e sem as restrições que estavam previstas no pré-projeto⁶⁵. Apesar da conquista e da instituição do voto amplo às mulheres, a crítica que se faz ao código é que ele determinou como facultativo o alistamento feminino “ talvez por considerarem que as brasileiras não iriam mesmo se interessar em participar das

⁵⁸ Informações preliminares da pesquisa apontam que antes do Código eleitoral de 1932, dez estados brasileiros permitiam o alistamento eleitoral feminino. No entanto, além dos três citados, não conseguimos localizar ainda quais eram os outros Estados. Esperamos obter essa resposta no decorrer na pesquisa.

⁵⁹ Celina conseguiu o reconhecimento de seu direito por meio da lei estadual 660/1917, na qual constava a possibilidade do voto feminino. Consta no art. 77 da referida lei: “No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei.”. Fonte: www.migalhas.com.br

⁶⁰ Pinto, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil.*, p. 25. No entanto, uma informação de Branca Moreira Alves (*Ideologia e feminismo*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 94-95) é a de que, muito antes, no ano de 1906, na comarca de Minas Novas, Minas Gerais, três mulheres, Alzira Vieira Ferreira Netto, mais tarde formada em Medicina, Cândida Maria dos Santos, professora em escola pública, e Clotildes Francisca de Oliveira, haviam já se alistado como eleitoras e votado.

⁶¹ Segundo fontes preliminares da pesquisa, Alzira Soriano foi impedida de exercer o mandato pois teve seus votos anulados pela Comissão de Poderes do Senado.

⁶² Além do Voto feminino, o código de 1932 também instituiu o voto secreto e a criação da Justiça eleitoral.

⁶³ Os primeiros países a concederem esse direito foram a Nova Zelândia, em 1893 e Finlândia em 1906, seguido por Inglaterra em 1918, EUA em 1920. O Equador foi o primeiro país latino-americano a permitir que suas cidadãs votassem, em 1929. Os últimos países a aprovar o sufrágio feminino foram África do Sul em 1993 e Arábia Saudita em 2011.

⁶⁴ Texto contido no artigo 2º do Decreto.

⁶⁵ A saber: pretendia estabelecer o voto às mulheres casadas com autorização do marido e às solteiras ou viúvas que tivessem renda própria.



lides eleitorais”, como analisou Karawejczyk.⁶⁶

Conquistado o direito a partir do código eleitoral de 1932, o grande desafio das sufragistas a princípio foi o de obter a participação das mulheres nas eleições, tanto como eleitoras como também candidatas aos cargos políticos pois interessava poder votar e ser votada, interessava transpor barreiras, conquistar representatividade nas Tribunas e continuar lutando por mais direitos e igualdade para as mulheres. Posteriormente as mobilizações e luta continuaram para garantir que esse direito fosse ratificado na próxima Constituição que seria elaborada.

Nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933 as brasileiras que atendiam aos requisitos legais usufruíram do seu direito de votar e serem votadas e até eleitas em cargos políticos em todo o Brasil, como é o caso da médica Carlota Pereira de Queiroz, eleita primeira deputada brasileira, e da própria Bertha Lutz⁶⁷.

Em 1934, com a nova Constituição, foi confirmado o voto feminino (art 108) estabelecido pelo Código de 1932, no entanto, só as mulheres que exercessem funções remuneradas em cargos públicos eram obrigadas a votar (art. 109). A obrigatoriedade do voto para todas as mulheres só foi estabelecida no artigo 131 da Constituição de 1946.

Falemos um pouco sobre o cenário local. A primeira representante feminina na política estadual amazonense foi eleita por voto popular, inclusive feminino, em 1934⁶⁸, portanto apenas dois anos depois da publicação do código de 1932. Maria de Miranda Leão foi eleita para o cargo de deputada estadual na Assembléia Constituinte, pelo Partido Socialista, tomando posse em 3 de junho de 1935. A Mãezinha como era conhecida, teve sua vida dedicada às causas sociais: fundou a Sociedade de Amparo à Maternidade e Infância em 1922; o Hospital Infantil Dr. Fajardo, o serviço para crianças recém-nascidas de pais hansenianos e era diretora de dois abrigos infantis. De família tradicional na sociedade amazonense, Maria de Miranda Leão ingressou na vida pública do Amazonas em 1922, no serviço de Profilaxia rural e é considerada a primeira assistente social do Amazonas. No período anterior à sua eleição liderou o movimento feminino católico de incentivo a participação das mulheres nas eleições e na política de modo geral, fato que

⁶⁶KARAWEJCZYK, Mônica. *A mulher deve votar? O código eleitoral de 1932 e a conquista do voto feminino através das páginas dos jornais Correio da Manhã e A Noite.* p.225

⁶⁷ Carlota foi eleita com 176 mil votos no Estado de São Paulo. Foi a primeira mulher constituinte a assinar uma Constituição (a de 1934). Bertha Lutz, representando a Liga Eleitoral Independente, instituição criada por ela e ligada ao movimento feminista, conquistou a primeira suplência, tomando posse em 1936, em consequência da morte do deputado constituinte Cândido Pessoa. Fonte: www.tre-rs.jusbrasil.com.br

⁶⁸ Quatro décadas depois, em 1978, Eunice Mafalda Michilles foi eleita suplente do senador João Bosco Ramos de Lima, porém em Maio de 1979 com o falecimento de João Bosco assumiu a vaga aberta no Senado, tornando-se assim a primeira senadora do país.



certamente muito contribuiu para seu sucesso nas urnas aos 48 anos. Além dos trabalhos voltados para a assistência aos menos favorecidos, principalmente para crianças e mulheres, Maria de Miranda Leão era participante ativa do Movimento sufragista, sendo membro da Federação Feminista Amazonense e uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Segundo análise de Maria das Graças Costa, os pronunciamentos da Mãezinha no legislativo estavam voltados principalmente em defesa da Igreja Católica, pela valorização da mulher amazonense, pela inclusão do ensino religioso nas escolas⁶⁹ e contra aquilo que ela considerava como a maior ameaça ao Brasil: o comunismo. A autora sugere ainda que a deputada era vítima de preconceito tanto por parte dos colegas de Plenário, a quem deveria incomodar pelos seu pioneirismo, como também por parte da imprensa da época que sempre noticiavam seu desempenho na Assembléia de forma jocosa, destacando o a suposta fragilidade feminina: “a casa, que estava acostumada ao cachoeirar das vozes masculinas, precisava ser benevolente para se aperceber do sussurro da voz feminina”⁷⁰. Mesmo assim, a autora reitera que,

a participação pioneira de Maria de Miranda Leão no poder legislativo trazia à mulher amazonense um novo papel na sociedade daquela época. O tom delicado e atencioso de seus pronunciamentos e uma certa dose de sensibilidade aos fatos e às questões levantadas na Assembléia, por certo marcaram diferença em relação aos discursos de seus pares.⁷¹

Como deputada estadual, Maria de Miranda Leão, representou oficialmente o Estado em diversos congressos, inclusive nos Femininos. Exemplo disso é a sua participação como oradora e delegada no 3º Congresso Nacional Feminino, realizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) em outubro de 1936 no Rio de Janeiro. Terminado o seu mandato, a Mãezinha continuou atuando nos serviços de assistência social, só tentando novo ingresso na vida política no ano de 1947, pelo Partido Social Democrático (PSD), porém não obtendo êxito. Em 1969, com 82 anos de idade, dos quais 47 foram dedicados aos cuidados dos mais pobres, recebeu da Prefeitura de Manaus a ‘Medalha Cidade de Manaus’. Faleceu no Rio de Janeiro, em 16 de fevereiro de 1976 aos 89 anos.

⁶⁹ COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. *O Direito à educação no Amazonas (1933-1935)*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 216

⁷⁰ *O Jornal*. Manaus, 27/02/1935. In: COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. *O Direito à educação no Amazonas (1933-1935)*. p. 216

⁷¹ COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. *O Direito à educação no Amazonas (1933-1935)*. p.216



Imagem 2



Maria de Miranda Leão. Fonte: *Revista Cabocla*. Manaus, Fevereiro de 1936

Somente em 1985, a última barreira existente em relação ao voto feminino caiu, quando a Emenda Constitucional nº 25 de 15 de maio de 1985, permitiu o voto dos analfabetos no Brasil. Com essa última barreira derrubada, cerca de 27,1% das mulheres analfabetas existentes no país na década de 1980, segundo dados do IBGE, puderam usufruir do direito conquistado em 1932.⁷²

Passados 88 anos da conquista do direito ao voto e da elegibilidade, a luta pela maior participação feminina continua. Embora as mulheres representem 52% do eleitorado do pleito de 2018, ainda é muito pequeno o número de mulheres que solicitaram seu registro de candidatura à Justiça Eleitoral. Segundo a ministra e presidente do TSE, Rosa Weber, “há uma verdadeira sub-representação feminina na política brasileira, sem falar nas candidaturas ‘laranjas’, fantasmas ou fictícias de mulheres que não tiveram um voto sequer, nem o delas mesmas”⁷³. É necessário, portanto, que as mulheres participem mais da política brasileira, ajudando a fortalecer o Estado Democrático de Direito e compreenda que mudanças significativas nos direitos para as mulheres dependem de termos mais representantes nos poderes legislativo e executivo.

Data de submissão: 28/04/2020

Data de aceite: 10/06/2020

⁷². Disponível em www.tse.jus.br. Acesso em 28/12/19.

⁷³ Seminário “Elas por elas”, Brasília, 2018. Disponível em www.tse.jus.br/imprensa. Acessado em 22/08/19



Referências Bibliográficas

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

BESTER, Gisela Maria. **A luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada**. Argumenta Journal Law, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 25. p. 330-333.

BORELLI, Andrea. “A Rainha do Lar”. A esposa e a mãe perante a legislação brasileira. 1830-1950. **Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu Tempo**. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006.

CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. **Trabalho e Emancipação**: um olhar sobre as Mulheres de Manaus (1890-1940). Dissertação de Mestrado. UFAM, 2010.

Código Eleitoral, 1932. Disponível em www.tse.jus.br

Constituição da República Federativa do Brasil, 1891. Disponível em www.planalto.gov.br

Constituição da República Federativa do Brasil, 1934. Disponível em www.planalto.gov.br

Constituição da República Federativa do Brasil, 1946. Disponível em www.planalto.gov.br

COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. **O Direito à educação no Amazonas (1933-1935)**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

HAHNER, June. E. **A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Editora Mulheres/EDUNISC, 2003. p.160

HAHNER, June. **A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KARAWAJCZYK, Mônica. **A mulher deve votar?** O código eleitoral de 1932 e a conquista do voto feminino através das páginas dos jornais Correio da Manhã e A Noite. 1º ed. Jundiaí, SP: Paco, 2019.

KARAWAJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**. Dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). Tese Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

KARAWAJCZYK, Mônica. **O Feminismo em Boa Marcha no Brasil!** Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 26(2) Disponível em www.periodicos.ufsc.br

KARAWAJCZYK, Mônica. “**O voto e as saias**”: as repercussões do projeto Lacerda sobre o alistamento feminino (1917). Revista Altos e Baixos, 2015.p.72. Disponível em: http://revistadigital.jfrs.jus.br/revista/index.php/revista_autos_e_baixas

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **ESCRITAS** Vol. 7 n.1 (2015) ISSN 2238-7188 p. 3-17.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lucia. “Recônditos do Mundo Feminino”. In: **História**



da Vida Privada no Brasil. Vol 3. República: da *Belle époque* à era do Rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MANCILHA, Virginia Maria Netto, **Vozes femininas:** um estudo sobre a Revista Feminina e a luta pelo direito ao voto, ao trabalho e à instrução. Dissertação de mestrado - UNICAMP, 2012;

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O Voto feminino no Brasil.** 2º ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

MOURELLE, Rodrigo Cavaliere *et al.* **A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e o governo de Getúlio Vargas na década de 1930:** estratégias e paradoxos do movimento feminista no Brasil. Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009

NAZÁRIO, Diva Nolf. **Voto feminino & feminismo.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

PERROT, Michelle. **As Mulheres Públicas.** São Paulo: Unesp, 1998.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). **Imprensa Operária no Amazonas.** Manaus: EDUA/Cnpq, 2004

PINTO, Celi Regina. **Uma história do Feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003

SANTOS, Luiza Chaves. **Sufrágio Feminino e democracia no Brasil.** Monografia de conclusão do Curso de Direito. PUC/RIO, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA. Lenina Vernucci da. **Gênero e Poder:** Diva Nolf Nazário na luta pelo voto feminino. Dissertação de Mestrado. UNESP Araraquara, 2014

SOIHET, Rachel. “Transgredindo e conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz. **Labrys** - estudos feministas. Brasília, v.2, nº1, julho-dezembro 2002.

SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. **O florete e a Máscara.** Josefina Álvares de Azevedo. Dramaturga do Século XIX. Florianópolis: Mulheres, 2001.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Miriam. **A Revolução das Mulheres:** um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.



O CASO DE ALEXANDRINA FRANCISCA DA TRINDADE EM BUSCA DE LIBERDADE E DE UMA “COR” PARA SI



Bárbara da Fonseca Palha¹

Resumo

Em abril de 1845, Alexandrina Francisca da Trindade deu entrada em duas ações de liberdade no Juízo Municipal da cidade de Belém, capital do Grão-Pará: a primeira em favor de seu filho Prudêncio, e a segunda em conjunto com sua mãe, Francisca da Trindade, e irmã, Carolina Maria do Rozário. Analisando os autos cíveis de liberdade, é possível perceber que Alexandrina buscava, além das liberdades, uma “cor” para si, na medida em que foi classificada de diferentes formas nas fontes, tais como “mulata”, “parda liberta” e “parda”. Este artigo analisa as agências de Alexandrina em sua vontade de ocupar um novo lugar dentro da hierarquia social da escravidão e da mestiçagem, enquanto uma mulher liberta e parda, a luz dos termos de classificação de cor em voga nos séculos XVIII e XIX e da historiografia sobre a mestiçagem.

Palavras-chave: Escravidão; Mestiçagem; Ação cível de liberdade.

Abstract

In April 1845, Alexandrina Francisca da Trindade checked two actions of freedom in the Municipal Court of Belém, capital of Grão-Pará: the first in favor of her son Prudêncio, and the second together with her mother, Francisca da Trindade, and sister, Carolina Maria do Rozário. Analyzing the civil liberties, it is possible to perceive that Alexandrina sought, in addition to freedoms, a “color” for herself, according as she was classified in different ways in the sources, such as “mulatto”, “freed parda” and “parda”. This article analyzes Alexandrina's agencies in their desire to occupy a new place within the social hierarchy of slavery and mestizaje, while a woman freed and pard, in the light of the color classification terms in vogue in the 18th and 19th centuries and historiography on mestizaje.

Keywords: Slavery; Mestizaje; Civil action of freedom.

¹ Doutora em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará. E-mail: babipalha@gmail.com



Em busca da liberdade e de uma “cor” para si

Foi no dia 25 de abril de 1845 em Belém, capital da província brasileira do Grão-Pará, que a “parda liberta” Alexandrina Francisca da Trindade deu entrada no Juízo Municipal da Cidade em um auto cível de liberdade em favor de seu filho, o “mulatinho” Prudêncio.² Já havia se passado cerca de dez anos que o menino fora liberto em “acto de baptismo” pelo senhor e “benfeitor” de Alexandrina, o capitão Jacintho Jozé Monteiro, e o risco de escravização da criança se mantinha.

O batizado de Prudêncio ocorreu na igreja de Nossa Senhora de Santana, na freguesia urbana da Campina, em onze de julho de 1835, em meio ao movimento social da Cabanagem que havia tomado Belém em janeiro do mesmo ano. Apesar dos desdobramentos da luta armada, houve para o pequeno Prudêncio a possibilidade de ser batizado e receber sua liberdade em pia batismal, o que sugere que determinadas práticas cotidianas seguiram sendo possíveis, mesmo em uma cidade que era palco de conflitos e agitações cotidianas. Foram padrinhos do menino, Augusto Alexandre Covan e Dona Anna de Mello Monteiro, “que também servirão de Testemunhos a esta Liberdade”.

No entanto, cerca de uma década havia se passado e o menino continuava na condição de cativo e sua mãe temia pela escravização dele. Com dez anos completos, já poderia ser colocado para trabalhar ou aprender algum ofício especializado, o que, num futuro próximo, resultaria em rendimentos àqueles que possivelmente herdariam Prudêncio, haja vista que na ocasião da ação judicial Jacintho Jozé Monteiro já era falecido. Além de que a manutenção do menino como escravizado, figuraria como um desrespeito à vontade senhorial de libertá-lo.

Ao mesmo tempo em que buscava, judicialmente, a ratificação da liberdade de seu filho, Alexandrina buscava garantir uma identidade para si, relacionada a “cor” de sua pele.³ Diferentes termos de classificação de cor foram atribuídos a ela, por ela própria ou por terceiros, nas páginas desta ação judicial, assim como na segunda ação na qual

² Centro de Memória da Amazônia (CMA), Índice da 14ª Vara Cível (Cartório Sarmiento), 1833-1862, Ações Cíveis de Liberdade, Autos Cíveis de Liberdade em que é Suplicante o mulatinho Prudêncio, filho da mulata Alexandrina Francisca da Trindade, 1845.

³ A utilização da categoria “cor” neste caso, se relaciona com o fato de ter sido utilizado, desde os primeiros tempos da colonização portuguesa em diante, como um marcador de distinção social, de acordo com Eduardo França Paiva: “[...] o uso dessa categoria, não apenas coloriu aquele universo, mas serviu de marcador social de distinção, de vivência, de convivência e de mobilidade”. E Alexandrina buscava essa distinção na sociedade belenense do oitocentos, quando manejava os termos de classificação “parda” e “parda liberta” nos autos cíveis de liberdade ora analisados. In: PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Tese (Professor Titular em História do Brasil) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2012, 286 f., p. 166.



esteve envolvida com sua mãe e irmã, tais como “parda liberta”, “mulata” e “parda”. Na hierarquia da escravidão e da mestiçagem, os termos de cor traziam em seu bojo o lugar dos indivíduos na sociedade e a abertura (ou não) para a mobilidade social. E Alexandrina parecia saber disso.⁴

Diz a parda liberta Alexandrina Francisca da Trindade que seu finado Benfeitor o Capitão Jacinto José Monteiro deu liberdade ao filho da Suplicante por nome Prudêncio, como se vê do documento junto, extrahido do Livro de Baptizados da Matriz da Igreja Santa Anna desta Cidade baptismo que teve lugar aos onze de julho de 1835 [...].⁵

Neste trecho da petição que compõe a ação cível de liberdade, Alexandrina aparece classificada como “parda liberta”. Na capa do mesmo documento, no entanto, ela aparece como “mulata”: “Suplicante, o mulatinho Prudencio, filho da mulata Alexandrina Francisca da Trindade”. Nas páginas que seguem, volta mais uma vez a aparecer como “mulata”, quando da solicitação expedida pelo próprio Jacintho José Monteiro ao Vigário Geral da carta de batismo do menino: “[...] o acento de Baptismo do Incoente Prudencio, filho da molata Alexadrina, Escrava do Suplicante”. E no assento de batismo não há a identificação de cor, somente de sua condição de mulher escravizada:

A quinze de julho de mil oitocentos de trinta e cinco baptizey solenemente e pus os santos óleos ao inocente Prudencio, filho de Alexandrina, escrava do capitão Jachinto Jozé Monteiro, o qual essencialmente deo a Alforria ao dito inocente pelo Amor de Deos [...].⁶

A confusão com os termos de cor continuou no processo em que Alexandrina deu entrada no mesmo juizado, em 29 de abril de 1845, juntamente com sua mãe, Francisca da Trindade, e sua irmã Carolina Maria do Rozário, em favor de suas liberdades. O pedido esteve baseado no testamento do senhor Jacintho Jozé Monteiro e sua primeira esposa, D. Catharina de Mello Monteiro, já falecidos na ocasião, no qual haviam deixado as mulheres livres, com condição. Dessa forma, na petição deste auto cível de liberdade, Alexandrina voltava a ser classificada como “parda”:

⁴ Silvia Hunold Lara analisando processos judiciais de injúria envolvendo sujeitos negros, livres e libertos, e a utilização de termos de classificação de cor como forma de desqualificação e rebaixamento social, afirma que estes grupos eram atentos as formas como eram considerados, em busca de manter o “reconhecimento social”: “Para manter o reconhecimento social arduamente conquistado, não podiam deixar que fossem chamados de qualquer modo. Ainda mais quando o ‘acidente de cor’ podia ser usado para desqualificá-los. Talvez, por isso, precisassem ser tão ciosos dos qualificativos com que eram tratados.” In: LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 139.

⁵ CMA, Índice da 14ª Vara Cível (Cartório Sarmento), 1833-1862, Ações Cíveis de Liberdade, Autos Cíveis de Liberdade em que é Suplicante o mulatinho Prudêncio, filho da mulata Alexandrina Francisca da Trindade, 1845, p. 2.

⁶ CMA, Índice da 14ª Vara Cível (Cartório Sarmento), 1833-1862, Ações Cíveis de Liberdade, Autos Cíveis de Liberdade em que é Suplicante o mulatinho Prudêncio, filho da mulata Alexandrina Francisca da Trindade, 1845, p. 5.



Diz Francisca da Trindade e suas filhas as pardas Alexandrina Francisca da Trindade e Carolina Maria do Rozário que os finados seus benfeitores o Capitão Jacinto José Monteiro e sua mulher D. Catharina de Mello Monteiro deram liberdade as suplicantes em 22 de setembro de 1835 [...].⁷

A confusão com os termos de cor atribuídos a Alexandrina, nas duas ações de liberdade, reflete a própria confusão do processo de mestiçagem, da origem e do significado dos vocábulos de classificação utilizados para caracterizar indivíduos mestiços e da própria prática, altamente subjetiva, envolvida neste tipo de classificação, neste caso em especial dos sujeitos escravizados. As designações dos indivíduos estiveram baseadas em um processo genealógico ou racial de classificação social, resultante de um “desejo racionalista e ‘cientificista’ de trazer um senso de ordem e lógica para o que parece [...] ter sido um mundo [...] desordenado de descrições subjetivas de cor e outras características fenotípicas”.⁸

A classificação que Alexandrina não aceitava: significados e usos dos termos “mulata” e “mulato”

Os termos “mulata” e “mulato”, segundo o padre D. Raphael Bluteau, eram referentes a “Filha, e filho de branca, e negra. Este nome mulato vem de Mú, ou mulo, animal gerado de dois outros de diferente espécie. [...] Também podemos chamar ao mulato Ibrida”.⁹ Moraes Silva define de modo bastante semelhante, apontando que a mestiçagem entre “espécies” diferentes acontecia tanto com os homens quanto com os animais: “Filho, ou filha de preto com branca, ou as avessas, ou de mulato com branca até certo grau. O Filho do cavalo e burra”.¹⁰ Avançando no tempo para o século XIX, Silva Pinto define de maneira mais concisa, elimina a associação do termo com o

⁷ CMA, Índice da 14ª Vara Cível (Cartório Sarmento), 1833-1862. Ações Cíveis de Liberdade, Autos Cíveis de Liberdade em que são suplicantes Francisca Trindade, suas filhas Alexandrina Francisca da Trindade e Carolina Maria do Rozário, 1845.

⁸ “[...] a rationalistic, ‘scientific’ desire to bring a sense of order and logic into what appears [...] to have been [...] disorderly world of subjective descriptions of color and other phenotypical characteristics”. FORBES, Jack D. *Africans and Native Americans: The language of Race and the evolution of Red-Black Peoples*. Chicago: University of Illinois Press, 2ª Edição, 1993, p. 103.

⁹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v., volume 6, p. 628. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/preto> Acesso em 20 de novembro de 2017.

¹⁰ SILVA, Antonio Moraes. *Dicionário da língua portuguesa - recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 326. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/preto> Acesso em 20 de novembro de 2017.



hibridismo animal e sugere um sinônimo: “Nascido de preto com branca, ou de branco com preta. Pardo”.¹¹

Analisando uma série de inventários *post-mortem* abertos nos juizados de Belém, entre os anos de 1809 a 1849, os termos “mulata” e “mulato” e suas variações no diminutivo, geralmente para classificar crianças, foram utilizados para classificar 12,6% dos sujeitos escravizados que foram arrolados como bens nestes documentos, ficando atrás dos termos “preto” e “crioulo” e suas variações em gênero e grau, utilizados para classificar 37,2% e 25,5% dos escravizados, respectivamente, de acordo com a Tabela 1 adiante.

Tabela 1: Termos de classificação de cor/qualidade nos inventários, em porcentagem (1809-1849)

ANOS	PRETO	CRIOULO	PRETO CRIOULO	MULATO	CAFUZ	SEM COR E/OU OUTROS TERMOS*	ESCRAVOS ARROLADOS
1809-10	48,6	14,9	12,2	12,2	9,4	2,7	n=74
1812-19	33,5	20,8	11	13,9	9,8	11	n=337
1824-29	54,8	25,6	3,6	6,4	7,3	2,3	n=219
1830-39	37,4	18,9	6,9	17,9	8,6	10,3	n=407
1840-49	27	40,2	4,3	8,9	7,8	11,8	n=348
Total	37,2	25,5	7	12,6	8,5	9,2	n=1.385

FONTE: Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), Documentos do Judiciário. Série: Autos de Inventários e Partilhas. Juízo de Órfãos da Capital; Juízo de Órfãos; Juízo de Fora e de Órfãos; Juízo Cível da Capital; Juízo de Paz da Capital; Juízo Municipal de Órfãos, 1809-1849. CMA. Cartório Odon (2ª Vara Cível): 265.269.300.272.793 (1810-1812); 680.918.970.942-803 (1813-1816); 135.504.580.552-633 (1817-1818); 775.578.648.620.837 (1819-1820); 930.611.624.596-765 (1824-1829); 950.187.374.346-015 (1830-1833); 340.439.518.490-447 (1834); 225.698.759.731-170 (1835-1837); 915.080.117.089-244 (1838-1839); 055.579.610.582-723 (1840-1841); 575.547.575.547-618 (1842); 305.266.453.425-252 (1845-1849); 605.828.847.819-434 (1850). CMA. Cartório Fabiliano Lobato (11ª Vara Cível), 405.923.972.944-809 (1837-1840). CMA. Cartório Leão (4ª Vara Cível): 5.277.320.292.853 (1814-1817); 250.830.855.827-458 (1818-1819).

* Os outros termos utilizados para classificar sujeitos escravizados foram: moleque, moleca, escravo, escrava, africano, mestiço e pardo.

A ascendência de indivíduos escravizados, na prática, parece não ter seguido à risca os verbetes dos dicionários. O uso dos registros dos termos “mulato”, “mulata”, “mulatinho” e “mulatinha”, por exemplo, apresentou ascendências bastante variadas dentro do perfil dos cativos arrolados nos inventários *post-mortem*.

O termo “mulatinho” foi atribuído ao menino Joaquim de três anos, filho da “preta” africana Jozefa, procedente de Benguela. Mas “mulatinhos” eram também os

¹¹ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832, página não identificada. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/3/preto> Acesso em 20 de novembro de 2017.



meninos Antonio, de cinco anos de idade, e Angelo, de um ano e meio, ambos filhos da “preta crioula” Maria.¹² O garoto Maximo da Conceição, “mulatinho” de doze anos, era filho da “mulata” Anna Catharina. O pequeno Luiz, de apenas um mês e meio, filho da “criola” Maria da Conceição;¹³ e ainda Ignacio, de um ano de meio, filho da “cafuza” Bernardina, ambos eram “mulatinhos”.¹⁴ Por fim, Francisca da Conceição, de três anos “pouco mais ou menos”, filha da “preta” africana Maria de nação “Megicongo”, mas também Maria, de três anos, filha da “mulata” Claudía, cada uma foi classificada como “mulatinha”.¹⁵

Como pode ser observada, a ascendência materna de um indivíduo escravizado e classificado como “mulato” ou “mulata”, nos casos acima, além de suas variantes “mulatinho” e “mulatinha”, era bastante distinta, sendo originado de mulheres classificadas como “preta”, “preta crioula”, “criola”, “mulata” e “cafuza”, de acordo com o vocabulário da época.

Nesses casos, como a ascendência paterna era desconhecida, seria possível pressupor que os pais eram indivíduos brancos e daí surgiram os “mulatinhos” e “mulatinhas” acima citados, isto de acordo com a definição de Bluteau e dos demais intelectuais citados anteriormente. Mas da relação entre indivíduos negros também nasceram mulatos. Os cativos Miguel e Theotonia, ela “criola”, ele “preto” de nação Benguela, eram os pais de Ricardo, classificado como “mulatinho”, com seis anos de idade.¹⁶ Já Sabino, de seis anos, registrado também “mulatinho”, era filho de pai e mãe “criolos”, os cativos Izidoro e Custodia.¹⁷

Jack D. Forbes apresenta em seu estudo sobre a historicidade dos termos de classificação de cor no contexto do colonialismo e da escravidão nas Américas, derivados do processo de mestiçagem envolvendo africanos e indígenas (ou *native americans*), principalmente, duas teorias que deram origem ao termo “mulato”.¹⁸

¹² APEP, Judiciário, Autos de Inventário e Partilha. Juízo de Órfãos da Capital, inventário de João Português de Oliva, 1810.

¹³ APEP, Judiciário, Autos de Inventário e Partilha. Juízo de Fora e de Órfãos, inventário de João Chrizostomo da Costa, 1812.

¹⁴ APEP, Judiciário, Autos de Inventário e Partilha. Juízo de Órfãos da Capital, inventário de Joanna Antonia, 1815.

¹⁵ APEP, Judiciário, Autos de Inventário e Partilha. Juízo de Órfãos da Capital, inventário do Tenente Coronel Joaquim Pedro Borralho, 1817.

¹⁶ APEP, Judiciário, Autos de Inventário e Partilha. Juízo de Órfãos da Capital, inventário do Tenente Coronel Joaquim Pedro Borralho, 1817.

¹⁷ APEP, Judiciário, Autos de Inventário e Partilha. Juízo de Órfãos da Capital, inventário do Tenente Coronel Joaquim Pedro Borralho, 1817.

¹⁸ FORBES, *op. cit.*, 1993.



A primeira é a que sugere que “mulato” tem origem da palavra “mulo”, como visto anteriormente em Bluteau. No entanto, a primeira referência real da teoria de que o termo “mulato” aplicado a humanos deriva de “mulo” está presente na cultura ibérica desde o dicionário castelhano de Sebastián Covarrubias, do ano de 1611, quando comparou o hibridismo animal com os descendentes híbridos da relação entre brancos e negros:

Covarrubias afirma ‘mulato = aquele que é filho de uma negra e de um homem branco, ou o contrário = e por ser uma mistura extraordinária, eles a comparam à origem da ‘mula’. Ele também se refere ao *mulo* como ‘um animal bastardo conhecido’ e ao *muleto* como uma mula pequena ou jovem.¹⁹

Ao mesmo tempo que aponta sua origem e aplicação, o autor aponta dois problemas com esta tese. O primeiro tem relação com o uso do termo mulato, pois afinal, se mulato derivou de “mulo” porque utilizar o termo mulato e não mulo, já que mulo já equivale a híbrido?! O segundo problema é de ordem contextual. Quando se fala de mulato nos séculos XVI e XVII não se trata de um termo que se refere principalmente a mistura racial, mas também “para a mistura de selvagem e manso, cidadão e estranho, e assim por diante”.²⁰ Dessa forma, de acordo com Forbes “não devemos esperar que o filho de um preto e um branco, ambos nascidos na mesma aldeia, sejam chamados de híbrido”.²¹ O híbrido seria, portanto, o filho “de um negro ‘selvagem’ da África e um negro nascido localmente”.²² Para o século XVIII, com o racismo, houve uma prevalência da aparência física sobre a linguagem, cultura e religião.²³

A segunda teoria aponta que a origem de “mulato” tem relação com a palavra árabe *muwallad* e seus derivados ibéricos *muladí* (forma espanhola) e *malado* (forma portuguesa) cujos significados remontam aos séculos IX e X, referindo-se a muitos cristãos que se converteram ao islamismo (*muwallad*); ou para designar os indígenas da

¹⁹ “Covarrubias states ‘mulato = he who is the child of a negra, and of a white man, or the reverse = and for being an extraordinary mixture they compare it to the origin of the mule.’ He also refers to the mulo as ‘a know bastard animal’ and to muleto as a small or young mule.” In: FORBES, Jack D. *Africans and Native Americans: The language of Race and the evolution of Red-Black Peoples*, p. 132.

²⁰ “[...] in the sixteenth and seventeenth centuries did not point primarily towards racial mixture but towards the mixture of wild and tame, citizen and stranger, and so on.” In: FORBES, Jack D. *Africans and Native Americans: The language of Race and the evolution of Red-Black Peoples*, p. 139.

²¹ “This being the case, we should not expect the child of a black and a white, both born in the same village, to be called a hybrid.” In: FORBES, Jack D. *Africans and Native Americans: The language of Race and the evolution of Red-Black Peoples*, p. 139.

²² “We should expect instead to find a child of a ‘wild’ black from Africa and a black native-born resident to the hybrid.” Id., 139.

²³ “Clearly this argument might not be valid in the eighteenth century, after racism led to greater stress being placed upon physical appearance rather than upon language, culture and religion.” In: FORBES, Jack D. *Africans and Native Americans: The language of Race and the evolution of Red-Black Peoples*, p. 139.



península ibérica, crianças ou indígenas, que se converteram ao cristianismo (muladí); mas também a crianças que tinham pais árabes e não árabes.

O autor Santa Rosa de Viterbo em sua publicação de 1798 sobre os termos arcaicos usados em Portugal no século XII, aponta que *malado* era: “O que vive em terras de Senhorio [...] Também no Seculo XII se chamáráo *malados*, *mancebos*, ou *criados de servir*, os filhos, que ainda estavam de baixo de Patrio Poder [...]”, já sugerindo o sentido do uso do termo “mulato” para classificar, mais tarde nos séculos XVI ao XIX, escravos negros originários da mestiçagem, além da própria proximidade com o termo “malado”.²⁴

Em 1861, W. H. Englemann publicou em seu estudo sobre as derivações do árabe no espanhol e português o seguinte significado para mulato: “Mulato de [...] *mowallad* aquele que é nascido de pai árabe e mãe estrangeira”, rejeitando ao mesmo tempo a noção do “mulato” derivado de “mulo”.²⁵ Os autores Eguilaz e Yanguas adicionaram, em 1886, ao termo mulato a informação de que se referia ao descendente de pai árabe e mãe estrangeira, ou simplesmente, que para ser mulato era necessário existir uma relação entre pessoas escravas e livres. As possibilidades do termo mulato dentro dessa segunda teoria são amplas e não fecham a questão, pois apesar de ser um termo para designar a cor da pele ou uma variedade de cores, especialmente a partir do final do século XVI, ele parece ter sido muito mais complexo do que o utilizado para denotar somente cor da pele.²⁶

De acordo com Larissa Viana, foi no século XVII, em Portugal e no ultramar, que o termo “mulato” passou a ser associado ao estigma da impureza de sangue, quando, até então, a impureza estava fortemente associada aos cristãos-novos e mouros, assim como àqueles que exercessem trabalhos manuais ou descendessem de trabalhadores mecânicos. Este contexto foi marcado pela força da expansão da escravização africana a qual, a partir daquele século, passou a produzir gerações e gerações de mestiços, oriundos da relação sexual entre homens que fossem brancos e mulheres africanas e afrodescendentes escravizadas, e que precisavam ser definidos em termos de função e lugar social.²⁷

²⁴ FORBES, Jack D. *Africans and Native Americans: The language of Race and the evolution of Red-Black Peoples*, p. 142.

²⁵ “[...] ‘Mulato de ... *mowallad* wich designates ‘one who is born an Arab father and the foreign mother.’” In: FORBES, Jack D. *Africans and Native Americans: The language of Race and the evolution of Red-Black Peoples*, p. 144.

²⁶ Análise o caso de uma escrava chamada Maria, das Ilhas Canárias, que foi classificada como “morisca mulata” em 1558, quando o termo mulato, portanto, tornou-se popular como um termo de cor. In: FORBES, Jack D. *Africans and Native Americans: The language of Race and the evolution of Red-Black Peoples*, p. 148-150.

²⁷ VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.



Teoricamente, o estigma da “impureza” rebaixou moral e socialmente o “mulato” livre, que passou a conviver com impedimentos no exercício de função em cargos públicos, no ingresso em ordens religiosas e militares e nas irmandades e ordens terceiras coloniais, e isso até a sua quarta geração. O hierarquizante processo de mestiçagem acabou colocando o “mulato” em um patamar bastante inferior nesta sociedade colonial com traços estamentais e de “caráter proto-racial” em relação a indivíduos classificados de maneira diferente, como os pardos, por exemplo, como sugere Viana.²⁸

Por outro lado, a autora Silvia Hunold Lara, ao reconhecer o sentido desqualificante do termo “mulato”, associou esta condição a distinção do nascimento, elemento essencial para uma sociedade do Antigo Regime. Analisando um caso de injúria, no final do século XVIII, em que o vocábulo “mulato” aparece como xingamento: “e não foi jamais infamado de mulatismo, senão pelo réu”, ela afirma: “[...] os autos e o contexto parecem indicar que a infâmia dizia respeito mais a um nascimento de baixa qualidade, nos marcos da hierarquia setecentista, do que a um prejuízo ou preconceito inerentes ao termo”.²⁹

A classificação que Alexandrina queria: significados e usos dos termos “parda” e “pardo”

Em relação ao termo “parda” e “pardo”, de acordo com D. Raphael Bluteau, era a “Cor entre branco e preto, própria do pardal, donde parece lhe veio o nome. [...] Homem pardo vid. Mulato”.³⁰ Definição quase idêntica foi a de Moraes Silva: “De cor entre branco e preto como a do pardal. Homem pardo; mulato”.³¹ Por sua vez, Silva Pinto, utilizando uma definição síntese, afirmava que pardo era: “De cor entre branco e preto. Mulato”.³²

Apesar do que sugere Silva Pinto, em seu dicionário do século XIX, de que mulato e pardo eram sinônimos, na hierarquia da mestiçagem ser pardo não era a mesma coisa que ser considerado mulato. Como já apontou Larissa Viana, a “mulatice” passou a ser vista como estigma de impureza, compartilhando desse “*status*” com os cristãos-novos,

²⁸ VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*, p. 57.

²⁹ LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 141.

³⁰ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...*, p. 265.

³¹ SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*, p. 398.

³² PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*, p. 98.



mouros e trabalhadores mecânicos, figurando formalmente inclusive em ordenação real do século XVII.

Mesmo com o reformismo político e social conduzido pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, representado, entre outras ações, pela promulgação da Lei do Diretório, que conferiu *status* de súditos aos indígenas aldeados e não imputava mais desonra ou infâmia aos seus descendentes; assim como pelo decreto de 1773, que aboliu todas as formas de discriminação contra cristãos-novos e retirava, dessa maneira, parte dos mestiços nascidos na colônia da condição de rebaixamento social e possibilitava uma maior mobilidade social; ambos não alcançaram os mulatos, pois segundo Larissa Viana “o defeito associado ao ‘sangue mulato’, ao lado das notas discriminatórias relativas aos negros, manteve-se em princípio inalterado na fase de revogação dos critérios de ‘limpeza de sangue’, na segunda metade do século XVIII”.³³

A utilização do termo “pardo” para classificar indivíduos nas primeiras décadas do oitocentos, deveria, verdadeiramente, estar envolvida de algum sentido mais específico, e voltada também para um público mais restrito. Entre os sujeitos escravizados sobre os quais pude fazer levantamento das informações, existentes nos inventários *post-mortem*, especialmente acerca de suas “qualidades”, somente um trabalhador cativo apareceu registrado como “pardo”, e isso em um testamento anexado a um inventário, apesar de os intelectuais dos séculos XVIII e XIX sugerirem uma sinonímia entre pardo e mulato.

O inventário de Elias Caetano do Carmo, nascido e morador em Belém, foi aberto em outubro de 1836 e por meio deste documento sabe-se da existência “ de hum escravo pardo por nome Pedro ..., oficial de Barbeiro [...]”.³⁴ O escravo aparece descrito, como já dito, no testamento de Elias Caetano, relativo a setembro de 1829, quando o mesmo se encontrava “gravemente enfermo” e cuja cópia está anexada ao inventário. Porém, outras informações sobre Pedro são desconhecidas, tais como como idade, valor, parentesco ou condição de saúde. Por outro lado, sabe-se que ele ficaria na herança de Bazília Magna do Carmo, comadre e universal herdeira do inventariado, e que serviria quatro anos a mesma, após o falecimento de Elias, quando então receberia a sua carta de alforria, ou até mesmo antes deste prazo, caso Bazília viesse a falecer.

³³ VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*, p. 83.

³⁴ CMA, Cartório Odon (2ª vara cível), 225.698.759.731-170. Inventário de Elias Caetano do Carmo, 1836.



Declaro que sou senhor e possuidor de hum Escravo pardo por nome Pedro ..., oficial de Barbeiro, o qual deixo a minha Comadre Bazilia Magna do Carmo para a servir quatro annos, findo os quais lhe dará a sua Carta de Alforria, e no cazo que aconteça ella falecer antes desse tempo que deve ser contado desde o dia de meu falecimento, seja logo livre e isento do Cativoiro como se nascido fora de ventre livre.³⁵

Ser considerado um homem “pardo” e ainda ter conhecimento e domínio de um ofício especializado como o de barbeiro, deve ter garantido a Pedro um meio de sobrevivência no pós-escravidão, apesar da condição de ter que servir a outra senhora pelo tempo de quatro anos, após a morte de seu primeiro proprietário. No entanto, os documentos não permitem ir adiante sobre a história de vida de Pedro, na medida em que o cativo desaparece das páginas do inventário, não sendo arrolado nem como bem semovente, nem tampouco aparece na partilha do inventário, no caso, no quinhão de Bazilia Magna do Carmo, herdeira do cativo. Entretanto, buscando a história de Pedro, entre estes indícios, encontramos a história do próprio Elias Caetano do Carmo, o qual, tudo indica, havia sido um sujeito escravizado em algum momento de sua vida.

Ellias Caetano era solteiro, havia nascido em Belém e era filho de Clemencia Maria de Santa Anna, “Criola já falecida”.³⁶ Era irmão da Irmandade de Santa Efigênia, local onde queria ser sepultado, “por ali estarem todos os meus parentes”. Instituiu por seus universais herdeiros a sua comadre Bazilia Magna do Carmo, já citada, e Antonio Manoel Caetano, “presadíssimo amigo”, “homem preto, Criado de sua Procellencia (?) Reverendíssima pelos muitos serviços que me tem feito”.³⁷

Entre seus legatários estavam o filho de Bazilia e seu afilhado, Inocencio, que passaria a usufruir dos bens deixados a mãe, logo após morte dela, além de receber “toda roupa e trastes de meu uso [...] pelo muito que me mereceo”. Outro legatário foi o “criolinho” Bento, “que se achava em caza de minha Comadre” e que receberia uma esmola de vinte mil réis “pelos muitos favores que me tem feito”. Havia também um terceiro legatário, o qual era afilhado do inventariado e chamado “Ellias”, mesmo nome do testador e que pode ser interpretado como um gesto de homenagem ou uma possibilidade de que o afilhado era, a bem da verdade, filho dele com a “parda liberta” Francisca Borges de Assis. Desta feita, deixou para Elias “os Chaos que tenho na estrada

³⁵ CMA, Cartório Odon (2ª vara cível), 225.698.759.731-170. Inventário de Elias Caetano do Carmo, 1836, p. 4.

³⁶ CMA, Cartório Odon (2ª vara cível), 225.698.759.731-170. Inventário de Elias Caetano do Carmo, 1836, p. 4.

³⁷ CMA, Cartório Odon (2ª vara cível), 225.698.759.731-170. Inventário de Elias Caetano do Carmo, 1836, p. 5.



nova com frente para a rua da Olaria”, propriedade de terra que mais tarde, em inventário, fora avaliada em 36 mil réis.³⁸

Além de ser filho de uma mulher “crioula”, a qual muito provavelmente fora uma escravizada, Elias mantinha relações muito próximas com pessoas negras, que haviam saído da escravidão ou estavam dentro dela ainda, estabelecendo vínculos de confiança construídos por meio de trabalho e prestação de serviços, como foram os casos de Antonio Manoel dos Santos, “homem preto”, um “criado” que lhe prestava serviços e que foi escolhido como um de seus universais herdeiros; e do “crioulinho” Bento, que vivia na casa da comadre Bazília e que lhe fazia muitos favores e recebeu vinte mil réis; e, finalmente, o escravo “pardo” Pedro, único cativo sobre sua posse, a quem deixou a própria liberdade, apesar da condição imposta.

Com outras pessoas estabeleceu vínculos de maior intimidade, talvez sexual e/ou amoroso, como foi o caso da “parda liberta” Francisca, deixando inclusive uma esmola na forma de uma propriedade de terra para o filho dela, Elias, o qual recebeu o mesmo nome do dito padrinho.

Talvez essa solidariedade manifesta por Elias Caetano do Carmo, por meio de doação de “esmolas” e concessão de liberdade a este grupo de pessoas de seu convívio social, tenha alguma ligação com a própria relação que Elias manteve com sua senhora no tempo do cativo e que possa ter garantido a ele a própria liberdade e algum legado por meio do qual passou a viver no pós-escravidão, quando tornou-se proprietário de um escravizado, de imóveis, como os dois quartos de casas localizadas na rua Água das Flores, números 28 e 29, avaliados em 550 mil réis cada um e terras como os dois “Chãos”, um na estrada da Olaria, e outro na rua de Santo Amaro, este avaliado em 40 mil réis.

A provável senhora de Elias no tempo do cativo do mesmo, Dona Clara Maria do Rozario, na ocasião da produção do testamento dele, já havia falecido e Elias Caetano encomendou uma capela de missas por sua alma, fato que se pode considerar bastante emblemático sobre a relação entre ambos, além de ainda chamá-la de “minha Senhora” na redação do testamento:

³⁸ CMA, Cartório Odon (2ª vara cível), 225.698.759.731-170. Inventário de Elias Caetano do Carmo, 1836, p. 5.



Quero que meus Testamenteiros mandem me dizer duas Capelas de Missas pela esmola de trecentos e vinte reis, huma pela minha Alma, e outra pela de minha Senhora Dona Clara Maria do Rozario, já falecida.³⁹

Para João José Reis, o oferecimento de missas para antigos proprietários, “a quem chamavam *patronos*”, e o cumprimento disso, perpassava pela lógica paternalista característica da relação senhor-escravo, que impunha uma sujeição e/ou reconhecimento de seu ex-senhor mesmo quando já na condição de liberto: “[...] refletia um compromisso ideológico com o paternalismo senhorial e com novas regras (católicas) de descendência, impostas pela escravidão [...]”.⁴⁰

Uma questão envolvida e que pode explicar a preocupação de Elias Caetano pela alma de sua ex-proprietária, já falecida, tem relação com o destino da alma após a morte e a crença no purgatório, tanto por parte dos senhores que obrigavam os cativos no cumprimento de suas vontades, neste sentido, funcionando até mesmo como uma cláusula testamental que condicionava a confirmação da liberdade; quanto dos próprios libertos que não se omitiam quanto a esta obrigação, com medo da alma ir parar no purgatório, estando, portanto, a vontade senhorial expressa em seus testamentos, como foi o caso de Elias Caetano do Carmo.⁴¹

Tendo acumulado bens móveis, imóveis e se tornado proprietário de pelo menos um cativo no pós-escravidão, Elias Caetano procurou garantir aos seus herdeiros e legatários alguma condição de sobrevivência, especialmente para aqueles que saíam do cativo, como o próprio Pedro que, conhecendo o ofício de barbeiro, poderia prestar esse serviço e garantir rendimentos para si. Além do fato de ter sido classificado como “pardo”, acredito que pelo próprio senhor, pois este deveria saber sobre os obstáculos sociais e econômicos enfrentados por um indivíduo recém-saído da escravidão e a classificação recebida por Pedro, de certa maneira, poderia diminuir as barreiras sociais impostas pela cor da pele. Afinal o próprio Elias Caetano já não tinha cor nenhuma nos documentos que registraram os indícios de sua vida, tanto no testamento quanto no próprio inventário, sinal de que talvez tivesse sido “branqueado” no pós-escravidão.

Estudando a segunda metade do século XIX, a historiadora Hebe de Mattos afirma que a experiência de liberdade para forros e a de “viver sobre si” para escravizados no

³⁹ CMA, Cartório Odon (2ª vara cível), 225.698.759.731-170. Inventário de Elias Caetano do Carmo, 1836, p. 5.

⁴⁰ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 263.

⁴¹ FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 93-118.



ambiente urbano, acontecia em um mundo dos livres o qual era “predominantemente ‘pardo’”,⁴² pois de acordo com a autora, “o termo me parece que não era utilizado [...] apenas como referência à cor da pele mais clara do mestiço [...] era usada, antes, como forma de diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não branco”.⁴³

A conquista da liberdade e da “cor” parda

No processo de liberdade em favor do filho Prudêncio, Alexandrina teve ganho de causa e o menino, já com dez anos de idade, tornou-se finalmente livre, pois diante das comprovações, entre as quais, o assento de batismo no qual consta a liberdade em pia batismal, assim como a própria carta escrita pelo capitão Jacintho José Monteiro, em 03 de agosto de 1840, confirmando a liberdade, não existiriam mais dúvidas acerca da condição do filho da agora “requerente” Alexandrina:

Por tanto, deferindo a petição a folhas 2 feita pela requerente hei por liberto seu mencionado filho Prudêncio e no pleno gozo de sua liberdade. Mando se lhe dê Carta de Manumissão para seu titulo, e pague as custas.⁴⁴

Na ação cível de liberdade movida em conjunto com sua mãe e irmã, Alexandrina também teve ganho de causa, tornando-se então libertas as três mulheres. Da mesma forma como sucedeu com a ação do menino Prudêncio, esgotaram todas as possibilidades de impedimentos a confirmação da liberdade, apresentando documentos que comprovavam que a liberdade havia sido concedida pelos senhores das três mulheres, Jacinto José Monteiro e sua primeira esposa, D. Catharina de Melo Monteiro, com a condição de:

[...] fiquem obrigadas a lhes servir a eles outorgantes em tudo, e não poderem sahir de sua companhia sem que falecessem, e nem darem lhes disgosto sob pena de anularem a Carta de liberdade [...].

Assim como comprovavam que ambos já haviam falecido, não havendo, portanto, nenhum outro impedimento legal a liberdade delas:

[...] deferindo seu requerimento a folhas 2 hei por libertas as mencionadas requerentes Francisca da Trindade, Alexandrina Francisca da Trindade e Carolina Maria do Rozario, para que gozem plenamente de sua liberdade sem outro ônus, ou restrição mais a que a legal a que estão todos geralmente

⁴² MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013, edição revista, p. 60.

⁴³ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*, p. 42.

⁴⁴ CMA, Índice da 14ª Vara Cível (Cartório Sarmiento), 1833-1862, Ações Cíveis de Liberdade, Autos Cíveis de Liberdade em que é Suplicante o mulatinho Prudêncio, filho da mulata Alexandrina Francisca da Trindade, 1845, p. 9.



obrigados. Mando se lhes dê Carta de Manumissão para seu título e paguem as custas.⁴⁵

O ganho de causa nas duas ações teve relação com legislações em vigor, as quais tratavam sobre questões envolvendo o alcance e/ou a manutenção da liberdade. A historiadora Keila Grinberg, ao analisar os processos cíveis relativos à liberdade que subiram à Corte de Apelação do Rio de Janeiro, entre 1808 a 1888, identificou quatro leis que foram citadas nas ações de reescravização pelas duas partes envolvidas nestes tipos de processos. A saber: o artigo 179 da Constituição Imperial que tratava da inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos: liberdade, segurança e propriedade; a lei de liberdade indígena de 06 de junho de 1755; e dois títulos das Ordenações Filipinas, ambos do livro 4, o título 63 que tratava sobre revogação da alforria; e o título 11, parágrafo 4 que dizia que “São maiores as razões a favor da liberdade...”⁴⁶

Apesar de nas duas ações movidas por Alexandrina não aparecer referências a qualquer uma destas leis indicadas, o que parece ter sido mais comum nos processos de reescravização identificados por Grinberg, acredito que foi com base na documentação anexada aos autos cíveis e pela própria atitude de Alexandrina, que ela conseguiu ter a sua liberdade confirmada. Ao não dar “disgotos” aos seus senhores em vida, e recorrer à justiça em duas ocasiões em busca de liberdade, quando, pelo contrário, poderia ter acessado a liberdade praticando uma fuga ou ter recorrido a outras formas de resistência a escravidão, como ter participado do movimento social da Cabanagem, deflagrado em 1835, mesmo ano em que Alexandrina batizava seu filho na igreja de Santana.

O argumento do título 11, parágrafo 4, das Ordenações Filipinas, portanto, que dizia que “São maiores as razões a favor da liberdade...” ou, como argumentavam os curadores na Corte de Apelação do Rio de Janeiro, “em favor da liberdade são muitas as coisas outorgadas contra as regras gerais”, parecia estar intrínseco nas duas ações cíveis de liberdade.⁴⁷

⁴⁵ CMA, Índice da 14ª Vara Cível (Cartório Sarmiento), 1833-1862. Ações Cíveis de Liberdade, Autos Cíveis de Liberdade em que são suplicantes Francisca Trindade, suas filhas Alexandrina Francisca da Trindade e Carolina Maria do Rozario, 1845, p. 12.

⁴⁶ GRINBERG, Keila. Reescravização, Direitos e Justiças no Brasil. In: LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, pp. 101-128, p. 109.

⁴⁷ GRINBERG, Keila. Reescravização, Direitos e Justiças no Brasil. In: LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*, p. 109.



A sinonímia entre os termos “mulato” e “pardo”, encontrados em dicionários dos séculos XVIII e XIX, esbarrava em diferentes questões, relacionadas entre si. A primeira delas diz respeito a inexpressiva utilização do termo “pardo” para classificar sujeitos cativos, isto nos inventários *post-mortem* das primeiras décadas do oitocentos, o que resultou na classificação de somente um cativo sob este termo: Pedro, oficial de barbeiro, o qual, inclusive, fora deixado livre em testamento, mesmo com condição, e depois nem aparece mais nas páginas do inventário propriamente. Por outro lado, o vocábulo “mulato” pode ser identificado entre os termos que mais se utilizou para classificar indivíduos escravizados em inventários, quando se sabe que somente um escravizado fora classificado como “pardo”, neste tipo de fonte histórica. Entre os anos de 1809 a 1849, o termo foi utilizado para classificar 12,6% do total de cativos arrolados, como visto na Tabela 1, ficando atrás de “pretos” e “crioulos”.

Outra questão se relaciona com os significados atribuídos aos dois vocábulos. Enquanto o pardo se referia ao descendente da relação entre negro e branco, o mulato, além de ser também o resultado da mistura entre negros e brancos, é também o “mulo” ou o “animal gerado de dois outros de diferente espécie”. Ou seja, há uma comparação entre o ser humano “mulato” e o hibridismo animal que resultava no “mulo” e na conotação pejorativa e infamante que a palavra ganhou ao longo do tempo.

Uma terceira e última questão condizia com as barreiras sociais impostas aos indivíduos ditos “mulatos” nesta sociedade escravista, negra e mestiça, ainda que na teoria as imposições fossem mais pesadas do que na prática. Aos mulatos, portanto, era proibido o exercício de função em cargos públicos, o ingresso em ordens religiosas e militares e nas irmandades e ordens terceiras coloniais, e isso até a sua quarta geração.

Neste sentido, há uma lógica na atitude de Alexandrina Francisca da Trindade em querer ser reconhecida como “parda liberta” ou “parda” somente, quando lhe queriam impor o estigma da “mulatice”. Nos documentos produzidos pelos seus senhores, tais como o testamento e a carta de solicitação escrita pelo próprio Jacintho Jozé Monteiro ao vigário geral da Matriz da igreja de Santana, assim como o próprio assento de batismo de seu filho, ela sempre aparece como “mulata” e/ou “escrava”. Por outro lado, nas duas petições de liberdade que deu entrada, ela era a “parda liberta” ou a “parda”. Ela sabia, portanto, que para conseguir uma inserção no mundo dos livres, a melhor opção era mesmo ser parda, ainda que os riscos de uma (re)escravização para a população não-branca como um todo fossem iguais e iminentes.



Data de submissão: 28/04/2020

Data de aceite: 10/06/2020



Referências Bibliográficas

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino:** aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v., volume 6, p. 628. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/preto> Acesso em 20 de novembro de 2017.

FORBES, Jack D. **Africans and Native Americans:** The language of Race and the evolution of Red-Black Peoples. Chicago: University of Illinois Press, 2ª Edição, 1993, p. 103.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009, pp. 93-118.

GRINBERG, Keila. Reescravização, Direitos e Justiça no Brasil. In: LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). **Direitos e justiça no Brasil:** ensaios de história social. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, pp. 101-128, p. 109.

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos Setecentistas:** escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 139.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013, edição revista, p. 60.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo:** uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho). Tese (Professor Titular em História do Brasil) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2012, 286 f., p. 166.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz.** Na Typographia de Silva, 1832, página não identificada. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/preto> Acesso em 20 de novembro de 2017.

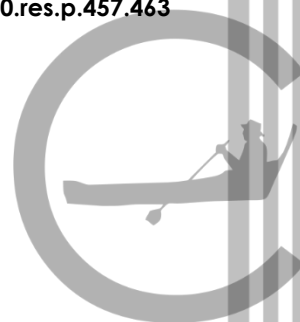
REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 263.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 326. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/preto> Acesso em 20 de novembro de 2017.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem:** as irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007



RESENHA: A ESCUTA DO OUTRO EM TEMPOS DISSONANTES.



Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira¹

HERMETO, Miriam; AMATO, Gabriel; DELLAMORE, Carolina. **Alteridades em tempos de (in)certezas**: escutas sensíveis. São Paulo: Letra e Voz, 2019. 180p.

A história imediata nos ajuda a pensar algumas razões do estado atual das coisas. Tenho pesquisado, desde dezembro de 2019, o fenômeno da emergência e organização de policiais organizados em um movimento antifascismo, acompanhando debates públicos e realizando entrevistas com os sujeitos envolvidos. Para executar essa tarefa é preciso uma postura sensível aos anseios desses profissionais da segurança pública (policiais militares, civis e federais, guardas municipais, bombeiros, agentes penitenciários, peritos, etc.), expressos nos seus posicionamentos públicos sobre os rumos das polícias e das políticas de segurança pública no Brasil e sobre o avanço de estruturas políticas que favorecem a disseminação de práticas fascistas. Refletir sobre o tempo presente e sobre as dinâmicas que contribuíram para a configuração política do presente, disso que Wendy Brown (2019) chamou de Frankenstein gerido pelo neoliberalismo, é uma tarefa que demanda uma escuta sensível, um olhar sensível, uma atenção com o mundo. Escutar o outro em tempos dissonantes e incertos como o nosso, demanda um trabalho de reconfiguração das nossas certezas e de nossas incertezas epistemológicas.

É exatamente este o convite dos organizadores do livro **Alteridades em tempos de (in)certezas**: escutas sensíveis, Miriam Hermeto, Gabriel Amato e Carolina Dellamore, na introdução à coletânea. Os autores são, respectivamente, coordenadora e membros do Núcleo de História Oral da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH-UFMG) e são pesquisadores de temas caros ao tempo presente: sindicalismo industrial, políticas públicas para a juventude, teatro e arte no

¹ Doutor em História Social (UFRJ). É professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Campus Betim. Atualmente, faz residência pós-doutoral na UFF, investigando o debate público promovido por e em torno dos policiais antifascismo. E-mail: lucas.pereira@ifmg.edu.br



período da ditadura civil-militar. A organização do livro se deu pela participação dos autores na comissão local do *XII Encontro Regional Sudeste de História Oral – Alteridade em tempos de (in)certeza: escutas sensíveis*, em Belo Horizonte, no ano de 2017, ocasião em que foram responsáveis pelo planejamento da programação das mesas redondas, conferências e atividades ao longo do evento.

A coletânea é a reunião dessas falas pronunciadas por pesquisadores, de formação múltipla, nos auditórios da UFMG, mas também em outros espaços públicos, como o Museu de Arte da Pampulha e a Casa de Referência da Mulher Tina Martins. A história oral e, especialmente, o problema da escuta sensível, nos são apresentados de modos distintos nesse livro: reflexão sobre acervos, memória e identidade, alteridade e espaço urbano, a entrevista como prática social e coletiva, as estratégias de organização individuais e coletivas, o oral e o audiovisual na construção de sentidos, a urgência da participação da história e das(os) historiadoras (es) no debate público, a publicização de experiências de vidas que demandam cuidado e atenção e a reflexão sobre percursos biográficos ligados à própria história da pesquisa em história oral.

Na introdução, o livro é dividido em três grandes conjuntos de textos: alteridade como marcador das possibilidades da entrevista de história oral; “problematizações de identidades de minorias políticas”; e “escutas sensíveis diante das diferenças”. Ana Maria Mauad abre o primeiro grupo de texto com um artigo que analisa a questão indígena na obra fotográfica de Claudia Andujar, analisando seu trabalho a partir da categoria de fotografia pública, associando-a com “uma dimensão crítica e (...) dialética” (p. 25). O engajamento público de Andujar na causa indígena se deu, também, pelo movimento de inclusão da comunidade Yanomami como parte desse público e também como partícipe da narrativa pública sobre os sentidos das imagens. A confiança é a base dessa relação pública com a questão indígena, assim como a relação entrevistador-entrevistado.

O segundo texto, de Mario Brum, aprofunda o problema da relação entre fatos e representações, abordado por Alessandro Portelli, ao analisar as representações sociais e as identidades em torno da construção da favela da Cidade Alta (e seus entornos) na cidade do Rio de Janeiro. O estigma dos “removidos” da região central para a Cidade Alta, marcou “toda a trajetória posterior do conjunto” habitacional, seja a partir do silenciamento, seja pela diferenciação social com outra categoria, a dos “inseridos”. Em seguida, Luciana Kine e Emilene Souza apresentam reflexões metodológicas para lidar com narrativas de vida ligadas a “tópicos sensíveis”, em especial jovens vivendo com HIV/aids. A multiplicidade das experiências de vida que giram em torno de “temas



delicados”, remonta à ideia de calidoscópio narrativos e conduz a uma reflexão ética sobre a relação entrevistado-entrevistador e a condução partilhada do processo de narrar e da elaboração do produto final da pesquisa. No caso, as autoras exploraram uma metodologia de embaralhamento das histórias, “estratégia ética, estética e política” que possibilitou a discussão de “experiências do cotidiano” (p. 50) e criou uma alternativa para superar os limites do sigilo, e do constrangimento. Os diálogos possibilitados por essa metodologia reafirmam um posicionamento epistemológico da “pesquisa como prática social [e] ação coletiva” (p. 54).

Abrindo o segundo conjunto de textos, Valéria Barbosa de Magalhães e Luiz Morando, apresentam, respectivamente, duas reflexões sobre migração e sociabilidade da comunidade LGBT(QIA) em espaços e situações distintas. O primeiro texto apresenta pouca reflexão propriamente dita em relação às entrevistas, mas propõe uma indagação fundamental sobre a relação entre sexualidade e migrações em contextos políticos conturbados, como a eleição de um governo autoritário no Brasil. Magalhães apresenta, muito atenta aos anseios e às experiências de migrantes brasileiros LGBT na Flórida (EUA) na última década, a mudança das “estratégias de legalização no exterior” e a apreensão que o cenário político produziu nas expectativas de vidas desses sujeitos. Seu trabalho desloca o objeto da pesquisa sobre imigração e sexualidade do campo dos problemas de saúde e da exploração sexual, interrogando outros modos pelos quais a imigração relaciona-se com a sexualidade para além do negativo.

Já Morando, apresenta uma reflexão sobre identidade e diferença, analisando representações identitárias de homens gays em relação à memória e à suas experiências em espaços de sociabilidade LGBT em Belo Horizonte, entre 1960 e 1980. O texto faz uma divisão analítica de duas formas imbricadas de lidar com essa memória, percebidas pelo pesquisador em suas entrevistas: a romantização do passado e o ceticismo em relação à experiência dos clubes noturnos da capital mineira. O gozo e a descrença apresentaram-se como faces do mesmo problema: o prazer e o desconforto de lembrar as vivências do passado. Se o estabelecimento da diferença e da identidade implica em distanciamentos temporais, tricotar – “fazer um tricô”, ou seja, estabelecer um diálogo – figura como uma alternativa para o isolamento social de gerações mais novas em relação à vivência de gerações anteriores.

O historiador Amilcar Araújo Pereira, apresenta um belo estudo sobre a luta e a formação dos movimentos negros no Brasil, organizados durante a ditadura militar. Surgida a partir de reuniões em bairros, universidades, ou grupos de teatro, no Nordeste



e no Sudeste, a militância negra brasileira se caracterizou pela pluralidade de perspectiva, pelas diferenças regionais, geracionais e ideológicas. Apesar dessas diferenças, Amílcar Pereira, buscou demonstrar a importância das redes estabelecidas pelos militantes, que criaram conexões e espaços de experiência compartilhadas por diferentes grupos. A proposição no final da década de 1970, de organização do movimento por rede, teve como norte o fortalecimento e o estímulo de formação de lideranças. Já o artigo de Samuel Silva Rodrigues de Oliveira e Roberto Carlos da Silva Borges aborda o problema do audiovisual como parte do projeto de construção narrativa sobre o passado e o imaginário da cultura negra, contribuindo para uma educação antirracista no Brasil. Os autores estão interessados em investigar o “estatuto de testemunho” em torno da produção audiovisual sobre e da cultura negra, no sentido de problematizar o “funcionamento da memória” que funda “imaginários individuais e coletivos” (p. 106). Os vídeos analisados, produzidos em diferentes instâncias, representam formas heterogêneas de “contraponto à ideologia da branquitude” que sustenta as relações étnico-raciais no Brasil (p. 118).

Finalmente, o terceiro grupo de artigos apresenta diferentes abordagens metodológicas da pesquisa com a alteridade. As demandas dos policiais militares contidas no acervo “Tropas em Protesto”, que reúne narrativas de policiais, tendo como ponto de partida o movimento das praças das polícias desde 1997, ficaram silenciadas na década de 2010, especialmente após o arquivamento da PEC 21/2005, que previa a desmilitarização das polícias estaduais. Juniele Almeida argumenta a necessidade urgente de retomar o debate público em torno da desmilitarização das polícias. As “tensões históricas”, que esse debate faz emergir, correspondem à ideia de pertencimento à corporação e, ao mesmo tempo, aos movimentos contestatórios da estrutura militarizada das polícias brasileiras. Até hoje, essas tensões podem ser representadas a partir de três grandes dimensões que norteiam a urgência da redefinição do papel da polícia em um estado democrático: “o discurso institucional militarista, os problemas em segurança pública [da sociedade brasileira] e as questões trabalhistas dos servidores públicos” da segurança (p. 122).

A historiadora Marta Gouveia de Oliveira Rovai, com sua sensibilidade ímpar, tece uma reflexão muito provocativa sobre um conjunto de memórias de mulheres que nos ensinam novas “formas de entrevistar e de registrar narrativas” (p. 141) e nos impulsionam para uma nova concepção de conhecimento histórico, comprometido com uma “escuta atenta” (p. 151). Em atenção às vidas que pedem cuidado e reparação, a autora propõe uma postura de amorosidade do pesquisador diante da “intolerância” e dos



silenciamentos que atravessam as vidas de mulheres. A história oral como espaço de reinvenção da existência, como espaço de audiência – e não de análise – segue sendo uma possibilidade de compromisso ético do pesquisador, uma “escuta atenta” – e não promessa de remissão – capaz de intermediar outras possibilidades de construção de um mundo mais humano.

Rodrigo Patto Sá Motta nos brinda com uma reflexão sobre o uso de fontes orais em suas pesquisas sobre as universidades durante a ditadura e as surpresas advindas desse processo, contribuindo, inclusive, para incorporação do conceito de acomodação para leitura dos arranjos sócio-políticos no período (p. 158). A emoção do pesquisador ao entrevistar intelectuais importantes para o campo das ciências no Brasil, em especial na área de Ciências Humanas, e a emoção dos indivíduos ao receber informações pessoais por parte do pesquisador, contribuíram para mudanças dos sentidos da pesquisa. Proporcionando o redimensionamento dos problemas de pesquisa a partir do confronto entre diferentes documentos, por um lado, e a reapropriação e ressignificação dos objetivos da pesquisa por parte dos sujeitos entrevistados. O conceito de acomodação, como lembra Motta, não se pretendeu um modelo perfeito, mas visou apresentar uma explicação aos eventos da ditadura a partir de evidências que emergiram na pesquisa em história oral, aprofundando o debate e nos convidando para possibilidade de transformação, criando e mobilizando outros jogos que não o das acomodações (p. 162-163).

Encerrando o volume, o pesquisador Ricardo Santhiago apresenta uma reflexão sobre a trajetória biobibliográfica de Ecléa Bosi e sua contribuição para a formação do campo da história oral no Brasil. A trajetória intelectual de Bosi nos convida a uma reflexão sobre “a capacidade humana e humanizadora do exercício da escuta” como prática de formação dos jovens pesquisadores (p. 175). Os conselhos, as indicações e as sugestões de Ecléa Bosi emergem como elementos metodológicos. Ao invés da rigidez das normas, a atenção, a afetividade, a criatividade, a sensibilidade. A partir das reflexões iniciais em sua tese de doutorado, o autor argumenta a importância seminal do trabalho de Bosi para o campo da história oral brasileira, de onde se desabrocharam diferentes frutos, com pesquisas atentas “à memória, à linguagem”, a partir da “empatia, curiosidade e pluralismo” (p. 177).

Gostaria de ressaltar que há uma dissonância no ritmo de leitura do livro, pois cada capítulo corresponde a uma dimensão da pluralidade da pesquisa em história oral. Levando em consideração os itinerários formativos das(os) pesquisadoras(es), essa



dissonância longe de significar um problema, torna-se potência para o contato do leitor com uma gama de leitura polissêmica sobre as possibilidades de escutar o outro de modo sensível sem abandonar o rigor metodológico. Miriam Hermeto, Gabriel Amato e Carolina Dellamore nos brindam com um livro plural que retoma o antigo problema da relação pesquisador-entrevistado, apresentando contribuições proveitosas e polêmicas para a pesquisa em história oral (que por sua vez, é preciso dizer, não é metodologia, campo ou área exclusivos de historiadores).

A multiplicidade de abordagens e perspectivas dos artigos do livro, que se configura como um desafio para toda coletânea, funciona como uma postura necessária diante do desafio de se produzir conhecimento sobre o tempo presente. Mais do que mera alegoria, essa multiplicidade é, ao mesmo tempo, unidade em diferença e múltiplo nas identidades. As bases epistemológicas para imaginar outras formas de relação de poder, implicam em diálogos mais profundos e em escutas mais sinceras entre diferentes áreas do conhecimento. O livro em questão é resultado de um refinado trabalho de seleção e de enfrentamento de questões políticas e epistemológicas desse tempo imediato. De tudo ficam algumas questões: Estamos preparados para escutar o outro? Até que ponto conseguimos realizar a escuta do diferente? Em tempos de monstruosidades políticas típicas do fascismo, ou do que Traverso (2019, p. 19) chama de pós-fascismo – enfatizando as continuidades e transformações históricas do fenômeno – até quando teremos forças e disposição para ouvir quem não admite escutar? Como restabelecer o diálogo – em que a arte da escuta (PORTELLI, 2016) é o centro dessa relação – em um mundo que nasceu e da implosão das noções do “comum” e da “democracia”, das próprias “ruínas do neoliberalismo” (BROWN, 2019)?

Data de submissão: 05/03/2020

Data de aceite: 30/05/2020



Referências Bibliográficas

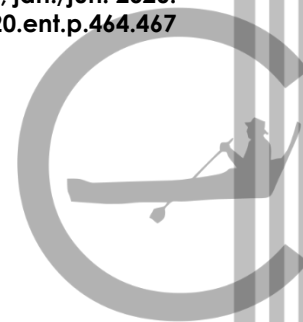
BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. (Coleção Ideias).

TRAVERSO, Enzo. **The New Faces of Fascism**: Populism and the Far Right. Translation David Broder. New York/London: Verso., 2019.



HISTÓRIA ORAL NA PANDEMIA: IDOSOS EM SITUAÇÃO DE ISOLAMENTO SOCIAL NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA DE OLYMPIA ÁVILA SALSA.



Juniele Rabêlo de Almeida*

O acervo “História Oral na Pandemia” é composto por narrativas públicas, autobiográficas, de idosos com vida social ativa - em situação de isolamento social frente aos desafios do novo COVID 19. Trata-se de trajetórias de vida que expressam, qualitativamente, os impactos sociais da pandemia sobre esse grupo vulnerável. Tais narrativas (gravadas em áudio e enviadas para um portal público – *storage* do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense - Labhoi/UFF) são entrevistas (*história oral de vida*) a partir de uma escuta sensível das experiências em espaço virtual aberto (domínio público); os idosos assumem os desafios e as perspectivas de se narrar aspectos de seu cotidiano no contexto da pandemia.

O objetivo é promover políticas públicas atentas as demandas sociais dos idosos, pois o acervo integra o grande projeto “A Covid-19 no Brasil” (MCTIC)¹, com quatro núcleos de pesquisa distribuídos nos principais estados do país com uma equipe multidisciplinar de aproximadamente 60 pessoas. Compreende-se, a partir do acervo, que a população idosa tem sido destacadamente visada como população de risco. Busca-se, assim, analisar a produção discursiva (narrativas, sentidos, concepções, valores) sobre a pandemia e subsidiar proposições de políticas públicas.

O acervo de entrevistas públicas, acolhido pelo Labhoi/UFF, é composto por narrativas gravadas e transcritas - que apontam para a necessidade da valorização das trajetórias e das experiências cotidianas dos idosos. O material presta-se também à observação das estratégias narrativas desses sujeitos, que repensam publicamente suas trajetórias nesses *tempos desafiadores*. Motivados pela pergunta “Como está o seu cotidiano nesses tempos de covid19?”, recebemos breves gravações de áudio sobre o

* Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do Labhoi/UFF e uma das coordenadoras do projeto História Oral na Pandemia.

¹ Projeto “A COVID-19 no Brasil: Análise e resposta aos impactos sociais da pandemia entre profissionais de saúde e população em isolamento” (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações / MCTIC – Coordenação-Geral de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: UFRGS; Fiocruz Minas).



cotidiano nesses “tempos de pandemia”. Solicitamos, juntamente com o arquivo da gravação, o nome completo do colaborador, data da gravação, cidade/país, ano e local de nascimento. Para fornecer o direito de divulgar a narrativa de história oral os entrevistados autorizaram sua utilização para fins sociais e educativos. A construção do acervo segue as seguintes etapas: divulgação da chamada para o acervo, recebimento das narrativas enviadas; cadastro dos materiais no acervo; transcrição e edição do material.

O objetivo é envolver populações de idosos, com vida social ativa, na produção de autobiografias – memória social no tempo presente diante das restrições de circulação (impacto da situação de isolamento nas suas práticas de sociabilidade). Para tanto se propõe a análise da produção narrativa desses idosos sobre a o contexto da pandemia; subsidiando políticas públicas que ultrapassem os dados estatísticos e assumam, qualitativamente, as vozes em primeira pessoa - diante das desigualdades sociais reverberadas na pandemia.

Após ampla divulgação do projeto recebemos várias narrativas. Dentre elas a narrativa autobiográfica da professora de Artes, já aposentada, Olympia Ávila Salsa - encaminhada para o nosso acervo no dia 22 de maio de 2020. Olympia, generosamente, aceitou o desafio autobiográfico: dissertar, o mais livremente possível, sobre sua experiência pessoal, segundo sua vontade e condições. Com sensibilidade e compromisso social, se mostrou uma narradora engajada. Sua história entrecruzou reflexões sobre pandemia e desigualdades sociais.

Olympia Ávila Salsa se apresentou e buscou contextualizar os desafios da pandemia. Vale observar as suas escolhas narrativas no processo de significação da sua trajetória na pandemia. Apresentamos, a seguir, uma edição da narrativa autobiográfica da professora Olympia.

Narrativa autobiográfica de Olympia Ávila Salsa

“Triste nesse período é não saber o que nos espera. Como será o dia seguinte?”

Eu me chamo Olympia Avila Salsa. Nasci em 16 de fevereiro de 1949 na cidade do Rio de Janeiro. Moro em São Gonçalo e sou viúva. Tenho dois filhos, um é morador em Niterói e o outro no Rio. Moro sozinha, mas tenho duas companheiras, uma cachorrinha que adotei, a Milu, e uma gatinha, a Flora. Uma semana antes de começar o isolamento social, estive com meus filhos. Era o aniversário de 50 anos do meu mais velho, fizemos



uma festinha para receber os amigos. Brindamos, nos abraçamos, mas a partir desse dia eu não vi mais ninguém. Não vi mais meus filhos, netas e nora. Assim achei melhor para minha segurança. Faço tudo em casa, cozinho e faço compras uma vez por semana no comércio local que fica pertinho de casa. Tomo todos os cuidados.

Durante esses dias da pandemia tenho me sentido bem de saúde. Mas vivo preocupada, me observando, para ter a certeza de que estou bem mesmo... E que não sinto nada fora do normal. Nenhum sintoma! O dia mais triste foi o dia das mães... Eu não pude abraçar os meus filhos! Fiquei sem *internet* e isso me impediu de ver mais tarde a *live* que minha nora e meu filho iriam fazer. Mas, no final, deu tudo certo. Eles cantaram uma música de autoria dele em minha homenagem. Eu me emocionei muito! Não esquecerei mais esse dia.

Tenho motivos de preocupação, sim! Muitas vezes me sinto impotente e até me revolto com notícias que vejo na tv. Falta de honestidade, desumanidade, irresponsabilidade. Porém, não me deixo abalar não! Sou espírita e me apego ao estudo da doutrina e das orações. Procuro preencher meu tempo com atividades físicas, meditação, pintura e os cuidados com a casa.

Sou professora de artes aposentada por invalidez porque tive um câncer de mama há quatro anos. Preciso, uma vez por mês, ir à ONCORIO para acompanhamento. Faço tratamento com uma injeção de hormônio e, por isso, tive que ir ao Rio fazer alguns exames. Eu me senti muito insegura; por ter que me expor a riscos.

Sou aluna da formação de bonança e, com isso, compreendi melhor a vida e o que vem acontecendo comigo e com todos. Busco me orientar em meio à pandemia, e busco os melhores aprendizados para que, quando tudo tiver passado, poder acompanhar as mudanças.

Triste nesse período é não saber o que nos espera. Como será o dia seguinte? E o futuro? O que irá acontecer? Principalmente por não termos segurança por parte dos governos. O que mais me incomoda, e é muito revoltante até, é ver o número de pessoas que morrem por irresponsabilidade dos gestores. Somos marionetes em suas mãos.

Tenho o suficiente para viver, mas quando penso nos menos favorecidos, me dá muita pena por não poder ajudá-los! Sou grupo de risco e não poderia atuar tão próximo. E, financeiramente, não tenho condições nesse momento... Espero que não falte nada pra mim mais lá na frente, pois sei que o país está vivendo momentos difíceis devido à corrupção que aqui se instalou e se perpetua. Temos que aprender com tudo isso.

Tive que conter minha ansiedade... Pra que a pressa? Agora, tenho todo o tempo do



mundo! Posso fazer tudo o que eu desejar! Se não fizer num dia, faço no outro. E vamos vivendo um dia de cada vez. Tudo vai passar.

